Manual de Métodos de Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Magno Oliveira Macambira
Elaine Rabelo Neiva
Sinésio Gomide Júnior
Organizadores

EDUFU

Manual de Métodos de Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

UFU Universidade Federal de Uberlândia

Reitor
Carlos Henrique de Carvalho

Vice-reitora
Catarina Machado Azeredo

EDUFU

Presidente
Sertório de Amorim e Silva Neto

Conselho Editorial
Alexandre Guimarães Tadeu de Soares
Amon Santos Pinho
Arlindo José de Souza Junior
Carla Nunes Vieira Tavares
Juliana Marzinek
Raquel Discini de Campos

Equipe de realização
Coordenador editorial: Eduardo Moraes Warpechowski
Revisão de Língua Portuguesa: Marileide Dias Esqueda
Revisão de Provas: Cláudia de Fátima Costa
Revisão de Normas: Bruna dos Santos Pinheiro
Capa: Eduardo Moraes Warpechowski
Diagramação: Luciano de Jesus Franqueiro e Eduardo Moraes Warpechowski
Imagem da capa: Pexels (Gabby)

Editora da Universidade Federal de Uberlândia – Edufu
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1S
Campus Santa Mônica
CEP 38400-902 | Uberlândia-MG
Tel.: + 55 (34) 3239-4293
www.edufu.ufu.br | edufu@ufu.br

Magno Oliveira Macambira
Elaine Rabelo Neiva
Sinésio Gomide Júnior
Organizadores

Manual de Métodos de Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

EDUFU

2026, Edufu
Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M294 Manual de métodos de pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho [recurso eletrônico] / Magno Oliveira Macambira, Elaine Rabelo Neiva, Sinésio Gomide Júnior (Organizadores). — Uberlândia : Edufu, 2026.

470 p.: il. color.
ISBN: 978-85-64554-92-4
Livro digital (e-book)
DOI: http://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-64554-92-4
Vários autores.

1. Psicologia – Pesquisa. 2. Psicologia – Metodologia. 3. Trabalho – Aspectos psicológicos. I. Macambira, Magno Oliviera, (Org.). II. Neiva, Elaine Rabelo, (Org.). III. Gomide Júnior, Sinésio, (Org.). IV. Universidade Federal de Uberlândia.

CDU: 159.9:331.1

Eduardo Pereira Resende
Bibliotecário-documentalista – CRB-6/4303

EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

Sumário

Prefácio 9

Parte 1 ◆ **Fundamentos da pesquisa**

Capítulo 1

O contexto e os desafios da pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho 15

Sinésio Gomide Júnior, Magno Oliveira Macambira, Heila Magali da Silva Veiga

Capítulo 2

Pressupostos éticos na pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho: reflexões à luz das resoluções brasileiras 33

Heila Magali da Silva Veiga

Parte 2 ◆ **Métodos de investigação**

Capítulo 3

Métodos longitudinais 61

Elaine Rabelo Neiva, Laila Leite Carneiro, Elisa Maria Barbosa de Amorim-Ribeiro, Helenides Mendonça

Capítulo 4

Etnografia e netnografia 101

Fernanda Bueno Cardoso Scussel, Gisela Demo,
Martin de La Martinere Petroll, Maribel Carvalho Suarez

Capítulo 5

Estudo de caso 133

Elisa Maria Barbosa de Amorim-Ribeiro, Leonardo de Oliveira Barros,
Elaine Rabelo Neiva

Capítulo 6

Pesquisa-ação 163

Silvia Miranda Amorim, Ariane Agnes Corradi

Capítulo 7

Delineamentos experimentais e quase-experimentais 191

Sinésio Gomide Júnior

Capítulo 8

Modelos hierárquicos lineares: a pesquisa multinível 211

Elaine Rabelo Neiva, Kátia Elizabeth Puente-Palacios

Capítulo 9

Métodos mistos 247

Sinésio Gomide Júnior

Capítulo 10

Pesquisa transcultural: questões metodológicas 275

Helenides Mendonça, Tiago dos Santos Almeida,
Ana Luísa Junça da Silva, Ana Cláudia Souza Vazquez

Capítulo 11

Revisão sistemática e meta-análise 301

Andrea Valéria Steil, Silvia Miranda Amorim,
Renata Silva de Carvalho Chinelato

Parte 3 ◆ **Estratégias de coleta e análise de dados**

Capítulo 12

Pesquisa de levantamento (*Survey*) 337

Michelle Morelo Pereira, Heila Magali da Silva Veiga,
Pedro Afonso Cortez

Capítulo 13

Estudos diários 369

Renata Silva de Carvalho Chinelato, Helenides Mendonça,
Michelle Morelo Pereira

Capítulo 14

Entrevista e grupo focal 395

Tatiane Alves de Melo, Natasha Fogaça, Gisela Demo,
Karla Veloso Coura

Parte 4 ◆ **Perspectivas de pesquisa**

Capítulo 15

Os vieses metodológicos na pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho 433

Laila Leite Carneiro, Sônia Maria Guedes Gondim,
Daniela Bahia Campos Moscon

Considerações finais 461

Autores 465

Prefácio

Foi com grande satisfação que recebi o convite para escrever o prefácio desta coletânea, que representa o esforço conjunto de pesquisadores, acadêmicos e profissionais atuantes na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Ao longo de minha trajetória profissional, tive a oportunidade de colaborar e interagir com muitos dos autores aqui presentes, como membro do Grupo de Trabalho em Cultura Organizacional e Saúde no Trabalho, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp). Com isso, pude testemunhar o compromisso do grupo com o avanço do conhecimento em POT, bem como suas valiosas contribuições nacionais e internacionais nessa área de estudos, especialmente no que tange à compreensão e aprimoramento do ambiente de trabalho.

Ao longo das últimas décadas, o interesse pelo estudo das relações entre indivíduos e organizações tem se mostrado cada vez maior. A evolução tecnológica e as mudanças nas estruturas organizacionais desafiam constantemente a forma como o trabalho é concebido e realizado. Como consequência dessas transformações, a POT tem estado em constante evolução, buscando compreender e intervir nos fenômenos psicológicos que permeiam o contexto das organizações e do mundo laboral. No Brasil, essa disciplina tem experimentado avanço considerável, o que se reflete no expressivo número de títulos publicados e na qualidade das pesquisas desenvolvidas no país.

No entanto, apesar do expressivo desenvolvimento acadêmico e da vasta produção científica, havia uma lacuna importante no campo da POT em território nacional: a ausência de uma obra que se dedicasse exclusivamente ao perfil metodológico da pesquisa nessa área. Essa foi, portanto, a motivação do referido Grupo de Trabalho ao escrever a presente obra. Nesse sentido, o livro trata, de forma contextualizada, crítica e atualizada, de diversas abordagens, técnicas e estratégias metodológicas inerentes ao atual cenário de investigação na área de POT. Seu objetivo é contribuir para a aquisição de competências essenciais à qualidade do trabalho acadêmico e à tomada de decisões de consultores e gestores que atuam no mundo do trabalho e das organizações.

Para alcançar esse objetivo, a obra estrutura-se em quatro partes distintas, cada uma dedicada a explorar um aspecto essencial da pesquisa no campo da POT. A primeira parte, "Fundamentos da Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho", constitui o alicerce para a compreensão da importância e complexidade da investigação nessa área. Ela compõe-se de dois capítulos: o primeiro explora o cenário e os desafios que permeiam a pesquisa no contexto do trabalho, ao passo que o segundo discute os pressupostos éticos que fundamentam e orientam as ações de pesquisa em POT.

A segunda parte do livro, "Métodos de investigação em Psicologia Organizacional e do Trabalho", contém nove capítulos. Cada um deles versa sobre um método amplamente utilizado nas pesquisas nacionais e internacionais em POT, permitindo que o leitor se aprofunde em diferentes perspectivas e escolha as que se mostrarem mais adequadas a seus objetivos e à investigação dos fenômenos organizacionais e do trabalho com eficácia.

Na terceira parte, "Estratégias de coleta e análise de dados", há três capítulos que buscam descrever algumas das principais ferramentas tradicionais e inovadoras que têm impulsionado as pesquisas em POT. Essas ferramentas têm contribuído para o aprofundamento da compreensão e interpretação dos dados coletados, transformando, com frequência, os modos pelos quais as investigações em POT são conduzidas.

Por fim, a quarta e última parte do livro, "Perspectivas em pesquisa em POT", procura sumarizar os vieses da pesquisa, discutindo o futuro do perfil metodológico da pesquisa nessa área. O leitor é, assim, levado a refletir sobre os possíveis caminhos para avançar na qualidade e validade das pesquisas em POT.

Ao reunir essas quatro partes do livro em torno do tema central que dá título ao livro, seus autores construíram uma obra abrangente, que fornece subsídios sólidos e atualizados para o estudo, compreensão e aprimoramento da POT no contexto brasileiro. Ele constitui-se, portanto, em recurso valioso para acadêmicos, pesquisadores, profissionais e gestores.

Finalizo parabenizando a todos os organizadores, autores e coautores que participaram dessa empreitada. Suas trajetórias pessoais, na qualidade de pesquisadores, professores e/ou profissionais da área, permitiram-lhes vivenciar as dificuldades e as conquistas associadas à realização de pesquisas em organizações diversificadas e moldaram indubitavelmente o conteúdo do livro.

Tenho convicção de que essa obra vem preencher importante lacuna na literatura científica nacional e irá se constituir em referência fundamental para futuras investigações e para o aprimoramento das práticas de pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Acrescente-se a isso o fato de que o conhecimento aqui apresentado poderá contribuir para o avanço da compreensão acerca dos desafios e das oportunidades que envolvem as dinâmicas do mundo do trabalho, viabilizando a construção de ambientes organizacionais mais saudáveis, produtivos e humanizados.

Desejo a todos uma boa leitura!

Maria Cristina Ferreira

Parte 1

Fundamentos da pesquisa

Capítulo 1

O contexto e as perspectivas da pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Sinésio Gomide Júnior
Magno Oliveira Macambira
Heila Magali da Silva Veiga

O campo de conhecimento que se convencionou ser chamado de "psicologia científica" teve início no final do século XIX dividido entre uma psicologia empírico-filosófica, que defendia uma causalidade psíquica ligada à fisiologia, e uma psicologia racional, voltada para a noção de ciência natural, assentada em causalidades físicas e voltada para a predição e o controle (De Luiz & Sousa, 2020). Os autores informam que a psicologia, em seus primórdios como ciência, apresentava uma epistemologia caracterizada por posições divergentes entre dois pressupostos dispostos como em um contínuo que, embora opostos em seus pontos-limite, permitia posições intermediárias entre eles. Essas posições são denominadas, pelos autores (De Luiz & Sousa, 2020), como "matizes do pensamento psicológico"'.

Abib, em 2009, já havia afirmado ser a psicologia um projeto de constituição científica dividida e que a orientação empirista, voltada para a ciência natural, foi mais bem aceita pela comunidade científica internacional. Abib (2009) postula que a psicologia, por sua característica de conhecimento plural, possui uma diversidade de abordagens que se constitui como uma "epistemologia pluralizada". Assentada nessa multiplicidade, a psicologia, hodiernamente, dedica-se a investigar o humano em todas as suas possibilidades e expressões visíveis (comportamento) e invisíveis (afetos e crenças), singulares e genéricas, fazendo com que cada uma das abordagens, a partir de seus enfoques, se dedique à delimitação de seus objetos (Bock, Furtado, & Teixeira, 2008).

No centro desse debate, se encontra o método (ou métodos) que possibilita(m) a construção do conhecimento em psicologia. Partindo-se do pressuposto que a ciência busca a descrição, interpretação, a explicação e a predição da realidade (Paranhos *et al.*, 2016), o método científico constitui-se como um conjunto de técnicas para a investigação de fenômenos e para a construção de novos conhecimentos, como também à correção e integração de conhecimentos prévios em bases mais amplas (De Benedicto *et al.*, 2012). Os autores postulam que a *práxis* científica se encontra ancorada em diversas acepções filosóficas sobre a realidade que determinam a forma sobre como o conhecimento humano é construído, a abordagem e a estrutura do *design* de pesquisa, do processo e dos resultados das investigações.

As diversas possibilidades metodológicas em psicologia remontam a um debate epistemológico que opõe, de um lado, uma visão positivista (que aproxima os métodos da psicologia àqueles da ciência natural) e, de outro, uma visão interpretativista que advoga que as ciências humanas e sociais demandam métodos distintos aos da ciência natural, em função de seus objetos e objetivos. Esse debate está ancorado na epistemologia, conceituada como o estudo científico e filosófico do conhecimento, que tem por objeto o saber científico, filosófico, cultural, social e técnico, visando explicar seus condicionamentos, organizar e sistematizar suas relações, bem como esclarecer

seus vínculos e avaliar seus resultados (Faria, 2015) ou, mais sucintamente, como o ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento (De Benedicto *et al.*, 2012). Destarte, o debate epistemológico, que perpassa a psicologia, também está presente nas ciências sociais e nos estudos organizacionais que são, necessariamente, multidisciplinares — o que exacerba os posicionamentos em cada um dos polos epistêmicos.

É nesse cenário que surge a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) que busca compreender o comportamento humano e os processos psicológicos inerentes aos contextos laborativos e ao próprio trabalho. Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014) apresentam a constituição histórica do campo de POT, destacando os desafios e respostas dadas ao longo do tempo e, a partir daí, propõem a estruturação do campo em três vertentes: Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas. Em cada uma delas há fenômenos passíveis de investigação nos níveis individual, grupal, organizacional, societário, do conteúdo de trabalho e na interface trabalho/não trabalho. As possibilidades de diferentes níveis de análise tornam-se uma questão adicional nas produções científicas em POT, à medida em que muitos fenômenos são inerentes a mais de um nível, trazendo a necessidade de refinamentos nos delineamentos de pesquisa, com vistas a alinhar, por exemplo, o nível da teoria com o nível da medida nas diversas etapas do estudo (Klein, Dansereau, & Hall, 1994; House, Rousseau, & Thomas-Hunt, 1995).

Pontuam Gondim, Borges-Andrade e Bastos (2018), que a POT, além dos diversos níveis de análise, também possui um caráter multi e interdisciplinar, o que conduz a tensões oriundas dos diversos paradigmas (às vezes, conflituosos) quando procuram impor padrões e normas de produção do conhecimento, com reflexos na escolha dos métodos de investigação e na definição de constructos da pesquisa em POT.

Diante desse cenário, este capítulo tem por objetivo discutir o contexto e as perspectivas futuras das pesquisas em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

O contexto da pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho: as bases epistemológicas

A escolha do método de investigação parece ser o âmago das pesquisas em ciências humanas e sociais, e não poderia ser diferente em psicologia e em POT. Conforme apregoam Abbad, Puente-Palácios e Gondim (2014), a adoção de métodos de investigação requer um posicionamento crítico, por parte do pesquisador, de questionamentos de natureza ontológica e epistemológica. Ainda conforme as autoras, no plano ontológico, as questões são relativas a se o mundo existe além da percepção humana e se é possível apreendê-lo. Já no plano epistemológico, as questões a ele inerentes dizem respeito à definição do que é conhecimento válido e como se chegar a ele.

O início do século XVII, a partir da chamada "revolução científica", marca a autonomia da ciência que busca seu próprio método, desligado da reflexão filosófica (Benedicto *et al.*, 2012). Nesse movimento, a ciência busca um objeto determinado de investigação e uma finalidade específica, passando a interpretar a realidade de diferentes formas, o que faz emergir as epistemologias positivista e interpretativista (subjetivista e construtivista).

A *epistemologia positivista* prega que somente são válidos os conhecimentos baseados em fatos e dados da experiência, não podendo, a ciência, atribuir nenhuma subjetividade à realidade, à verdade e aos valores.

A *epistemologia interpretativista-subjetivista*, por seu turno, pressupõe que significados sobre objetos são impostos por sujeitos, sendo construções mentais, sonhos ou arquétipos. Assim, as características dos objetos não são importantes, já que se pode impor a eles qualquer significado. A *epistemologia interpretativista-construtivista,* por outro lado, pressupõe que a realidade, em si, não existe. Significados e verdades são construídos, não nascendo, apenas, de uma construção mental, mas, fundamentalmente da interação entre processos mentais e características do objeto. O construtivismo social, em complemento, propõe que a construção dos significados ocorre

por meio dos processos de interação social e da intersubjetividade (Benedicto *et al.*, 2012).

A compreensão da natureza da ciência organizacional, partindo da epistemologia e das inter-relações entre as diferentes perspectivas epistemológicas está, intimamente, ligada a escolha dos métodos de investigação (Bardini, & Silva, 2019; Bonache & Festing, 2020; Dawadi, Shrestha, & Giri, 2021).

Conforme Dawadi, Shrestha e Giri, (2021), as epistemologias elencadas por Benedicto *et al.* (2012) geraram o que chamam de "paradigmas". Conforme os autores, há uma série de paradigmas de pesquisa, ora complementares, ora opostos. Um dos paradigmas de pesquisa mais prevalentes é o *positivismo*, que considera que somente o conhecimento confirmado pelos sentidos é afirmado como conhecimento. Segue o caminho objetivo na pesquisa e defende que o conhecimento seja adquirido através de uma coleta de fatos objetivamente verificáveis, usando meios quantitativos, e postula que apenas as afirmações científicas são o verdadeiro domínio do cientista. Os pesquisadores quantitativistas são, em geral, guiados pelo positivismo e utilizam ferramentas quantitativas para obter achados objetivos em seu estudo. Contudo, o aclamado "pós-positivismo" (Bryman, 2012) abre espaço para, também, os métodos qualitativos e para a subjetividade, empregando métodos quantitativos (como um questionário) e qualitativos (como entrevistas e observação participante).

Por outro lado, o *interpretativismo-subjetivismo*, com uma epistemologia contrastante com o positivismo, acredita em múltiplas realidades, respeitando o significado subjetivo da ação social. Os interpretativistas, como consequência disso, utilizam ferramentas como entrevistas, grupos focais e observação participante para a compreensão do problema de esquisa. O paradigma *interpretativismo-construtivista,* por seu turno, baseia-se na premissa de que a realidade é um produto da interação humana com o mundo real, opondo-se à ideia de que existe uma metodologia única para gerar conhecimento. O primeiro paradigma relaciona-se, primordialmente, com a metodologia quantitativa, ao passo que o segundo impulsiona a pesquisa qualitativa.

O quadro 1 resume as abordagens paradigmáticas e caracteíristicas dos *designs* de pesquisa inerentes a cada uma delas.

Quadro 1. Abordagens paradigmáticas e características dos designs de pesquisa.

Paradigma	Positivismo		Interpretativismo
	Quantitativo		Qualitativo
Objetivos do estudo	Explanação		Compreensão
Assunções epistemológicas e ontológicas	Mundo objetivo que pode ser representado por conceitos e proposições		Realidade social que gera visões múltiplas e socialmente construídas
Método de pesquisa	Quantitativos, qualitativos e mistos		Preferencialmente métodos qualitativos
Construção das questões de pesquisa	Detecção de lacunas		Problematização
Papel do pesquisador	Objetividade sem juízos de valores		Relacionamento e empatia
Procedimentos amostrais	Amostra estatística: probabilística e não probabilística	Amostragem teórica	Teórica e casual
Técnicas de coleta de dados	Surveys, experimentos	Entrevistas, observação participativa, grupos focais, etnografia	
Construção da teoria	Teste da teoria	Construção ou elaboração da teoria	Geração de teoria
Importância do contexto de construção de teoria	Contexto como variável independente	Contexto como uma limitação	Geração de teoria de contexto
Indicador da qualidade da análise de dados	Convergência		Múltiplas perspectivas
Critério de avaliação	Validade e confiabilidade		Rigor do estudo como medida da qualidade das proposições (modelos)

Fonte: Bonache & Festing, 2020. Nota: adaptada pelos autores

Há, ainda, orientando a escolha dos métodos de investigação em POT, um terceiro paradigma, o *pragmatismo,* pluralista e orientado para "o que funciona" e para a "prática". O pragmatismo, conforme Dawadi *et al.* (2021), usa vários métodos que devem ser guiados, sempre, por problemas de pesquisa. Valoriza tanto o conhecimento objetivo quanto o subjetivo para atender aos objetivos da pesquisa. Os pesquisadores que adotam uma posição pragmática têm a liberdade de escolher os métodos ou estratégias de pesquisa que podem responder melhor às suas questões de pesquisa. O pragmatismo deixa de lado a divisão quantitativa/qualitativa, sugerindo que a questão mais importante é se a pesquisa ajudou a descobrir o que o pesquisador quer saber. Portanto, a principal razão para adotar uma posição pragmatista em um estudo é permitir que o pesquisador tenha uma postura pluralista, empregando *designs* de múltiplos métodos. Em projetos de pesquisa de múltiplos métodos, as abordagens de pesquisa qualitativa ajudam a entender a situação, explorando-a através de ferramentas como observação participante e entrevistas, ao passo que as abordagens quantitativas auxiliam na obtenção de descobertas objetivas, empregando ferramentas como a estatística.

No mapeamento dos temas centrais em POT, Bendassoli, Borges-Andrade e Malvezzi (2010) identificaram divisões internas que se referem a diferentes abordagens ontológicas e epistemológicas que podem ser identificadas como perspectivas concorrentes que desenvolvem métodos específicos. Essas divisões, alcunhadas por Rodrigues e Carvalho-Freitas (2016) como *fragmentações,* podem impedir a construção de teorias na área, enfraquecendo o conhecimento produzido, independentemente de sua afiliação epistemológica, com reflexos diretos tanto na construção de conceitos, quanto na elaboração de medidas que os reflitam (Guyon *et al.*, 2018).

Sobre essa fragmentação e dilemas na construção do conhecimento em POT, Bastos e Gomes (2012) afirmam não serem problema a ser superado diante da singularidade de seu campo científico e profissional e de seus objetos de estudos. Para os autores, o entendimento dos fenômenos psicológicos em ambientações de trabalho requer a compreensão de que a POT é um campo plural e diverso.

Perspectivas futuras da pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

A POT sofreu transformações significativas ao longo de sua história, passando de uma perspectiva de psicologia industrial para a perspectiva de psicologia organizacional e do trabalho (Campos *et al.*, 2011) enfrentando, em seu percurso, aspectos históricos, institucionais, metodológicos, políticos e profissionais, adquirindo, nese trajeto, um caráter complexo e plural (De Luiz & Sousa, 2022). Conforme os autores, em função da complexidade de seus objetivos, diversas frentes se estruturaram com referenciais teóricos que orientaram a metodologia empregada na produção de seus conhecimentos. Apesar de não possuir um único paradigma norteador, a POT tem sido influenciada por novos paradigmas que assumem a visão de uma realidade mais fluída, mais instável e atravessada por inúmeros fatores.

Embora, historicamente, a produção do conhecimento em POT tenha sido marcada pela polaridade entre duas perspectivas (positivismo/interpretativismo) que, segundo Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa (2017), buscaram marcar seus territórios de atuação e influência, Bastos e Gomes (2012) afirmam que essa polarização se encontra ancorada em uma realidade maior que opõe a parte ao todo, do singular ao plural, o indivíduo à sociedade, e os diversos níveis e planos em que as pessoas se agrupam. Assim, trata-se de uma tensão que atravessa a discussão das relações das pessoas com seus vários grupos de inserção: família, grupos de amigos, grupos de trabalho e organizações. Pode-se, também, expressar esse dilema em termos polares, tais como: subjetividade *versus* objetividade, subjetividade *versus* estrutura social, eu *versus* outro, ou identidade individual *versus* identidade coletiva (Bastos & Gomes, 2012).

Tais dilemas, tensões e polarizações são decorrentes da natureza da subárea de conhecimento que se constitui a POT. Gondim, Borges-Andrade e Bastos (2018) identificam sete características da área que produzem tensões na produção do conhecimento: ser um domínio multi e interdisciplinar para onde concorrem teorias e métodos oriundos de diferentes disciplinas, as demandas entre compreensão dos processos

psicológicos e as aquelas advindas da necessidade de intervenção frente a problemas organizacionais, gerenciais e do próprio trabalho, a caracterização dupla como ciência e profissão, a diversidade teórico-metodológica própria da psicologia e das outras ciências sociais que compõem o mosaico de influências em POT, a origem e a natureza teórica dos constructos investigados que, muitas vezes, não são coincidentes com seus níveis de mensuração e, por último, a própria evolução dos paradigmas que orientam a pesquisa, hoje mais fluidos e maleáveis (como também postulam De Luiz e Sousa em 2022).

Embora a superação desses dilemas não seja possível e, em alguns casos, nem desejável (Bastos & Gomes, 2012), autores têm apontado caminhos para que as divergências sejam minimizadas. Bastos e Gomes (2012) apontam para a necessidade de que não se "esconda" as divergências que, pelo contrário, devem ser explicitadas, evitando o reducionismo aprisionador em quaisquer dos lados ou buscando uma conciliação fácil entre os polos.

Nessa mesma linha, De Benedicto *et al.* (2012) afirmam que, pela natureza multi e interdisciplinar do conhecimento em POT, há a necessidade de que pesquisadores reformulem as perspectivas de produção, buscando a pesquisa comparativa e de ampla análise epistemológica, enfatizando que nenhum campo do conhecimento alcançou a plenitude do conhecimento. Leão (2012) afirma ser necessário, no Brasil, pensar as relações da POT com atividades consideradas fora do seu campo tradicional de pesquisa e atuação. Para o autor, a disposição de abertura para essas atividades será útil para o avanço do conhecimento e intervenções nas relações psicologia-trabalho-organizações, além de evitar a adesão a modismos, teorias e métodos oriundos de conjunturas sociais, culturas e econômicas distintas às brasileiras.

Em 2014, Abbad, Puente-Palácios e Gondim alertaram para a natureza multinível dos fenômenos organizacionais. Chamam a atenção para o fato de que, ao buscar legitimidade, as investigações em POT devem identificar os níveis nos quais os fenômenos pertencem, uma vez que diferentes atributos ou propriedades de comportamentos e resultados podem ser encontrados. Para as autoras, as investigações em POT se concentram nos níveis individuais com medidas baseadas

em percepções e metodologias quantitativistas. Advogam que, para contornar este viés, as pesquisas de diferentes níveis necessitam adotar diferentes estratégias metodológicas em abordagens multimétodos. Essa estratégia de investigação também é defendida por Puente-Palácios, Porto e Martins em 2016.

Os desafios metodológicos enfrentados pela pesquisa em POT passam pela assunção de que a área é multi e interdisciplinar e que cada uma das subáreas do conhecimento que os alimentam postulam perspectivas teórico-metodológicas, às vezes, divergentes e que esforços adicionais devem ser empreendidos no sentido de torná-las complementares e não antagônicas. Para Gondim, Borges-Andrade e Bastos (2018), esses esforços passam, necessariamente, pelo investimento direto e intenso na formação de novos pesquisadores e consideram a sensibilidade da POT às demandas sociais, tornando a interlocução com outros campos do conhecimento imprescindível. Essa proposição também é a assumida por de De Luiz e Souza (2022). Os autores (Gondim, Borges-Andrade & Bastos, 2018) ainda apontam para a necessidade de superação dos preconceitos ou dogmas originados das diversas abordagens epistemológicas, assumindo uma atitude de tolerância para as contribuições oriundas de vertentes teórico-metodológicas distintas.

Por fim, os autores afirmam que se as abordagens epistemológicas buscam responder qual conhecimento pode ser considerado válido e quais questões metodológicas tentam dar uma resposta sobre o modo de construção desse conhecimento. Para tanto, os métodos de investigação em POT devem ser apropriados para a construção de boas teorias que obedeçam aos critérios de consistência interna e coerência empírica e devem propiciar a generalização teórica e empírica do conhecimento produzido.

Em 2019, Bal, Dóci, Lub e mais treze pesquisadores, publicaram um manifesto em que se mostram preocupados com uma crise que envolveria as produções e as ações de estudiosos e profissionais em POT. Segundo os autores, estudiosos do campo da POT apontaram a falta de relevância da Psicologia do Trabalho e Organizacional, dos resultados de suas pesquisas para a sociedade, práticas prejudiciais de

pesquisa, o declínio dos departamentos de psicologia organizacional e do trabalho nas instituições de ensino e pressões contínuas em acadêmicos dentro das universidades. Essa crise diria respeito não só à investigação e à sua validade e valor, mas também ao sistema acadêmico que as abriga, na medida em os acadêmicos têm que conduzir a tarefa principal de estudar a psicologia dos indivíduos no local de trabalho, no interior de um sistema que não é saudável para muitos que nele trabalham.

Para os autores do manifesto, a Psicologia das Organizações e do Trabalho é particularmente adequada para exercer um papel proativo e central na abordagem e na mudança desse cenário com a sua experiência em abordar como as organizações e as pessoas podem criar locais de trabalho e culturas em que se possa prosperar e experimentar o bem-estar. Por isso, a partir de uma responsabilidade partilhada, devem os profissionais e pesquisadores envolverem-se ativamente no debate público e contribuir com formas de abordar as preocupações em torno das direções futuras de suas pesquisas.

As recomendações listadas pelos autores concentram-se no que precisa ser feito em vários níveis em que as vivências no trabalho estão embutidas: o individual, o organizacional e o social. Para os autores, os profissionais da POT (acadêmicos e não acadêmicos) são especialistas e capazes de promover mudanças nos sistemas laborais, o que os torna responsáveis pelo engajamento ativo nas iniciativas que objetivam a construção de um futuro sustentável da POT como disciplina científica. As recomendações listadas no manifesto não devem ser vistas como mandamentos (Bal *et al.*, 2019), mas como um chamado a todos os estudiosos do campo para se tornarem mais conscientes de suas responsabilidades acadêmicas. A lista de recomendações é aberta e nunca "acabada". Ainda conforme os autores, as recomendações são destinadas a apoiar indivíduos e coletivos para se tornarem ativamente engajados em cocriar o futuro da POT, com base em um debate contínuo em torno dos valores e comportamentos profissionais.

As recomendações partem do indivíduo para o nível organizacional-sistêmico e social. Primeiro, discutem a responsabilidade que os estudiosos da POT têm para com os indivíduos em o local de trabalho.

Em seguida, abordam suas responsabilidades com os próprios estudiosos e com comunidade acadêmica. Em nível sistêmico, focam na necessidade de redesenhar o sistema de gestão e o sistema de financiamento das publicações. Abordam, por fim, as responsabilidades com a sociedade, terminando sobre como se pode integrar essas recomendações à prática acadêmica. Essas recomendações estão resumidas no quadro 2, com os passos práticos que se pode ou se deve tomar em curto e longo prazos.

Quadro 2. Práticas recomendadas para um futuro sustentável da POT.

Recomendações	Curto Prazo	Longo Prazo
Responsabilidade frente aos indivíduos	· Descreva as implicações da pesquisa. · Priorize a busca pelo bem-estar, integridade e dignidade como acima dos interesses das organizações pela lucratividade.	· Conduza as investigações que pesquisem como os indivíduos são afetados pelas estruturas societárias. · Conduza investigações que busquem maneiras que as organizações possam promover a dignidade e integridade humana e como os indivíduos podem contribuir para isso.
Responsabilidade frente aos pesquisadores e acadêmicos	· Engaje-se em diálogos com colegas sobre carga de trabalho e distribuição de tarefas. · Engaje-se em atividades organizacionalmente cidadãs que promovam melhores condições de trabalho.	· Promova contínuo debate sobre condições de trabalho. · Tome parte nas decisões institucionais.
Responsabilidade frente a redução das iniquidades.	· Promova debates com colegas e gestores sobre o respeito às pessoas, independentemente de seu background.	· Trabalhe para tornar iguais as condições de participação de diferentes grupos, respeitando suas representatividades.
Responsabilidade frente às comunidades acadêmicas.	· Promova e crie espaço de debates sobre as condições de trabalho acadêmicas e sobre as experiências de cada um.	· Crie redes de comunicação entre pares que promova intercâmbio de conhecimentos e espírito colaborativo.

Recomendações	Curto Prazo	Longo Prazo
Responsabilidade frente a gestores.	· Como gestores, priorize a dignidade e a integridade de seus subordinados. · Promova programas de liderança para gestores que busquem a conscientização de seus papéis frente a seus liderados.	· Crie sistemas nos quais todos os envolvidos participem de suas elaborações e sejam democraticamente representados.
Responsabilidade frente à organização do trabalho nas academias.	· Promova discussões com colegas sobre os objetivos da ciência e sobre como alcançar seus objetivos. . Escolha os focos das investigações que, efetivamente, respondam às questões relevantes aos indivíduos e às organizações e não apenas visem à publicação.	· Abula métricas estreitas como resultados das investigações, definindo objetivos plurais e avalie se esses objetivos efetivamente alcançam os fins científicos a que se propõem.
Responsabilidade frente ao financiamento das pesquisas e às suas publicações.	· Participe apenas de investigações que promova a maior integridade dos indivíduos e instituições e auxilie a promoção da POT como disciplina científica.	· Advogue a abolição da competição entre os projetos acadêmicos e a manutenção de condições adequadas a suas conduções.
Responsabilidade frente à sociedade.	· Priorize investigações que promovam os interesses societários.	· Conduza investigações sobre como indivíduos em seus locais de trabalho podem promover melhores condições de trabalho. · Conduza investigações que promovam melhores condições de trabalho, bem-estar e igualdade de chances para os diversos grupos presentes na sociedade.
Responsabilidade frente aos estudantes.	· Informe aos estudantes sobre os debates atuais e os integre na busca de soluções. · Pratique o que ensina.	· Promova a participação de estudantes nas investigações que conduz. · Promova a participação dos estudantes nos processos decisionais da academia.

Fonte: Bal, Dóci, Lub et al., 2019. Nota: adaptada pelos autores.

Ao apresentar esse manifesto, os autores pretendem estimular debates que contribuam para um futuro melhor, sustentável e significativo para a POT. Eles esperam que o manifesto seja um veículo para envolver os formuladores de políticas e tomadores de decisão sobre projetos de pesquisa, bem como suas gestões, promovendo um diálogo sobre bem-estar na academia e superando as possibilidades de crise de relevância da POT, já identificada na literatura internacional.

Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo apresentar e discutir o contexto e as perspectivas da produção do conhecimento em psicologia organizacional e do trabalho, partindo da gênese de sua constituição como ciência e passando pelas escolhas epistemológicas (e consequentemente, metodológicas) possíveis. A POT enfrentou, em seu percurso, aspectos históricos, institucionais, metodológicos, políticos e profissionais, adquirindo, nesse trajeto, um caráter complexo e plural com uma grande complexidade de objetivos e referenciais teóricos que buscaram orientar a metodologia empregada na produção de seus conhecimentos. A produção do conhecimento em POT é caracterizada por uma polarização nas metodologias empregadas que, ainda hoje, oscila entre duas perspectivas (positivismo/interpretativismo) que se encontram ancoradas em uma realidade maior que opõe a parte ao todo, o singular ao plural, o indivíduo à sociedade e os diversos níveis e planos em que as pessoas se agrupam, ou seja, trata-se de uma tensão que atravessa a discussão das relações das pessoas com seus vários grupos de inserção.

A superação desses dilemas nas investigações em POT pode não ser desejável, ou possível, mas a literatura tem apontado diversas formas de minimizá-las, garantindo uma produção de qualidade. Essas formas vão desde a necessidade de evitar o reducionismo em quaisquer das perspectivas ou buscar uma conciliação fácil, até a necessidade de investimento em pesquisas comparativas com ampla análise epistemológica que enfatizem que nenhum campo do conhecimento alcançou a plenitude do conhecimento.

A partir do reconhecimento da natureza multi e interdisciplinar do conhecimento gerado e das intervenções em POT, esforços adicionais devem ser empreendidos no sentido de tornar complementares as perspectivas teórico-metodológicas de cada área de conhecimento que a compõe; esforços esses que passam pelo investimento direto e intenso na formação de novos pesquisadores, além de se considerar a sensibilidade da POT às demandas sociais, tornando a interlocução com outros campos do conhecimento imprescindível. A literatura também aponta para a necessidade de superação dos preconceitos ou dogmas originados das diversas abordagens epistemológicas, assumindo, os pesquisadores, uma atitude de tolerância para as contribuições oriundas de vertentes teórico-metodológicas distintas, buscando a construção de teorias que obedeçam aos critérios de consistência interna e coerência empírica, propiciando a generalização (teórica e empírica) do conhecimento produzido, com vistas a sua relevância e aplicabilidade às demandas acadêmicas e sociais.

A despeito dos dilemas apresentados neste capítulo, considera-se que a construção do conhecimento deve ser entendida a partir de práticas e discursos pontualizados e que qualquer ciência pode balizar o discernimento de suas escolhas metodológicas.

Referências

Abbad, G., PuentePalácios, K., & Gondim, S. M. G. (2014). Abordagens metodológicas em psicologia organizacional e do trabalho. *Revista Brasileira de Psicologia, 2*(2), 71–88.

Bal, P. M., Dóci, E., Lub, X., Van Rossenberg, Y. G. T., Nijs, S., Achnak, S., … Van Zelst, M. (2019). Manifesto for the future of work and organizational psychology. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 28*(3), 289–299. https://doi.org/10.1080/1359432X.2019.1602041

Bardini, C., & Silva, N. (2019). O conceito de mudança organizacional na perspectiva dos paradigmas sociológicos. *Diálogos Interdisciplinares, 8*(6), 135–155.

Bastos, A. V. B., & Gomes, W. B. (2012). Polaridades conceituais e tensões teóricas no campo da psicologia: O falso paradoxo indivíduo/coletividade. *Psicologia: Ciência e Profissão, 32*(3), 662–673. https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300011

Bendassoli, P. F., BorgesAndrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos

temáticos e tensões em POT no Brasil. *Estudos de Psicologia, 15*(3), 281–289. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300008

Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C. C. (2017). Linhas paralelas: As distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. *Estudos em Psicologia, 34*(1), 15–24. https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003

Bonache, J., & Festing, M. (2020). Research paradigms in international human resource management: An epistemological systematisation of the field. *German Journal of Human Resource Management, 34*(2), 99–123. https://doi.org/10.1177/239700222090978
Campos, K. C. L., Duarte, C., Cezar, E. O., & Pereira, G. O. A. (2011). Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção na última década. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(4), 702–717. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400004

Dawadi, S., Shrestha, S., & Giri, R. A. (2021). Mixedmethods research: A discussion on its types, challenges, and criticisms. *Journal of Practical Studies in Education, 2*(2), 25–36. https://doi.org/10.46809/jpse.v2i2.20

De Benedicto, S. C., De Benedicto, G. C., Andrade, G. H., & Stieg, C. M. (2012). As contribuições da filosofia, da ciência e da epistemologia interregional ao campo da administração e estudos organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP, 10*(1), 29–54.

De Luiz, G. M., & Sousa, T. A. B. (2022). Epistemologia e formação do psicólogo: discussões contemporâneas. *Fractal: Revista de Psicologia, 34*, e5859. https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/5859

Faria, J. H. (2015). Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para estudos organizacionais. *Revista de Administração da Mackenzie, 16*(5), 15–40. https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p15-40

Gondim, S. M. G., BorgesAndrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2018). Desenvolvimento científico e desafios da psicologia do trabalho e das organizações no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (online), 18*(4), 1087–1105. Recuperado em 10 de janeiro de 2023 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400004&lng=pt&tlng=pt

Guyon, H., Juhel, Kop, J., & Falissard, B. (2018). Measurement, ontology, and epistemology: Psychology needs pragmatismrealism. *Theory & Psychology, 1*, 1–23. https://doi.org/10.1177/0959354318761606

House, R., Rousseau, D. M., & ThomasHunt, M. (1995). The meso paradigm: A framework for the integration of micro and macro organizational behavior. *Research in Organizational Behavior, 17*, 71–114. Recuperado em 10 de janeiro de 2023 de https://www.worldcat.org/pt/title/mesoparadigmaframeworkfortheintegrationofmicroandmacroorganizationalbehavior/oclc/807369717

Katzell, R. A. (1994). Contemporary metatrends in industrial and organizational psychology. In H. Triandis, M. D. Dunnette, & L. M. Hough (Eds.), *Handbook of industrial and organizational psychology* (2nd ed., Vol. 4, pp. 1–89). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.

Klein, K. J., Dansereau, F., & Hall, R. J. (1994). Levels issues in theory development, data collection, and analysis. *Academy of Management Review, 19*, 195–229. https://doi.org/10.2307/258703

Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C., Silva Júnior, J. A., & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias, 18*(42), 384–411. https://doi.org/10.1590/15174522018004221

Peixoto, A. L. A. (2016). Regulação e controle ético de pesquisa em psicologia organizacional e do trabalho. *Revista: Psicologia Organizações e Trabalho, 16*(4), 324–332. http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12658

Rodrigues, A. C. A., & CarvalhoFreitas, M. N. (2016). Fragmentação teórica: origens e repercussões no trabalho e psicologia organizacional. *Revista Psicol. Organ. Trab. (online), 16*(4). https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12630

Spector, P. E. (2006). Research methods in industrial and organizational psychology: Data collection and data analysis with special consideration to international issues. In N. Andersen et al. (Eds.), *Handbook of industrial, work & organizational psychology* (pp. 10–26). California: SAGE.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade, 19*(1), 30–37. https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005

Zanelli, J. C., Bastos, A. V. B., & Rodrigues, A. C. de A. (2014). Campo profissional do psicólogo em organizações e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. BorgesAndrade, & A. V. B. Bastos (Eds.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 549–582). Porto Alegre: Artmed.

Capítulo 2

Pressupostos éticos na pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho: reflexões à luz das resoluções brasileiras

Heila Magali da Silva Veiga

A partir da experiência da autora como pesquisadora, membro de comitê de ética em pesquisa e participante de pesquisa, serão tecidas reflexões acerca das exigências éticas impostas pelas normativas brasileiras, especificamente para a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Será dada ênfase à Resolução 510/2016/CNS (Brasil, 2016) que é específica para as Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo as especificidades das pesquisas nessas áreas e a pluralidade na concepção de ciência com suas diversidades teórico-metodológicas. Ciências

> têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da

> qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico; Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas (Brasil, 2016).

As normas éticas que regem pesquisas envolvendo pessoas datam de meados do século XX, sendo o código de Nuremberg (1947) um marco internacional na consideração dos aspectos éticos nos estudos com vistas a assegurar o respeito à dignidade humana e à proteção aos participantes. Logo após o término da Segunda Guerra, tornaram-se públicas as barbáries cometidas sob a égide da pesquisa científica, que devem ser lembradas para nunca serem repetidas (Jácome, 2013; Goliszek, 2014). Esse código pode ser considerado o documento mais importante da história da ética em pesquisa médica (Shuster, 1997).

Por mais difícil que seja revisitar os exemplos de experimentos durante a Segunda Guerra, é preciso relembrá-los para que não sejam olvidadas as atrocidades cometidas. Um exemplo foi um estudo desenvolvido para identificar os efeitos que voos a grandes altitudes e com pressão atmosférica reduzida surtiriam nos pilotos de aviação. Para tanto, prisioneiros eram colocados em tonéis ou barris, e a pressão atmosférica era comprimida e descomprimida para simular as condições dos pilotos, o que levou a morte de diversas pessoas por embolia gasosa. Em outro experimento, cujo objetivo era identificar os efeitos de determinadas substâncias biológicas e farmacológicas no corpo humano, as substâncias eram colocadas nas refeições de prisioneiros e os efeitos observados, sendo um deles a morte (Teixeira, 2017). Goliszek (2014) narra que foram realizados experimentos nos quais eram introduzidos gases tóxicos nos pulmões para coletar fluidos; depois o indivíduo era amarrado à maca para realização de exames invasivos e dolorosos.

Mesmo após o código de Nuremberg, são documentadas

pesquisas que não consideraram pressupostos éticos. Como, por exemplo, o Estudo Tuskegee que foi desenvolvido no período de 1932 a 1972 e tinha como objetivo avaliar a evolução da sífilis. Para tanto, foram recrutados 600 homens afro-americanos, sendo 399 com a doença e para os quais não foi dado tratamento, não foi informada a sua condição e nem solicitado o consentimento para participar do estudo. Vale ressaltar que, mesmo após a descoberta dos benefícios da penicilina para o tratamento, os participantes permaneceram sem receber o medicamento. O outro grupo era formado por 201 indivíduos saudáveis que foram comparados com os infectados pela doença (Fairchild & Bayer, 1999).

Os casos citados ilustram a necessidade de regulamentações, de controle externo e atenção aos princípios básicos da bioética, a saber, autonomia, não maleficência, beneficência e justiça (Resolução 196/1996/CNS). Na história da Psicologia, também podem ser identificadas pesquisas que hoje, certamente, não poderiam ser desenvolvidas, como o experimento da prisão de Stanford (Zimbardo, 1971) e os estudos de obediência de Milgram (1963, 1992).

O modelo de ciência prevalente na história das normativas internacionais e nacionais, elaboradas para as pesquisas na área de saúde, afeta diretamente o debate sobre as suas aplicações no desenvolvimento de pesquisas em POT. Desse modo, as investigações em POT que mais se assemelham ao modelo biomédico e a uma lógica positivista de ciência, como as investigações experimentais e quase-experimentais, modelos hierárquicos lineares, a pesquisa multinível e os *surveys* atendem com mais facilidade às exigências; por sua vez, os estudos interpretativos, tais como a etnografia, autoetnografia e netnografia e a pesquisa-ação têm mais limitações porque a concepção subjacente de ciência é outra, conforme distinções debatidas no capítulo 1 deste livro.

Embora as primeiras diretrizes relacionadas com ética em pesquisa com seres humanos contemplassem estritamente as pesquisas médicas, um aspecto basilar no processo de construção das normativas relacionadas com a ética em pesquisa com seres humanos é o respeito à autonomia que é posto em prática com a obtenção do consentimento,

ou seja, quando o participante avalia se participa ou não. Um indivíduo autônomo é aquele capaz de decidir sem qualquer pressão externa; portanto é preciso assegurar que a pessoa seja informada em linguagem clara e acessível o que envolve a sua participação no estudo e que ela tenha autonomia para decidir sem qualquer tipo de coerção ou sem que seja colocada numa situação de vulnerabilidade (Cosac, 2017; Goldim *et al.*, 2003). O conceito de vulnerabilidade é abrangente e não envolve apenas populações tradicionalmente consideradas como tal. Pode-se configurar também através de um convite à participação de uma pesquisa feito pelo chefe, pelo profissional que oferta algum tipo de serviço público ou professor. Assim, é indispensável criar condições para que o recrutamento dos participantes de pesquisa assegure liberdade para a pessoa decidir se deseja compor a amostra sem qualquer tipo de constrangimento. Nessa direção, a Associação Americana de Psicologia (APA, 2002) recomenda que, em pesquisas com clientes/pacientes, alunos ou subordinados, os psicólogos tomem medidas para se proteger de possíveis consequências adversas de recusa ou abandono da participação.

Para aprofundar as especificidades das questões éticas nas pesquisas em POT é preciso fazer um panorama geral da história das resoluções nacionais sobre essa temática. No Brasil, as primeiras diretrizes surgiram no final da década de 1980. Entretanto, a Resolução 196/1996/CNS é considerada o marco zero por diversas razões. Primeiro, porque estabelece que todas as pesquisas envolvendo seres humanos precisam ser aprovadas por um comitê de ética em pesquisa com seres humanos e porque traz uma concepção ampla do que é pesquisa, compreendida como sendo:

> todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem, entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica (Brasil, 1996).

A regulamentação citada estabelece ainda o sistema CEP/Conep, Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Conep), sendo essa instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Lopes *et al.*, 2016; Teixeira, 2017). No ano de 2011, é criada a Plataforma Brasil, que é uma ferramenta *online* para submissão das pesquisas brasileiras (Conep, 2011).

Um ponto relevante a ser mencionado é que as normas brasileiras estavam ancoradas no modelo biomédico e positivista, o que suscitou severas críticas de pesquisadores e de associações das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA), entre elas a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Entre as questões já pronunciadas, naquele momento, estavam a inadequação do modelo biomédico para as pesquisas em CHSSA, a impossibilidade de realizar algumas investigações próprias dessa área, tais como a observação participante e a distinção entre pesquisa "em seres humanos", as quais consideram os participantes como cobaias dos experimentos, e as pesquisas "com seres humanos", as quais concebem o participante como um interlocutor na produção do saber (Macrae & Vidal, 2006). Acresce-se, ainda, a inadequação da Plataforma Brasil que exigia o preenchimento de informações particulares da área biomédica, dificultando a submissão de protocolo das CHSSA.

Os dissensos e pressões, que se exacerbaram ao longo dos anos, geraram a Resolução 466/2012/CNS. Nesse contexto de embates, as associações de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas unem-se e criam o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), em 2013 (Teixeira, 2017). Entre as inquietações, estavam a pressuposição de uma única concepção de ciência que englobasse toda a diversidade das pesquisas desenvolvidas nessas áreas e a prevalência da lógica do modelo biomédico na análise das pesquisas submetidas aos CEPs (Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos). Todavia, a nova legislação não diminuiu as oposições, pois ainda não estavam contempladas as especificidades das CHSSA (Barbosa, Corrales, & Silbermann, 2014).

Nesse cenário, foi criado o GT Pesquisas em Ciências Humanas da Conep (GT-CHS), com vistas a considerar as pluralidades nas normativas nacionais (Alves & Teixeira, 2020). Em seguida, diversos debates foram feitos e apresentadas as ponderações das áreas de CHSSA, especialmente a discordância de um modelo único de ciência.

Em consideração às reivindicações, foi criada a Resolução 510/2016/CNS, que reconhece as especificidades das pesquisas das áreas de CHS e a pluralidade na concepção de ciência com suas diversidades teórico-metodológicas. Ademais, a normativa explicita que a relação pesquisador-participante se dá de modo distinto nesse tipo de investigação, que as subjetividades implicam reflexões e construção de saberes baseados em relações não hierárquicas e que não há intervenção direta no corpo humano. Conforme o Art. 2º., XVI,

> a pesquisa em ciências humanas e sociais são aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção.

Em relação aos princípios éticos norteadores, a citada Resolução, em seu artigo terceiro, delimita:

I. reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II. defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III. respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes dos participantes das pesquisas;

IV. empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento

resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V. recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI. garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII. garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII. garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas sem pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX. compromisso de todos os envolvidos na pesquisa em não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X. compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e quando necessário.

Em relação à confidencialidade, dever ético do pesquisador, relacionada no item VII da Resolução 510/2016/CNS e presente em resoluções anteriores, Diniz (2015) defende que, em certas situações, nomear o participante é uma estratégia para dar voz àquela pessoa, de personificar a sua existência e deixar o registro na história, sendo, portanto, dever ético do pesquisador nomear o participante. Transpondo esse debate para o contexto de Psicologia Organizacional e do Trabalho, pode sim, ser de interesse da organização, que seja divulgado o seu nome, que ela torne pública uma determinada

prática organizacional que considera pertinente e que a diferencie no mercado. Até mesmo um participante pode ter interesse que seu nome seja divulgado, como forma de contextualizar social e historicamente a investigação de determinado fenômeno.

Uma característica da mencionada Resolução é delimitar os estudos que não precisam de aprovação por um comitê de ética, sendo eles:

I. pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II. pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III. pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV. pesquisa censitária;

V. pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI. pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII. pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII. atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização (Resolução 510/2016/CNS, Art. 1º, parágrafo único).

Desde a publicação da Resolução 510/2016/CNS, com a indicação de pesquisas que não precisam ser submetidas a um CEP, houve diversos entendimentos, e muitos pesquisadores justificavam indistintamente a não submissão alegando estar amparados no Artigo 1º.

Assim, em 2022, a Conep divulga o Ofício Circular n.º 17/2022/Conep/SECNS/MS (Brasil, 2022), que orienta item a item o que envolve cada uma das desobrigações de submissão. Em relação às pesquisas de opinião, podem ser enquadradas as investigações que têm como único propósito descrever a valoração que o participante tem sobre determinado objeto, como pesquisa de mercado, qualidade de serviço para melhorias. Como explicitado no Art. 2º. XIV,

> a pesquisa de opinião pública é uma consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante (Brasil, 2016).

Assim, as pesquisas que envolvem investigações de construtos específicos não estão contempladas no item I, sendo necessária a submissão a um CEP. Ou seja, se o(a) pesquisador(a) intenta investigar liderança, contexto de trabalho, afetos, satisfação no trabalho, envolvimento no trabalho, percepção de suporte organizacional, proatividade, clima organizacional, entre outros construtos e/ou fenômenos psicológicos, *é necessária a submissão*.

Outro ponto que merece destaque é o item VII, que se refere a situações que emergem a partir da prática cotidiana do profissional que não ensejam a coleta de dados. Como exemplo prático, um(a) psicólogo(a) que atue em acolhimento de mulheres vítimas de assédio sexual e que queira escrever um estudo teórico sobre a temática a partir de reflexões de sua prática cotidiana, *sem fazer qualquer tipo de coleta de informações ou menção a casos particulares*, não precisa submeter essa investigação a um CEP porque esse é um estudo teórico. Assim, excluídas as exceções mencionadas na resolução, atualmente, todas as pesquisas envolvendo humanos precisam ser submetidas a um comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Destarte, diversos periódicos exigem a aprovação em um comitê de ética em pesquisa com seres humanos para publicação do estudo (Da Cunha, *et al.*, 2022).

Retomando o debate sobre os avanços e limitações das

regulamentações nacionais, a despeito da Resolução 510/2016/CNS apresentar vantagens em relação às anteriores, ela contempla apenas parcialmente as orientações advindas do FCHSSA (Alves & Teixeira, 2020; Teixeira, 2017). Apenso a isso, pode-se afirmar que ainda há a prevalência de uma lógica positivista e individualista de modo que as áreas do conhecimento que possuem perspectiva epistemológica distinta do positivismo precisam se adequar às exigências do sistema CEP/Conep cujos mecanismos de controle dificultam e até inviabilizam o desenvolvimento de alguns estudos (Hüning, 2020). Assim, muitas das pesquisas desenvolvidas em POT estão ancoradas numa acepção de ciência distinta da dominante. As críticas relacionadas com as CHSSA também versam sobre a Psicologia. Como destaca Amorim (2019), a despeito de ter sido criado há quase duas décadas e a análise ética ter avançado no país, o sistema CEP/Conep necessita de *avaliação permanente e revisão crítica* (Amorim, 2019). Desta feita, as pesquisas qualitativas e interpretativas enfrentam obstáculos na submissão de um protocolo de pesquisa a um CEP (Da Cunha, *et al.*, 2022).

Alves e Teixeira (2020, p. 14) tecem críticas à Resolução 510/2016/CNS, defendendo que ela não atende a todas as especificidades das CHSSA, e "ao se utilizar como parâmetro o modelo tradicional das ciências naturais sob o qual a ciência se produziu, as humanidades deixam de lado justamente aquilo que caracteriza as ações humanas: as intenções, significados e as finalidades que lhe são inerentes". A relação do pesquisador com o participante nas CHSSAS é distinta daquela da área biomédica, por isso, cabe ressaltar os termos pesquisas ***com*** seres humanos e não pesquisas ***em*** seres humanos. Esse é um ponto nevrálgico e que deve ser considerado em sua totalidade nas normativas de ética em pesquisa, pois em CHSSA tem-se a interlocução e nas biomédicas, a intervenção (Oliveira, 2010). Muitas vezes, o próprio objetivo do estudo não é definido a priori, sendo construído ao longo do processo. Isso ocorre porque as trocas entre as subjetividades de pesquisador e participante irão produzir novos saberes; o participante de pesquisa é um ator ativo no processo de construção do conhecimento científico.

Entre as indagações está a inadequação da própria palavra

"*risco*" nas pesquisas em CHSSA (Alves & Teixeira, 2020; Lopes *et al.*, 2016). Bosi (2015) defende que esse termo está alicerçado numa perspectiva epidemiológica, hegemônica da área da saúde e que remete ao quantitativo. Assim seria mais apropriado substituí-lo por outros termos como "*nocividade*" que se refere a uma característica, uma qualidade e essa compreensão

> guarda congruência ontoepistemológica com o enfoque qualitativo, recompondo em parte o que versa na extensa literatura crítica sobre o conceito de risco, na perspectiva quantitativa, sob a ótica das CHS. Empregar expressões como *nocividade potencial* em lugar de *potencial ou nível de risco*, termo que atualmente figura na Minuta e nas resoluções, traduziria este último conceito para o idioma qualitativo, sem perda semântica (Bosi, 2015, p. 2681).

Ainda em relação ao grau de risco nas pesquisas em CHSSA, Veiga (2020) pontua que, embora haja a previsão na Resolução 510/2016/CNS de definição nos graus de risco de pesquisa (mínimo, baixo, moderado e elevado), a inexistência dessa diferenciação pelos órgãos reguladores obriga todos os pesquisadores a submeterem seus projetos de pesquisa e preencherem os mesmos campos na Plataforma Brasil. Os riscos das pesquisas em POT costumam ser mínimos e circunscritos à possibilidade de identificação do participante -facilmente sanada com ações simples dos pesquisadores.

Veiga (2020) ressalta, ainda, que uma lacuna da Resolução 510/2016/CNS é a publicação de cartas circulares no sítio eletrônico em local distinto daquele que está a normativa. Isso compromete o acesso a todas as informações, de modo que apenas aqueles que estão inseridos em comitês de ética têm acesso a elas. O pesquisador não costuma monitorar essas alterações. Ele busca as normativas no momento da submissão do seu estudo, e, muitas vezes, não tem acesso às atualizações que podem ser úteis (disponíveis no sítio eletrônico: http://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default).

Outra queixa diz respeito à desconsideração da transdisciplinaridade, que ocorre porque, ao submeter um protocolo de pesquisa, o pesquisador responsável deve assinalar qual a Resolução deve ser

considerada: 466/2012/CNS ou 510/2016/CNS (Lopes *et al.*, 2016). E, tem-se ainda, a obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior (IES) submeterem os projetos de iniciação científica e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) à apreciação por um CEP (Alves & Teixeira, 2020).

Um avanço da Resolução 510/2016/CNS é a possibilidade de o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) ser obtido em diferentes formatos. Acerca desse ponto, Oliveira (2010) afirma que, segundo a Associação Americana de Antropologia, em determinadas situações, o TCLE não precisa ser assinado. O que deve ser considerado é a qualidade do consentimento e não o formato, o que não implica menos responsabilidade do pesquisador. Por conseguinte, o Art. 15, § 1º prevê o não recolhimento pelo pesquisador da assinatura do TCLE, ou seja, não há a necessidade de um documento assinado pelo participante que necessite ser arquivado. A equipe de pesquisa deve informar sobre a pesquisa utilizando alguma estratégia alternativa. Isso é importante, especialmente em investigações de temas como o uso de substâncias ilícitas, comportamentos de retaliação organizacional, assédio moral; temas em que a própria posse do TCLE possa ser causadora de algum desconforto. Assim, o participante recebe um folder de um grupo de estudos que investiga aquela temática, mas não um documento assinado dizendo que ele participou do estudo. O que é primordial nesse documento/comunicação é que seja feito em linguagem acessível ao público-alvo e que conste as informações da pesquisa. Essa preocupação está alinhada com o compromisso social do psicólogo que vai além do ético e deve permear toda a sua prática (Bastos, Yamamoto, & Rodrigues, 2013).

Outra vantagem da normativa debatida é a possibilidade de realizar a pesquisa encoberta, isto é, "*pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa*" (Art. 2º. XV). Esse tipo de investigação se justifica apenas se o conhecimento dos objetivos, a priori, tem potencial para interferir na emergência dos comportamentos que serão estudados. Veiga (2020) exemplifica com uma pesquisa que divide os

participantes em dois grupos, sendo informado aos participantes do primeiro grupo que teriam quatro minutos para decorar um texto e depois fazer uma apresentação que seria gravada e avaliada por juízes. Para o segundo grupo, foi solicitada a leitura de um texto neutro. Depois das atividades, era ofertado lanche, para ambos os grupos, que consistia em alimentos com diversos teores de gordura com opções doces e salgadas. Antes e após o experimento, foi aferida a pressão arterial, frequência cardíaca, humor e fome. O objetivo da investigação era criar uma situação de estresse e depois medir o comportamento alimentar, comparando-o aos demais indicadores. A possibilidade de desenvolvimento de pesquisa encoberta abre espaço para o desenvolvimento de diversos estudos em POT.

Ainda sobre os avanços da Resolução 510/2016/CNS, está a possibilidade de não preenchimento de alguns campos da Plataforma Brasil como hipóteses e desfecho secundário. Nesses casos, o pesquisador pode assinalar "não se aplica", o que sinaliza a compreensão de que as pesquisas nas CHSSA possuem especificidades (Carta Circular n.º 110/2017/Conep – Brasil, 2017).

Na condução da pesquisa, o recrutamento do participante pode se configurar numa dificuldade em alguns estudos porque, muitas vezes, é difícil localizar pessoas que atendam aos critérios de inclusão definidos na investigação. E, mesmo nesses casos, não podem ser utilizadas informações que a equipe de pesquisa tenha acesso por ocupar algum cargo específico, por exemplo. Ilustrando essa questão, imagine-se que um pesquisador atue num setor responsável por acolher as denúncias de mulheres vítimas de assédio moral num determinado órgão público e que esteja desenvolvendo um estudo que tenha como foco verificar o impacto do assédio moral na saúde mental de trabalhadoras. Ainda que o pesquisador saiba exatamente quais mulheres da instituição atendem aos requisitos de seu estudo, ele não pode abordá-las diretamente. É importante buscar estratégias alternativas para efetuar o convite como divulgar nas redes sociais, ou em algum canal de comunicação, que está sendo feito um estudo com um determinado objetivo e que se a pessoa atende ao critério de inclusão, ou se conhece alguém que possa indicar, que entre contato com a equipe de pesquisa.

O ponto central é que o participante tenha acesso aos objetivos da investigação, decide se irá compor a amostra do estudo e procure a equipe de pesquisa (Brasil, 2016).

Assim, o guia do processo de desenvolvimento de pesquisas deve ser o participante e a sua proteção. Muitas vezes, o pesquisador está tão interessado em determinada temática que acaba não analisando a questão em sua totalidade.

Considerando uma situação hipotética, um pesquisador quer investigar se o suicídio de uma pessoa poderia ter alguma relação com o contexto laboral. Para tanto, a proposta é conduzir entrevista com algum familiar e inquirir se o evento, ocorrido há alguns meses, poderia ter alguma relação com o trabalho desenvolvido pelo familiar falecido. Certamente, incomodar uma pessoa enlutada para fazer a pesquisa traria mais prejuízos que benefícios, o que levaria a sua não aprovação por um comitê de ética. Ao cotejar os exemplos, é importante ressaltar que o pesquisador deve avaliar adequadamente a pertinência de sua investigação e se os benefícios transcendem os riscos. Entre os cuidados com o participante é preciso assegurar que a pesquisa esteja em conformidade com a legislação vigente no que concerne aos dados pessoais, tal como proposto pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n.° 13.709/2018, no âmbito da esfera pública e privada (Garcia *et al.*, 2020).

Além das questões relacionadas com a análise ética das pesquisas, membros e gestores de CEPs enfrentam alguns obstáculos que podem afetar o processo de apreciação ética, especificamente o recrutamento de novos membros e o papel de membro externo. Uma das dificuldades enfrentadas pelos CEPs é a manutenção de pesquisadores dispostos a colaborar, considerando que, por determinação legal, essa atividade é voluntária. Tornar-se membro de um CEP implica analisar os protocolos submetidos, elaborar o parecer quando relator, apresentar esse parecer em plenária para ser apreciado pelos demais membros e acompanhar as pendências até a aprovação do parecer e, após a finalização do estudo, analisar e apreciar o relatório final. A partir dessa breve descrição, é possível verificar que ser membro de um CEP envolve um elevado número de horas de dedicação *voluntária*, como preconiza a

legislação brasileira. Lopes-Júnior (2016) sugere que o cômputo das horas trabalhadas no CEP como horas de efetivo trabalho na instituição seja uma estratégia eficaz para incentivar a participação em um CEP. À vista disso, na Universidade Federal de Uberlândia/MG, os membros do comitê de ética em pesquisa com seres humanos recebem 15 pontos por mês de participação. E, para o coordenador, são computadas 1/1000 por dia da pontuação de referência para progressão. Essas pontuações são computadas nas progressões bianuais dos servidores (UFU, 2018).

Outro desafio dos CEPs é a participação de membros da sociedade, responsáveis pelo controle externo. De acordo com a Resolução 196/1996/CNS, em sua composição, o CEP deverá contar com a participação de profissionais de diferentes áreas do saber e por um membro da sociedade que representaria os usuários. Entretanto, na prática, essa participação pode ser dilemática, na medida em que esse representante costuma não estar familiarizado com pesquisa científica e nem sempre possuir formação em nível superior, impedindo que seja demandado que elabore um parecer. Essa necessidade é uma questão complexa porque não fica evidenciada a necessidade de tal controle para as pesquisas em POT, como é em pesquisas biomédicas.

As oposições ao sistema CEP/Conep não são oriundas apenas das CHSSA. A "indústria farmacêutica" também questiona a legitimidade do sistema e defende que o controle seja exercido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em conformidade com essa visão, tramita o Projeto de Lei do Senado n.º 200/2015 que defende que a Anvisa passe a ser responsável pela análise das pesquisas (Teixeira, 2017). Esse projeto de lei propõe como mudanças a redução da obrigatoriedade do fornecimento da medicação após a finalização do estudo e a possibilidade de testar placebo quando há medicamento comprovado (Brasil, 2012; Grischke, Timm, & Vasconcelos, 2022).

De acordo com as Resoluções vigentes, é garantido ao participante da pesquisa que ele receba o novo medicamento, de forma gratuita e pelo tempo necessário, mesmo após a finalização do estudo. No PL n.º 200/2015 é previsto que o patrocinador cancele o

fornecimento do medicamento dois anos após ser registrado na Anvisa. O objetivo dessa mudança, segundo Silva (2018), é criar um ambiente mais amigável para as indústrias farmacêuticas, favorecendo suas vindas ao país. O grau de dificuldade de acesso da população brasileira a serviços de saúde acaba contribuindo para essa lógica de defesa de estudos clínicos randomizados *duplo cego* da indústria farmacêutica na testagem de medicamentos porque, pelo menos durante a realização do estudo, tais pessoas têm possibilidade de ter acesso a saúde (Silva, 2018). Tal realidade implica uma compreensão mais ampla das dinâmicas envolvidas ao tratar vida, morte, saúde e doença, e faz-se necessária reflexão sobre quem seriam os principais beneficiados com a realização de mais estudos de testagem de medicamentos no país com as novas regras propostas. Embora esse debate seja específico para as pesquisas que tratam de testagem de medicamentos, é relevante apresentá-lo porque envolve toda a sistemática do sistema de avaliação ética no país.

Reforçando, embora o exemplo dado seja específico da área biomédica, ele mostra como a legislação brasileira assegura direitos de participantes de pesquisa de forma ampla, o que não ocorre em outros países. Assim, a ética deve ser um norteador das ações de pesquisa e se deve assegurar que o "progresso científico e econômico se alie aos direitos humanos adotados pela Constituição e mantidos pela democracia, ainda que em período de política neoliberal" (Grischke, Timm, & Vasconcelos, 2022, p. 167). Isso posto, ao confrontar as normas da APA (2017) com as normas nacionais no processo de obtenção do consentimento para a participação na pesquisa, são observadas diversas similaridades como a necessidade de informar os objetivos, duração esperada e procedimentos, direito de recusar participação e desistência após iniciada a participação, riscos potenciais, desconforto ou efeitos adversos, benefícios, a quem contatar sobre dúvidas e os direitos dos participantes da pesquisa. Todavia, na primeira normativa estão previstos incentivos para a participação no estudo e no Brasil é proibido qualquer tipo de benefício/recompensa. Defende-se que num país com tamanha desigualdade social, as benesses financeiras para a participação em pesquisas não sejam adequadas. No Brasil, é

permitido apenas o ressarcimento de despesas decorrentes da participação na pesquisa como alimentação e transporte (Brasil, 2016).

No tópico seguinte são descritos os documentos necessários para a submissão de um protocolo de pesquisa via Plataforma Brasil.

Fluxograma para a submissão de protocolos de pesquisa a um CEP

As diretrizes nacionais acerca da submissão de protocolos de pesquisa a um comitê de ética em pesquisa com seres humanos estabelecem os documentos a serem inseridos pelo pesquisador, no momento da submissão do protocolo de pesquisa. Contudo, o formato específico de cada um dos documentos pode variar de um CEP para outro. De modo geral, o primeiro passo é o cadastro de todos os membros da equipe de pesquisa na Plataforma Brasil (PB) (https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf). Em seguida, o pesquisador principal inicia o processo de submissão, preenchendo os campos solicitados. Os membros da equipe de pesquisa são inseridos pela busca de seu CPF. Essas informações inseridas na PB irão gerar um documento "Informações Básicas – Projeto PB" que deverá ser inserido como anexo — "Projeto Detalhado (PD)" — do estudo. É importante que as informações adicionadas na PB sejam idênticas àquelas do PD. Oliveira (2018) apresenta um tutorial para auxiliar nessa tarefa. Cabe ressaltar que além do preenchimento dos campos, há a necessidade de inserção de alguns documentos adicionais, a saber:

- **Folha de rosto** gerada pela Plataforma Brasil que deve ser assinada pelo pesquisador responsável e chefia imediata.
- Projeto de pesquisa preenchido na Plataforma Brasil (**Projeto PB**) criado automaticamente após o preenchimento.
- Projeto de pesquisa detalhado com informações idênticas ao PB podendo haver informações adicionais (**Projeto Detalhado, PD**).
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, **TCLE**.
- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (**TALE**) (quando

o participante possui menos de 18 anos de idade).

- **Termo de compromisso da equipe executora**.
- **Termo de instituição coparticipante**, se for o caso.
- ***Link* do Currículo Lattes da equipe executora** (verificar a exigência no CEP que irá submeter).
- **Instrumento de coleta de dados**.

Em relação aos documentos no processo de submissão existem dois projetos. O primeiro deles é preenchido diretamente na Plataforma Brasil, **Projeto PB**, que é composto pelos campos: desenho, apoio financeiro, palavras chave e detalhamento do estudo — resumo, introdução, hipótese, objetivo primário, objetivo secundário (não obrigatório), metodologia proposta, critérios de inclusão (pode ser assinalado não se aplica) e exclusão (pode ser assinalado não se aplica), número de indivíduos abordados, riscos, benefícios, metodologia de análise de dados, desfecho primário, tamanho da amostra, data do primeiro recrutamento, o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção no centro de pesquisa responsável, grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa, se o estudo é multicêntrico no Brasil, se propõe dispensa do TCLE, se haverá retenção de amostras para armazenamento em banco, cronograma, orçamento e bibliografia.

O segundo projeto é denominado **Projeto Detalhado** que trará o detalhamento das informações. Ressalta-se a necessidade de os dados serem idênticos dentro dos campos. A ideia é que, caso seja necessário, o PD trará informações adicionais; entretanto, todas aquelas listadas no PB deverão estar no PD.

Na elaboração do projeto de pesquisa, é preciso atentar que o CEP focará a análise nos aspectos éticos e não metodológicos, nem na viabilidade da publicação do estudo. O foco está em assegurar os direitos dos participantes. Nesse sentido, o projeto deve enfatizar o método com destaque para os critérios de recrutamento dos participantes, modo de abordagem, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, local e forma de coleta de dados. Conforme descrito:

> Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/Conep incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.
>
> §1º. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/Conep a análise do desenho metodológico em si.
>
> § 2º. A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/Conep incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes (Brasil, 2016).

No que concerne ao quantitativo da amostra, de acordo com a Carta circular n.º 110/2017 da Conep (Brasil, 2017), o campo "tamanho da amostra" pode ser preenchido com 0 (zero) nos casos em que o pesquisador não saiba esse número a priori. Nos casos em que o pesquisador tenha definido o tamanho amostral, mas quando não se aplica cálculo amostral, é importante relacionar algum critério na definição do número de participantes, como, por exemplo, a saturação teórica (Bauer & Gaskell, 2017; Nascimento *et al.*, 2017). Se a opção for pela definição do tamanho da amostra, é necessário que haja fundamentação estatística (cálculo amostral) ou teórica.

Outro documento é o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,** necessário quando o potencial participante for pessoa legalmente capaz, ou seja, maior de 18 anos de idade e em condições físicas e mentais de decidir se irá ou não participar do estudo. O TCLE deve conter o título da pesquisa e o objetivo redigido em linguagem clara e acessível ao público-alvo. Deve constar o nome do pesquisador responsável (ou conforme orientação do CEP relacionar os nomes de todos os membros da equipe de pesquisa) e o nome do pesquisador que irá obter o TCLE, em caso de aplicação presencial. O documento deve minuciar em que consiste a participação e é desejável que seja mencionado o tempo a ser gasto. Os riscos e benefícios, tais quais descritos nos projetos PB e PD, devem ser apresentados. É obrigatório informar que a participação não trará nenhum gasto ou recompensa

financeira ao participante do estudo. Caso o participante seja usuário de algum serviço público, é recomendável dizer que a não participação não afeta a continuidade da prestação do serviço, o que trará mais tranquilidade ao participante para avaliar. Por outro lado, se houver uma relação de hierarquia/poder envolvida, é recomendável que outro membro da equipe faça o convite, e não a figura de "autoridade", o que propiciará mais liberdade ao participante, evitando qualquer possibilidade de constrangimento ou coerção.

É desejável que o TCLE informe que, havendo algum tipo de dano recorrente da pesquisa, a pessoa tem direito a solicitar indenização via judicial (Resolução CNS n.º 510 de 2016, Artigo 19; Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e). E nas investigações em Psicologia que tragam potencial de causar algum tipo de mobilização subjetiva ou sofrimento, é indicado ter um psicólogo na equipe e ser informado ao participante um telefone de contato com o pesquisador responsável e o contato do CEP em que o protocolo foi submetido. Por fim, é premente informar que a participação é anônima. Após ser recrutado para a pesquisa e ler o TCLE, o participante deve dispor do tempo que considerar necessário para decidir se irá integrar o estudo. Após, assina o documento, recebe uma cópia e, apenas depois, é iniciada a coleta de dados.

Ainda no que concerne ao TCLE, é preciso explicitar a autorização do participante para gravação de sua voz e/ou áudio. Nas pesquisas brasileiras, é exigido que a equipe de pesquisa arquive tais documentos por um período mínimo de cinco anos (Resolução n.º 510/16, Capítulo VI, Art. 28).

O **Termo da Equipe Executora** é um documento datado e assinado por todos os membros da equipe de pesquisa. Nele constam o atendimento e obediência às diretrizes à Resolução 466/2012/CNS ou 510/2016/CNS. Em relação ao ***Link* do Currículo Lattes**, alguns CEPs pedem um arquivo com a relação dos nomes de todos os membros da equipe de pesquisa e seus respectivos currículos. Já o **Termo de Instituição Coparticipante** deve ser entregue quando o estudo for realizado em organização(ões) específica(s).

Após a conferência documental pelo CEP, é gerado um número

Certificado de Apresentação para Análise Ética (CAAE) e o comitê tem um prazo de até 30 dias para a emissão do parecer consubstanciado (Brasil, 2002). Caso seja um parecer com pendências, o pesquisador responsável deve responder às questões apontadas e, após o envio das respostas, é reiniciado o prazo de contagem dos 30 dias para a emissão do novo parecer consubstanciado. Alguns comitês delimitam o número de vezes em que o protocolo de pesquisa pode apresentar pendências e quando o limite é atingido é necessário iniciar nova submissão.

Após a emissão do parecer consubstanciado de aprovação pelo CEP, e *durante a vigência do cronograma de execução do estudo*, caso o pesquisador responsável identifique a necessidade de alguma alteração, ele pode solicitar uma emenda ao projeto aprovado. De acordo com a Carta Circular n.º 038–SEI/202014 (Brasil, 2014), a equipe de pesquisa deve justificar a solicitação de alteração que será analisada pelo mesmo CEP. Por emenda, entende-se alterações pontuais no projeto como alterações na metodologia de coleta de dados, mudança da organização em que será feita a investigação, o acréscimo de mais questões no roteiro de entrevistas e a inclusão de novos membros na equipe de pesquisa. Alteração no objetivo do estudo, ou na variável central de interesse, não se configuram como emenda, sendo necessária nova submissão.

Considerações finais

À guisa de conclusão, as pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, CHSSA, e, por conseguinte em POT, não ensejam intervenção, mas sim interlocução. Todavia, em qualquer pesquisa a ser realizada, o bem-estar do ser humano é o eixo norteador. Dessa feita, entende-se que a existência do sistema CEP/Conep e a exigência de que as pesquisas envolvendo seres humanos sejam aprovadas por um comitê de ética não se configura, em tese, como um entrave; ao contrário, tem potencial para garantir que os estudos desenvolvidos em POT no país obedeçam a um princípio fulcral que é assegurar a dignidade, segurança e bem-estar das pessoas. Todavia, existem especificidades na pesquisa em POT que devem ser consideradas como, por

exemplo, a gradação de riscos que deve ser definida, urgentemente, para que estudos de risco mínimo sejam dispensados de submissão a um CEP. Na sistemática de análise de protocolos de pesquisa interpretativas submetidos, não se pode perder de vista que a natureza dos fenômenos e as investigações são mais complexas que aquela existente no modelo biomédico; portanto o debate e aprimoramento das Resoluções é necessário e deve ser constante.

A ciência traz esperança, e, graças a ela, a evolução da humanidade é exponencial nos últimos séculos. Avançou-se, inclusive, na própria concepção do que é ciência, quando coexistem diversas perspectivas epistemológicas de construção do conhecimento, devendo a ética permear todas elas, considerando que o ser humano possui dimensões bio-psíquica-social e está inserido num contexto sócio-histórico-cultural. Tais saberes devem ser produzidos com compromisso ético e social com todas as pessoas.

Referências

Alves, D. A., & Teixeira, W. M. (2020). Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. *Educação e Pesquisa, 46*, e217376E. https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046217376E

Amorim, K. P. C. (2019). Ética em pesquisa no sistema CEP/CONEP brasileiro: reflexões necessárias. *Ciência & Saúde Coletiva, 24*(3), 10331040. https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.35292016

American Psychological Association. (2017). *Ethical principles of psychologists and code of conduct.* https://www.apa.org/ethics/code/ethics-code-2017.pdf

Barbosa, A. S., Corrales, C. M., & Silbermann, M. (2014). Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo sistema CEP/CONEP. *Bioética, 22*(3), 482492. https://doi.org/10.1590/1983-80422014223031

Bastos, A. V. B., Yamamoto, O. H., & Rodrigues, A. C. A. (2013). Compromisso social e ético: desafios para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho. In L. O. Borges & L. Mourão (Orgs.), *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia* (pp. 2554). Artmed.

Bauer, M., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* Editora Vozes.

Bosi, M. L. M. (2015). Problematizando o conceito de risco em diretrizes éticas para pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*(9), 26752682. https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.11392015

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2022). *Ofício Circular N.º 17/2022/CONEP/SECNS/MS: Orientações acerca do artigo 1.º da Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016.* http://conselho.saude.gov.br/images/Of%C3%ADcio_Circular_17_SEI_MS_-_25000.094016_2022_10.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2017). *Carta Circular nº 110SEI/2017, 08/12/2017: Preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias de CHS.* http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/CartaCircular110.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510/2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.* Ministério da Saúde. http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2014). *Carta Circular nº 038SEI/202014, 18/03/2014: Tramitação de emendas no sistema CEP/CONEP.* http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/CartaCircular038.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.* CSN. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2002). *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa.* Ministério da Saúde.

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196/1996: Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.* CSN. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html

Código de Nuremberg. (1947). *Experimentação humana: Código de Nuremberg.* https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/codigo_nuremberg.pdf

CEP/UFU. (2022). *Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia.* http://www.propp.ufu.br/cep#tab-0-2

CONEP. (2011). *Plataforma Brasil é apresentada à comunidade científica.* Brasília, DF. http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/08_set_plataforma_brasil.html

Cosac, D. C. dos S. (2017). Autonomia, consentimento e vulnerabilidade do participante de pesquisa clínica. *Revista Bioética, 25*(1), 1929. https://doi.org/10.1590/1983-80422017251162

Da Cunha, R., Reis, B. L., Varas, G. V. V., & Borsa, J. C. (2022). Aprovação do comitê de ética em pesquisas como requisito à publicação de estudos empíricos. In M. I. C. Sampaio & S. H. K. Koller (Orgs.), *Produção científica: um guia prático.* Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. https://doi.org/10.11606/9786587596280

Diniz, D. (2015). Ela, Zefinha: o nome do abandono. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*(9), 16671674.

Fairchild, A. L., & Bayer, R. (1999). Uses and abuses of Tuskegee. *Science, 284*(5416), 919.

Garcia, L. R., AguileraFernandes, E., Gonçalves, R. A. M., & PereiraBarretto, M. R. (2020). *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Guia de implantação.* Editora Blucher.

Goldim, J. R., Pithan, C. F., Oliveira, J. G., & Raymundo, M. M. (2003). O processo de consentimento informado livre e esclarecido em pesquisa: uma nova abordagem. *Revista da Associação Médica Brasileira, 49*(4), 372374.

Goliszek, A. (2004). *Cobaias humanas: a história secreta do sofrimento humano.* Ediouro.

Grischke, L. L., Timm, D. W., & Vasconcelos, R. V. R. (2022). Autonomia e vulnerabilidade dos sujeitos nas pesquisas com seres humanos na normativa brasileira: considerações sobre as evoluções bioéticas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e as controvérsias do Projeto de Lei n. 7082/2017. *Revista Curso de Direito UNIFORMG, 13*(1), 151171.

Hüning, S. M. (2020). Ética e políticas de pesquisa nas ciências humanas e sociais. *Barbarói, 56*, 84103. https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.14793

Jacomé, M. Q. D. (2013). *Análise dos comitês de ética em pesquisa no Brasil: percepção de seus coordenadores e membros* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Brasília, Brasília.

LopesJúnior, L. C., Nascimento, L. C., Lima, R. A. G., & Coelho, E. B. (2016). Dificuldades e desafios em revisar aspectos éticos das pesquisas no Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem, 37*(2), e54476. https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.54476

Macrae, E., & Vidal, S. S. (2006). A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substância psicoativas. *Revista de Antropologia, 49*(2), 645666. https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000200005

Milgram, S. (1992). *The individual in a social world: essays and experiments.* McGrawHill Book Company.

Milgram, S. (1963). Behavioral study of obedience. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 67*, 371378.

Nascimento, L. C. N., et al. (2017). Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. *Revista Brasileira de Enfermagem, 71*(1), 228233. https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0616

Oliveira, K. K. G. (2018). Tutorial para submissão de protocolos de pesquisa via Plataforma Brasil. In P. C. Santos & E. G. C. Santos (Orgs.), *Comité de ética em pesquisa com seres humanos: o que é preciso saber para aprovar um projeto de pesquisa.* EDUERN.

Oliveira, L. R. C. (2010). A antropologia e seus compromissos ou responsabilidade ética. In S. Fleischer (Org.), *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica.* Universidade de Brasília.

Silva, R. M. N. C. (2018). *Precariedades oportunas, terapias insulares: Economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Shuster, E. (1997). Fifty years later: The significance of the Nuremberg Code. *The New England Journal of Medicine, 337*, 14361440. https://doi.org/10.1056/NEJM199711133372006

Teixeira, W. M. (2017). *As controvérsias da regulamentação da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, MG.

Universidade Federal de Uberlândia. (2018). *Resolução SEI Nº 05/2018/CONSUN.* http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONDIR-2018-5.pdf

Veiga, H. M. S. (2020). Questões éticas na pesquisa em saúde: análise à luz da Resolução 510/2016/CNS. *Anais do Encontro Humanístico Multidisciplinar – EHM e Congresso LatinoAmericano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares – CLAEHM.*

Veiga, H. M. S., & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquicosocial de trabalhadores desempregados. *Avaliação Psicológica, 6*(1), 1320.

Zimbardo, P. (1971). *Stanford experiment.* https://www.prisonexp.org/portuguese-1

Parte 2

Métodos de investigação

Capítulo 3

Métodos longitudinais

Elaine Rabelo Neiva
Laila Leite Carneiro
Elisa Maria Barbosa de Amorim-Ribeiro
Helenides Mendonça

Existe uma grande discussão sobre o uso de desenhos longitudinais nos estudos da área de Organizações e Trabalho (Rajulton, 2001) em função da complexidade e natureza dinâmica dos fenômenos em relação ao tempo (Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016). O debate abrange desde questões conceituais e teóricas sobre a natureza do problema (Ployhart & Vandenberg, 2010), passando por numerosas decisões sobre o delineamento da pesquisa e método de coleta de dados, até as próprias questões analíticas (Collins, 2006), sobre qual tipo de análise é mais adequado para compreender as mudanças em uma ou mais variáveis sem o risco de ocorrência de vieses (Collins, 2006; Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016).

Ainda que existam desafios nos delineamentos longitudinais, e mesmo que nas ciências organizacionais e sociais aplicadas

predominem testes de hipóteses com delineamentos transversais, a análise de grande parte das questões de pesquisa que guiaram os estudos do campo ao longo do tempo permite a constatação de que as teorias organizacionais são explícitas ou implicitamente longitudinais (Pettigrew, 2012; Van de Ven & Huber, 1990; Wright & Markon, 2016). Nesse sentido, existe um descompasso entre o método de investigação empregado e as hipóteses explicativas que sustentam majoritariamente o estado da arte na Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), denunciando a necessidade de os pesquisadores da área debruçarem-se com maior diligência sobre esse tipo de desenho.

Com fins de contribuir para a compreensão e a aplicação de desenhos longitudinais por parte de pesquisadores do campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), este capítulo descreve os principais tópicos que envolvem desenhos de pesquisa longitudinal nesta área, tendo a perspectiva de responder à pergunta sobre qual a melhor forma de coletar e analisar dados ao longo do tempo. Para tanto, iniciará apresentando os fundamentos da pesquisa longitudinal e as bases da inferência causal usadas. Em seguida, aprofundará a discussão sobre as perspectivas temporais em projetos longitudinais e os desafios metodológicos enfrentados, abordando aspectos como a variabilidade intra-sujeitos e entre-sujeitos, a confiabilidade das medições, a análise dos dados quantitativos e o lugar dos dados qualitativos. Para complementar, oferecerá orientações sobre como planejar uma pesquisa longitudinal, com base em questões metodológicas e exemplos práticos. Por fim, apresentará as considerações finais sobre os desafios e contribuições dos desenhos longitudinais na pesquisa em organizações e trabalho.

Fundamentos da pesquisa longitudinal

A compreensão de diversos fenômenos organizacionais requer uma teoria organizacional capaz de subsidiar a proposição de modelos explicativos complexos para explicar processos de estabilidade e mudança vinculados ao tempo. Apesar de frequentes, delineamentos transversais não são sensíveis a mudanças, pois são baseados em uma

única observação das variáveis (Ployart & Vanderberg, 2010; Taris & Kompier, 2014). Estudos transversais tratam do *status*, ao passo que estudos longitudinais dizem respeito ao processo ao longo do tempo que conduz à mudança ou à estabilidade. Assim, o termo "dados longitudinais" denota a ideia de medições repetidas dos mesmos indivíduos ao longo de um período suficiente para abranger uma mudança detectável em seu *status* de desenvolvimento (Wright & Markon, 2016).

Há na literatura um crescente reconhecimento da relevância de considerar a dimensão longitudinal dos fenômenos organizacionais. Incluem-se aqui estudos tentando captar a natureza dinâmica dos relacionamentos entre variáveis referentes a diferentes contextos e consideradas a partir de diferentes níveis de análise (macro, meso e micro). Os desenhos longitudinais são especialmente eficientes quando os propósitos da pesquisa envolvem a investigação de constructos psicológicos, sociais e organizacionais relacionados ao tempo, o estudo de processos organizacionais sensíveis ao tempo, a especificação de intervalos de tempo adequados à detecção e à mensuração de um processo ou resultado e à análise de processos em diferentes contextos ou focos (Sonnentag, 2012).

Os projetos de pesquisa longitudinais diferenciam-se quanto ao modo como os eventos são descritos, podendo ser prospectivos ou retrospectivos. Um estudo longitudinal prospectivo é baseado no momento real e ocorre via coleta de dados repetidas dos participantes ao longo de um período. No estudo retrospectivo, os entrevistados são convidados a lembrar e reconstruir eventos passados do curso de sua vida, de uma experiência social ou organizacional (Ruspini, 2002). Análises retrospectivas e em tempo real podem ser combinadas para iluminar padrões e mecanismos de mudança, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do fenômeno (Pettigrew, 2012).

Diante das diferentes classificações de delineamentos de estudos longitudinais existentes na literatura, quatro são os tipos básicos: 1) estudos com população total; 2) desenhos transversais com medidas repetidas; 3) painéis rotativos; e 4) desenhos de painéis longitudinais (Menard, 2008). Essas distinções são importantes, pois cada delineamento requer um determinado tipo de análise de dados. Embora

variações nos delineamentos sejam possíveis, elas devem ser avaliadas quanto à sua sensibilidade em mostrar tendências em curto e longo prazos.

Os delineamentos com população total propiciam **a quase total comparação** entre as observações e são mais predominantes em análises no nível coletivo em comparação com o nível individual. Os participantes nem sempre permanecem os mesmos em função de nascimentos, mortes ou migração. Os **delineamentos transversais com medidas repetidas** envolvem amostras independentes para cada período de observação, desde que os grupos sejam equivalentes, pois a pesquisa com níveis agregados pode evidenciar mudanças nas variáveis e nas relações. Os **delineamentos de painéis rotativos** são caracterizados pela retenção de um grupo de casos, mensuração de pequenas mudanças ao longo do tempo no nível individual ou do caso, análise de mudanças desenvolvimentais intracoortes e análise de painel. As reposições de sujeitos possibilitam análises de mudanças ao longo do tempo com dados agregados. A combinação de dados longitudinais com medidas repetidas em alguns casos, e sem em outros, permite detectar as situações nas quais as medidas repetidas foram fontes de viés. Já o **delineamento de painéis longitudinais**, denominado verdadeiro estudo longitudinal, ocorre quando o mesmo conjunto de casos é investigado várias vezes e permite efetuar a desagregação dos efeitos intrapessoais e interpessoais (Curran, & Bauer, 2011). Dentre os demais, é o mais afetado pelo desengajamento ou perda de participantes (*attrition*), mas sua grande vantagem é possibilitar a análise de mudanças intraindividuais. A figura 1 apresenta a classificação dos tipos de pesquisa longitudinal.

Em textos sobre *designs* longitudinais, frequentemente, se recomenda a adoção de *designs* de painel completo: *designs* nos quais as variáveis "resultados" e "explicativas" presumidas são avaliadas em todas as ondas de estudo, permitindo a modelagem de efeitos recursivos e relações de interdependência vinculadas à ativação de mecanismos em desenhos do tipo *cross-lagged* (Lange *et al.*, 2003; Taris & Kompier, 2014). Quando um estudo suporta efeitos normais e reversos, os pesquisadores falam de efeitos recíprocos. Modelos como

Figura 1. Classificações de delineamentos dos estudos longitudinais

Com população total	• Toda a população é medida em cada período determinado para o estudo. • Os casos não são idênticos porque pessoas morrem e nascem entre um período e outro. • Propiciam a quase total comparação entre as observações. • Costuma ser usado para análises no nível coletivo (agregado) e menos para o nível individual. • Permite avaliar mudanças nos valores das variáveis ao longo do tempo e mudanças nas relações entre as variáveis ao longo do tempo.	USAM AMOSTRAS POPULACIONAIS
Transversais repetidos	• Envolvem amostras independentes para cada período de obeservação. • As amostras costumam ser compostas por sujeitos completamente diferentes, mas os casos precisam ser comparáveis. • Costuma ser usado para análises no nível coletivo (agregado). • Permite avaliar mudanças nos valores das variáveis ao longo do tempo e mudanças nas relações entre as variáveis ao longo do tempo.	
Painéis rotativos	• Caracterizados pela retenção de um grupo de casos ao longo do tempo, mas com liberdade para variação da composição da amostra. • Permitem reposição da amostra desde que os intervalos de tempo não sejam grandes, reduzindo, assim, problemas de perdas de sujeitos e controle de vieses dos dados reportados. • Mensuram pequenas mudanças ao longo do tempo no nível individual ou do caso, análise de curto prazo de mudanças desenvolvimentais intracoortes, e análise de painel, além de permitirem análises de longo prazo de padrões agregados de mudanças.	
Painéis longitudinais	• Ocorrem quando o mesmo conjunto de casos é investigado várias vezes (com exceção dos dados omissos). • É conhecido como o tipo "verdadeiro de estudo longitudinal". • Permitem mensuração e análises de mudanças intraindividuais em termos cognitivos e comportamentais.	

Nota: elaborada pelas autoras.

o de demandas e recursos no trabalho (JD-R), possuem dentre os seus postulados a ideia de interações recíprocas. Um exemplo nesse contexto é o comportamento de *Job Crafting* (redesenho do trabalho) que emergiu como fruto de um conjunto de recursos disponíveis no trabalho e que por sua vez pode afetar a maneira como tais recursos são utilizados (Bakker & Demerouti, 2017).

De maneira geral, a realização de estudos longitudinais requer especificações sobre o **modo** como as variáveis de interesse e suas relações mudam com a passagem do tempo, **quando** essas mudanças podem ser observadas, **quanto tempo de intervalo** é necessário para

observar variações, **quanto tempo de observação** é necessário dos seus ciclos (aumento, estabilização ou decréscimo), **quantas vezes** e **em quais momentos** essas mudanças devem ser medidas de modo a tornar possível a descrição das relações entre as variáveis e **por quanto tempo** e **em quais ocasiões** é preciso descrever e controlar variáveis do contexto que podem ameaçar a validade das inferências causais (Abbad & Carlotto, 2016; Taris & Kompier, 2014; Wright & Markon, 2016). As especificações metodológicas e teóricas nos estudos longitudinais dependem da natureza e do contexto estudado, não sendo generalizáveis de forma direta de um constructo para outro, nem de um contexto para outro (Carlotto & Abbad, 2014). Como exemplo pode-se citar os dados relativos aos afetos, que podem se apresentar em maior ou menor magnitude ao longo do tempo após a exposição contínua ou intermitente a um dado contexto (Wang *et al.*, 2017).

A inferência causal

Na área de pesquisa POT, os pesquisadores são continuamente exortados a usar projetos de pesquisa longitudinais ao invés de confiar em dados transversais, porque esses não permitem inferência causal (Taris, 2000) e podem resultar em estimativas de parâmetros enganosas (Maxwell & Cole, 2007). Os dados transversais podem fornecer evidências para covariação, embora a dificuldade em descartar outras explicações, como a variância do método comum torna essa contribuição questionável (Kelloway & Francis, 2013; Maxwell & Cole, 2007).

A mensuração precisa do estado atual, assim como a posse de informações precedentes, e consequentes a um dado momento, se estabelece como elemento fundamental para a causalidade que é o exame acerca da mudança em uma variável figurando como precedente a mudança em outra (Kelloway & Francis, 2013; Taris & Kompier, 2014). Em seu sentido mais simples, estabelecer a ordem temporal significa simplesmente que o preditor deve ocorrer antes do resultado. Desse modo, hipóteses sobre as possíveis causas podem sempre ser inferidas, ainda que o teste conclusivo acerca de uma causa como condição

necessária e suficiente para a ocorrência de um fenômeno tenha por exigência o controle de outros fatores confundidores (Hassett & Paavilainen-Mäntymäki, 2013).

A maior parte dos constructos **não muda,** nem se desenvolve **por causa** do tempo, mas ao longo do tempo, como a formação e desenvolvimento de um grupo. O **tempo é apenas uma métrica ou escala** para representação de processos de mudança, não se configurando uma causa dos efeitos detectados (Ployart & Vanderberg 2010; Wright & Markon, 2016). O tempo do estudo longitudinal também funciona como fator de validade do tempo do fenômeno, na medida em que as informações coletadas vão subsidiar a avaliação conceitual e processual do fenômeno (Hassett & Paavilainen-Mäntymäki, 2013). O tempo é usado para fazer inferências sobre os processos de interesse com uso da ordenação temporal de eventos para melhor compreender a causalidade, o uso de um intervalo de tempo para entender a estabilidade de um constructo psicológico, social ou organizacional dentro da dinâmica de desenvolvimento ou usando medições repetidas ao longo do tempo para entender como diferentes padrões de crescimento predizem o resultado (Abbad & Carlotto, 2016).

Análise do contexto

A perspectiva da ciência organizacional defende a importância de estudar qualquer mudança particular dentro do contexto de mudanças em outros níveis de análise, de localizar a mudança no tempo passado, presente e futuro e de compreender que o próprio contexto ajuda a moldar o processo e que as mudanças têm múltiplas causas não lineares (Pettigrew, 2012). Esse desvendar de conexões entre as mudanças no contexto, no processo e nos resultados, requer o desenvolvimento de características analíticas essenciais (Pettigrew *et al.*, 2001; Van de Ven & Huber, 1990).

A importância do contexto como explicação da ação e dos resultados da ação é possibilitada pelo tratamento do contexto como um campo interacionista de vários níveis de análise. As explicações da mudança no desempenho das organizações, por exemplo, devem ser

relacionadas a níveis mais altos de análise, como setor de atuação e mudanças políticas e econômicas, e níveis mais baixos, como as disputas de poder na organização. Com essa ênfase na qualidade dinâmica do comportamento humano, é preciso integrar processos situando o comportamento em seus antecedentes históricos, sem prescindir de analisar o indivíduo, o grupo e o comportamento da organização (Pettigrew, 2012).

A experiência subjetiva dos participantes acerca do tempo em razão do contexto em que se encontram também pode moldar diferentes categorias analíticas do tempo, conforme os significados que assume (Thomson & McLeod, 2015). Por exemplo, Adam (2000) analisou como mães empregadas gerenciam o trabalho e os cuidados no contexto do tempo. As mães operavam em três níveis — antecipando contingências (e.g. doenças infantis), monitorando o cotidiano (e.g. diferentes padrões de escola) e planejando a longo prazo (e.g. mudanças nas necessidades dos membros da família). A partir dessas observações o autor elaborou o conceito de *timescape* abrangendo o tempo quantitativo, a conexão entre o tempo e o espaço e o tempo como uma experiência multidimensional. Esses diferentes horizontes de tempo circunscrevem a análise de dados qualitativos, com potencial a explorar o fenômeno de modo mais compreensivo.

Perspectivas temporais em pesquisa organizacional e projetos longitudinais

A discussão sobre o tempo nos estudos longitudinais perpassa perspectivas teóricas, analíticas e pragmáticas imbricadas no desenho de pesquisa (Collins, 2006). A perspectiva teórica ou filosófica é crucial para compreensão dos processos de mudança, pois a própria definição de tempo, categoria analítica chave nesse texto, pode ser extremamente fluida, exigindo sua operacionalização. Ainda que de forma coloquial, definições do dicionário apontam para essa fluidez, ao denominar Tempo como medida de existência; período específico durante o qual algo está acontecendo; ocasião; período histórico (Cambridge Dictionary, 2020).

Em estudos organizacionais, o conceito de tempo tem sido usado para se referir a medidas e a ocasiões (Carlotto & Abbad, 2014). Os **significados relativos à *ocasião*** referem-se ao momento exato em que uma variável passa a influenciar ou deixa de influenciar outra ou o instante, ou momento, em que se deve observar e medir um relacionamento entre variáveis. O ***significado psicológico*** do tempo não pode ser confundido com o de tempo físico, uma vez que se refere a opiniões, percepções, atitudes, sentimentos e emoções das pessoas sobre o tempo. Nos estudos longitudinais o tempo é geralmente apenas uma métrica ou escala para representação de processos de mudança (Ployart & Vanderberg, 2010) e não pode ser confundida com o conceito de "causa" dos processos de mudança.

A perspectiva mais pragmática do tempo começa com a definição dos intervalos entre as coletas cujo propósito é detectar, de maneira adequada, mudança. A extensão do tempo de observação para um estudo longitudinal é um ponto crucial, uma vez que mudanças ou estabilizações podem ocorrer em um quadro temporal delimitado (Sonnentag, 2012). Partindo do mínimo de três observações, de pelo menos um construto, as medidas podem variar desde inúmeras observações em um curto espaço de tempo até poucas medições realizadas em décadas (Menard, 2008). Em termos de variabilidade dos dados, existem dois tipos de mudanças no tempo: a primeira relativa às mudanças intra-unidade, refletem trajetórias de crescimento ou atenuação em fenômenos organizacionais; a outra faz referência às diferenças entre unidades da mudança e à função relativa a antecedentes e consequentes (Curran, & Bauer, 2011; Wright & Markon, 2016). Por exemplo, Dormann e Zapf (2002) e De Lange *et al.* (2004) conduziram estudos usando *designs* longitudinais de múltiplas ondas para examinar como a força dos efeitos dependia da duração do intervalo entre as ondas de estudo.

As medidas intra-unidade podem ser detectadas por meio de instrumentos sensíveis e bem calibrados. A análise de variância multivariada de medidas repetidas (Manova) é um dos métodos mais clássicos para o tratamento de dados longitudinais e permite considerar os fatores explicativos das mudanças entre os momentos de avaliação

utilizando modelos lineares generalizados (GLM) (Curran & Bauer, 2011). Desenvolvimentos mais recentes, como os modelos mistos de modelagem de coeficientes randômicos e a modelagem do crescimento latente utilizando análise de equações estruturais trouxeram muitos avanços (Zyphur *et al.*, 2020). Em modelos mistos de modelagem multinível, níveis agregados dão origem ao componente aleatório do modelo e permitem, além de análises de medidas agrupadas no nível do indivíduo, análises de outros níveis (e.g. da organização e do contexto externo) alcançando dimensões hierárquicas (Schonfeld & Rindskopf, 2007).

A construção de inferências causais depende da duração dos intervalos a serem modelados por diferentes técnicas. Os intervalos devem corresponder bem ao atraso causal "verdadeiro" subjacente, correndo o risco de que intervalos definidos sem critério possam não indicar uma relação causal entre eventos, quando de fato existem, mas estão atrasados ou já foram atenuados com o atraso no momento de avaliação. Se for muito mais curto do que a verdadeira defasagem causal, é provável que o antecedente ainda não tenha tido tempo suficiente para afetar a variável de resultado. Por outro lado, se esse intervalo for muito longo, o efeito de ser exposto à variável antecedente pode já ter sido atenuado o suficiente para ser considerado ausente. Para complicar ainda mais as coisas, no período intermediário entre as ondas de estudo, todos os tipos de outros eventos podem ocorrer e competir com as exposições mencionadas, afetando as variáveis de resultado, exigindo considerar e controlar essa influência quando possível (Raudenbush, 2001). Diante disso, pesquisadores precisam considerar cuidadosamente que: (1) a magnitude dos efeitos longitudinais pode variar fortemente com a duração do intervalo; (2) a existência dos possíveis atrasos causais subjacentes; e (3) o modelo causal subjacente ao teste das hipóteses presentes no estudo.

O número de ondas de estudo e a duração do intervalo entre elas são frequentemente escolhidos por motivos pragmáticos, mas ganham em rigor quando considerados à luz da teoria da mudança e das análises adequadas. Quando o verdadeiro lapso de tempo é desconhecido ou não pode ser presumido, os pesquisadores devem empregar

projetos multifásicos com medições em vários pontos no tempo (Ployhart & Vandenberg, 2010). A definição dos intervalos depende da característica temporal dos fenômenos estudados, com exceção do estudo de diário (Bolger *et al.*, 2003) e das amostras de experiência com alta intensidade (Bolger & Laurenceau, 2013).

Os estudos de diários acessam processos voláteis nos quais os fenômenos (e.g. humor ou fadiga) mudam rapidamente ao longo do tempo e expressam "pequenas experiências da vida cotidiana" que precedem essas mudanças (Wheeler & Reis, 1991, p. 340). Em geral, um número pequeno de participantes responde questionários curtos repetidamente durante o dia, por dias consecutivos. O método requer recursos tecnológicos especiais (e.g. *smart gadgets*) para a coleta (Shiffman, Stone, & Hufford, 2008), e análises complexas, com destaque à modelagem de equações estruturais dinâmica (Zhou *et al.*, 2019).

Desafios metodológicos na pesquisa longitudinal

Os principais desafios atrelados à pesquisa longitudinal na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho são os custos; o tempo e a necessidade de cooperação entre o pesquisador e o local de estudo (Buckley & Chapman, 1996); eventos não previstos (e.g. problemas financeiros ou falência da organização) que podem ocorrer durante a pesquisa (Leonard-Barton, 1990); desconhecimento sobre as situações que geram resultados (Van De Ven, 1992), o que pode exigir alteração nos objetivos iniciais (Alfoldi & Hassett, 2013).

Para lidar com eventos imprevisíveis no decorrer de estudos longitudinais, Alfoldi e Hassett (2013) sugerem as abordagens de foco a priori e de foco progressivo. Na primeira, a dimensão longitudinal (tempo real ou retrospectivo, ver Van De Vem, 1992) é incorporada durante a fase de *design* da pesquisa (Dawson, 1997). Essa abordagem considera a perspectiva da organização e do pesquisador com foco no fenômeno e definição clara dos aspectos que serão abordados; sistematização que cria previsibilidade, gera robustez na coleta de dados e permite ao pesquisador gerenciar as expectativas da organização. A fraqueza do foco *a priori* pode ser a rigidez do planejamento

impedir a reação a dados emergentes no processo (Alfoldi & Hassett, 2013). O foco progressivo requer que os imprevistos sejam avaliados durante a pesquisa e alterações no desenho de pesquisa são realizadas para que os objetivos sejam alcançados. Os imprevistos podem gerar novas formas de compreensão do fenômeno que requerem ajustes no desenho de pesquisa (Alfoldi & Hassett, 2013; Dawson, 1997).

Variabilidade intra-sujeitos e entre-sujeitos

As estratégias de análise de dados longitudinais são amplas e vão desde a simples descrição de uma tendência até temas complexos como a inferência causal em sistemas dinâmicos (Menard, 2008). Essas análises se propõem a responder dois grandes grupos de questões: 1) como, ou a partir de quais fatores, as pessoas mudam em função do tempo — variação interindividual; 2) como flutuações diárias de determinadas características individuais estão relacionadas entre si ao longo do tempo — variação intraindividual (Curran & Bauer, 2011; Wright & Markon, 2016). As variações intraindividuais estão situadas em um nível micro, ou primeiro nível de análise, e estão imbricadas nas manifestações de nível interindividual, chamado nível macro ou segundo nível. Importante ressaltar que essa tendência de convergência do primeiro para o segundo nível nem sempre é reversível, pois podem existir trajetórias intraindividuais orientados por padrões específicos de indivíduo para indivíduo, circunscrevendo processos de mudança a componentes individuais (Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020).

Confiabilidade em medições longitudinais

A discussão sobre a confiabilidade dos escores, e as influências presentes em relação a eles, está presente na literatura há décadas, assim como a avaliação dos fatores responsáveis por confusão na construção de inferências causais a partir da mensuração da mudança (Golembiewski *et al.*, 1976). No processo de avaliação de um indivíduo ao longo do tempo, as medidas devem ser confiáveis e possuir

o mesmo significado para que diferenças entre uma medida inicial e sua mensuração subsequente possam ser interpretadas como mudança e não como flutuação decorrente de viés do instrumento ou processo de mensuração (Marcoulides, 2019). Espera-se que um instrumento de medida tenha a capacidade de fornecer medidas livres de erro, sejam sensíveis para captar o nível de mudança postulado e que sejam medidas que possuem o mesmo significado nos diferentes momentos do tempo. Esses pressupostos precisam estar apoiados em testes empíricos como a verificação da confiabilidade, da sensibilidade para detecção da mudança e do pressuposto da invariância da medida entre as ocasiões de mensuração (Grimm *et al.*, 2016). Erros de medida podem indicar mudança quando essa não aconteceu, ou mesmo estabilidade em situações em que houve mudança. (Collins, 2006; Taris, 2008).

O primeiro aspecto relativo à confiabilidade que exige cuidado é o uso de escalas psicométricas construídas para realizar avaliações interindividuais em desenhos transversais (DeShon *et al*, 1988). Em boa parte desses instrumentos, a confiabilidade é obtida por meio de medidas repetidas do instrumento com a mesma amostra em diferentes momentos do tempo (Zickar, 2020). Isso pode ser uma ameaça pois um instrumento cuja variação dos escores é muito pequena entre dois tempos pode ser incapaz de detectar mudanças existentes (Golembiewski *et al.*, 1976). Uma recomendação é adotar uma medida de consistência interna em cada tempo, assumindo valores de Alpha de *Cronbach* maiores do 0,80 (Grimm *et al.*, 2016).

Estudos envolvendo desenhos experimentais controlados acarretam problemas quanto à atribuição de causas nas alterações encontradas na avaliação pré-teste e pós-teste. Mudanças *alfa, beta* e *gama* são postuladas como formas de explicação para diferenças encontradas: as mudanças *alfa* dizem respeito à mudança comportamental de fato, as mudanças *beta* referem-se à recalibração da escala às respostas dos sujeitos, e as mudanças *gama* estão relacionadas a alterações na redefinição do conceito analisado (Armenakis,1988). Ainda que seja possível controlar efeitos das mudanças dos tipos *beta* e *gama*, a identificação de uma mudança do tipo *alfa* requer um instrumento dimensionado e sensível à magnitude do fenômeno de interesse. Boa

parte dos instrumentos utilizados nas pesquisas acadêmicas enfatizam a comparação entre grupos e não a avaliação da variabilidade intra-individual. Collins (2006) reforça esse argumento apontando que a maior parte das teorias das medidas tradicionais, tal como a teoria clássica dos testes, direciona-se à construção de medidas sensíveis em termos de identificação da variabilidade interindividual, ignorando a variabilidade intra-individual.

Um exemplo característico está relacionado ao nível de mensuração das escalas, quando adotam medidas granulares, como a escala do tipo *Likert*. Uma escala com nível de mensuração mais contínuo (Ex. 0 a 100 pontos) conta com maior amplitude e informação para descrever a variabilidade de um fenômeno, aumentando a sensibilidade de detecção de mudanças. Ainda que escores contínuos sejam estimados a partir de escalas *Likert* através da proposição de variáveis latentes subjacentes, é possível que níveis específicos de habilidades — os muito altos ou muito baixos — não sejam contemplados (Lang & Tai, 2021). Isso faz com que o erro associado com uma faixa não mapeada dos escores seja grande o suficiente para impedir a detecção da mudança. Faz-se preciso que os instrumentos adotados representem todo o espectro do construto avaliado, através de um amplo mapeamento, conforme proposta da teoria da resposta ao item para escalas psicométricas (Grimm, Ram & Estrabrook, 2016).

Ademais, o entendimento da medida, em uma perspectiva processual, coloca outros desafios como o rigor com a padronização na coleta de dados e o controle de outros fatores externos ao longo do tempo. Ainda que as alterações surjam por motivos legítimos e de difícil controle (alterações no ambiente, efeitos de aprendizagem) são fatores influentes na análise da mudança. O condicionamento do painel é um problema que ocorre quando respondentes reagem às experiências prévias de participação no estudo (Lee, Harring & Stapleton, 2019), podendo apresentar reações ao processo de coleta de dados que influenciam suas respostas. As percepções acerca do que o pesquisador está procurando, a identificação de respostas socialmente desejadas e o pouco engajamento com a tarefa de responder o instrumento podem gerar esse viés. Um delineamento do tipo painel

rotativo pode reduzir esse problema, pela substituição sistemática dos participantes, evitando que sejam convocados em todas as ondas ou respondam toda bateria de avaliação. Alternativas contributivas são: o emprego de instrumentos breves e de fácil entendimento, a opção por escalas de escolha forçada, o controle da desejabilidade social e de respostas aleatórias via modelagem (Heerwegh & Loosveldt, 2011). Apesar de menos frequente, pode acontecer de os participantes construírem vínculo com o estudo e aumentar a participação e qualidade das respostas nas ondas subsequentes (Wright & Markon, 2016).

A abordagem aos processos de mudança e crescimento não se restringe apenas à modelagem do erro do instrumento, mas à própria especificação do modelo teórico da mudança, assim como dos construtos que lhes são subjacentes, havendo uma indissociabilidade entre medida e definições conceituais (Collins, 2006). Uma das formas atuais de integração faz-se através da adoção de modelos de equações estruturais, a exemplo da modelagem de invariância (Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016). Em termos práticos, a análise de invariância e suas hipóteses associadas partem da ideia de que, em diferentes momentos do tempo, características do modelo de medida devem se manter as mesmas.

A primeira característica está relacionada à dimensionalidade ou invariância configural, que pressupõe que as mesmas variáveis latentes mensuradas serão responsáveis por explicar a variabilidade das respostas ao mesmo conjunto de itens nos diferentes momentos no tempo. Em seguida, espera-se que as contribuições dessas variáveis latentes sejam idênticas no nível do item para explicar a forma como foram respondidos em relação a suas cargas fatoriais (pressuposto de invariância escalar) e aos interceptos e limiares do modelo (pressuposto de invariância métrica) (Vandenberg & Lance, 2000). O apoio da hipótese de invariância em todos esses níveis permite rejeitar a suspeita de que a mudança observada entre dois tempos foi originada de uma mudança no significado ou forma de mensurar o conceito ao longo do tempo. Assim, a invariância apoia a ideia de que mudanças observadas nos escores refletem mudanças no nível do construto, representando uma mudança nos escores latentes do indivíduo e não

em relação ao modo de mensuração. Alguns problemas emergem como, por exemplo, a dificuldade de ajuste de modelos complexos de medida em razão de amostras pequenas e os processos que envolvem uma não equivalência natural dos itens no tempo (Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016).

Dados quantitativos em pesquisa longitudinal

Historicamente, o tratamento de dados longitudinais remonta à descrição simples e gráfica de tendências de medidas ao longo do tempo (Menard, 2008), para revelar padrões de mudança existentes nos conjuntos de dados (Fitzmaurice, 2008). Esse tipo de estudo relacionado à manifestação em função do tempo de maneira direta é escasso em estudos no contexto organizacional, mesmo diante de fenômenos clássicos, como estresse no trabalho. A análise univariada desses fenômenos, de descrição ou modelagem da variabilidade intraindividual, pode ser de elevada contribuição, no reconhecimento de padrões típicos de uma variável ao longo do tempo (Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020). Análises descritivas também contribuem como etapa de subsídio de testes de hipóteses para análises com mais variáveis explicativas, como análises exploratórias, modelos causais, modelos lineares generalizados, modelos de equações estruturais, modelagem de estruturas de crescimento latente ou de dependência entre resíduos (Hoffman, 2015; Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016).

A modelagem de dados longitudinais, com ênfase na associação das variáveis com fatores externos ou a predição do crescimento por estimação de taxas associadas a eventos causais, abrange um conjunto de análises denominadas modelos explicativos. Esses modelos permitem historiar a adoção de modelos lineares gerais como recurso de modelagem da variabilidade interindividual e intraindividual, a exemplo das aplicações que adotam Anova ou Manova de medidas repetidas (Hoffman, 2015; Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020; Mitchell & Maxwell, 2013). Além disso, permitem explicar desfechos contínuos com distribuição normal e se estendem a modelos

lineares generalizados por meio dos quais a modelagem de desfechos com outras distribuições também é possível (Collins, 2006; Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020).

Os modelos lineares generalizados explicam tais desfechos a partir dos efeitos que determinados preditores podem ter, como acontece quando se assume a passagem do tempo como responsável pelo crescimento de um organismo, fruto de sua maturação (Mitchell & Maxwell, 2013). Os efeitos presentes nesses modelos podem ser classificados em fixos e aleatórios. O efeito fixo envolve parâmetros associados aos preditores de um modelo, os quais, através de uma combinação linear, predizem os desfechos (Collins, 2006). Os modelos chamados de não condicionais representam de maneira direta o efeito fixo do tempo sobre um desfecho, sendo que o parâmetro estimado desse preditor permite o conhecimento da taxa de crescimento do fenômeno (Hoffman, 2015). Dessa forma, a variabilidade intraindividual é modelada a partir do tempo e identificada como mudança ou flutuação do indivíduo em relação à sua medida do desfecho repetida no tempo (Collins, 2006; Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Mitchell & Maxwell, 2013). Além do efeito fixo do tempo, um modelo linear generalizado condicional apresenta outros preditores, a exemplo de elementos de variabilidade interindividual como a exposição de um grupo a fatores externos ao longo do tempo (Collins, 2006).

O efeito aleatório é o segundo grupo de efeitos do modelo e representa sua parte estocástica, relacionada à variância do erro produzido pela parcela de variabilidade não predita pelos efeitos fixos. Os modelos lineares generalizados possuem, por definição, a previsão de um efeito aleatório relacionado à distribuição dos resíduos previstos (Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020; Mitchell & Maxwell, 2013). No caso da Anova de medidas repetidas, por exemplo, esse efeito aleatório relacionado à variância do erro é modelado como possuindo distribuição normal. Apesar da possibilidade de sua aplicação a alguns contextos de análise, a inflexibilidade em relação à modelagem dos efeitos aleatórios (quando definidos como distribuição normal) limitam a capacidade do modelo representar a variabilidade presente nos dados (Hoffman, 2015). Isso ocorre com frequência em estudos

longitudinais, especialmente em casos de modelagem da intravariabilidade, em que os padrões emergentes de flutuações no tempo podem não seguir um padrão de crescimento linear, apresentando características específicas que precisam ser modeladas como, por exemplo, a dependência serial entre observações, efeitos sazonais ou padrões de flutuação (Curran & Bauer, 2011; Kim *et al.*, 2020; Zyphur *et al.*, 2020). Diversos problemas clássicos relacionados ao emprego dos modelos lineares generalizados surgem quando seus pressupostos básicos não são aplicados, tal como a variância constante dos resíduos ao longo do tempo, que não se sustenta nos cenários de dependência serial em que modelos autorregressivos são necessários (Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020; Mitchell & Maxwell, 2013).

Além disso, uma premissa básica, mas muito difícil de ser alcançada no cenário aplicado, é que essa análise exige que os dados sejam balanceados, ou seja, sem casos faltantes (Hoffman, 2015). Estratégias comumente usadas de remoção desses casos incompletos ou carregamento do valor mais próximo temporalmente para uma observação faltante são amplamente condenáveis e implicam em vieses nos resultados e podem invalidar qualquer conclusão sobre os dados (Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020; Mitchell & Maxwell, 2013; Wang *et al.*, 2017). Assim, a resposta a algumas perguntas essenciais em estudos longitudinais depende de um modelo em que a variância dos resíduos não seja fixa, e que se tenha flexibilidade para modelagem de efeitos aleatórios associados à variabilidade intraindividual (Curran & Bauer, 2011). Por exemplo, a simples pergunta "As pessoas mudam ao longo do tempo a partir de diferentes taxas de crescimento?" exige que o efeito do tempo não seja considerado fixo, ou seja, um parâmetro constante adotado como preditor único do crescimento para todos os tempos em todos os domínios da amostra investigada (Kelloway & Francis, 2013; Kim *et al.*, 2020; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020). Nesse caso, ao se considerar o efeito do tempo como aleatório, é possível que, no limite, sejam estimados parâmetros do efeito do tempo para cada indivíduo, representando a consideração de um perfil de crescimento para cada sujeito ao longo do tempo (Hoffman, 2015). Tal exemplo pode ser considerado, não só com relação à variação de uma determinada

taxa associada ao crescimento no tempo, mas também relativa à interação que determinada variável possa ter na própria dinâmica intraindividual como elemento capaz de predizer flutuações intraindividuais (Curran & Bauer, 2011; Kim *et al.*, 2020; Wang *et a*l., 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

A partir dessas considerações, a literatura na área reconhece que os modelos lineares mistos generalizados, que permitem tanto a modelagem dos efeitos fixos dos seus preditores quanto a modelagem dos efeitos aleatórios relacionados à variância dos resíduos, devem ser priorizados na modelagem de dados longitudinais (Collins, 2006; Curran & Bauer, 2011; Zyphur *et al.*, 2020). Também denominados modelos do tipo multinível ou modelos lineares hierárquicos, esses modelos apresentam grande versatilidade não só para a modelagem de efeitos aleatórios relacionados à variabilidade intraindividual e dependência das observações no tempo, como também para questões relevantes referentes à dependência entre observações emergentes de subdomínios da amostra, tais como agrupamentos naturais ou níveis hierárquicos (por exemplo, ver Curry *et al.*, 2015). A consideração dos efeitos aleatórios, configurando diferentes níveis ou múltiplas dimensões do processo de amostragem, está imbricada à teoria organizacional e às teorias da mudança e representa fontes de variação intra e interindividuais presentes nessas teorias (Hoffman, 2015). Pode-se dizer que o propósito das análises multiníveis nesse contexto é quantificar em um primeiro passo, para então explicar cada fonte de variação frente às diferentes dimensões da amostra, permitindo que, em última medida e quando pertinente, a fonte de variação seja o próprio sujeito (Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

Os avanços relacionados à estimação desses modelos permitem a testagem de uma grande diversidade de hipóteses longitudinais, incluindo o tratamento de dados faltantes, dentre outros componentes, como a estimação de efeitos provenientes das interações entre níveis. Por outro lado, uma limitação importante dos modelos multiníveis está relacionada ao pressuposto de estimação a partir de variáveis observadas que deveriam ser consideradas como medidas sem erro (Newsom, 2015). Ainda que esse possa ser o caso de vários

estudos, diversos fenômenos presentes no contexto organizacional e nos processos de mudança não podem ser observados diretamente, a exemplo da motivação para mudança. Além disso, a não inclusão de variáveis latentes repercute na impossibilidade de representar de maneira formal construtos teóricos como também servir de auxílio para estimação de fenômenos e processos subjacentes (Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

Nesse contexto, uma ampla família de modelos de equações estruturais toma a cena por permitir a modelagem tanto de variáveis observáveis quanto de variáveis latentes. Essas últimas podem ser representadas através de um modelo de medida, representando geralmente um fator comum que, apesar de não poder ser observado diretamente, pode ser modelado como responsável pela manifestação de um conjunto de variáveis observáveis. A estimação de uma variável latente tem como propriedade a construção de uma medida que possui apenas as informações comuns provenientes das variáveis observáveis, ficando à parte da parcela de erro proveniente da variabilidade não explicada de cada variável observada (Newsom, 2015). Apesar de ser impróprio em termos absolutos, entende-se que uma variável latente construída a partir de um conjunto razoável de variáveis observáveis é uma medida sem erro ou com sua parcela de erro modelada. Uma ideia semelhante é a criação de variáveis latentes que representam um fator de crescimento subjacente às observações realizadas ao longo do tempo. Nesses casos, temos os modelos de curva de crescimento latente através dos quais diferenças individuais em cada nível e taxas de crescimento no tempo são descritas por uma variável latente representativa de um intercepto para o primeiro caso e uma inclinação da curva de crescimento no tempo para o segundo (Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

Ademais, os modelos de equações estruturais apresentam uma grande versatilidade. Para além da modelagem de variáveis latentes, geralmente relacionadas como o componente do modelo de medida, esses modelos possuem um componente estrutural que permite a representação das relações entre variáveis latentes e variáveis observadas, incluindo todas aquelas presentes nos modelos de análise de

trajetórias, como a representação de cadeias de relacionamento entre variáveis no tempo e processos condicionais, envolvendo análises como de mediação e moderação tornando os modelos capazes de representar eventos causais complexos (por exemplo, Augustsson *et al.*, 2017; Kim *et al.*, 2011).

Aqui cabe destaque para modelos do tipo *cross-lagged* que integram tais características em um modelo autorregressivo intencionado a conhecer os mecanismos responsáveis por efeitos ao longo do tempo que possam estar condicionados a eventos anteriores relacionados com a ativação de mecanismos através de variáveis mediadoras ou modificação de efeito por meio de moderação (e.g., ver Kern & Zapf, 2021). Por fim, mas não menos importante, além de versatilidade aqui apresentada, salienta-se que os modelos de equações estruturais também permitem a modelagem dos efeitos aleatórios através de sua especificação como modelos multiníveis, permitindo tanto a modelagem de observações repetidas no tempo como dependentes temporalmente, quanto também relativas a características de agrupamento da amostra em níveis hierárquicos (Collins, 2006; Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

Desenhos longitudinais, em que muitas ocasiões de coletas dentre pessoas ocorrem entre dezenas e centenas de observações, são muitas vezes chamados de desenhos longitudinais intensivos — algo que vem ganhando repercussão, à medida que novas tecnologias têm permitido a coleta de dados de forma mais contínua e facilitada, tal como aquelas que utilizam sensores e outros aparelhos conectados à *internet* como celulares ou relógios inteligentes (Hoffman, 2015). Os desenhos do tipo *ecological momentary assessment* adotam tais tecnologias, dentre outras mais convencionais, para obtenção de medidas em tempo real, abrindo espaço para uma ampla gama de hipóteses a serem testadas (Shiffman, Stone & Hufford; 2008). Desse modo, o tempo passa a ser modelado como um processo contínuo, podendo considerar intervalos de tempo variados de indivíduo para indivíduo, assim como um número amplamente diverso de registros de pessoa a pessoa (Bolger & Laurenceau; 2013). Por vezes, assumindo tais características, o modelo pode predizer a taxa de ocorrência de eventos repetidos

dentre cada intervalo, ao invés de avaliar o que ocorre em um determinado momento do tempo. Nesse caso, o registro de um evento de interesse, no momento e contexto em que ocorre, passa a ser o domínio para a mensuração da variabilidade intraindividual (Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.,* 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

É comum na literatura de diversas outras áreas do conhecimento que a ideia de estudos longitudinais ou de medidas repetidas tenha características de estudos intensivos modelados através de séries temporais, com o foco em descrever padrões autorregressivos ou outros tipos de eventos que possuem dependência no tempo. Por meio dessas análises, um conjunto amplo de recursos está disponível para a modelagem de efeitos aleatórios, inclusive para a identificação e decomposição dos padrões de variabilidade intraindividual. A partir da identificação de tendências gerais por meio de médias móveis no tempo e decomposição dos componentes autorregressivos, tais como dependência temporal por meio de *lags*, ciclos periódicos, eventos sazonais ou mesmo distúrbios pontuais, um amplo horizonte analítico se abre (Zyphur *et al.*, 2020).

Além disso, apesar de que os modelos de séries temporais possam ser ajustados para explicação de uma única unidade ou indivíduo em desenhos do tipo n=1, é possível que os princípios relacionados com a análise de séries temporais sejam integrados com modelos de equações estruturais do tipo multinível para amostras maiores, permitindo considerar a modelagem de efeitos fixos e efeitos aleatórios de maneira integrada (Hoffman, 2015). Aqui se dá origem ao que se denomina de modelagem de equações estruturais dinâmicas, geralmente aplicada aos estudos longitudinais intensivos, em que se integra a modelagem dos efeitos aleatórios ou estocásticos das séries temporais com a modelagem de variáveis latentes para a análise de padrões dinâmicos, tais como oscilações, eventos de autorregulação, influências diáticas, distúrbios externos pontuais e efeitos em diferentes níveis (Collins, 2006; Curran & Bauer, 2011; Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al.*, 2017; Zyphur *et al.*, 2020).

A integração desses modelos, até aqui apresentados, é proposta por Zyphur e colaboradores (2020), baseando-se na justificativa de que

a construção de inferências causais a partir de estudos longitudinais é um elemento fundamental para uma abordagem baseada em evidências no contexto das organizações. A despeito do reconhecimento do valor inerente aos ensaios clínicos aleatorizados como delineamento de primeira escolha para construção de evidências e inferencial causal, a modelagem de dados longitudinais pode também contribuir para construção de inferências causais, desde que considerados elementos relacionados ao controle do efeito de confusão de terceiras variáveis e da relação de precedência temporal entre causa e efeito (e.g., ver Kaltiainen *et al.*, 2020; Mäkikangas *et al.*, 2106; 2019).

Na mesma direção, Raudenbush (2001) reconhece que as teorias contemporâneas sobre inferências causais, especialmente aquelas que discutem o papel dos resultados potenciais e efeitos contrafactuais são todas baseadas na ideia de que existiria uma diferença na resposta de um indivíduo em comparação a ele mesmo caso fosse possível manter idênticas todas as condições de avaliação, manipulando-se apenas uma causa específica como fator explicativo de um determinado resultado. Apesar do sentido lógico dessa construção, esse princípio de ordem epistemológica não é testável, não sendo possível derivar aqui uma hipótese que atenda as condições para identificação de uma causa de maneira formal no individual. O controle experimental e manipulação de uma variável independente, junto da alocação aleatória dos participantes em um grupo experimental e outro controle, busca criar cenários equivalentes do ponto de vista estatístico, e que teriam apenas como diferença a exposição a um determinado nível da variável independente. Assim se representaria a melhor aproximação das premissas inerentes à identificação de uma causa. Na ausência de manipulação direta de variáveis independentes e da alocação aleatória, a manutenção de uma condição contrafactual fica ameaçada, bem como a propriedade de uma inferência causal (por exemplo, ver Kern & Zapf, 2021).

Em contrapartida, a busca por descrição de trajetórias individuais, através de múltiplos pontos no tempo, pode ser um fator útil para avaliação do indivíduo em relação a ele mesmo, como preconiza a ideia de um experimento contrafactual. Considerando o efeito de

uma determinada variável como explicação de um processo, através de estudos de painel e da modelagem causal em estudo longitudinal, torna-se possível inferir se um determinado resultado ou mudança foi causada por uma exposição ou se essa é apenas parte de um processo natural de mudança (Zyphur *et al*, 2020). Para tanto, aqui reside, como elemento fundamental, a decomposição das parcelas que explicam a mudança ou estabilidade por meio de efeitos fixos, mas também por meio de efeitos aleatórios, como aqueles relativos aos efeitos autorregressivos (intraindividual). Além disso, a mudança também pode ser efeito de um processo dinâmico, caracterizado pela exposição a uma determinada variável (interindividual) e suas consequências de longo e curto prazo no sistema. Assim, o número de medidas no tempo e a verificação dessas associações nos termos aqui apresentados permitem aumentar a validade de uma inferência causal, mesmo sem randomização (Curran & Bauer, 2006; Kelloway & Francis, 2013; Wang *et al*., 2017).

Em sua proposta, Zyphur e colaboradores (2020) indicam que os dados de painel, coletados em ao menos três momentos no tempo e envolvendo pelo menos duas variáveis, podem ser modelados de forma que componentes da variabilidade intra e interindividual sejam considerados para uma explicação causal. Assim seria possível inferir se a ocorrência de um evento explica a manifestação de um outro de forma cruzada inclusive. Para tanto, efeitos diretos de curto prazo e efeitos indiretos de longo prazo em um modelo do tipo *cross-lagged* são propostos, junto do controle de efeitos autorregressivos, médias móveis e médias móveis do tipo *cross-lagged* que tentam representar impulsos capazes de gerar mudanças. Além disso, também é proposto, neste modelo geral, a inclusão de fatores responsáveis por alguma estabilidade do sistema no tempo como fatores de personalidade e aspectos da cultura de uma organização.

Considerando tal modelagem no contexto da análise de equações estruturais, permite-se ainda a modelagem de variáveis latentes representando outras variáveis não observáveis, assim como a covariação entre resíduos, elemento relevante para inferência causal em alguns contextos e que é fundamental para a modelagem de dados

longitudinais em que se pressupõe interdependência. Nesse contexto, cabe ressaltar que a inferência por meio de métodos de máxima verossimilhança e métodos de inferência bayesiana aumenta a flexibilidade do modelo permitindo o tratamento de dados faltantes e a consideração de outras dimensões de análise, tal qual a presença de variáveis mediadoras ou mesmo outros níveis de análise em termos hierárquicos. Os autores (Zyphur *et al.*, 2020) disponibilizam de forma livre os códigos para implementação dessas análises em R e Mplus, junto de outros recursos como apêndices detalhando aspectos práticos e teóricos dessas análises, incluindo um vídeo tutorial bastante elucidativo.

Dados qualitativos em projetos longitudinais

A pesquisa qualitativa em desenhos longitudinais pode ser descrita a partir de duas concepções básicas: a primeira relativa à natureza do dado (classificação de atributos como nível adotado de medida) e a segunda referente à abordagem epistemológica em que o entendimento dos fenômenos se dá através de uma abordagem qualitativa (Thomson & McLeod, 2015). Apesar da predominância das abordagens quantitativas entre os estudos longitudinais, é crescente a adoção de uma perspectiva qualitativa e longitudinal, incluindo um interesse crescente em análise de dados secundários, fruto de registros de dados de comunicação escrita ou falada, além da acessibilidade maior para pesquisas de arquivo (digitalizados). Abordagens intergeracionais e revisitação de estudos clássicos, tais como inserções ecológicas no campo e estudos etnográficos, têm assumido grande importância na tendência qualitativa de proposição dos desenhos longitudinais (Andrews, 2007; Elliot *et al.*, 2007; McLeod & Thomson, 2009).

O objetivo da análise na pesquisa longitudinal com dados qualitativos é ser uma abordagem sistemática com ênfase no rastreamento dos padrões de mudança (Saldaña, 2008). Um primeiro passo na análise de dados longitudinais qualitativos requer uma descrição básica dos dados (Menard, 2008). Uma vez codificado em variáveis categóricas usando indicadores do processo de mudança (Saldaña, 2008) por meio de uma matriz (ver *The Longitudinal Qualitative Data Summary Matrix*

in Saldaña, 2008), é possível transformá-la em um banco de dados para realizar várias análises estatísticas descritivas e inferenciais. Por exemplo, é possível usar a Análise de Frequência Configural (CFA) e identificar padrões entre variáveis, além de padrões temporais entre grupos específicos, o que permite identificar curvas de mudança e analisar tendências ao longo do tempo (von Eye & Mun, 2008).

Quando aprofundada a questão epistemológica, a Pesquisa Qualitativa Longitudinal (QLR) envolve a exploração do potencial dos métodos e técnicas de pesquisa (Lury & Wakeford, 2012) e das tradições de etnografia e de métodos qualitativos de longo prazo em antropologia e pesquisas em comunidades (Kemper & Peterson Royce, 2002), bem como a exploração da temporalidade dentro da pesquisa narrativa e biográfica (Andrews, 2008). Essa tendência tem sido fomentada pela disponibilidade de dispositivos digitais (Ruppert *et al.*, 2013) e pelas implicações éticas de uma sociedade do conhecimento digitalizada (Mauthner, 2012).

A pesquisa qualitativa longitudinal é marcada pela tradição de historicizar ou situar desde análises teóricas até revoluções técnicas (Thomson & McLeod, 2015). Artigos de Stanley (2011) e de Taylor (2015) sugerem que QLR foi adotada como uma nova forma de investigação dos fenômenos. Para Stanley (2011), isso envolve reivindicar QLR como uma das principais estruturas em investigações e como um caminho para amplas agendas de investigação sociológicas e históricas (Thomson, 2007).

Um aspecto relevante de tais abordagens de base compreensiva é que, diferente dos estudos quantitativos, a possibilidade de uma abordagem mais interativa passa a abrir espaço para captura de aspectos dinâmicos de processos de mudança que podem estar delimitados a um tipo específico de mensuração. Assim, o próprio processo de coleta de informações pode gerar discussão acerca das diferentes maneiras de construir evidências longitudinais e que partem do uso de entrevistas repetidas, com o registro de narrativas em retrospectiva e com análise documental em estudos retrospectivos, com observação participantes, etnografia e/ou histórias orais (e.g., ver Falce *et al.*, 2017; Molineux, 2013). Cada uma das maneiras com vantagens e desvantagens

particulares, mas que, a partir da sua triangulação, podem permitir um entendimento profundo dos fenômenos em questão, incluindo o próprio processo de geração de hipóteses que orienta observações futuras e que permite, no contexto dos processos de mudança, investigar aquilo que surge como elemento novo na mudança (Thomson & McLeod, 2015; Thomson, 2007). A característica do desenho longitudinal qualitativo, em alguns casos, é ser retrospectivo (ligando de volta a situações anteriores) ao invés de prospectivo (atuando como uma linha de base para o futuro) (e.g., ver Falce *et al.*, 2017; Molineux, 2013; Smollan, 2015), caracterizando-se com um potencial relevante para compreensão de processos e criação de hipóteses e teorias, muitas delas testáveis em estudos prospectivos posteriores, incluindo aqui o seu teste através de estudos quantitativos (Thomson *et al.*, 2014; Thomson & McLeod, 2015; Thomson, 2007).

Como planejar uma pesquisa longitudinal: questões metodológicas

Do ponto de vista teórico, para a realização de estudos longitudinais, é necessário especificar a **teoria da mudança**, observando **a forma** e a **duração** da mudança, sua intensidade e os seus preditores. Nesse caso, a teoria e a pesquisa transversal (*cross-sectional*) podem ser insuficientes para desenvolver teoria sobre mudança e essa constatação pode fazer diferença na construção da pesquisa, abrindo um espaço importante para os estudos longitudinais (Abbad & Carlotto, 2016; Wright & Markon, 2016).

Determinar o número ótimo de ocasiões de mensuração e os intervalos (quantidade e espaçamento entre observações repetidas) para **modelar adequadamente a forma** hipotetizada da mudança implica o conhecimento profundo da natureza do fenômeno que será abordado. Sugere-se o uso de informações anteriores sobre o fenômeno para determinar de maneira precisa o intervalo mais adequado. Contudo, o contexto organizacional terá grande importância nessa decisão. Importante adotar intervalos de tempo (***time lags***) nem muito grandes nem muito pequenos entre as observações para investigar

questões de causalidade, e buscar estratégias para manter os participantes engajados, especialmente em estudos de diário (Wright & Markon, 2016).

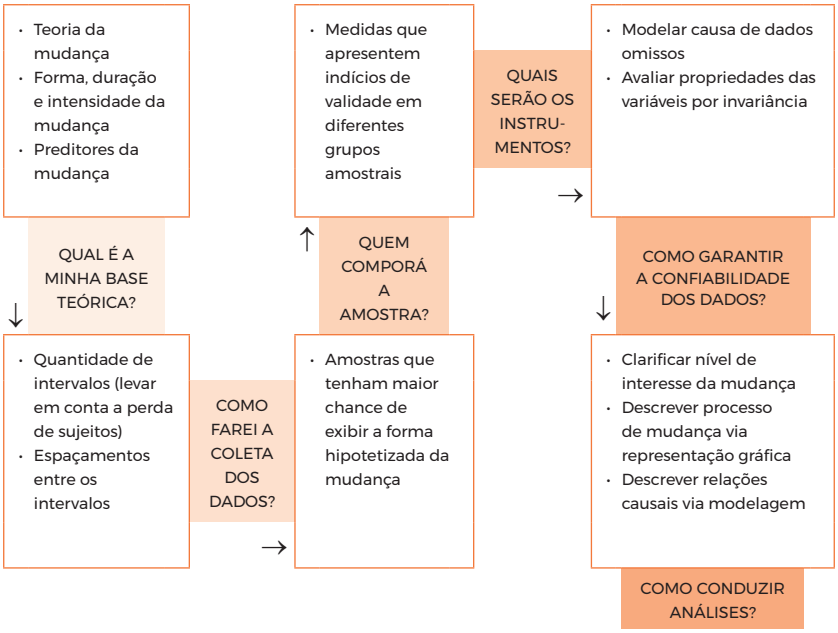
Alguns estudos separam temporalmente a coleta de dados das variáveis explicativas e variáveis critério (Ployhart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016). Porém, essa separação temporal é usada para evitar vieses inerentes ao método como o problema de variância comum do método, mas não propicia a análise da natureza dinâmica dos fenômenos e seus inter-relacionamentos (Hassett & Paavilainen-Mäntymäki, 2013; Wright & Markon, 2016). A apreciação de tendências, sazonalidades, ocorrências de associações devido a distúrbios pontuais, assim como a compreensão das trajetórias no nível individual, ainda que sejam elementos que caracterizem diversos fenômenos organizacionais (Wang *et al.*, 2017). Portanto, esses aspectos devem ser considerados ao se planejar uma pesquisa com delineamento longitudinal.

Quanto ao planejamento do método, duas decisões são fundamentais: a escolha da amostra e escolha das medidas. Quando possível, **escolher amostras** que tenham maior chance de exibir a forma hipotetizada da mudança, esquivar-se de amostras de conveniência e determinar um número ótimo de observações que levem em conta a **perda de sujeitos** (em torno de, até, 50%). Quanto à escolha das medidas, optar por aquelas com indícios de validade consistentes em diferentes grupos amostrais para a detecção das invariâncias do fenômeno investigado. No que diz respeito à análise de dados, modelar a causa de **dados omissos** (idealmente teorizados e mensurados a priori) e considerar, no planejamento, a ocorrência de dados omissos na coleta de dados. Também é recomendável avaliar as propriedades das variáveis por invariância (configural, métrica) antes de testar se a mudança ocorreu (Ployart & Vandenberg, 2010; Wright & Markon, 2016).

Em termos pragmáticos, um primeiro objetivo dos estudos pode ter um caráter descritivo: representar por meio de gráficos a **forma hipotetizada** da mudança, articulando-a à **forma observada** da mudança. A noção de processo delineia-se a partir dessa representação (Abbad

& Carlotto, 2016; Fitzmaurice, 2008). Para essa análise inicial descritiva, torna-se essencial esclarecer **o nível de interesse** da mudança: mudança média do grupo, mudança intraunidade, diferenças interunidade em mudança intraunidade. Nesse caso, mesmo as diferenças entre grupos são acessadas para descrever a mudança e suas nuances (Collins, 2006; Fitzmaurice, 2008). A seguir, um elemento relevante para a maior parte dos estudos longitudinais envolve descrever as relações e mecanismos causais inerentes ao fenômeno. Seguindo o modelo de Zyphur (2020), a **modelagem** das relações causais deve ser feita considerando um desenho do tipo *cross-lagged*, abrindo espaço para relações de interação entre as variáveis através da modelagem de componentes autorregressivos, médias móveis, médias móveis *cross-lagged* e efeitos fixos ao longo do tempo. A figura 2 retrata as principais etapas na condução de uma pesquisa longitudinal.

Figura 2. Principais etapas na condução de uma pesquisa longitudinal



Nota: elaborada pelas autoras.

Por fim, uma abordagem qualitativa também pode ser considerada, a depender dos objetivos do estudo, especialmente diante de desafios relacionados à compreensão de fenômenos complexos, frente às ocorrências não passíveis de serem previstas. A abordagem qualitativa de forma retrospectiva, que coleta informações ao longo do tempo de eventos passados, também é um elemento que pode ser considerado, junto a abordagens imersivas no campo, como também outras abordagens interativas que possam contribuir para compreensão de processos de mudança em sua complexidade e especificidade.

Apresentando um exemplo prático

A fim de exemplificar o planejamento descrito anteriormente, segue, abaixo, como exemplo, a pesquisa realizada por Kaltiainen *et al.* (2020), cujo objetivo foi o de analisar relações recíprocas entre variações intraindivíduos quanto ao seu engajamento no trabalho e suas avaliações cognitivas acerca da mudança (ameaça ou desafio) em um contexto de fusão organizacional.

A **teoria da mudança** que sustenta a perspectiva das autoras sobre a relação entre os fenômenos centrais de investigação é a *broaden-and-build theory* (Fredrickson, 1998, 2001), que defende que experiências subjetivas positivas ampliam o repertório positivo de pensamentos e ações individuais, além de favorecerem a construção de novos recursos pessoais duradouros. Nesse sentido, as autoras pressupõem que o engajamento no trabalho é uma experiência positiva que, sendo construída ao longo de um processo de fusão, também amplia a capacidade de os trabalhadores realizarem avaliações cognitivas mais positivas acerca das mudanças em curso. Do mesmo modo, ao perceberem as mudanças organizacionais como algo positivo para si e fonte de potenciais benefícios futuros, os trabalhadores podem tornar-se mais engajados no trabalho, ao reconhecerem as mudanças como desafios positivos do contexto laboral e não como ameaças. Com base em tais premissas, o estudo **hipotetiza** que as relações entre o engajamento no trabalho e as avaliações cognitivas sobre a mudança se dão de forma espiral, por meio de relacionamentos de reforço recíprocos que

caracterizam trajetórias positivas de crescimento e implicam maior capacidade adaptativa.

Para **modelar a forma hipotetizada da mudança**, Kaltiainen *et al.* (2020) partem de três momentos do processo de fusão organizacional, com intervalo (***time-lag***) de 1 ano entre cada coleta: o tempo 1 é a fase pré-fusão, o tempo 2 é a fase pós-fusão e o tempo 3, a fase pós-fusão subsequente. Nesse sentido, as autoras buscam capturar as possíveis diferenças nas relações recíprocas entre os fenômenos-chave investigados com base em fases que são caracterizadas por diferentes quantidades de mudanças contextuais. Com isso, consideram múltiplos estágios ao longo do processo de fusão que podem, futuramente, serem tomados como referência para intervenções que visem melhorar a reação dos trabalhadores às mudanças em curso. Ademais, a partir da abordagem intrapessoal, visam, não apenas identificar os níveis do engajamento no trabalho e das avaliações cognitivas acerca da mudança em momentos específicos, mas também se propõem a compreender como tais fenômenos se transformam ao longo do tempo.

A **amostra** do estudo foi composta por trabalhadores de duas organizações finlandesas que estavam em processo de fusão. Kaltiainen *et al.* (2020) não mencionam se, em seu planejamento, consideraram um número ótimo de observações, mas descrevem as **perdas de sujeitos** em 32% do tempo 1 para o tempo 2, e em 53% do tempo 2 para o tempo 3. Por isso, as autoras conduziram as análises pertinentes para garantir que tais perdas não interfeririam na confiabilidade dos achados, caso a amostra final fosse caracterizada como não aleatória. Primeiro, via teste *t* e tomando como referência variáveis centrais do estudo, não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos participantes que compuseram a amostra final (responderam nos três tempos) em comparação com aqueles que participaram apenas no tempo 1. Na sequência, usaram a análise de regressão logística para testar se as variáveis centrais do estudo previam a probabilidade de os participantes permanecerem na amostra e também não encontraram resultados significativos. Por fim, as autoras testaram o modelo usando a amostra do tempo 2, identificando que os principais

resultados foram semelhantes aos encontrados na amostra que permaneceu até o tempo 3. Além disso, ressaltam que as amostras das três fases de coleta eram similares em termos demográficos.

Em termos de análise de dados, para o teste das hipóteses, Kaltiainen *et al.* (2020) usaram **modelagem** multivariada de pontuações para alterações latentes de segunda ordem (*Multivariate second-order latent change score modeling* (*LCSM*) em tradução livre), já que o **nível de interesse** do estudo recaía sobre as mudanças intrapessoais e os modelos de painéis de atrasos cruzados não permitem separar as diferenças intra-pessoas das entre-pessoas. Adicionalmente, as autoras destacam que essa técnica, diferentemente da modelagem de curva crescente, permite examinar os mesmos construtos como variáveis antecedentes e variáveis resultantes, em dois pontos de tempo.

Considerações finais

Existe um consenso de que informação longitudinal é necessária, especialmente para estudos causais sobre o comportamento individual e grupal (Ployart & Vanderberg, 2010; Taris & Kompier, 2014). Essa aceitação se baseia no entendimento de que estudos longitudinais podem mostrar a natureza do desenvolvimento de um fenômeno, traçar padrões de mudança e, possivelmente, fornecer uma imagem verossímil de causa e efeito ao longo do tempo, permitindo compreender do que um fenômeno é função (Taris & Kompier, 2014). Os complexos processos sociais são caracterizados por estabilidade e mudança (Pettigrew, 2012; Pettigrew *et al.*, 2001; Van de Ven & Huber, Van de Ven & Poole, 1995) e, para sua compreensão, é preciso tanto teorias quanto delineamentos que representem tais características, sendo os estudos longitudinais uma boa escolha por permitirem estabelecer a ordem temporal, medir a mudança e testar hipóteses causais derivadas da teoria, bem como produzir inferências que possam apoiar a interpretação sobre a influência destes fenômenos em contexto prático (Ployart & Vanderberg, 2010; Taris & Kompier, 2014; Wright & Markon, 2016).

Adotar uma perspectiva temporal permite pesquisar as interações reais à medida que elas se desdobram ao longo do tempo (Sonnentag, 2012). Isso pode gerar *insights* sobre a dinâmica social complexa de muitos fenômenos organizacionais, já que a maioria dos comportamentos individuais está inserida em contextos sociais dinâmicos (Johns, 2006; Porath *et al.*, 2012). Por exemplo, em vez de descrições estáticas do estilo geral de um líder, a pesquisa de interação comportamental pode produzir respostas muito mais específicas sobre o quê, quando e como um líder precisa se comunicar com o objetivo de motivar sua equipe para um objetivo específico (Sonnentag, 2012). Em um nível macro-organizacional, é importante concentrar-se nas ações realizadas no ambiente organizacional, em suas repercussões e na qualidade dinâmica da conduta humana em ambientes organizacionais. Essa perspectiva engloba, não apenas revelar o caráter temporal da conduta humana, mas também expor a relação entre comportamento humano e a mudança em vários níveis de contextos (Pettigrew, 2012).

A análise de dados longitudinais apresenta desafios relevantes e características próprias relacionadas ao tipo de hipóteses a que estão associadas e à própria estrutura dos dados que emerge de um problema relacionado à dinâmica de um evento no tempo (Collins, 2006; Hoffman, 2015). Alguns desafios comuns foram apresentados aqui, como os problemas relacionados à mensuração, os dados faltantes, a dependência das observações no tempo, além da consideração de outros processos sistemáticos emergentes do acompanhamento das unidades de observação. Esse conjunto de características, apesar de apresentar apenas parte da complexidade possível existente nos problemas relacionados à análise de dados longitudinais, aponta o desafio que está presente. Ainda assim, é possível dizer que esse é um campo em plena expansão, tanto fruto de inovações tecnológicas que aumentam o acesso à coleta desse tipo de dado, quanto em termos de desenvolvimento e implementação de estratégias analíticas que permitam a modelagem de fenômenos que ocorrem no tempo (Kelloway & Francis, 2013).

Referências

Abbad, G. S., & Carlotto, M. S. (2016). Analyzing challenges associated with the adoption of longitudinal studies in work and organizational psychology. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 16*(4), 340–348. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12585

Adam, B. (2000). The temporal gaze: The challenge for social theory in the context of GM food. *The British Journal of Sociology, 51*(1), 125–142.

Alfoldi, E. A., Hassett, M. E., & Paavilainen-Mäntymäki, E. (Eds.). (2013). Dealing with unpredictability and change in longitudinal studies of organisations: A priori versus progressive focusing approach. In *Handbook of longitudinal research methods in organisation and business studies* (pp. 271–294). Edward Elgar Publishing.

Andrews, M. (2007). *Shaping history: Narratives of political change.* Cambridge University Press.

Andrews, M. (2008). Never the last word: Narrative research and secondary analysis. In C. Squire, M. Tamboukou, & M. Andrews (Eds.), *Doing narrative research* (pp. 205–222). Sage.

Armenakis, A. A. (1988). A review of research on the change typology. *Research in Organizational Change and Development, 2,* 163–194.

Augustsson, H., Richter, A., Hasson, H., & von Thiele Schwarz, U. (2017). The need for dual openness to change: A longitudinal study evaluating the impact of employees' openness to organizational change content and process on intervention outcomes. *The Journal of Applied Behavioral Science, 53*(3), 349–368.

Bakker, A. B., & Demerouti, E. (2017). Job demands–resources theory: Taking stock and looking forward. *Journal of Occupational Health Psychology, 22*(3), 273–285. https://doi.org/10.1037/ocp0000056

Bolger, N., & Laurenceau, J. (2013). *Intensive longitudinal methods: An introduction to diary and experience sampling research.* The Guilford Press.

Bolger, N., Davis, A., & Rafaeli, E. (2003). Diary methods: Capturing life as it is lived. *Annual Review of Psychology, 54*(1), 579–616. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145030

Buckley, P. J., & Chapman, M. (1996). Theory and method in international business research. *International Business Review, 5*(3), 233–245.

Cambridge Dictionary. (2020). *Cambridge Dictionary online.* https://dictionary.cambridge.org/

Collins, L. M. (2006). Analysis of longitudinal data: The integration of theoretical model, temporal design, and statistical model. *Annual Review of Psychology, 57*(1), 505–528. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190146

Curran, P. J., & Bauer, D. J. (2011). The disaggregation of within-person and between-person effects in longitudinal models of change. *Annual Review of Psychology, 62,* 583–619. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.093008.100356

Curry, L. A., Linnander, E. L., Brewster, A. L., Ting, H., Krumholz, H. M., & Bradley, E. H. (2015). Organizational culture change in U.S. hospitals: A mixed methods longitudinal intervention study. *Implementation Science, 10*(1), 1–11.

Dawson, P. (1997). In at the deep end: Conducting processual research on organisational change. *Scandinavian Journal of Management, 13*(4), 389–405.

De Lange, A. H., Taris, T. W., Kompier, M. A. J., Houtman, I. L. D., & Bongers, P. M. (2004). The relationships between work characteristics and mental health: Examining normal, reversed and reciprocal relationships in a 4-wave study. *Work & Stress, 18*(2), 149–166. https://doi.org/10.1080/02678370412331270860

DeShon, R. P., Ployhart, R. E., & Sacco, J. M. (1998). The estimation of reliability in longitudinal models. *International Journal of Behavioral Development, 22*(3), 493–515. https://doi.org/10.1080/016502598384243

Dormann, C., & Zapf, D. (2002). Social stressors at work, irritation, and depressive symptoms: Accounting for unmeasured third variables in a multi-wave study. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 75*(1), 33–58. https://doi.org/10.1348/096317902167630

Falce, J. L. L., Paiva, K. C., Muyider, C. F. D., Morais, M., & Dos Santos, M. M. (2017). Organizational commitment: Longitudinal study in a public higher education organization. *RAM. Revista de Administração Mackenzie, 18*(6), 124–148.

Fitzmaurice, G. M., Laird, N. M., & Ware, J. H. (2012). *Applied longitudinal analysis* (Vol. 998). John Wiley & Sons.

Golembiewski, R. T., Billingsley, K., & Yeager, S. (1976). Measuring change and persistence in human affairs: Types of change generated by OD designs. *The Journal of Applied Behavioral Science, 12*(2), 133–157.

Grimm, K. J., Ram, N., & Estabrook, R. (2016). *Growth modeling: Structural equation and multilevel modeling approaches.* Guilford Press.

Hassett, M. E., & Paavilainen-Mäntymäki, E. (2013). Longitudinal research in organizations: An introduction. In *Handbook of longitudinal research methods in organisation and business studies.* Edward Elgar Publishing. https://doi.org/10.4337/9780857936790.00008

Heerwegh, D., & Loosveldt, G. (2011). Assessing mode effects in a national crime victimization survey using structural equation models: Social desirability bias and acquiescence. *Journal of Official Statistics, 27*(1), 49–70.

Hoffman, L. (2015). *Longitudinal analysis: Modeling within-person fluctuation and change*. Routledge.

Johns, G. (2006). The essential impact of context on organizational behavior. *Academy of Management Review, 31*(2), 286–408.

Kaltiainen, J., Lipponen, J., Fugate, M., & Vakola, M. (2020). Spiraling work engagement and change appraisals: A three-wave longitudinal study during organizational change. *Journal of Occupational Health Psychology, 25*(4), 244–258. https://doi.org/10.1037/ocp0000163

Kelloway, E. K., & Francis, L. (2013). Longitudinal research and data analysis. In R. R. Sinclair, M. Wang, & L. E. Tetrick (Eds.), *Research methods in occupational health psychology: Measurement, design, and data analysis* (pp. 374–394). Routledge/Taylor & Francis Group.

Kemper, R., & Peterson-Royce, A. (Eds.). (2002). *Chronicling cultures: Long-term field research in anthropology*. AltaMira Press.

Kern, M., & Zapf, D. (2021). Ready for change? A longitudinal examination of challenge stressors in the context of organizational change. *Journal of Occupational Health Psychology*. Advance online publication. https://doi.org/10.1037/ocp0000214

Kim, E., Wang, Y., & Liu, S. (2020). The impact of measurement noninvariance on latent change score modeling: A Monte Carlo simulation study. *Structural Equation Modeling*. Advance online publication. https://doi.org/10.1080/10705511.2020.1711759

Lang, J. W. B., & Tay, L. (2021). The science and practice of item response theory in organizations. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 8*(1), 311–338. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012420-061705

Lange, A. H., Taris, T. W., Kompier, M. A. J., Houtman, I. L., & Bongers, P. M. (2003). The very best of the millennium: Longitudinal research and the demand-control-(support) model. *Journal of Occupational Health Psychology, 8*(4), 282–305.

Lee, D. Y., Harring, J. R., & Stapleton, L. M. (2019). Comparing methods for addressing missingness in longitudinal modeling of panel data. *The Journal of Experimental Education, 87*(4), 596–615.

Leonard-Barton, D. (1990). A dual methodology for case studies: Synergistic use of a longitudinal single site with replicated multiple sites. *Organization Science, 1*(3), 248–266.

Lury, C., & Wakeford, N. (Eds.). (2012). *Inventive methods: The happening of the social.* Routledge.

Mäkikangas, A., Mauno, S., Selenko, E., & Kinnunen, U. (2019). Toward an understanding of a healthy organizational change process: A three-wave longitudinal study among university employees. *International Journal of Stress Management, 26*(2), 204. https://doi.org/10.1037/str0000106

Mäkikangas, A., Kinnunen, U., Feldt, T., & Schaufeli, W. (2016). The longitudinal development of employee well-being: A systematic review. *Work & Stress, 30*(1), 46–70. https://doi.org/10/gfx2hb

Mauthner, N. S. (2012). Accounting for our part of the entangled webs we weave: Ethical and moral issues in digital data sharing. In T. Miller, M. Mauthner, M. Birch, & J. Jessop (Eds.), *Ethics in qualitative research* (2nd ed., pp. 157–175). London: Sage.

Marcoulides, K. M. (2019). Reliability estimation in longitudinal studies using latent growth curve modeling. *Measurement: Interdisciplinary Research and Perspectives, 17*(2), 67–77. https://doi.org/10.1080/15366367.2018.1522169

McLeod, J., & Thomson, R. (2009). *Researching social change: Qualitative approaches.* London: Sage.

Menard, S. W. (2008). Introduction: Longitudinal research design and analysis. In S. Menard (Ed.), *Handbook of longitudinal research: Design, measurement, and analysis* (pp. 3–12). London: Elsevier.

Mitchell, M. A., & Maxwell, S. E. (2013). A comparison of the cross-sectional and sequential designs when assessing longitudinal mediation. *Multivariate Behavioral Research, 48*(3), 301–339. https://doi.org/10.1080/00273171.2013.784696

Molineux, J. (2013). Enabling organizational cultural change using systemic strategic human resource management: A longitudinal case study. *The International Journal of Human Resource Management, 24*(8), 1588–1612.

Newsom, J. T. (2015). *Longitudinal structural equation modeling: A comprehensive introduction.* New York: Routledge.

Pettigrew, A. M. (2012). Context and action in the transformation of the firm: A reprise. *Journal of Management Studies, 49*(7), 1304–1328. https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2012.01054.x

Pettigrew, A., Woodman, R., & Cameron, K. (2001). Studying organizational change and development: Challenges for future research. *Academy of Management Journal, 44*(4), 697–713. https://doi.org/10.2307/3069411

Ployhart, R. E., & Vandenberg, R. J. (2010). Longitudinal research: The theory,

design, and analysis of change. *Journal of Management, 36*(1), 94–120. https://doi.org/10.1177/0149206309352110

Porath, C., Spreitzer, G., Gibson, C., & Garnett, F. G. (2012). Thriving at work: Toward its measurement, construct validation, and theoretical refinement. *Journal of Organizational Behavior, 33*(2), 250–275. https://doi.org/10.1002/job.756

Rajulton, F. (2001). The fundamentals of longitudinal research: An overview. *Canadian Studies in Population, 28*, 169–185. https://doi.org/10.25336/P6W897

Raudenbush, S. W. (2001). Comparing personal trajectories and drawing causal inferences from longitudinal data. *Annual Review of Psychology, 52*(1), 501–525. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.501

Ruppert, E., Law, J., & Savage, M. (2013). Reassembling social science methods: The challenge of digital devices. *Theory, Culture & Society, 30*, 22–46. https://doi.org/10.1177/0263276412457636

Ruspini, E. (2002). *Introduction to longitudinal research.* London: Routledge.

Saldaña, J. (2008). Analyzing longitudinal qualitative observational data. In S. Menard (Ed.), *Handbook of longitudinal research: Design, measurement, and analysis* (pp. 297–312). London: Elsevier.

Schonfeld, I. S., & Rindskopf, D. (2007). Hierarchical linear modeling in organizational research: Longitudinal data outside the context of growth modeling. *Organizational Research Methods, 10*(4), 719–720. https://doi.org/10.1177/1094428107308001

Shiffman, S., Stone, A. A., & Hufford, M. R. (2008). Ecological momentary assessment. *Annual Review of Clinical Psychology, 4*(1), 1–32. https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091415

Smollan, R. K. (2015). Causes of stress before, during and after organizational change: A qualitative study. *Journal of Organizational Change Management, 28*(2), 301–314. https://doi.org/10.1108/JOCM-03-2014-0055

Sonnentag, S. (2012). Time in organizational research: Catching up on a long neglected topic in order to improve theory. *Organizational Psychology Review, 2*(4), 361–378. https://doi.org/10.1177/2041386612442079

Stanley, L. (2011). Towards the epistolarium: Issues in researching and publishing the Olive Schreiner epistolarium (with Helen Dampier). *African Research and Documentation: Journal of the SCOLMA, 113*, 27–32.

Taris, T. W. (2008). Reliability issues in longitudinal research. In S. Menard (Ed.), *Handbook of longitudinal research: Design, measurement, and analysis* (pp. 139–152). London: Elsevier.

Taris, T. (2000). *A primer in longitudinal data analysis.* London: Sage Publications.

Taris, T. W., & Kompier, M. (2014). Cause and effect: Optimizing the designs of longitudinal studies in occupational health psychology. *Work & Stress, 28*(1), 1–8. https://doi.org/10.1080/02678373.2014.878494

Taylor, R. (2015). Beyond anonymity: Temporality and the production of knowledge in a qualitative longitudinal study. *International Journal of Social Research Methodology, 18*(3), 281–292. https://doi.org/10.1080/13645579.2015.1017901

Thomson, R. (2007). The qualitative longitudinal case history: Practical, methodological and ethical reflections. *Social Policy and Society, 6*(4), 571–582. https://doi.org/10.1017/S1474746407003909

Thomson, R., & McLeod, J. (2015). New frontiers in qualitative longitudinal research: An agenda for research. *International Journal of Social Research Methodology, 18*(3), 243–250. https://doi.org/10.1080/13645579.2015.1017900

Thomson, R., Hadfield, L., Holland, J., Henwood, K., Moore, N., Stanley, L., & Taylor, R. (2014). *New frontiers in qualitative longitudinal research: Definition, design and display (NCRM report).* Retrieved from http://eprints.ncrm.ac.uk/3297/1/new_frontiers_in_QLR.pdf

Van de Ven, A. H., & Huber, G. (1990). Longitudinal field research methods for studying processes of organizational change. *Organization Science, 1*(3), 213–219. https://doi.org/10.1287/orsc.1.3.213

Van de Ven, A. H. (1992). Suggestions for studying strategy process: A research note. *Strategic Management Journal, 13*(S1), 169–191.

Van de Ven, A. H., & Poole, M. S. (1995). Explaining development and change in organizations. *Academy of Management Review, 20*(3), 510–540. https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080329

Vandenberg, R. J., & Lance, C. E. (2000). A review and synthesis of the measurement invariance literature: Suggestions, practices, and recommendations for organizational research. *Organizational Research Methods, 3*(1), 4–70. https://doi.org/10.1177/109442810031002

Von Eye, A., Mun, E. Y., & Bogat, G. A. (2008). Temporal patterns of variable relationships in person-oriented research: Longitudinal models of configural frequency analysis. *Developmental Psychology, 44*(2), 437. https://doi.org/10.1037/0012-1649.44.2.437

Wang, M., Beal, D. J., Chan, D., Newman, D. A., Vancouver, J. B., & Vandenberg, R. J. (2017). Longitudinal research: A panel discussion on conceptual issues, research design, and statistical techniques. *Work, Aging and Retirement, 3*(1), 1–24. https://doi.org/10.1093/workar/waw033

Wheeler, L., & Reis, H. T. (1991). Self-recording of everyday life events: Origins, types, and uses. *Journal of Personality, 59*(3), 339–354. https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1991.tb00252.x

Wright, A. G. C., & Markon, K. E. (2016). Longitudinal designs. In J. C. Norcross, G. R. VandenBos, D. K. Freedheim, & B. O. Olatunji (Eds.), *APA handbook of clinical psychology: Theory and research* (pp. 419–434). Washington, DC: American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/14773-018

Zhou, L., Wang, M., & Zhang, Z. (2019). Intensive longitudinal data analyses with dynamic structural equation modeling. *Organizational Research Methods, 23*(4), 651–687. https://doi.org/10.1177/1094428119833164

Zickar, M. J. (2020). Measurement development and evaluation. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 7*(1), 213–232. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012119-044957

Zyphur, M. J., Allison, P. D., Tay, L., Voelkle, M. C., Preacher, K. J., Zhang, Z., Hamaker, E. L., Shamsollahi, A., Pierides, D. C., Koval, P., & Diener, E. (2020). From data to causes I: Building a general cross-lagged panel model (GCLM). *Organizational Research Methods, 23*(4), 651–687. https://doi.org/10.1177/1094428119847278

Capítulo 4

Etnografia e netnografia

Fernanda Bueno Cardoso Scussel
Gisela Demo
Martin de La Martinere Petroll
Maribel Carvalho Suarez

A etnografia pode ser definida como o estudo em profundidade que dá origem à descrição de um grupo humano, envolvendo suas instituições, seus relacionamentos interpessoais, suas produções e suas crenças (Semprebom, Freitas, & Augusto, 2013). Nascida na antropologia, a partir das experiências seminais de Malinowski, na Nova Guiné, entre 1914 e 1918, a etnografia tem por objetivo analisar os sujeitos em seu ambiente, abrigando relações, interdependências e solidariedades entre sujeito e contextos, possibilitando uma reconstituição mais fiel da dinâmica complexa da realidade (Andion & Serva, 2012). Para os autores, o trabalho de campo é o pilar da etnografia, o que pressupõe uma interiorização por parte do pesquisador e sua integração ao campo de observação, permitindo o entendimento do fenômeno social por dentro, onde o pesquisador participa das atividades sociais do grupo sob investigação, interagindo

com os indivíduos em seu ambiente natural, valendo-se de diferentes fontes de informação, como falas, textos e fotos, capazes de revelar os significados que perpassam esse grupo.

Entendendo a *internet* como um fenômeno sociológico, a netnografia, por seu turno, amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas no ciberespaço, utilizando tecnologias da informação e da comunicação (Soares & Stengel, 2021). Desse modo, a netnografia pode ser entendida como um conjunto de práticas de pesquisa relativo à coleta, análise e interpretação de dados no contexto virtual, que emerge como resposta à necessidade de as pesquisas investigarem o mundo *online* (Santos & Gomes, 2013). Assim, a netnografia também pode ser entendida como estratégia de pesquisa ou como uma técnica de coleta de dados, fazendo parte de outras estratégias ou métodos de pesquisa, como a própria etnografia. Nessa segunda acepção, dentro de uma estratégia etnográfica, a netnografia pode configurar-se como uma possibilidade de coletar dados em um campo empírico *online*.

Dito isso, o objetivo deste capítulo é descrever o potencial da etnografia, como estratégia de pesquisa em psicologia organizacional e do trabalho, e da netnografia, como técnica de coleta de dados de uma pesquisa etnográfica, demonstrando sua aplicabilidade em uma pesquisa sobre comportamento do consumidor.

O desenvolvimento da etnografia na pesquisa em comportamento do consumidor é uma resposta dos acadêmicos nessa área às limitações trazidas pela corrente positivista que, apesar de seus notórios avanços, demonstrava insuficiência para a explicação de fenômenos mais complexos, especialmente aqueles que tratavam de contextos naturais de consumo (Belk, Sherry, & Wallendorf, 1988; Gaião, Souza, & Leão, 2012). Dessa forma, o estudo do comportamento do consumidor abandona as raízes puramente positivistas e caminha em direção a uma abordagem interpretativista, já que se trata de uma perspectiva orientada para a investigação dos fenômenos de consumo em sua totalidade e complexidade (Lemon & Verhoef, 2016). Para Barbosa (2003), a compreensão da lógica e dos valores que os indivíduos atribuem a produtos e serviços, e como eles podem dar sentido

às suas experiências, consiste na principal contribuição da etnografia para a disciplina de comportamento do consumidor.

Após essa introdução, este capítulo discute, primeiramente, as origens, o desenvolvimento e as aplicações da etnografia. Na sequência, apresenta-se o conteúdo referente à netnografia. A seguir, a aplicação de uma pesquisa etnográfica, a qual abarca a netnografia, é usada para apresentar as etapas de uma etnografia. A seção que segue traz uma síntese dos resultados obtidos na pesquisa, no intuito de mostrar os avanços teóricos possibilitados por tal estratégia metodológica.

Etnografia: origens, desenvolvimento e aplicações

Os estudos etnográficos passaram por uma série de transformações desde o surgimento da etnografia, no início do século XX, com os escritos de Bronislaw Malinowski, até a contemporaneidade, mudanças essas observadas em termos de seus propósitos, epistemologia e sua própria concepção como método. A etnografia tem por objetivo analisar os sujeitos em seu ambiente, abrigando as relações, as interdependências, as solidariedades entre sujeito e contextos, possibilitando uma reconstituição mais fiel da dinâmica complexa da realidade (Andion & Serva, 2006). Suas raízes residem na antropologia, com os estudos de subculturas, tendo sido concebida como método, orientação teórica e até mesmo como paradigma filosófico (Tedlock, 2000).

É consenso na literatura que a obra Argonautas do Pacífico Ocidental, de Malinowski, publicada originalmente em 1922, estabeleceu as bases do que hoje se conhece como etnografia, especialmente no que tange à importância do trabalho de campo e da observação participante (Minayo, 2006; Rocha & Barros, 2006; Tedlock, 2000). Para Malinowski (1978, p. 33-34), é necessário

> aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em

> cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas inspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

De acordo com Rocha e Rocha (2007), a contribuição de Malinowski consolidou o método etnográfico e, mormente, o princípio da longa convivência com o contexto. A utilização desse modelo levou à criação de uma espécie de segunda tradição de pesquisa, trazendo a etnografia das sociedades tribais aos contextos urbanos da sociedade industrial, com a denominada Escola de Chicago, que abriu espaço para estudos de grupos urbanos e seus sistemas culturais, contemplando significados de fenômenos como consumo, moda e publicidade, bem como as formas como se estruturavam os sistemas de classificação, símbolos, significados coletivos e identidades entre os grupos pesquisados (Rocha & Rocha, 2007).

Para Andion e Serva (2012), a realização do trabalho de campo pressupõe uma interiorização por parte do pesquisador, o que implica sua integração ao campo de observação. Na visão de Elliott e Jankel-Elliott (2003), isso pressupõe o entendimento do fenômeno social "por dentro", situação em que o pesquisador participa das atividades sociais do grupo sob investigação, interagindo com os indivíduos em seu ambiente natural, valendo-se de diferentes fontes de informação, como falas, textos e fotos, capazes de revelar os significados que perpassam esse grupo. Na etnografia, a perspectiva do indivíduo e de sua realidade é a base para a compreensão das situações e dos comportamentos (Fetterman, 1989).

Dessa maneira, a etnografia desvela as múltiplas dimensões de um fenômeno: a dialética sujeito/objeto, que pressupõe a interação entre pesquisador e pesquisado, necessária para que o diálogo aconteça; a dialética indivíduo/sociedade, referente à contextualização

do diálogo com a subjetividade dos pesquisados, construindo uma leitura da vida social que inclui valores, emoções e crenças; e a dialética subjetividade/objetividade, segundo a qual a interação confronta com realidades objetivas que são pensadas, expressas e compreendidas pelas pessoas em sua cultura (Andion & Serva, 2012). Assim, segundo os autores, as duas dimensões, objetiva e subjetiva, devem ser consideradas pelo pesquisador na interpretação dos fenômenos.

Para além disso, Fetterman (1989) avalia a necessidade de equilíbrio entre as duas perspectivas — êmica e ética — que permeiam os estudos etnográficos. A perspectiva êmica refere-se à perspectiva do nativo ou do *insider* sobre aquela realidade, conformando "o coração da pesquisa etnográfica". Nesse sentido, a perspectiva do *insider* é o principal instrumento que o pesquisador tem para compreender e descrever o contexto observado, ao passo que a perspectiva do nativo auxilia o entendimento das razões pelas quais as pessoas, naquele grupo, fazem o que fazem. A perspectiva ética, por sua vez, consiste na perspectiva externa e científica da realidade. Para Fetterman (1989), é basilar que os etnógrafos descrevam a visão êmica, mas situando seus dados em uma perspectiva científica.

A etnografia, como estratégia de pesquisa, pode associar-se a uma multiplicidade de orientações teóricas, tais quais, interacionismo simbólico, funcionalismo, feminismo, marxismo, estudos culturais, teoria crítica e pós-modernismo, traçando os esboços de dois tipos principais de etnografia, a crítica e a realista, de forma que a opção teórica influenciará o olhar e a perspectiva do etnógrafo (Semprebom *et al.*, 2013). Na existência da intenção de defender a emancipação de minorias e grupos marginalizados na sociedade, fala-se da etnografia crítica, onde o etnógrafo possui claras intenções políticas de denúncia e transformação. A etnografia realista, por sua vez, dedica-se a descrever objetivamente uma situação de campo, como se o etnógrafo atuasse como um repórter dos fatos que se desenrolam. Essa foi a vertente que inspirou a etnografia aqui descrita.

Segundo Tedlock (2000), a natureza da etnografia pressupõe interação com as pessoas em suas vidas, por meio das conexões estabelecidas e das experiências com o campo do conhecimento, sentido

em que a etnografia se apresenta tanto como um processo quanto um produto das investigações. De acordo com Arnould e Wallendorf (1994), a etnografia não configura puramente um método de coleta de dados, mas uma estratégia de pesquisa que permite a compreensão de uma cultura, como ela é construída, como incita e explica padrões de comportamento. Em similitude, Andion e Serva (2012) avaliam que a pesquisa etnográfica não deva ser compreendida apenas como método, mas como estratégia de pesquisa, compondo a postura epistemológica do pesquisador perante o objeto e o contexto investigado. Explicam os autores que essa postura etnográfica é construída *in loco*, a partir do encontro e da relação entre pesquisador e pesquisado, estabelecendo relações que possibilitem melhor compreensão da complexidade dos fenômenos sociais.

Nessa linha, Peirano (2014) defende que "etnografia não é método", título do artigo em que a autora argumenta que a etnografia não pode ser confundida com/ou reduzida a uma técnica de pesquisa, haja vista que conforma uma estratégia mais ampla, em que diversas e diferentes técnicas de pesquisa podem ser solicitadas de acordo com a necessidade percebida em campo pelo pesquisador. Para a autora, uma boa etnografia cumpre três condições, quais sejam: (i) a consideração da comunicação com o contexto em investigação; (ii) a transformação da vivência neste contexto em linguagem escrita; e (iii) a identificação da eficácia social das ações de forma analítica. Tal concepção permite a emergência de novas pesquisas que ampliam o conhecimento sobre o contexto social ao mesmo tempo em que conduzem a uma constante recomposição da antropologia, dando aos pesquisadores "menos certezas, mais dúvidas e, com sorte, mais liberdade" (Peirano, 2014, p. 389).

No comportamento do consumidor, os estudos etnográficos datam da década de 1980, com a contratação de antropólogos pelos departamentos de *marketing* de universidades americanas e europeias (Barros, 2002). Isso porque, segundo McGrath (1989), a etnografia propiciava o estudo de uma série de fenômenos que seriam difíceis ou impossíveis de serem capturados com outros tradicionais métodos de pesquisa usados pela disciplina. Assim, o grande mote da aproximação

entre marketing e antropologia, possibilitada pela etnografia, era a compreensão dos significados do consumo, bem como o entendimento do comportamento do consumidor em seu cotidiano (Barros, 2002).

Belk e Casotti (2014) contam que os primeiros artigos relatando etnografias em *marketing* datam da década de 1980, com o projeto *Consumer Behavior Odyssey*. Segundo os autores, foi um período produtivo e que estabeleceu as raízes dos estudos etnográficos na disciplina de *marketing*. A partir desde momento, os aspectos socioculturais do consumo ganham atenção da literatura, crescendo o interesse em se debater métodos de pesquisa etnográficos na esfera do consumo. Belk *et al.* (1988) defendem a etnografia para o estudo do consumo, haja vista que tal estratégia de pesquisa permite uma rica descrição do comportamento do consumidor junto à oportunidade de geração de *insights* teóricos oriundos do contexto comportamental naturalístico. Para os autores, a observação do fenômeno em ambiente natural, longe da artificialidade dos laboratórios, traz maior abertura à geração de *insights* pelos próprios consumidores, maior acesso aos consumidores à medida em que eles se interessam e se envolvem nas diversas fases da pesquisa e, ainda, maior segurança do pesquisador sobre os dados corresponderem à realidade dos consumidores. Metodologicamente, tem-se melhor utilização de múltiplas técnicas de coleta e análise de dados em um único projeto e um processo de pesquisa mais agradável ao pesquisador, com a vantagem de que os achados explicitamente revelam a complexidade da vida e das experiências dos consumidores (Belk *et al.*, 1988).

De acordo com Barbosa (2003), a realidade dos consumidores é composta por uma série de objetos, acontecimentos e relacionamentos que compõem sua vida cotidiana e estão inseridos em um sistema de valores e significados passível de ser captado somente a partir da inserção neste universo cultural particular. Para a autora, a acolhida do trabalho etnográfico como estratégia de pesquisa nos estudos sobre comportamento do consumidor representa a contextualização do significado do consumo, além de uma oportunidade única de enxergar a realidade de um grupo por meio das categorias que seus integrantes utilizam para perceber, vivenciar e organizar tal realidade. Na mesma

linha, Elliott e Jankel-Elliott (2003) asseguram que a etnografia permite a compreensão profunda da experiência dos consumidores, desde que sejam observados os pressupostos relativos ao estudo do comportamento social no ambiente natural. Tais pressupostos envolvem, em primeira instância, a crença de que a compreensão do mundo dos sujeitos está atrelada ao contato com os significados compartilhados pelo grupo e expressos na linguagem por ele utilizada. Em segundo lugar, há a necessidade de imersão no campo, junto à longa duração dessa vivência, a qual permite a busca pelo entendimento das regras do grupo que orientam as percepções destes indivíduos (Elliott & Jankel-Elliott, 2003). Nesse tocante, os estudos etnográficos mapeiam a cultura subjacente aos significados das práticas de consumo, deixando claro que consumo não é sinônimo de compra, mas sim um processo social (Barbosa, 2003).

Ainda que a pesquisa etnográfica tenha sido um método ao qual os pesquisadores de comportamento do consumidor tenham recorrido, a literatura sinaliza preocupações sobre sua utilização (Barbosa, 2003; Rocha & Barros, 2006; Belk & Casotti, 2014). Para Rocha e Barros (2006), uma das consequências questionáveis da utilização da etnografia consiste no afastamento de estudos que se dizem etnográficos do que a antropologia considera uma etnografia, com destaque para o tempo de convivência com o grupo estudado. Na visão de Barbosa (2003), a utilização da etnografia nos fenômenos de consumo é válida, desde que o pesquisador esteja ciente de suas implicações práticas e teóricas, aplicando-a de maneira adequada. Para a autora, a etnografia revela-se uma alternativa quando se busca explorar o comportamento do consumidor em seu contexto sociocultural: de um ser manipulável que adquire produtos e serviços, o consumidor passa a ser ator deste ambiente sociocultural.

O artigo de Belk e Casotti (2014) dá algumas pistas sobre o futuro da pesquisa etnográfica em comportamento do consumidor, especialmente no que tange explorar os efeitos do ambiente cultural sobre as decisões do consumidor. Segundo os autores, a literatura comporta uma série de estudos sobre os consumidores em nível individual, sendo necessária a consideração do contexto cultural, bem como

a influência de variáveis como classe social e gênero. Há, assim, a necessidade de expandir o escopo da pesquisa do consumidor para seu ambiente histórico e cultural e, nesse sentido, a população brasileira e sua diversidade — em termos histórico, econômico, demográfico, político, religioso e cultual — abriga uma série de práticas e expressões de consumo sobre diferentes grupos sociais a serem exploradas. Diante disso, Belk e Casotti (2014) avaliam que a pesquisa etnográfica conforma uma alternativa promissora a tais investigações.

Netnografia: a imersão do pesquisador em comunidades virtuais

A *internet* tornou-se o ambiente em que pessoas conversam, interagem, buscam informações sobre produtos e experiências e criam laços sociais. Surge, então, a netnografia, uma estratégia de pesquisa qualitativa para explorar as interações que acontecem na *internet*, onde os mundos real e *online* se encontram, produzindo o contexto sociocultural em que acontecem diversos fenômenos amparados pelo arcabouço teórico das ciências sociais (Kozinets, 2015; Nascimento, Suarez, & Campos, 2022; Villegas, 2018).

Com origens na etnografia, a netnografia tem por objetivo explorar um contexto cultural, as relações nele abrigadas, seus valores, crenças e modos de viver e perceber o mundo, onde o pesquisador é o principal instrumento de coleta de dados (Kozinets, 2015). Entretanto, diferente da etnografia tradicional, tempo e espaço assumem outra dimensão na netnografia: não há uma locação física, e ese deslocamento temporal acompanha a ausência de um espaço físico — fluxo e conectividade são palavras-chave na condução da pesquisa netnográfica. Diversas áreas do conhecimento têm se permitido utilizar a netnografia como método de pesquisa per se ou como parte de uma estratégia mais ampla de pesquisa, como a própria etnografia, como foi trabalhado no presente capítulo. Assim, ao passo que a antropologia e as ciências sociais utilizam predominantemente as acepções etnografia virtual, etnografia *online*, etnografia digital, etnografia em mídias sociais e *webnografia*, o termo netnografia tem sido mais usado

por pesquisadores de outras áreas do conhecimento (Amaral, Natal, & Viana, 2008).

Importante assinalar que a netnografia herda o compromisso ontológico, epistemológico e axiológico da antropologia, trazendo para o estudo da experiência social *online* a necessidade de entrada no campo, diário de campo, entrevistas, o saber observar, interpretações e representações (Kozinets, 2015; Villegas, 2018). Para Kozinets (2015), o principal instrumento de coleta de dados é o pesquisador, já que ele se transforma em seus próprios dados à medida em que busca, cria e analisa os dados, elaborando representações a partir desses dados coletados no ambiente digital. Para o autor, não se trata de viés ou de contaminação, mas no verdadeiro produto das observações. Assim como o etnógrafo, o netnógrafo inicia sua investigação social fora de um grupo social, adentrando no conjunto de interações que permeia essa convivência social, para então sair desse contexto e explicar ao mundo o que acontece lá dentro.

Nessa perspectiva, é preciso que o pesquisador encontre formas de entrar nesse mundo social *online*, sendo comum que netnógrafos explorem temas sobre os quais tenham algum conhecimento e saibam como acessar aquele contexto, quais *sites*, plataformas ou redes sociais serão analisados, de que modo, com qual linguagem (Amaral *et al.*, 2008; Kozinets, 2015; Nascimento *et al.*, 2022; Soares & Stengel, 2021; Villegas, 2018). Kozinets (2015) sugere, nesse sentido, que o ponto de partida sejam as conexões do próprio pesquisador, em sua própria rede social, combinando aos poucos com outras redes dentro do contexto *online* pesquisado. Nessa estratégia de investigação, os sentimentos e experiências dos pesquisadores são incorporados ao *corpus* de pesquisa como dados vitais à compreensão daquele mundo social que está sendo observado.

No que tange à sua aplicação, a netnografia pode configurar uma estratégia de pesquisa ou, ainda, fazer parte de uma estratégia maior de pesquisa, como uma técnica de coleta de dados. Assim, dentro de uma estratégia etnográfica, a netnografia estabelece-se como uma possibilidade de coletar dados em um campo empírico *online*. Na visão de Corrêa e Rozados (2017, p. 2), a netnografia é uma "ferramenta metodológica

que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação".

De acordo com Kozinets (2015), a utilização da netnografia, como técnica de coleta de dados dentro de uma estratégia etnográfica, mostra-se adequada quando a pesquisa considera um fenômeno cuja existência social transcende as interações *online*, ainda que tais interações tenham papel essencial ao grupo investigado. Nesses termos, o autor afirma que o estudo do ambiente *online* pode fornecer dados significativos sobre o grupo de forma mais ampla.

Nesse contexto, quando Belk e Casotti (2014) discutem o conceito de etnografia dentro da pesquisa sobre o comportamento do consumidor, admitindo a possibilidade de incluir como técnica de coleta de dados complementar a pesquisa *online*, a netnografia. Entende-se por netnografia a pesquisa de observação participante cujo campo empírico é *online* (Kozinets, 2015). Trata-se de um termo usado na pesquisa de consumo e *marketing* em referência à etnografia sobre culturas e comunidades *online*, encontrando sua razão de existir no fato de que as pessoas buscam no ambiente virtual participar de fontes de cultura e adquirir senso de comunidade.

A seguir, a apresentação do conteúdo relativo às etapas de uma etnografia é feita a partir da apresentação de uma etnografia que, como estratégia de pesquisa, engloba a realização de uma netnografia, como técnica de coleta de dados.

Etapas de uma Etnografia

Flores-Pereira e Cavedon (2009) sugerem que o percurso metodológico trilhado em uma etnografia compreenda três momentos principais, a saber: (I) a delimitação do campo, que envolve a escolha do tema e dos sujeitos de pesquisa; (II) a inserção no campo; e (III) a saída do campo e a elaboração do relato. As três etapas de uma etnografia serão detalhadas a seguir, junto à descrição da pesquisa etnográfica que exemplifica este capítulo.

Delimitação do campo

A delimitação do campo compreende as decisões do pesquisador em relação ao tema teórico, ao contexto de pesquisa e à escolha do grupo pesquisado, que devem preceder sua imersão no campo, conformando uma preparação para que os pressupostos da etnografia possam ser colocados em prática (Flores-Pereira & Cavedon, 2009). Para os autores, a delimitação do campo é formada por três decisões, quais sejam: (i) a escolha do tema teórico, (ii) a escolha do contexto de pesquisa e (iii) a escolha dos participantes.

No que tange ao tema teórico, os autores decidiram investigar a experiência de consumo, um corpo de conhecimento que explora sentimentos e emoções envolvidos no comportamento de compra, os significados do consumo, a busca por prazer pelo consumidor e a extensão do significado do consumo além da compra (Pinto & Lara, 2011). Essa abordagem concebe o consumo como uma experiência de natureza holística, abarcando as respostas cognitivas, emocionais, sensoriais, sociais e espirituais dos consumidores (Lemon & Verhoef, 2016). A literatura sinaliza, inclusive, que se trata de um conteúdo estrutural à compreensão do comportamento do consumidor (Carù & Cova, 2003; 2008; Pinto & Lara, 2011; Lemon & Verhoef, 2016; Pinto & Lara, 2011).

Para Akaka, Schau e Vargo (2015), a experiência de consumo é concebida como um fenômeno multifacetado, um imbricado de ações e interações que inclui práticas sociais e processos em uma rede de atores — consumidores, organizações, marcas, provedores de serviços e instituições, sugerindo a análise da interação entre as múltiplas dimensões sociais e culturais que originam a experiência de consumo, ainda que a interação entre tais dimensões careça de evidências empíricas, conformando a lacuna que norteou o desenvolvimento da pesquisa.

Akaka *et al.* (2015) sugerem que tal análise compreenda os níveis micro, meso e macro, referentes, respectivamente, ao consumidor e seus desejos, aos produtos e serviços disponíveis no ambiente de mercado e ao contexto sociocultural em que esses elementos se

relacionam. Assim, a experiência de consumo revela um fenômeno complexo, reivindicando investigações que busquem alcançar a complexidade envolvida nas interações entre atores sociais de naturezas distintas. Tal pesquisa foi realizada pela primeira autora deste capítulo, doravante chamada pesquisadora, com o objetivo precípuo de compreender como as práticas de uma subcultura de consumo interagem nos níveis micro, meso e macro durante a jornada de consumo e sua relação com a construção da experiência extraordinária.

Mais especificamente, a pesquisa que será aqui descrita visou compreender a construção de uma experiência extraordinária, um tipo específico de experiência de consumo caracterizado pela intensidade, pelo alto potencial emocional e por seu caráter transformador (Arnould & Price, 1993; Cova, 2021; Cova, Carù, & Cayla, 2018).

Concernente ao contexto de pesquisa, o campo empírico da etnografia foi uma subcultura de consumo de maratonistas. Essa subcultura está localizada na cidade de Florianópolis, cidade que recebe duas maratonas oficiais por ano (42,195km), uma maratona de trilha (Mountain Do Costão do Santinho, em junho), uma ultramaratona de revezamento (140km Volta à Ilha, em abril) e uma ultramaratona de trilha (65k Mountain Do Lagoa da Conceição, em outubro), além de ser palco de inúmeras provas de corrida de rua de distâncias diversas (5km, 10km e 21km) durante o ano. Ainda, Florianópolis hospeda anualmente o *IronMan*, o maior circuito de *triátlon* do mundo — são 3,8km de natação, 180km de ciclismo e uma maratona, 42,195km de corrida, em um único dia. Tal decisão foi baseada pelo fato de a cidade abrigar um contexto que propicia a interação entre consumidores e o mercado de corrida.

Por fim, a decisão relativa aos participantes contemplou maratonistas amadores, que se engajam na prática da corrida e decidem correr os 42,195km de uma maratona — um feito visto como uma experiência única e transformadora (Lunzenfichter, 2009; Rupprecht & Matkin, 2012; Van Vuuren, 2014), ou seja, aqueles que investem seu próprio dinheiro para a participação do esporte, e não atletas profissionais que são patrocinados por marcas esportivas. Tal decisão justifica-se pela necessidade de observar como suas experiências de consumo se

desenvolvem, já que, com atletas profissionais que recebem patrocínios e contam com contratos comerciais, tais experiências seriam influenciadas pelo seu comprometimento a marcas.

Considerou-se a maratona uma experiência extraordinária, uma vez que é construída a partir da interação entre (i) o nível micro, em relação às práticas de consumo da subcultura de maratonistas; (ii) o nível meso, referente aos recursos de mercado, ou seja, ao contexto comercial em que a subcultura se insere e (iii) o nível macro, o ambiente social e cultural em que a experiência extraordinária acontece. Diante do exposto, considerou-se que uma subcultura de maratonistas configura um contexto adequado à aplicação de uma estratégia etnográfica capaz de promover avanço na literatura visitada.

Inserção no campo

Flores-Pereira e Cavedon (2009) propõem que a segunda etapa de uma etnografia, a inserção no campo, tenha início com a pesquisa de campo, que abre espaço para a coleta dos dados etnográficos. Nesse tocante, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) recomendam que a coleta de dados seja precedida de uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado, permitindo que ele possa elencar algumas questões iniciais que ajudem sua entrada no campo, de forma que o tempo que passará no contexto de estudo seja bem aproveitado. A respeito disso, a pesquisadora já era corredora 10 anos antes do delineamento da pesquisa, o que facilitou seu acesso e movimentação entre os grupos de corredores da cidade, além de permitir com que entrasse em campo já familiarizada com os maratonistas, conversasse com os participantes da pesquisa mais de uma vez e em diferentes momentos (em treinos, em provas e nas entrevistas, por exemplo), e ir e vir em diferentes momentos, entremeando campo e análise.

A pesquisa de campo teve duração de dois anos e três meses, de junho de 2017 a setembro de 2019, sendo dividida em duas fases distintas. A Fase 1, que aconteceu entre junho de 2017 e junho de 2018, tem início com a participação na Maratona de Porto Alegre (11/06/2017), quando, já imersa na literatura sobre experiência de

consumo, a pesquisadora percebe as possibilidades de investigação que trazia o contexto dos maratonistas amadores, dando início aos primeiros registros sobre o campo, além de observações, conversas informais com corredores e treinadores, muitos treinos e a interação cada vez maior com o campo. Para além do exposto, a Fase 1 foi fundamental para refinar a delimitação do campo de pesquisa, ou seja, do grupo de pessoas com quem iria interagir durante a pesquisa de campo. A Fase 2 tem início em junho de 2018, que marca o início das entrevistas etnográficas e a coleta de dados netnográficos.

No que se refere à coleta de dados propriamente dita, partindo do exposto em Ikeda *et al.* (2006), quando indicam que a etnografia admite a utilização de múltiplas fontes de dados dentro do contexto estudado, a estratégia etnográfica adotada foi composta por diferentes técnicas de pesquisa qualitativa, a saber, observação, entrevistas e netnografia. A descrição da aplicação de cada uma dessas técnicas é detalhada a seguir.

Observação

Angrosino e Pérez (2000) explicam que a observação é uma técnica presente na maioria dos métodos de pesquisa nas ciências sociais e comportamentais, visto que, de alguma forma, os pesquisadores sempre recorrem à observação para analisar a linguagem corporal e outros gestos que podem conduzir a significados. Para esses autores, a qualidade da pesquisa etnográfica está atrelada à qualidade dos relacionamentos pessoais: o observador, na qualidade de participante do evento, não é apenas um pesquisador, mas também sujeito da pesquisa, contexto em que seus sentimentos e emoções também se tornam dados empíricos.

Na consecução do estudo aqui relatado, recorreu-se aos dois tipos de observação relatados na literatura: observação participante e observação não participante. Segundo Paterson, Bottorff e Hewat (2003), a observação participante visa à coleta de dados sobre as características de determinado grupo de indivíduos, cujo acesso seria mais difícil por meio de outras técnicas, sendo adequada para identificar

comportamentos relacionados a práticas específicas, além de ser útil à documentação de processos fisiológicos e psicológicos. Conforme os autores, a observação participante permite o desenvolvimento de um relacionamento entre pesquisador e participantes, cenário em que são revelados os "bastidores da realidade". Em contraste, a observação não participante não prevê o envolvimento do pesquisador com o seu contexto de pesquisa, mantendo-se alheio ao contexto pesquisado, agindo como um espectador (Paterson *et al.*, 2003). Dentro dessa abordagem, os sujeitos da pesquisa não têm ciência de que estão sendo observados, já que não há identificação do pesquisador ou interação entre eles (Moreira, 2004).

Na pesquisa realizada, a observação consistiu na preparação corporal para a participação em três maratonas (2017, 2018 e 2019), o que contemplou três ciclos de treinamento físico, nos quais a observação participante e não participante interagiram. Cada ciclo de treinamento teve duração de 16 semanas, incluindo quatro treinos de corrida semanais (três treinos individuais e um treino coletivo), além de sessões de fortalecimento muscular e o engajamento em um plano alimentar específico para a preparação para a maratona. Os treinos individuais foram momentos de observação da pesquisadora em relação à prática de corredores em seus treinos individuais (sem interação, apenas observando enquanto corria sozinha) e auto-observação, contemplando os momentos em que observava e registrava suas próprias práticas; e reflexividade. Além disso, a pesquisadora fez observação participante em diversas corridas de rua na qualidade de espectadora. O registro das observações gerou 38 páginas de notas de campo, 148 fotos, 13 vídeos e 17 depoimentos de atletas momentos antes da maratona gravados em vídeo.

Entrevistas

De acordo com Fetterman (1989), a entrevista constitui uma importante fonte de coleta de dados na etnografia, uma vez que permite uma maior compreensão dos fatos observados e do que foi experimentado pelo pesquisador durante a convivência com o grupo

sob investigação. Heyl (2001) explica que a entrevista etnográfica permite ao pesquisador a coleta de dados mais ricos e detalhados sobre os participantes do mundo social que investigam.

A observação realizada durante a Fase 1 permitiu não só a elaboração do roteiro de entrevistas inicial, mas também o acesso aos entrevistados. Os treinadores entrevistados também disponibilizaram contatos de alunos que poderiam contribuir com a pesquisa, especialmente por terem "perfis diferentes". Houve, ainda, casos de pessoas que procuraram a pesquisadora via *Whatsapp* e *Instagram* querendo participar da pesquisa, pois ficaram sabendo por meio de algum outro entrevistado.

Foram realizadas, no total, 39 entrevistas, das quais 17 foram presenciais. As entrevistas presenciais contemplaram 11 atletas, três treinadores donos de assessorias esportivas e três empresas organizadoras de eventos esportivos. As entrevistas realizadas de forma presencial duraram em média 40 minutos, somando aproximadamente 10 horas de áudio. Além das entrevistas realizadas presencialmente, foram feitas 22 entrevistas *online* com atletas, via *Whatsapp*, utilizando os recursos chamada por vídeo, áudios e *chat*, e também pela rede social *Instagram*, por meio dos recursos de *chat* e áudio. Como parte da netnografia, a qual será detalhada no próximo tópico, Kozinets (2015) admite a possibilidade de entrevistas *online,* representando a interação do pesquisador com o campo digital da pesquisa. As entrevistas realizadas usando recursos digitais também seguiram o roteiro de entrevista para os atletas. As transcrições de todas as entrevistas, tanto as realizadas presencialmente quanto via mídias sociais, totalizaram 192 páginas. Vale dizer que todas as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora de forma manual, sem qualquer auxílio de *softwares* de transcrição, no intuito de atingir uma interpretação naturalística dos dados em todo momento (Belk *et al.*, 1988).

Netnografia

A vivência da pesquisadora com a subcultura de consumo antes do delineamento da pesquisa mostrou que a rede social a ser

investigada seria o Instagram, haja vista o volume de fotos, descrições e discussões sobre o universo da maratona nesta plataforma. Seguindo a recomendação de Kozinets (2015), o ponto de partida da netnografia foi sua própria rede social. Ao final da coleta de dados, das 408 pessoas que seguia no *Instagram*, 198 eram maratonistas, sendo 83 de Florianópolis. O monitoramento do *Instagram* gerou 989 *prints*, termo usado para a foto da própria tela do celular, de modo a registrar a informação apresentada pela rede social. Esses são, de acordo com Kozinets (2015), "dados documentais": compreendem toda e qualquer experiência social *online* que o pesquisador encontra, coleta e compila das mídias sociais. Esses dados estabelecem um histórico e uma base cultural.

De acordo com Kozinets (2015), não há necessidade de que a netnografia se limite a um grupo ou um *site*, sendo o foco nos tópicos relacionados aos grupos e *sites* o mais importante. Por isso, analisou-se também outra plataforma que alimenta a interação dos maratonistas, o *YouTube*, em que dois canais se mostraram mais relevantes. O primeiro deles é o canal Programa Fôlego, de Gustavo Maia, cuja palestra "Em busca da Maratona Perfeita" foi assistida como observação não participante. Gustavo correu a Maratona Internacional de Florianópolis em agosto de 2019 e aceitou participar de uma entrevista para a pesquisa. O canal de Gustavo foi um dos pioneiros a falar de corrida no Brasil, conquistando uma série de patrocinadores e uma ampla audiência. O segundo canal que foi monitorado foi o canal Corrida do Ar, de Sérgio Rocha, com foco em corrida em geral e testes de produtos. Foram analisados vídeos e comentários da audiência de ambos os canais.

De forma complementar, foram selecionados, ao longo do período de campo, alguns textos provenientes de dois *blogs* comumente citados entre os corredores da comunidade *online* de maratonistas. O *Blog* Recorrido é de autoria de Danilo Balu, professor de educação física, nutricionista, autor de diversos livros sobre corrida e corredor desde 1990. O *blog* dedica-se a comentar provas de corrida, o dia a dia dos corredores e a analisar anualmente as estatísticas do mundo da corrida. Já o *blog* da Revista "Contra Relógio" é a versão

online da antiga Revista Contra Relógio, editada desde 1990 e que configurava a principal fonte de informação sobre corrida de rua antes da explosão das redes sociais. Juntos, os materiais selecionados dos dois *blogs* supracitados somaram 74 páginas.

Saída do campo

O terceiro momento proposto por Flores-Pereira e Cavedon (2009), a saída do campo, que dá início à elaboração do relatório de pesquisa, acontece quando o etnógrafo considera ter conseguido informações detalhadas sobre o grupo sob investigação, que sejam capazes de responder ao seu problema de pesquisa. Para Arnould e Wallendorf (1994), a saída do campo está atrelada à qualidade e à intensidade dos dados obtidos, que devem ser capazes de dar suporte empírico à configuração sociocultural analisada. Trata-se de uma decisão que vai além da mera repetição dos dados ou da compreensão do fenômeno: tanto a redundância quanto a variedade de dados coletados devem permitir representar a dinâmica do contexto estudado, em termos de seus padrões de similaridade e suas diferenças, ou seja, sua complexidade.

Não obstante, Belk *et al.* (1988) explicaram que a análise dos dados etnográficos não consiste em uma fase posterior à coleta de dados, mas uma análise que se estende desde o início da coleta de dados, perpassando todo o desenvolvimento da pesquisa, de forma a abarcar temas emergentes que surgirem em campo. Nesse sentido, Arnould e Wallendorf (1994) referem-se à análise de dados como a construção da interpretação, ocasião em que o pesquisador interage com os dados, num esforço para que aquelas informações façam sentido e forneçam os significados culturais e estruturas conceituais do fenômeno investigado.

Dito isso, a análise dos dados realizada foi baseada no processo hermenêutico *part-whole*, ou das partes para o todo, proposto por Thompson (1997), que sugere que sejam feitas múltiplas leituras e análise dos dados, comparando as transcrições, notas de campo e os dados netnográficos. Assim, as fotos, os vídeos e os dados netnográficos foram usados para dar corpo ao diário das observações e

para auxiliar na construção do roteiro das entrevistas etnográficas, considerando o exposto em Heyl (2001), para quem a finalidade das entrevistas etnográficas é aprofundar o conhecimento sobre *insights* gerados durante os períodos de observação.

As entrevistas etnográficas foram transcritas nos dias seguintes à realização do encontro com os maratonistas ou após o contato via rede social, no caso das entrevistas realizadas pelos recursos de áudio e vídeo disponibilizados pelas redes sociais *Whatsapp* e *Instagram*. Quanto à análise das fotos e vídeos, de acordo com Schembri e Boyle (2013), esse tipo de material, registrado no contexto em que o fenômeno acontece, pode contribuir para a análise das experiências sociais e culturais que constroem os fenômenos de consumo. Para os autores, o que permite a análise dos materiais visuais é o próprio processo de imersão do pesquisador no seu campo.

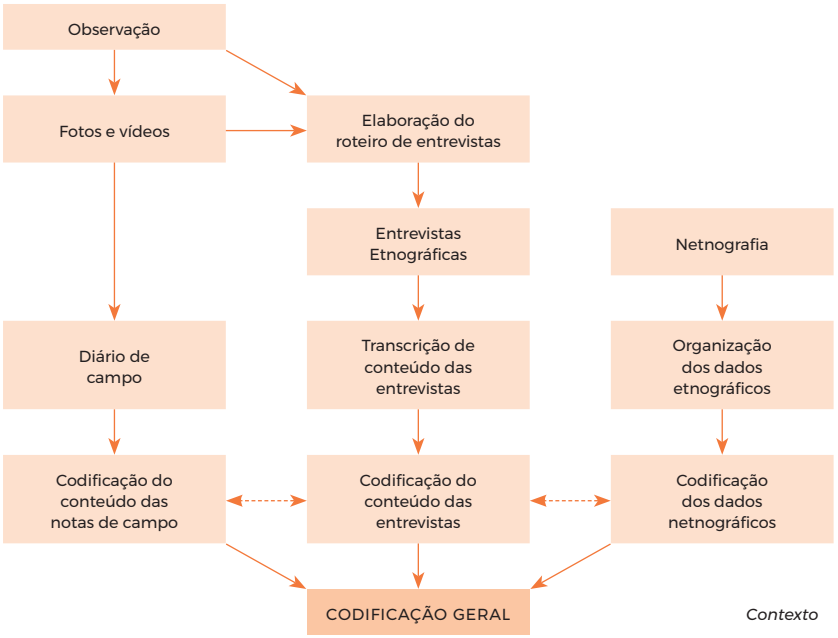
No caso do estudo, usou-se fotos e vídeos como uma forma de contar, posteriormente, uma história sobre os maratonistas e entender sua jornada de consumo, buscando entender quais eram os elementos materiais (locais de treino, equipamentos, marcas), as interações (se corriam sozinhos, acompanhados, supervisionados por treinadores) e sentimentos, especialmente aqueles originados no dia da maratona. Os dados advindos da netnografia colaboraram com esse processo. Isso é possível pois Kozinets (2015) sugere que os dados provenientes de uma netnografia devem ser analisados em um processo hermenêutico e de leituras em profundidade, o que converge com a proposta de Thompson (1997).

A construção da representação a partir dos dados netnográficos, segundo Kozinets (2015), acontece através da busca dos elementos comuns entre os dados, aquilo que os une e estrutura seu significado, conduzindo a análise dos dados netnográficos à codificação. A codificação busca encontrar nas mensagens publicadas na *internet* (*posts*, comentários) similaridades e frequências, padrões e regularidades, analisando suas importâncias, em um exercício de interpretação (Kozinets, 2015).

Juntamente ao processo orientado por Thompson (1997), os autores aplicaram o processo de codificação em todo o *corpus*,

seguindo os preceitos de Saldaña (2013). Para o autor, a codificação é um processo analítico em que uma frase, parágrafo, ou página são analisados em relação a seu conteúdo e significado, no intuito de capturar a essência daqueles trechos, ou seja, codificação é a conexão entre o dado concreto e a explicação de seu significado. A figura 1 ilustra o processo de análise dos dados que antecedeu a codificação.

Figura 1. Processo de análise dos dados



A figura 1 é representativa da análise das partes, ou seja, da análise de cada bloco de dados, de acordo com sua natureza: observações, fotos, vídeos, entrevistas etnográficas e netnografia. Ainda que a análise de cada um desses blocos estivesse interligada, haja vista a contribuição da análise de um bloco para o outro, ela foi feita de forma separada apenas por questões de organização, tendo em mente o volume de dados coletados. Nesse momento então, após analisar todos os dados e dar códigos a eles, como se fossem rótulos do que seu

conteúdo representa, partiu-se para a codificação do material total, tentando unir todas as partes.

O próximo passo após a codificação, segundo Saldaña (2013), é a categorização, momento em que, dos códigos identificados, emergem categorias, em um processo mais interpretativo do que descritivo. Após a identificação das categorias e dos códigos que as compõem, o movimento que se faz é rumo à teoria, ou seja, expor a abstração contida naqueles dados coletados.

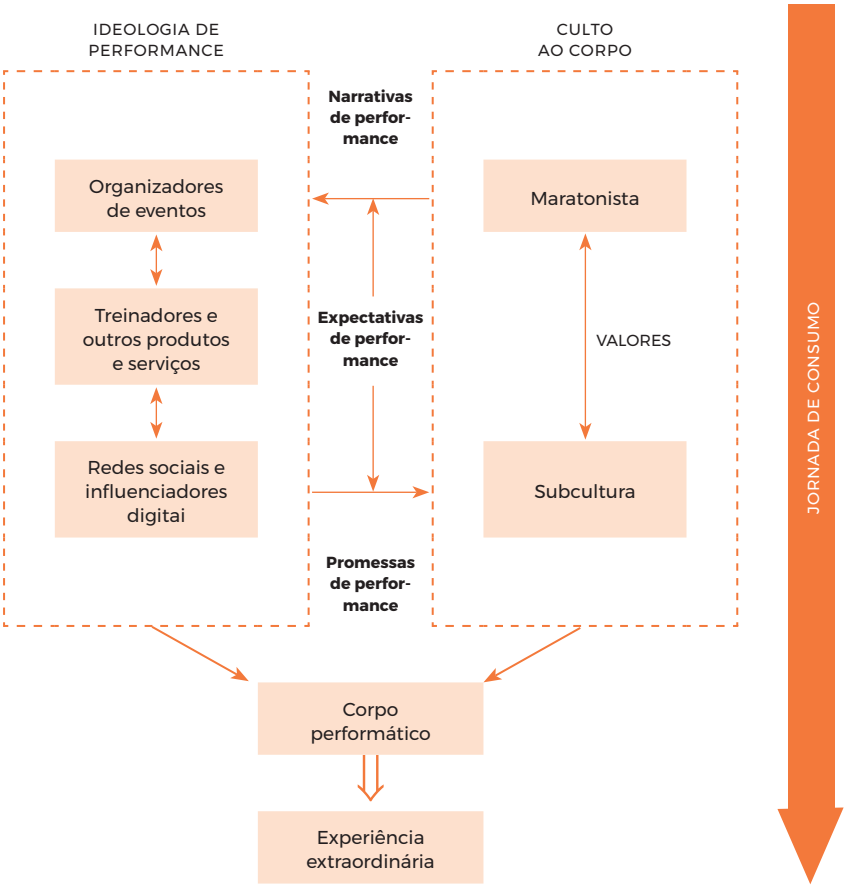
Assim, a última etapa do processo de análise dos dados refere-se à interpretação da análise, ou seja, a abstração (Salaña, 2013). Nessa ocasião, Kozinets (2015) recomenda uma leitura holística da análise dos dados. Foi nessa oportunidade que se revisitou o processo de codificação, as categorias que surgiram e os grandes temas, tentando dialogar com a grande representação do fenômeno em estudo.

Síntese dos resultados da pesquisa

O objetivo da pesquisa de campo relatada nesse capítulo que ilustra a aplicação de etnografia e netnografia no campo do comportamento do consumidor foi *compreender como os elementos que constituem as práticas de uma subcultura de consumo interagem nos níveis micro, meso e macro durante a jornada de consumo e sua relação com a construção da experiência extraordinária*. O primeiro passo para a consecução desse objetivo foi o mapeamento da jornada de consumo dos maratonistas, seguindo o modelo teórico proposto em Akaka *et al.* (2015). A discussão que se segue é baseada na figura 2, representativa dos resultados obtidos no estudo etnográfico.

A jornada de consumo dos maratonistas é marcada pela interação recursiva entre (i) o nível micro, referente à interação entre o maratonista e a subcultura de consumo; (ii) o nível meso, os recursos de mercado, concernente às marcas, produtos e serviços aos quais o maratonista recorre neste período; e (iii) o nível macro, ou seja, as estruturas sociais que orientam as ações dos indivíduos — no caso da maratona, o culto ao corpo e à performance.

Figura 2. A jornada de consumo dos maratonistas



No nível micro, a jornada de consumo dos corredores tem a função de introduzir a corrida na vida desses indivíduos, momento em que eles começam a perceber seus corpos e sua capacidade corporal. Como em uma iniciação, os primeiros momentos dessa jornada são um despertar para o corredor. Com o tempo, há uma adesão a essa jornada, a evolução da prática e a vivência dos valores da subcultura de consumo dos maratonistas — dedicação, superação e cooperação, mesmo antes da integração do atleta à subcultura.

À medida que vão evoluindo nessa jornada, os corredores passam a interagir com o nível meso, especialmente devido às

narrativas de performance, seja por meio dos treinos e da convivência com outros corredores ou através das redes sociais. O atleta passa a seguir as pessoas que conhece na corrida, segue também perfis motivacionais, influenciadores digitais e perfis comerciais que conformam um mercado que comunica a seguinte mensagem: é possível ir além. A partir disso, o indivíduo cria suas próprias expectativas de performance, que potencializam sua busca por recursos no mercado (as promessas de performance) com o objetivo de evolução da prática.

Nesse momento, ao descobrirem os recursos do mercado e, na interação com a comunidade de corredores, os corredores passam a desafiar e testar seus próprios limites, criando suas próprias narrativas de performance, despertando o sentimento de pertença a um grupo de pessoas que entende esses novos sentimentos e os incentiva a ir além. Observa-se, então, os efeitos do nível macro, das estruturas sociais em ação: (i) o culto ao corpo capaz de correr e (ii) a performance.

Quando os valores da subcultura de consumo passam a fazer parte da rotina dos maratonistas, eles se engajam em práticas cada vez mais refinadas e alinhadas ao propósito de cumprir o objetivo da maratona. Esse resultado corrobora o exposto em Akaka e Schau (2019) sobre a adequação da análise das práticas para o estudo da jornada de consumo. Nesse sentido, foi possível verificar que as práticas não só possibilitam a jornada de consumo, mas o sentido oposto também é verdadeiro: a jornada de consumo serve como alternativa para a análise da evolução das práticas, engajamento que mobiliza recursos de mercado, comunidades de consumidores e ideologias.

Ainda, durante a pesquisa foram desvelados os mecanismos que possibilitam a difusão e a adesão a práticas, quais sejam, o engajamento em uma subcultura, aliado ao desejo de mobilidade na estrutura social; os efeitos do mercado e as crenças nos produtos e serviços disponíveis como facilitadores da prática; e a influência das estruturas sociais, especialmente das ideologias. Outrossim, é possível dizer que a gradativa participação em uma prática é capaz não só de

gerar consumo (Warde, 2005), mas de criar experiências extraordinárias e todo um sistema complexo envolvendo atores sociais de naturezas distintas, especialmente aquelas que demandam como elemento essencial a ação do tempo. Assim, a relação entre práticas e jornada de consumo é mediada pela interação entre atores sociais, incluindo o consumidor, regida por instituições, tendo principal resultado a experiência extraordinária.

Ademais, o engajamento com a prática e a evolução da prática na jornada de consumo é capaz de gerar, manter e perpetuar a subcultura de consumo dos maratonistas. Nela, os atletas vivem a união e o compartilhamento de valores, crenças e entendimentos, determinantes da performance almejada. A subcultura de consumo é fonte, ainda, das narrativas de performance, criadas na interação *online* e *offline* dos corredores, além de dar origem às expectativas de performance, resultantes também desta interação entre os membros da subcultura, especialmente por meio das narrativas.

Desse modo, verifica-se que a jornada de consumo que conduz até a experiência extraordinária é delineada a partir da subcultura de consumo, como produto da interação entre os consumidores, as práticas e os valores da subcultura. A evolução das práticas, ainda, acontece à medida que os valores se tornam mais intrínsecos e verdadeiros para o consumidor, ou seja, há uma interação recursiva entre eles, orientada pelos arranjos institucionais que atuam neste contexto, que reforçam os valores da subcultura, ao mesmo tempo em que se nutrem deles.

Por fim, a análise da jornada de consumo dos maratonistas mostrou um constante alinhamento entre práticas e resultados, gerando uma dinâmica entre as dimensões desempenho e prazer cujo objetivo é o ajuste da narrativa, nivelando expectativas e resultados para que não exista frustração ao término da maratona. Trata-se de uma estrutura eficiente que permite aos indivíduos moldarem suas narrativas em torno da experiência extraordinária, um resultado almejado, planejado e executado nos mínimos detalhes, mas ao mesmo tempo imprevisível e, portanto, extraordinário.

Considerações finais

O presente capítulo descreveu o potencial da etnografia e da netnografia em uma pesquisa sobre comportamento do consumidor que versou sobre a construção de uma experiência extraordinária, a maratona. A estratégia etnográfica tem por objetivo analisar relações, interdependências e solidariedades entre sujeito e contextos, possibilitando uma reconstituição mais fiel da dinâmica complexa da realidade. Nesse sentido, considerando o contexto da aplicação prática aqui ilustrada, a etnografia permite explicar diferentes e mutáveis papeis e significados que produtos e serviços assumem a partir do momento em que são usados pelos consumidores (Barbosa, 2003).

Não obstante a orientação positivista predominante que delimitou as origens dos estudos da Psicologia Social e Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), a partir do paradigma interpretativista que questiona o pressuposto epistemológico de neutralidade do conhecimento, há generosas possibilidades de adoção de métodos inspirados no interacionismo simbólico nas pesquisas em POT.

Destarte, o potencial de aplicabilidade da etnografia e da netnografia em muito extrapola a subárea de comportamento do consumidor, como ilustrado neste capítulo. Sato e Souza (2001) atestam que o método etnográfico tem conquistado cada vez mais espaço nas pesquisas em psicologia do trabalho, ao passo que Silva *et al.* (2016) retratam o crescimento do uso de estratégias netnográficas nos estudos da psicodinâmica do trabalho. Na mesma linha, Souza (2015) defende a pertinência dos denominados "exercícios etnográficos" na contemporaneidade das pesquisas em psicologia social. Assim, são bem-vindas pesquisas ulteriores da área de POT que pretendam desvendar fenômenos e entender a realidade como uma construção coletiva de significados e vivências.

Em um cenário que ainda sofre os impactos da pandemia da Covid-19 e suas incessantes variantes, tendo como corolários diretos o isolamento social e a mudança do regime de trabalho para o trabalho remoto ou um sistema híbrido, o que traz relações cada vez mais digitalizadas, torna-se fundamental reinventar e reconstruir métodos e

estratégias de pesquisa para melhor compreender a complexidade e contemporaneidade dos fenômenos *online*. Nesse tocante, a utilização da netnografia dentro de uma estratégia mais ampla de pesquisa etnográfica desvela-se uma possibilidade de coletar dados em um campo empírico *online*, caracterizado essencialmente pela interconectividade, diversidade, flexibilidade e variedade.

A combinação da etnografia, como estratégia de pesquisa, com a netnografia, como técnica de coleta de dados, mostra-se possível e desejável para uma melhor compreensão dos fenômenos, conforme descrito na construção da experiência de consumo relatada para ilustrar a aplicação conjunta destes métodos. Em suma, é consenso entre os estudiosos do tema que a mobilidade e a adaptabilidade da etnografia são sua maior força, mas sua efetividade como estratégia de pesquisa se dará na medida em que os pesquisadores estiverem dispostos a adaptá-la às dimensões virtuais do "fazer sentido", as quais podem ser desvendadas, por exemplo, pela netnografia.

Referências

Akaka, M. A., & Schau, H. J. (2019). Value creation in consumption journeys: Recursive reflexivity and practice continuity. *Journal of the Academy of Marketing Science, 47*(3), 499–515. https://doi.org/10.1007/s11747-018-00612-0

Akaka, M. A., Vargo, S. L., & Schau, H. J. (2015). The context of experience. *Journal of Service Management, 26*(2), 206–223. https://doi.org/10.1108/JOSM-10-2014-0286

Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsznajder, F. (2002). *O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa* (2a ed.). Editora Pioneira.

Amaral, A., Natal, G., & Viana, L. (2008). Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Cadernos da Escola de Comunicação, 1*(6), 1–12.

Andion, C., & Serva, M. (2012). A etnografia e os estudos organizacionais. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 147–179). Saraiva.

Angrosino, M. V., & Perez, K. A. (2000). Rethinking observation. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. xx–xx). SAGE. *(Inclua as páginas exatas, se disponíveis.)*

Arnould, E. J., & Price, L. L. (1993). River magic: Extraordinary experience and the extended service encounter. *Journal of Consumer Research, 20*(1), 24–45. https://doi.org/10.1086/209331

Arnould, E. J., & Wallendorf, M. (1994). Market-oriented ethnography: Interpretation building and marketing strategy formulation. *Journal of Marketing Research, 31*(4), 484–504. https://doi.org/10.1177/002224379403100406

Barbosa, L. (2003). Marketing etnográfico: Colocando a etnografia em seu devido lugar. *Revista de Administração de Empresas, 43*(3), 100–105. https://doi.org/10.1590/S0034-75902003000300009

Barros, C. (2002). Marketing e etnografia: Um levantamento em journals dos anos 80 e 90. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração* (Vol. 26). Salvador, BA.

Belk, R., & Casotti, L. M. (2014). Ethnographic research in marketing: Past, present, and possible futures. *Revista Brasileira de Marketing, 13*(6), 1–16. https://doi.org/10.5585/remark.v13i6.2696

Belk, R. W., Sherry Jr., J. F., & Wallendorf, M. (1988). A naturalistic inquiry into buyer and seller behavior at a swap meet. *Journal of Consumer Research, 14*(4), 449–470. https://doi.org/10.1086/209133

Carù, A., & Cova, B. (2003). Revisiting consumption experience: A more humble but complete view of the concept. *Marketing Theory, 3*(2), 267–286. https://doi.org/10.1177/14705931030032004

Cova, B. (2021). The new frontier of consumer experiences: Escape through pain. *AMS Review*, *11*, 1–10. https://doi.org/10.1007/s13162-021-00221-z

Cova, B., Carù, A., & Cayla, J. (2018). Re-conceptualizing escape in consumer research. *Qualitative Market Research: An International Journal, 21*(4), 445–464. https://doi.org/10.1108/QMR-12-2016-0101

Elliott, R., & Jankel-Elliott, N. (2003). Using ethnography in strategic consumer research. *Qualitative Market Research: An International Journal, 6*(4), 215–223. https://doi.org/10.1108/13522750310495300

Fetterman, D. M. (1989). *Ethnography: Step by step*. SAGE Publications.

Flores-Pereira, M. T., & Cavedon, N. R. (2009). Os bastidores de um estudo etnográfico: Trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de shopping center. *Cadernos EBAPE.BR, 7*(1), 82–104. https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100006

Gaião, B. F. S., Souza, I. L., & Leão, A. L. M. S. (2012). Consumer culture theory (CCT)

já é uma escola de pensamento em marketing? *Revista de Administração de Empresas, 52*(3), 330–344. https://doi.org/10.1590/S0034-75902012000300005

Heyl, B. S. (2007). Ethnographic interviewing. In P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland, & L. Lofland (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 369–383). SAGE Publications.

Ikeda, A. A., Pereira, B. C. S., & Gil, C. (2006). Etnografia em marketing: Uma discussão inicial. *REAd – Revista Eletrônica de Administração, 12*(4), 1–25. https://doi.org/10.1590/S1413-23112006000400002

Kozinets, R. V. (2015). *Netnography: Redefined* (2nd ed.). SAGE Publications.

Lemon, K. N., & Verhoef, P. C. (2016). Understanding customer experience throughout the customer journey. *Journal of Marketing, 80*(6), 69–96. https://doi.org/10.1509/jm.15.0420

Lunzenfichter, A. (2003). *De marathon au marathon.* Atlântica.

Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental.* Abril Cultural.

McGrath, M. A. (1989). An ethnography of a gift store: Trappings. *Journal of Retailing, 65*(4), 421–437.

Minayo, M. C. S. (2002). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo, S. F. Deslandes, O. Cruz Neto, & R. Gomes (Orgs.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9–30). Editora Vozes.

Moreira, D. A. (2004). Pesquisa em administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico. *Revista de Administração e Inovação, 1*(1), 5–19.

Nascimento, T., Suarez, M. C., & Campos, R. D. (2022). An integrative review on online ethnography methods: Differentiating theoretical bases, potentialities and limitations. *Qualitative Market Research: An International Journal, 25*(4), 492–508. https://doi.org/10.1108/QMR-07-2021-0086

Paterson, B. L., Bottorff, J. L., & Hewat, R. (2003). Blending observational methods: Possibilities, strategies, and challenges. *International Journal of Qualitative Methods, 2*(1), 29–38. https://doi.org/10.1177/160940690300200105

Peirano, M. (2014). Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos, 20*(42), 377–391. https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200008

Pinto, M. R., & Lara, J. E. (2011). As experiências de consum o na perspectiva da teoria da cultura do consumo: Identificando possíveis interlocuções e propondo uma agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR, 9*(1), 37–56. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100004

Rocha, A. D., & Rocha, E. (2007). Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisas para o Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 71-80.

Rocha, E., & Barros, C. (2006). Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. *Revista de Administração de Empresas*, 46(4), 1-12.

Rocha, E., & Barros, C. (2006). Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. *Revista de Administração de Empresas*, 46(4), 1-12.

Rupprecht, P. M., & Matkin, G. S. (2012). Finishing the race: Exploring the meaning of marathons for women who run multiple races. *Journal of Leisure Research*, 44(3), 308-331.

Saldaña, J. (2015). *The coding manual for qualitative researchers*. Sage.

Santos, F. M. & Gomes, S. H. A. (2013). Etnografia virtual na prática: Análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In *7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura*, São Paulo.

Sato, L & Souza, M.P.R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicol.USP*, 12(2). https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003

Schembri, S., & Boyle, M. V. (2013). Visual ethnography: Achieving rigorous and authentic interpretations. *Journal of Business Research*, 66(9), 1251-1254.

Semprebom, E., Freitas, A., & Augusto, P.O.M. (2013). Etnografia. In A.R.W. Takahashi (Org.), Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil. São Paulo, SP: Atlas (Grupo Gen).

Silva, I.P., Borges, C.C., Mendes, D.C., & Loreto, M.S.S. (2016). Psicodinâmica do trabalho: um estudo netnográfico sobre prazer, sofrimento e estratégias defensivas no setor de alojamento. In *4º Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Porto Alegre.

Soares, S.S.D. & Stengel, M. (2021). Netnografia e a pesquisa científica na internet. Psicologia USP, 32, e200066.

Souza, M. R. (2015). Psicologia Social e Etnografia: Histórico e Possibilidades de Contato. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 389-405.

Tedlock, B. (2000). Ethnography and Ethnographic Representation. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (455-486). Thousand Oaks: Sage.

Thompson, C. J. (1997). Interpreting consumers: A hermeneutical framework for deriving marketing insights from the texts of consumers' consumption stories. *Journal of Marketing Research*, 34(4), 438-455.

Van Vuuren, C. J. (2014). A ritual perspective on the Comrades Marathon. *South African Journal for Research in Sport, Physical Education and Recreation*, 36(2), 211-224.

Villegas, D. (2018). From the self to the screen: A journey guide for auto-netnography in online communities. *Journal of Marketing Management*, 34(3–4), 243–262.

Warde, A. (2015). The sociology of consumption: Its recent development. *Annual Review of Sociology*, 41, 117-134.

Capítulo 5

Estudo de caso

Elisa Maria Barbosa de Amorim-Ribeiro
Leonardo de Oliveira Barros
Elaine Rabelo Neiva

Estudos de caso têm sido amplamente utilizados nas ciências sociais e humanas pelo potencial de compreensão de fenômenos no contexto real em que ocorreram ou ocorrem. Um dos autores seminais nesse tipo de pesquisa, Yin (1984) definiu estudo de caso como "... uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o "caso") em profundidade e dentro de seu contexto do mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto podem não ser claramente evidentes" (p.32).

A escolha por pesquisas em estudos de caso justifica-se quando o fenômeno é contemporâneo e quando os comportamentos relevantes envolvidos nesse fenômeno não podem ser controlados ou manipulados. Nesse sentido, as condições contextuais particulares e suas relações com o fenômeno são fundamentais para a compreensão do fenômeno de interesse (Yin, 2018). O uso do estudo de caso é recomendado para informar, ilustrar e problematizar ações ou conceitos a

partir dos dados sobre o caso. Um uso relevante, tal como em outros delineamentos, é sua utilização na avaliação de pressupostos de uma teoria ou mesmo o lançamento das bases para o desenvolvimento de novos pressupostos.

No campo de estudos em fenômenos organizacionais e do trabalho, estudos de caso têm sido centrais para o desenvolvimento de teorias-eixo (Fiss, 2009). Por exemplo, o clássico estudo de *Hawthorne Works of Western Electric Company*, conduzido por Elton Maio na década de 1920, gerou as bases para a gestão de pessoas e a escola de relações humanas (Muldoon, 2012). Noutro exemplo, o estudo conduzido por Selznick, em 1949, sobre a Autoridade do vale do Tennessee (TVA) lançou as bases para o desenvolvimento da teoria institucional contemporânea (Hinings & Greenwood, 2015). Já o estudo de Mintzberg e McHugh (1985) mudou os rumos dos estudos convencionais sobre estratégia organizacional, demonstrando o surgimento de estratégias via processos orgânicos e de aprendizagem em diferentes tipos de organizações.

Em termos de contribuições para a elaboração ou aperfeiçoamento de sistemas teóricos, o estudo de caso único caracteriza-se como um processo indutivo, ou seja, a partir de uma instância particular, infere-se uma lei geral. De tal maneira, um processo indutivo pode permitir que se faça generalizações teóricas baseadas nas evidências de um conjunto de casos específicos. As emergências de postulados teóricos acontecem por meio da identificação de padrões de relações e desenvolvimento de argumentos intra e inter casos (Eisenhardt *et al.* 2007; Breakwell & Rose, 2010). Vale lembrar que processos indutivos foram, e continuam sendo fortemente empregados na construção do conhecimento em Psicologia, tanto nas teorias das abordagens clássicas como nas concepções teóricas dos nossos construtos.

Uma compreensão adequada sobre como a ciência é produzida não é uma competência restrita a quem se propõe a ser pesquisador, mas sim algo desejável para todos que irão consumir — direta ou indiretamente — os produtos da ciência. Um exemplo da apropriação coletiva do conhecimento científico no campo psicológico pode ser a Prática da Psicologia Baseada em Evidências (PPBE). Trata-se de uma

abordagem de tomada de decisão baseada na melhor evidência disponível, na experiência do profissional e nas características do cliente (American Psychological Association, 2006; Melnik *et al.*, 2004).

No âmbito da PPBE, as decisões sobre como intervir frente às demandas dos indivíduos e organizações partem, primeiramente, de um olhar crítico sobre as evidências e cientificidade dos instrumentos e técnicas. Nessa perspectiva, as evidências recebem classificações de acordo com o seu grau de precisão e confiabilidade, podendo ser enquadradas em seis níveis, do mais preciso àquele com maior grau de erro: evidências de nível I seriam as revisões sistemáticas (com meta-análise ou não); o nível II inclui os ensaios clínicas randomizados e com avaliador "cegado"; no nível III encontram-se os estudos de coorte; o nível IV abarca os estudos de caso-controle; no nível V ficam os estudos de caso, e o último nível (VI) inclui as opiniões de especialistas, estudos com animais e *in vitro* (American Psychological Association, 2006). Neste capítulo, serão abordadas as concepções teóricas e metodológicas de pesquisa em estudo de caso, modelo que é categorizado como uma evidência de nível V.

Conforme postulado, a classificação em níveis parte do grau de confiança da evidência, sendo esse aspecto decorrente do grau de rigor empregado em todas as etapas de execução de uma pesquisa, desde a elaboração do projeto até a coleta e interpretação dos dados e a capacidade de generalização, ou não, das informações. O rigor na produção de conhecimento e a validação pela comunidade (e.g. revisão por pares) são meios disponíveis para corrigir erros na construção da ciência, revisar e avançar nos modelos teóricos e diferençar o campo científico das pseudociências (Favero, 2018; Lilienfeld *et al.*, 2015). Nesse sentido, toda estratégia de pesquisa, quantitativa ou qualitativa, pode produzir resultados válidos e confiáveis, tornando-se uma fonte de evidência científica, desde que explicite e siga um método adequado e reconhecido pela comunidade científica.

Pode-se destacar três autores de grande contribuição na construção de diretrizes para realização de pesquisas em estudos de caso com o necessário rigor científico: Robert Yin (1984; 2018), Robert Stake (2000; 2016) e Charles Ragin (1992). Nas obras desses autores, ainda

que partam de visões epistemológicas distintas, encontram-se desde a delimitação do que define um caso e sua unidade de análise até como reportar os achados encontrados. Apesar disso, a pesquisa em estudo de caso ainda é cercada de estereótipos sendo, por vezes, percebida como menos rigorosa e mais fácil de realizar, sem falar da confusão e sobreposição com outras estratégias de pesquisa, ou a assunção de que integra apenas o escopo de ferramentas qualitativas.

Muitas críticas direcionadas ao desenho de estudos de caso tem mais relação com o planejamento e a condução realizados de maneira pouco rigorosa como utilização de poucas fontes de evidência, a falta de transparência nos procedimentos de análise, a inexistência de protocolos para assegurar confiabilidade, além da não observância dos dados parciais e suas implicações nas tomadas de decisão relativas à trajetória do estudo do que com a natureza desse desenho (Martins, 2008). Além disso, o "guarda chuva estudo de caso" abarca visões ontológicas e epistemológicas conflitantes. A depender da vertente positivista ou interpretativista adotada, encontram-se autores com visões distintas sobre a natureza do estudo de caso e valorações de aspectos distintos sobre como deve ser conduzido e avaliado em termos de qualidade e rigor.

O objetivo deste capítulo é destrinchar as principais questões envolvidas na pesquisa em estudo de caso, a começar pelos distintos fundamentos epistemológicos que perpassam sua compreensão e seus procedimentos. Na sequência, será discutida a definição de estudo de caso, quando e porque realizar pesquisas dessa natureza, quais os elementos fundamentais no seu delineamento e quais as principais práticas de investigação para assegurar confiabilidade e validade. Por fim, serão identificados os principais problemas encontrados em estudos de caso submetidos ou publicados, com recomendações para publicação e uma proposta de agenda para pesquisas em estudos de caso. Esses tópicos serão discutidos e ilustrados com pesquisas de estudo de caso no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT).

Fundamentos epistemológicos

A compreensão do que é um caso de estudo e, principalmente, com que propósito e como se desenvolve uma pesquisa em estudo de caso, sofre variações que dependem do *background* epistemológico em questão. Para abordar essa reflexão, podem ser considerados dois blocos epistemológicos: vertentes fundamentalistas (positivas e pós positivistas) e vertentes antifundamentalistas (interpretativistas, construtivistas ou relativistas). Embora representados em dois polos, compreende-se a diversidade de possibilidades de posicionamentos entre eles como um *continuum* — tantos quantos se tem no âmbito da ciência e do exercício do método científico.

Para as vertentes fundamentalistas positivistas e pós positivistas, os fenômenos existem como dado de realidade e há uma busca por leis gerais explicativas das relações causais entre variáveis que "compõem" a dinâmica do fenômeno estudado (Maffezzolli *et al.* 2008). Nesse sentido, por meio de suas evidências empíricas, o estudo de caso pode contribuir para lançar luz sobre uma teoria, confirmando, refutando ou gerando novas hipóteses. Pesquisadores dessas vertentes recorrem a múltiplas fontes de dados e buscam identificar e desvelar casos ou unidades empíricas no curso da pesquisa, no interesse de gerar e testar hipóteses em contextos reais. Nesse sentido, o estudo de caso pode consistir no próprio processo de mapeamento das unidades envolvidas, identificando aquelas essenciais à compreensão do fenômeno desejado e que serão aprofundadas (Vanwynsberghe & Khan, 2007). Na busca por identificar variáveis e nexos causais entre variáveis, o estudo de caso pode contribuir como fase exploratória na busca por subsídios para gerar leis sobre relacionamentos entre variáveis (Piekkari *et al.*, 2010).

Nessas vertentes, embora também recorram a estudos de caso único, pesquisadores, a exemplo de Eisenhardt *et al.* (2007), consideram estudos de casos múltiplos como mais robustos. Sua escolha segue a lógica da replicação com o intuito de produzir achados semelhantes ou contrastantes, contribuindo para consolidar ou refutar a estrutura teórica que fundamenta o estudo. Como exemplo, pode-se citar o estudo de Kompier e colaboradores (2014) sobre prevenção do estresse

no trabalho em diferentes países da Europa. Foram comparados 11 casos de programas de prevenção ao estresse no trabalho nas etapas de preparação (planejamento, presença consultores ou pesquisadores, duração do projeto), análise de problemas (fatores de risco e grupos de risco identificados), escolha de estratégias, implementação das estratégias (como foram implementadas e responsáveis) e avaliação (efeitos do programa, custos e benefícios, facilitadores e dificultadores).

Considerada de base ontológica antifundamentalista na qual "fenômenos sociais e seus significados são continuamente transformados por seus atores" (Maffezzolli *et al.* 2008, p. 97), epistemologias interpretativistas, construtivistas e relativistas são predominantes entre estudos qualitativos. Nessa vertente epistemológica, a realidade não existe para além dos indivíduos e deve ser compreendida sob a ótica dos atores nela envolvidos. Há um consenso de que o papel da pesquisa empírica é oferecer entendimentos sobre o poder da teoria para subsidiar interpretações (Annamalai *et al.* 2010). Nesse sentido, há a defesa pelo caso único como um paradigma central do método de estudo de caso.

A valorização do acesso a múltiplas fontes de dados também se mantém, mas sem pretender convergir para uma explicação única, mas como expressão de como diversas, e mesmo contrárias, compreensões dos atores imersos no caso em questão convivem. Essas vertentes consideram que casos múltiplos tornam o delineamento superficial e acabam por reforçar teorias existentes, por implicar em análises descoladas do contexto (Yanow *et al.*, 2008). Para essas vertentes, a força do estudo de caso está em compreender e não em explicar (Piekkari *et al.*, 2010).

Abordagens interpretativistas tendem a considerar que o estudo de caso único é uma escolha pelo detalhamento, aprofundamento investigativo e compreensivo, o que definiria a natureza do estudo de caso (Yanow *et al.* 2008). Nesse sentido, as descobertas são decorrentes da interação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa. A realidade é compreendida como uma obra humana e situacional que ocorre dentro de um contexto único e personalístico, com foco na singularidade e individualidade (Stake, 2016). Em termos de contribuições para a elaboração ou aperfeiçoamento de sistemas teóricos, o estudo de caso único caracteriza-se como um processo indutivo, ou seja, a partir de uma instância

particular, infere-se uma lei geral. De tal maneira, um processo indutivo pode permitir que se faça generalizações teóricas baseadas nas evidências de um conjunto de casos específicos (Breakwell & Rose, 2010).

A pluralidade de vertentes relacionadas a estudos de caso é um cenário inerente à diversidade de posições ontológicas e epistemológicas. O pesquisador deve estar consciente de suas escolhas e orientar suas decisões por meio das recomendações de autores seminais sobre o que é um estudo de caso e quais os critérios para conduzir um estudo de caso de excelência. A validade do estudo e sua contribuição para a comunidade acadêmica e para a sociedade depende dessa coerência que caracteriza o estudo de caso, seja ele baseado em preceitos positivistas, seja fundamentado em preceitos de vertentes interpretativistas.

Do ponto de vista epistemológico, delineamentos qualitativos e quantitativos distinguem-se com base no desfecho dos dados. Por exemplo, um delineamento qualitativo tem por objetivo descrever quais processos estão acontecendo no fenômeno observado e detalhar as diferenças destes processos ao longo do tempo. Por sua vez, um delineamento quantitativo visa definir o que são os processos, como ocorrem e encontrar o quanto há de variações nas magnitudes em diferentes medidas (Breakwell & Rose, 2010).

Embora cientes das especificidades e interlocuções entre os métodos qualitativos e quantitativos, há, ainda, no campo da Psicologia e de Ciências Sociais e Humanas, movimentos que tentam caracterizar os modelos como antagônicos a partir de uma lógica de melhor ou pior meio para explicar os fenômenos subjetivos (Günther, 2006). No desenvolvimento de pesquisas em estudos de caso, é possível, e mesmo desejável, recorrer a métodos mistos e múltiplas fontes de dados. A pergunta de pesquisa é que definirá qual o melhor delineamento para sua resolução.

O que é um estudo de caso

Existem diferentes posicionamentos sobre a definição do que é um estudo de caso, situando-o como método, metodologia, unidade de estudo ou estratégia de pesquisa. Mas é consenso, em todas as definições, considerar estudo de caso um estudo circunscrito a um contexto

específico e cujo objetivo é a geração de um conhecimento aprofundado sobre um fenômeno (Takahashi & Araújo, 2020).

Vanwynsberghe e Khan (2007) explicam que o estudo de caso não pode ser considerado método, desenho de pesquisa ou metodologia pois em quaisquer dessas opções seria preciso um conjunto prescrito de procedimentos, etapas ou mesmo teorias. Esses autores definem estudo de caso como uma heurística que viabiliza a delimitação da unidade de análise por meio de processos de imersão no contexto do caso, circunscrito espacial e temporalmente. Nessa perspectiva, o caso é construído no trajeto da investigação e a unidade de análise pode se transformar com a pesquisa em andamento. Por sua vez, esse processo de delineamento da unidade de análise permite revelar a essência do caso.

Pode-se elencar características transversais a todo estudo de caso, ainda que com delineamentos distintos. Para começar, há riqueza de detalhes contextuais de modo a permitir ao leitor imaginar a dinâmica desse contexto. Nele, as situações são naturais e complexas, não havendo controle sobre as interações entre eventos e comportamentos que, por sua vez, acontecem em um espaço e tempo delimitados. Nesse cenário, o fenômeno estudado emerge durante a trajetória do estudo e novas hipóteses e aprendizados podem surgir durante o processo de coleta e análise de dados. Por fim, a análise de situações complexas permite a identificação de fatores imbricados que constituem o fenômeno de interesse (Vanwynsberghe, & Khan, 2007).

Além da natureza do estudo de caso, o que é considerado "caso a ser investigado" também transita e é influenciado pela perspectiva epistemológica predominante. A população é a população ou o fenômeno? O caso é um evento? Um incidente? Um processo decisório? O caso é uma unidade empírica ou uma construção teórica? Ele pode ser identificado, escolhido antes do início da pesquisa ou ele é revelado durante a prática da pesquisa? (Takahashi & Araújo, 2020; Denzin & Lincoln, 1994; Ragin, 1992).

Como unidades empíricas e "exemplares" de determinadas populações, os casos são dados, delimitados em uma base teórica e identificados previamente na "realidade" para serem escrutinados com vistas à generalização posterior. Em geral, a escolha da unidade empírica se

segue da escolha de uma "população" em determinado contexto, ou situação, e pode envolver um ou múltiplos atores, formando casos múltiplos. Podem estar situados nos diferentes níveis: micro — pessoas ou relações interpessoais, meso — organizações ou macro — comunidades ou sociedades (Denzin & Lincoln, 1994; Takahashi & Araújo, 2020).

Quando percebido como construção teórica, o caso é narrativa e envolve fenômenos de interesse revelados no transcorrer do processo de investigação, ou seja, não é previamente conhecido. Nesse sentido é, em si mesmo, uma investigação e consiste em um sistema complexo, interconectado em suas fronteiras, sendo simultaneamente realidade e construção. O compromisso dessa vertente de compreensão está em compreender o que é singular, sua particularidade e complexidade, importando mais as relações teóricas do que modelos causais descritivos de associações entre variáveis (Stake, 2000).

Quando e porque escolher realizar um estudo de caso

Algumas particularidades diferenciam o estudo de caso único de outras estratégias de investigação e o tornam mais adequado para responder a algumas perguntas de pesquisa (como um caso raro ou extremo) para estudo que impossibilitem a realização de estudos comparativos. Nessa condição, o caso fornece informações que não seriam encontradas tão facilmente em outros contextos, quando se tem a chance de observar algo antes inacessível à observação científica (Stake, 2000).

O uso do estudo de caso é recomendado para informar, ilustrar e problematizar ações ou conceitos a partir dos dados sobre o caso. Um uso relevante é a sua utilização na avaliação de pressupostos de uma teoria. Todavia, a possibilidade de refutar teorias, via delineamento de caso único, acaba recebendo diversos questionamentos, já que é possível que seus resultados tenham mais valor ilustrativo que preditivo quando comparado a delineamentos que usam métodos amostrais (D'Allones, 2004). De qualquer maneira, ainda que não se proponha a predições no sentido estatístico, esse delineamento tem

grande potencial de convencimento por ser capaz de ressaltar questões concretas do dia-a-dia e de mais fácil entendimento do que resultados decorrentes do uso da estatística (Capitão & Villemor-Amaral, 2007). É importante ressaltar que tanto a capacidade preditiva quanto as críticas que o método pode receber estão, em geral, associadas ao uso inadequado e de generalizações que extrapolam o alcance dos dados. Essa discussão será melhor aprofundada em um dos tópicos desse capítulo (Recomendações de práticas de investigação).

Um estudo de caso pode contribuir para a compreensão de processos e identificação de *links* causais entre variáveis, elementos e ou condições consideradas na investigação de um determinado fenômeno (Yin, 2018). Ao conduzir uma pesquisa, quase sempre o interesse está em conseguir produzir dados que ajudem a entender como ocorre e quais os desfechos dos fenômenos, bem como conseguir explicar e predizer sua manifestação em pessoas com características idênticas às das pessoas que participaram do estudo. Por exemplo, ao estudar os níveis de *burnout* em uma amostra de trabalhadores de uma determinada empresa, será possível verificar os níveis da doença, fatores de risco e protetivos associados, determinar prevalências e incidências e, a partir desde grupo em questão, conseguir criar e testar hipóteses ou prever o surgimento do *burnout* para trabalhadores de uma outra organização que não participaram da pesquisa inicial.

De acordo com Yin (2018), estudos de casos são profícuos quando envolvem casos denominados "decisivos" que reúnem condições necessárias para testar um conjunto de proposições teóricas, casos raros ou atípicos, altamente representativos ou inacessíveis, que demandam registro detalhado de processos e mecanismos até então desconhecidos, casos típicos capazes de representar circunstâncias comuns e cotidianas, casos reveladores que permitem contato do pesquisador com fenômenos de difícil acesso e casos longitudinais, quando o mesmo caso é estudado em momentos distintos o que viabiliza a observação de estágios ou alterações postuladas por uma determinada teoria.

Quando e como delinear um estudo de caso

O delineamento de estudo de caso apresenta alto grau de complexidade e rigor, mesmo quando está circunscrito a um caso único. Priorizar a consolidação de proposições teóricas do estudo na fase de desenho do estudo, além de contribuir para as decisões acerca do desenho, é crítico para a qualidade da interpretação na etapa de análise de dados e na viabilização da generalização dos princípios extraídos do caso para a compreensão do fenômeno de interesse (Yin, 2018).

O desenho de pesquisa precisa ser considerado uma questão essencialmente de lógica — não de logística — no sentido de que é ele que conecta as perguntas iniciais do estudo aos dados que serão coletados e suas conclusões. Pode-se elencar como elementos centrais de um desenho de pesquisa de estudo de caso: o delineamento dos problemas e identificação das perguntas do tipo "como" e "porque", a identificação e explicitação das proposições teóricas, a definição do tipo de estudo de caso (se único ou múltiplo), a estruturação de protocolos de pesquisa, a análise dos dados, integrando as diferentes fontes de dados à luz das proposições teóricas e o estabelecimento dos critérios para a interpretação dos achados, com especial atenção à especificação de hipóteses rivais (Freitas & Jabbour, 2011; Yin, 2018).

A composição do delineamento de uma pesquisa depende da pergunta que norteia a pesquisa. Essa pergunta pode começar com "o quê", "quem", "onde", "quantos", "como" e "por quê". Estudos de caso são mais adequados para responder os dois últimos tipos de questão, pois implicam no processo e na compreensão de uma rede imbricada de informações em detrimento da frequência ou incidência de variáveis. Ainda assim, estudos de caso também podem ser utilizados para responder perguntas do tipo "o que", caracterizando-os como exploratórios (Yin, 2018).

Como exemplo, pode-se citar o estudo de Cajuela *et al.* (2020), que buscou compreender como *startups* aprendem na interação com grandes organizações, no intuito de criar vantagem competitiva no gerenciamento do seu negócio. Os pesquisadores apresentam

proposições teóricas da literatura sobre aprendizados advindos da relação com empresas altamente estruturadas, como o desenvolvimento de capacidades de absorção e de gerenciamento de negócios. Além disso, partem de um modelo de avaliação de processos organizacionais, retomado nas próximas etapas da pesquisa, junto ao referencial sobre redes, capacidade de absorção e negócios, como estrutura central para análise dos processos de aquisição e assimilação de conhecimentos, transformação e exploração de novos processos e rotinas.

Dentre estudos de caso que se propõem a responder "por quê", encontra-se um dos mais emblemáticos, o estudo que buscou identificar as causas do desastre do ônibus espacial Challenger ocorrido em 1986. Nesse estudo, Vaughan (1996) demonstrou ligações entre a ocorrência do acidente no lançamento e aspectos da cultura organizacional e de processos organizativos da Nasa, junto a simultâneas pressões políticas e econômicas. Em uma resenha sobre o livro de Vaughan (1996), Karl Weick (1997) qualificou o estudo de caso sobre as causas do acidente com um dos melhores exemplos de articulação de diferentes níveis de análise (macro, meso e micro) e atribuiu essa capacidade ao domínio teórico de Vaughan sobre teorias, como o neo-institucionalismo e teorias no campo da cultura organizacional. Como exemplo de estudo de caso com caráter mais descritivo, Ketonen-Oksi (2020) realizou um estudo de caso exploratório para descrever processos de desenvolvimento organizacional de orientação para o futuro em pequenas e médias empresas.

Para Yin (2018), a delimitação do caso a ser estudado, estabelecendo suas bordas ou contornos, é um passo fundamental no desenho do estudo. O caso estudado pode ser mais concreto — um indivíduo, um grupo, uma organização, ou menos concreto — relações, decisões, projetos ou comunidades. A seleção dos casos pode se dar a partir de critérios definidos em estudos anteriores, caso o objetivo seja replicar uma pesquisa já desenvolvida. No caso de uma pesquisa inédita, a maior preocupação para a seleção do(s) caso(s) deve ser o rigor e não a amostragem; ou seja, não será necessário realizar cálculos que determinem a quantidade de participantes, mas os critérios para a escolha do(s) caso(s) devem ser exaustivamente descritos no intuito de permitir

que a pesquisa seja replicada futuramente. Assim, é fundamental especificar a caracterização dos participantes, condições demográficas de origem e outras variáveis que possam ser de interesse (variáveis de saúde mental, escolares, políticas, entre outras).

Um estudo realizado por Margherita *et al.* (2021) buscou responder a uma pergunta sobre como associar os benefícios financeiros da adoção de tecnologias 4.0 à promoção do bem-estar no trabalho, em uma organização multinacional italiana de manufatura. No manuscrito, há uma seção do método reservada à justificativa dos motivos da escolha dessa organização como o caso a ser estudado: ser uma organização líder na implementação de tecnologias 4.0 no processo produtivo, defender a preservação do emprego dos trabalhadores e o enriquecimento do trabalho, ter recebido prêmio por responsabilidade social e ter sido eleita dentre as melhores empresas para trabalhar, além de ter políticas de distribuição dos ganhos com os trabalhadores. As informações eleitas como relevantes foram as percepções de gestores e trabalhadores sobre os tipos de tecnologia adotadas e as mudanças implicadas diante dos processos tradicionais de trabalho, processos de gestão do conhecimento, benefícios financeiros e/ou no bem-estar no trabalho, após a adoção de tecnologias 4.0. Dados secundários como relatórios com informações sobre sustentabilidade e indicadores de produtividade diversificaram e integraram as fontes de dados.

Mas além dessa escolha, é preciso circunscrever esse caso de acordo com a pergunta de pesquisa e com as proposições teóricas norteadoras das informações que devem ser buscadas de acordo com sua relevância (Yin, 2018). O rigor da pesquisa também depende do estabelecimento das proposições teóricas norteadoras e/ou hipóteses, com base na literatura da área, além do que se espera dos resultados. No estudo sobre o acidente no lançamento do foguete, Vaughan (1996) parte da hipótese de que a decisão de realizar o lançamento era um caso de conduta organizacional indevida em termos de violação de regras; hipótese refutada com o andamento das investigações por sua excessiva simplificação, como a autora assevera logo no início do seu livro. Ao analisar determinantes da identificação de trabalhadores com empresas oriundas de uma fusão, Bartel e colaboradores

(2006) delineiam sete hipóteses com base na literatura da área sobre os efeitos da identificação prévia à fusão, o sentido de continuidade, as justificativas da realização da fusão, o clima de comunicação anterior à fusão e a comunicação sobre a fusão.

Diante do objetivo de testar proposições teóricas, projetos com casos longitudinais poderiam ser inclusos como casos decisivos, com distinção apenas do desenho em um ou mais pontos, no tempo. Nesse sentido, estudos de caso podem contribuir para a realização de inferências sobre os fenômenos estudados. Se a pergunta a ser respondida e as proposições teóricas que os subsidiam envolverem a dimensão do tempo, a coleta precisa ser planejada de acordo com os marcadores de tempo adequados e a análise envolverá, por exemplo, séries temporais (Yin, 2018).

Um estudo realizado por Ma *et al.* (2015) buscou responder a uma pergunta do tipo "como" sobre processos de surgimento e desenvolvimento de capacidades dinâmicas em *startups* chinesas do ramo de comunicação cujos ambientes são de elevada concorrência e aceleradas mudanças e impelidos a constantes reconfigurações. Para isso, os pesquisadores delinearam um "estudo longitudinal de casos múltiplos", estratégia capaz de detectar mudanças sensíveis nas ações no nível microeconômico ao longo do tempo. A coleta de dados durou de 2004 a 2011, desde a fundação das *startups* até o momento em que passaram a se sustentar (cada uma em um intervalo de tempo próprio). Foram utilizadas diferentes estratégias de coleta e fontes de dados, como a observação direta no momento de surgimento das empresas e 88 entrevistas e análises de documentos.

O próximo tópico tratará dos requisitos necessários para garantir a confiabilidade, a validade de construto, a validade interna e a validade externa, consideradas as quatro provas fundamentais do estudo de caso, segundo Yin (2018).

Recomendações de práticas de investigação

A possibilidade de generalização dos dados, aqui entendida como a inferência sobre um fenômeno em uma amostra desconhecida

a partir de uma amostra conhecida, deve sempre ser baseada em boas práticas de investigação que assegurem validade aos procedimentos, resultados e interpretações. A validade de uma pesquisa pode ser verificada tanto a partir dos seus elementos internos quanto dos aspectos externos. A validade interna pode ser entendida como a capacidade de os resultados, de fato, representarem uma verdade sobre a amostra utilizada. Ela é influenciada pela capacidade do pesquisador em elaborar um projeto com rigor científico, tendo um desenho metodológico adequado, critérios pertinentes na escolha dos participantes, bons instrumentos de coleta e métodos corretos de análise de dados. Por sua vez, a validade externa corresponde ao potencial de generalização do estudo e está diretamente associada a representatividade da amostra e depende, portanto, da validade interna do estudo, criando uma interdependência entre os dois tipos (Baptista & Morais, 2007; Patino & Ferreira, 2018).

Confiabilidade

O quesito confiabilidade presume que a replicação das etapas de um estudo resulta na assunção de resultados semelhantes. Essa etapa é de fundamental importância e pode comprometer todas as conclusões futuras da pesquisa. Imagine um maratonista de corrida que treina sistematicamente para ter a melhor performance possível, mas no dia da prova recebe um tênis apertado ou impróprio para correr: o que se pode esperar que aconteça? Provavelmente ele terá um baixo desempenho, ainda que tenha treinado com garra para a prova! Na pesquisa, havendo uma excelente questão a ser respondida, bons critérios para seleção do(s) participante(s), mas utilizar um protocolo ruim de coleta de dados, todo o trabalho poderá ser desperdiçado. Para além de ajudar a chegar em conclusões pertinentes ou válidas, um bom protocolo de pesquisa serve para orientar todas as etapas a serem executadas sem que haja surpresas durante a coleta dos dados e seja necessária uma improvisação.

Em estudos de caso, a construção e o uso de um protocolo é a principal via para aumentar a confiabilidade do estudo. Além de

conter o(s) instrumento(s), o protocolo abrange as regras gerais e procedimentos de uso desse(s) instrumento(s). Um protocolo deve conter as informações centrais do projeto, os procedimentos de campo (regras de acesso, fontes de informação etc.), as questões de pesquisa e o roteiro do relatório do estudo de caso. Quando o estudo for de casos múltiplos deve ser aplicado caso por caso (Yin, 2018).

A construção do protocolo de um estudo de caso parte do levantamento da literatura, criação da questão de pesquisa e dos objetivos a serem alcançados, definição das etapas a serem seguidas e dos aspectos éticos cabíveis. Na etapa de definição das técnicas de coleta de dados, será necessário ponderar qual (ou quais) das múltiplas possibilidades serão mais adequadas para responder à pergunta de pesquisa. As informações desejadas podem ser obtidas por meio de entrevistas (abertas, semiestruturadas ou estruturadas), aplicação de questionários, escalas ou inventários padronizados, consulta a arquivos, análise de documentos, observação, conversas informais, dinâmicas de grupo, entre outraos métodos possíveis (Freitas & Jabbour, 2011). É desejável que sejam empregadas duas ou mais fontes de informações, aumentando a quantidade de elementos para análise e possibilitando a ampliação das perspectivas sobre o fenômeno.

Cabe destacar que, antes da ida ao campo, é importante a realização de um estudo-piloto com uma amostra similar para verificar a adequação do protocolo, tendo como foco analisar aspectos como a compreensão das questões pela população-alvo, sequência lógica e desencadeamento das respostas a partir das perguntas da entrevista ou aspectos que estão chamando mais atenção em uma observação. Essa etapa é útil para calibrar o protocolo e treinar as pessoas que conduzirão a coleta de dados, diminuindo os possíveis erros durante a obtenção das informações. Curiosamente, em estudos quantitativos, a etapa de estudo-piloto é também caracterizada como um estudo de caso único ou múltiplos, uma vez que conta com a participação de um número muito reduzido de pessoas e tem um viés mais qualitativo sobre o protocolo.

Uma vez definido o protocolo, a forma de documentar os dados coletados, elaborar um banco de dados é outro requisito que favorece

a confiabilidade. Um banco de dados de estudos de caso pode reunir quatro componentes: notas, documentos, tabelas e narrativas. As notas ou registros escritos dos pesquisadores advindos de entrevistas, observações ou análise de documentos devem ser identificadas por sistemas de classificação alinhados às questões de pesquisa, além de guardadas de modo que fiquem acessíveis aos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Para os documentos, é útil organizar uma bibliografia comentada, também no intuito de serem recuperados facilmente. As tabelas e planilhas organizam dados quantitativos. As narrativas referem-se à orientação de que pesquisadores respondam às questões abertas do protocolo do estudo após o contato com as várias fontes de dados. Esse é um primeiro passo para a análise dos dados como esboço inicial do relatório de pesquisa (Yin, 2018).

Validade de construto

A validade de construto relaciona-se à identificação de medidas operacionais para os construtos estudados e ao alcance desses construtos por meio dessas medidas. Em estudos de caso, ela pode ser alcançada através do uso de múltiplas fontes, de convergência, do estabelecimento e de uma cadeia de evidência, além da revisão do relatório de pesquisa por parte de informantes chave. O encadeamento de evidências, em sentido semelhante ao das investigações no campo jurídico, é um caminho para melhorar a confiabilidade do estudo. O relatório do caso deve ser apresentado ao leitor de tal maneira que a origem das evidências e o fluxo entre elas, as conclusões e as questões de pesquisa sejam facilmente identificadas (Yin, 2018). Além disso, esse relatório de pesquisa precisa ser revisado, não apenas por pares, mas também pelos participantes e/ou informantes-chave do estudo. Os benefícios dessa revisão podem desdobrar-se em contribuições adicionais que, por vezes, acabam sendo incorporadas aos resultados da pesquisa, incrementos na interpretação diante de novas perspectivas, melhor integração das diferentes fontes de evidência e discordâncias que sinalizam a necessidade de buscar evidências adicionais (Mills *et al.*, 2010).

Cajuela *et al.* (2020) analisaram relações entre *startups* e sua capacidade de absorção de conhecimento utilizando *surveys*, entrevistas semiestruturadas com gestores, observação direta não participante e análise de documentos internos das organizações. O estudo de Margherita *et al.* (2021) acessou distintas fontes de dados para compreender como associar bem-estar no trabalho e benefícios financeiros da adesão a tecnologias 4.0: entrevistas semiestruturadas com gestores e trabalhadores, relatórios sobre sustentabilidade e indicadores de produtividade disponibilizados pela empresa. Os resultados do estudo foram apresentados a um dos trabalhadores que demonstrou concordância com as interpretações realizadas.

Validade interna

A busca pela validade interna não se aplica a estudos de caso descritivos ou exploratórios, sendo pertinente quando o estudo é explicativo, pois consiste no estabelecimento de relações empíricas em que determinadas condições levam a outras condições. O pesquisador precisa estar atento às conclusões equivocadas sobre a existência de uma relação causal ao ignorar a influência de outros fatores, o que seria uma ameaça à validade interna. A necessidade de fazer inferências sobre eventos não observáveis diretamente também pode comprometer a validade interna do estudo. A fase de análise de dados é o momento de amenizar essa ameaça e podem ser adotadas estratégias como a lógica de adequação ao padrão, a elaboração de explicações, a geração de explicações rivais e a recorrerência a modelos lógicos (Yin, 2018).

A lógica de adequação ao padrão busca estabelecer uma coincidência entre um padrão de variáveis dependentes não equivalentes embasada empiricamente com outros padrões que contêm previsões alternativas. No uso de explicações concorrentes, se uma explicação baseada em um padrão de variáveis independentes for válida, as demais não podem ser consideradas. Quanto menor o número de variáveis envolvidas, mais evidentes devem ser as diferenças encontradas. Em geral, essas comparações não são precisas e não seguem a lógica

da variância estatística, principalmente quando remetem a um único ponto de dados. Resultados mais precisos exigem referências de indicadores pré-estabelecidos no momento do desenho do estudo, justificados, é claro, em uma consistente revisão de literatura (Yin, 2018).

A construção de explicações é um tipo de adequação ao padrão e, diante da complexidade de presumir um conjunto de elos causais para explicar um fenômeno, as melhores explicações são as que expressam proposições teóricas relevantes. Operacionalmente, a elaboração de explicações causais envolve um processo iterativo de elaborar uma declaração teórica, examinar as evidências do estudo de caso diante dessa declaração, revisar as proposições teóricas e reexaminar as evidências, a partir dessa proposição revisada. O uso de protocolos, o cuidado com o banco de dados e o encadeamento de evidências protegem o pesquisador de se desviar do tópico original de interesse. A estratégia dos modelos lógicos segue o princípio da adequação a padrões, por meio de fluxos graficamente construídos de sequências de eventos representados em padrões. Esses padrões refletem causa e efeito, e uma variável dependente em um estágio anterior se torna independente (causa) no estágio seguinte (Yin, 2018).

No caso de estudos com dados predominantemente qualitativos, essa etapa costuma ser uma das mais difíceis e é um dos aspectos mais criticados nos estudos qualitativos, já que muitos pesquisadores deixam de lado o rigor ao criar suas unidades de análise. Há distintas perspectivas teóricas e técnicas para tratar dados qualitativos e, independentemente da escolha dos pesquisadores, serão necessárias abertura e flexibilidade para compreender o que as falas ou observações estão sinalizando, sem que sejam feitas "adivinhações" ou que haja interpretações parciais e tendenciosas (Campos, 2007).

Importante sinalizar que procedimentos de análise com uso de juízes e cálculo de concordância entre avaliadores têm sido, frequentemente, negligenciados. Esses procedimentos contribuem para aumentar tanto a validade como a replicabilidade e confiabilidade das interpretações, decorrentes das narrativas ou documentos. Nesse procedimento de análise de dados, duas ou mais pessoas analisam de forma independente os dados e se busca verificar qual é a similaridade

de compreensão entre elas. De tal modo, quanto maior a concordância entre diferentes pessoas, maior a confiabilidade das unidades de análise criadas e quanto maior a discordância, mais imprecisas ou sem sentido são as categorias (Sampaio & Lycarião, 2018). Há muitas possibilidades sobre como conduzir o processo de concordância entre avaliadores, sendo que protocolos testados podem ser encontrados em Neuendorf (2002) ou em Sampaio e Lycarião (2021).

Outro meio de aumentar a confiabilidade das interpretações, e que tem ganhado mais destaque nos últimos anos, é o uso de *softwares* de análises lexicais. O uso de programas computacionais pode facilitar o processo de codificação e ajudar na minimização de interferências subjetivas ou tendenciosas na organização das categorias. Além da codificação, outras funcionalidades estão presentes nesses programas como agrupamentos por busca de palavras, quantificação de terminologias ou expressões e a possibilidade de obter indicadores estatísticos, figuras, tabelas ou gráficos (Sousa *et al.*, 2020). Assim, ao considerar que as técnicas de coleta de dados (como entrevistas ou análises documentais) podem gerar informações dispersas ou complexas, o apoio de um *software* pode facilitar o processo de codificação, reduzir o tempo investido nesta etapa e gerar análises mais profundas. Uma descrição sobre os diversos *softwares* gratuitos e suas funcionalidades para tratamento de dados textuais qualitativos pode ser encontrada em Schlosser (2019).

Após a etapa de codificação e elaboração das unidades de análise, chega-se ao momento central: interpretar os dados. Para além das unidades que foram criadas no processo de codificação, é o momento de reunir e discutir os dados com outras informações que foram coletadas a partir de outras fontes (Freitas & Jabbour, 2011). O processo de interpretação deve ser realizado à luz da teoria que norteou a criação das perguntas de pesquisa e tem por proposta analisar o fenômeno em sua extensão, ampliar as perspectivas de compreensão, propor mudanças, subsidiar propostas de ação e identificar lacunas no campo de conhecimento. A análise dos resultados produzidos — sejam eles qualitativos ou quantitativos — sempre demarcarão perspectivas científicas e políticas, de maneira que é essencial explicitá-las nas

discussões dos dados, com o intuito de manutenção de uma postura ética na condução da pesquisa. Além disso, é essencial que as interpretações sejam fiéis aos limites dos dados, ainda que estes contrariem as expectativas dos pesquisadores, analisando se é pertinente ou não generalizar os achados para outros públicos e contextos.

A construção de hipóteses rivais refere-se à identificação de explicações distintas, sobre um mesmo fenômeno, que elegem variáveis, condições ou aspectos em diferentes direções. Diante dessas possíveis explicações distintas, ao conceber seu projeto de pesquisa, o pesquisador acaba por eleger determinadas explicações em relação a outras. Por exemplo, trabalhadores com melhores salários e benefícios podem ter taxas de mortalidade menores por ter maior acesso a serviços de atenção à saúde física e mental. Uma hipótese rival ou alternativa a esta pode estar associada a taxas mais elevadas de mortalidade é que pessoas com rendimento menor residem e trabalham em condições insalubres (Sullivan, 2009).

Validade externa

A validade externa define o domínio para o qual os achados de um estudo podem ser generalizados. Isso remete à questão da generalização analítica que só pode ser alcançada quando o estudo responde a perguntas do tipo "como" e "porque" e tem proposições teóricas bem delineadas que são o eixo inicial para a validade externa. Essas proposições são avaliadas e aprimoradas empiricamente ao ser realizado o estudo de caso. A generalização analítica acontece ao corroborar, alterar, refutar ou permitir avanços nessas proposições presumidas no desenho ou mesmo gerar novas proposições teóricas para serem consideradas em estudos futuros (Yin, 2018).

Tentar aplicar o princípio da generalização estatística como estratégia para generalizar conclusões do estudo de caso consiste em um erro crasso. Casos não são unidades amostrais comparadas a respondentes de um questionário ou entrevistados. Estudos de casos são um caminho para lançar luz empírica sobre princípios teóricos. Nesse sentido, o que é aprendido com estudos de caso

podem extrapolar o cenário em que foram realizados. Junto a isso, lições aprendidas com estudos de caso são insumos para novas hipóteses de trabalho, formas alternativas de interpretar resultados de estudos existentes ou formulações de novas pesquisas em situações do mundo real (Yin, 2018).

Quando o objetivo do estudo for registrar tendências sociais, é provável que outros métodos, no lugar do estudo de caso, sejam mais pertinentes. A replicação lógica insere-se nos contextos de casos múltiplos, cuja escolha não se dá pela lógica da amostragem, mas com o objetivo de prever resultados similares ou produzir resultados contrastantes. Para isso, a estrutura teórica precisa ser suficientemente robusta para apontar em que condições há expectativa de ocorrência de um fenômeno e em que condições não se pode esperar essa ocorrência (Yin, 2018).

Margherita *et al.* (2021) utilizaram o *software Caqdas* como apoio à codificação dos dados das entrevistas e de documentos secundários reunidos em uma base única. No artigo, os autores informaram as etapas de codificação e como a equipe de pesquisa trabalhou nas análises. A codificação e categorização foi realizada por um pesquisador, sendo que o resultado da codificação era debatido com um segundo pesquisador. Após três rodadas de discussão, os pesquisadores consideraram ter atingido um duplo critério de saturação: a estrutura da codificação construída abrangia todas as fontes de dados e o grupo de pesquisa entrou em acordo sobre o resultado apresentado. Além de detalhar as etapas de análise, os autores solicitaram a um trabalhador da organização a leitura do relatório de pesquisa e esse informante validou os achados do estudo.

Considerar o potencial de generalização como indicador de validade externa, assim como a lógica da replicação por meio de casos múltiplos, integra um argumento de tendência positivista. Para abordagens de cunho interpretativista, a legitimidade quanto à validade encontra-se no grau de densidade, profundidade e reflexividade expressos em todas as etapas da pesquisa (Yanow *et al.*, 2008).

A tabela 1 resume as estratégias para obtenção da confiabilidade e das validades em estudos de caso.

Tabela 1. Estratégias para testes de validade e confiabilidade em desenhos de estudos de caso.

Teste	Estratégia para estudos de caso	Fase da pesquisa
Confiabilidade	Uso de protocolos de estudos de caso. Desenvolvimento de uma base de dados de estudo de caso.	Coleta de dados
Validade de construto	Uso de múltiplas fontes de evidência. Estabelecimento de uma cadeia de evidências. Informantes-chave revisam ou validam o esboço dos resultados do estudo.	Coleta de dados Coleta de dados Redação de resultados e conclusões
Validade interna	Uso da lógica de adequação ao padrão. Construção explicações. Estabelecimento de explicações rivais. Uso de modelos lógicos.	Análise de dados
Validade externa	Uso de proposições teóricas em estudos de caso único. Uso de replicação lógica em estudos de caso múltiplos.	Desenho de pesquisa

Fonte: Yin, 2018 (tradução livre). Nota: elaborada pelos autores

Uma vez mapeadas as estratégias para atender a requisitos importantes na qualidade da pesquisa de estudo de caso, os problemas identificados serão abordados no próximo tópico.

Problemas comuns encontrados em estudos de caso

No intuito de contribuir com pesquisadores na disseminação de suas pesquisas em estudos de caso e qualificar seus artigos para submissão em periódicos científicos, essa seção aborda orientações sobre principais problemas encontrados em estudos de caso publicados e submetidos em periódicos científicos.

Ao analisar como, porque e onde autores de estudos de caso fazem referência ao livro clássico de Yin (2018), "*Case Study Research: design and methods*", Massaro *et al.* (2019) ressaltam que as recomendações do autor quanto ao rigor teórico e metodológico e à transparência quanto às etapas da pesquisa não têm sido seguidas. Conforme

os autores, as citações a Yin (2018), em várias publicações, acabam tendo função retórica e superficial, ocorrendo devido à sua popularidade e legitimidade, mas sem se desdobrar em seguir as recomendações do autor quanto às características, procedimentos e etapas fundamentais na realização de um estudo de caso. Quando pesquisadores declaram adotar procedimentos, mas o fazem de maneira indevida, ou parcial, e não são transparentes quanto ao que adotaram ou evitaram, acabam atentando contra esse método. No lugar de apenas citar Yin, é preciso que os pesquisadores expliquem se, e como adotaram as recomendações do autor na sua pesquisa (Massaro *et al.*, 2019).

Ainda sobre problemas nos relatos de pesquisa de estudo de caso, o *Consulting Psychology Journal: Practice and Research* (Lowman & Kilburg, 2011) publicou um editorial com diretrizes para publicações em estudos de caso. Nessas diretrizes, foram identificados os principais problemas nas submissões de artigos em estudo de caso enviados ao periódico: a falta de descrição detalhada e objetiva de fatos sobre o caso, a desconsideração de teorias ou resultados empíricos alternativos que expliquem melhor o fenômeno constituído ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o não exercício do distanciamento necessário e a assunção de posicionamento valorativo diante dos atores do caso, estabelecendo heróis e vilões, falta de integração consistente entre teoria, pesquisas empíricas e dados do caso e a exaltação de determinado método, ferramenta ou consultoria.

Em uma chamada especial, o *Journal Group Dynamics* (2018) elaborou orientações para relatos de estudos de caso baseados em evidências para receber artigos em uma chamada especial. Dentre as diretrizes, há o destaque sobre justificar a realização de um estudo de caso com grupos como, por exemplo, em razão de uma avaliação ou intervenção ser recente, não haver estudos com descrição desses novos processos ou se esses foram aplicados a novos contextos e apresentar indicadores (tamanho de efeito, amostra necessária) para realização de estudos ou experimentos futuros mais amplos. Além disso, o periódico ressalta a necessidade de incluir membros do grupo e avaliadores independentes no relato de pesquisa, a realização de medidas padronizadas referentes aos objetivos do grupo, organização ou equipe, por

meio de metodologia de significância clínica e prática como o destaque das principais intervenções, processos e mecanismos de mudança analisados e a disponibilização das transcrições não identificadas de entrevistas, o que garantiria o sigilo.

Considerações finais

Pensar em uma agenda futura da utilização do método em POT se associa, inevitavelmente, a superar os problemas que vêm sendo identificados quando os pesquisadores escolhem usar estudos de caso em suas pesquisas. Um primeiro incremento nos métodos dos estudos de caso que vem sendo publicados na área, que é uma demanda identificada em muitos outros delineamentos, é o esforço em conduzir mais estudos longitudinais. A premissa de um estudo detalhado e em profundidade que busca, na maioria das vezes, compreender processos em curso, requer uma imersão ao longo do tempo.

Outra importante consideração é o uso retórico do termo "estudo de caso" na seção de método dos artigos que precisa ser evitado, uma vez que são usadas referências de autores clássicos definindo, caracterizando e justificando o uso do método, mas as orientações dadas por esses autores sobre etapas essenciais a serem conduzidas no estudo não são encontradas nas demais seções do estudo. Assim, quando da referência a autores seminais como Yin, por exemplo, é necessário explicitar em que e de que maneira suas recomendações foram concretamente consideradas na realização da pesquisa que está sendo relatada. Tem-se, como exemplo, a adoção de práticas como uso de protocolos e sua disponibilização em anexos das publicações, uso de sistemas de classificação construídos com base em modelos teóricos norteadores do estudo e análise do relatório de pesquisa por pares e, principalmente, por informantes chave do estudo.

É necessário, por fim, retomar a escolha de estudos de caso para fins teóricos. Uma das importantes finalidades do uso de estudos de caso se refere ao desenvolvimento de teorias. Essa relevância, salvaguardadas as diferenças nos objetivos, é destacada pelas mais diferentes perspectivas epistemológicas, das positivistas às interpretativistas. No

caso de o pesquisador adotar vertentes positivistas, o estudo de caso deve ser explorado tanto em seu potencial de testar modelos teóricos como de contribuir para o processo de generalização analítica. No caso da adoção de vertentes construtivistas e interpretativistas, os pesquisadores devem fortalecer a adoção de pressupostos teóricos como norteadores centrais da compreensão do fenômeno de interesse.

Em síntese, o delineamento de estudo de caso pode contribuir para descrição, explicação e avaliação de fenômenos e contextos, apresentando alto grau de complexidade e rigor ainda que seja realizado com um único participante ou fonte de informação. Os passos citados ao longo deste texto podem ser sintetizados em: (a) definição do problema e abordagem de trabalho, (b) definição do objetivo do estudo de caso (exploratório, descritivo ou avaliativo), (c) delimitação do tipo de estudo de caso a ser feito, (d) estruturação do protocolo de pesquisa, (e) definição dos instrumentos de coleta de dados, e (f) análise e interpretação dos dados, com base no cruzamento de informações e na teoria de base (Freitas & Jabbour, 2011).

O uso do método de estudo de caso para os fins a que se propõe, com destaque a compreensão de processos (como) e de porquês, aliado a coletas e procedimentos de análise, condizentes com essas propostas, é muito profícuo. Independentemente da vertente epistemológica adotada, o estudo de caso tem grande potencial de contribuição para a compreensão de fenômenos na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT).

Referências

American Psychological Association/ Presidential Task Force on Evidence-Based Practice (2006, May-Jun). Evidence-based practice in Psychology. *American Psychologist*, 61, 271–285. DOI: doi: 10.1037/0003-066X.61.4.271.

Annamalai, T. R. (2010). Congruence Analysis. Mills, A. J., Durepos, G., & Wiebe, E. (Eds.). (2010). *Encyclopedia of case study research.* Sage Publications.

Baptista, M. N., & Morais, P. R. (2007). Delineamento experimental. IN M. N. Baptista & D. C. Campos (Org.). *Metodologias de Pesquisa em Ciências – Análises quantitativa e qualitativa.* Rio de Janeiro: LTC.

Breakwell, G. M., & Rose, D. (2010). Teoria, método e delineamento de pesquisa. IN G. M. Breakwell *et al.* (Org.). *Métodos de pesquisa em Psicologia* (p. 22-41). Porto Alegre: Artmed.

Campos, D. C. (2007). A análise de conteúdo na pesquisa qualitativa. IN M. N. Baptista & D. C. Campos (Org.). *Metodologias de Pesquisa em Ciências – Análises quantitativa e qualitativa.* Rio de Janeiro: LTC.

Capitão, C. G., & Villemor-Amaral, A. E. (2007). A pesquisa com estudo de caso. IN M. N. Baptista & D. C. Campos (Org.). *Metodologias de Pesquisa em Ciências – Análises quantitativa e qualitativa*. Rio de Janeiro: LTC.

Cajuela, A. R., & Galina, S. V. R. (2020). Processos em relacionamentos inter-rorganizacionais para desenvolvimento de capacidade de absorção em start-tups. *Revista de Administração Contemporânea,* 24, 550-566. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020180329.

D'Allones, C. R. (2004). O estudo de caso: da ilustração à convicção. In A. Giami & M. Plaza (Org.). *Os procedimentos clínicos nas ciências humanas: documentos, métodos, problemas.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research* Thousand Oaks. Cal.: Sage.

Eisenhardt, K. M., & Graebner, M. E. (2007). Theory building from cases: Opportunities and challenges. *Academy of management journal*, 50(1), 25-32.

Favero, B. B. (2018). Concepções de ciência e método científico entre profissionais e estudantes de psicologia. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Freitas, W. R., & Jabbour, C. J. (2011). Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. Revista Estudo & Debate, 18(2), 7-22.

Fiss, P. C. (2009). Case studies and the configurational analysis of organizational phenomena. In Ragin, C. C., & Byrne, D. (Eds.). *The SAGE Handbook of Case-Based Method*, 424-440.

Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-209.

Hinings, C. B., & Greenwood, R. (2015). Missing in action: The further contribution of Philip Selznick to contemporary institutional theory. In *Institutions and ideals: Philip Selznick's legacy for organizational studies,* 44, pp. 121-148. DOI: https://doi.org/10.1108/S0733-558X20150000044006.

Journal Group Dinamics. (2018). Call for papers: Evidence-based case study. https://www.apa.org/pubs/journals/gdn/call-for-papers-evidence-based-case-study.

Ketonen-Oksi, S. (2020). Developing organizational futures orientation: A single case study exploring and conceptualizing the transformation process in practice. IEEE Transactions on Engineering Management.

Kompier, M. A., Cooper, C. L., & Geurts, S. A. (2000). A multiple case study approach to work stress prevention in Europe. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 9(3), 371-400.

Lilienfeld, S. O., Lynn, S. J., & Lohr, J. M. (2015). Science and Pseudoscience in Clinical Psychology: Initial Thoughts, Reflections, and Considerations. Science and Pseudoscience in Clinical Psychology, 1–16. Guilford Publications.

Lowman, R. L., & Kilburg, R. R. (2011). Guidelines for case study submissions to Consulting Psychology Journal: Practice and Research.

Ma, X., Zhou, Z., & Fan, X. (2015). The process of dynamic capability emergence in technology start-ups–an exploratory longitudinal study in China. Technology Analysis & Strategic Management, 27(6), 675-692.

Maffezzolli, E. C. F., & Boehs, C. G. E. (2008). Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista da FAE*, *11*(1).

Margherita, E. G., & Braccini, A. M. (2021). Managing industry 4.0 automation for fair ethical business development: A single case study. Technological Forecasting and Social Change, 172, 121048.

Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, 2(2), 9-18.

Massaro, M., Dumay, J., & Bagnoli, C. (2019). Transparency and the rhetorical use of citations to Robert Yin in case study research. Meditari Accountancy Research, 27(1), 44-71.

Melnik, T., Souza, W. F., Carvalho, M. R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 79-92.

Mills, A. J., Durepos, G., & Wiebe, E. (Eds.). (2010). *Encyclopedia of case study research*. Sage Publications.

Mintzberg, H., & McHugh, A. (1985). Strategy formation in an adhocracy. *Administrative science quarterly*, 160-197.

Muldoon, J. (2012). The Hawthorne legacy: A reassessment of the impact of the

Hawthorne studies on management scholarship, 1930-1958. *Journal of Management History*, *18*(1), 105-119.

Neuendorf, K. (2002). *The Content Analysis Guidebook*. Sage Publications.

Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2018). Validade interna e externa: você pode aplicar resultados de pesquisa para seus pacientes? *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 44, 183-183. DOI: 10.1590/S1806-37562018000000164.

Piekkari, R., Welch, C., & Paavilainen, E. (2010). Pluralism and case study research. In AJ, Mills, G., Durepos, E. Wiebe, (Eds.), *Encyclopedia of case study research*, 685-686.

Ragin, C. C. (1992). Introduction: Cases of "what is a case? In H. S., Becker, & C. C. Ragin (Eds.). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Sage.

Sampaio, R., & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: ENAP.

Sampaio, R., & Lycarião, D. (2018). Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 31-47. doi: 10.1590/1678-987318266602.

Schlosser, D. F., Frasson, A. C., & Cantorani, J. R. H. (2019). Softwares livres para análise de dados qualitativos. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, 12(1), 539-550.

Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & de Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-19.

Stake, R. E. (2016). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.

Stake, R. (2000). The case study method in social inquiry. In N. K. Denzin & Y. L. S. The *American tradition in qualitative research*. Sage Publications.

Sullivan, L. E. (Ed.) (2009). *The SAGE Glossary of the Social and Behavioral Sciences*. SAGE Publications.

Takahashi, A. R. W., & Araujo, L. (2020). Case study research: opening up research opportunities. *RAUSP Management Journal*, 55, 100-111.

Vaughan, D. (1996). *The Challenger launch decision: Risky technology, culture, and deviance at NASA*. University of Chicago press.

Yanow, D., Schwartz-Shea, P., & Freitas, M. J. (2008). Case study in political science. In *Encyclopedia in Case Study Research*, 108-113. Sage.

Weick, K. E. (1997). The Challenger Launch Decision: Risky Technology, Culture, and Deviance at NASA. *Administrative Science Quarterly*, 42(2), 395.

Vanwynsberghe, R., & Khan, S. (2007). Redefining Case Study. *International Journal of Qualitative Methods*, 6, 80-94. DOI: https://doi.org/10.1177/160940690700600208.

Yin, R. (1984). *Case study research*. Sage.

Yin, R. (2018). *Case study: research and applications*. Sage.

Capítulo 6

Pesquisa-ação

Silvia Miranda Amorim
Ariane Agnes Corradi

As formas de organização do trabalho contemporâneo refletem grandes mudanças nos padrões estabelecidos pelas primeiras fases da industrialização. O momento atual é permeado pela inserção de novas tecnologias, sobretudo digitais, modos de produção mais enxutos, e priorização de modos de trabalho terceirizados em detrimento de direitos trabalhistas. Esse contexto, em que os níveis de desemprego são cada vez maiores, influencia fortemente as formas de trabalho e a identidade do trabalhador, sendo observados cada vez mais valores relacionados à competitividade e ao individualismo, na medida em que há o enfraquecimento da coletividade (Anhel *et al.*, 2011; Fontes, 2017).

Essa tendência pode ser observada em diversos contextos e campos de trabalho, mas é maximizada no contexto organizacional, onde a competição por postos de trabalho e a concorrência entre mercados gera enorme pressão sobre os trabalhadores, impactando a saúde, a autonomia e a relação com o trabalho dos indivíduos

(Coutinho *et al.*, 2018). Por esse motivo, são cada vez mais necessárias ações conjuntas de reflexão e mudança, que gerem oportunidades coletivas que possibilitem o reconhecimento dos trabalhadores entre si e fortaleçam suas ações, sentidos e significados do trabalho (Anhel *et al.*, 2011).

Para além das necessidades relacionadas ao contexto do trabalho e dos discursos e práticas correntes que o individualizam, o saber grupal é fundamental para a rotina e resultados do trabalho. Paradoxalmente à individualização do trabalhador, a capacidade de relação grupal dos trabalhadores é uma das competências mais buscadas pelas organizações atuais, especialmente porque os modos de trabalho, e suas consequentes recompensas e relações de hierarquia, são coletivos. Sendo assim, criar uma relação comunitária, com capacidade de decisão para a implementação de ações e intervenções, que respeite e favoreça a saúde do trabalhador, é uma das grandes necessidades das organizações contemporâneas para enfrentar esse paradoxo e melhorar a sua produtividade (Anhel, *et al.*, 2011).

Como possibilidade de resposta a essas necessidades, a Pesquisa-ação (PA) é um método de pesquisa com intervenção, baseado na discussão de problemas e nas decisões tomadas em grupo, e que, portanto, pressupõe a participação ativa dos trabalhadores envolvidos nos processos em questão (Adelman, 1993). Seu principal objeto de investigação é a realidade percebida, que será interpretada, explicada e será alvo de intervenção. Ao ser articulada à pesquisa, os pesquisadores e atores sociais envolvidos são complementares, sendo todos responsáveis por todas as etapas do processo, desde a sua concepção até os resultados e as intervenções (Lima, 2005; Zhang *et al.*, 2015).

A fim de cumprir os objetivos de compreensão da realidade percebida, são desenvolvidos ciclos repetitivos de diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação, sendo que a cada ciclo são abordados novos assuntos que o grupo aprendeu e julgou necessário, ou os mesmos assuntos por outro ponto de vista, sendo igualmente do grupo a decisão pela exaustão da estratégia e realização do plano (Adelman, 1993; Caetano *et al.*, 2016). Rentería (2004) destaca que, na base de toda PA, está a ação social, como um tipo de ação de indivíduos ou grupos

que geram mudanças visando o bem-estar comum, salientando que esse objetivo pode ser alcançado por diversos meios ao se considerar os objetivos, o foco da intervenção e o engajamento dos participantes em diversos níveis.

O histórico da PA no âmbito das organizações remete aos estudos desenvolvidos por Lewin, nos anos 1940, envolvendo comunicação organizacional, liderança e relações intergrupais nas organizações (Anhel, *et al.*, 2011). Apesar de pouco críticas às relações de trabalho e a participações organizacionais antidemocráticas, as ideias de Lewin já visavam contribuir com grupos minoritários na busca por independência e igualdade, por meio da cooperação e comunicação (Adelman, 1993). Na década de 1960, autores como Schein defenderam uma abordagem clínica da intervenção em psicologia organizacional, com foco em problemas advindos de contextos concretos e na orientação para a resolução de problemas específicos. Essa abordagem não deveria descuidar de sua base teórica, de modo que a explicação de casos particulares poderia informar a generalização de soluções para problemas similares. No mesmo período, também há registros da PA aplicada à solução de problemas no âmbito do comportamento organizacional, nos estudos do Instituto Tavistock de Relações Humanas (Gondim & Rentería, 2019). Desde então, nota-se uma valorização do método por sua associação à inovação no contexto organizacional, ainda que haja uma grande carência de estudos e discussões metodológicas sobre a sua utilização.

Assim como em outros projetos científicos, a PA parte da identificação de um problema. No entanto, esse processo de identificação difere de outras abordagens, uma vez que depende de um relacionamento de confiança e troca entre pesquisadores e atores organizacionais, de tal modo que necessidades científicas e organizacionais possam estar contempladas na definição do problema e dos passos a seguir na condução da PA (Zhang, *et al.*, 2015).

Portanto, os pesquisadores não definem o problema de pesquisa *a priori*. O foco da PA encontra-se na exploração dos fenômenos, buscando testar empiricamente as alternativas de soluções de problemas, nem sempre bem conhecidos ou estruturados, da maneira

como são apresentados no início do processo de pesquisa. Quando se identifica a necessidade de buscar relações causais, a PA ainda abre a possibilidade de aplicação de uma ampla gama de métodos de pesquisa, inclusive permitindo o uso de métodos indutivos (analisa casos específicos na busca por uma teoria geral) e dedutivos (parte de teorias para refletir sobre casos específicos) como coadjuvantes para investigar relações causais (Gondim & Rentería, 2019).

Com essa abordagem, a PA apresenta-se como uma possibilidade de aproximação entre a academia, as organizações e a sociedade. A tendência acadêmica de realizar estudos distantes do contexto de ocorrência do fenômeno é conhecida, e uma consequência disso é a produção de conhecimento por vezes descontextualizado ou sem aplicação prática (Caetano *et al.*, 2016). Por se tratar de uma realidade especialmente verdadeira no contexto da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), a centralidade da intervenção para o desenvolvimento da PA traz para a pesquisa organizacional o papel imprescindível da comunicação entre pesquisa e prática. Apesar disso, a PA é um método de pesquisa ainda pouco utilizado no campo (Gondim & Pereira, 2015), talvez por não se enquadrar no paradigma predominante (Burrell & Morgan, 1979; Corradi, *et al.*, 2016), uma vez que rejeita a noção de imparcialidade e não interferência subjacente a técnicas de pesquisa mais tradicionais (Menelau *et al.*, 2015).

Além disso, é colocada a reflexão sobre a impossibilidade da neutralidade, da objetividade e do desinteresse na produção acadêmica, dado que o pesquisador sai da posição de espectador e passa a agir como um ator dentro de um sistema social (Gondim & Rentería, 2019). Essa discussão ressalta que, apesar das notáveis contribuições e desenvolvimento das áreas científicas, os processos de pesquisa por vezes não são democráticos ou representativos da realidade percebida por seus participantes. Por esse motivo, métodos como a PA se destacam, ao priorizar dimensões participativas e transformadoras, possibilitando a análise de situações específicas e contribuindo para mudanças sociais e organizacionais (Lima, 2005).

Com o intuito de discutir a aplicabilidade da pesquisa-ação em POT, este capítulo terá início apresentando a concepção de ciência

envolvida e as bases epistemológicas da PA. Em seguida, são discutidas as vantagens e desvantagens da utilização do método em POT, com destaque para o desenvolvimento democrático e participativo do método e sua capacidade inovadora. O capítulo também ressalta as características e competências necessárias ao pesquisador e os possíveis entraves organizacionais para a adoção da PA.

Para tornar a discussão aplicada, serão apresentados exemplos de estudos que utilizaram a PA, com base na tipologia de Cau e Kemmis (1986) e Kemmis (2009), que distinguem a PA em três tipos: técnica, prática e crítica. Com base nas três categorias, são apresentados trabalhos em diferentes áreas da POT, além de uma revisão da área de administração e gestão (Menelau *et al.*, 2015). Ao final, como agenda de pesquisa, discute-se a atenção aos critérios de validade e confiabilidade e a necessidade de maior rigor metodológico e cumprimento dos pressupostos do método, como uma poderosa alternativa para responder às necessidades organizacionais e dos trabalhadores, além de ressaltar a emergência de áreas de interesse para o método, impulsionadas pelo contexto pandêmico.

Concepção subjacente de ciência

Para compreender o papel e a relevância dessa abordagem pragmática de pesquisa aplicada à POT, é preciso, primeiro, relacioná-la aos seus fundamentos paradigmáticos. Paradigma é "o sistema de crenças básico ou a visão de mundo que guia o pesquisador, não apenas nas escolhas de método, mas de modo ontologicamente e epistemologicamente fundamental" (Guba & Lincoln, 1994, p. 105). Isso significa que escolher um método implica adotar uma visão de mundo sobre o que o fenômeno estudado é (sua natureza, ontologia) e como se pode estudá-lo (formas de conhecê-lo, epistemologia). A PA é uma abordagem de pesquisa apoiada em uma ontologia de estruturas sociais mediadas por valores, cuja epistemologia requer trocas profundas e transformadoras entre pesquisador e pesquisados para compreender o problema e traçar rotas de ação que melhorem as condições de vida em determinados contextos sociais. Portanto,

ela refuta o uso de paradigmas das ciências naturais nas ciências humanas e sociais.

Guba e Lincoln (1994) traçam os caminhos da crítica ao uso pouco refletido de paradigmas das ciências naturais nas ciências sociais e destacam a falta de contextualização, a desconsideração de significados e propósitos inerentes aos comportamentos humanos, a imposição de modelos globais (etic) em detrimento de modelos locais (emic) e a inaplicabilidade de dados gerais a casos específicos, entre as dimensões que explicam essa crítica.

Paradigmas que privilegiam métodos idiográficos[1] da produção de conhecimento, nos quais se encontra a PA, pertencem ao paradigma interpretativo, que se constitui de uma visão de mundo em que fatos e teorias são interdependentes, de tal modo que os fatos somente podem ser definidos dentro de uma determinada abordagem teórica. Fatos não existem independentemente das teorias que os explicam, de tal modo que a objetividade dos fatos depende de como eles são definidos, investigados e interpretados. Essa perspectiva paradigmática implica que o mesmo conjunto de fatos pode fundamentar diferentes teorias (princípio da indução, ou seja, múltiplas observações individuais levam a conclusões gerais provisórias). Desse modo, abre-se espaço para questionar, ampliar, rever e mesmo descartar teorias existentes. Os fatos, além disso, carregam consigo o peso dos valores de quem produz o conhecimento (Guba & Lincoln, 1994). A produção de conhecimento, portanto, é fruto de uma conjunção de valores humanos e construções teóricas constantemente sujeitas a críticas.

Outro princípio central do paradigma interpretativo trata da natureza interativa entre pesquisador e pesquisado. Dado que nas ciências sociais os resultados de pesquisa são produzidos a partir da

[1] Método idiográfico: "segundo o filósofo e historiador alemão Wilhelm Windelband (1848-1915), método das ciências humanas que consiste em considerar a particularidade de cada um dos fatores pesquisados, sem apresentar explicações ou leis gerais." (Dicionário Michaelis *online*, disponível em (https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/m%C3%A9todo/). O método idiográfico se distingue do nomotético, que busca leis gerais para explicar os fenômenos naturais ou humanos (Burrell & Morgan, 1979).

interação entre o pesquisador e as pessoas sobre as quais ele pretende produzir conhecimento, torna-se mais plausível explicar o processo de pesquisa a partir dessa interação, em vez de assumir uma posição objetiva e neutra que, em tese, permitiria observar os fatos como eles "realmente" são (Guba & Lincoln, 1994). A partir desse princípio, portanto, a natureza das interações entre pesquisador e pesquisado está no cerne da produção de conhecimento nas ciências sociais, incluindo, nesse campo, a POT.

Considerando-se a classificação de paradigmas de Guba e Lincoln (1994), a PA pode ser entendida como uma metodologia pertencente à categoria das teorias críticas. Esse amplo conjunto de teorias inclui as investigações participativas, cujo posicionamento ontológico é o realismo histórico, ou seja, a realidade virtual ou percebida é moldada por valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos e de gênero, cristalizados ao longo do tempo a ponto de se tornarem crenças básicas, percebidas como estruturas reais e imutáveis por seus detentores. Isso implica uma posição epistemológica de caráter transacional e subjetivista, na qual os resultados da pesquisa são mediados pelos valores dos seus participantes, sejam eles pesquisadores, gestores, trabalhadores ou outros atores envolvidos na pesquisa. Aquilo que se pode conhecer torna-se, portanto, dependente da interação entre um pesquisador específico e um fenômeno ou grupo específico, de modo que a distinção entre ontologia e epistemologia se torna opaca — a realidade não existe fora das relações que levam ao seu conhecimento. Em consequência, uma abordagem metodológica de diálogo dialético torna-se necessária para transformar crenças rígidas equivocadas em consciência informada, a partir da qual os participantes vejam como essas estruturas podem ser mudadas e quais ações são necessárias para que essas mudanças ocorram. Isso requer o uso de métodos de pesquisa que promovam o diálogo e o debate para a construção coletiva do conhecimento e para a transformação da realidade pesquisada.

Bases epistemológicas do método e sua identificação na prática de pesquisa

Explicar as bases epistemológicas de um método remete à pergunta: Qual é a relação entre o conhecedor ou aquele que virá a conhecer e aquilo que pode ser conhecido? (Guba & Lincoln, 1994). Sob a perspectiva subjetivista, o que pode ser conhecido depende integralmente das relações entre o pesquisador e as pessoas cujos saberes e comportamentos o pesquisador busca aprender. Essa postura epistemológica é crucial para justificar e legitimar as escolhas metodológicas que dela derivam. Quais métodos o pesquisador, ao adotar uma postura relacional e interdependente com as pessoas sobre as quais quer aprender, pode utilizar para produzir conhecimento que faça sentido para todos os envolvidos no processo de pesquisa? Uma das grandes abordagens que permite responder a essa pergunta é a PA.

Gondim e Rentería (2019) definem a PA ancorada em uma visão pragmática de ciência, na qual o conhecimento somente pode existir se estiver fortemente apoiado na ação. A partir do pragmatismo metodológico de Pierce (1878, citado em Gondim & Rentería, 2019, p. 46), esses autores afirmam que "toda ação depende de um corpo que a executa (corporeidade) e da interação entre atores (transacionalidade)". A ação torna-se meio e fim para se atingir um fim almejado coletivamente. Ela não detém qualquer estatuto de verdade, ou seja, nenhuma ação pode ser considerada verdadeira ou falsa.

Em uma PA, portanto, as ações de pesquisa são também ações de intervenção sobre as relações e as estruturas que se pretende conhecer e mudar. Diferente das ciências naturais, a PA tende a ter o seu foco na exploração dos fenômenos, mais do que na sua explicação. Em consequência, a produção de conhecimento por meio de PA permite descobrir novas possibilidades de interpretar um fenômeno ou uma ação; ela está aberta para um vir a ser, para uma possibilidade (em vez de um teste) de resultado. Essa lógica abdutiva, que implica uma lógica científica da descoberta e não somente da justificação, "atende mais aos interesses de uma ciência prática que busca solucionar um problema concreto e desenvolver uma teoria geral da prática" (Gondim &

Rentería, 2019, p. 41). Por isso, na PA, a produção de conhecimento é a base para a melhoria das condições de vida, em seus diversos âmbitos.

As técnicas de pesquisa utilizadas na PA são as mesmas já consagradas em outras abordagens de pesquisa. A diferença está no propósito de uso dessas técnicas, que, no caso da PA, são utilizadas para informar e descrever ações realizadas com o objetivo de melhorar essas práticas (Tripp, 2005). Tais técnicas podem incluir, por exemplo, entrevistas, observações, diálogos e mesmo questionários, desde que a postura epistêmica sobre sua elaboração, aplicação, análise e posterior utilização estejam dentro do paradigma interpretativo. Uma forma de demonstrar como as bases epistêmicas da PA se traduzem na prática da pesquisa, é apresentado, abaixo, um exemplo de uma área de aplicação, no caso, a psicodinâmica do trabalho.

Na psicodinâmica do trabalho, pesquisa e intervenção são dimensões indissociáveis. Em abordagens como essa, a pesquisa é interativa, sendo que os trabalhadores analisam suas vivências e os pesquisadores podem propor hipóteses e a validação ocorre imediatamente, por meio da interpretação dos fatos (Dejours, 1994). Mendes e Araújo (2012) descrevem alguns princípios dessa abordagem, apoiada na psicanálise, e propõem alguns passos com base no método da psicodinâmica do trabalho e em outros autores, de maneira a assegurar a cooperação e a coletividade do processo, pontuando cinco dispositivos, apresentados na tabela 1.

Um dos fatores que determinam a aplicação das bases epistemológicas à prática da PA é a estruturação das fases da pesquisa dentro do paradigma interpretativo. Aproveitando o exemplo da psicodinâmica do trabalho, Mendes & Araujo (2012) propõem as seguintes condições interdependentes, dinâmicas, não cronológicas e evolutivas para a condução da pesquisa:

- organização;
- construção e análise da demanda;
- instituição de regras de conduta do coletivo de pesquisa e do coletivo de clínicos;
- constituição do espaço de fala e escuta;
- estruturação do memorial, ao final de cada sessão;

Tabela 1. Passos e dispositivos da psicodinâmica do trabalho

1	Análise da demanda com base em relações de confiança e trocas mais horizontais entre pesquisadores e pesquisados.	Busca compreender a natureza e o objetivo da intervenção, além de firmar um contrato que especifique a questão, os prazos, os meios disponíveis e os critérios de avaliação. Cabe ressaltar que se trata de uma demanda social, expressa por diferentes atores, que pode ser formulada implícita ou explicitamente. A partir da demanda, será definido o problema.
2	Elaboração e perlaboração, apoiadas na identificação de percepções arraigadas e enrijecidas de fenômenos do trabalho e de relações no contexto de trabalho, com vistas à sua transformação.	Processos de reintegração da história do trabalho por parte do sujeito à medida que ele fala, que geram a reconstrução de significado. Considerando as defesas, as inibições ou negações como materiais de pesquisa, o pesquisador atua na mobilização dos discursos, no cuidado para que a palavra circule, e na resistência à manifestação.
3	Construção de laços afetivos e circulação de afeto, passo fortemente apoiado na transformação de relações prévias a partir da reconstrução de relacionamentos.	Ocorre quando os participantes admitem o que se passa com eles, cabendo ao pesquisador/clínico acolher, nomear o afeto, gerar reconhecimento. Passa confiança e compreensão dos processos através do outro, gerando identidade para os participantes.
4	Interpretação, que reflete a gênese das bases epistemológicas interpretativas, na qual a subjetividade e a coletividade são reconstruídas em ciclos contínuos de ação, transformação e *feedback*.	Acesso ao sofrimento e à descoberta das defesas, entre outros olhares para as possíveis estratégias de defesa. Deve ser voltada para o coletivo, de maneira a preservar o indivíduo e a contribuir para o surgimento de novos temas, pois a interpretação correta mantém a discussão ao desmontar os sistemas defensivos.
5	Formação do pesquisador/clínico para construir relacionamentos de pesquisa mais participativos e democráticos.	Deve englobar aspectos técnicos, éticos e afetivos, garantindo que a condução resulte na própria transformação, e também a transformação dos participantes em sujeitos de ação, ao serem reveladas as dimensões às quais são submetidos. Envolve uma condição subjetiva e política.

Fonte: Mendes & Araujo, 2012. Nota: elaborada pelas autoras.

- restituição e deliberação;
- diário de campo e registro de dados;
- supervisão;
- apresentação dos relatos;
- avaliação.

Esses passos e as condições de pesquisa utilizados pela psicodinâmica do trabalho vão ao encontro de outras postulações sobre a PA. Holmström *et al.* (2009, in Gondim & Rentería, 2019) propuseram quatro fases de desenvolvimento do método com base na ciência do desenho e com foco na elaboração e implementação de uma solução. São elas:

i) incubação da solução, para delinear o problema e as potenciais soluções;
ii) refinamento da solução, que consiste na testagem empírica e repetitiva do que foi colocado inicialmente;
iii) construção teórica, realizada após o encontro da solução;
iv) teoria formal, baseada na aplicação diversificada.

De acordo com a revisão reflexiva de Shani e Coghlan (2019) algumas das questões cruciais a serem consideradas na utilização e no relato de uma PA são comuns a todos os processos de pesquisa científicos, tais como considerar se no contexto os dados são coletados de maneira sistemática e rigorosa, para justificar a fundamentação da pesquisa. Por outro lado, a utilização e o relato de uma PA incluem questões específicas dessa abordagem, tais como o desenvolvimento de uma questão explícita envolvendo a construção da PA, com um relato de facilitadores, os obstáculos e as dificuldades, bem como a avaliação da qualidade dos relacionamentos, que atenda ao padrão de esforço colaborativo defendido pela PA. O uso e relato de uma PA implica demonstrar o envolvimento rigoroso e colaborativo na concepção do projeto e execução de ciclos de planejamento, ação e reflexão, com caminhos e resultados transparentes, a apresentação de resultados voltados para a sustentabilidade humana, social, econômica e ecológica, bem como a aprendizagem organizacional com um conhecimento que seja palpável a todos.

Dadas a complexidade e a diversidade da PA, autores como Carr e Kemmis (1986), buscaram organizar a literatura sobre essa abordagem em uma tipologia formada a partir das seguintes dimensões: os tipos de problemas abordados, as configurações em que eles ocorrem e as pessoas envolvidas (Kemmis, 2009). Cabe ressaltar a existência de outros modelos, como o de Adelman (1993), que destaca a pesquisa

diagnóstica (utilizada para produzir um plano de ação), a pesquisa-ação participante (com efetivo envolvimento de todos os participantes desde o início do processo), a pesquisa-ação empírica (registro de experiências do trabalho) e a pesquisa-ação experimental (como um estudo de eficácia de técnicas).

Os tipos de Pesquisa-ação

O modelo de Carr e Kemmis (1986, in Kemmis, 2009), destaca três tipos de PA: a técnica, a prática e a crítica. Essa tipologia apoia-se na premissa de que todos temos padrões de dizer, fazer e nos relacionar que estão sujeitos a alterações por meio de nossas ações. Trata-se de práticas que mudam práticas, ou seja, metapráticas que incluem dizeres, fazeres e relacionamentos, num processo recorrente de experienciar a própria experiência de maneira consciente e refletida. Mudanças nas práticas (fazeres) implicam mudanças em como esse fazer é pensado, falado e justificado. Mudanças nos dizeres e fazeres implicam mudanças em como as pessoas se relacionam e nos arranjos de recursos utilizados para a prática. Tornar essas mudanças sustentáveis requer padrões coerentes de fazer, dizer e se relacionar, o que não se dá sem contradições. A PA é uma forma eficaz de trazer essas contradições e possíveis conflitos à tona como material para compreender, interpretar, refletir e planejar mudanças nas práticas.

O primeiro tipo de pesquisa-ação, a PA técnica, tem o objetivo de melhorar os resultados de uma ou mais práticas, controlando esse resultado. A PA, neste caso, é utilizada como um instrumento para aumentar a eficiência ou a eficácia de uma ação, de maneira que os pesquisadores e os práticos poderão decidir conjuntamente o que será mudado para que tal objetivo seja alcançado. Outros participantes são incluídos como terceira pessoa, numa relação unilateral (Carr & Kemmis, 1986; Kemmis, 2009).

No segundo tipo, a PA prática, o objetivo está em educar ou esclarecer os participantes em determinado assunto, para uma atuação mais assertiva. Assim como no primeiro caso, a prática é coordenada pelos pesquisadores e práticos, mas outros participantes têm mais voz e ação,

na condição de serem eles os que conviverão com as consequências do que for feito, num relacionamento mais recíproco. Tanto os meios quanto os fins do processo são desenvolvidos por todos os envolvidos. Os resultados e potenciais consequências das ações em longo prazo vão sendo observados ao longo do tempo para serem avaliados em vez de serem definidos *a priori* (Carr & Kemmis, 1986; Kemmis, 2009).

Por fim, a PA crítica, o terceiro tipo, tem interesse em emancipar grupos em situações de injustiça, danos ou sofrimento. Aqui, a comunicação e a tomada de decisão se ampliam para todos os participantes em todos os âmbitos da pesquisa, em um grande coletivo, pois o objetivo é justamente analisar ao máximo a sua realidade e práticas associadas. Nesse caso, torna-se importante a análise da comunicação, dos relacionamentos construídos e outros padrões, socialmente construídos, e que necessitam de reflexões e transformações para o alcance de mudanças sociais que sejam sustentáveis do ponto de vista discursivo, moral, social, ecológico, material, econômico e pessoal (Carr & Kemmis, 1986; Kemmis, 2009). As principais características desses tipos de PA estão compiladas na tabela 2.

Tabela 2. Tipos de Pesquisa-ação e suas características

Tipo	Objetivo	Objeto de análise da PA	Grau de participação
Técnica	Pré-definido, visando aumentar a eficiência ou a eficácia de uma ação, controlando os resultados	Meios do processo, como ações a serem implementadas	Limitado. Pesquisadores e práticos coordenam a pesquisa; outros participantes como terceira pessoa
Prática	Aberto, visando educar ou esclarecer os participantes em determinado assunto	Meios e fins do processo, como ações e seus potenciais resultados	Ampliado. Participantes sujeitos às mudanças têm mais voz e ação
Crítica	Aberto, visando emancipar grupos em situações de injustiça, danos ou sofrimento	Meios e fins do processo, além da comunicação, relações e padrões estabelecidos	Coletivo. Pesquisadores, práticos e outros participantes são ativos em todas as etapas da pesquisa

Fonte: Carr & Kemmis, 1986; Kemmis, 2009. Nota: elaborada pelas autoras.

Vantagens e limitações da Pesquisa-ação

Ancorados na concepção de ciência e nas bases epistemológicas da PA, torna-se possível avançar a discussão sobre a utilização e aplicabilidade desse método. A PA, no contexto organizacional, sobretudo quando tratados os interesses da POT, mostra-se vantajosa por possibilitar a construção coletiva e o conhecimento aprofundado das diversas facetas de realidade em um dado contexto, além de representar grande inovação tanto em sua aplicação, quanto em seus resultados.

O foco no trabalho coletivo permite a reunião e reflexão dos participantes na construção de uma rede. Dessa forma, assegura-se a construção coletiva e democrática e apresenta-se uma oportunidade de emancipação aos trabalhadores, ao tornar conhecidas suas histórias e princípios e ao envolvê-los ativamente nas decisões (Anhel *et al.*, 2011). A PA pode ser uma poderosa ferramenta de fomento ao diálogo bipartite, entre empregadores e trabalhadores, e tripartite, incluindo os governos, para a formulação de políticas de fomento ao trabalho decente e à sustentabilidade (Ilo, 2019).

Além disso, o método possui elevado grau de profundidade e confiança, ao possibilitar a aproximação entre sujeito, objeto e realidade (Lima, 2005). A PA oportuniza ao pesquisador um amplo conhecimento da realidade, já que há espaço para a apresentação profunda dos diversos discursos, ações e interpretações relacionadas aos fenômenos por parte dos envolvidos. Gondim e Rentería (2019) ressaltam a capacidade da PA de contemplar fenômenos de natureza dinâmica e processual, que podem ser difíceis de ser acessados por meio de instrumentos tradicionais de medida. Como esses instrumentos, por vezes, são incapazes de demonstrar as nuances de fenômenos processuais ao longo da vida e os impactos de intervenções, a PA pode se tornar mais explicativa e contribuir com o conhecimento científico, ao colocar teorias à prova durante o processo de intervenção.

A capacidade de conciliar método e ações políticas, sujeito e objeto de pesquisa, da PA, é rara entre os métodos de pesquisa. A qualidade da pesquisa é garantida por meio de métodos de coleta e análise de dados rigorosos, sendo utilizadas diferentes fontes de dados,

de maneira intensiva e contextualizada. Todo o processo tem como ponto central o plano de ação, baseado em premissas éticas, coletivamente formulado, que visa transformar a realidade beneficiando todos os envolvidos (Lima, 2005). Pesquisas realizadas dessa forma oferecem, portanto, uma maneira de avaliar cientificamente questões organizacionais importantes, além de possuírem um enorme valor científico ao serem capazes de aproximar e transformar a atividade humana, cumprindo rapidamente o compromisso científico de produzir conhecimento aplicável (Gondim & Rentería, 2019; Zhang *et al.*, 2015).

Por fim, cabe ressaltar a inovação que o método representa em termos metodológicos e de intervenção organizacional (Menelau, *et al.*, 2015). Em POT, é comum observar a predominância de métodos de pesquisa descritivos e estudos de caso em campo, com o uso de entrevistas e questionários como métodos de coleta de dados (Gondim & Pereira, 2015). As organizações também têm suas questões metodológicas, muitas vezes não utilizando métodos sistemáticos, e acabam por gerar decisões sem embasamento científico, orientadas por opiniões parciais e individualizadas dos gestores ou proprietários (Caetano, 2016).

Com base nesse ponto, é de se entender que a PA seja considerada particularmente útil em casos em que a organização necessita de respostas diferentes e soluções inovadoras. Ela é útil em situações com elevados níveis de incerteza, por contribuir para a aprendizagem dos participantes nesse problema e em problemas futuros, facilitando a aprendizagem organizacional (Caetano *et al.*, 2016). A característica inerentemente democrática do processo torna seus resultados mais efetivos e contínuos, representando um valioso embasamento aos processos organizacionais, com menor erro e mais legitimidade, diagnósticos confiáveis e intervenções com pouca resistência por parte dos trabalhadores, uma vez que eles são participantes intrínsecos nesses processos (Lima, 2005).

Consequentemente à complexidade e à diversidade do método, são muitas as dificuldades encontradas em sua implantação. Lima (2005) destaca a necessidade de estabelecer um relacionamento de confiança mútua entre os pesquisadores e os participantes para a

realização da pesquisa, a dependência de um pesquisador bem formado em múltiplos métodos de pesquisa para que a coleta de dados seja bem realizada, a necessidade de múltiplas fontes de dados, assim como sua organização, seleção e interpretação, e o cuidado necessário para que a interpretação dos dados não se confunda com os valores pessoais de quem os interpreta.

Esse processo pode encontrar muitos limites relacionados a culturas organizacionais altamente hierárquicas e centralizadoras, ao possível receio dos trabalhadores em participar e se expor, às interferências organizacionais de múltiplas fontes de poder, à garantia de sigilo e participação democrática, à dificuldade de encontrar soluções conjuntas e administrar o tempo, e a problemas relacionados ao uso de dados sigilosos e sua divulgação como resultados científicos. Ressaltamos ainda o quanto a implementação de uma PA pode ser demorada, devido ao trabalho envolvendo várias partes e à necessidade da construção que pode envolver muitos retrocessos anteriores aos avanços (Lima, 2005).

Acrescido a isso, cabe enfatizar que, ao implementar uma PA, os pesquisadores devem incluir pessoas representativas do que está sendo investigado, no sentido formal ou informal, a fim de conquistar o respeito dos pares e serem aceitos nos grupos. Para conduzir uma PA, o pesquisador deve superar seus preconceitos, saber lidar com conflitos, ter habilidades de comunicação e respeitar o ritmo do grupo, além de ser capaz de estabelecer um contrato psicológico de transparência, sinceridade e autenticidade (Lima, 2005).

Por fim, Gondim e Rentería (2009) acrescentam que um importante limite desse método pode ser o desafio em estabelecer relações entre as variáveis. Os autores ressaltam a complexidade das ações individuais, grupais e organizacionais, que podem ser explicadas por uma variedade de motivações, especialmente no caso de resolução de problemas como aqueles nos quais a PA geralmente está inserida. Por isso, pode ser difícil estabelecer alguma causalidade entre um produto da PA e suas consequências, e isso precisa ficar claro desde o início em relação a possíveis expectativas dos atores organizacionais. Além disso, algumas nuances dos resultados podem dizer respeito a um ambiente

específico da aplicação do método, como especificidades do contexto organizacional, dificultando a generalização e a criação de teorias gerais.

Exemplos de uso da Pesquisa-ação em POT

Para abordar alguns exemplos de uso da PA em POT, esse capítulo utiliza a tipologia de Carr e Kemmis (1986) e Kemmis (2009), anteriormente descrita, e que se assemelha às categorias teóricas e metodológicas propostas para a POT por Bendassolli *et al.* (2010). Obviamente, a diferenciação entre os tipos de PA e seus exemplos não têm a intenção de reduzi-los a arcabouços teóricos e metodológicos específicos, sobretudo porque observa-se um uso muito limitado do método na área de POT e das organizações em geral.

Em uma busca em sete jornais internacionais relacionados à POT (*Journal of Business and Psychology; Journal of Occupational Health Psychology; Scandinavian Journal of Work Psychology; European Journal of Work and Organizational Psychology; Organizational Psychology Review; Journal of Occupational and Organizational Psychology; e Work, Industrial and Organizational Psychology*), foram encontrados apenas dois trabalhos que citaram a pesquisa-ação em seu título (Mallory, 2020; Knight *et al.*, 2017).

A mesma busca foi realizada nos principais periódicos nacionais indexados na Scielo, relacionados à administração e à psicologia organizacional e do trabalho. No periódico Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, foram encontrados três artigos (Castro, 2019; Dib & Castro, 2010; Maranda *et al.*, 2014). Na Revista Organizações e Sociedade foi encontrado um artigo (Souza & Paula, 2021), na Revista Trabalho, Educação e Saúde foi encontrado um artigo (Velloso, *et al.*, 2016). Nas revistas Psicologia Organizações e Trabalho e Revista Brasileira de Orientação Profissional, não foram encontrados artigos. Em periódicos da administração, três artigos foram encontrados na Revista de Administração Mackenzie (RAM) (Fernandes, *et al.*, 2017; Gattai & Bernardes, 2013; Silva, *et al.*, 2017) e um artigo na Revista de Administração (Rausp) (São Paulo) (Menelau *et al.*, 2015). Não foram encontrados artigos na Revista Eletrônica de Administração (Read).

Resultados semelhantes foram encontrados na busca por artigos nacionais nas principais bases de dados utilizadas no país. Quando realizada a busca utilizando "Pesquisa-ação" AND "Psicologia organizacional", três artigos foram identificados na base Periódicos Capes (Abbad & Mourão, 2012; Andrade *et al.*, 2009; Fonseca, *et al.*, 2019). Quando os mesmos descritores foram pesquisados em inglês, 37 artigos foram identificados na base Periódicos Capes, o que demonstra um maior uso do método em estudos recentes sobre temas como *Burnout* (Halbesleben, *et al.*, 2007; Ramos, *et al.*, 2020), empreendedorismo (Futonge & Buckley, 2020), gestão (Coughlan & Coghlan, 2002), relacionamentos interorganizacionais colaborativos (Schruijer, 2020) e bem-estar (Harries, *et al.*, 2020), entre outros.

Como a tipologia de Carr e Kemmis (1986) e Kemmis (2009) é pouco citada entre os estudos, o enquadramento dos exemplos em cada caso foi realizado pelas autoras com base em dois critérios. O primeiro relativo à construção dos resultados esperados, definidos *a priori* ou construídos pelo grupo durante a pesquisa, e o segundo relativo ao grau de participação dos envolvidos nas diversas fases do processo da PA.

A PA técnica é particularmente útil para a busca de resultados específicos, em que podem ser destacados como exemplo o desempenho de uma equipe, melhor comunicação, saúde ou bem-estar, aprendizagem organizacional e diagnóstico organizacional, entre outros. A título de exemplo, destaca-se o estudo de Knight, *et al.* (2017), intitulado "Construindo e sustentando o engajamento no trabalho: Uma intervenção de ação participativa para aumentar o engajamento no trabalho de uma equipe de enfermagem", que desenvolveu uma PA com cuidadores de idosos de um setor de enfermagem da Inglaterra. O objetivo foi melhorar o engajamento no trabalho da equipe por meio da intervenção participativa, visando o aumento dos recursos do trabalho, baseado no modelo JD-R (*job demands and resources*, ou demandas e recursos do trabalho). A equipe de pesquisa foi composta por três pesquisadores, três enfermeiros e um assistente de pesquisa, que conduziram os encontros. Inicialmente, foi realizado um evento de lançamento, seguido de uma intervenção de 11 dias que consistiu

em cinco oficinas, sendo uma de três dias e quatro de dois dias. Foram convidados a participar da intervenção três representantes de cada ala, totalizando 16 funcionários, que discutiam sobre as mudanças e eram encarregados de transferir o conhecimento para os demais funcionários da ala. Os resultados foram medidos por meio de um questionário e, apesar de os resultados não demonstrarem efeitos sobre o engajamento no trabalho, encontraram diferenças em algumas dimensões das necessidades relacionadas ao trabalho (melhoras nos relacionamentos e nas competências) (Knight, *et al.*, 2017).

O estudo desenvolvido por Silva e Mendes (2012), intitulado "A Prática em clínica psicodinâmica do trabalho como estratégia de promoção da saúde" é outro exemplo de PA técnica. Trata-se do relato de um trabalho desenvolvido com um grupo de servidores de uma agência reguladora, como estratégia de promoção de saúde, em que os participantes se inseriram a partir do convite da equipe. Ao todo foram realizadas nove sessões, fundamentadas na abordagem da psicodinâmica do trabalho, tratando dos temas pré-estabelecidos: organização do trabalho, sentimentos do trabalhador em relação ao trabalho, formas de enfrentamento da organização do trabalho e danos físicos e psicossociais decorrentes do trabalho. Com base nos resultados, foi possível perceber as vivências de sofrimento e as estratégias de defesa, evidenciando a necessidade de mudanças na organização do trabalho, a construção de espaços públicos de discussão e ações de promoção de saúde por parte da área de gestão de pessoas.

Com relação à PA prática, trata-se de uma estratégia muito pertinente quando o cenário das ações ainda é desconhecido, como no caso da implantação de novas tecnologias e ferramentas, ou mesmo num contexto de mudança do qual a organização ou os trabalhadores estão próximos. A PA prática, portanto, pode ser aplicada a contextos de desenvolvimento organizacional, ensino, administração social, entre outros (Menelau, *et al.*, 2015).

O estudo intitulado 'Estudos de Processo Empreendedor usando Insider Action Research: Oportunidades e Desafios para Estudos Acadêmicos de Empreendedorismo', foi desenvolvido por Futonge e Buckley, em 2020. O objetivo do trabalho foi examinar as oportunidades

e desafios envolvendo a adoção do paradigma *Insider Action Research* (IAR) na educação empreendedora baseada na prática. Para tanto, os autores utilizaram a prática reflexiva, aplicada à investigação em primeira pessoa, para analisar suas próprias jornadas duais a partir de questões de pesquisa pré-definidas. Uma jornada tratou do desenvolvimento de uma start-up digital ao longo de três anos de um programa de doutorado, e a outra envolveu a orientação de uma dissertação de mestrado profissional, por um período de seis meses. Os resultados demonstraram que o IAR contribui para o desenvolvimento de competências empreendedoras para os profissionais e a comunidade envolvida. A partir das análises e reflexões, foi desenvolvido um modelo para orientar a pesquisa e o ensino em empreendedorismo, contribuindo, simultaneamente, para a construção de conhecimento acadêmico e para o desenvolvimento empreendedor.

Outro exemplo é o estudo de Reed e Vakola (2006), intitulado "Que papel uma análise de necessidades de treinamento pode desempenhar na mudança organizacional?" que se propôs a verificar o processo de desenvolvimento de uma ferramenta de análise de necessidades de treinamento e sua influência na mudança organizacional. O processo de análise de necessidades foi realizado por meio de uma PA, a partir da realização de 13 encontros com 12 integrantes de um grupo condutor, e de entrevistas com 13 gerentes. Os resultados apontaram questões significativas, ressaltadas pela inserção do processo numa dimensão estratégica, e impactaram diretamente a mudança e a aprendizagem da organização, caracterizada por forte hierarquia e burocracia.

Por fim, o perfil emancipador e questionador da PA crítica é coerente com os estudos da psicologia do trabalho e saúde do trabalhador, entre outros temas. Para ilustrar esse tipo de PA, o estudo desenvolvido por Castro (2019), intitulado "Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários" é um bom exemplo. Participaram cinco empreendimentos do Estado de São Paulo. O método consistiu na PA aliada à etnografia, sendo realizadas, além da observação, rodas de conversa e participação nas atividades cotidianas do trabalho das cooperativas, com os dados registrados em diário de campo. Os resultados

apontaram para ações que favoreciam e desfavoreciam os trabalhadores no enfrentamento cotidiano do trabalho, e concluiu que o cooperativismo pode promover a saúde dos trabalhadores, bem como fomentar alterações significativas nos grupos, em termos de aumento de comprometimento e redução de conflitos.

Além desse, há o estudo desenvolvido por Martins e Mendes (2012), intitulado "Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência", que teve como objetivo discutir os aspectos metodológicos de uma PA realizada no SUS. As trabalhadoras eram mulheres de diferentes categorias profissionais, que tinham em comum características de adoecimento relacionado ao trabalho. As pesquisadoras utilizaram registros clínicos de uma intervenção grupal (vinheta clínica) que durou três anos e sete meses. Os encontros de intervenção eram quinzenais, com duas horas de duração, e foram guiados pela escuta psicanalítica associada à psicodinâmica do trabalho, para compreender o mundo do trabalho e os processos grupais. As participantes podiam entrar no grupo após uma avaliação multiprofissional e teriam que permanecer por pelo menos três meses. Os resultados demonstraram que o espaço de fala e escuta proporcionou a construção coletiva, o reconhecimento, a cooperação, a ressignificação do sofrimento e a liberdade de agir.

Coerente com o número reduzido de publicações nacionais, foi localizada somente uma revisão da literatura brasileira (Menelau *et al.*, 2015). Esse trabalho levantou artigos científicos nacionais e internacionais e congressos da Anpad que fizeram uso da PA. Os resultados indicaram um total de 21 artigos, cuja análise apontou uma série de deficiências metodológicas e necessidades de aprimoramento. Os autores identificaram que, apesar do reconhecimento do conceito e valorização do método, muitos estudos não apresentaram suas intenções com a PA ou sequer relataram o ***p***rocesso de avaliação e reflexão do método. Ou seja, muitos estudos parecem ter utilizado o método de forma inadequada e deficiente, com negligência em relação ao rigor exigido, com coleta de dados desalinhadas dos objetivos e falta de monitoramento e avaliações em cada um dos ciclos da PA, além de apresentarem resultados exclusivamente acadêmicos e pouco práticos (Menelau *et al.*, 2015).

Sendo assim, pode-se questionar em que medida esses estudos de fato utilizaram a PA, ou se o termo foi utilizado por estar associado à pesquisa aplicada, à pesquisa participativa e à inovação nas organizações. Esse uso inadequado da PA é uma prática que acaba por enfraquecer o método, descaracterizando-o ao promover interesses de uma pequena parcela dos atores organizacionais e abdicando do seu caráter democrático e do seu potencial transformador (Menelau *et al.*, 2015). Os resultados apresentados por Menelau *et al.*, (2015) também reforçam um alerta já manifestado por Adelman, em 1993, de que a PA tem se desenvolvido com vínculo com a prática democrática, mas também se distanciado do método inicial, perdendo de vista a inclusão essencial das relações grupais e institucionais e atendo-se à reflexão individual. Nesse sentido, o potencial transformador da PA em prol de práticas sociais e coletivas que sejam discursiva, moral, social, ecológica, econômica e pessoalmente sustentáveis fica muito comprometido.

Considerações finais

As discussões até então apresentadas permitem elencar uma série de necessidades relacionadas ao uso da PA. Reconhecer e responder a essas necessidades é urgente, considerando que alguns autores chegam a pontuar que os estudos de PA no campo de gestão têm falhado em produzir conhecimento robusto (Shani & Coghlan, 2019). Sendo assim, para diminuir sua marginalização e aprimorar o debate sobre a legitimidade da PA como método de pesquisa, ainda são necessários muitos avanços.

Primeiramente, são necessárias sínteses do conhecimento, para identificar e descrever a extensão da aplicação desse método. Com base na revisão encontrada e estudos analisados, destaca-se a necessidade de maior rigor metodológico, em diversos aspectos (Menelau, *et al.*, 2015), tais como uma formação clara e rigorosa sobre a posição epistemológica e metodológica da equipe de pesquisa (Mendes & Araújo, 2012), a atenção aos critérios de validade e confiabilidade e à verificação desses critérios (Uzzell & Barnett, 2010; Shani & Coghlan, 2019). Outros estudos baseados em revisões sistemáticas da literatura

e meta-análises podem apontar tendências e necessidades do método. Estudos em áreas correlatas, como "prática reflexiva" e "reflexão na ação" (Jordan, 2010) e "aprendizagem na ação" (Vince, 2004), comumente utilizam abordagens enquadráveis na PA, embora possam adotar outras terminologias. Ainda que a amplitude que tais levantamentos bibliográficos possam demandar seja desafiadora, mapear a aplicação da PA em POT, identificar boas práticas e potenciais impactos transformativos nas organizações de trabalho parece ser o caminho para a valorização, legitimitação e adequada aplicação dessa abordagem de pesquisa.

Ademais, são necessários estudos que aprimorem o uso do método a favor dos interesses organizacionais e trabalhistas, com o cuidado para o alcance da diversidade e da representatividade de fato, em contextos variados (Menelau, *et al.*, 2015). Em geral, os projetos organizacionais têm sido desenvolvidos isoladamente e publicados por meio de estudos de casos e relatos de experiência. Apesar da relevância desses métodos, a produção científica de uma área não se sustenta em projetos isolados, sendo necessário o alinhamento a programas amplos (Gondim & Rentería, 2019). Na busca por contemplar esses aspectos, os autores sugerem a adoção da *ciência do desenho*, proveniente de áreas como arquitetura e engenharia. A *ciência do desenho* busca solucionar problemas pouco estruturados por meio da exploração de novas soluções, do detalhamento exploratório das possibilidades e da melhoria da resolução de problemas (Holmström *et al.*, 2009). Outra possibilidade, advinda do campo da inovação para a sustentabilidade, é a aplicação da PA aos estudos de inovação social (Edwards-Schachter & Wallace, 2017) e de inovação frugal. Bhatti *et al.* (2018), por exemplo, defendem uma abordagem social e participativa para compreender como inovadores frugais desenvolvem produtos e tecnologias contextualizadas, adaptáveis e acessíveis em mercados emergentes e contextos de escassez de recursos.

Acredita-se, ainda, que a PA deva ser incluída em agendas de pesquisa e formação de estudantes de graduação e pós-graduação (Soares *et al.*, 2020). A PA, como uma abordagem que permite o uso de tantos métodos de coleta e análise de dados, exige pesquisadores

altamente competentes nas epistemologias interpretativas e na condução de pesquisas amplamente multi-metodológicas. Isso tornaria possível desenvolver competências para que os profissionais e pesquisadores possam propor métodos de pesquisa e intervenção inovadores e gerar contribuições eficazes e mudanças significativas nos ambientes de trabalho (Gondim & Rentería, 2019). Nesse sentido, cabe estimular o exercício da PA para campos consolidados da psicologia das organizações, como treinamento, diversidade, qualidade de vida e bem-estar, preparação para a aposentadoria, processos criativos, entre outros, que tradicionalmente têm sido impostos pela gestão sem a existência de um projeto democrático.

Por fim, impossível não refletir sobre as mudanças duradouras no mundo do trabalho, resultantes do contexto pandêmico. Em meio a tantos desafios vivenciados pela primeira vez e com soluções desconhecidas, a PA pode representar um caminho para as múltiplas discussões e a busca por soluções eficazes, por vias democráticas e inovadoras. Áreas emergentes de interesse para a PA, alinhadas ao novo contexto de trabalho (Shani & Coghlan, 2019), são as novas tecnologias, mídias e ferramentas sociais, os novos desenhos e formas alternativas de trabalho, as formas inovadoras de liderança e o papel e impacto de comunidades colaborativas no contexto organizacional.

Referências

Abbad, G. S., & Mourão, L (2012). Avaliação de necessidades de TD&E: proposição de um novo modelo. RAM. *Revista de Administração Mackenzie, 13*(6) 107-137. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000600006

Andrade, E. R., Sousa, E. R., & Minayo, M. C. S. (2009). Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva, 14*(1). DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100034

Anhel, L. A., Verthein, M. A. R., & Pacheco, P. (2011). Intervindo na relação homem/trabalho através de trabalhos com grupos. In Verthein, M. A. R., Braga, M. P., & Verge, C. M. (Org.), *Multifaces das Práticas em Psicologia do Trabalho: Impasses e Criação* (pp. 127-144). EdUFF.

Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia, 15*(3), 281–289. https://doi.

org/10.1590/S1413-294X2010000300008.

Bhatti, Y., Basu, R. R., Barron, D., & Ventresca, M. J. (2018). *Frugal innovation: Models, means, methods*. Cambridge University Press. DOI: https://doi.org/10.1017/9781316986783

Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. Heinemann Educational Books.

Caetano, A., Mendonça, H., & Neiva, H. R., (2016). Análise e diagnóstico organizacional. In Mendonça, H., Ferreira, M. C., & Neiva, H. R., *Análise e Diagnóstico Organizacional: Teoria e Prática* (pp. 9-36). Vetor.

Carr, W., & Kemmis, S. (1986). *Becoming critical: Education, knowledge and action research*. Falmer.

Castro, M. F. (2019). Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 22*(1), 65-80. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p65-80

Corradi, A. A., Marcon, S. R. A., Loiola, E., Kanan, L. A., & Vieira, L. R. (2016). Empirical studies in WOP in Brazil: A paradigmatic analysis. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(4), 349-357. DOI: https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12638

Coughlan, P., & Coghlan, D. (2002). Action research for operations management. *International journal of operations & production management, 22*(2), p.220-240. DOI: https://doi.org/10.1108/01443570210417515

Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2018). *Psicologia social do trabalho*. Editora Vozes.

Dib, S. K., & Castro, L. R. (2010). O trabalho é projeto de vida para os jovens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 13*(1), 1-15. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v13n1/v13n1a02.pdf.

Edwards-Schachter, M., & Wallace, M. L. (2017). 'Shaken, but not stirred': Sixty years of defining social innovation. T*echnological Forecasting and Social Change, 119*, 64–79. DOI: https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.012

Fernandes, J. M., Reis, L. P., & Serio, L. C. D. (2017). Planejamento negócios tecnológicos: Um estudo sobre posicionamento mercadológico e cadeia de valor. *RAM, Revista de Administração Mackenzie, 18*(3), 70-116. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-69712017/administracao.v18n3p70-116.

Fontes, V. (2017). Capitalismo em tempos de uberização: do Emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo, 5*(8). Disponível em https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220

Fonseca, J. C.F., Araújo, J. N., Vieira, C. E. C., & Padrini, R. (2019). A cooperação e a dimensão coletiva da atividade, em um sistema de exploração de minério de ferro. *Trabalho e cooperação, 15*(1). DOI/: https://doi.org/10.4000/laboreal.1131

Futonge N. K., & Buckley A. P. (2020). Entrepreneurial Process Studies Using Insider Action Research: Opportunities & Challenges for Entrepreneurship Scholarship. *European management review, 17*(3), 803-815. DOI: https://doi.org/10.1111/emre.12422

Gattai, S., & Bernardes, M. A. (2013). Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. *RAM. Revista de Administração Mackenzie, 14*(6), 50-81. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000600004

Gondim, S. M. G., & Pereira, M. E. (2015). Métodos de pesquisa em psicologia do trabalho e das organizações. In Bendassolli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. B. (Org.), *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações* (pp. 433-444). Casa do Psicólogo.

Gondim, S. M. G., & Rentería, E. (2019). Da Pesquisa-ação à ciência do desenho (design science): a validade da pesquisa prática/intervenção e a produção do conhecimento. In M. N. Carvalho-Freitas, F. L. C. Cordeiro, & T. C. Pollo (Org.). *Instituições, Saúde e Sociedade.* (pp. 37-59). EdUEMG.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Sage.

Halbesleben, J. R. B., Osburn, H. K., & Mumford, M. D. (2007). Action Research as a Burnout Intervention: Reducing Burnout in the Federal Fire Service. *The Journal of Applied Behavioral Science, 42*(2), 244-266. DOI: https://doi.org/10.1177/0021886305285031

Harries, J., Kirby, N., & Ford. J. (2020). A follow-up evaluation of the health, wellbeing, and safety outcomes of implemented psychosocial safety interventions for disability support workers. *Australian Psychologist, 55*(5), 519-533. DOI: https://doi.org/10.1111/ap.12447

Holmström, J., Ketokivi, M., & Hameri, A. P. (2009). Bridging practice and theory: A design science approach. *Decision Sciences, 40*(1), 65-87. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1540-5915.2008.00221.x

ILO (2019). ILO centenary declaration for the future of work. *Organização Internacional do Trabalho.* Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_711674.pdf

Jordan, S. (2010). Learning to be surprised: How to foster reflective practice in a high-reliability context. *Management Learning, 41*(4), 391-413. DOI: https://doi.org/10.1177/1350507609357388

Kemmis, S. (2009). Action research as a practice based-practice. *Educational Action Research, 17*(3), 463-474. DOI: https://doi.org/10.1080/09650790903093284

Knight, C., Patterson, M., Dawson, J., & Brown, J. (2017). Building and sustaining work engagement–a participatory action intervention to increase work engagement in nursing staff. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 26*(5), 634-649. DOI: https://doi.org/10.1080/1359432X.2017.1336999

Lima, M. C. (2005). O método de pesquisa-ação nas organizações: do horizonte político a dimensão formal. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 3*(2). Disponível em https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21575

Mallory, D. B. (2020). Trumped: a case study and critical reflections on the threats of unweighted positivity and external context to appreciative inquiry-led participative action research. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 30*(3), 363-378. DOI: https://doi.org/10.1080/1359432X.2020.1747532

Martins, S. R., & Mendes, A. M. (2012). Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 12*(2), 171-183. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200004

Maranda, M., Viviers, S., & Deslauriers, J. (2014). "Escola em sofrimento": pesquisa-ação sobre situações de trabalho de risco para a saúde mental em meio escolar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17*(spe), 141-152. DOI: https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p141-151

Mendes, A. M., & Araújo, L. K. R. (2012). *Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação*. Juruá.

Menelau, S., Santos, P. M. F., Castro, B. G. A., & Nascimento, T. G. (2015). Realizar pesquisa sem ação ou pesquisa-ação na área de Administração? Uma questão metodológica. *RAUsp, 50*(11), 40-55. DOI: https://doi.org/10.5700/rausp1183.

Ramos, S., Costa, P., Passos, A. M., Silva, S. A., & Sacadura-Leite, E. (2020). *Frontiers in psychology, 11*, 2203-2203. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.02203.

Reed, J., & Vakola, M. (2006). What role can training needs analysis play in organizational change? *Journal of Organizational Change Management, 19*(3), 393-407. DOI: https://doi.org/10.1108/09534810610668382

Rentería, E. (2004). De las intervenciones grupales a las intervenciones sociales. Un ensayo sobre el uso del conocimiento científico en el caso de las intervenciones. *Revista de Estudios Sociales, 18*, 37-49. https://doi.org/10.7440/res18.2004.03

Schruijer, S. (2020). Developing collaborative inter-organizational relationships: an action research approach. *Team Performance Management, 26*(1/2), 17-28. DOI: https://

doi.org/10.1108/TPM-11-2019-0106

Shani, A. B., & Coghlan, D. (2019). Action Research in Business and Management: A reflective review. *Action Research, 0*(0) 1-24. DOI: https://doi.org/10.1177/1476750319852147

Silva, A. B., Santos, G. T., & Bispo, A. C. K. A. (2017). The comics as teaching strategy in learning o students in an undergraduate management program. RAM. *Revista de Administração Mackenzie, 18*(1), 40-65. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-69712017/administracao.v18n1p40-65

Silva, M. C., & Mendes, A. M. (2012). A Prática em clínica psicodinâmica do trabalho como estratégia de promoção da saúde. *Tempus–Actas de Saúde Coletiva*, *6*(2), ág-195. DOI: https://doi.org/10.18569/tempus.v6i2.1123

Soares, L. C. E. C., Corradi, A. A., & Pereira, D. D. (2020). O ensino de métodos qualitativos em psicologia: Ampliando perspectivas científicas sob o enfoque de Direitos Humanos. *Currículo Sem Fronteiras, 20*(2), 459-479. DOI: http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.06

Souza, M. M. P., & Paula, A. P. P. (2021). Transference and Subjective Implication: Psychoanalytic Reflections on an Action Research. *Organizações & Sociedade, 28*(99), 944-968. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9909EN

Uzzell, D., & Barnett, J. (2010). Pesquisa-ação. In Breakwell, G., Fife-Schaw, C., Hammond, S., & Smith, J. A., *Métodos de Pesquisa em Psicologia* (pp. 302-320). Artmed.

Velloso, M. P., Guimarães, M. B. L., Cruz, C. R. R., & Neves, T. C. C. (2016). Interdisciplinaridade na área de saúde coletiva. *Trabalho, Educação e Saúde, 14*(1). DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00097

Vince, R. (2004). Action learning and organizational learning: Power, politics and emotion in organizations. *Action Learning: Research and Practice, 1*(1), 63-78. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/1476733042000187628

Zhang, W., Levenson, A., & Crossley, C. (2015). Move Your Research From The Ivy Tower To The Board Room: A Primer On Action Research For Academics, Consultants, And Business Executives. *Human Resource Management, 54*(1), 151-174. DOI: http://dx.doi.org/10.1002/hrm.21616

Capítulo 7

Delineamentos experimentais e quase-experimentais

Sinésio Gomide Júnior

Ciência é, essencialmente, um empreendimento humano. É, portanto, algo em que entram em ação toda a bagagem física, biológica, psicológica e social do ser humano, abrindo margem a defini-la a partir de quaisquer desses atributos. Embora filósofos ou cientistas possam defini-la de forma distinta, parece haver consenso que a definição que melhor a traduz seja como um modo de conhecer a realidade, demarcado por um conjunto de regras específicas (Pasquali, 2015). Para o autor, a busca da realidade estabelecida pelo método científico, diferente das demais formas de conhecimento, baseia-se em um postulado filosófico e em uma técnica de procedimento. O postulado filosófico é a afirmação da objetividade, segundo o qual a realidade é admitida como existente exterior ao cientista e se constitui o critério último da validade da afirmação ou da evidência científica. Para verificar a veracidade ou falsidade, o cientista deve sair de si mesmo e questionar a realidade exterior, tornando qualquer proposição científica sujeita ao teste empírico, ou seja, ao teste da realidade objetiva. A

técnica de procedimento, por seu turno, é um modo típico de se assegurar da verdade e caracteriza-se pela autocorreção ou a checagem de qualquer proposição sobre a realidade, confrontando-a com essa mesma realidade. Essa checagem se faria por meio de a) controle sistemático na aquisição da verdade, b) testagem empírica das relações entre as dimensões da realidade em investigação (mesmo as óbvias) e c) sujeição dos procedimentos à inspeção pública, que possibilita a verificação do que foi feito e também a sua repetição.

De modo sucinto, ciência pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos formal e sistematicamente adquirido cujas principais características são a objetividade, a racionalidade e a transcendência e cujos objetivos centrais são a descrição, a interpretação, a explicação e a predição da realidade (Paranhos *et al.*, 2016); conhecimentos esses adquiridos através do método científico que se constitui como um conjunto de técnicas para a investigação de fenômenos e para a construção de novos conhecimentos, como também à correção e integração de conhecimentos prévios em bases mais amplas (De Benedicto *et al.*, 2012).

Assim é na ciência psicológica. A Psicologia dedica-se a investigar o humano em todas as suas possibilidades e expressões visíveis (comportamento) e invisíveis (afetos e crenças), singulares e genéricas, fazendo com que suas abordagens e enfoques, se dediquem à delimitação de seus objetos (Bock *et al*, 2008). Assim, o campo de saber da Psicologia é multifacetado, não simplesmente porque é habitado por discursos conflitantes, mas porque seus conteúdos têm uma conformação variada, respondendo a demandas sociais em várias direções (Tourinho, 2003). A Psicologia edifica-se como um campo de saber que envolve, simultaneamente: a) um esforço reflexivo sobre a natureza humana, seus problemas e suas possibilidades de realização em diferentes domínios da vida (social, material, intelectual e religioso); b) uma investigação cientificamente orientada para a descoberta de regularidades dos fenômenos psicológicos e c) uma profissão de ajuda, voltada para a solução de problemas humanos.

Como não poderia ser diferente, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), como área da Psicologia que é, incorpora essas

características, sendo também, multifacetada, multi e interdisciplinar, além de uma área aplicada.

Pontuam Gondim, Borges-Andrade e Bastos (2018) concordam que essas características da área conduzem a tensões oriundas dos diversos paradigmas que procuram impor padrões e normas de produção do conhecimento, com reflexos na escolha dos métodos de investigação, na definição de constructos e também em aspectos comunicacionais, o que torna a pesquisa em POT um desafio contínuo.

Na busca de superação dos desafios, De Luiz e Souza (2022), afirmam ser necessário que os métodos de investigação em POT devam ser apropriados para a construção de boas teorias que obedeçam aos critérios de consistência interna e coerência externa, propiciando a generalização teórica e empírica do conhecimento produzido.

Em uma discussão sobre a construção do conhecimento em POT, um texto clássico da área (Drenth, 1984) salienta as razões para se pesquisar na área. Conforme o autor, são duas as principais razões. A primeira diz respeito ao fato de que novas abordagens têm surgido para fazer frente a problemas que emergiram do desenvolvimento organizacional, oriundos dos desenvolvimentos social e tecnológico. Para o autor (Drenth, 1984), a teorização em POT tem sido desafiada a responder a esse desenvolvimento, buscando a completitude de seu, sempre, incompleto conhecimento. A segunda razão, ligada à primeira, é a necessidade, característica da própria ciência, de constante renovação de seus pressupostos teóricos e metodológicos, tarefa que só novas iniciativas investigativas podem suprir.

Drenth (1984) ainda enumera as características daquilo que chama de *pensamento científico*. A primeira característica é o planejamento sistemático, sem vieses, da investigação que possa buscar o suporte ou rejeição de hipóteses ou teorias que o subsidiam. A segunda característica é a coleta não enviesada de dados que, empíricos, são coletados sistemática e formalmente. A terceira característica remete à objetividade que permite a outros pesquisadores a reprodução dos procedimentos relatados em investigação anterior. A formulação de hipótese bem como a interpretação e análise dos resultados devem ser baseados em fatos, o que minimiza os enviesamentos patrocinados por

expectativas ideológicas ou valorativas dos pesquisadores. Esse postulado remete à quarta característica do pensamento científico, o caráter comunicativo e cumulativo do conhecimento científico.

Para Hunt (2018), a pesquisa em POT pode ser caracterizada conforme quatro categorias: pesquisa explicativa, focada em criar e testar teorias que expliquem relações entre os atributos do indivíduo, características do trabalho e variáveis organizacionais; pesquisa metodológica, focada na criação de métodos e medidas que deem suporte à coleta e análise de dados relevantes a tópicos estudados em POT; pesquisa descritiva, que relaciona e descreve tendências emergentes no mundo do trabalho, se concentrando na descrição de fenômenos e, por último, a pesquisa aplicada, focada em entender como aplicar efetivamente conhecimento psicológico e métodos para abordar questões relevantes para o mundo do trabalho.

Spector, já em 2001, afirmava que a natureza do campo da POT produz desafios significativos para a condução da pesquisa. Primeiro, como um campo preocupado com o estudo do comportamento humano que compartilha com outras áreas da Psicologia as questões éticas e práticas que fornecem barreiras aos tipos de pesquisa que se pode realizar em seres humanos. Em segundo lugar, como um campo aplicado relacionado ao local de trabalho, os problemas de acessibilidade limitam ainda mais os métodos de pesquisa que podem ser usados. Combinados, ambos os aspectos da POT tornam a pesquisa extremamente desafiadora, o que exige o intenso foco que esse campo coloca em questões de planejamento e de metodologia.

Pasquali (2015) define o planejamento anterior à atuação do cientista como *delineamento de pesquisa*. O delineamento diz respeito ao planejamento da pesquisa em sentido amplo, abrangendo um conjunto de aplicações teóricas, metodológias, objetivos, testes empíricos, controles, análises das relações entre as variáveis envolvidas e a descrição e explicação dos fenômenos estudados. O autor (Pasquali, 2015) identifica quatro delineamentos, ou enfoques, possíveis em investigações científicas: o enfoque observacional, que pode ser naturalístico (sem a intervenção do pesquisador) ou estruturado, quando há seleção do que se quer observar; o enfoque correlacional, quando

o objetivo da investigação é o levantamento de uma série de variáveis e a busca de relações ou dependências entre elas; o enfoque experimental, quando há o controle das variáveis envolvidas na investigação e, por fim, o enfoque quase-experimental, quando nem todas as variáveis envolvidas podem ser controladas.

Este capítulo se ocupará dos dois últimos enfoques, descrevendo suas definições, os desafios de suas utilizações e os pontos fortes e fracos de cada um deles.

Delineamentos experimentais

A pesquisa psicológica tem dois grandes objetivos. O primeiro deles é fornecer uma descrição do comportamento humano e de seus processos psicológicos subjacentes, e o segundo é fornecer uma explicação para esse comportamento (Breakwell, *et al*, 2010). Conforme os autores, a tarefa de gerar evidência suficiente para tornar possível a função descritiva da pesquisa é bem realizada por diversos métodos sistemáticos de pesquisa, mas a tarefa explicativa da pesquisa, que se concentra em saber como e por que determinado comportamento ocorre, é prerrogativa do método experimental. O método experimental permite responder às questões relativas às causas do comportamento.

O delineamento experimental define-se pelo emprego controlado das variáveis envolvidas na investigação. Conforme Pasquali (2015), esse tipo de pesquisa implica que o pesquisador manipule as variáveis independentes (causas cujos efeitos se pretende verificar e que devem ser modificadas ou observadas), meça a variável dependente (efeitos que devem ser observados ou medidos) e controle as variáveis secundárias (definidas como aquelas causas que não se pretende estudar, mas cujos efeitos sobre a variável dependente devem ser controlados). Para o autor, nessas condições, o cientista tem controle sobre toda a situação de pesquisa, decidindo os tratamentos na variável independente que provocam as mudanças pretendidas como também dos sujeitos de pesquisa que serão submetidos aos tratamentos dispensados à variável independente. Em suma, Pasquali (2015) define o delineamento experimental com aquele em

que a pesquisa procura decidir se as mudanças verificadas na variável dependente são devidas às mudanças provocadas na variável independente, quando todas as outras variáveis relevantes com respeito à variável dependente tenham sido controladas. Pasquali (2015) ainda pondera que qualquer pesquisa com delineamento experimental tem que empregar, no mínimo, dois grupos (de controle e experimental) sem os quais se tornaria impossível a verificação dos efeitos dos tratamentos dispensados à variável independente. Além dessa condição, há uma outra: a necessidade de artificialização da situação de pesquisa através do controle (máximo) das variáveis secundárias.

Em texto clássico que define os delineamentos de pequisa em POT, Cook e Campbell (1979) preconizam haver três condições necessárias para que se estabeleça a relação causal entre duas variáveis.

A primeira está relacionada à antecedência temporal entre as variáveis investigadas, ou seja, deve haver a presunção de que a causa (variável independente) antecede temporalmente o efeito (variável dependente). Assim, as condições de variação observadas na variável dependente, após as manipulações ocorridas na variável independente, serão, com alto grau de certeza, originadas dessas manipulações.

A segunda condição necessária para que se estabeleça a relação causal entre as variáveis vislumbra se as manipulações ocorridas na variável independente co-variam com as mudanças observadas na variável dependente. Essa verificação é passivel de realização via técnicas estatísticas, com limites aceitáveis de erro na interpretação dos resultados.

A terceira condição apontada por Cook e Campbell (1979) é a eliminação de causas concorrentes àquela introduzida, na investigação, pelos tratamentos dados à variável independente, via controle de variáveis que poderiam, via hipótese, ter provocado as modificações observadas na variável dependente.

Em *designs* experimentais, os riscos a eles relativos são vários e muito altos. Conforme Breakwell, Hammond, Fife-Schaw e Smith (2010), alegar causalidade psicológica em experimentos precariamente planejados e conduzidos resulta em investigações inúteis ou potencialmente danosas. Esses riscos podem ser identificados partindo das

noções de confiabilidade e validade. Por confiabilidade, entende-se a estabilidade ou consistência de qualquer efeito experimental. A melhor maneira de estabelecer confiabilidade é a replicação. Se os mesmos resultados foram encontrados pelo mesmo modelo experimental em ocasiões e amostras diferentes, o experimento e seus resultados podem ser considerados confiáveis. Segundo os autores, essa confiabilidade é, normalmente, conferida por experimentos conduzidos por pesquisadores diferentes daquele que realizou, pela primeira vez, a investigação que conduziu aos resultados que estão postos a teste de replicação. Por validade, os autores entendem referir-se ao fato de um experimento explicar ou não o que, por meio dele, se pretende explicar.

Cook e Campbell (1979) e Campbell e Stanley (2015) apontam para a existência de quatro tipos de validade em delineamentos experimentais de pesquisa: validade interna, validade externa, validade estatística de conclusão e validade de constructo.

Conforme Pasquali (2015), a validade interna se refere à legimidade ou qualidade dos resultados da pesquisa, isso é, o quanto que os resultados podem ser interpretáveis (legítimos) ou que possam gerar a garantia de que as manipulações que ocorreram na variável independente realmente geraram as mudanças observadas na variável dependente. A validade interna também diz respeito ao grau de controle das variáveis secundárias.

Autores (Cook & Campbell, 1979; Campbell & Stanley, 2015; Pasquali, 2015) concordam que a validade interna é aquela que, das quatro, sofre o maior número de ameaças que podem produzir resultados espúrios na investigação. Especificamente, Pasquali (2015) lista sete principais ameaças possíveis.

A ameaça **História** refere-se ao fato de que, se a pesquisa prevê medir a variável independente em duas ocasiões diferentes, eventos históricos (como a hora do dia), ou fortuitos podem interferir nos resultados observados na variável dependente. Para evitar o efeito dos eventos, as sessões devem ocorrer simultaneamente nas duas ocasiões e em ambos os grupos envolvidos no processo (grupo controle e grupo experimental).

A ameaça **Maturação** diz respeito a eventos que ocorrem

intragrupos como idade ou cansaço. Embora possa se supor que ambos os grupos devem sofrer do mesmo tipo de maturação, a recomendação é que se controle esses eventos, garantindo que eles não interferirão nos resultados observados na variável dependente.

A **Testagem** é uma ameaça que se traduz em superexposição a estímulos em situação de pré-teste (medições anteriores à manipulação experimental). Conforme o autor, a aleatoriedade na composição dos grupos controle e experimental tem potencial para contornar essa ameaça.

Seleção, por sua vez, é uma ameaça que diz respeito a não aleatoriedade na escolha dos sujeitos que compõem os grupos controle e experimental. Para contornar essa ameaça, há de se blindar a seleção dos sujeitos, garantindo a aleatoriedade.

Nenhum delineamento de pesquisa tem a capacidade de, por si só, garantir a excelência da investigação. A descalibragem da **Instrumentação** utilizada em medições pode interferir em seus resultados. Nesse caso, a validação e precisão das medidas são fundamentais para se assegurar que a má-qualidade das medidas não provoquem, elas mesmas, resultados espúrios.

A **Mortalidade experimental** ocorre quando há perda de sujeito (ou sujeitos) em um dos grupos da investigação. Incontornável, essa ameaça pode ser ignorada se a perda não ultrapassar 5% da amostra.

O aspecto da **Artificialidade** que a pesquisa experimental introduz (controle das situações externas ao experimento) pode tornar a transposição dos resultados para situações reais, inviáveis, tornando frágil a confiabilidade do experimento e inviabilizando sua validade externa. A tabela 1 (ver página 199) sintetiza as ameaças possíveis e as suas formas de controle.

Validade externa é definida a partir da possibilidade, ou não, da aplicabilidade dos resultados de uma dada pesquisa a outras situações diferentes daquela em que a pesquisa ocorreu. Em outras palavras, a validade externa responde à questão "a que outros sujeitos, condições, tratamentos ou variáveis podem ser generalizados os resultados encontrados na pesquisa" (Pasquali, 2015, p. 50).

Tabela 1. Ameaças à validade interna de delineamentos experimentais, suas conceituações e formas de contorno.

Ameaça	Conceituação	Formas de Contorno
História	Se a medida da variável independente ocorrer em duas ocasiões diferentes, eventos históricos fortuitos podem interferir nos resultados observados na variável dependente.	Sessões devem ocorrer simultaneamente nas duas ocasiões e em ambos os grupos envolvidos no processo.
Maturação	Eventos que ocorrem intragrupos como idade ou cansaço.	Controle dos eventos, garantindo que eles não interferirão nos resultados observados na variável dependente.
Testagem	Superexposição a estímulos em situação de pré-teste.	Aleatoriedade na composição dos grupos controle e experimental.
Seleção	Não aleatoriedade na escolha dos sujeitos que compõem os grupos controle e experimental.	Seleção dos sujeitos que garanta a aleatoriedade.
Instrumentação	Descalibragem da instrumentação utilizada em medições.	Validade e precisão das medidas.
Mortalidade Experimental	Perda de sujeito (ou sujeitos) em um dos grupos da investigação.	Ameaça pode ser ignorada se a perda não ultrapassar 5% da amostra.
Artificialidade	A pesquisa experimental introduz o controle das situações externas ao experimento o que pode tornar a transposição dos resultados para situações reais inviáveis.	Incontornável, atingindo a validade externa dos resultados.

Fonte: Pasquali (2015). Nota: elaborada pelo autor

Validade externa é definida a partir da possibilidade, ou não, da aplicabilidade dos resultados de uma dada pesquisa a outras situações diferentes daquela em que a pesquisa ocorreu. Em outras palavras, a validade externa responde à questão "a que outros sujeitos, condições, tratamentos ou variáveis podem ser generalizados os resultados encontrados na pesquisa" (Pasquali, 2015, p. 50).

Para Cook e Campbell (1979), a validade externa diz respeito

à correspondência entre amostras disponíveis, a população que as amostras representam e a população para a qual a generalização dos resultados é requerida. Os autores pontuam que, tal como a validade interna, a validade externa também sofre ameaças que podem torná-la inviável. As ameças que podem invalidar a generalização dos resultados de uma pesquisa experimental podem ser resumidas em três grupos. O primeiro diz respeito ao número de testes a que os sujeitos são submetidos. Conforme os autores, quanto maior são as condições experimentais de testagem (duas ou mais manipulações da variável independente), menor são as possibilidades de generalização, já que se torna difícil saber que resultados se originam de quais intervenções. A solução para isso (Cook & Campbell, 1979) é uma manipulação única para cada investigação, o que gerará certeza de que os resultados obtidos são consequencia dessa única manipulação.

O segundo grupo de ameaças à validade externa de um delineamento experimental reúne aspectos da interação das condições de testagem/ambientação natural para a qual se busca a generalização dos resultados. Essa ameaça à validação externa é especialmente relevante para *designs* experimentais em POT, quando é muito difícil reproduzir, em laboratório, as condições existentes em cenários corporativos. Os autores recomendam que diversas investigações empreguem cenários experimentais diversos, o que propiciaria maior poder de generalização aos resultados.

O terceiro grupo de ameças à validade externa às investigações experimentais repousa na escolha equivocada da amostra de sujeitos. Aqui, a orientação dos autores é mais simples e clara: amostra randomizada (aleatória) sempre.

Retornando aos quatro tipos de validade em delineamentos experimentais, o terceiro tipo é a validade estatística de conclusão. Ela está relacionada à constatação de que os tratamentos, ou manipulações na variável independente, efetivamente, geraram os efeitos observados na variável dependente. As diversas possibilidades estatísticas para verificação dos efeitos escapam do escopo deste capítulo, mas Pasquali (2015) chama a atenção para um ponto que pode orientar a escolha das estatíticas a serem empregadas nesse intento.

Para o autor, o que está em jogo é se os níveis observados para a variável dependente são estatísticamente diferentes daqueles observados anteriormente às mudanças provocadas, experimentalmente, na variável independente. As análises se prestarão, portanto, à verificação da análise de ganhos (diferenças entre o antes e o depois da manipulação) e a análise de covariância (o quanto os níveis da variável independente e da variável dependente variam juntos) que deverão ser adequadas à natureza das medidas empregadas — se contínuas ou nominais/ordinais. A natureza das medidas nortearão a escolha dos testes estatíticos adequados.

Por fim, o quarto e último tipo, a validade de constructo refere-se à qualidade das definições operacionais das variáveis empregadas na investigação. As definições devem ser claras, comunicáveis e baseadas em teorias internamente consistentes que gerarão, por sua vez, hipóteses bem definidas e testáveis, possibilitando a generalização dos resultados obtidos (validade externa).

Os diversos *designs* de pesquisa em delineamentos experimentais encontram em diversos autores (Cook & Campbell, 1979; Campbell & Stanley, 2015; Pasquali, 2015; Rogers & Révész, 2019; Singmann & Kellen, 2019) várias conceituações e descrições. Contudo, cinco conceituações, divididos em dois grupos, parecem sumarizar as possibilidades possíveis.

O primeiro grupo, denominado Delineamentos de grupo de controle, congrega o *design* de grupo de controle com pré-teste e pós-teste, o *design* de quatro grupos de Salomon e o *design* de grupo de controle com somente pós-teste. O primeiro caracteriza-se pela seleção aleatória dos sujeitos experimentais com o pré-teste sendo a medida da variável dependente antes da manipulação da variável independente e o pós-teste sendo a medida da mesma variável após o tratamento experimental; o segundo caracteriza-se por um *design* de quatro grupos, com o objetivo de incremento da validade externa do delineamento. Nesse *design*, há dois grupos com pré-teste e dois sem pré-teste, sendo um de pré-teste com tratamento experimental e outro sem o tratamento, o mesmo ocorrendo com os grupos sem pré-teste.

Na terceira possibilidade de *design* — delineamento de grupo de controle com pós-teste apenas — a seleção dos sujeitos experimentais continua aleatória, tornando os dois grupos equivalentes e eliminando a necessidade de pré-teste (como no *design* com pré-teste e pós-teste). Assim, o tratamento só é aplicado no grupo experimental.

O segundo grupo, denominado Delineamento de grupos cruzados, congrega os *designs* fatoriais e os *designs* aninhados (Pasquali, 2015). Em *designs* fatoriais, os delineamentos experimentais possuem, pelo menos, duas variáveis independentes com dois ou mais níveis de valores, quando acontece o cruzamento de todos os níveis de uma variável com todos os níveis da outra. Nesses *designs*, há a suposição de que os níveis de variância de uma variável independente exerçam mudanças na variável dependente quando combinadas com os níveis da outra variável independente. São *designs* bastante empregados em ciências humanas e sociais, como na psicologia e, notadamente, em POT.

Por outro lado, em *designs* aninhados, nem todos os níveis das variáveis independentes se cruzam nas manipulações na determinação das mudanças na variável dependente. Os *designs* aninhados são, também, muito usados em ciências humanas, principalmente em investigações em psicologia da educação.

A principal fragilidade dos delineamentos experimentais quando empregados em investigações psicológicas reside em sua validade externa (Gribbons & Herman, 1996). Para Breakwell *et al.* (2010), resultados gerados em condições de laboratório em que o comportamento é controlado pode não gerar correspondência às condições de geração do comportamento fora do ambiente experimental. Para os autores, duas perguntas devem ser respondidas na utilização do delineamento experimental em psicologia: se há efetivo interesse em se investigar as causas do comportamento e se há a possibilidade da utilização, concomitante, com outros delineamentos de pesquisa. Para os autores, há evidências, na literatura, de que pesquisadores encontraram êxito na utilização de delineamentos combinados.

Delineamentos quase-experimentais

Delineamentos quase-experimentais encontram inúmeras definições na literatura. Conforme Pasquali (2015), essa categoria de delineamentos se enquadra na categoria de delineamentos não experimentais, ou *ex post facto,* relacionada à característica de a investigação ocorrer após a formação dos grupos envolvidos terem sido escolhidos e após a ocorrência das modificações nas variáveis independentes. Nesse delineamento, os grupos não são criados, mas escolhidos em grupos pré-existentes (correspondência em vez de randomização).

Pasquali (2015) afirma que delineamentos quase-experimentais são empregados em situações naturais, nas quais o pesquisador tem controle sobre quando e de quem colher os dados, mas não tem controle total da situação (como nos delineamentos experimentais), notadamente, sobre a aleatoriedade da amostra.

Breakwell *et al.* (2010) postulam não serem os delineamentos quase-experimentais inferiores aos delineamentos experimentais. Ainda segundo os autores, aqueles delineamentos podem se constituir como próximo passo lógico a ser dado para testar se os resultados obtidos em laboratório são realmente úteis quando confrontados com situações práticas reais. As condições de realização dos delineamentos quase-experimentais impõem limitações em sua validade interna, sendo essa, talvez, a principal ameaça a esses delineamentos.

Três condições são necessárias para a realização de investigações sob delineamentos quase-experimentais (Kenny, 1975). A primeira dessas condições é a necessidade de um grupo de tratamento e outro sem tratamento. A segunda delas é a necessidade de medidas pré-tratamento e pós-tratamento e a terceira, e última condição é a necessidade da existência de um modelo claro que projete, para além do tempo, as diferenças entre o grupo sob tratamento daquele sem tratamento, considerada, pelo autor, como o ponto nevrálgico dos delineamentos quase-experimentais por caracterizar sua validade interna.

As possibilidades de *designs* em delineamentos quase-experimentais, tal como em delineamentos experimentais, encontram em vários autores uma miríade de concepções. Para Breakwell *et al.* (2010), seriam três as possibilidades de *designs*; Cook e Campbell (1979), também falam em três possibilidades; Kenny (1975) assume que o *design* quase-experimental teria um único modelo geral; Handley *et al.* (2018) apontam quatro possibilidades, ao passo que Campbell e Stanley (2015) apontam nada menos que dez modelos possíveis. Mais contemporaneamente, Singh (2021) lista nove possibilidades de *designs*, voltados, especificamente, para a ciência psicológica. Essas nove possibilidades estão sumarizadas a seguir.

- Grupo não equivalente, apenas com pós-teste — aplicação de uma medida de resultados para dois grupos ou para dois tratamentos e uma única comparação dos resultados.
- Grupo de controle não equivalente — dois grupos submetidos a tratamento são comparados, mas a amostra de participantes não foi selecionada aleatoriamente.
- Amostras separadas para pré e pós-teste — a ideia básica é que a amostra submetida a pré-teste não seja a mesma submetida a pós-teste. Nesse *design*, há o emprego de quatro grupos que não são submetidos a tratamento ao mesmo tempo, sendo tratados dois a dois.
- Duplo pré-teste — duas medidas são executadas para as amostras em condição de pré-teste, o que fortaleceria a validade interna da investigação ao eliminar, ou reduzir, os efeitos da maturação amostral quando da medida em pós-testes.
- Replicações trocadas — ambos os grupos amostrais são submetidos ao tratamento e à testagem pós-tratamento, havendo revezamento dos tratamentos entre os grupos. Aquele que recebeu o tratamento num primeiro momento, não receberá num segundo e assim sucessivamente.
- Fatorial misto com uma variável não manipulada — grupos amostrais são submetidos a dois tratamentos diferentes em um espaço de tempo. Os resultados são medidos e comparados,

para cada um dos tratamentos, em relação a uma única variável dependente.

- Série temporal interrompida — o mesmo grupo é comparado em seus resultados ao longo de diferentes intervalos de tempo, consideradas as datas das medidas do tratamento dado a ele.
- Série temporal múltipla — similar a um *design* experimental, há dois grupos com amostras não randomizadas que funcionam como grupo controle e grupo experimental.
- Tratamentos repetidos — os tratamentos dispensados à amostra de participantes são repetidos mais de uma vez e os resultados são medidos em cada uma das vezes.

As estatísticas adequadas às análises dos resultados obtidos a partir de delineamentos quase-experimentais fogem do escopo deste capítulo, mas Pasquali (2015) recomenda que as estatísticas utilizadas partam de um linha-base de respostas, para que se verifique se os tratamentos utilizados nas investigações realmente produziram mudanças nos níveis observados na variável dependente.

Além de enumerar as possibilidades de *design* em delineamentos quase-experimental, Singh (2021) aponta vantagens e desvantagens de sua utilização. Para o autor, nas ciências sociais, nas quais a pré-seleção e a randomização de grupos são muitas vezes difíceis, o delineamento quase-experimental pode ser muito útil ao gerar, através de amostragem naturalística, resultados que apontem tendências gerais. O *design* quase- experimental é frequentemente integrado a estudos de caso individuais; os números e resultados gerados muitas vezes reforçam as descobertas em um estudo de caso e permitem que algum tipo de análise estatística ocorra. Além disso, sem necessidade de pré-triagem extensa e randomização, eles reduzem o tempo e recursos necessários à investigação. Uma vez que os desenhos quase--experimentais são usados quando a randomização é impossível e/ou impraticável, eles são normalmente mais fáceis de serem configurados do que projetos experimentais verdadeiros. A utilização de projetos quase- experimentais minimiza as ameaças à validade externa, pois os

ambientes naturais não sofrem os mesmos problemas de artificialidade em comparação com um ambiente de laboratório bem controlado. Esse delineamento de pesquisa é eficiente em pesquisas longitudinais que envolvam períodos mais longos e que podem ser acompanhados em diversificados ambientes.

Quanto às desvantagens, Singh (2021) aponta que nos delineamentos quase-experimentais, por não exigirem randomização adequada, o emprego de testes estatísticos pode não ter sentido, o que traz sérias consequências a sua validade interna. Como a randomização está ausente, algum conhecimento sobre as variáveis pode ser apenas aproximado, podendo gerar conclusões sobre a causalidade que sejam inconclusivas ou equivocadas.

Assim, conforme Singh (2021), desde que as deficiências do projeto quase- experimental sejam conhecidas, esses delineamentos podem ser uma ferramenta poderosa em situações em que experimentos "verdadeiros" não sejam possíveis. O autor conclui que delineamentos quase-experimentais são métodos muito úteis para a investigação que envolvam variáveis e ambientações sociais.

Na comparação entre os delineamentos, autores (Munck & Verkuilen, 2005; Handley *et al.*, 2018; Singh, 2021) afirmam que, na verdadeira situação experimental, o experimentador tem controle total sobre o experimento, ao passo que na situação quase-experimental, o experimentador não tem controle sobre a aleatoriedade na seleção dos sujeitos, recorrendo a categorias de indivíduos. Um quase--experimento deixa em aberto a possibilidade de que existam brechas nas condições de controle da investigação, permitindo que outras causas potenciais do comportamento permaneçam fora do escopo da pesquisa. A tabela 2 (ver página 207) sintetiza as principais diferenças entre os delineamentos.

Na escolha do delineamento apropriado na busca de resultados consistentes, notamente, em ciências humans e sociais, os objetivos da investigação devem ser claramente e objetivamente definidos para que possíveis viéses de cada um deles seja conhecidos e contornados, não comprometendo a integralidade da investigação.

Tabela 2. Principais diferenças entre delineamentos experimentais e quase-experimentais citados pela literatura.

Delineamentos	Experimentais	Quase-experimentais
Controle das variáveis envolvidas	Controle máximo	Controle parcial
Amostra	Aleatória/Randomizada	Não aleatória/Categorias amostrais
Ponto forte	Validade interna	Validade externa
Ponto fraco	Validade externa	Validade interna
Ambientação	Artificial/Laboratório	Natural
Vantagem	Causalidade nas relações entre variáveis fortemente estabelecida	Causalidade nas relações entre variáveis apenas pressuposta
Desvantagem	Generalização dos resultados pode não ser estabelecida	Generalização dos resultados fortalecida

Nota: elaborada pelo autor

Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo descrever as definições, os desafios de suas utilizações e os pontos fortes e fracos dos delineamentos experimental e quase-experimental de pesquisa.

A literatura concernente à área de delineamentos de pesquisa tem enfocado que a ciência tem por objetivo responder a questões relativas ao fenômeno natural. Afirma, ainda, que as respostas dadas devem ser legítimas e adequadas oriundas de um plano de ação que garanta a coleta sistematizada de informações. A sistematização da pesquisa objetiva salvar a validade da pesquisa, ou seja, levar em conta todo o contexto em que a investigação ocorre, controlando as variáveis que não ajudam a responder à questão posta pela investigação. Contudo, nem sempre o controle necessário é possível, como, aliás, é pertinente a quase todas as pesquisas, principlamente, aquelas em ciências humanas e sociais, psicologia inclusive.

Fazer inferências sobre as relações entre as realidades complexas

de interesse dos cientistas sociais é provavelmente mais difícil do que geralmente se acredita e as questões de projeto de pesquisa desempenham um papel fundamental na legitimação das afirmações sobre essas relações. Projetos de pesquisa são um aspecto pouco apreciado da metodologia e que merece mais atenção de metodologistas e pesquisadores praticantes. Há necessidade de que as escolhas metodológicas relativas ao *design* de pesquisa sejam explicitamente abordadas e justificadas em função da tendência de os pesquisadores trabalharem dentro de tradições de pesquisa distintas e optarem por determinados *designs* em detrimento a outros. Os pesquisadores devem avaliar, portanto, o impacto de suas escolhas em suas conclusões.

A impossibilidade do controle necessário das variáveis envolvidas em uma investigação e a complexidade das relações entre elas, típicas das ciências humanas e sociais, não invalidam a realização das pesquisas. Pelo contrário. A ciência tem como uma de suas características centrais o poder de autocorreção através do método científico que permite rever qualquer resposta dada a questões empíricas. Diante desse cenário, a adequação do delinemento de pesquisa parece ser a chave nas conduções de investigações bem sucedidas na busca de respostas à complexidade das relações inerentes ao convívio humano.

Referências

Bock, A. M. B., Furtado, O. & Teixeira, M. L. (2008). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. 14 ed. São Paulo, Saraiva.

Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C., & Smith, J. A. (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Artmed.

Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (2015). *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Ravenio Books.

Cook, T. D. & Campbell, D. T. (1979). The design and conduct of true experiments and quasi-experiments in field settings. In R. T. Mowday, & R. M. Steers (Eds.). *Research in Organizations: Issues and Controversies*. Goodyear Publishing Company.

De Benedicto, S. C., De Benedicto, G. C., Andrade, G. H. & Stieg, C. M. (2012). As Contribuições da filosofia, da Ciência e da Epistemologia Inter-Regional ao Campo

da Administração e Estudos Organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP*. 10(1), 29-54.

De Luiz, G. M. & Sousa, T. A. B. (2022). Epistemologia e Formação do Psicólogo: discussões contemporâneas. *Fractal: Revista de Psicologia*. 34. E5859. Doi: 10.22409/1984-0292.

Drenth, P. J. D. (1984). Research in work and organizational psychology: principles and methods. In P.J.D. Drenth, H. Thierry, P.J. Willems & C. J. Wolff (Eds.). *Handbook of Work and Organizational Psychology*. John Wiley & Sons Ltda.

Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E. & Bastos, A. V. B. (2018). Desenvolvimento científico e desafios da Psicologia do Trabalho e das Organizações no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (online), 18(4), 1087-1105. Doi: 10.12957/epp.2018.42224.

Gribbons, B., & Herman, J. (1996). True and Quasi-experimental Designs. *Practical Assessment, Research and Evaluation*. 5, Article 14.

Handley, M. A., Lyles, C. R., McCulloch, C., & Cattamanchi, A. (2018). Selecting and improving quasi-experimental designs in effectiveness and implementation research. *Annual review of public health*, *39*, 5-25.

Hunt, S. T. (2018). If Robust Science is Relevant Science, Then Make I-O Psychology Research More Relevant: Thoughts from a Practitioner Point of View. *University of Saskatchewan Library*, 65-80. DOI: 10.1017/iop.2017.87.

Kenny, D. A. (1975). A Quasi-Experimental Approach to Assessing Treatment Effects in the Nonequivalent Control Group Design. *Psychological Bulletin*. 82(3), 345-362.

Munck, G. L., & Verkuilen, J. (2005). Research designs. *Encyclopedia of social measurement*, *3*, 385-395.

Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C., Silva Júnior, J. A. & Freitas, D. (2016). Uma Introdução ao Métodos Mistos. *Sociologias*, 18 (42), 384-411. DOI: 10.1590/15174522-018004221.

Pasquali, L. (2015). *Delineamento de Pesquisa em Ciência: a lógica de pesquisa científica*. Vol. I São Paulo: Vetor.

Rogers, J., & Revesz, A. (2019). Experimental and quasi-experimental designs. *The Routledge handbook of research methods in applied linguistics* (pp. 133-143). Routledge.

Singh, A. (2021). Quasi-Experimental Design in Scientific Psychology. *Available at SSRN: https://ssrn. com/abstract*, *3793568*.

Singmann, H., & Kellen, D. (2019). An Introduction to Mixed Models for Experimental Psychology. In D. H. Spieler & E. Schumacher (Eds.). *New Methods in Methods in Cognitive Psychology*. Psychology Press.

Spector, P. E. (2001). Research methods in industrial and organizational psychology: Data collection and data analysis with special consideration to international issues. *Handbook of industrial, work and organizational psychology*, *1*, 10-26.

Tourinho, E. Z. (2003). A Produção do Conhecimento em Psicologia: a Análise do Comportamento. *Psicologia, Ciência e Profissão.* 23 (2), 30-41.

Capítulo 8

Modelos hierárquicos lineares: a pesquisa multinível

Elaine Rabelo Neiva
Kátia Elizabeth Puente-Palacios

O comportamento humano, nos diversos âmbitos em que se manifesta, dificilmente ocorre no vazio, pois os seres humanos estão inseridos em um cenário social (grupal ou organizacional) que impacta, em maior ou menor grau, no comportamento demonstrado. A pesquisa social e organizacional muitas vezes estuda o relacionamento entre os indivíduos e os grupos ou organizações às quais pertencem. A premissa básica geral é que indivíduos interagem com seus contextos sociais e, portanto, os sujeitos são influenciados pelos grupos ou outros contextos aos quais pertencem, e as propriedades desses ambientes sociais são, por sua vez, influenciadas pelos indivíduos que os integram. Geralmente, os indivíduos e os grupos são conceituados como sistemas hierárquicos dos níveis individual e grupal, com indivíduos e grupos definidos em níveis separados nesse sistema. Isso leva a pesquisas e análise de problemas que focam na interação entre atributos dos indivíduos e atributos ou

variáveis relativas a grupos. Esse tipo de pesquisa é geralmente conhecido como pesquisa multinível.

Em termos teóricos, Klein e Kozlowski (2000) propuseram um corpo de considerações a respeito da pesquisa multinível aplicada às organizações. Do ponto de vista estatístico, uma classe importante de métodos de análise são os modelos de regressão hierárquica ou modelos de regressão multinível. Além da pesquisa organizacional, em que os níveis são definidos pelos indivíduos e os distintos segmentos nas organizações (Bryk & Raudenbush, 1992), a análise de regressão multinível pode ser aplicada a dados longitudinais, em que os níveis são definidos pelas ocasiões de medição aninhadas nos indivíduos (Willms & Raudenbush, 1989; Snijders, 1996).

Mantendo essa lógica em mente, o objetivo deste capítulo é descrever as exigências teóricas e metodológicas que caracterizam uma pesquisa multinível, assim como destacar, em uma perspectiva prática, a especificidade das equações que as representam. Espera-se que, a partir dessas informações, o pesquisador interessado possa avaliar as contribuições que os modelos multiníveis oferecem para a compreensão de fenômenos do âmbito da psicologia, da educação e das ciências sociais, em geral, e possa adotá-los como mecanismos de investigação no seu campo de estudo. Para atingir o objetivo mencionado, o capítulo está organizado em quatro partes: na primeira são apresentadas as características teóricas dos modelos multinível e na segunda os exemplos de demandas teóricas e decisões enfrentadas na pesquisa multinível. A terceira enfoca na perspectiva estatística dos modelos multinível: princípios técnicos e matemáticos. A quarta parte discute os desafios metodológicos que a teoria e as análises estatísticas impõem ao pesquisador. O capítulo finaliza trazendo algumas ponderações e reflexões quanto ao potencial de contribuição que esse tipo de modelo pode trazer para a melhor compreensão de fenômenos cuja manifestação resulta, em parte, da presença de atributos do contexto. As contribuições deste capítulo permitem identificar as vantagens trazidas pelos modelos multiníveis para pesquisadores interessados na identificação do efeito do contexto no comportamento humano. Ainda, é pertinente alertar que, ao

considerar a presença de vários modelos ajustados aos dados empíricos, a escolha daquele mais adequado deveria resultar da cuidadosa análise realizada pelo pesquisador ancorada em conhecimento substantivo da área de estudo.

Fundamentação teórica da pesquisa multinível

O reconhecimento do efeito que o ambiente exerce sobre o comportamento dos indivíduos que nele habitam ocorre de longa data; assim, não constitui uma novidade. Por exemplo, a proposição da teoria sistêmica no contexto organizacional, de autoria de Katz e Kahn (1970) defende a interconexão entre os diferentes sistemas e subsistemas que coexistem e se influenciam mútua e constantemente. Contudo, essa compreensão adequada e plausível não foi acompanhada das considerações pertinentes, e explicações específicas relativas às características diferenciais presentes nos diversos níveis organizacionais.

Por sua vez, a lógica teórica que subjaz aos modelos que contemplam diversos níveis, ou os chamados modelos multiníveis, se debruça especificamente na sustentação das razões pelas quais atributos do contexto devem ser tratados de maneira diferente que os que caracterizam os indivíduos inseridos nesses contextos. No caso das organizações entende-se, geralmente, que o contexto se refere à organização como um todo, ao passo que os indivíduos são os trabalhadores. Os primeiros podem ser descritos em termos das suas propriedades gerais, ou globais, que permitem diferenciar um cenário de outro (diferenciar uma organização de outra) e os segundos se interessam pela descrição ou compreensão de atributos que diferenciam um sujeito de outro. Essa diferença, aparentemente pequena, demanda importantes considerações relativas ao papel e natureza de cada atributo, tendo em vista que podem afetar-se mutuamente por fazerem parte do mesmo sistema, e até se transformarem ao longo do tempo, tendo em vista a dinamicidade que os caracteriza. Mas, antes de se debruçar sobre as especificidades desses modelos, vamos falar sobre sua origem.

Abordagem multinível em sua origem

O reconhecimento do papel do contexto na explicação do comportamento individual foi reconhecido desde o século passado. Mais especificamente, visitando a evolução dos modelos que contemplam múltiplos níveis, Hox e Roberts (2011) relembram que Robinson, no ano 1950, já reconhecia a necessidade de considerar múltiplos níveis nos estudos relacionados a processos ecológicos. Entretanto, esses mesmos autores alertam que a falta de disponibilidade de ferramentas analíticas capazes de lidar empiricamente com modelos estatísticos que condensassem variáveis de diferentes níveis, fez com que a sua utilização não se estendesse a outros campos ou se traduzisse na realização de estudos empíricos que respeitassem a lógica que os sustenta.

Quanto à adoção empírica de modelos multinível, ela foi inicialmente realizada em campos como o da educação e da sociologia. Na educação, é de longa data que pesquisadores do desempenho escolar e da eficácia dos processos educacionais não apenas teorizam quanto à lógica subjacente aos modelos multinível, mas adotam as estratégias metodológicas e analíticas que permitem identificar o efeito do contexto sobre os resultados escolares e individuais. A esse respeito, Ferrão (2003) destaca que estudos dos anos de 1966, nos Estados Unidos, 1967 na Grã-Bretanha ou 1962 na França já apontavam a centralidade de atributos do cenário social em que o processo educativo ocorria, na explicação dos resultados alcançados no nível da escola e do estudante, e revelavam o enorme poder de predição de aspectos socioeconômicos. Do mesmo modo, em 1983, podiam ser vistas proposições que condensavam múltiplos níveis para explicar, por exemplo, a relação entre nível nacional de desenvolvimento econômico associado ao nível de educação dos adultos, na predição de taxas de fertilidade, como relatado por Bryk e Raudenbush (1992). Portanto, a adoção desse tipo de proposição possui uma trajetória histórica construída faz algumas décadas.

Por outro lado, na psicologia organizacional, a sua aplicação ocorreu posteriormente, mas existem evidências concretas que

mostram que a demanda já inquietava pesquisadores interessados no estudo do comportamento humano nas organizações. Assim, no encontro anual da *American Psychological Association*, em 1983, a professora Denise Rousseau apresentou uma conferência sob o título de *Mixed-level models of behavior in organizations* e, abordando conceitos e princípios dos modelos *cross-level* e da teoria multinível, trouxe à tona a teoria das hierarquias, a teoria de sistemas e a dos modelos mistos como bases que ajudam a compreender a natureza das proposições levantadas.

Ao discutir a adoção de modelos que contemplam múltiplos níveis para compreender comportamentos organizacionais, a autora destacava se tratar de uma tarefa frustrante, apesar de promissora (Rousseau, 1983), em decorrência da dificuldade de estabelecer a comparabilidade dos fenômenos do campo, quando eles se manifestam em diferentes níveis. Assim, à época, já chamava a atenção para a urgente necessidade de desenvolvimento de proposições teóricas específicas que explicassem as transformações protagonizadas pelos fenômenos psicológicos ocorridos no ambiente organizacional, quando tratados nos diferentes níveis presentes nesse contexto.

Anos mais tarde, a publicação do livro *Multilevel theory, research and methods in organizations*, de autoria de Klein e Kozlowski (2000), constituiu um relevante aporte ao campo da psicologia organizacional. Além de mostrar a lógica por trás dos modelos que comtemplam múltiplos níveis, trouxe teorizações específicas fundamentais para a explicação de tradicionais práticas organizacionais de gestão, como seleção de pessoal, treinamento, avaliação de desempenho e outras, nas quais estavam destacados os diferentes níveis envolvidos e as interconexões existentes entre eles. Assim, favorecia a adoção desses modelos por pesquisadores interessados nos temas básicos da psicologia organizacional. Outro aspecto importante dessa obra é que, na segunda parte, constam orientações técnicas relativas às estratégias analíticas que devem ser consideradas no tratamento dos dados empíricos desses modelos. Desse modo, se constitui em marco relevante para o campo e mostra alguns dos caminhos que podem ser

percorridos envolvendo temas atinentes ao comportamento humano ocorrido nos cenários das organizações.

Nos dias atuais, a adoção de modelos multinível está amplamente disseminada e pode ser encontrada nos mais diversos campos, além da psicologia, como ciências políticas, saúde, além da educação e da sociologia. Entretanto, os materiais instrucionais e livros texto disponíveis possuem certa complexidade, o que faz com que seja difícil adotá-los para dominar a técnica e a lógica, sem recorrer a instrução formal (Bickel, 2007). Assim, as contribuições trazidas por este capítulo constituem aportes importantes para aqueles interessados na sua adoção com a finalidade de explicar a manifestação de diversos comportamentos organizacionais.

Além do reconhecimento da existência de diferentes níveis no cenário organizacional, os modelos *multinível* outorgam destaque ao reconhecimento do tipo de relações estabelecidas entre as variáveis dos diferentes níveis. Dessas, as usualmente esperadas são relativas ao efeito do contexto sobre o indivíduo, ou, as chamadas relações *top-down* (efeito de cima para abaixo). Contudo, tendo em vista a profunda interconexão presente nas organizações, é pertinente esperar, também, a ocorrência de relações na direção inversa. Ou seja, aquelas que surgem da base da pirâmide organizacional e afetam o topo; são as chamadas *bottom-up* e sobre ambos os tipos de relações os tópicos a seguir se debruçam.

Processos descendentes (*top-down*) em perspectiva multinível

A base teórica subjacente aos modelos multinível preconiza o impacto de variáveis de contexto sobre atributos ou comportamentos individuais. Essa lógica é a que está por trás dos chamados modelos *top-down*. Ao seu respeito precisa ser destacado que essa pode ser considerada uma denominação genérica, mas também pode ser encontrada a definição específica ou o complemento *cross level effect* ou efeito que atravessa níveis.

A rigor, os modelos *top-down cross level effect* (DeNisi, 2000)

têm como premissa fundamental o reconhecimento da presença de, pelo menos, uma variável que caracteriza o contexto à qual é atribuído relevante poder de predição em relação a uma variável-critério localizada no nível inferior. Pode-se exemplificar pensando em um estudo que busca identificar o efeito do suporte organizacional na aprendizagem dos trabalhadores. Uma vez que o suporte é característica do contexto, o estudo empírico precisaria ser realizado englobando vários contextos, de sorte que o suporte mostre variabilidade e possa ser efetivamente considerado uma variável. Assim, o pesquisador que defende essas relações poderia fazer o seu estudo considerando vários contextos, como por exemplo, departamentos. Ainda que o suporte possa ser assumido como atributo da organização, para este exemplo assume-se que cada gerente pode ofertar mais ou menos suporte aos trabalhadores sobre o seu comando. Assim, seria pertinente esperar diferenças no grau de suporte disponibilizado em cada departamento. Na construção do modelo *cross level* (*top-down*) precisa ser definido o efeito que se espera da presença desse suporte do gerente do departamento sobre a aprendizagem do trabalhador. Uma vez que aprendizagem é, a rigor, um fenômeno individual, tem-se aqui uma variável do contexto afetando (possuindo poder de predição) uma variável do nível individual (aprendizagem). O exemplo de modelo *top-down cross level*, portanto, estaria defendendo que o quanto o trabalhador vai aprender depende, em parte, da quantidade de suporte recebido do gerente do departamento em que trabalha. Uma vez que ambos os atributos (preditor e comportamento predito) estão localizados em níveis diferentes, temos um exemplo clássico de modelo *top-down cross level effect*.

O leitor pode também se deparar com denominações como Modelos de efeitos contextuais (Roux, 2002) que descrevem influências contextuais e a rigor guardam a mesma lógica dos antes descritos como *top-down*. Usualmente neles o aspecto priorizado é o seu desenho operacional e são descritos como modelos de regressão que englobam variáveis explicativas do nível mais elevado e variáveis de resultado do nível mais baixo.

A respeito dos processos *top-down*, Klein e Koslowski (2000) ainda apontam que essas relações podem ser diretas, quando um

atributo do contexto impacta diretamente sobre o fenômeno do nível individual, como no caso do exemplo da aprendizagem. Entretanto, os autores destacam que os atributos do contexto também podem atuar alterando relações estabelecidas entre variáveis do nível individual, em cujo caso desempenham o papel de variáveis moderadoras. Adotando o mesmo exemplo da aprendizagem dos trabalhadores, pode-se pensar em um estudo que defende que um atributo pessoal, por exemplo, a autoeficácia, seria o preditor escolhido para explicar a aprendizagem do trabalhador, apontando que havendo maior autoeficácia haverá também maior aprendizagem (duas variáveis do nível individual). Contudo, seria reconhecido que essa relação não ocorre no vazio, mas em um contexto organizacional. Nesse contexto, existe a presença em maior ou menor grau de suporte recebido do departamento (variável do contexto). A defesa da participação dessa variável poderia ser que a relação entre autoeficácia e aprendizagem é alterada (nesse sentido, moderada) pelo suporte recebido. Assim, o poder de predição da autoeficácia seria maximizado em contextos de elevado suporte, e seria atenuado em cenários de baixo suporte.

A partir do conjunto de aspectos antes mencionados, os modelos *top-down* podem ser resumidamente descritos como proposições que defendem a participação conjunta de variáveis de diferentes níveis. As do nível mais elevado, ou oriundas do contexto, desempenham o papel de preditoras ou moderadoras, ao passo que as do nível mais baixo (geralmente relativas ao indivíduo) serão as variáveis critério ou de resultado.

Processos ascendentes (*bottom-up*) em perspectiva multinível

Outra possível relação estabelecida entre as variáveis de diferentes níveis constitui aquela que se direciona da base para o topo conhecidas como *bottom-up*. Essas são também denominadas processos de emersão e, nesse caso, o foco de interesse não é o efeito direto de um atributo individual sobe o contexto, mas a transformação de atributos individuais, ou do nível inferior, que se articulam e dão lugar ao surgimento de um fenômeno coletivo (Klein & Kozlowski,

2000). É essa transposição de um atributo individual em uma propriedade grupal que recebe a denominação de processo *bottom-up* ou de emersão (Kozlowski, 2015).

Mas, qual a razão de não focar diretamente no efeito do nível individual que seja capaz de impactar em um resultado do nível mais elevado, da organização, por exemplo? A resposta a esse questionamento legítimo pode ser dada relembrando que a organização está inserida em um contexto mais amplo do qual sofre influências diversas. Assim, seria, no mínimo, ingênuo esperar que uma característica individual tenha o poder de alterar um resultado global. Caso ocorresse, estar-se-ia perante uma exceção e não perante uma regra.

Voltando à lógica subjacente às relações *bottom-up* ou processos de emersão, neles é enfatizado que os indivíduos não constituem entes isolados, pois coabitam em um cenário social, ou, no caso, em um cenário organizacional em que regras, normas, imposições e demandas por certos comportamentos direcionam a sua atuação. O fato de estarem em um mesmo cenário, e compartilharem experiências, constitui o elemento fundamental que elicia o surgimento de atributos similares. Assim, é plausível defender que a vivência em comum venha a favorecer a transformação daquilo que inicialmente era uma atitude ou um saber individual, e que, com o tempo, passa a ser compartilhado por um grupo de trabalhadores, mediante processos de articulação (Puente-Palacios, Porto & Martins, 2016).

O efeito *bottom-up* dá lugar ao surgimento de um atributo coletivo (ou do contexto) que tanto pode afetar o comportamento dos indivíduos, caracterizando assim um efeito *top-down cross level*, como também pode afetar resultados do próprio contexto. A defesa da ocorrência de processos de emersão precisa estar sustentada em teorias robustas e específicas, para cada fenômeno, que justifiquem não somente a alteração do nível, como, principalmente, que expliquem as transformações sofridas ao passar de um nível para outro. Isso porque a depender do construto, alterações substanciais podem ocorrer e elas precisam ser explicitadas e justificadas. Para exemplificar, pode-se voltar ao exemplo da aprendizagem do trabalhador. Defende-se que tanto é pertinente falar de aprendizagem do indivíduo

como aprendizagem do grupo. Contudo, no segundo caso, trata-se de um uso metafórico da palavra aprendizagem já que, a rigor, esse se constitui como um processo intrapsíquico. E se o grupo não possui um cérebro, não poderia protagonizá-lo. Mas, então, pode-se falar de aprendizagem do grupo? A resposta é sim, mas nesse caso está se fazendo referência ou ao compartilhamento de saberes entre os integrantes, ou à adoção, por parte do grupo, de comportamentos que evidenciam que se trata de um grupo que pode ser descrito como "propício" para a adoção de formas novas ou diferentes de agir. Nesse caso, no sentido estrito, trata-se de grupos que demonstram adotar "comportamentos de aprendizagem". Esse tipo de explicação deve ser o objeto central de atenção da pesquisa ao se defender a ocorrência de processos *bottom-up* de emersão. Ainda, cabe apontar que a base teórica, ora ventilada, constitui apenas um exemplo. Logo, o pesquisador deve adotar aquela que serve de base para o seu estudo, por se mostrar plausível.

Ainda, há que complementar que autores da área especificam que certos fenômenos se transformam substancialmente ao mudar de nível, ao passo que outros permanecem similares (Klein & Kozlowski, 2000). Aqueles que se mantém similares são descritos como homólogos, o que significa que, tanto em um como em outro nível, mantém as suas propriedades e características essenciais. Esse é o caso do clima, que no nível individual é denominado clima psicológico e no de contexto é denominado clima organizacional, mas em ambos se trata de percepções das práticas e políticas da organização (Brown & Leigh, 1996). O surgimento de atributos caracterizados por emersão e que mantêm as propriedades do nível individual, resulta da articulação de contribuições similares dos diversos elementos do nível inferior, e se formam a partir do processo denominado composição.

Em contrapartida, os fenômenos que sofrem transformações substanciais ao mudar de nível são construídos a partir de contribuições diferentes do nível individual e se estruturam a partir de processos denominados compilação. Um exemplo desse tipo de fenômeno é o desempenho de equipes (Short *et al.*, 2006), que usualmente é o resultado de aportes diferentes, em natureza e magnitude, realizados

pelos membros. Pense em uma equipe cirúrgica; o papel do cirurgião não é similar e nem sequer equivalente ao do anestesista. Mas o êxito do procedimento está no fato das contribuições diferenciadas de cada membro serem integradas de maneira adequada. É na existência dessas diferenças no nível inferior que as adequadas organização e estruturação dão lugar ao atributo do nível de contexto, que se sustenta nos processos de emersão surgidos a partir das diferenças e que aqui são apresentados como exemplos de compilação.

Resumindo, então, os processos ascendentes *bottom-up* referem-se à emersão de fenômenos de contexto que são oriundos do nível inferior. Podem resultar de contribuições similares, em cujo caso são descritos como surgindo por composição, mas também podem derivar de contribuições diferentes e, nesse caso, eclodem via compilação.

Exigências teóricas para construção de um modelo multinível

A realização de estudos de predição que englobam variáveis de diferentes níveis ou, mais especificamente, os denominados modelos *top-down*, deve ser planejada cuidadosamente, observando os atributos desse tipo de modelo. Isso porque podem ser identificadas na literatura da área (Puente-Palacios & Laros, 2009) um conjunto de recomendações a ser consideradas desde o início do estudo, o que significa dizer, desde o seu planejamento. Por essa razão, a seguir são apresentadas brevemente algumas dessas exigências, com a finalidade de ajudar o leitor a planejar adequadamente o seu próprio estudo, no caso desse ser beneficiado com a adoção de um modelo de predição multinível.

De início é importante relembrar que os modelos de predição multinível constituem, em essência, primos em primeiro grau dos modelos de regressão linear. Também podem ser compreendidos como sendo apenas melhores opções que as regressões, sob certas circunstâncias (Bickel, 2007). Isso porque tanto uns quanto outros sustentam-se na lógica da predição de um consequente, a partir de certos antecedentes. O aspecto diferencial dos modelos multinível, como já dito, está no fato de, pelo menos um dos preditores, ser variável de contexto.

Tendo esse esclarecimento como ponto de partida, uma das primeiras recomendações para os interessados na adoção de modelos multinível é a análise da natureza daquela que será considerada a variável-critério do modelo. A esse respeito, Klein e Kozlowski (2000) alertam que o pesquisador deve iniciar o planejamento do estudo pela análise da variável endógena, em relação à qual deve avaliar em que medida a melhor compreensão do seu comportamento ou manifestação se dá a partir da inclusão, no modelo de pesquisa proposto, de pelo menos uma variável do contexto em que se localiza.

No exemplo, antes usado, da aprendizagem do trabalhador, essa variável seria o ponto de partida. A seu respeito deveria ser ponderado em que medida a sua melhor compreensão ocorre a partir da escolha de atributos do próprio trabalhador, ou, se existe algum ganho na inclusão de propriedades do contexto. No caso, foi decidido que o suporte ofertado pelo contexto (departamento a que o trabalhador se vincula) constitui uma variável importante que deve ser considerada.

A partir dessa conclusão, o próximo passo é definir, claramente, quais os níveis das variáveis. Em termos gerais, fala-se em atributos ou características do contexto, mas é imprescindível ser mais específico. Isso porque o contexto do trabalhador pode ser sua equipe de trabalho, o seu grupo social dentro da empesa, o departamento ou a organização como um todo. Assim, cabe ao pesquisador analisar o fenômeno do seu interesse e visitar a literatura e estudos empíricos da área para definir o cenário mais relevante que exerce influência sobre aquele definido como foco de interesse — ou variável-critério.

Um terceiro aspecto ou consideração a ser feita refere-se à especificação do atributo do contexto a ser incluído no modelo de pesquisa. Isso porque, apontar que o contexto focado será, por exemplo, o departamento, é apenas parte da demanda, uma vez que ainda existe a necessidade de especificação da característica desse contexto que será definida como variável antecedente no modelo preditivo. O contexto, a rigor, é uma selva de processos, fenômenos ou variáveis. Desses, qual o escolhido para fazer parte do modelo proposto? Essa é uma pergunta que o pesquisador deve responder para definir aquelas variáveis a serem incluídas. E a resposta vai ser dada, novamente, pela

literatura da área, relativa à variável-critério, que aponta as relações estabelecidas ou as lacunas que ainda demandam por informações mais precisas.

Seguindo com as especificidades, o pesquisador, interessado na adoção de modelos de predição que condensam múltiplos níveis, já foi demandado a analisar a variável-critério e concluir que a sua compreensão é beneficiada se considerar variáveis preditivas do contexto. Também teve que definir qual é esse contexto, assim como apontar especificamente qual a característica que será assumida como variável preditora. Nesse momento, é a hora de defender qual o efeito esperado dessa variável em relação à variável-critério. Assim, seria no mínimo tímido afirmar, por exemplo, que o suporte do departamento afeta o aprendizado do trabalhador. No exemplo utilizado, deveria ser especificado que na existência de suporte outorgado por parte da chefia do departamento, melhores resultados de aprendizagem podem ser esperados.

A participação das variáveis contextuais nas relações *top-down* pode derivar dois possíveis efeitos — os diretos e os de moderação. No exemplo trazido, a descrição do impacto do suporte sobre o aprendizado constitui uma relação de efeito direto (preditor do contexto afetando o critério do nível individual). A respeito das relações de moderação foi apontado que a variável contextual atua sobre a relação estabelecida entre duas variáveis do nível mais baixo ou, no exemplo dado, do indivíduo. Esse tipo de relação é, a rigor, uma relação de interação ocorrida entre dois preditores, sendo um do contexto e um do nível individual. Ainda que essa não seja uma exigência ou obrigação a ser seguida em todos os modelos de predição, constitui um dos ganhos específicos que só este tipo de modelo pode outorgar e, por essa razão, vale a pena o pesquisador refletir e analisar a literatura do seu campo de interesse para construir explicações plausíveis sobre o seu fenômeno de interesse que considerem a atuação concomitante (interação) de variáveis preditoras de diferentes níveis.

O conjunto de apontamentos apresentados não busca estabelecer um rígido percurso a ser obedecido pelos pesquisadores, mas visa alertar quanto aos cuidados que devem ser observados desde o

planejamento da pesquisa que engloba múltiplos níveis, na expectativa de maximizar as probabilidades de realização exitosa. Contudo, apenas a revisão da literatura da área e a visita feita a estudos que contemplem esse tipo de modelos vai ajudar a desenhar um estudo mais robusto e parcimonioso. Assim, a seguir são trazidos exemplos de pesquisas que adotaram modelos que condensavam múltiplos níveis.

Pesquisa condensando múltiplos níveis: exemplos de demandas teóricas e decisões enfrentadas

A realização de uma pesquisa que obedeça às especificidades de um modelo que contempla múltiplos níveis, seja que condense relações do tipo *top-down* ou *botom-up*, representa um grande desafio para o pesquisador, tendo em vista as diversas exigências postas. Contudo, quanto mais o pesquisador se familiariza com esses modelos, menores serão as dificuldades encontradas na execução do seu projeto multinível.

Em primeiro lugar, cabe visitar a pesquisa realizada por Si e Wei (2012), na qual os autores buscaram identificar o poder de predição da liderança e do clima organizacional sobre o desempenho criativo dos trabalhadores. De início, os autores destacam a importância da criatividade no mundo organizacional e, ao fazê-lo, atendem à primeira demanda trazida na seção anterior relativa à necessidade de focar na variável-critério em relação à qual o modelo preditivo de múltiplos níveis é construído. Logo a seguir, apontam que, na predição desse comportamento criativo, a literatura e os estudos realizados até aquele momento outorgavam destaque ao papel da liderança e do clima organizacional. Essas argumentações se constituem em justificativas iniciais a partir das quais defendem a relevância do contexto na predição daquele escolhido como fenômeno de interesse.

Nas seções seguintes, os autores explicitam a natureza teórica dos preditores de contexto do modelo, sendo esses a liderança e o clima e, ao discorrer sobre esses construtos, especificam tratar-se da relação dos gestores com seus subordinados imediatos, o que revela que o contexto focado não é o da organização, mas aquele relativo aos

departamentos. Essa argumentação é claramente visível em relação à liderança, uma vez que se foca em atuação gerencial e o seu impacto sobre os trabalhadores subordinados a esse gestor. No caso do clima, tradicionalmente estudado no nível organizacional e não departamental, os autores ainda explicam que o atributo abordado diz respeito ao clima de empoderamento e não ao clima geral da organização e apontam que ele é visualizado a partir de incentivos que o chefe outorga para comportamentos e ações dos trabalhadores. Desse modo, a demanda de especificação do contexto é atendida (Li & Liao, 2014).

Os autores, ao discorrerem sobre os atributos teóricos dos preditores escolhidos para compor o modelo, destacam o efeito que causam nos comportamentos individuais, especificamente relacionados à criatividade e à forma como essa relação ocorre. Assim, por exemplo, em relação à liderança transformacional que é a proposta teórica de base do estudo, esclarecem que pensamentos diferentes, imaginação e criatividade dos subordinados são incentivados mediante o comportamento caraterístico dessa forma de liderança, qual seja a estimulação intelectual. Do mesmo modo, ao discutir o papel do clima de empoderamento, destacam que envolve dimensões como práticas que incentivam a liberdade de ação, o suporte às ideias novas, à confiança e à abertura, dentre outras, que são defendidas como sendo potenciais elementos eliciadores da manifestação de comportamentos criativos. Portanto, não apenas apontam que a liderança e o empoderamento podem atuar como antecedentes da criatividade do trabalhador, mas especificam os mecanismos a partir dos quais cada variável tem o poder de afetar o fenômeno escolhido como critério no estudo descrito.

De maneira adicional, os autores atendem ao último aspecto descrito como especificidade desses modelos, quando constroem hipóteses explicativas relacionadas à participação conjunta ou articulada de dois preditores, que, no caso do estudo em questão, pertencem ambos ao contexto. Assim, apontam que o efeito positivo da liderança transformacional sobre os comportamentos criativos dos trabalhadores será afetado pelo grau de empoderamento existente no ambiente de trabalho. Nesse sentido, explicitam que o poder preditivo da liderança transformacional será mais intenso em contextos caracterizados por

baixo clima de empoderamento uma vez que quando esse é elevado terá capacidade de "bloquear" parcialmente o efeito da liderança transformacional.

Conforme pode ser observado, o estudo descrito atendeu às exigências antes apontadas, no sentido de explicitar o contexto, as variáveis escolhidas e seus efeitos, além das interações possíveis a partir das quais os antecedentes impactam na variável-critério. Entretanto, além de observar esse conjunto de especificidades teóricas que devem ser atendidas na escolha de um modelo preditivo de múltiplos níveis, é imprescindível atentar, também, para algumas especificidades relacionadas à operacionalização ou execução da pesquisa empírica.

Uma questão inicial que deve ser corretamente avaliada, pelos pesquisadores que adotam esses modelos, diz respeito ao cenário da pesquisa. Considerando que, pelo menos um dos preditores é relativo ao contexto, é preciso planejar cuidadosamente o local de coleta de dados. Isso porque é necessário maximizar a possibilidade de encontrar suficiente variabilidade nas variáveis de contexto inseridas no modelo. Assim, se o contexto teorizado como sendo o mais relevante para um dado fenômeno é no nível da organização, então, será preciso coletar dados de uma diversidade de organizações, de sorte a contar com uma quantidade adequada de observações das variáveis desse nível.

Derivada dessa preocupação inicial, surge uma pergunta de maneira recorrente: quantas organizações e sujeitos são necessários para executar adequadamente um modelo de predição multinível? A esse respeito, Maas e Hox (2005) alertam que é mais importante se preocupar em diversificar as observações do nível de contexto, que buscar ampliar o número de sujeitos. Contudo, o tamanho de amostra realmente necessário vai depender das especificidades do modelo proposto como número de variáveis de contexto inseridas, presença de hipóteses de interação ou defesa da presença de efeitos aleatórios. Ainda assim, podem ser encontradas orientações que não podem ser tomadas como regras a serem respeitadas a ferro e a fogo, mas que ajudam a ter um panorama geral básico de tamanho de amostra. É o caso da proposição da necessidade de ter, pelo menos, 20 observações válidas no nível de contexto e pelo menos 30 observações do nível individual, em cada

contexto (Bickel, 2007). Contudo, é importante lembrar dos processos de perda de dados durante a coleta, e nas análises iniciais de condições básicas de resposta dos questionários. Embora essa possa ser uma dica orientativa válida, podem ser encontradas proposições que apontam que 10 observações de contexto válidas podem ser suficientes para os casos em que o interesse é apenas testar a existência de poder preditivo. Entretanto, nesses casos, estratégias analíticas específicas (como *bootstrapping* ou uso de outros métodos de dados simulados) deverão ser adotadas (Hox, 2002; Maas & Hox, 2005).

As orientações relativas à operacionalização trazidas aqui buscam apenas ajudar o pesquisador a planejar adequadamente a pesquisa que toma como base um modelo preditivo multinível. Entretanto, tendo em vista que existem vários graus de complexidade que esses modelos podem contemplar, a depender, por exemplo, da quantidade de variáveis inseridas, interações entre elas, efeitos esperados e até quantidade de níveis considerados (considera-se, neste texto, a presença de apenas dois níveis; contudo, mais níveis são possíveis, como indivíduo, equipe e departamento, por exemplo), elas podem não ser nem suficientes e nem as mais adequadas para certos modelos.

Outro tipo de processos que congregam vários níveis são os modelos *bottom-up*, sobre os quais já foram mostradas as características centrais, em seção anterior. A seu respeito também cabe o relato de um estudo que pode ser considerando um bom exemplo relativo às demandas teóricas e empíricas a ser observadas. Para tanto, recorre-se à pesquisa feita por Kostopoulos, Spanos e Prastacos (2013) que buscou examinar o processo de emersão da aprendizagem individual, ao se transformar em aprendizagem de equipes, assim como investigar a estrutura e função ao ocorrer no nível coletivo.

Nesse estudo, os autores iniciam destacando a ampla atenção dada à aprendizagem de equipes sem, por vezes, o cuidado adequado à definição teórica do construto. Ainda apontam que a conceituação se constitui em um desafio considerável, pois os membros de equipes atuam em um ambiente de interações e interdependências, o que exige se atentar para a dinamicidade que caracteriza o construto, nesse nível.

Quanto ao conceito de aprendizagem, no nível individual, considerada ponto de partida da aprendizagem de equipes, os autores apontam se tratar de fenômeno composto por vários processos sociocognitivos: intuição, interpretação, integração e codificação. A aprendizagem de equipes, por sua vez, manteria uma natureza similar ou os mesmos processos. Contudo, ao se tratar de fenômeno surgido por emersão, alguns deles iriam ocorrer no nível individual, ao passo que outros aconteceriam no nível grupal.

A defesa da proposição dos autores sustenta-se na compreensão de que a aprendizagem, necessariamente, se inicia em processos cognitivos, os quais somente podem ser protagonizados pelos indivíduos. Assim, a *intuição* compreendida como o processo de reconhecimento daquilo que está sendo apreendido, seria, necessariamente, um processo individual e não totalmente localizada da esfera dos processos conscientes. A *interpretação*, por sua vez, é descrita como a explicação ou justificação do percebido. Nessa fase, entram em jogo as informações vindas do entorno social, tanto na parte de processamento individual, como também na outorga de sentido coletivamente construído. Esse seria, para os autores, o ponto em que se estabelece a conexão entre os aspectos individuais e coletivos da aprendizagem de equipes. A terceira fase da aprendizagem, nomeada como *integração*, refere-se à adoção de padrões de ação de equipe que englobam aquilo que foi apreendido e se transforma em parte do repertório coletivo. Finalmente, a fase de *codificação* engloba a guarda da informação apropriada pela equipe, seja em documentos físicos ou registros eletrônicos em que o novo saber é assumido como fazendo parte das práticas ou procedimentos da equipe.

Tendo como base a estrutura da aprendizagem das equipes antes descrita, os autores esperavam que, ainda que os dados fossem recolhidos no nível individual, seriam identificados padrões de respostas diferentes em cada fase. Esse achado revelaria que umas ocorrem no nível individual (a primeira), ao passo que as outras ocorrem no nível coletivo. Desse modo, a testagem empírica foi realizada mediante o uso de um instrumento respondido pelos membros das equipes em que eram abordados comportamentos compatíveis com as fases de

aprendizagem defendidas. Considerando que a primeira foi descrita como sendo do nível individual, os enunciados centravam-se no nível do membro (eu), ao passo que as três seguintes tinham enunciados com foco no coletivo (nós).

Com relação às análises de dados, a primeira tarefa foi a identificação da estrutura fatorial subjacente ao instrumento de aprendizagem utilizado. Essa análise foi realizada a partir dos dados individuais e os resultados foram satisfatórios na medida em que quatro fatores, representando as quatro fases, foram identificados e se mostraram confiáveis (α entre .86 e .93). Outras múltiplas técnicas analíticas foram adotadas para verificar pertinência das hipóteses levantadas no estudo. Dessas, as de interesse para este relato dizem respeito à constatação da existência de padrões de variabilidade diferenciados (variância), a depender do nível da fase da aprendizagem. Assim, estimativas significativas foram identificadas na fase 1 para diferenças entre indivíduos, na fase 2 as estimativas foram significativas para diferenças individuais e das equipes, e, nas fases 3 e 4, os resultados revelaram significância para as diferenças (variância) apenas de equipes. Desse modo, a pertinência da proposição da aprendizagem de equipes contempla quatro fases, sendo uma delas localizada no nível individual e três no nível grupal, foi corroborada de sorte que os resultados ofereceram suporte para a proposta dos autores.

O conjunto de informações relatadas a respeito do estudo desenvolvido por Kostopolous *et al.* (2013) mostra o percurso teórico e empírico a ser seguido pelos interessados no estudo de fenômenos *bottom-up* que, ao contemplar diferentes níveis, guardam intrinsecamente a defesa da ocorrência do fenômeno de emersão ou transformação de atributos individuais em atributos coletivos. Nesses casos, é imprescindível que o pesquisador atente ao fato de o fenômeno de emersão implicar ou não a ocorrência de transformações no construto de origem, em cujo caso as justificativas teóricas pertinentes precisam ser apresentadas.

Quanto às demandas empíricas ou operacionais dos modelos *bottom-up*, uma vez que se parte implicitamente da defesa da pertinência de uso de uma medida aplicada no nível individual para

capturar um fenômeno coletivo, é necessário possuir um tamanho de amostra que permita a realização de Análise fatorial. Ela vai revelar a adequação do instrumento respondido por indivíduos, mas que buscava eliciar respostas relativas ao coletivo, na amostra em que for aplicado.

Posteriormente, vários caminhos podem ser seguidos, sendo que, qualquer que for o escolhido, precisa evidenciar os padrões de variância nos fatores tanto no nível individual como no grupal, buscando identificar dados que revelem a presença de diferenças significativas no nível coletivo. Essa seria a evidência esperada que revela o processo de emersão (apesar de contar com respostas individuais, o fenômeno é, de fato, um atributo grupal).

A presença de variância no nível grupal é constatada mediante o cálculo do coeficiente de correlação intraclasse (*intraclass correlation coefficient (ICC)*), procedimento disponível no programa de análises estatísticas SPSS acessado no menu de cálculo de modelo linear geral. Nele deve ser solicitada a identificação dos componentes da variância. A magnitude do ICC que indica presença de diferenças de magnitude suficiente no nível grupal é dada pelos estudos da área (Bliese, 2000; Kostopolous *et al.*, 2013) que sinalizam que em pesquisas realizadas no âmbito organizacional podem ser esperados valores a partir de 8% como evidências de diferenças relevantes (variância no nível grupal). Todavia, é importante ter em mente que a presença dessas diferenças constitui apenas uma das exigências. Isso porque, como alertado, os dados foram levantados dos membros das equipes ou outros grupos, os quais forneceram dados sobre atributos coletivos. Assim, é preciso ainda analisar as respostas individuais à procura de similaridades suficientes, de sorte que elas revelem ter respondido sobre um atributo coletivo e não sobre um do nível individual.

Essa análise precisa ser realizada para cada item e não para os fatores, tendo em vista que o que se busca identificar são as similaridades das respostas efetivamente dadas e os fatores congregam, a rigor, valores médios das respostas dadas a um conjunto de itens. Comumente essa investigação é realizada a partir do cálculo da magnitude do desvio das respostas individuais em relação à mediana

do grupo, conforme o chamado índice AD_{Md}. Esse cálculo também está disponível no programa SPSS, no menu de estatística descritivas, a partir do qual deve ser acessado o cálculo de razão. Após ter realizado esse cálculo para todos os itens, deve-se extrair o valor da média aritmética por fator e esse é o valor que deve ser, de fato, analisado. A avaliação do resultado obtido deve ser feita levando-se em consideração a escala de resposta, para a qual deve ser aplicada a fórmula c/6, em que "c" representa a amplitude da escala e 6 constitui uma constante (Burke & Dunlap, 2002). O valor obtido, aplicada essa fórmula, mostra o máximo de discrepância admitida para que ainda possa se falar em similaridade das respostas individuais (Woehr *et al.*, 2015).

A respeito dessa análise, o pesquisador espera que a maior parte ou, de preferência, todas as equipes da sua pesquisa mostrem valores de AD_{Md} dentro dos limites estabelecidos, pois isso estaria revelando, de fato, a ocorrência do processo de emersão. As equipes que ultrapassam esses valores sinalizam que, nelas, os membros mostraram padrões muito diferentes de respostas, ou seja, forneceram informações individuais antes que coletivas. Todavia, deve ser levantado o alerta relativo ao fato de se dispor de diversas métricas para a análise da similaridade das respostas individuais (Puente-Palacios *et al.*, 2016), razão pela qual o pesquisador deve atentar para os avanços do campo, uma vez que novas alternativas ainda podem surgir.

Em suma, as evidências empíricas da ocorrência de processos *bottom-up,* ou de emersão, dá-se pela obtenção de dados que demonstram que, apesar de ter levantados dados no nível individual (pessoas respondendo questionários individualmente), o instrumento foi adequado, de sorte que eliciou respostas relativas ao coletivo (resultados de AD_{Md} dentro do esperado). De maneira adicional, os resultados do cálculo do ICC (*intraclass correlation coefficient)* irão demonstrar a existência de variância em magnitude suficiente (≥ 8%) na variável de interesse, de sorte a mostrar a presença de diferenças relevantes entre equipes ou unidades do nível grupal. Esses dados, lidos junto à base teórica fornecida a respeito da pertinência de tratar um fenômeno usualmente compreendido como característica dos indivíduos,

mas que passa a ser assumido como sendo coletivo, permitem concluir a respeito da pertinência das proposições feitas relativas à ocorrência da emersão.

A descrição ora apresentada dos estudos realizados de acordo com os princípios que subjazem os modelos *top-down* e *bottom-up* não busca restringir as opções de testagem, mas pretendem evidenciar as exigências teóricas que devem ser atendidas para sustentar os modelos propostos. Desse modo, constituem apenas informações que devem ser vistas como orientadoras ou alertas para os pesquisadores interessados na adoção de modelos que contemplam múltiplos níveis. As exigências analíticas que podem dar subsídios às relações defendidas entre os fenômenos de diferentes níveis considerados no modelo proposto estão descritas a seguir.

Perspectiva estatística dos modelos multinível: princípios técnicos e matemáticos

Da mesma forma que a adoção de modelos multinível exige o reconhecimento teórico de que um fenômeno é mais adequadamente compreendido se considerado o contexto em que ocorre, do ponto de vista matemático/estatístico, também existem exigências fundamentais. Se no modelo explicativo de um fenômeno são inseridas variáveis relativas ao contexto, é imprescindível adotar um método de análise que permita tratar o papel dessas variáveis de forma diferenciada, levando em conta as semelhanças existentes entre os indivíduos inseridos nesse contexto em relação à variável em questão. Essa exigência é satisfatoriamente cumprida pelos modelos estatísticos para análise multinível.

A análise multinível investiga a participação de diversas variáveis preditoras na explicação de uma variável-critério, sendo que pelo menos uma das variáveis explicativas deve ser do segundo nível (contexto). São contemplados, no mínimo, dois níveis e três variáveis, o que permite testar, de maneira adicional, interações entre níveis. Assim, os modelos adequados para essas análises precisam agregar dados no nível do grupo para que a variabilidade desse nível possa ser computada, o que ocorre pelos modelos lineares hierárquicos ou

multinível (Woehr *et al.*, 2015). Esses dados, quando coletados no nível individual (o indivíduo que responde aos questionários) podem ser agrupados ou agregados no nível do grupo ou da organização. Agregar ou agrupar indica gerar um índice — geralmente a média — que é transposto como variável de grupo ou organização.

Os modelos multiníveis (MM) ou modelos lineares hierárquicos (MLH) ou ainda modelos de regressão hierárquica e modelos de regressão multinível levam em consideração uma estrutura aninhada para os dados, combinando informações de diferentes níveis, e reduzindo perda de informações. Os modelos clássicos de regressão são muito usados nas mais diversas áreas de pesquisa, mas eles não abarcam a variabilidade dos grupos ou agregados de casos. Os modelos multiníveis envolvem analisar a influência de uma ou mais variáveis (variáveis explicativas, covariáveis etc.) em uma variável de interesse (variável-critério ou resposta) dentro de uma estrutura de dados hierárquicos, aqueles que abarcam diferentes níveis. Enfim, os modelos hierárquicos constituem uma extensão dos modelos de regressão linear múltipla. Com efeito, estruturas hierárquicas, via de regra, guardam relação com planejamentos amostrais complexos. Os termos *hierárquico* e *multinível* geralmente são usados de forma indistinta. Os dados hierárquicos geralmente apresentam uma estrutura natural de hierarquia que, em pesquisas psicossociais, usualmente se referem a agrupamentos humanos. Em geral, principalmente com o advento do "*Big data*" e (res)surgimento da nomenclatura "*Data Science*", os conjuntos de dados, das mais diversas áreas, costumam apresentar estruturas hierárquicas (por diversas razões, tais estruturas não são consideradas, ou o são de forma pouco apropriada).

Uma estrutura hierárquica de dados é composta por grupos amostrais agrupados em outros grupos amostrais que podem ou não formar outros grupos (e assim por diante). Dados não hierárquicos apresentam apenas um nível, como por exemplo, grupo de alunos selecionados de uma lista de chamada. Os dados hierárquicos apresentam pelo menos dois níveis — exemplo: grupos de escolas selecionadas (nível 2) e, de cada uma delas selecionam-se alunos (nível 1). Essas escolas, por sua vez, podem estar agrupadas por cidades (três níveis)

e estados brasileiros (quatro níveis). O nível 1 ocupa a última posição dentro da estrutura hierárquica, o nível 2 ocupa a penúltima posição..., e o último nível ocupa a primeira posição.

Existem algumas características comuns aos dados multiníveis:

- Heterocedasticidade.
- Diferentes fontes de variabilidade.
- Dependência entre as unidades amostrais pertencentes aos mesmos grupos.
- Relação com planos amostrais complexos.
- As covariáveis podem estar relacionadas com a resposta de formas diferentes, consoante o nível da hierarquia.

Modelos hierárquicos lineares multinível

Basicamente, os modelos clássicos empregam quatro suposições fundamentais para as características dos dados: linearidade, normalidade, independência entre as observações e homocedasticidade. Porém, para dados comuns, a estrutura de hierarquia ou multinível, a independência para as observações já não se verifica.

Devido à larga abrangência de problemas com essas formas de estruturas dos dados, as aplicações dos modelos lineares multiníveis vêm crescendo. Nos últimos 15 anos, muitas extensões dos modelos lineares multiníveis foram desenvolvidas, possibilitando a inclusão de variáveis em ambos os níveis: individual e agregado. Dessa forma, na modelagem multinível, as estimativas dos efeitos fixos se aproximam daquelas obtidas pelas análises tradicionais, que são realizadas em nível individual. Os erros-padrão aproximam-se daqueles obtidos nas análises contextuais, ou seja, daquelas realizadas em nível do agregado. Além disso, a modelagem multinível fornece informações sobre a composição da variabilidade total. Segundo Bryk e Raudenbush (1992), esses modelos não são uma solução para todos os problemas; contudo, eles representam um grande passo para auxiliar as análises, por serem estatisticamente corretos e não desperdiçarem informação.

Os modelos lineares multiníveis também são também conhecidos como modelos lineares hierárquicos (HLM), ou modelos com coeficientes aleatórios — "*empirical bayes models ou seemingly unrelated regressions*" (Kreft *et al.*, 1994). Apesar dessa diversidade de nomenclaturas, pode-se dizer que o termo genérico, HLM, refere-se à estimação Bayesiana de modelos lineares com dados que têm estruturas de erros complexas. A principal diferença desses modelos reside nas estimativas dos erros-padrão, que serão mais precisas do que os das análises tradicionais, uma vez que a correlação intraclasse é considerada no ajuste dos modelos. Esse fato faz com que os modelos de coeficientes aleatórios sejam mais conservadores (Kreft & Leeu, 1998). Por isso, se o pesquisador estiver interessado em componentes de covariância (variabilidade entre e intra unidades), os modelos com coeficientes aleatórios e os programas computacionais para análise de dados com estruturas hierárquicas serão uma boa escolha.

Estruturas hierárquicas de dados são caracterizadas pela presença de unidades experimentais agrupadas em outras unidades maiores, em que as fontes de variabilidade se encontram aninhadas. Modelos para esse tipo de dados apresentam diversas nomenclaturas na literatura, tais como "modelo de coeficiente aleatório" (de Leeuw & Kreft, 1986), "modelo de componente de variância" (Longoford, 1987) e "modelo linear hierárquico" (Raudenbush & Bryk, 1992). Nos modelos multiníveis existe uma especificação de cada um dos níveis de hierarquia e a incorporação de efeitos aleatórios associado a cada um desses níveis. Considera-se que o modelo tenha Q variáveis explicativas X no nível 1, indicada pelo índice $q = 1,2, \ldots, Q$ *e* P variáveis explicativas W no nível 2, sendo indicadas por p = 1, . . . ,P. A equação do modelo para o nível 1 é dada por:

$$Y_{ij} = \beta_{0j} + \beta_{1j}X_{1ij} + \ldots + \beta_{Qj}X_{Qij} + \varepsilon_{ij}.$$

E para o nível 2...

$$\beta_{qj} = \gamma_{q0} + \gamma_{q1}W_{1j} + \ldots + \gamma_{qP}W_{Pj} + u_{qj} = \gamma_{q0} + \sum_{p=1}^{P} \gamma_{qp}W_{pj} + u_{qj},$$

Em que i = 1, . . ., nj, j = 1, . . ., J, q = 0,1, . . ., Q e p = 1, . . ., P.

Vale ressaltar que a inclusão de variáveis explicativas no nível 2, com exceção daquela que representa b0 j, resulta no surgimento de interações entre as variáveis dos dois níveis do modelo. Vários submodelos podem ser obtidos a partir do modelo com dois níveis, entre eles, têm-se interceptos e inclinações como respostas e modelo com inclinações variando não aleatoriamente. As vantagens dos modelos hierárquicos é que eles permitem incorporar heterocedascidade; permitem incorporar e/ou separar diferentes fontes de variabilidade; permitem incorporar dependência entre as unidades amostrais pertencentes aos mesmos grupos; permitem incorporar estruturas amostrais complexas e permitem que os efeitos das variáveis explicativas na variável resposta sejam considerados de forma diferente, consoante ao nível da hierarquia.

Esses modelos podem ser vistos como generalizações de modelos lineares (em particular, regressão linear), embora também possam se estender a modelos não lineares. Esses modelos se tornaram muito mais populares depois que *softwares* e capacidade de computação suficientes se tornaram disponíveis. Embora o nível mais baixo de dados em modelos multiníveis seja geralmente um indivíduo, medições repetidas de indivíduos também podem ser examinadas.

Tipos de modelos

Antes de conduzir uma análise de modelo multinível, o pesquisador deve decidir sobre vários aspectos, incluindo quais preditores devem ser incluídos na análise. Em segundo lugar, o pesquisador deve decidir se os valores dos parâmetros (ou seja, os elementos que serão estimados) serão fixos ou aleatórios. Os parâmetros fixos são compostos por uma constante em todos os grupos, ao passo que um parâmetro aleatório tem um valor diferente para cada um dos grupos. Além disso, o pesquisador deve decidir se vai empregar uma estimativa de máxima verossimilhança ou um tipo de estimativa de máxima verossimilhança restrita. Existem basicamente três tipos de modelos lineares hierárquicos: modelo de interceptos aleatórios; modelo de declives aleatórios; e modelo de interceptos e inclinações aleatórias.

Os modelos podem variar em termos de interceptos aleatórios e declives aleatórios. O termo constante na análise de regressão linear parece ser uma coisa simples. Também conhecido como intercepto y, é simplesmente o valor no qual a linha ajustada cruza o eixo y. Esse valor pode ser aleatório e variar de grupo para grupo. Em matemática, o **declive**, também chamado de **coeficiente angular**, é a medida da inclinação de uma reta face ao eixo horizontal. Coincide numericamente com a tangente do ângulo formado entre a reta e esse eixo. Esse valor também pode variar de grupo para grupo em uma análise multinível.

Um modelo de interceptos aleatórios é um modelo em que os interceptos podem variar e, portanto, as pontuações na variável dependente para cada observação individual são previstas pela interceptação que varia entre os grupos. Esse modelo assume que as inclinações são fixas (as mesmas em diferentes contextos). Além disso, esse modelo fornece informações sobre correlações intraclasse, que são úteis para determinar se os modelos multiníveis são necessários em primeiro lugar. Um modelo de inclinações aleatórias é um modelo em que as inclinações podem variar e, portanto, o poder de predição do antecedente pode ser diferente entre os grupos. Esse modelo assume que os interceptos são fixos (as mesmas inclinações em diferentes contextos). Um modelo que inclui interceptos e inclinações aleatórios é, provavelmente, o tipo de modelo mais realista, embora também seja o mais complexo. Nesse modelo, tanto os interceptos quanto as inclinações podem variar entre os grupos, o que significa que são diferentes em contextos diferentes.

Testes estatísticos

O tipo de teste estatístico que é empregado em modelos multiníveis depende se o pesquisador está examinando efeitos fixos ou componentes de variância. Ao examinar os efeitos fixos, os testes são comparados com o erro padrão de efeito fixo, o que resulta num Z-teste. Um teste *t* também pode ser calculado. Ao calcular um teste *t*, é importante ter em mente os graus de liberdade, que dependerão do nível do

preditor (por exemplo, preditor de nível 1 ou preditor de nível 2). Para um preditor de nível 1, os graus de liberdade são baseados no número de preditores de nível 1, o número de grupos e o número de observações individuais. Para um preditor de nível 2, os graus de liberdade são baseados no número de preditores de nível 2 e no número de grupos.

Poder estatístico

O poder estatístico para modelos multiníveis difere dependendo se são efeitos de nível 1 ou nível 2 que estão sendo examinados. A potência dos efeitos de nível 1 depende do número de observações individuais, ao passo que a potência dos efeitos de nível 2 depende do número de grupos. Para conduzir pesquisas com poder suficiente, grandes tamanhos de amostra são necessários em modelos multiníveis. No entanto, o número de observações individuais em grupos não é tão importante quanto o número de grupos em um estudo. A fim de detectar interações entre níveis, dado que os tamanhos dos grupos não são muito pequenos, são feitas recomendações de que pelo menos 20 grupos são necessários, conforme visto anteriormente. A questão do poder estatístico em modelos multiníveis é complicada pelo fato de que o poder varia em função do tamanho do efeito e das correlações intraclasse, difere para efeitos fixos versus efeitos aleatórios e muda dependendo do número de grupos e do número de observações individuais por grupo.

Perspectiva amostral e análise residual

Outro aspecto importante em relação à testagem empírica de modelos multinível diz respeito às características da amostra. O conjunto de dados coletados para a verificação da pertinência do modelo teórico deve favorecer a investigação das relações hipotetizadas, o que requer que todos os níveis contemplados estejam adequadamente representados. Assim, a definição das características e do tamanho da amostra demandam um cuidado especial. Considerando que uma das hipóteses subjacentes a esse tipo de modelo é o efeito que

variáveis do nível mais elevado têm sobre aquelas do nível mais baixo, as unidades do nível mais elevado devem estar em número suficiente para oferecer a variabilidade necessária à verificação do seu efeito.

Snijders e Bosker (1999) afirmam que, em geral, os estudos multinível que se baseiam em um número elevado de unidades de nível macro e em um número relativamente baixo de unidades do nível micro dão resultados muito mais confiáveis e estáveis que os estudos que se baseiam em poucas unidades de nível macro e um grande número de unidades de nível micro. O principal problema do estudo de modelos hierárquicos, que ocorre frequentemente nas estatísticas sociais, é a dependência das observações nos níveis inferiores.

Um problema na modelagem multinível é a questão do que se constitui um tamanho de amostra suficiente para uma estimativa precisa. Os resultados de simulações (Maas & Hox, 2005) mostram que apenas um pequeno tamanho de amostra no nível dois (ou seja, uma amostra de 50 ou menos) podem levar a estimativas tendenciosas dos erros padrão no segundo nível. Em todas as outras condições simuladas (amostras no nível acima de 60 unidades), as estimativas dos coeficientes de regressão, dos componentes de variância e dos erros padrão são imparciais e precisas.

Snijders e Berkhof (2008) afirmam que o pesquisador interessado na aplicação dos modelos multinível deve verificar, em primeira instância, se os pressupostos matemáticos em que se sustenta são obedecidos pela sua massa de dados. Após a avaliação dos pressupostos, é possível estabelecer a pertinência do uso da técnica de análise multinível em que a variância total da variável-critério está dividida entre indivíduos (variância *within* ou "*dentro*") e entre grupos (variância *between ou "entre*"). Assim, com o uso de regressão multinível existem variâncias residuais distintas (no nível do indivíduo e nos níveis dos grupos), o que implica que os resultados da realização da equação matemática não oferecem um número único que possa ser interpretado como sendo a quantidade de variância explicada (Hox, 2002), uma vez que existe mais do que uma variância a ser modelada.

Por outro lado, focando nas vantagens da análise multinível, é pertinente enfatizar a possibilidade que ela oferece de investigar diferenças nos coeficientes de inclinação (*slopes*, em inglês, ou relação entre X e Y) e interceptos (valor médio de Y quando o valor de X é igual a zero) dos grupos (Snijders & Bosker, 1999; van den Eeden *et al.*, 1990). Isso significa que o pesquisador tem à disposição uma ferramenta que lhe permite verificar se os comportamentos das variáveis, ou as relações entre as variáveis do modelo, são sistemáticos ou diferem de um grupo para outro.

Existem alguns estudos de simulação sobre esse tema que investigam a precisão das estimativas para os parâmetros fixos e aleatórios com pequenos tamanhos de amostra em nível individual ou em nível de grupo (Maas & Hox, 2005). A maioria das pesquisas de simulação que abordam a precisão do teste de significância, ou a cobertura do intervalo de confiança, são baseadas no raciocínio assintótico: aumentar o tamanho da amostra para dirimir efeitos dos desvios de normalidade na distribuição. Os métodos de estimativa de máxima verossimilhança (ML), comumente usados em análise multinível, são assintóticos, que se traduz na suposição de que o tamanho da amostra deve ser suficientemente grande. Existem outras abordagens que podem ser mais válidas em pequenas amostras, mas não estão disponíveis em todos os pacotes de *software* multinível.

Em estudos multinível, o principal problema é geralmente o tamanho da amostra no nível do grupo, porque a quantidade de observações desse nível é sempre menor do que o tamanho da amostra em nível individual. Aumentar o número de grupos pode ser difícil por alguns motivos distintos. Em primeiro lugar, há custos envolvidos: aumentar o número de casos no nível de grupo na amostra significa coletar dados sobre mais indivíduos dentro da amostra de organizações. Aumentar o número de organizações na amostra significa trazer uma nova organização para o estudo. Apesar de alguns autores aceitarem 20 grupos, algumas simulações existentes apontam que são necessários pelo menos 30 grupos (Maas & Hox, 2005), com pelo menos cinco casos em cada grupo, para que não haja viés nas estimativas de parâmetros e erros, embora um número de 50 grupos seja mais adequado.

Os resultados de simulação (Maas & Hox, 2005) indicam que a estimativa de máxima verossimilhança para modelos multinível leva a estimativas pontuais não tendenciosas. Os erros padrão assintóticos também são precisos, com exceção dos erros padrão para variâncias de segundo nível no caso de uma pequena amostra de grupos (menos de 50). Esses resultados diferem até certo ponto dos resultados de simulação relatados por Busing (1993) e Van der Leeden e Busing (1994) (citados por Łaszkiewicz, 2013). Eles concluem que, para tamanhos de amostra pequenos, os erros padrão e os testes estatísticos correspondentes são muito tendenciosos, de modo que cerca de 100 grupos são necessários para a estimativa precisa dos componentes de variância. De acordo com as simulações sobre a questão (Maas & Hox, 2005), cerca de 50 grupos parecem suficientes.

Para conduzir uma análise de modelo multinível, deve-se começar com coeficientes fixos (inclinações e interceptos). Um aspecto poderia variar de cada vez (ou seja, seria alterado) e comparado com o modelo anterior para avaliar o melhor ajuste do modelo. Existem três perguntas diferentes que um pesquisador faria ao avaliar um modelo: a) é um bom modelo? b) um modelo mais complexo é melhor? e c) que contribuição os preditores individuais dão ao modelo?

Para avaliar os modelos, diferentes estatísticas de ajuste de modelo seriam examinadas. Uma dessas estatísticas é o teste da razão de verossimilhança do qui-quadrado, que avalia a diferença entre os modelos. O teste da razão de verossimilhança pode ser empregado para a construção de modelos em geral, para examinar o que acontece quando os efeitos em um modelo podem variar e ao testar uma variável categórica codificada por *dummy* como um único efeito. No entanto, o teste só pode ser usado quando os modelos estão aninhados (o que significa que um modelo mais complexo inclui todos os efeitos de um modelo mais simples). Ao testar modelos não aninhados, as comparações entre os modelos podem ser feitas usando o critério de informação de Akaike (AIC) ou o critério de informação Bayesiano (BIC), entre outros. Os modelos multiníveis têm vários termos de erro. Os componentes individuais são todos independentes, mas também existem componentes de grupo, que são independentes entre

os grupos, mas correlacionados dentro dos grupos. No entanto, os componentes de variância podem ser diferentes, pois alguns grupos são mais homogêneos do que outros.

Desafios da pesquisa multinível e a potencial contribuição para o avanço da pesquisa em organizações e trabalho

Embora seja recente o reconhecimento dos sistemas multiníveis das organizações, a ciência organizacional tem tradicionalmente desenvolvido e testado modelos a partir de três pontos de vista distintos — organizacional, grupo e indivíduo. Cada nível tornou-se a especialidade de diferentes disciplinas, teorias e abordagens que evoluíram ao longo tempo. O desafio atual é integrar teoricamente os processos que ocorrem em todos os níveis de uma organização que afetam o comportamento de indivíduos, grupos e organizações como um todo. Há pelo menos duas razões pelas quais isso não aconteceu. A primeira é que existem diferentes pressupostos epistemológicos que influenciam as várias disciplinas que constituem estudos organizacionais (Cappelli & Scherer, 1991). Essas suposições refletem como cada campo pensa e estuda as questões organizacionais. Por exemplo, os principais modelos teóricos em Sociologia, Ecologia de População e Teoria Institucional focam mais na parte do ambiente do fenômeno organizacional. Essas teorias apresentam explicações para processos em que organizações assumem as características ambientais para desenvolverem formas de se adaptarem, efetivamente, ao ambiente. Esses modelos não dizem muito sobre o que as pessoas fazem para que isso aconteça (performance individual), por que eles fazem (motivação) e como estão envolvidos nesses processos. Por outro lado, a psicologia do trabalho e organizacional tende a se concentrar na pessoa e dar menos enfoque ao ambiente.

O livro sobre a abordagem multinível (Klein & Kozlowski, 2001) representou um grande avanço na direção de modelos teóricos mais complexos. No entanto, embora este livro seja um passo muito positivo na direção certa para integrar os níveis micro e macro de análise do

fenômeno organizacional, ainda existem desafios para que a pesquisa multinível ofereça respostas mais consistentes para as lacunas da área. Existe um considerável avanço nos aspectos técnicos da agregação de variáveis (Davidescu *et al.*, 2019), mas ainda é necessária uma ênfase maior em um conteúdo teórico multinível para a abordagem. As teorias de conteúdo especificariam o que afeta o comportamento humano, para que se possa ter uma especificação mais acurada das variáveis e suas relações, o que facilitaria compreender o comportamento nas organizações. Tal teoria multinível poderia percorrer um longo caminho para aguçar hipóteses sobre os aspectos afetivos e comportamentais que constituem respostas de indivíduos e grupos em organizações.

Há muitos elementos conceituais na literatura que podem facilitar o desenvolvimento de uma teoria multinível orientada para conteúdo, o que seria fundamental para o futuro da pesquisa multinível. Isso pode fornecer um fundamento teórico consistente sobre o qual a pesquisa se baseasse, ao invés do estado atual em que apenas variáveis multiníveis livremente configuradas são estudadas e que muitas vezes não têm relação com variáveis em outros estudos, deixando o terreno de pesquisa um tanto solto e fragmentado. O tipo de integração defendido pelos autores (Klein & Kozlowski, 2001) exige uma reformulação teórica do campo e uma diferente visão de mundo. Em primeiro lugar, iniciando no nível organizacional, é necessário modificar a visão estrutural atual das organizações e considerá-las como uma configuração de características, ou propriedades, que variam de uma classe de organização para outra. As organizações podem ser interpretadas como diferentes configurações de estímulos, estruturas de reforço, ou diferentes configurações de limites às quais os indivíduos são expostos. Além disso, conceitos sobre diferenças individuais e grupos podem ser integrados, teoricamente, nesses modelos de organização, de uma maneira que permitiria uma ampla gama de hipóteses multiníveis específicas sobre eles e, talvez, permitisse a elaboração de outros construtos teóricos.

Referências

Bickel, R. (2007). *Multilevel analysis for applied research: It's just regression!* Guilford Press.

Bliese, P. D. (2000). Within-group agreement, non-independence, and reliability: Implications for data aggregation and analysis. In K. J. Klein & S. W. J. Kozlowski (Eds.), *Multilevel theory, research, and methods in organizations* (pp. 349–381). Jossey-Bass.

Brown, S. P., & Leigh, T. W. (1996). A new look at psychological climate and its relationship to job involvement, effort, and performance. *Journal of Applied Psychology, 81*(4), 358–368. https://doi.org/10.1037/0021-9010.81.4.358

Bryk, A. S., & Raudenbush, S. W. (1992). *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods.* Sage Publications.

Burke, M. J., & Dunlap, W. P. (2002). Estimating interrater agreement with the average deviation index: A user's guide. *Organizational Research Methods, 5*(2), 159–172. https://doi.org/10.1177/1094428102005002002

Cappelli, P., & Scherer, P. (1991). The missing role of context in OB: The need for a meso-level approach. In L. L. Cummings & B. M. Staw (Eds.), *Research in organizational behavior* (Vol. 13, pp. 55–110). JAI Press.

Davidescu, A. A. M., Roman, M., Strat, V. A., & Mosora, M. (2019). Regional sustainability, individual expectations and work motivation: A multilevel analysis. *Sustainability, 11*(12), 3331. https://doi.org/10.3390/su11123331

DeNisi, A. (2000). Performance appraisal and performance management: A multilevel analysis. In K. J. Klein & S. W. J. Kozlowski (Eds.), *Multilevel theory, research, and methods in organizations: Foundations, extensions, and new directions* (pp. 121–156). Jossey-Bass.

Ferrão, M. E. (2003). *Introdução aos modelos multinível em educação.* Komedi.

Hox, J. J. (2002). *Multilevel analysis: Techniques and applications.* Lawrence Erlbaum Associates.

Hox, J., & Roberts, J. (2011). Multilevel analysis: Where we were and where we are. In J. Hox & J. Roberts (Eds.), *Handbook of advanced multilevel analysis* (pp. 1–11). Routledge.

Katz, D., & Kahn, R. L. (1970). *Psicologia social das organizações.* Atlas.

Klein, K. J., & Kozlowski, S. W. J. (2000). A multilevel approach to theory and research in organizations. In K. J. Klein & S. W. J. Kozlowski (Eds.), *Multilevel theory, research,*

and methods in organizations: Foundations, extensions, and new directions (pp. 3–88). Jossey-Bass.

Kreft, I. G. G., & de Leeuw, J. (1998). *Introducing multilevel models.* Sage Publications.

Kostopoulos, K., Spanos, Y. E., & Prastacos, G. (2013). Structure and function of team learning emergence: A multilevel empirical validation. *Journal of Management, 39*(6), 1430–1461. https://doi.org/10.1177/0149206311419366

Kozlowski, S. W. J. (2015). Advancing research on team process dynamics: Theoretical, methodological, and measurement considerations. *Organizational Psychology Review, 5*(4), 270–299. https://doi.org/10.1177/2041386614533586

de Leeuw, J., & Kreft, I. (1986). Random coefficient models for multilevel analysis. *Journal of Educational Statistics, 11*(1), 57–85. https://doi.org/10.2307/1164848

Łaszkiewicz, E. (2013). Sample size and structure for multilevel modelling: Monte Carlo investigation for the balanced design. *Quantitative Methods in Economics, 15*(2), 19–28.

Li, A. N., & Liao, L. (2014). How do leader–member exchange quality and differentiation affect performance in teams? An integrated multilevel dual process model. *Journal of Applied Psychology, 99*(5), 847–863. https://doi.org/10.1037/a0037233

Maas, C. J. M., & Hox, J. J. (2005). Sufficient sample sizes for multilevel modeling. *Methodology: European Journal of Research Methods for the Behavioral and Social Sciences, 1*(3), 86–92. https://doi.org/10.1027/1614-1881.1.3.86

Puente-Palacios, K. E., & Laros, J. A. (2009). Análise multinível: Contribuições para estudos sobre efeito do contexto no comportamento individual. *Estudos de Psicologia (Campinas), 26*(3), 349–361. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000300009

Puente-Palacios, K. E., Porto, J. B., & Martins, M. D. C. (2016). A emersão na articulação de níveis em psicologia organizacional e do trabalho [The emergence in the articulation of levels in organizational and work psychology]. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(4), 358–366. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12603

Rousseau, D. M. (1983). Mixed-level models of behavior in organizations. Paper presented at the *American Psychological Association Convention*, Anaheim, CA.

Roux, A. V. D. (2002). A glossary for multilevel analysis. *Journal of Epidemiology & Community Health, 56*(8), 588–594. https://doi.org/10.1136/jech.56.8.588

Si, A., & Wei, F. (2012). Transformational and transactional leaderships, empowerment climate, and innovation performance: A multilevel analysis in the Chinese context. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 21*(2), 299–320. https://doi.org/10.1080/1359432X.2011.570445

Snijders, T. A. B. (1996). Analysis of longitudinal data using the hierarchical linear model. *Quality & Quantity, 30*(4), 405–426. https://doi.org/10.1007/BF00170145

Snijders, T. A. B., & Bosker, R. J. (1999). *Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling*. Sage Publications.

Snijders, T. A. B., & Berkhof, J. (2008). Diagnostic checks for multilevel models. In J. de Leeuw & E. Meijer (Eds.), *Handbook of multilevel analysis* (pp. 141–175). Springer.

Short, J. C., Ketchen, D. J., Jr., Bennett, N., & du Toit, M. (2006). An examination of firm, industry, and time effects on performance using random coefficients modeling. *Organizational Research Methods, 9*(3), 259–284. https://doi.org/10.1177/1094428105284933

van den Eeden, P., Hox, J., & Hauer, J. (1990). *Theory and model in multilevel research: Congruence or divergence?* SISWO.

Willms, J. D., & Raudenbush, S. W. (1989). A longitudinal hierarchical linear model for estimating school effects and their stability. *Journal of Educational Measurement, 26*(3), 209–232. https://doi.org/10.1111/j.1745-3984.1989.tb00329.x

Woehr, D. J., Loignon, A. C., Schmidt, P. B., Loughry, M. L., & Ohland, M. W. (2015). Justifying aggregation with consensus-based constructs: A review and examination of cutoff values for common aggregation indices. *Organizational Research Methods, 18*(4), 704–737. https://doi.org/10.1177/1094428115585168

Capítulo 9

Métodos mistos

Sinésio Gomide Júnior

Embora a concepção de "ciência" encontre, na literatura, uma grande diversidade de acepções, parece haver um ponto de convergência entre elas. Assim, "ciência" pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos formal e sistematicamente adquirido cujas principais características são a objetividade, a racionalidade e a transcendência, cujos objetivos centrais são a descrição, a interpretação, a explicação e a predição da realidade (Paranhos *et al.*, 2016). Subjacente a essas características e objetivos, o método de investigação impõe-se como ponto central na aquisição do conhecimento científico. Abbad *et al.* (2014) pontuam haver uma grande diversidade de métodos e técnicas de pesquisa em psicologia, decorrente das variadas adesões, por parte dos pesquisadores, a teorias epistemológicas e princípios ontológicos. Conforme as autoras, essas adesões à abordagem ideográfica (com foco no aprofundamento do particular) ou à abordagem nomotética (com foco na generalização empírica e no controle de variáveis) dividem os pesquisadores que lançam mão de métodos qualitativos ou quantitativos, com repercussões no corte temporal e no *status* atribuído a cada um deles. Os métodos qualitativos

privilegiam dados derivados de fontes abertas, geralmente sem roteiros planejados, ao passo que os dados quantitativos vêm de fontes de dados fechadas, como testes, questionários ou instrumentos psicológicos (Hafsa, 2019). Conforme Galvão *et al.* (2018), as pesquisas com métodos qualitativos fornecem descrições detalhadas de fenômenos investigados, ao passo que as pesquisas com métodos quantitativos examinam a associação entre variáveis, buscando a generalização dos resultados por meio da inferência estatística.

Afirmam os autores que a complexidade dos problemas que envolvem o momento histórico recente como desigualdades, exclusão, acesso à saúde e à educação traz desafios para os pesquisadores que vão desde a formação de equipes multidisciplinares até a busca, necessária, de inovações nas abordagens metodológicas que possam responder, de forma ampla e adequada, a esses desafios. A complexidade, que não é exclusividade da sociedade, também se manifesta no campo científico. Postula os autores (Galvão *et al.* 2018) que é nesse panorama que despontam os chamados "métodos mistos", com a criatividade a eles inerente, que teriam potencial de aumentar o espectro de mudanças transformadoras.

Os métodos mistos abririam, segundo os autores, duas janelas de oportunidades. A primeira seria a viabilização do estudo de temas complexos e a construção de resultados de pesquisa potencialmente mais relevantes. A segunda janela de oportunidades diria respeito ao fato de que pesquisadores se veriam inseridos em um movimento de internacionalização da ciência, já que o emprego dos métodos mistos, embora em ascendência, seja ainda incipiente no contexto global.

Santos *et al.* (2017) informam que a utilização dos métodos mistos em pesquisa surgiu entre antropólogos e sociólogos entre as décadas de 60 e 70 do século passado como uma tentativa de contornar as tendenciosidades inerentes a um único método. Nas décadas seguintes, foi observada uma discreta evolução de estudos que, na literatura, empregavam uma combinação de métodos. Contudo, foi somente na década de 1990 que essa combinação se consolidou como um "novo" campo científico.

A literatura sobre a combinação de métodos diferencia-se das

abordagens de método único em quatro características principais (Halcomb, 2018). A primeira delas diz respeito ao grau de interação ou independência entre os dados quantitativos e qualitativos (o que os dados colhidos sob uma metodologia informam sobre os dados colhidos em outra? Os dados foram colhidos de forma independente?). A segunda característica, decorrente da primeira, é a sequência de coleta de dados (sequencial ou simultânea?) aliada à sequência de suas análises. Já a terceira característica se refere à relativa priorização das análises oriundas das coletas. A relativa priorização de cada análise possibilitará a replicação da investigação. O "*timing*" da integração entre os métodos é a quarta, e última, característica que diferencia a utilização dos métodos combinados daqueles de método único. A autora (Halcomb, 2018) pontua que essa integração pode ocorrer em qualquer ponto ao longo da investigação.

Santos *et al.* (2017) relatam ser apropriada a utilização de métodos combinados em quatro situações: quando os conceitos são novos e há escassa literatura sobre eles, quando os resultados de uma abordagem podem ser mais bem interpretados com uma segunda fonte de dados, quando uma abordagem isolada não é suficiente, sozinha, para a compreensão do fenômeno estudado e, por fim, quando os dados qualitativos podem elucidar as informações obtidas pelo método quantitativo.

A partir desses cenários, este capítulo discutirá a conceituação de "métodos mistos", sua base filosófica, os procedimentos, as críticas, os benefícios e as limitações de sua utilização bem como as possibilidades de emprego nas investigações em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

É este roteiro que se desenvolverá a seguir.

Conceituação e bases filosóficas

Os estudos monométodos empregam apenas um tipo de método, seja quantitativo ou qualitativo. Azorin e Cameron (2010) informam que nos estudos de caráter quantitativos, os dados relativos à investigação são, no geral, numéricos e há a utilização de análises de

dados de natureza quantitativa (como a estatística) e fornecem informações úteis, rápidas e confiáveis relativas a um grande número de observações. Por outro lado, em estudos com metodologia qualitativa, os dados, preferencialmente textuais, fornecem informações sobre discursos, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema em foco e delineando os aspectos subjetivos dos fenômenos.

Os métodos mistos, por sua vez, encontram um sem número de definições (Azorin & Cameron, 2010). As definições abrangem desde uma concepção que afirma serem as pesquisas com *designs* mistos aquelas que incluem, no mínimo, um método quantitativo (na coleta de dados numéricos) e um método qualitativo (na coleta de sentidos). Outra definição formulada pelos autores informa serem os estudos com métodos mistos aqueles que combinam as abordagens quali e quanti como *design* metodológico de uma única investigação. Há ainda a definição, um pouco mais complexa, que abrange pesquisas com métodos mistos como uma classe de investigações, nas quais os pesquisadores combinam ou misturam técnicas de pesquisa, métodos, abordagens e concepções de linguagem tanto qualitativas quanto quantitativas. Diante dessa diversidade, Azorin e Cameron (2010) optam por definir a pesquisa com métodos mistos como aquela que emprega, de forma combinada, métodos qualitativos e quantitativos na coleta e na análise de informações (dados). Essa definição de pesquisa com métodos mistos encontra eco nas publicações de Abbad *et al.* (2014), Creswell e Hirose (2019) e Hafsa (2020).

Embora haja uma convergência na literatura sobre a conceituação de métodos mistos, Ngulube (2020) faz uma importante observação. Segundo o autor, não há unanimidade entre os pesquisadores sobre qual termo usar ao se referir à conceituação da utilização destes métodos. Várias expressões são utilizadas: multimétodos, múltiplos métodos, metodologia mista, métodos misturados e pesquisa mista. Creamer (2018) ressalva, contudo, haver uma diferença entre "métodos mistos" e pesquisa multimétodos. Creamer (2018) afirma que a pesquisa multimétodos é aquela que emprega múltiplos métodos quantitativos, múltiplos métodos qualitativos ou uma combinação de ambos. Pesquisa com métodos mistos, por seu turno, se caracteriza

para além da coleta de dados de duas naturezas, implicando na inclusão e na integração de elementos dedutivos e indutivos nas diversas fases da investigação. Creamer (2018) e Ngulube (2020) advogam, a partir desse raciocínio, o emprego do termo "metodologia mista" por entenderem que o procedimento misto vai além de um simples método.

Ambos os autores apontam quatro perspectivas que caracterizariam e nortearam a conceituação de procedimentos mistos. A primeira diz respeito à ênfase no processo e nos resultados da utilização de métodos quali e quanti (perspectiva processual, em tradução livre por este autor). O foco dessa perspectiva está no desenvolvimento e uso de estratégias de coleta e interpretação de vários tipos de informação oriundos do emprego de ambos os métodos. A segunda perspectiva, cunhada *metodológica*, enxerga os métodos mistos como um processo de investigação que inclui fundamentos de pesquisa, abordagens, métodos, ética e conclusões. Ngulube (2020) denomina o uso de métodos mistos como um "terceiro movimento metodológico" por empregar mais que a simples utilização de métodos quantitativos e qualitativos, envolvendo um conjunto de dados de ambas as naturezas. A terceira perspectiva, denominada "prática", advoga que a utilização de métodos mistos responde a uma necessidade de resolução de problemas, sendo, portanto, pragmática.

A perspectiva paradigmática (quarta perspectiva) abarca uma multiplicidade de visões de mundo, provendo uma fundamentação filosófica para as pesquisas de métodos mistos, embora se reconheça que as bases filosóficas deste tipo de investigação possam mudar ao longo da própria investigação.

A tabela 1 traz exemplos de definições de pesquisas envolvendo métodos mistos que são norteadas pelas quatro perspectivas de forma isolada ou combinadas.

O emprego de métodos mistos em pesquisas requer um posicionamento crítico às questões de natureza ontológica e epistemológica (Abbad *et al.*, 2014). As autoras afirmam que, no plano ontológico, as questões postas que requerem um posicionamento do pesquisador dizem respeito, entre outras, à assunção de se o mundo existe para além da percepção humana e se ele pode ser apreendido por ela. No

plano epistemológico, as questões que se colocam são relativas ao significado de "conhecimento válido" e de como se chegar a ele.

Tabela 1. Exemplos de definições, presentes na literatura, de pesquisas envolvendo métodos mistos, a partir das quatro perspectivas de conceituações.

Definições	Perspectiva norteadora da definição
Designs mistos são aqueles que combinam métodos qualitativos e quantitativos com o objetivo de formulação de questões de pesquisa, em único estudo.	Processual
Emprego de mais de uma abordagem metodológica em combinação em um único estudo.	Metodológica
Emprego de abordagens e métodos quantitativos e qualitativos, dedutivos e indutivos, números e discursos na resolução de problemas de pesquisa.	Prática
Métodos mistos são uma síntese intelectual e prática baseadas em métodos tanto qualitativos quanto quantitativos e se configuram como um terceiro paradigma metodológico.	Paradigmática/Prática
Métodos mistos são o uso de mais de um método, metodologia, abordagem teórica ou paradigmas em um planejamento/estrutura de investigação e a consequente integração de resultados e suas análises.	Processual/Metodológica/ Prática/Paradigmática

Fonte: Ngulube, 2020. Nota: adaptada pelo autor.

Dawadi *et al.* (2021) afirmam que os posicionamentos dos pesquisadores são originados de três bases filosóficas que norteiam o direcionamento de suas investigações.

A primeira base e, talvez a mais prevalente, é o *positivismo* que considera que apenas o conhecimento confirmado pelos sentidos é afirmado como conhecimento. As investigações científicas seguem caminhos objetivos e traduzem o pressuposto que o conhecimento é adquirido através de uma coleta de fatos objetivamente verificáveis, por meio de técnicas quantitativas. Os positivistas diferenciam entre "ciência" e "enunciados normativos" e acreditam que enunciados normativos

não podem ser confirmados pelos sentidos; portanto, apenas afirmações científicas são o verdadeiro domínio do cientista (Dawadi *et al.* 2021). Historicamente, o principal método de pesquisa foi orientado pelo desenho da pesquisa quantitativa ou pela abordagem positivista. Ainda conforme os autores, há o chamado "pós-positivismo" que tem espaço para a subjetividade ao permitir o emprego de métodos quantitativos (dados numéricos e estatística) e qualitativos (como entrevistas e observação participante). Para os autores, o pós-positivismo é uma forma mais branda de positivismo que segue os mesmos princípios, mas permite maior interação entre o pesquisador e seus participantes.

A segunda base, o *interpretativismo*, surge como um contraste epistemológico ao positivismo, pressupondo múltiplas realidades. Portanto, os seguidores desse paradigma são críticos à aplicação do modelo positivista a estudos. Os cientistas sociais, por exemplo, orientam-se por esse paradigma, buscando o significado subjetivo das ações sociais, por meio do emprego de ferramentas como entrevistas, grupos focais e observação participante para entender a situação (Dawadi *et al.* 2021).

Entre o *positivismo* e o *interpretativismo* encontram-se as premissas do realismo e também do chamado "construtivismo" que se baseia na premissa de que a realidade é um produto da interação humana com o mundo real. É guiado pela crença de que a construção ativa do conhecimento ocorre quando há essa interação, sendo o conhecimento construído socialmente. O construtivismo opõe-se à ideia de que existe uma metodologia única para a geração do conhecimento que deve ser abordado através de múltiplas perspectivas (Dawadi *et al.* 2021).

Em suma, as duas bases, que são convencionalmente consideradas fundamentalmente opostas uma à outra, são o positivismo/pós-positivismo e construtivismo/interpretativismo. O primeiro relaciona-se com a metodologia quantitativa, ao passo que o segundo impulsiona a pesquisa qualitativa (Dawadi *et al.* 2021).

Há ainda, conforme Dawadi *et al.* (2021), uma terceira base filosófica relacionada e que fundamenta o emprego de métodos mistos em investigações científicas, o *pragmatismo,* que defende que as

escolhas forçadas entre positivismo e interpretativismo devem ser abandonadas, pois enxerga a realidade como singular e múltipla. O pragmatismo é pluralista e orientado para o que funciona e para a prática. O pragmatismo emprega vários métodos, que devem sempre ser guiados por problemas de pesquisa, valorizando tanto o conhecimento objetivo quanto o subjetivo para responder às questões colocadas pela investigação. A questão mais importante para o pragmatismo é se a pesquisa ajudou a descobrir o que o pesquisador quer saber. Portanto, a principal razão para adotar uma posição pragmática em um estudo é permitir que o pesquisador tenha uma postura pluralista de coletar todos os tipos de dados para melhor responder às questões de pesquisa. Em essência, um cientista pragmático emprega um *design* de métodos mistos em um projeto de pesquisa com o objetivo de entender a situação através de resultados obtidos por meio de ferramentas como observação participante e entrevistas, mas também por meio de ferramentas como os números e a estatística.

Também Hafsa (2020) considera o pragmatismo como o fundamento filosófico das pesquisas de Métodos Mistos. O pragmatismo, também conhecido como experimentalismo, é uma filosofia que:

- considera a racionalidade das ideias pelos seus resultados quando colocadas em prática/vida real, e
- inspira a buscar saídas e ações que guiem para alcançar o objetivo desejado.

O pragmatismo lida com a implementação de "o que funciona" e busca encontrar uma saída para as dificuldades. Os pesquisadores que seguem essa tradição se concentram no problema de pesquisa em vez de se concentrar nos métodos ou procedimentos e utilizam todas as abordagens disponíveis para investigar a questão (Hafsa, 2020).

Segundo a autora, o pragmatismo, como base para as investigações de métodos mistos, justifica-se nos seguintes termos:

- O pragmatismo não se limita a nenhuma epistemologia ou ontologia específica. Seguindo essa filosofia, os pesquisadores

que buscam métodos mistos empregam pontos de vista qualitativos e quantitativos para atingir seu objetivo ou meta.

- A filosofia do pragmatismo oferece aos pesquisadores uma flexibilidade em termos de escolha de métodos, técnicas e procedimentos de pesquisa que melhor se adequem às suas necessidades e objetivos.
- Para os pragmáticos, o mundo não é uma "unidade absoluta". Portanto, os pesquisadores de métodos mistos contam com várias abordagens para coleta e análise de dados, em vez de afiliar-se a critérios qualitativos ou quantitativo, somente.
- Os pragmáticos definem a verdade como aquilo que serve ao propósito no momento. Da mesma forma, pesquisadores de métodos mistos exploram dados qualitativos e quantitativos para fornecer a visão mais abrangente de sua questão de pesquisa.
- Os pragmáticos acreditam que a pesquisa sempre ocorre em contextos sociais, históricos e políticos. Portanto, estudos de métodos mistos podem ecoar justiça social e objetivos políticos.
- Para o pesquisador que utiliza métodos mistos, o pragmatismo facilita o emprego de vários métodos, visões de mundo, juntamente com vários tipos de coleta de dados e técnicas de análise.

Hafsa (2020) expressa o significado do pragmatismo como a base filosófica para a pesquisa com métodos mistos por sua capacidade de enfatizar o problema de pesquisa e, em seguida, adotar diversas abordagens para resolver a questão. O pressuposto básico da pesquisa de métodos mistos está na utilização de várias fontes de dados para garantir uma compreensão sistêmica do problema, em vez de depender de um único desenho de pesquisa, seja qualitativo ou quantitativo.

Planejamento e procedimentos de pesquisa

Creswell (2009) afirma serem seis os procedimentos possíveis na condução de estudos que empregam os métodos mistos. Contudo,

afirma a necessidade de se atentar ao planejamento que orientará esses procedimentos. O autor (Creswell, 2009) aponta quatro aspectos desse planejamento que merecem atenção.

O primeiro desses aspectos diz respeito ao *timing* da coleta de dados. Creswell (2009) postula que os desenvolvedores de propostas mistas precisam considerar se a coleta de dados qualitativos e quantitativos se dará em fases (sequencialmente) ou ao mesmo tempo (simultaneamente). Quando os dados são coletados em fases, tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos podem vir em primeiro lugar. Isso depende da intenção inicial do pesquisador. Quando os dados qualitativos forem coletados primeiro, a intenção é explorar o tópico de investigação com os participantes. Em seguida, o pesquisador expande a compreensão por meio de uma segunda fase em que os dados são coletados de um grande número de pessoas (tipicamente uma amostra representante de uma população). Quando há a coleta simultânea, dados quantitativos e qualitativos são coletados ao mesmo tempo. Em muitos projetos pode ser impraticável coletar dados ao longo de um período de tempo expandido. Nesse caso, é mais praticável coletar ambos os dados, aproximadamente, ao mesmo tempo, o que evitaria que os pesquisadores revisitassem o campo de pesquisa inúmeras vezes.

O segundo aspecto ressaltado pelo autor é a *ponderação* relacionada à prioridade dada à pesquisa quantitativa ou qualitativa em um estudo particular. Em alguns estudos, o peso pode ser igual; em outros estudos, pode haver ênfase em uma ou outra. A prioridade um para cada tipo depende dos interesses do pesquisador, do público para o estudo, daquilo que o investigador procura enfatizar no estudo e da extensão do tratamento de um tipo de dado ou outro no projeto (uso de uma abordagem prioritariamente indutiva para geração de temas) ou uma abordagem dedutiva (no teste de uma teoria).

A *combinação* é o terceiro aspecto do planejamento proposto pelo autor. Creswell (2009) pondera ser difícil a combinação de métodos (e em um sentido mais amplo, misturando as questões de pesquisa, filosofia e a interpretação dos resultados), tendo em vista que dados qualitativos consistem em texto e imagens e dados quantitativos, números.

Há duas perguntas diferentes aqui: quando um pesquisador fará uma combinação de métodos em um estudo e como ocorrerá a mistura. A primeira pergunta é muito mais fácil de responder do que a segunda. Mistura dos dois tipos de dados pode ocorrer em várias etapas: a coleta de dados, a análise de dados, na interpretação ou nas três fases. Misturar significa que os dados qualitativos e quantitativos são realmente mesclados em uma extremidade do *continuum*, mantidos separados na outra extremidade do *continuum* ou combinados de alguma forma entre esses dois extremos. As duas bases de dados podem ser mantidas separadas, mas conectadas; por exemplo, em um projeto de duas fases que começa com uma fase, a análise dos dados, e seus resultados podem ser usados para identificar participantes para coleta de dados qualitativos em uma fase de acompanhamento. Numa outra situação, o pesquisador pode coletar tanto dados quantitativos quanto qualitativos, simultaneamente, transformando os temas qualitativos em contagens e comparando-os com dados quantitativos descritivos. Nesse caso, a mistura consiste em integrar as duas bases de dados. Em um cenário final, o pesquisador pode ter como objetivo principal coletar uma forma de dados (quantitativos) e ter a outra forma de dados (qualitativos) que forneça informações de suporte.

O quarto e último aspecto listado pelo autor, *teorizando ou transformando perspectivas,* é se uma perspectiva teórica maior orienta todo o *design* da pesquisa. Pode ser uma teoria das ciências sociais ou um amplo leque de teorias. Conforme informa o autor (Creswell, 2009), as teorias funcionariam como uma "lente" orientadora que moldaria os tipos de perguntas feitas, quem participaria do estudo, como os dados serão coletados e as implicações feitas a partir do estudo. As teorias apresentam uma perspectiva abrangente usada em, praticamente, todos os estudos com métodos mistos.

Esses quatro aspectos do planejamento moldam seis estratégias de pesquisa (Creswell & Plano Clark, 2003; Creswell, 2009; Santos *et al*, 2017; Dawadi *et al*., 2021): estratégia sequencial explanatória, estratégia sequencial exploratória, estratégia sequencial transformatória, estratégia de triangulação concomitante, estratégia incorporada concomitante e estratégia transformativa concomitante.

A estratégia explicativa explanatória caracteriza-se pela coleta e análise de dados quantitativos em uma primeira fase de pesquisa seguida da coleta e análise de dados qualitativos em uma segunda fase que se baseia nos resultados quantitativos. A mistura dos dados ocorre quando os resultados quantitativos iniciais norteiam a coleta de dados qualitativos secundários. Uma teoria explícita pode ou não informar o procedimento geral. Um *design* explanatório sequencial é, em geral, utilizado para explicar e interpretar resultados quantitativos, coletando e analisando, posteriormente, os dados qualitativos. Pode ser bastante útil quando surgem resultados inesperados de um estudo quantitativo. Nesse caso, os dados qualitativos, posteriormente coletados, podem ser usados para examinar esses resultados surpreendentes. Essa estratégia pode ou não ter uma perspectiva teórica específica. A natureza direta desse *design* é um dos seus principais pontos fortes. É fácil de implementar porque as fases se dividem em etapas claras e separadas. Além disso, esse recurso de *design* facilita a descrição e o relatório. O ponto fraco desse *design* é o tempo envolvido na coleta de dados. Isso é especialmente uma desvantagem se as duas fases recebem igual prioridade.

A próxima estratégia — estratégia sequencial exploratória — é semelhante à primeira, exceto pelo fato de que as fases são invertidas. A estratégia senquencial exploratória envolve uma primeira fase de coleta e análise de dados qualitativos, seguida por uma segunda fase de coleta e análise de dados quantitativos. O projeto pode ou não ser implementado dentro de uma perspectiva teórica explícita. No nível mais básico, o propósito dessa estratégia é usar dados e resultados quantitativos para auxiliar na interpretação dos achados qualitativos. O foco principal desse modelo é explorar inicialmente um fenômeno, sendo apropriado para usar ao testar elementos de uma teoria emergente e que também pode ser usado para generalizar achados qualitativos para diferentes amostras. A estratégia sequencial exploratória é frequentemente discutida como o procedimento de escolha quando um pesquisador precisa desenvolver um instrumento de medida quando os instrumentos existentes são insuficientes ou não estão disponíveis. Usando uma abordagem de três fases, o pesquisador primeiro

reúne dados qualitativos e os analisa, os utiliza no desenvolvimento do instrumento que é posteriormente administrado a uma amostra de população. Essa abordagem em duas fases (pesquisa qualitativa seguida de pesquisa quantitativa) é de fácil implementação e é simples de descrever e relatar. Útil para um pesquisador que quer explorar um fenômeno, esse modelo é especialmente vantajoso quando um pesquisador tem por objetivo a construção de um novo instrumento de medida. Assim como a primeira estratégia, o modelo sequencial exploratório requer uma extensão substancial de tempo para completar ambas as fases de coleta de dados, o que pode ser uma desvantagem para algumas situações de pesquisa. Além disso, o pesquisador deve tomar algumas decisões-chave sobre quais descobertas da fase qualitativa inicial serão focadas na fase quantitativa subsequente (por exemplo, um tema, comparações entre grupos ou vários temas).

A terceira estratégia, alcunhada estratégia sequencial transformatória, é caraterizada por duas coletas de dados distintas com uma lente teórica sobrepondo os procedimentos sequenciais. Ela também tem uma fase inicial (ou quantitativa ou qualitativa) seguida por uma segunda fase (qualitativa ou quantitativa) baseada na fase anterior. A lente teórica molda uma questão de pesquisa destinada a explorar um problema. Nessa estratégia, o pesquisador pode usar qualquer um dos métodos na primeira fase da pesquisa, e a prioridade pode ser dada a qualquer uma ou distribuída uniformemente para ambas as fases. Ao contrário do caráter das estratégias anteriores, a transformatória sequencial possui uma perspectiva teórica para orientar o estudo que é mais importante do que o uso de qualquer método isolado. O modelo transformatório sequencial compartilha os pontos fortes e fracos das outras duas abordagens sequenciais. Seu uso de fases distintas facilita a sua implementação, descrição e compartilhamento de resultados. Ainda mais importante, essa estratégia coloca a pesquisa de métodos mistos em uma estrutura transformadora.

A estratégia de triangulação concomitante, a quarta das estratégias presentes na literatura, é, provavelmente, a mais familiar dos seis modelos/estratégias de pesquisa com a utilização de métodos mistos. Nessa estratégia, o pesquisador coleta dados quantitativos e

dados qualitativos simultaneamente e, em seguida, compara os dois bancos de dados para determinar se há convergência, diferenças ou alguma combinação. Nessa proposta, geralmente, se usa métodos quantitativos e qualitativos separados como um meio de compensar as fraquezas inerentes a um método com os pontos fortes do outro. Nessa abordagem, a coleta de dados quantitativos e qualitativos é concorrente, acontecendo em uma única fase da pesquisa com prioridade igualmente distribuída entre os dois métodos.

A combinação nessa estratégia dá-se, geralmente, em uma seção de interpretação ou discussão, quando os resultados obtidos são mesclados, integrados ou comparados a partir de dois bancos de dados, lado a lado. Em geral, uma seção da comunicação primeiro fornece resultados estatísticos quantitativos seguidos por citações qualitativas que corroboram, ou não, os resultados quantitativos. A coleta de dados, por ser simultânea, resulta em um período de tempo mais curto em comparação com as estratégias sequenciais. Esse modelo também tem limitações. Exige grande esforço e experiência para estudar adequadamente um fenômeno com dois métodos separados e também pode ser difícil comparar os resultados de duas análises usando dados de naturezas distintas.

A penúltima estratégia de pesquisa — estratégia incorporada concomitante — pode ser identificada pela coleta de dados quantitativos e qualitativos que são feitas de maneira simultânea. Ao contrário da combinação tradicional, essa estratégia adota um método primário, que orienta o projeto e um banco de dados secundário e que fornece um suporte aos procedimentos. Essa incorporação pode significar que o método secundário aborda uma questão diferente da primária (por exemplo, em um experimento, os dados quantitativos abordam os resultados esperados dos tratamentos, ao passo que os dados qualitativos exploram os processos vivenciados por indivíduos nos grupos de tratamento) ou busca informações em um nível diferente de análise (como uma hierarquia). A "mistura" dos dados dos dois métodos, em geral, tem como objetivo a integração das informações oriundas de uma fonte de dados com a outra, normalmente realizada em uma seção de discussão de um estudo. No entanto, os

dados também podem ser comparados, fornecendo uma avaliação composta geral do problema investigado. Muitas vezes, essa estratégia é usada para que um pesquisador possa obter perspectivas mais amplas como resultados do uso de diferentes métodos, em oposição ao emprego de um método isolado. Um modelo incorporado concorrente pode, ainda, ser empregado quando um pesquisador opta por utilizar métodos diferentes para estudar diferentes grupos ou níveis. Um método poderia ser usado dentro de uma estrutura de outro método, como se um pesquisador projetasse e conduzisse um experimento para examinar os resultados de um tratamento, mas usou a metodologia de estudo de caso para estudar como os participantes do estudo vivenciaram os procedimentos do primeiro tratamento. Esse modelo de métodos mistos é atraente por vários motivos. Um pesquisador é capaz de coletar os dois tipos de dados simultaneamente, durante uma única fase de cobrança. Além disso, se os dois bancos de dados são comparados, podem ocorrer discrepâncias que precisam ser resolvidas. Por serem os dois métodos desiguais em sua prioridade, essa estratégia pode resultar em evidências desiguais dentro de um mesmo estudo, o que pode ser uma desvantagem na interpretação dos resultados finais.

A última das estratégias de investigação com métodos mistos, a estratégia transformativa concomitante, é uma estratégia guiada pelo uso, pelo pesquisador, de uma teoria perspectiva, bem como a coleta simultânea de dados quantitativos e qualitativos. Essa estratégia pode ser baseada em ideologias ou em um quadro conceitual ou teórico. Essa perspectiva se reflete no propósito ou nas questões de pesquisa do estudo. É a força motriz por trás todas as escolhas metodológicas: como definir o problema, identificar e projetar as fontes de dados, analisar, interpretar e relatar resultados. A combinação dos dados, nessa estratégia, se daria pela da fusão, conexão ou incorporação dos dados.

A tabela 2 sintetiza as definições das estratégias em pesquisas que empregam métodos mistos na coleta dos dados e na interpretação de resultados.

Tabela 2. Definições das estratégias na coleta e na análise dos resultados em investigações com métodos mistos.

Estratégia	Definições
Sequencial explanatória	Primeira etapa: dados quantitativos são coletados e analisados. Segunda etapa: coleta e análise de dados qualitativos a partir dos resultados quantitativos iniciais.
Sequencial exploratória	Primeira etapa: dados qualitativos são coletados e analisados. Segunda etapa: coleta e análise de dados quantitativos a partir dos dados qualitativos iniciais.
Sequencial transformatória	Projeto de duas fases com uma lente teórica. Fase inicial (quantitativa ou qualitativa) seguida de segunda fase (quantitativa ou qualitativa), que se desenvolve sobre a fase anterior.
Triangulação concomitante	Dados quantitativos e qualitativos são coletados concomitantemente e comparados, buscando convergências, diferenças ou combinações.
Incorporada concomitante	Dados quantitativos e qualitativos são coletados concomitantemente, com um método principal e um segundo que gera um banco de dados secundário.
Transformativa concomitante	Adota perspectiva teórica específica, com dados quantitativos e qualitativos coletados concomitantemente, com um método incorporado no outro.

Fonte: Santos et al., 2017. Nota: adaptada pelo autor.

Ainda sobre as estratégias de coleta e análise de dados em estudos com métodos mistos, Creswell, em duas ocasiões (2003; 2009), aponta a necessidade de se atentar para os tipos de dados a serem coletados, como também à amostra a ser empregada. Para o autor, os seguintes cuidados devem ser tomados:

- Identificar o tipo de dados, tanto quantitativos quanto qualitativos que serão coletados durante o estudo proposto. Os dados diferem em termos de respostas abertas *versus* fechadas. Algumas formas de dados, como entrevistas e observações, podem ser tanto quantitativas como qualitativas, dependendo de quão abertas (qualitativo) ou fechadas (quantitativo) as

opções de resposta podem ser em uma entrevista ou em uma lista de verificação para observação. Embora a redução da informação a números seja a abordagem mais utilizada na pesquisa quantitativa, eles também são empregados em pesquisa qualitativa.

- Reconhecer que os dados quantitativos geralmente envolvem amostragem aleatória, o que possibilita a generalização dos resultados para uma população maior. Em dados qualitativos, a amostragem intencional é usada para que os indivíduos sejam selecionados a partir de suas vivências no fenômeno investigado.

Desafios, barreiras e benefícios da utilização de métodos mistos em pesquisas

A pesquisa de métodos mistos nem sempre atinge seu objetivo, pois a mistura de métodos quantitativos e qualitativos pode produzir várias ameaças, resumidas aqui como cinco principais desafios (Dawadi *et al.* 2021). Primeiro, a coleta e análise de dados pode ser um processo muito demorado. Portanto, pode ser mais caro em termos de custo e tempo. Os pesquisadores geralmente lutam para projetar suas pesquisas dentro de seu tempo e orçamento estimados. Alguns pesquisadores indicam que o cronograma de recrutamento da amostra é exigente e o trabalho com a coleta de dados é intensiva. Em segundo lugar, a integração de dados qualitativos e quantitativos é muitas vezes difícil para muitos pesquisadores que relatam que a literatura existente fornece orientações esparsas sobre como mesclar dados de diferentes fontes. Terceiro, os métodos quantitativos e qualitativos são guiados por diferentes arcabouços epistemológicos e filosóficos. Portanto, as preocupações em integrá-los incluem se os pressupostos de cada paradigma podem, ou não, obter a mesma prioridade no estudo e se os dados derivados das duas metodologias são vistos como complementares ou incompatíveis. Embora os pesquisadores atribuam prioridade/valor e peso iguais a ambos os métodos, considerando a hipótese de se complementarem, um grande desafio pode surgir quando as

descobertas extraídas de um método contradizem as do outro método, questionando a confiabilidade e validade de um deles. Também pode haver problemas em relacionar dois tipos diferentes de informações e tirar uma conclusão a partir deles. O pesquisador, portanto, precisa garantir que diferentes métodos sejam combinados adequadamente para que não haja comprometimento da robustez e da confiabilidade da pesquisa. Logo, um pesquisador de métodos mistos precisa ter um conjunto mais amplo de habilidades para conduzir pesquisas com rigor.

O quarto desafio associado à abordagem de métodos mistos é escolher um projeto adequado e manter a qualidade na integração de dados. Às vezes, pode haver um caso em que um método pode influenciar a coleta e interpretação de dados do outro método. O quinto, e mais importante desafio para um pesquisador desse método, é decidir qual projeto de combinação de métodos é o mais apropriado para um determinado estudo. A adequação de um projeto dependerá, em grande parte, do propósito do estudo e da prioridade que será dada a ambos os conjuntos de dados ou se um será dominante sobre o outro. Para os autores (Dawadi *et al.* 2021), pesquisadores iniciantes têm, portanto, a necessidade de desenvolver habilidades adequadas tanto em métodos qualitativos quanto quantitativos para lidar com as demandas de suas utilizações.

Em relação aos principais benefícios, o objetivo geral e a premissa central dos estudos de métodos mistos é que o uso de abordagens quantitativas e qualitativas em combinação pode fornecer uma melhor compreensão dos problemas de pesquisa e fenômenos complexos do que qualquer abordagem isolada (Azorin & Ameron, 2010). Uma melhor compreensão pode ser obtida, por exemplo, combinando um conjunto de resultados com outro e, assim, aumentar a validade das inferências. É frequentemente enfatizado que métodos diferentes têm pontos fracos e fortes diferentes e, portanto, o principal efeito que uma combinação pode oferecer é a superação dos pontos fracos de qualquer método único, o que pode incrementar a confiança na validade dos resultados.

Outros propósitos, razões ou justificativas para combinar métodos qualitativos e quantitativos também podem ser apontados:

complementaridade (buscar elaboração, ilustração, aprimoramento e esclarecimento dos resultados de um método com os achados do outro método), desenvolvimento (quando o pesquisador usa os resultados de um método para ajudar a desenvolver ou informar o uso do outro método), iniciação (descobrir paradoxos e contradições que levem à reformulação das questões de pesquisa) e expansão (procurar ampliar a amplitude e o alcance da investigação usando diferentes métodos para diferentes componentes de consulta). Assim, os autores apontam que, na combinação de métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa qualitativa pode facilitar a pesquisa quantitativa; a pesquisa quantitativa pode facilitar a pesquisa qualitativa na análise de características estáticas e procedimentais, podendo facilitar a interpretação da relação entre as variáveis e a análise de diferentes aspectos de um fenômeno (Azorin & Ameron, 2010).

Métodos mistos de pesquisa

A Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) é caracterizada como uma subárea da psicologia que possui uma perspectiva dupla de identificação. Gondim *et al.* (2010) afirmam que a POT é identificada como ciência e profissão, o que, conforme os autores, criaria tensões inerentes à essa condição. Além da própria identidade ambivalente, duas outras tensões são relacionadas. A primeira relaciona-se ao fato de haver diversos paradigmas que norteiam a produção do conhecimento em ciências humanas e sociais de modo geral e, em particular, em psicologia. Esses diversos paradigmas, por vezes conflitantes entre si, buscam se impor por meio de padrões, normas e procedimentos metodológicos na produção do conhecimento. A segunda tensão relatada é relativa ao descompasso entre o nível teórico de constructos em psicologia e sua mensuração, já que muitos desses constructos não permitem observação direta, o que gera definições operacionais nem sempre compartilhadas pela comunidade científica ou por gestores.

Hunt (2018), por outro lado, afirma que a produção do conhecimento em POT deveria ser o mais "robusta" possível para que se superasse uma outra tensão da área: o descompasso entre o que é

produzido e o que é, efetivamente, empregado pelos gestores. Esse impasse seria superado, conforme o autor (Hunt, 2018), com uma produção do conhecimento que trouxesse maiores impacto, valor e credibilidade.

Para o autor, a pesquisa em POT pode ser caracterizada conforme quatro categorias:

- Pesquisa explicativa, focada em criar e testar teorias que explicam relações entre os atributos do indivíduo, características do trabalho e variáveis organizacionais.
- Pesquisa metodológica, focada na criação de métodos e medidas que que deem suporte à coleta e análise de dados relevantes a tópicos estudados pela POT.
- Pesquisa descritiva, que relaciona e descreve tendências emergentes no mundo do trabalho (se concentra na descrição de fenômenos sem, necessariamente, fornecerem extensas explicações teóricas sobre eles).
- Pesquisa aplicada, focada em entender como aplicar efetivamente conhecimento psicológico e métodos para abordar questões relevantes para o mundo do trabalho (o foco não é desenvolver novas teorias ou métodos, mas em entender como as empresas e os funcionários podem alavancar, de forma mais eficaz, o conhecimento e métodos da psicologia no alcance de seus objetivos).

Essas tensões, e a multiplicidade de categorias de pesquisas, gerariam, conforme Abbad *et al.* (2014), um desalinho entre o nível teórico dos constructos investigados (micro, meso ou macro) e o nível de suas análises, o que levaria os pesquisadores a investigar um fenômeno em um nível e o interpretarem em outro. Esse desalinho, ainda conforme as autoras, estaria intimamente relacionado à escolha do método de pesquisa, que oscila entre os métodos qualitativos, quantitativos e mistos.

A tendência de se adotar estudos com métodos mistos de análise, como forma de eliminar ou, pelo menos, minimizar as tensões

existentes no campo da produção do conhecimento em POT, apoia-se na suposição que os métodos mistos seriam mais adequados à complexidade dos fenômenos de interesse. Na última década, vários autores recomendam a adoção desses métodos em investigações relativas às corporações de trabalho e ao comportamento dos indivíduos inseridos nessa ambientação (Azorin & Cameron, 2010; Turner *et al.*, 2015; Azorin, 2016; Harrison, Reilly & Creswell, 2020). Para esses autores, superada as questões ontológicas e epistemológicas relativas à existência de um mundo para além da percepção humana e às diversas visões sobre a conceituação de "conhecimento válido", há de se adotar um posicionamento pragmático com um foco na alavancagem do conhecimento como também na busca de soluções dos problemas práticas da gestão, por exemplo.

Harrison *et al.* (2020) sugerem que, embora haja esse movimento em direção à utilização de métodos mistos, pesquisadores neófitos ainda se sentem mais seguros em adotar os métodos tradicionais de investigação. Já em 2014, Abbad *et al.* assinalavam um descompasso entre o discurso sobre a conveniência da adoção de métodos mistos e seu efetivo emprego. Para as autoras, esse descompasso por ser explicado pelo que chamam de "níveis de aceitação".

O primeiro nível é o da aceitação por aquiescência, que está relacionada à tolerância que se tem para com a suposição de que os métodos mistos podem ajudar na compreensão mais ampla do fenômeno, sem que o pesquisador use de fato essa alternativa. O segundo nível de aceitação é o da formação de atitude, em que, por exemplo, o pesquisador, os editores de revistas científicas e os coordenadores de entidades financiadoras de projetos científicos defendem o seu uso e explicitam nas normas de submissão a receptividade de métodos mistos. O terceiro nível envolve a concreta adesão e aplicação prática de métodos mistos e o investimento em publicações sobre procedimentos metodológicos no uso combinado de métodos, que podem auxiliar na formação de futuros pesquisadores mais aptos a manejar esse tipo de desenho de investigação (Abbad *et al.* 2014).

O desafio será, diante de uma pressão para resolver questões sociais e oferecer soluções para os problemas e desafios organizacionais,

a formação de uma cultura de compartilhamento e de transferência de conhecimentos e habilidades, o que capacitaria melhor o pesquisador para utilizar métodos diversificados. Ou seja, o uso de métodos mistos exige maior preparo do pesquisador (Abbad *et al.* 2014).

A formação de pesquisadores é uma preocupação, também, de autores que advogam a necessidade de se seguir um roteiro prévio que assegure um *design* de pesquisa que possibilite a utilização de métodos mistos de forma que se alcance os objetivos da investigação.

Alguns roteiros foram sugeridos por Azorin e Cameron (2010) e por Turner *et al.* (2015). Esses roteiros convergem em passos necessários para o planejamento de uma pesquisa utilizando os métodos mistos. São, basicamente, quatro passos.

O primeiro deles é relativo à decisão sobre as questões que nortearão o projeto de pesquisa. Turner *et al.* (2015) afirmam que como qualquer bom projeto de pesquisa, um objetivo inicial é identificar uma questão de pesquisa intrigante que tenha o potencial de produzir *insights* interessantes e importantes para a teoria ou para a compreensão de um fenômeno. O pesquisador também deve ter uma compreensão clara de pesquisas anteriores que geraram a questão de pesquisa, pois isso pode desempenhar um papel crítico no reconhecimento e na articulação do porquê a questão tem boas perspectivas de produzir contribuições importantes para o campo. Do ponto de vista do projeto de pesquisa, atenção especial deve ser dada à forma da pergunta (por que, o quê, como). Essa é uma extensão da ideia de que métodos particulares são adequados para abordar formas particulares de questões de pesquisa.

Já o segundo passo é a determinação dos objetivos teóricos subjacentes ao projeto. Uma vez que os estudiosos tenham uma importante questão de pesquisa em mente, sua atenção deve ser direcionada para determinar suas intenções em relação à teoria. Os objetivos teóricos abrangem tanto o propósito teórico quanto os atributos teóricos. Para propósito teórico, a decisão é se a pesquisa em questão é principalmente orientada para o desenvolvimento de teoria, teste de teoria ou desenvolvimento e teste de teoria. Para atributos teóricos, a decisão envolve a determinação de prioridades em relação à generalização,

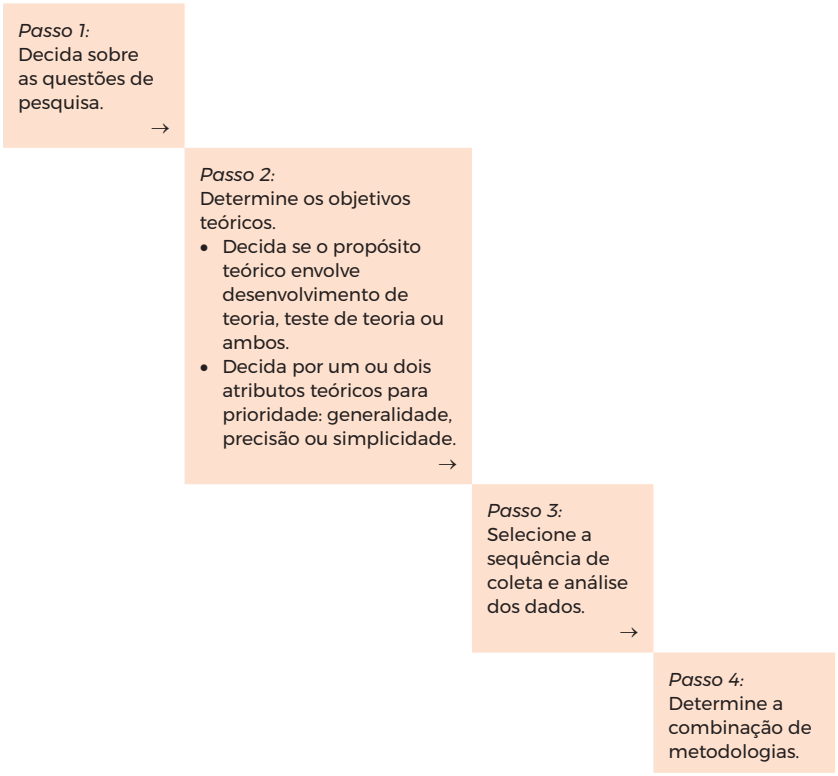
simplicidade e precisão da teoria. Para o desenvolvimento da teoria, isso se refere à teoria que os pesquisadores estão tentando criar ou elaborar, ao passo que para o teste de teoria, se refere a se a teoria está sendo testada de tal maneira que as alegações de generalidade, simplicidade ou precisão possam ser suportadas. Embora o propósito teórico tenha recebido considerável atenção nas ciências organizacionais, os investigadores agem como se pudessem atingir simultaneamente todos os três objetivos em suas explicações, e essa ilusão está no centro de muitas pesquisas triviais e inconclusivas (Turner *et al.* 2015). Assim, os pesquisadores precisam decidir explicitamente qual (ou quais), entre os atributos teóricos de generalidade, precisão e simplicidade, é sua intenção para o estudo.

Após determinar objetivos teóricos subjacentes à investigação, o próximo passo é decidir sobre o processo de coleta e análise dos dados, deixando claro quais objetivos tenta-se alcançar através do uso de um desenho de métodos mistos. Uma questão para os pesquisadores é decidir se devem seguir as estratégias selecionadas, vinculando vários métodos dentro de um estudo de pesquisa ou se devem usar métodos diferentes em vários estudos de pesquisa. No caso de vincular métodos dentro de um único estudo de pesquisa, as decisões de *design* geralmente são tomadas antes de iniciar o trabalho, ao passo que os pesquisadores envolvidos no uso de métodos diferentes em estudos de pesquisa, frequentemente, tomam decisões correspondentes em estágios posteriores, ou seja, surge maior clareza sobre métodos complementares à medida que um programa de pesquisa evolui e progride. Para os pesquisadores que consideram a questão de vincular métodos dentro de um único estudo, um fator-chave deve ser os objetivos teóricos para o estudo. Se o propósito da pesquisa for desenvolver uma teoria abrangente, pode ser necessário um processo de coleta e análise de dados baseado na ligação de métodos específicos dentro de um único estudo de pesquisa. Os pesquisadores também podem ter em mente questões pragmáticas dentro de um único estudo, reconhecendo que pode haver valor em vincular métodos relacionados de determinadas maneiras. Por exemplo, a realização de entrevistas com uma amostra de população

e pesquisas com uma amostra semelhante à primeira permite maior eficiência de tempo e recursos.

Como último passo no projeto de pesquisa baseado no emprego de métodos mistos, o pesquisador precisa decidir qual combinação de estratégias de pesquisa atenderá melhor aos seus objetivos, levando em consideração a questão de pesquisa, as intenções teóricas e o processo de sequenciação. Em outras palavras, o pesquisador deve selecionar suas metodologias seguindo a identificação das questões de pesquisa, determinação do propósito teórico (desenvolvimento e/ou teste) e a priorização entre atributos teóricos (generalidade, precisão, simplicidade). A figura 1 sintetiza os passos recomendados à utilização de métodos mistos em pesquisa em POT.

Figura 1. Passos recomendados para o emprego de métodos mistos em POT.



Fonte: Turner et al, 2015. Nota: adaptada pelo autor.

Em suma, o desafio de se utilizar os métodos mistos de pesquisa em POT pode ser resumido em três questões que devem ser respondidas pelos pesquisadores: se é possível a aplicação, com sucesso, de métodos mistos de pesquisa em POT; se os benefícios serão maiores que as dificuldades inerentes à aplicação dos métodos e em que situações os métodos mistos são aplicáveis (Turner *et al.* 2015; Timans, Wouters & Heilbron, 2019; Harrison *et al.* 2020).

A decisão de combinar métodos qualitativos e quantitativos em estudos exigirá, por parte dos pesquisadores, reflexões teóricas, análises conceituais e a consciência da compatibilidade entre as abordagens epistemológicas subjacentes à essa decisão (Abbad *et al.* 2014).

Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo apresentar as definições, paradigmas, estratégias, desafios e críticas à utilização de métodos mistos em pesquisas e, em especial, nas investigações em POT. Como essa metodologia é a combinação de dois gêneros de pesquisa dominantes, tem o potencial de compensar as deficiências de um único método e, portanto, oferece mais validade e confiabilidade aos achados de uma pesquisa. Mesmo sendo uma metodologia de difícil manuseio por pesquisadores devido ao tempo, recursos e fatores de especialização associados a ele, ela tem sido cada vez mais adotada, por sua potencialidade, para atender a várias questões complexas de pesquisa, uma vez que o mundo da pesquisa de hoje está se tornando cada vez mais interdisciplinar, complexo e dinâmico.

Ao responder à pergunta do porquê da utilização de métodos mistos em pesquisa, várias podem ser as respostas. Primeiro, e acima de tudo, há a necessidade de se investigar fenômenos sociais densos, com vistas a compreender suas complexidades. Em segundo lugar, um projeto de pesquisa de método misto, especialmente em pesquisa colaborativa e aplicada, auxilia um pesquisador a abordar questões confirmatórias e explicativas simultaneamente. Em outras palavras, com base na análise e interpretação de um método de pesquisa misto,

um pesquisador pode construir, confirmar e teorizar ao mesmo tempo. Em terceiro lugar, um projeto de pesquisa de método misto permite que os pesquisadores expliquem resultados aparentemente contraditórios que emergem do uso de diferentes métodos. Além disso, usando dados provenientes de métodos distintos, ou dados convergentes de várias fontes, as pesquisas produzirão descobertas mais confiáveis que podem fortalecer suas conclusões e implicações. Em outras palavras, os resultados de um método podem informar, corroborar ou desenvolver os resultados de outro.

Finalmente, um projeto de pesquisa de método misto ajuda a expandir a amplitude e o alcance de uma investigação. Um desenho de pesquisa de método misto não está livre de limitações ou desafios. A primeira dessas limitações é decidir qual método misto é apropriado para um projeto de pesquisa específico. A decisão muitas vezes é difícil porque os pesquisadores podem não perceber como a mistura de métodos pode enriquecer a análise dos dados e a interpretação dos resultados. Em segundo lugar, manter um equilíbrio entre as duas tradições pode ser um desafio, porque é confortável para qualquer pesquisador se concentrar mais em uma única tradição. Em terceiro lugar, integrar dados de dois métodos para complementar e ampliar a análise e interpretação de dados é, naturalmente, um desafio. Finalmente, usar um método misto é um processo demorado, pois cada um dos métodos de pesquisa consome tempo. Portanto, um projeto de pesquisa pode exigir mais tempo do que o disponível.

Todas essas considerações também se fazem presentes em pesquisas de métodos mistos em POT. Os desafios para o emprego de métodos mistos podem e devem ser superados à medida que mais pesquisadores se sintam preparados cognitiva e instrumentalmente para utilizar as potencialidades que essa combinação de métodos oferece.

Referências

Abbad, G., Puente-Palácios, K., & Gondim, S. M. G. (2014). Abordagens metodológicas em psicologia organizacional e do trabalho. *Revista Brasileira de Psicologia, 1*(2), 71–88.

Azorín, J. F. M. (2015). Mixed methods research: An opportunity to improve our studies and research skills. *European Journal of Management and Business Economics, 25*, 37–38. https://doi.org/10.1016/j.redeen.2016.05.001

Azorín, J. M. M., & Cameron, R. (2010). The application of mixed methods in organizational research: A literature review. *The Electronic Journal of Business Research Methods, 8*(2), 95–105.

Creswell, J. W., & Hirose, M. (2019). Mixed methods and survey research in family medicine and community health. *Family Medicine and Community Health, 7*, e000086. https://doi.org/10.1136/fmch-2018-000086

Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2013). *Pesquisa de métodos mistos* (2ª ed.). Porto Alegre, RS: Penso.

Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (3rd ed.). London, England: SAGE Publications.

Dawadi, S., Shrestha, S., & Giri, R. A. (2021). Mixed-methods research: A discussion on its types, challenges, and criticisms. *Journal of Practical Studies in Education, 2*(2), 25–36.

Galvão, M. C. B., Pluye, P., & Ricare, E. L. M. (2018). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: Conceitos, construção e critérios de validação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 8*(2), 4–24. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075

Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2010). Psicologia do trabalho e das organizações: Produção científica e desafios metodológicos. *Psicologia em Pesquisa, 4*(2), 84–99.

Hafsa, N. (2019). Mixed methods research: An overview for beginner researchers. *Journal of Languages and Linguistics, 58*, 45–49.

Halcomb, E. J. (2018). Mixed methods research: The issues beyond combining methods. *Journal of Advanced Nursing, 75*(3), 499–501. https://doi.org/10.1111/jan.13877

Harrison, R. L., Reilly, T. M., & Creswell, J. W. (2020). Methodological rigor in mixed methods: An application in management studies. *Journal of Mixed Methods Research*, 1–23. https://doi.org/10.1177/155868981990585

Hunt, S. T. (2018). If robust science is relevant science, then make I-O psychology research more relevant: Thoughts from a practitioner point of view. *University of Saskatchewan Library*, 65–80. https://doi.org/10.1017/iop.2017.87

Ngulube, P. (2020). The movement of mixed methods research and the role of information science professionals. In *Handbook of research on connecting research methods*

for information science research (pp. 425–455). Hershey, PA: IGI Global. https://doi.org/10.4018/978-1-7998-1471-9.ch022

Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C., Silva Júnior, J. A., & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias, 18*(42), 384–411. https://doi.org/10.1590/15174522-018004221

Santos, J. L. G., Erdman, A. L., Meirelles, B. H. S., Lanzoni, M. M., Cunha, V. P., & Ross, R. (2017). Integração entre métodos quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. *Texto & Contexto Enfermagem, 26*(3), e1590016. https://doi.org/10.1590/0104-07072017001590016

Timans, R., Wouters, P., & Heilbron, J. (2019). Mixed methods research: What it is and what could be. *Theory and Society, 48*, 193–216. https://doi.org/10.1007/s11186-019-09345-5

Turner, S. F., Cardinal, L. B., & Burton, R. M. (2015). Research design for mixed methods: A triangulation-based framework and roadmap. *Organizational Research Methods*, 1–27. https://doi.org/10.1177/1094428115610808

Capítulo 10

Pesquisa transcultural: questões metodológicas

Helenides Mendonça
Tiago dos Santos Almeida
Ana Luísa Junça da Silva
Ana Cláudia Souza Vazquez

Seres humanos são biologicamente preparados para criar, adquirir e transmitir cultura aos que os rodeiam, seja na forma de modelos ou da rotina diária e as suas atividades inerentes, nas quais são transmitidos valores, crenças e normas. Esses são processos psicológicos e inter-psicológicos (Berry *et al.*, 1997) e são também objeto de estudo da psicologia cultural.

Conforme descrito por Kluckhohn (1954), a cultura é para a sociedade o que a memória é para os indivíduos. O conceito de cultura tem sido definido como o conjunto de valores, crenças, práticas, rituais, artefactos, mitos, linguagem e normas que são transmitidos de geração em geração, seja por meio da comunicação ou da imitação. Tomados em conjunto, os elementos de uma cultura compreendem todos os aspectos da vida social e elucidam um modo de vida específico. De

fato, a cultura como um conjunto de experiências e atividades compartilhadas é um importante foco de métodos para o estudo da vida cotidiana e dos comportamentos diários (Berry *et al.*, 1997).

A cultura de cada indivíduo tem uma influência significativa nos comportamentos diários, nas atitudes e nas emoções vividas, o que enfatiza a importância de se estudar os fenômenos culturais em diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, economia e psicologia (Cheung *et al.*, 2011). O estudo da cultura tem suas raízes na antropologia e na sociologia. Há alguns anos, os psicólogos começaram a reconhecer a importância da psicologia cultural como forma de compreender melhor o comportamento humano e os padrões de comportamento social (Sreen *et al.*, 2018). No entanto, ao longo dos anos, outro campo emergiu — a psicologia transcultural/intercultural. Existem diferenças entre psicologia cultural e intercultural que não devem ser ignoradas ao estudar a cultura. Na psicologia intercultural, a cultura é geralmente operacionalizada como um preditor (Berry *et al.*, 1997), ou seja, tende a ser vista como um fator externo ao indivíduo. Portanto, a partir dessa abordagem, a cultura e as experiências ou cognições individuais são vistas como distinguíveis, e a cultura é estudada como um índice e não como um processo. Por outro lado, na psicologia cultural, a cultura é vista como uma "forma de conhecer, de construir o mundo e os outros" (Bruner, 1993, p. 516). Logo, de acordo com essa abordagem, a cultura faz parte do indivíduo, das suas crenças, cognições e comportamentos. No entanto, existe uma tendência nessa abordagem para negligenciar a experiência humana, focando-se exclusivamente no discurso, ou considerar a estrutura desta experiência originada numa ordem cultural já produzida (Baerveldt & Verheggen, 1999). Embora existam investigadores que diferenciam as duas abordagens, há outros que combinam os atributos de cada abordagem, reconhecendo que ambos os métodos são mais complementares do que concorrentes (Berry *et al.*, 1992).

Apesar da importância de ambos os métodos, a necessidade de estudos transculturais deriva da visão incompleta que a psicologia cultural dava sobre a relação entre a cultura e o indivíduo (Eckensberger, 1995). Deriva também da necessidade de estabelecer

padrões sociais e compreender como eles podem se expandir de uma cultura para outra — estabelecendo assim comparações interculturais (Baerveldt & Verheggen, 1999).

Existem duas maneiras de recolher dados para estudar a cultura: dados de discurso ou dados de experiência individual (e.g., D'Andrade, 2005). Um problema que surgiu é o fato de que há, por um lado, investigadores que se concentram inteiramente no discurso, e desconsideram a experiência dos indivíduos (e.g., Edwards, 1995, 1997), ao passo que outros reconhecem o papel da experiência, mas procuram os princípios estruturantes dessa experiência numa ordem cultural já produzida, ou em padrões sociais já constituídos (Cole, 1995, 1996; Ratner, 1996; Rogoff, 1994). Nenhuma dessas alternativas pode realmente explicar o padrão social da experiência, já que ambas as formas partem da "cultura" quando deveriam partir da experiência individual (Baerveldt & Verheggen, 1999).

De fato, a percepção e a cognição de um indivíduo são processos psicológicos fundamentais que dependem da informação que é proporcionada pelo ambiente em que ele se encontra. As informações, influenciadas culturalmente, são sobretudo relevantes para investigadores que desenvolvem estudos culturais ou transculturais.

Apesar da importância dos estudos culturais, e da constatação de que as especificidades culturais influenciam a vida das pessoas, ainda são escassas as investigações sobre diferenças e semelhanças culturais, bem como sobre seus impactos nas organizações e nos indivíduos. Triandis e Suh (2002) apontam duas razões para isso: a maioria dos estudos culturais foi conduzida em países ocidentais, industrializados, ricos e democráticos, ao passo que outros países foram desconsiderados, e houve algumas dificuldades metodológicas que limitaram o desenvolvimento dos estudos culturais (Triandis & Suh, 2002).

Assim, o objetivo central deste capítulo é fornecer uma estrutura para abordar as questões críticas relativas aos aspetos metodológicos inerentes ao campo da pesquisa transcultural, destacando as diferentes experiências humanas identificadas em diversos estudos focados em diferentes contextos culturais. São objetivos, também, descrever as bases epistemológicas da pesquisa transcultural, discutir

questões conceituais e metodológicas, abordar os limites e possibilidades dos estudos transculturais e identificar o estado da arte da pesquisa em psicologia organizacional e do trabalho.

A pesquisa *cross*-cultural na Psicologia Organizacional e do Trabalho

Os estudos *cross*-culturais permitem testar modelos robustos e desenvolver teorias importantes para a ciência psicológica. No entanto, o foco deste capítulo não são os modelos e nem mesmo as teorias, mas a discussão de seus desafios metodológicos. Para ilustrar os problemas metodológicos enfrentados nos estudos que comparam diferentes culturas, será discutido um exemplo de uma pesquisa *cross*-cultural em processo.

A questão que se apresenta neste ponto é: o que fundamenta as análises de um fenômeno que pode ser universal e, portanto, se torna passível de ser identificado em diferentes culturas, mesmo que com peculiaridades? A resposta imediata deve ser: o método aplicado de forma adequada, pois essa é a principal ferramenta que permite identificar modelos *cross*-culturais, testá-los e assegurar de que os achados relacionados aos modelos testados, assim como as associações encontradas, apresentem evidência de que se trata de um fenômeno dessa natureza (Welzel & Inglehart, 2015). Ao mesmo tempo, é possível distinguir níveis individuais, coletivos e culturais ou nacionais a partir dos achados baseados em um planejamento de método adequado, com as análises estatísticas que identifiquem as relações significativas e de maior relevância científica e prática.

Quando os estudos *cross*-culturais são planejados, a primeira preocupação dos autores está em obter uma amostra representativa do país onde está sendo realizada a coleta dos dados. Amostras são usadas para estimar as características de uma população inteira, considerando-se uma margem de erro aceitável. Para uma amostra internacional ser considerada representativa, ela tem que apresentar a variabilidade do perfil sociodemográfico e da estrutura da população do país que está sendo investigado.

Importa dizer que pesquisas de amostragem internacional, de modo geral, consideram minimamente a representatividade quanto a idade, sexo e regiões do país. Por óbvio, outros aspectos mais específicos ao problema da pesquisa que está sendo investigado devem ser acrescentados como dados socioeconômicos (renda, classe social, educação, entre outros) ou origem étnica. Essa especificação da amostragem representativa tem que estar vinculada às questões que a pesquisa quer responder.

Excepcionalmente, há estudos *cross*-culturais com amostragem internacional adequada para as análises propostas, mesmo que alguns dos países participantes não tenham amostras representativas de suas culturas nacionais. É o caso do estudo de Hu *et al.* (2014), que comparava culturas ocidentais e orientais quanto aos níveis de engajamento no trabalho e de adição laboral (trabalho excessivo e constante, frequentemente associado à necessidade) entre três países industrializados da Europa Ocidental, de orientação individualista (Holanda, Espanha e Finlândia) e dois orientais de orientação coletivista (Japão industrializado e China emergente). Os achados foram robustos quanto a evidência de que o engajamento apresenta níveis mais altos em nações ocidentais do que nas orientais. Porém, o comportamento de adição laboral tem características distintas, pois enquanto os chineses tiverem os escores mais altos, os japoneses apresentaram os menores índices. A explicação dada sugere que diferenças culturais e de valores de trabalho afetam o bem-estar de forma diferenciada no Japão e é isso que caracteriza a adição laboral baixa, visto que o povo japonês acredita que o trabalho duro do *workaholic* (adicto ao trabalho) pode levar à morte por sobrecarga laboral. A contribuição principal deste estudo foi demonstrar que a cultura de uma nação tem um papel relevante ao evidenciar que tanto engajamento como adição laboral são impactados por ela, e não apenas pelo contexto laboral (recursos e demandas) ou por características dos trabalhadores (recursos pessoais e fatores de vulnerabilidade). O estudo de Hu *et al.* (2014) tornou-se importante por sua originalidade (o que levou à publicação mesmo sem representatividade de todos os países) e por ter impulsionado, com contribuições importantes, pesquisas posteriores.

Assim, importa saber quais análises podem trazer evidências consistentes e significativas para afirmar que um fenômeno tem características *cross*-culturais relevantes. Destaca-se, de modo geral, a equivalência na seleção de amostras e na coleta de dados, o uso de instrumentos psicométricos validados para os diferentes países e as avaliações parcimoniosas das diferenças sistemáticas que emergem das respostas.

Um aspecto que se destaca nesse ponto é a questão da linguagem, quando uma mesma palavra em países diferentes de língua similar pode ter conotações distintas. O termo *work engagement*, por exemplo, é traduzido no Brasil como engajamento no trabalho, porém em Portugal ele é visto como pejorativo e por isso está traduzido, para eles, como envolvimento no trabalho. Portanto, há que se ter muita atenção no processo de validação de conteúdo dos instrumentos psicométricos aplicados, bem como sobre os sentidos culturais e semânticos que os constructos podem assumir em cada país (Vazquez *et al.*, 2019). Em segundo lugar, é importante observar os procedimentos metodológicos adequados para a adaptação de medidas que demonstrem evidências robustas, a começar pelos dados que asseguram a possibilidade de comparar achados entre países com diferentes características econômicas, sociais e de desenvolvimento.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, será apresentado um estudo *cross*-cultural realizado em um consórcio de pesquisa internacional sobre *burnout*, atualmente com 26 países. O estudo está sendo desenvolvido com o objetivo de testar a nova teoria do Burnout e a escala *Burnout* Assessmet Tool (BAT) propostos por Schaufeli e De Witte (2017) e, para tanto, foi feito um planejamento rigoroso das etapas da pesquisa. Diferente do padrão ouro até então aplicado ao conceito de *burnout* (Malach, Schaufeli & Leiter, 2001), Schaufeli, De Witte e Desart (2020) trazem robustas evidências para uma nova teoria que define esse fenômeno como um estado de exaustão relacionado ao trabalho que se caracteriza por uma exaustão ou cansaço extremo, somada à reduzida capacidade de regular processos cognitivos e emocionais e acompanhado de comportamento de distanciamento mental. Essas quatro dimensões centrais são acompanhadas

por sintomas secundários de humor depressivo, sintomas psicossomáticos e de *distress* psicológico. Dessa feita, a tarefa foi buscar evidências da avaliação psicológica da BAT como instrumento psicométrico e da testagem desta nova teoria sobre *burnout* com base na Psicologia Positiva das Organizações e do Trabalho (PPOT), comparando diferentes países. O objetivo foi verificar se o *burnout* e suas dimensões primárias e secundárias se confirmariam nesta nova teoria de forma universal nos diferentes países participantes.

As primeiras pesquisas desse consórcio foram planejadas para que cada pesquisador adaptasse a BAT (versão completa com 23 itens e versão reduzida com 12 itens) para seu país, com amostras representativas e dados sobre engajamento no trabalho, adição laboral e de recursos e demandas conforme itens equivalentes das variáveis no modelo JDR (*Job Demands Resources*). O objetivo foi obter dados que permitissem realizar a validação psicométrica e, ao mesmo tempo, caracterizar variáveis equivalentes para os estudos *cross*-culturais. Os resultados do estudo com a comparação de amostras representativas nacionais de vários países mostraram que, utilizando o BAT, os níveis de *burnout* no Japão são significativamente mais altos em comparação com seis países europeus (Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Holanda) (De Beer *et al*., 2020). Além desse, foram publicados dados comparativos entre Brasil e Equador e entre Brasil e Portugal (Vinueza-Solórzano *et al*, 2021; Vazquez *et al*, 2022).

Em termos metodológicos, dentre outras análises pertinentes, destaca-se que um dos primeiros dados a serem considerados em estudos *cross*-culturais é a invariância entre os países, verificada pela técnica da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFCMG), que testa se os parâmetros avaliados são equivalentes ou invariantes para diferentes grupos. De modo geral, os três modelos principais de invariância são: configural (equivalência de estrutura — se está adequada para os diferentes países/grupos), métrico (equivalência de cargas fatoriais — em que medida dos itens têm o mesmo valor para a avaliação do constructo nas amostras dos diferentes países) e escalar (equivalência de interceptos — se os escore obtidos se relacionam com o nível de traço latente dos respondentes, independente do país). Todas as

publicações *cross*-culturais da BAT apresentaram invariância entre países, sexo, idade e regiões, o que evidencia que os dados podem ser interpretados da mesma forma em todos os países aplicados.

As pesquisas *cross*-culturais têm sido majoritariamente produzidas por determinados grupos de pesquisadores localizados na América do Norte, China e Europa, sendo poucos os estudos desenvolvidos em países da América do Sul, África e Oceania. Portanto, um mapeamento da produção científica nesse campo de conhecimento, englobando tanto uma análise quantitativa quanto qualitativa que aponte as tendências dos estudos, é fundamental para o direcionamento das pesquisas.

O estado da arte dos estudos transculturais

A fim de analisar o estado da arte das pesquisas transculturais, foi elaborada uma revisão bibliométrica da literatura considerando a área da psicologia. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram conduzidos na base de dados *Scopus*, realizada em julho de 2022. A escolha desse banco ocorreu em razão de ser esse o de maior volume de dados de resumos e citações revisados por pares existentes no mundo (Dangélico, 2015).

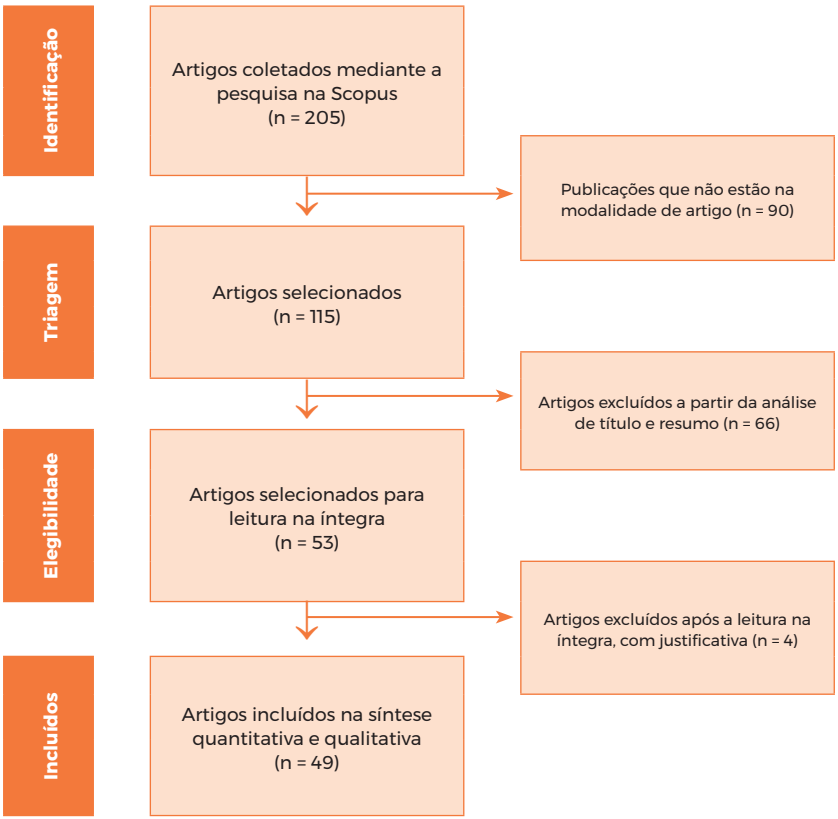
Os critérios para busca dos estudos foram os descritores em língua inglesa de "*cross-cultural research*" e "*psychology*", considerando o período de 2002 a 2022. Os critérios de inclusão adotados para esta pesquisa foram: (1) estudos publicados na modalidade de artigo científico e (2) sem restrição quanto à língua, porém com o resumo em língua inglesa. Os critérios de exclusão utilizados foram: (1) artigos duplicados na base de dados e (2) artigos que não tratassem diretamente da área de psicologia.

Os resultados iniciais com os descritores retornaram 205 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão, 90 estudos foram retirados da amostra, totalizando 115 artigos para a análise de títulos e resumos. Adotando os critérios de exclusão, foram retirados da amostra 66 artigos que não atenderam os critérios de abordagens relacionadas diretamente à área de psicologia. Por fim, a amostra final

do estudo foi composta por 49 artigos. A figura 1 apresenta o passo a passo desenvolvido para a estruturação da seleção dos estudos.

Os dados selecionados para compor a amostra final deste estudo foram analisados pelo método misto (Creswell & Clark, 2018), buscando obter informações numéricas e gráficas das publicações incluídas no estudo (método quantitativo) e os principais achados e perspectivas futuras da temática abordada (método qualitativo). A partir dos artigos incluídos na pesquisa, adotou-se uma análise bibliométrica por meio do *software* R-Studio, na versão 1.4.1106. Para o auxílio da análise quantitativa dos dados, utilizou-se o pacote bibliometrix (Aria & Cuccurullo, 2017).

Figura 1. Etapas executadas para obtenção dos estudos analisados.



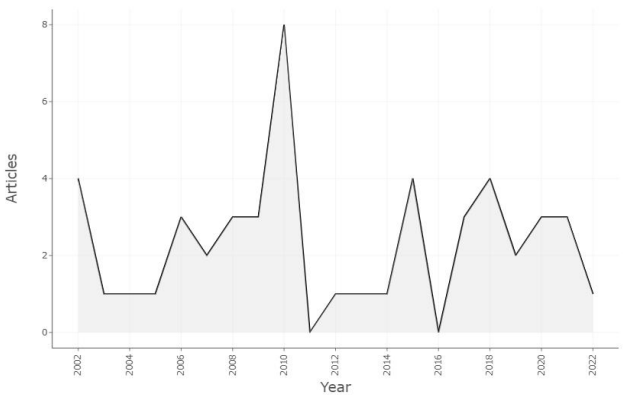
Nota: elaborada pelos autores.

A abordagem qualitativa dos dados foi desenvolvida com a finalidade de mapear os principais métodos utilizados na pré-aplicação dos instrumentos de medida e nos mecanismos utilizados para a análise dos dados relacionados às pesquisas transculturais na área da psicologia. Para isso, uma análise de conteúdo foi conduzida na amostra final.

Volume de produção anual

A análise do volume de produção científica dos últimos 20 anos, referente ao período entre os anos de 2002 e 2022, fornece indicativos sobre os interesses e tendências dos pesquisadores quanto às pesquisas transculturais na área da psicologia. Esses resultados demonstraram haver um decréscimo na taxa anual de crescimento de publicações no valor de -6,7% (menos seis vírgula sete por cento). Contudo, ao analisar todo o período, a taxa anual de crescimento apresentou um valor de -12,94% (menos doze vírgula noventa e quatro por cento). No período entre 2013 e 2022 a taxa de crescimento encontrado foi igual a 0%. Ressalta-se que os dados de 2022 foram coletados até o mês de junho (ver figura 2).

Figura 2. Produção anual dos artigos científicos envolvendo a temática de pesquisa transcultural e Psicologia

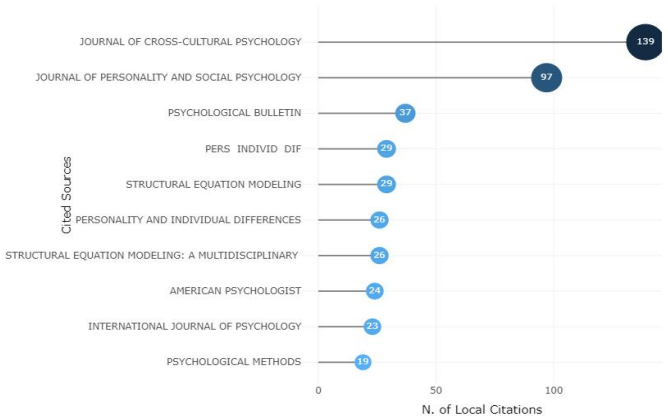


Nota: elaborada pelos autores.

Fonte dos dados mais citadas

Para identificar as revistas acadêmicas que mais contribuíram com o desenvolvimento das pesquisas transculturais na psicologia utilizou-se da análise de periódicos mais citados pelos autores que compuseram a amostra deste estudo. Os três principais periódicos identificados foram: *Journal of Cross-Cultural Psychology* (139 citações), *Journal of Personality and Social Psychology* (97 citações) e *Psychological Bulletin* (37 citações). Na figura 3 estão apresentadas as 10 principais revistas acadêmicas citadas nos estudos científicos.

Figura 3. Principais fontes de dados mais citadas.



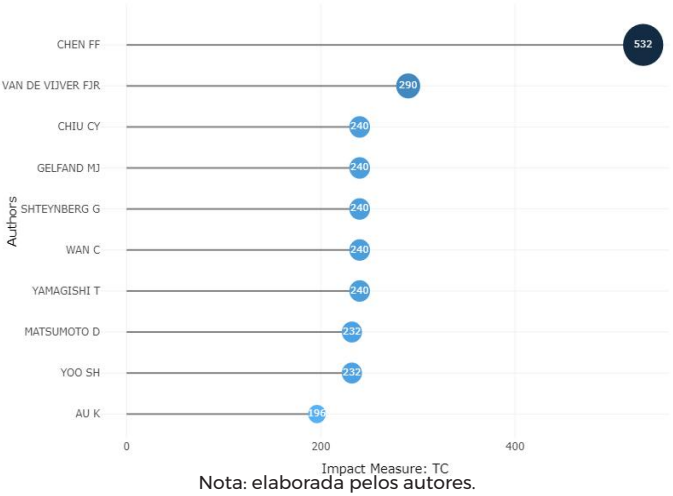
Nota: elaborada pelos autores.

Autores mais citados

Para identificar os principais autores citados nas pesquisas transculturais na psicologia, as referências utilizadas na amostra final foram analisadas quanto à frequência de citações. Sendo assim, os três principais autores citados na área foram: Chen FF com 532 citações (Departamento de Psicologia da Universidade de Delaware, nos Estados Unidos), Van De Vijver Fjr com 290 citações (Departamento

de Psicologia Transcultural da Universidade de Tilburg, na Holanda) e Chiu Cy com 240 citações (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Hong Kong, na China). Na figura 4, estão representados os 10 principais autores citados nas pesquisas.

Figura 4. Autores mais citados nas pesquisas transculturais na área da Psicologia.

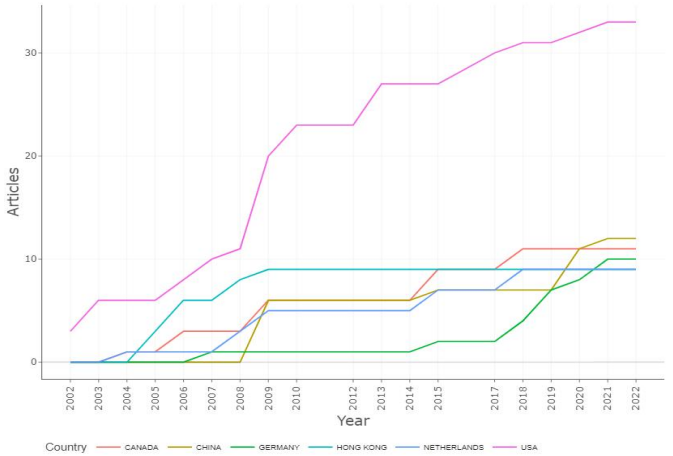


Nota: elaborada pelos autores.

Produção dos países ao longo do tempo

Para compreender como os países estão se engajando nas pesquisas transculturais na área da psicologia, buscou-se identificar, por meio de uma linha do tempo, a frequência acumulada de publicações dos países (figura 5). Sendo assim, os resultados demonstraram que os Estados Unidos (33 artigos) obtiveram a maior frequência acumulada ao longo dos 20 anos. Em segundo lugar, a China obteve 12 artigos publicados. Em terceiro lugar, o Canadá obteve 11 artigos produzidos.

Figura 5. Frequência acumulada da produção dos países nos últimos 20 anos.



Nota: elaborada pelos autores.

As pesquisas em psicologia transcultural avançam a passos lentos, com baixo número de estudos publicados nesse campo do conhecimento, como demonstrado acima.

Nuvem de palavras dos termos mais recorrentes

Para identificar os principais termos discutidos nos resumos da amostra final deste estudo, utilizou-se ferramenta de *nuvem de palavras* para apontar a frequência dos termos, conforme apresentado na figura 6.

Como parâmetro para a constituição da nuvem de palavras, adotou-se o bigrama que corresponde a duas palavras consecutivas. Além disso, limitou-se a quantidade em 50 termos. Os quatro principais termos identificados foram: Pesquisa transcultural (41), Transtorno mental (12), Invariância da medida (11) e Análise fatorial (9). Emergiram também, em menor número, palavras como *diferenças culturais, modelagem de equação estrutural*, dentre outros. Esses termos demonstram a preocupação da pesquisa *cross*-cultural em psicologia

acerca da saúde mental e, sobretudo, com os métodos de análises de dados utilizados.

Figura 6. Nuvem de palavras dos termos mais recorrentes nos resumos dos artigos no período 2002/2022.



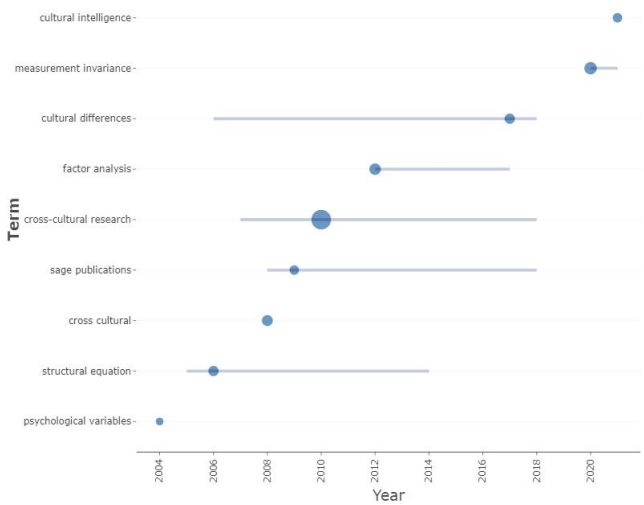
Nota: elaborada pelos autores.

Termos com tendência

Para uma análise dos termos com tendência nos últimos 20 anos das pesquisas transculturais na área da psicologia, os parâmetros utilizados foram os resumos dos artigos incluídos na amostra final e a seleção por bigrama (duas palavras em sequência). Dessa forma, por meio da frequência, os dados foram distribuídos em uma linha do tempo, fornecendo possíveis indicativos de tendência na temática estudada. Na figura 7, estão expostos os principais termos com tendência das pesquisas transculturais na área de psicologia.

Os resultados indicaram que os principais termos foram: inteligência cultural (ano de 2021), invariância da medida (ano de 2020) e diferenças culturais (ano de 2017). Esses resultados indicam os rumos das pesquisas *cross*-culturais que apontam para a necessidade de analisar as diferenças culturais, não perdendo o foco na consistência e invariância das medidas utilizadas.

Figura 7. Nuvem de palavras dos termos mais recorrentes nos resumos dos artigos no período 2002/2022.



Nota: elaborada pelos autores.

Métodos pré e pós a aplicação dos instrumentos

A identificação dos métodos empregados na fase que antecede a aplicação dos instrumentos de medida, e os métodos de análise utilizados posterior à coleta de dados foram identificados por meio de uma análise de conteúdo dos artigos empíricos que compuseram a amostragem final deste estudo. Nesse contexto, os principais métodos foram consolidados e apresentados na tabela 1.

O principal método utilizado pelos pesquisadores nas fases que antecedem a aplicação do instrumento foi a de tradução e retrotradução. Esse procedimento, em alguns casos, foi suportado por diretrizes ou guias como: *International Test Commission* (ITC, 2017); *Guidelines for cross-cultural research* (Schmitt *et al.*, 2020); *culture, comprehension, and translation bias (CCT) procedure* (Bader *et al.*, 2021). Em alguns casos, adotou-se o apoio de nativos e psicólogos bilíngues para reduzir os riscos ligados à tradução dos instrumentos. Outros procedimentos foram utilizados para identificar ou promover o ajuste adequado dos

Tabela 1. Métodos utilizados pré e pós a aplicação dos instrumentos de medidas nas pesquisas transculturais.

Autores	Métodos de pré-aplicação dos instrumentos	Métodos pós-aplicação dos instrumentos
Lacko *et al.* (2022)	Equivalências de construto; Equivalência de métodos; Equivalência de itens	Médias aritméticas; análise fatorial confirmatória de multigrupo; invariância de medição
Tan *et al* (2021), Bader *et al.* (2021), Celik e Keser (2021)	Teoria da equivalência; culture, comprehension, and translation bias (CCT) procedure; Tradução e retradução	Validade de construção; invariância da medida; teste U de Mann-Whitney
Tan *et al.* (2020), Tavrovetska e Shebanova (2020), Schmitt *et al.* (2020)	Tradução e retrotradução baseado no International Test Commission – ITC (2017); Guidelines for *cross-cultural research*	Consistência interna da escala; validade de construto; Análise fatorial confirmatória multigrupo; correlação de Pearson; *Fisher's z-tests*
Olaru *et al.* (2019), Benítez *et al.* 2019	Tradução e retrotradução	Otimização da colônia de formigas; Análise fatorial confirmatória (AFC); *Cognitive interviewing methodology*; Viés do método, do construto e do item
Lopez-Fernandez (2017), Brown *et al.* (2017)	Tradução e retrotradução	Análise Fatorial exploratória (AFE); *Kaiser-Meyer Olkin index* (KMO); *Bartlett's esto f sphericity*; *t-tests*; *Mann-Whitney's U*; Anova; Análise fatorial confirmatória de vários grupos (MGCFA)
Krahe *et al.* (2015), Zhang e Li (2015)	Tradução e retrotradução; Suporte de nativos e psicólogos bilíngues	Transcrição e análise por meio do *software* Maxqda 07; Análise fatorial exploratória; Análise fatorial confirmatória; Modelagem por equações estruturais.
Karim & Weisz (2010), Dwairy e Achoui (2010), Dwairy (2010), Dwairy *et al.* (2010)	Tradução e retrotradução	Análise de confiabilidade *split-half*; validade discriminante; validade incremental; coeficientes de *Alpha Cronbach*, coeficiente de correlação, análise fatorial confirmatória, rotação varimax, Manova
Proyer *et al.* (2009)	Tradução e retrotradução	Coeficiente de alpha de Cronbach; análise de escalonamento multidimensional; Alscal-algorithm
Chen (2008)	-	Regressão; invariância das cargas fatoriais; invariância do intercepto.
Hattrup, Mueller e Aguirre (2007)	Tradução e retrotradução	Anova, Correlações, Transformação de Fisher
Cheung *et al.* (2006)	-	*Multilevel structural equation modeling* (*MLSEM*), modelagem por equações estruturais (MEE)
Rojas-Méndez *et al* (2002), Marušić (2002)	Tradução e retradução baseado nos métodos de equivalência conceitual, métrica e funcional de Berry (1980)	Análise fatorial confirmatória; coeficiente alfa de Cronbach; Modelagem por equações estruturais; equivalência de idiomas; equivalência conceitual; equivalência estrutural; equivalência do formato da coleta.

Nota: elaborada pelos autores.

instrumentos: equivalência de construto, de métodos e de itens (Lacko *et al.*, 2022) e teoria da equivalência (Tan *et al.*, 2021).

Com base nos dados coletados dos estudos, os pesquisadores fizeram o uso de diversos métodos estatísticos para analisar o grau de confiabilidade dos seus instrumentos em amostras transculturais. Posto isso, os principais métodos aplicados foram: Análise Fatorial Confirmatória (AFC), Teste de Invariância da Medida e Modelagem por Equações Estruturais (MEE). Lacko *et al.* (2022) reforçam, em seu estudo, que a utilização de métodos tradicionais, provenientes de médias aritméticas, oferecem riscos aos delineamentos transculturais, ocasionando riscos de enviesamento dos dados. Nesse contexto, é adequada a adoção de métodos estatísticos cada vez mais robustos.

Cross-cultural Psychology: críticas e sugestões

A utilização de ferramentas metodológicas adequadas pode colaborar para o avanço da pesquisa em psicologia *cross*-cultural e permitir uma maior compreensão das diferenças entre os povos. Assim, este capítulo centra-se nos aspectos metodológicos e não nos modelos e teorias de base, sem pretender negar o seu valor e papel fundamental. A partir do relato de estudos e da apresentação do estado da arte das publicações, buscou-se discutir os desafios metodológicos e as bases epistemológicas das pesquisas transculturais.

A pesquisa em psicologia *cross*-cultural tem sido marcada por um debate que transcende os indivíduos ou os significados peculiares de uma pessoa, apesar de não os ignorar. Esse debate engloba o estudo do que é específico de uma cultura, como no caso da pesquisa etnográfica / antropológica, de base qualitativa, assim como a comparação intercultural, que pode englobar a todas ou a algumas culturas diferentes, sendo essa última baseada nos métodos correlacionais de base quantitativa, com raízes na psicologia experimental.

Essas metodologias possuem raízes diferentes, sendo que a pesquisa etnográfica, cuja raiz está na antropologia, é formatada de acordo com as circunstâncias de cada fenômeno a ser estudado e

busca fazer uma aproximação da realidade. Portanto, não se reduz a uma técnica específica, mas a um recorte específico a ser feito de modo a permitir uma imersão profunda na vida cotidiana daqueles que o pesquisador busca compreender (Magnani, 2002; Uriarte, 2012). A pesquisa etnográfica, portanto, permite apreender o que é único e particular dos indivíduos, dos grupos e da cultura. A pesquisa *cross*-cultural, em contrapartida, apresenta o que é universal entre diferentes culturas, as suas similaridades e diferenças. De fato, ambas (pesquisa comparativa e etnográfica) lidam com o mesmo fenômeno ou características observáveis, mas a forma como se olha para a realidade e se busca compreendê-la é diferente.

Pesquisadores defendem que as teorias e métodos transculturais adequados devem combinar a variação individual e cultural, acomodando tanto as especificidades culturais quanto as características universais dos indivíduos. Essa posição é defendida por Fisher e Poortinga (2018). Afirmações generalizadas sobre as diferentes culturas só são possíveis de serem estabelecidas diante da comparação entre elas; necessárias para se compreender as razões pelas quais as culturas possuem comportamentos, atitudes, hábitos, símbolos e práticas diferentes ou similares.

A maioria dos estudos *cross*-culturais estruturam-se em *designs* metodológicos específicos focados em cada uma dessas bases epistemológicas. No entanto, a pesquisa feita para este capítulo, sobre o estado da arte dos estudos *cross*-culturais em psicologia, demonstra que a maioria dos estudos se caracteriza por pesquisas correlacionais de corte transversal. Além disso, esses estudos são desenvolvidos prioritariamente por pesquisadores norte-americanos, chineses e em menor quantidade por europeus (Alemanha e Holanda).

As pesquisas *cross*-culturais necessitam ser feitas de modo a suprimir vieses metodológicos. O viés da pesquisa ocorre em razão de diversos fatores que podem produzir dados de pesquisa quando não deveria fazê-lo (desenho de pesquisa, tamanho da amostra, erros de medida, procedimentos de coleta de dados ou metodologias de análises utilizadas no estudo, dentre outros) (Ioannidis, 2005). Nas pesquisas *cross*-culturais, acrescenta-se a essa lista a tradução e a validação dos

instrumentos de medida e o alinhamento com toda a equipe que, geralmente, trabalha independente em cada cultura.

Ioannidis (2005), ao criticar os estudos científicos no campo da saúde, alerta para situações em que a chance de que os resultados de pesquisa sejam confiáveis diminui: quanto menor for o campo científico no qual o estudo é realizado; quanto menor for o tamanho do efeito das variáveis antecedentes sobre as consequentes, menor será o poder de explicação dessas relações; quando há um grande número de relações testadas, sendo que no pré-teste essas relações eram poucas; diante de uma maior flexibilidade de projetos, definições, resultados e modelos de análises; quando há interesses econômicos e mesmo preconceito em relação ao projeto e quanto mais equipes estiverem envolvidas com um projeto científico.

Na esteira da discussão sobre as questões metodológicas nas pesquisas *cross*-culturais, Fisher e Poortinga (2018) abordam cinco desafios a serem enfrentados pelos estudiosos desse campo do conhecimento: 1) o status que o modelo experimental tem na pesquisa *cross*-cultural; 2) os graus de liberdade na busca de resultados desejáveis e as consequências para o teste de hipótese; 3) a dificuldade de diferenciar entre diferenças válidas e viés dos dados; 4) o fato de que a cultura em psicologia é abordada no nível individual e no nível das populações; 5) a necessidade de se definir o que se compreende por "cultura" em um dado estudo, como as populações nas diferentes culturas são selecionadas e como as amostras são definidas.

Na busca por oferecer um guia prático para o desenvolvimento de pesquisas *cross*-culturais, Fisher e Poortinga (2018) especificam quais são os principais cuidados a serem seguidos pelos pesquisadores desse campo do conhecimento, desde o (1) planejamento da pesquisa, passando pela (2) operacionalização dos preditores teóricos, pelos cuidados na (3) coleta de dados e na (4) publicação dos resultados feita nos relatos do estudo.

Em relação ao estágio de planejamento esses autores se referem a cinco passos:

a) Definição do interesse de investigação, localizando a variável a ser estudada em determinado nível de análise, seja

individual, grupal ou ligado a diferentes nações. Esse estágio da pesquisa inclui a elaboração das questões empíricas, que podem abranger as relações entre as variáveis x e y. Essas questões empíricas geralmente são baseadas em teorias, mas também podem se valer de observações.

b) Composição da equipe de pesquisa, que deve incluir um pesquisador experiente em todas as populações onde o estudo será realizado. Esses pesquisadores podem trazer contribuições teóricas e metodológicas ao projeto.
c) Definição da *network* teórica que ancore os processos psicológicos, traços ou construtos que são objeto de estudo.
d) Especificação das variáveis de contexto que são relevantes e como elas estão relacionadas ao objeto de estudo. Nesse sentido, a rede nomológica de uma variável deve ser considerada.
e) Especificação de um modelo teórico consistente, de modo a descartar explicações alternativas e variáveis confusas. Não se deve perder de vista o propósito de ampliar a rede nomológica do construto a ser estudado. Ao se expandir essa rede nomológica, acrescentando elementos novos ao desenho de pesquisa, novas interpretações podem emergir, colocando em cheque concepções prévias. Nesse sentido, os autores sugerem que as variáveis de controle sejam especificadas, que a pesquisa seja orientada para o processo, testando relações hipotéticas do tipo se / então, que as relações de causalidade sejam fortalecidas e que sejam fornecidos insights sobre a ordenação temporal dos processos.

Para a operacionalização do estudo e a investigação dos preditores teóricos, devem ser tomados os seguintes cuidados: a) selecionar a população a ser pesquisada e decidir qual a melhor estratégia amostral; b) selecionar, adaptar e construir as medidas; c) analisar o poder amostral identificando o quão grande é necessário que seja uma amostra para garantir a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando a hipótese alternativa for verdadeira; e d) redigir um protocolo

com todos os passos a serem seguidos, especificando as hipóteses e cada uma das etapas da pesquisa. Além disso, deve ser feito a análise do viés.

A qualidade dos dados, nas coletas e posteriores análises, deve ser monitorada, realizando o teste de equivalência nas diferentes culturas que englobam o estudo. Após essa etapa, é realizado o teste das hipóteses, identificando os índices de ajuste do modelo, tamanho do efeito e intervalos de confiança. Por fim, é feito o relato de pesquisa de modo que esse conhecimento seja disseminado por meio de publicações. Os autores sugerem, ainda, que dados e protocolos estejam disponíveis para (re) análise por outros pesquisadores (Fisher & Poortinga, 2018).

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo oferecer uma estrutura para o desenvolvimento das pesquisas *cross*-culturais que abarque os aspectos metodológicos inerentes a esse campo de conhecimento. Para tal, o capítulo buscou lançar luzes nas raízes epistemológicas das pesquisas *cross*-culturais e discutiu questões metodológicas, ao apresentar um caso concreto de pesquisa. Uma análise do estado da arte das pesquisas *cross*-culturais foi feita para, na sequência, oferecer subsídios práticos para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo.

As pesquisas em psicologia *cross*-culturais buscam comparar dois ou mais grupos culturais ou até mesmo identificar o que há de universal em relação a algum fenômeno psicológico de interesse. Estudos com esse propósito podem subsidiar o estabelecimento de políticas públicas, ao aumentar a compreensão sobre as prioridades a serem levadas em conta no desenvolvimento das nações ao se pautarem nas necessidades especificas de cada cultura, mas mantendo as referências que fundamentam as opções a serem consideradas nos planos de desenvolvimento institucionais, tanto nas organizações de trabalho quanto nas diferentes nações.

Embora a questão que se coloca nessa busca seja prioritariamente metodológica, se faz premente desmitificar os métodos em pesquisa *cross*-cultural, de modo a incentivar o desenvolvimento de

investigações que tragam resultados baseados no rigor metodológico que esse campo do conhecimento exige. Assim, este capítulo buscou destacar os cuidados a serem seguidos em cada passo da pesquisa *cross*-cultural, desde o planejamento até a sua conclusão, englobando o rigor metodológico que esses estudos exigem.

Referências

Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics, 11*(4), 959–975. https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007

Bader, M., Jobst, L. J., Zettler, I., Hilbig, B. E., & Moshagen, M. (2021). Disentangling the effects of culture and language on measurement noninvariance in cross-cultural research: The culture, comprehension, and translation bias (CCT) procedure. *Psychological Assessment, 33*(5), 375–389. https://doi.org/10.1037/pas0000989

Baerveldt, C., & Verheggen, T. (1999). Enactivism and the experiential reality of culture: Rethinking the epistemological basis of cultural psychology. *Culture & Psychology, 5*(2), 183–206.

Benítez, I., Padilla, J. L., van de Vijver, F., & Cuevas, A. (2018). What cognitive interviews tell us about bias in cross-cultural research: An illustration using quality-of-life items. *Field Methods, 30*(4), 277–294. https://doi.org/10.1177/1525822X18783961

Brown, G. T., Harris, L. R., O'Quin, C., & Lane, K. E. (2017). Using multi-group confirmatory factor analysis to evaluate cross-cultural research: Identifying and understanding non-invariance. *International Journal of Research & Method in Education, 40*(1), 66–90. https://doi.org/10.1080/1743727X.2015.1070823

Bruner, J. (1993). Do we "acquire" culture or vice versa? *Behavioral and Brain Sciences, 16*(3), 515–516.

Çelik, M., Keser, A., & Yapıcı, Ü. K. (2021). The relationship between cultural diversity and cultural intelligence: A cross-cultural research. *International Journal of Advanced Intelligence Paradigms, 19*(3–4), 450–469. https://doi.org/10.1504/IJAIP.2018.10019945

Chen, F. F. (2008). What happens if we compare chopsticks with forks? The impact of making inappropriate comparisons in cross-cultural research. *Journal of Personality and Social Psychology, 95*(5), 1005–1018. https://doi.org/10.1037/a0013193

Cheung, F. M., van de Vijver, F. J., & Leong, F. T. (2011). Toward a new approach to the study of personality in culture. *American Psychologist, 66*(7), 593–603. https://doi.org/10.1037/a0022389

Cole, M. (1995). Culture and cognitive development: From cross-cultural research to creating systems of cultural mediation. *Culture & Psychology, 1*(1), 25–54. https://doi.org/10.1177/1354067X9511003

Cole, M. (1996). *Cultural psychology: A once and future discipline.* Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

D'Andrade, R. (2005). Some methods for studying cultural cognitive structures. In N. Quinn (Ed.), *Finding culture in talk* (pp. 83–104). New York, NY: Palgrave Macmillan.

Dangelico, R. M. (2016). Green product innovation: Where we are and where we are going. *Business Strategy and the Environment, 25*(8), 560–576. https://doi.org/10.1002/bse.1886

De Beer, L. T., Schaufeli, W. B., De Witte, H., Hakanen, J., Shimazu, A., Glaser, J., Seubert, C., Bosak, J., Sinval, J., & Rudnev, M. (2020). Measurement invariance of the Burnout Assessment Tool (BAT) across seven cross-national representative samples. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 17*(15), 5604. https://doi.org/10.3390/ijerph17155604

Dwairy, M. (2010). Parental acceptance–rejection: A fourth cross-cultural research on parenting and psychological adjustment of children. *Journal of Child and Family Studies, 19*(1), 30–35. https://doi.org/10.1007/s10826-009-9338-y

Dwairy, M., & Achoui, M. (2010a). Adolescents–family connectedness: A first cross--cultural research on parenting and psychological adjustment of children. *Journal of Child and Family Studies, 19*(1), 8–15. https://doi.org/10.1007/s10826-009-9335-1

Dwairy, M., & Achoui, M. (2010b). Parental control: A second cross-cultural research on parenting and psychological adjustment of children. *Journal of Child and Family Studies, 19*(1), 16–22. https://doi.org/10.1007/s10826-009-9334-2

Dwairy, M., Achoui, M., Filus, A., Casullo, M. M., & Vohra, N. (2010). Parenting, mental health and culture: A fifth cross-cultural research on parenting and psychological adjustment of children. *Journal of Child and Family Studies, 19*(1), 36–41. https://doi.org/10.1007/s10826-009-9340-4

Fischer, R., & Poortinga, Y. H. (2018). Addressing methodological challenges in culture-comparative research. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 49*(5), 691–712. https://doi.org/10.1177/0022022117738086

Greenfield, P. M. (1997). Culture as process: Empirical methods for cultural psychology. In J. W. Berry, Y. H. Poortinga, & J. Pandey (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology* (Vol. 1, pp. 301–346). Boston, MA: Allyn & Bacon.

Hattrup, K., Mueller, K., & Aguirre, P. (2007). Operationalizing value importance in cross-cultural research: Comparing direct and indirect measures. *Journal*

of Occupational and Organizational Psychology, 80(3), 499–513. https://doi.org/10.1348/096317906X130843

Hu, Q., Schaufeli, W. B., Taris, T. W., van Hessen, D. J., Hakanen, J., Salanova, M., & Shimazu, A. (2014). "East is East and West is West and never the twain shall meet": Work engagement and workaholism across Eastern and Western cultures. *Journal of Behavioral and Social Sciences, 1*, 6–24.

Ioannidis, J. P. A. (2005). Why most published research findings are false. *PLoS Medicine, 2*(8), e124. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0020124

Karim, J., & Weisz, R. (2010). Cross-cultural research on the reliability and validity of the Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT). *Cross-Cultural Research, 44*(4), 374–404. https://doi.org/10.1177/1069397110377603

Krahé, B., De Haas, S., Vanwesenbeeck, I., Bianchi, G., Chliaoutakis, J., Fuertes, A., & Zygadlo, A. (2016). Interpreting survey questions about sexual aggression in cross-cultural research: A qualitative study with young adults from nine European countries. *Sexuality & Culture, 20*(1), 1–23. https://doi.org/10.1007/s12119-015-9321-2

Lacko, D., Čeněk, J., Točík, J., Avsec, A., Đorđević, V., Genc, A., & Subotić, S. (2022). The necessity of testing measurement invariance in cross-cultural research: Potential bias in cross-cultural comparisons with individualism–collectivism self-report scales. *Cross-Cultural Research, 56*(2–3), 228–267. https://doi.org/10.1177/10693971211068971

Lopez-Fernandez, O. (2017). Short version of the Smartphone Addiction Scale adapted to Spanish and French: Towards a cross-cultural research in problematic mobile phone use. *Addictive Behaviors, 64*, 275–280. https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2015.11.013

Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17*(49). https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002

Marušić, I. (2002). Contemporary approaches to cross-cultural research of personality. *Društvena Istraživanja, 11*(4–5), 533–551. https://hrcak.srce.hr/19666

Maslach, C., Schaufeli, W. B., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual Review of Psychology, 52*, 397–422. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397

Maturana, H., & Varela, F. (1984). *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding*. Boston, MA: Shambhala.

Olaru, G., Wilhelm, O., Nordin, S., Witthöft, M., & Köteles, F. (2019). Modern health worries: Deriving two measurement invariant short scales for cross-cultural research with ant colony optimization. *PLoS ONE, 14*(2), e0211819. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0211819

Pickering, M. (Ed.). (2008). *Research methods for cultural studies.* Edinburgh University Press.

Proyer, R. T., Ruch, W., Ali, N. S., Al-Olimat, H. S., Amemiya, T., Adal, T. A., ... & Yeun, E. J. (2009). Breaking ground in cross-cultural research on the fear of being laughed at (gelotophobia): A multinational study involving 73 countries. *Humor: International Journal of Humor Research, 22*(1–2), 253–279. https://doi.org/10.1515/HUMR.2009.012

Ratner, C. (1996). Activity as a key concept for cultural psychology. *Culture & Psychology, 2*(4), 407–434. https://doi.org/10.1177/1354067X9624002

Rogoff, B. (1994). Developing understanding of the idea of communities of learners. *Mind, Culture, and Activity, 1*(4), 209–229. https://doi.org/10.1080/10749039409524673

Rojas-Méndez, J. I., Davies, G., Omer, O., Chetthamrongchai, P., & Madran, C. (2002). A time attitude scale for cross-cultural research. *Journal of Global Marketing, 15*(3–4), 117–147. https://doi.org/10.1300/J042v15n03_06

Schaufeli, W. B., & De Witte, H. (2017). Work engagement in contrast to burnout: Real and redundant! *Burnout Research, 5*, 58–60. https://doi.org/10.1016/j.burn.2017.06.001

Schaufeli, W. B., De Witte, H., & Desart, S. (2020). *Manual Burnout Assessment Tool (BAT) – Version 2.0.* KU Leuven, Belgium. https://burnoutassessmenttool.be/wp-content/uploads/2020/08/Test-Manual-BAT-English-version-2.0-1.pdf

Schmitt, H. S., Sindermann, C., Li, M., Ma, Y., Kendrick, K. M., Becker, B., & Montag, C. (2020). The dark side of emotion recognition: Evidence from cross-cultural research in Germany and China. *Frontiers in Psychology, 11*, 1132. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01132

Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1–65). Academic Press. https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6

Schwartz, S. H. (2012). An overview of the Schwartz theory of basic values. *Online Readings in Psychology and Culture, 2*(1). https://doi.org/10.9707/2307-0919.1116

Sreen, N., Purbey, S., & Sadarangani, P. (2018). Impact of culture, behavior, and gender on green purchase intention. *Journal of Retailing and Consumer Services, 41*, 177–189. https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2017.12.002

Tan, T. X., Yi, Z., Kim, E., Li, Z., & Cheng, K. (2020). Linguistic equivalence, construct validity, but lack measurement invariance: An illustration of challenges in cross-cultural research on adolescent adjustment. *Cross-Cultural Research, 54*(4), 323–345. https://doi.org/10.1177/1069397120914875

Tan, T. X., Yi, Z., Li, Z., Cheng, K., & Li, J. (2021). Comparing Chinese youth with American youth on adjustment: An illustration of measurement issues in cross--cultural research. *International Journal of Psychology, 56*(2), 286–295. https://doi.org/10.1002/ijop.12693

Tavrovetska, N., & Shebanova, V. (2020). Cross-cultural research of the use of obscene language in the youth environment. *Psycholinguistics, 28*(1), 239–266. https://doi.org/10.31470/2309-1797-2020-28-1-239-266

Triandis, H. C. (1989). The self and social behavior in differing cultural contexts. *Psychological Review, 96*(3), 506–520. https://doi.org/10.1037/0033-295X.96.3.506

Triandis, H. C., & Suh, E. M. (2002). Cultural influences on personality. *Annual Review of Psychology, 53*(1), 133–160. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135200

Uriarte, U. M. (2012). O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe, 11.* https://doi.org/10.4000/pontourbe.300

Van de Vijver, F. J. R. (2015). Methodological aspects of cross-cultural research. In M. J. Gelfand, C.-Y. Chiu, & Y.-Y. Hong (Eds.), *Handbook of advances in culture and psychology* (Vol. 5, pp. 101–160). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190218966.003.0003

Vazquez, A. C. S., Freitas, C. P. P., & Hutz, C. S. (2019). Evidence of validity of BAT in Brazilian sample. *EAWOP 2019 Abstract Book.* http://www.eawop.org/ckeditor_assets/attachments/1285/eawop-2019_abstract-book_rev2_compressed-2.pdf

Vazquez, A. C. S., Portalanza-Chavarria, A. C., Vinueza-Solárzono, A., Freitas, C. P. P., & Hutz, C. S. (2022). *The Burnout Assessment Tool in Ecuador and Brazil.* https://burnoutassessmenttool.be/wp-content/uploads/2022/01/EAWOP-2022-Vasquez-et-al.pdf

Vinueza-Solórzano, A. M., Portalanza-Chavarría, C. A., de Freitas, C. P., Schaufeli, W. B., De Witte, H., Hutz, C. S., & Souza Vazquez, A. C. (2021). The Ecuadorian version of the Burnout Assessment Tool (BAT): Adaptation and validation. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 18*(13), 7121. https://doi.org/10.3390/ijerph18137121

Welzel, C., & Inglehart, R. (2015). Agency, values, and well-being: A human development model. *Social Indicators Research, 97*(1), 43–63. https://doi.org/10.1007/s11205-009-9557-z

Zhang, Y., & Li, S. (2015). Two measures for cross-cultural research on morality: Comparison and revision. *Psychological Reports, 117*(1), 144–166. https://doi.org/10.2466/08.07.PR0.117c15z5

Capítulo 11

Revisão sistemática e meta-análise

Andrea Valéria Steil
Silvia Miranda Amorim
Renata Silva de Carvalho Chinelato

Ao longo dos anos, é possível observar um crescimento do número de publicações científicas (Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), 2020). A produção mundial duplicou entre os anos 1986 e 2006, sendo que, no Brasil, o crescimento foi ainda mais elevado, com número nove vezes maior no mesmo período, segundo o Ministério da Educação (MEC, 2008). Em 2008, o país foi o 15º entre os de maior participação na produção científica mundial (Tourinho & Bastos, 2010). Em psicologia, os dados parecem acompanhar essa tendência, coerentes ao desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação brasileiros (Gondim *et al.*, 2019). Especificamente na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), Campos *et al.* (2011) ressaltam um grande crescimento e diversificação de publicações nos últimos anos, principalmente nas áreas relacionadas à saúde, subjetividade e significado do trabalho.

Esse quantitativo de trabalhos torna cada vez mais importante a divulgação assertiva dos resultados de pesquisa, realizada de maneira ampla, imparcial e por meios adequados, a fim de alcançar seus objetivos e, principalmente, proporcionar o avanço do conhecimento (Canto & Pauletto, 2020). Tal necessidade é especialmente verdadeira na área de POT, por se tratar de um campo permeado pela interdisciplinaridade, pela tensão entre as demandas científicas e as práticas, e por diferentes fontes e níveis de interesse dos fenômenos (Gondim *et al.*, 2019).

O aumento do número de publicações, aliado à dificuldade com a divulgação científica e às características do campo, faz com que seja observado o desenvolvimento de pesquisas muito semelhantes entre si, tanto em aspectos teóricos quanto metodológicos. Esse fato se dá principalmente devido às revisões de literatura serem por vezes realizadas de maneira empobrecida no planejamento da pesquisa, assim como pela desconsideração das revisões sistemáticas anteriores sobre o assunto. Comportamentos como esse geram estudos que não respondem a lacunas da área e acabam desperdiçando tempo e investimentos que poderiam ser utilizados em novas descobertas e avanços teóricos ou práticos (Canto & Pauletto, 2020).

A necessidade de explorar uma área por meio do maior número de resultados possíveis torna importante o processo de síntese de conhecimento, como as Revisões Sistemáticas de Literatura (RS) e as Meta-análises (MA) (Canto & Pauletto, 2020; Sullivan, 2010). Sendo assim, o objetivo deste capítulo é discorrer sobre a aplicabilidade das RS e MA em POT. Tratam-se de métodos cada vez mais discutidos e valorizados por conta da sua capacidade de resolução de controvérsias e apoio na tomada de decisão em ciência e em projetos de extensão. Apesar disso, não é incomum a utilização desses termos de maneira indiscriminada, tornando necessária a sua definição precisa e diferenciação de outros tipos de revisão.

A RS é um método explícito, sistemático e transparente de coleta, síntese e avaliação crítica de resultados de estudos primários sobre uma questão de pesquisa claramente formulada (Steil *et al.*, 2022). A utilização desse método requer dos pesquisadores a identificação de evidências relacionadas a essa questão, seja ela referente à saúde, a

intervenções em todas as áreas do conhecimento, a associações entre variáveis, à prevalência, à etiologia, entre outras (Canto & Pauletto, 2020; Sullivan, 2010).

A MA é a combinação e a síntese estatística de dois ou mais estudos independentes, selecionados em uma RS (Silva & Otta, 2014). Trata-se de uma análise quantitativa, que leva a novos resultados, em geral utilizada para identificar o tamanho do efeito dos estudos combinados (Páis-Ribeiro, 2014; Silva & Otta, 2014). Nesse sentido, é possível acrescentar a uma RS a análise por métodos estatísticos (ou seja, a MA), de maneira a analisar e sumarizar os resultados desses estudos. Em complementação, é utilizada para sustentar a apreciação qualitativa por meio da quantificação da evidência (Sullivan, 2010).

Nesse contexto, é importante apontar que a realização de RS e MA não tem como objetivo o julgamento de valor ou do significado de uma pesquisa específica, mas sim o refinamento dos estudos que respondam a uma questão, por meio da identificação de tendências e princípios, considerando-se um conjunto de resultados já encontrados (Sullivan, 2010). Por seguir métodos estruturados e *checklists* validados internacionalmente, a RS e a MA são métodos de síntese de conhecimento replicáveis e transparentes (Steil, 2022).

A fim de esclarecer seus objetivos, é importante diferenciar as RS e MA de outros métodos de síntese. A revisão narrativa possui uma temática ampla e não exige um protocolo específico, dando liberdade ao pesquisador para atribuir a sua análise crítica e interpretação sobre o assunto e seu estado da arte (Cordeiro, 2007). Na revisão narrativa o pesquisador utiliza o seu julgamento para selecionar livremente a literatura a ser analisada, por isso uma revisão narrativa é considerada subjetiva, individual e não replicável (Steil, 2022).

A revisão integrativa é um método amplo, que permite incluir literatura teórica e empírica, bem como estudos de abordagem qualitativa e quantitativa. Apesar de não partir de uma questão específica (pois sintetiza a literatura representativa de um tópico), é realizada com o uso de um protocolo pré-estabelecido que orienta tanto o processo da revisão quanto a análise dos seus resultados (Ercole *et al.*, 2014; Pompeo *et al.*, 2009).

Por fim, a revisão de escopo é uma forma de síntese de conhecimento que mapeia as evidências existentes sobre um tópico, assim como identifica seus principais conceitos, teorias e hiatos de conhecimento (Steil, 2022; Tricco *et al.*, 2018). Essa revisão é indicada quando os pesquisadores têm como objetivo definir o escopo de um conjunto de estudos, esclarecer conceitos ou investigar uma conduta de pesquisa (Munn *et al.*, 2018). Em função de seu método estruturado e utilização de *checklists* validados internacionalmente, a revisão de escopo é considerada uma forma de síntese de conhecimento replicável e transparente (Steil, 2022).

A importância das RS e MA tem sido reiterada por instituições renomadas, dedicadas à sistematização de diretrizes para a realização desses trabalhos, como a *Cochrane Collaboration,* a *Campbell Collaboration* e o *Center for Evidence-Based Management*. O conhecido Prisma (*Preferred Reporting Items of Systematic Reviews and Meta-Analyses*), uma declaração composta por 27 itens e um fluxograma para orientar pesquisadores a reportar RS e MA com rigor e transparência, foi desenvolvida nesse escopo internacional colaborativo. Recomenda-se que a declaração Prisma seja utilizada em conjunto com o documento do Prisma 2020 – Explicação e Elaboração (Page *et al.*, 2021). Inicialmente desenvolvido para orientar RS e MA de intervenções em saúde, o Prisma pode ser utilizado para reportar RS e MA de intervenções em outras áreas do conhecimento. Além disso, muitos itens do Prisma são também aplicáveis a RS e MA com outros objetivos, como prevalência, prognóstico, etiologia e associações entre variáveis (Galvão *et al.*, 2015; Moher *et al.*, 2009; Page *et al.*, 2021). No esforço internacional pela transparência das RS e MA, existem plataformas específicas para o registro do protocolo de uma RS, tais como o Prospero e a Cochrane, que fornecem os dados das RS registradas e possibilitam o conhecimento acerca das RS que estão sendo realizadas, evitando o desperdício de esforços. Adicionalmente, é crescente a quantidade de protocolos de RS publicadas em periódicos científicos.

Por todos os motivos apresentados, RS e MA bem conduzidas são importantes para a síntese do conhecimento e para aumentar o

impacto da pesquisa em psicologia. Além disso, a POT possui características que tornam especialmente relevante a síntese de estudos anteriores. As abordagens conceituais em POT tendem a ter natureza prática e grande complexidade. O campo é abrangente, com conhecimentos da psicologia, sociologia, ciência política, economia, entre outros, que explicam áreas como processos psicossociais em organizações e trabalho, comportamento organizacional, teorias organizacionais, gestão de recursos humanos, saúde do trabalhador, ergonomia, entre outras. Toda essa expansão gera consensos e dissensos no processo de desenvolvimento de teorias para os fenômenos da área (Caetano & Santos, 2017).

As RS e MA surgem, portanto, como uma opção para suprir essa lacuna nos estudos brasileiros. Não se trata de buscar uma resposta específica sobre a pergunta colocada, mas sobre a possibilidade de sintetizar o que se sabe ou não, promovendo conhecimento válido, que ajuda nas decisões e em contextos concretos de trabalho (Caetano & Santos, 2017). A disponibilidade de informações completas sobre métodos dos estudos permite uma avaliação crítica, interpretação dos resultados do estudo e replicação apropriada, ao passo que o relato adequado dos resultados produz informações de pesquisa valiosas para o presente e para o futuro (Canto & Pauletto, 2020). Esse parece ser um ponto já observado por pesquisadores brasileiros, pois, como sinalizam Gondim *et al.* (2019), na primeira década do século XXI presenciou-se no Brasil um crescimento expressivo do número de RS a respeito de tópicos específicos em POT. Para os autores, isso significa a autonomia de alguns subtópicos em POT ou a intenção de diagnosticar deficiências de pesquisa, a fim de superá-las futuramente (Gondim *et al.*, 2019).

Para aprofundar as questões aqui colocadas, nos tópicos seguintes são apresentadas a concepção de ciência envolvida nos métodos da RS e MA, bem como suas bases epistemológicas. Em seguida, são discutidas as potencialidades das RS e MA, especialmente no que diz respeito à minimização de tendenciosidades, à avaliação da qualidade da evidência e à capacidade de embasar decisões teóricas e práticas. Também são apontados os riscos à validade

das revisões sistemáticas e meta-análises associados ao uso inadequado dos métodos em função do desconhecimento dos padrões internacionais para a sua realização. A título de exemplificação e na busca por demonstrar a aplicabilidade das revisões em POT, são apresentados exemplos em diferentes contextos da área. Na sequência, discute-se a importância das RS e MA no escopo da diversidade teórica e metodológica do campo e pontua-se a relevância de métodos estruturados para a síntese de evidências. Por fim, são discutidas as necessidades de utilização das RS e MA, o que possibilita a proposição de uma agenda de pesquisa que situe a utilização dos métodos de maneira inovadora e criativa em POT.

Concepção subjacente de ciência e bases epistemológicas dos métodos

As concepções filosóficas, compreendidas como as crenças básicas que guiam a ação, são fundamentais de serem identificadas e explicitadas em uma pesquisa científica. Isso porque elas influenciam a prática do investigador, o que irá conduzir, também, a uma abordagem específica (quantitativa, qualitativa ou métodos mistos) (Creswell, 2010).

A RS e a MA estão inseridas em um paradigma científico pós-positivista, que embasa movimentos atuais de práticas e gestão baseadas em evidências. A ciência pós-positivista possui raízes no movimento positivista, que postula a ciência baseada somente na experiência sensorial e na análise de objetos concretos. Diferentemente da evolução do primeiro, esse paradigma se baseia no acesso à realidade com imperfeições, que compreende os mecanismos falhos da nossa percepção. Do ponto de vista epistemológico, ele segue sendo objetivista, ao retirar os pontos de decisão do pesquisador, porém o faz com um viés crítico, ao assumir que isso só é possível de maneira aproximada. Metodologicamente, o pós-positivismo difere-se do paradigma inicial, que considerava somente métodos experimentais, e passa a considerar métodos múltiplos, valorizando a triangulação metodológica, por exemplo (Bendassolli *et al.*, 2010).

Phillips e Burbules (2000) aprofundam sobre as suposições básicas da concepção pós-positivista: a) a verdade absoluta nunca pode ser encontrada na pesquisa; b) uma investigação é refinada ao longo de um processo; c) por meio de instrumentos preenchidos pelos participantes de uma pesquisa, os dados e as evidências dão forma ao conhecimento; d) um estudo desenvolve declarações relevantes e verdadeiras com intuito de explicar a relação entre variáveis; e) objetividade é uma característica essencial em uma pesquisa para evitar vieses. Assim, é possível compreender que os pós-positivistas defendem uma filosofia determinística (relações entre as variáveis) e reducionista (redução a um conjunto parcimonioso de variáveis), além de considerarem o conhecimento baseado em leis e teorias que governam o mundo, as quais precisam ser testadas e refinadas (Creswell, 2010).

A partir das características do paradigma pós-positivista, verifica-se que essa base epistemológica representa a forma tradicional de pesquisa e está frequentemente associada à pesquisa quantitativa. Ela baseia-se na abordagem nomotética que orienta a produção do conhecimento, buscando elaborar modelos explicativos e formular leis gerais sobre os fenômenos. Enquadram-se os experimentos, os quase experimentos e as correlações, os quais utilizam o controle de variáveis e o uso de testes estatísticos com o objetivo de explicar um fenômeno com menor margem de erro (Gondim & Pereira, 2015). Especialmente nas pesquisas psicológicas, um grande número de indivíduos é pesquisado, uma vez que os investigadores buscam descrever o comportamento típico de um determinado grupo. Por mais que as diferenças sejam importantes, o foco está nas similaridades. Nesse sentido, a abordagem nomotética relaciona-se à pesquisa quantitativa (Shaughnessy *et al.*, 2012).

O método quantitativo pressupõe a testagem dedutiva das teorias, protegendo contra os vieses, controlando explicações alternativas e sendo capaz de generalizar e replicar os achados de pesquisa (Creswell, 2010). Os resultados dos estudos quantitativos constituem-se em síntese e análise estatística (Shaughnessy *et al.*, 2012). Nesse sentido, a RS e a MA também estão ligadas a essa abordagem, uma vez que buscam sumarizar os resultados dos estudos experimentais ou

observacionais de maneira quantitativa, enfatizando a replicabilidade e buscando minimizar vieses (Steil *et al.*, 2022).

Conforme já apresentado neste capítulo, as RS e MA representam métodos de síntese rigorosos, precisos e transparentes, buscando minimizar interpretações subjetivas. Além disso, especialmente nas MA, espera-se descobrir padrões de relacionamentos entre variáveis que permitam o estabelecimento de princípios gerais, visando uma melhor explicação, compreensão e previsão de um fenômeno humano ou social (Guzzo *et al.*, 1987).

Para cumprir esse objetivo, RS e MA dependem de evidências específicas que possibilitem essa análise. Por esse motivo, são considerados acessíveis, especialmente para as MA, dados que sejam empíricos, quantitativos e com resultados que sejam configurados de uma forma estatística comparável (Sullivan, 2010). No caso da Psicologia, em que os resultados de muitos estudos são teóricos, qualitativos, cujos construtos nem sempre podem ser considerados equivalentes e comparáveis, por vezes é observada dificuldade na realização de sínteses como a RS e a MA.

Apesar dos desafios, observa-se um fortalecimento dessa concepção em sua associação ao movimento da prática baseada em evidências. A Psicologia baseada em evidências inspirou-se no movimento da medicina, definido como processo de descobrir, avaliar e usar achados de investigações como base para decisões clínicas (Melnik, 2014). Com o passar do tempo esse movimento vem se expandindo, já que ao contrário do meio acadêmico, que muitas vezes trabalha com a impossibilidade de generalizações, os trabalhadores de campos práticos, como gestores e desenvolvedores de políticas, necessitam de dados generalizáveis para justificar suas decisões (Guzzo *et al.*, 1987).

A prática baseada em evidências considera três domínios: a melhor evidência disponível, a competência clínica e as características do cliente. Assim, dentre as diversas possibilidades de estudos, as RS e MA são consideradas evidências de nível I, ou seja, são recomendadas como as melhores evidências científicas, por avaliarem todos os estudos e dar embasamento para determinada conduta, além de

discutir o grau de certeza dos seus resultados (Melnik, 2014). Para campos mais práticos e subjetivos, como a Psicologia, é importante ressaltar que a prática baseada em evidências não se limita a evidências científicas, mas considera dados contextuais, experiências profissionais e interesses das partes. Nesses casos, o direcionamento está na qualidade da informação e do conhecimento disponível e na forma como eles serão utilizados para a tomada de decisão e ação (Rousseau & Gunia, 2016).

Em relação à POT, a maior aplicação nesse sentido é na área de gestão, em que se observa o movimento da gestão baseada em evidências, que busca promover a qualidade das decisões gerenciais e embasar profissionais para avaliarem criticamente a informação. Trata-se de um movimento importante para a área por se tratar de um campo em que muitas vezes as decisões são tomadas com base exclusivamente em crenças, ideias pré-concebidas, modismos e/ou soluções rápidas oferecidas por profissionais não especializados. Para esse caso, se aplica a ideia de que não se trata de tomar decisões somente com base em resultados científicos, mas sim considerá-los como importante fonte de informação que busca uma generalização, ao contrário das experiências pessoais ou de outras organizações de maneira isolada (Caetano & Santos, 2017).

Cabe ressaltar que o paradigma pós-positivista, e consequentemente a prática baseada em evidências, têm sido utilizados por um grupo específico de pesquisadores em POT, denominado por Bendassolli *et al.* (2010) como eixo do comportamento. Segundo esses autores, trata-se de um eixo associado ao comportamento de maneira ampla, que incorpora dimensões cognitivas e afetivas, além do contexto do indivíduo. No campo da POT, especialmente nos países desenvolvidos, esse eixo investiga processos cognitivos e grupos, motivação, treinamento e desenvolvimento, tomada de decisão e atitudes, mas pode se expandir para vários temas. Metodologicamente é um eixo que tem tradição em estudos quantitativos, sendo que internacionalmente é comum a realização de experimentos, e no Brasil está mais relacionado a pesquisas correlacionais e de campo. Exemplos desses estudos serão apresentados e discutidos nos tópicos seguintes.

Vantagens, limitações e implicações práticas das RS e MA

Como visto, a RS e a MA constituem-se em importantes métodos de pesquisa, ao contribuírem para a construção do conhecimento por meio da sumarização das informações de estudos prévios e da possibilidade do teste de novas hipóteses a partir dos dados coletados (Silva & Otta, 2014). Nesta seção, são discutidas as características da RS e da MA, em especial, suas forças e implicações práticas, bem como as fraquezas desses métodos.

Dentre as vantagens das RS e MA, destaca-se que ambas são métodos de referência para a identificação de evidências científicas (Páis-Ribeiro, 2014), assim como são frequentemente de elevada qualidade (Tranfield *et al.,* 2003), pois reúnem, sintetizam e criticam os resultados de estudos, além de identificar relações, contradições, lacunas e inconsistências do conhecimento sobre uma questão de pesquisa, explorando as razões para isso (Siddaway *et al.*, 2019). RS e MA constituem-se em uma metodologia reprodutível e, portanto, científica. Por isso, quando um grupo de pesquisadores realiza uma investigação sobre uma questão de pesquisa utilizando esses métodos, não há necessidade de um novo estudo com a mesma questão, evitando, assim, que os esforços sejam duplicados. Então, elas podem ser atualizadas e ampliadas frequentemente a partir de novas investigações (Atallah & Castro, 1998).

O´Sullivan (2010) destaca outra vantagem das RS e MA: elas podem sumarizar dados de um grande número de estudos que tenham tratado de uma mesma questão de pesquisa. Por isso, RS e MA permitem que uma questão de pesquisa possa ser estudada em profundidade, enriquecendo o conhecimento científico. Tal compreensão permite, assim, que os autores façam contato com os pesquisadores que atuam com a mesma questão de pesquisa (O´Sullivan, 2010).

A RS busca esclarecer a extensão, a natureza e a qualidade da evidência de uma determinada questão de pesquisa. Assim, uma importante força do método é que ele usa a literatura para desenvolver uma nova teoria ou avaliar alguma(s) já existente(s), de modo a

explicar como e porque estudos individuais se encaixam. Isso permite que ela possa tirar conclusões robustas e amplas sobre as evidências de uma determinada questão. A partir disso, a RS também delineia direções para investigações futuras, mostrando onde faltam evidências ou quando os dados são inadequados (Siddaway *et al.*, 2019).

Revisão sistemática e meta-análise utilizam uma abordagem metódica, replicável, transparente, como foco na imparcialidade (Siddaway *et al.*, 2019). São adotados critérios sistemáticos e explícitos para busca e seleção de estudos primários, buscando minimizar vieses e erros, sendo, portanto, menos tendenciosos (Siddaway *et al.*, 2019; Tranfield *et al.*, 2003). Assim, é por meio da comparação de resultados de diferentes estudos e a verificação de sua consistência que há possibilidade de generalização das descobertas científicas (Greenhalgh, 2008). Ademais, os métodos e resultados devem ser relatados em detalhes para permitir que os leitores avaliem a confiabilidade e a aplicabilidade dos achados da revisão (Page *et al.*, 2021).

Especificamente em relação à MA, os resultados são configurados estatisticamente, a partir de dois ou mais estudos individuais, podendo incluir um grande número de pesquisas, desde que os construtos sejam os mesmos ou similares. Considerando que os estudos individuais podem ser pequenos, isso pode melhorar a precisão das evidências. Ademais, por ser utilizada para identificar o tamanho do efeito dos estudos combinados, tem-se a vantagem em testar hipóteses concretas, o que aumenta o poder estatístico do teste (O´Sullivan, 2010; Silva & Otta, 2014). Assim, a MA tem a capacidade de considerar o viés de publicação, bem como a replicação porque os dados de todos os estudos podem ser combinados para estimar o efeito na população (Siddaway *et al.*, 2019).

Uma força da MA é a interpretação do que os achados significam para a literatura, considerando que os próprios tamanhos de efeito sejam a razão da utilização desse método. Além disso, seus resultados trazem grandes questões e ideias que afetarão publicações futuras (Humphrey, 2011). As MA podem responder perguntas não explicitadas pelos estudos individuais, bem como resolver controvérsias de estudos conflitantes, podendo gerar novas hipóteses. Em síntese, uma

MA contribui para novos resultados e conclusões, as quais podem se igualar ou diferenciar dos estudos primários investigados (Silva & Otta, 2014).

Ao utilizar diretrizes específicas, como é o caso da declaração Prisma, as RS e MA tornam-se planejadas e explicitamente documentadas, bem como evitam arbitrariedade nas decisões em relação aos dados dos estudos primários (Moher *et al.*, 2015). Dessa forma, são reportadas de maneira mais precisa, transparente e completa, o que contribui para a replicação e/ou atualização dessas revisões, bem como para a tomada de decisão baseada em evidências científicas (Page *et al.*, 2021).

Nesse sentido, outra força da RS e da MA é que, a partir dos seus achados, diminuem o atraso entre as descobertas científicas e possibilitam aplicações práticas (Greenhalgh, 2008; Siddaway *et al.*, 2019). Esses métodos são essenciais para profissionais da área da saúde, para os formuladores de políticas públicas e outros tomadores de decisão que, de outra forma, poderiam ser invadidos por um volume enorme de pesquisas nas quais basear suas decisões (Page *et al.*, 2021). Para tanto, a síntese das evidências de uma determinada questão pode evidenciar a eficácia e a eficiência de tratamentos, intervenções, testes, e procedimentos relacionados aos cuidados de saúde, salientar as boas práticas que se realizam em Psicologia e em outros campos (Melnik *et al.*, 2014; Páis-Ribeiro, 2014), bem como apoiar o desenvolvimento de diretrizes da prática clínica em uma determinada área e, consequentemente, informar a tomada de decisão nessa prática (Moher *et al.*, 2015). Dentre as contribuições das RS e MA, a principal delas é o fato de possibilitar decisões profissionais, ampliando a eficiência do trabalho. Ainda no caminho prático, a capacidade de testar hipóteses concretas, pela combinação dos estudos, acaba por diminuir o atraso entre as descobertas científicas e suas aplicações na prática profissional (Silva & Otta, 2014).

As implicações práticas dos achados de pesquisa podem ser inferidas em uma RS publicada recentemente por Sherwood *et al.* (2019). Os autores encontraram uma combinação de fatores de risco individuais (sexo feminino, altos níveis de neuroticismo, baixo apoio social

e envolvimento em estratégias de enfrentamento passivas ou evitativas), organizacionais (baixo apoio social dos colegas, altas demandas de trabalho, baixos recursos e baixa recompensa) e operacionais (eventos traumáticos, exposição frequente a crimes contra crianças) no comprometimento e/ou agravo do sofrimento psicológico em policiais (depressão, ansiedade, transtorno pós-traumático, *burnout*). Conforme apontam os autores, é de conhecimento da área psicológica e médica que os transtornos psicológicos são multidimensionais e dependem da interação entre os diferentes domínios. Entretanto, essa pesquisa (a RS) foi a primeira a considerar a combinação dos riscos em uma mesma investigação.

Os achados deste estudo, além de pioneiros, suscitam a necessidade de ações públicas e/ou privadas (a depender do regime de contratação de trabalho de cada país) com objetivo de promover intervenções individuais e organizacionais, sejam com o próprio policial e/ou em pequenos/grandes grupos. O foco está na otimização de demandas laborais, no aumento dos recursos do trabalho e pessoais (Bakker *et al.*, 2014), sendo esses últimos importantes estratégias de enfrentamento das condições operacionais dessa atividade profissional.

Nesse sentido, os usos e as aplicações práticas das RS e MA são base para a prática baseada em evidências, as quais utilizam a busca das melhores e mais recentes evidências para a resolução de problemas e tomadas de decisão, vinculando, assim, teoria e prática (Ercole *et al.*, 2014). Engajar-se em práticas baseadas em evidências requer do pesquisador aprendizagem continuada, contribuindo para uma argumentação embasada para guiar decisões (Melnik *et al.*, 2014).

Algumas limitações das RS e MA estão associadas ao pesquisador. A maioria dos cientistas não recebeu nenhum treinamento em como escrever revisões de literatura (Siddaway *et al.*, 2019). Então, a tomada de decisão subjetiva por parte deles pode introduzir vieses nas investigações. Por exemplo, os autores podem decidir omitir estudos porque não concordam com seus propósitos, algo que acontece com frequência nas revisões narrativas. Eles também podem utilizar um método impreciso de seleção de estudos (O´Sullivan, 2010). Por isso, tal como reforçam Moher *et al.* (2015), há necessidade

de uma conduta consistente, responsável, íntegra e transparente por parte da equipe quando estão seguindo um protocolo de revisão sistemática. Isso significa que outro pesquisador que realiza exatamente a mesma investigação deveria encontrar os mesmos resultados (Siddaway *et al.*, 2019).

Revisões sistemáticas e meta-análises constituem-se em um método de pesquisa que envolve grande trabalho intelectual e, por vezes, braçal, sendo inviável realizá-las por apenas um investigador. Há necessidade, portanto, de um espírito colaborativo entre a equipe de trabalho (Atallah & Castro, 1998) e a necessidade constante de negociações, padronizações e reuniões de alinhamento de trabalho (Steil *et al.*, 2022).

Outra desvantagem das revisões sistemáticas e meta-análises é que elas consomem tempo, como em qualquer outra pesquisa científica (Atallah & Castro, 1998). No caso da meta-análise, recomenda-se que os investigadores tenham todas as informações do estudo e o cálculo dos valores do teste estatístico registrados por pelo menos dois autores (Huffcutt, 2002). Também é importante considerar que os resultados de alguns estudos individuais podem não ser válidos, por isso é necessário avaliar o risco de viés dos estudos. Assim, a MA pode ser mal utilizada pelos cientistas quando eles não conhecem as premissas dos testes estatísticos e os procedimentos de realização da MA.

Em síntese, é importante que os pesquisadores que se propõem a realizar RS e MA tenham clareza das particularidades dos construtos investigados em Psicologia e a subjetividade das questões que os envolvem. Ademais, deve-se ter cuidado em não apenas focar em técnicas de análise de dados, e perder dados importantes como o histórico da pesquisa a ser descrito, os referenciais teóricos utilizados, a organização dos dados encontrados, entre outros (Humphrey, 2011). Por esses motivos, recomenda-se descrever um protocolo e seguir diretrizes com uma lista de verificação de itens, como é o caso da declaração Prisma, uma vez que a revisão sistemática é uma mudança de paradigma no que se refere ao planejamento e execução de uma revisão de literatura (Steil *et al.*, 2022).

Exemplos de revisões sistemáticas com e sem meta-análises

Nesta seção, serão exemplificadas duas RS de uma recente revisão de escopo (Steil *et al.*, 2022), ambas da área de POT, sendo uma RS sem meta-análise e outra RS com meta-análise, com destaque para as perguntas de revisão e seus resultados. Em um segundo momento, serão descritas como as RS publicadas na Revista rPOT (Revista Psicologia: Organizações e Trabalho) têm sido reportadas, utilizando-se dos mesmos critérios usados para descrever as RS publicadas internacionalmente.

Considerando-se a área de Psicologia como um todo, as RS em POT são publicadas em menor número do que em outras áreas (Steil *et al.*, 2022). Esse fato foi evidenciado em recente revisão de escopo sobre como as revisões sistemáticas em Psicologia são reportadas (Steil *et al.*, 2022). Tendo como base o Prisma 2009, a revisão identificou 2.487 RS publicadas entre 2019 e 2020 nas bases PsycInfo e Medline. Dessas, 1.472 cumpriram o critério de elegibilidade (revisões autointituladas como RS, com ou sem meta-análise, em todas as áreas da Psicologia) e uma amostra aleatória representativa de 305 RS foi detalhadamente analisada.

Na tabela 1, estão sumarizadas as formas como foram reportadas as 305 RS em Psicologia publicadas em 2019 e 2020, tendo-se como base 16 dos 27 itens recomendados pelo Prisma (Steil *et al.*, 2022). Embora todos os itens do Prisma 2009 sejam importantes, privilegiou-se os 16 descritos a seguir, porque eles são mais objetivamente identificáveis em revisões sistemáticas e meta-análises. Com relação às seções "título", "resumo", e "outras informações" do Prisma, a referida revisão analisou os itens 1, 3, 4, 5 e 27. Com relação ao item 1, que recomenda que uma RS (ou meta-análise ou ambas) identifique-se como tal no título, 98,4% das RS em Psicologia seguiram essa recomendação. Com relação ao item 3, que sugere que uma RS descreva a justificativa da RS no contexto do conhecimento existente sobre a questão, 98% das RS atenderam a esse item. O item 4 indica que uma RS deve explicitar as questões que a revisão se propõe a responder com relação

a participantes, intervenções, comparações, desfechos e delineamento do estudo (PICOS). Das 305 RS analisadas, 20,7% apresentaram a(s) questão(ões) específica(s) que a RS responderia e apenas 12,7% das RS apresentaram o acrônimo utilizado na formulação da pesquisa (como PICO, PICOS, PICOTS, PICOT, PECO, PECOS, entre outros). Com relação ao item 5, que recomenda a explicitação da existência de protocolo e se ele pode ser acessado, 44,9% das RS explicitaram essa informação. Para finalizar os resultados dessas seções, o item 27 recomenda que sejam descritas as fontes de financiamento e outros suportes, assim como o papel dos financiadores na revisão sistemática. Das RS analisadas, 68,9% cumpriram com essa recomendação.

Tabela 1. Aderência a 16 das 27 recomendações Prisma 2009 de 305 revisões sistemáticas em Psicologia, publicadas em 2019 e 2020, em revistas indexadas na PsychINFO e Medline.

Item	Recomendação Prisma	N	%
TÍTULO			
Título	1. Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise ou ambas.	300	98,4%
INTRODUÇÃO			
Racional	3. Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.	299	98,0%
Objetivos	4. Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e delineamento dos estudos (PICOS). *- Uso de um acrônimo para pergunta da revisão (PICOS, PICO, PICOTS, PICOT, PECO, PECOS OU CHIP).*	63 39	20,7% 12,79%
MÉTODOS			
Protocolo e registro	5. Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado, e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.	137	44,9%
Critérios de elegibilidade	6. Especifique características do estudo e características dos relatos usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.	301	98,7%

Item	Recomendação Prisma	N	%
Fontes de informação	7. Descreva todas as fontes de informação na busca e data da última busca. - *Indicação das bases de dados* - *Uso de literatura cinza* - *Uso de fontes suplementares (especialistas ou lista de referências dos estudos incluídos).*	305 105 206	100% 34,4% 67,5%
Busca	8. Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida. – *Apresentação da estratégia de busca completa (com uso de operadores booleanos)* – *Apresentação apenas das palavras chave utilizadas na busca* – *Indicação de que a estratégia de busca pode ser visualizada em material suplementar* – Não apresentou nenhuma informação sobre a estratégia de busca.	126 76 90 13	41,3% 24,9% 29,5% 4%
Risco de viés em cada estudo	12. Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito no nível dos estudos ou dos resultados), e como esta informação foi usada na análise dos dados. – *Indicação do método de realização de avaliação de risco de viés ou qualidade metodológica nos estudos individuais.*	238	78,0%
Risco de viés entre estudos	15. Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência acumulada (ex.: viés de publicação, relato seletivo nos estudos). – *Realização de análise de viés de publicação.*	70	9,3%
RESULTADOS			
Seleção dos estudos	17. Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo. – *Apresentação do número de estudos rastreados* – *Apresentação do número de estudos avaliados com os critérios de elegibilidade* – *Apresentação de gráfico de fluxo* – *Apresentação da razão para exclusão no estágio da leitura dos estudos completos.*	303 300 288 252	99,3% 98,4% 94,4% 82,6%
Características dos estudos	18. Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex.: tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações. – *Apresentação das características dos estudos individuais em uma tabela* – *Apresentação textual das características dos estudos individuais* – Síntese qualitativa dos estudos incluídos.	242 89 297	89,2% 29,2% 97,4%

Item	Recomendação Prisma	N	%
Risco de viés em cada estudo	19. Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12). – *Apresentação dos resultados de avaliação do risco de viés ou da qualidade metodológica de cada estudo incluído.* – *Análise do impacto do risco de viés e da qualidade metodológica de cada estudo incluída na seção de discussão da RS.*	179 213	58,7% 69,8%
Resultados de estudos individuais	20. Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, especialmente por meio de gráficos de floresta. – *Apresentação do gráfico de floresta nas meta-análises.*	78*	77,2%*
Síntese dos resultados	21. Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência. – *Realização de meta-análise* – *Explicitação dos intervalos de confiança nas meta-análises* – *Realização de análise de heterogeneidade dos estudos*	101 99* 96*	33,1% 98,0%* 95%*
Sumário da evidência	24. Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex.: profissionais da saúde, usuários e formuladores de política). – *Realização da avaliação da qualidade da síntese da evidência*	37	12,1%
Financiamento	27. Descrever fontes de financiamento para a revisão sistemáticas e outros suportes (ex.: suprimento de dados); papel dos financiadores na revisão sistemática.	210	68,9%

* Número e percentual calculados sobre 101 (referente ao número total de meta-análises na amostra analisada). Fonte: baseado em Steil et al. (2022). Nota: elaborada pelas autoras.

Com relação às seções de Métodos e de Resultados, a revisão de escopo analisou como as RS em Psicologia reportaram os seguintes itens do Prisma: 6, 7, 8, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 24. O item 6 do Prisma, que recomenda a indicação dos critérios de elegibilidade, 98,7% das RS em Psicologia indicaram os critérios de inclusão e 86,6% os critérios de exclusão. Destaca-se que 56,72% das RS consideraram elegíveis apenas estudos escritos em inglês, o que inclui viés no processo. Todas as RS

em Psicologia indicaram as fontes de informação para a busca e a data da busca, cumprindo as recomendações do item 7 do Prisma. O item 8 do Prisma recomenda que as RS apresentem a estratégia de busca completa para pelo menos uma base de dados mais importante, de modo que possa ser reproduzida. Esse item foi cumprido por apenas 41,3% das RS em Psicologia.

O item 12 do Prisma é central em uma RS. Esse item recomenda que o método para análise do risco de viés de cada estudo incluído seja descrito. O item foi reportado adequadamente por 78% das RS em Psicologia. Já o item 15 diz respeito à recomendação de que se especifique todo e qualquer risco de viés que afete a evidência acumulada. Com relação a esse item 9,3% das RS em Psicologia reportaram o viés de publicação.

O item 17 do Prisma recomenda a apresentação do número de estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, com as razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo. Nesse item, 99,3% das RS em Psicologia apresentaram o número de estudos rastreados, 98,4% o número de estudos avaliados para elegibilidade e 94,4% apresentaram o gráfico de fluxo. A maioria das RS (82,6%) apresentou as razões de exclusão apenas na fase de leitura do texto completo. O item 18 do Prisma recomenda que sejam reportadas as características para extração dos dados de cada estudo incluído. As características dos estudos foram apresentadas em tabela em 89,2% das RS em Psicologia e textualmente em 29,2% delas.

O item 19 do Prisma recomenda que sejam apresentados os dados sobre o risco de viés em cada estudo. Cerca de 60% das RS em Psicologia cumpriram essa recomendação. Os itens 20 e 21 do Prisma recomendam que sejam reportados os resultados dos estudos individuais, assim como seu sumário. A síntese dos resultados dos estudos individuais por meio de meta-análise foi apresentada em 33,1% das RS. Por fim, o item 24 do Prisma recomenda que as RS explicitem a força da evidência para cada estudo. Esse item foi reportado por apenas 12,15% das RS em Psicologia.

Da amostra de 350 RS da revisão de escopo (Steil *et al.*, 2022), quinze (15) RS trataram de temáticas vinculadas à POT, o que

representa apenas 4,92% da totalidade das RS em Psicologia. A seguir, serão exemplificadas duas RS dessa amostra.

O primeiro exemplo selecionado é a RS 1, intitulada "*Burnout* em clínicos de oncologia psicossocial: uma revisão sistemática" (Morris *et al.*, 2020). Essa RS trata de uma questão de POT, o *burnout* de profissionais, e responde às seguintes perguntas: 1) o que se sabe sobre a prevalência e a severidade do *burnout* em clínicos psicossociais que trabalham em ambiente de oncologia? 2) Que fatores contribuem para ou protegem contra o *burnout* na população alvo? Os resultados dessa RS indicam a utilização de dez medidas diferentes para avaliar o *burnout,* o estresse traumático secundário e a fadiga de compaixão. A RS também sumariza os fatores que podem impactar o *burnout*, como o engajamento no trabalho, o significado e o *distress* moral. Os autores da RS concluem que, quando comparados com outros profissionais da área médica, os clínicos psicossociais oncológicos possuem menor nível de *burnout* (Morris *et al.*, 2020). A RS 1 é de prevalência, o que demonstra que as RS não estão focadas apenas na síntese de intervenções. A RS também não realizou meta-análise. Entretanto, destaca-se que a não realização de meta-análise não é um ponto negativo de uma RS, pois a decisão pela síntese quantitativa dos resultados dos estudos envolve muito mais elementos do que a possibilidade de apresentação conjunta de dados numéricos (Porporatti *et al.*, 2020).

O segundo exemplo é de uma RS com meta-análise (RS 2), intitulada: "Efetividade de intervenções psicológicas e educacionais para a prevenção da depressão no ambiente de trabalho: uma revisão sistemática e meta-análise" (Bellón *et al.*, 2019). O objetivo dessa RS foi o de avaliar a efetividade de intervenções psicológicas e educacionais na prevenção da depressão no ambiente de trabalho. Os resultados da meta-análise, que analisou ensaios clínicos randomizados, indicaram que intervenções psicológicas ou educacionais no ambiente de trabalho podem prevenir a depressão, embora a qualidade da evidência tenha sido baixa.

Há vários pontos a serem destacados com relação a como essas duas RS em POT e às demais RS internacionais em Psicologia

foram reportadas. Será feita uma discussão sobre como as RS foram reportadas como um todo um pouco mais adiante, após a descrição das RS em POT publicadas no Brasil. Para apresentar exemplos de RS em POT publicadas no Brasil, buscou-se RS em todos os números (desde o número 2001/1 até o número 2021/21) da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho (rPOT). Utilizou-se o mesmo critério de inclusão utilizado na revisão de escopo de Steil *et al.* (2022): a indicação de que a revisão é sistemática (com ou sem meta-análise) no título, dado que essa é uma das recomendações do Prisma (2009 e 2020). Nos 20 anos de rPOT foram identificadas oito revisões que se autointitulam sistemáticas, sendo a primeira publicada em 2016. Das oito RS, duas apresentaram meta-análise.

Na sequência, foram analisadas as oito RS em POT publicadas na rPOT com os mesmos critérios com os quais foram analisadas as RS em Psicologia (incluindo as de POT) publicadas na Medline e PsycInfo (Steil *et al.*, 2022). A tabela 2 apresenta esse comparativo. Observou-se que as RS em POT publicadas na rPOT alcançaram percentuais de aderência ao Prisma 2009 relativamente próximos das RS em Psicologia publicadas na Medline e PsycInfo nos seguintes itens: 1 (título), 3 (racional), 4 (objetivos), 6 (critérios de elegibilidade), 7 (fontes de informação), 15 (risco de viés entre estudos), 17 (seleção dos estudos), 18 (caracterização dos estudos), 20 (resultados de estudos individuais) e 21 (síntese dos resultados).

As RS publicadas na rPOT tiveram percentuais inferiores às publicadas na Medline e PsycInfo nos itens recomendados 5 (protocolo e registro), 8 (busca), 12 (risco de viés em cada estudo — indicação do método), 19 (risco de viés em cada estudo — descrição do risco de cada estudo), 24 (sumário da evidência) e 27 (financiamento). Nenhuma das RS em POT publicadas na rPOT mencionou a existência de protocolo de revisão e de seu registro (item 5), assim como não mencionou o método para realização de risco de viés (item 12) (ou qualidade metodológica) e não apresentou dados sobre o risco de viés ou qualidade metodológica dos estudos incluídos (item 19).

A partir dos levantamentos das RS em psicologia e, especificamente em POT, nacionais e internacionais, serão discutidos alguns

Tabela 2. Percentual de cumprimento de 15 dos 27 itens do Prisma de RS em Psicologia (incluindo as de POT) publicadas nas bases Medline e PsycInfo e RS em POT Publicadas na rPOT.

Itens do Prisma	% RS em psicologia Medline e PsycInfo (N = 305)	% RS POT publicadas na rPOT (N = 8)
1. Título	98,4%	100%
3. Racional	98,0%	100%
4. Objetivos – Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas – Uso de um acrônimo para pergunta da revisão	20,7% 12,79%	50% 0%
5. Protocolo e registro	44,9%	0%
6. Critérios de elegibilidade	98,7%	100%
7. Fontes de informação – Indicação das bases de dados – Uso de literatura cinza – Uso de fontes suplementares (especialistas ou lista de referências dos estudos incluídos)	100% 34,4% 67,5%	100% 0% 0%
8. Busca – Apresentação da estratégia de busca completa (com uso de operadores booleanos) – Apresentação apenas das palavras-chave utilizadas na busca – Indicação de que a estratégia de busca pode ser visualizada em material suplementar – Não apresentou nenhuma informação sobre a estratégia de busca	41,3% 24,9% 29,5% 4%	12,5% 62,5% 0% 0%
12. Risco de viés em cada estudo – Indicação do método de avaliação de risco de viés ou qualidade metodológica nos estudos individuais	78,03%	0%
15. Risco de viés entre estudos – Realização de análise de viés de publicação	9,3%	12,5%
17. Seleção dos estudos – Apresentação do número de estudos rastreados – Apresentação do número de estudos avaliados com os critérios de elegibilidade – Apresentação de gráfico de fluxo – Apresentação da razão para exclusão no estágio da leitura dos estudos completos	99,3% 98,4% 94,4% 82,6%	100% 100% 50% 62,5%

Itens do Prisma	% RS em psicologia Medline e PsycInfo (N = 305)	% RS POT publicadas na rPOT (N = 8)
18. Características dos estudos – Apresentação das características dos estudos individuais em uma tabela – Apresentação textual das características dos estudos individuais – Síntese qualitativa dos estudos incluídos	89,2% 29,2% 97,4%	25% 50% 87,5%
19. Risco de viés em cada estudo – Apresentação dos resultados de avaliação do risco de viés ou da qualidade metodológica de cada estudo incluído – Análise do impacto do risco de viés e da qualidade metodológica de cada estudo incluída na seção de discussão da RS	58,7% 69,8%	0% 0%
20. Resultados de estudos individuais – Apresentação do gráfico de floresta nas meta-análises	77,2%*	50%*
21. Síntese dos resultados – Realização de meta-análise – Explicitação dos intervalos de confiança nas meta-análises – Realização de análise de heterogeneidade dos estudos	33,1% 98,0%* 95%*	25% 50%* 50%*
24. Sumário da evidência – Realização da avaliação da qualidade da síntese da evidência	12,1%	0%
27. Financiamento	68,9%	12,5%

Nota: elaborada pelas autoras.

itens importantes da tabela 2, de modo a destacar a sua importância para a qualidade das RS sistemáticas em POT. Os primeiros pontos a serem destacados são o fato de as revisões terem a identificação de que são RS no título e apresentarem a justificativa de sua realização no âmbito do que se sabe sobre a questão a ser sintetizada. Esses dois pontos (itens 1 e 2 do Prisma 2009) já estão sendo cumpridos pela grande maioria dos autores, nacionais e internacionais.

Um outro ponto diz respeito à amplitude da pergunta de revisão e seu objetivo (item 4 do Prisma 2009). O objetivo de uma RS é o de sumarizar toda evidência empírica sobre uma questão específica, de modo que decisões científicas, tecnológicas ou de intervenção possam ser tomadas. Das oito revisões autointituladas como sistemáticas na rPOT, verificou-se que cinco delas possuem objetivos mais amplos do que se espera para uma RS. Essas revisões são: *The Future of Brand Personality: Systematic Review and Research Agenda* (Carvalho *et al.*, 2021), Gênero e trabalho na Psicologia: revisão sistemática e meta-análise qualitativa (Rufino *et al.*, 2019), Cultura organizacional: Revisão sistemática da literatura (Barale & Santos, 2017), Revisão sistemática da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho no Brasil (Oliveira *et al.*, 2018), Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: uma revisão sistemática da literatura (Mandarini *et al.*, 2016). Essas cinco revisões buscam realizar mapeamento de tópicos, o que indica que esses objetivos estão mais próximos do que se espera de uma revisão de escopo do que de uma revisão sistemática. A explicação de Peters *et al.* (2020, p. 2021) sobre o que é uma revisão de escopo ajuda a demonstrar esse ponto:

> De acordo com o Instituto Canadense de Pesquisa em Saúde, revisões de escopo são "projetos exploratórios que mapeiam sistematicamente a literatura disponível sobre um tópico, identificando conceitos chave, teorias, fontes de evidência e hiatos na pesquisa"... Revisões de escopo são conduzidas por muitas razões, sendo a mais comum explorar a amplitude ou profundidade da literatura, mapear e sumarizar a evidência, informar pesquisa futura e identificar hiatos de conhecimento.

Recomendações para a realização de RS com e sem meta-análise

Com base no exposto até o momento, sugere-se atenção no momento da decisão do tipo de revisão a ser realizada. A RS (com ou sem meta-análise) será adequada para a síntese da evidência de uma pergunta específica, com foco em estudos primários, exclusivamente. Inclui, necessariamente, a realização de risco de viés ou avaliação de

qualidade metodológica e a avaliação da qualidade da evidência (Page *et al.*, 2021). Já a revisão de escopo é uma revisão de mapeamento de um tópico, portanto, mais ampla. Dado que a especificação dos tipos de revisão de literatura tem se consolidado como uma área metodológica importante por si só, sugere-se que pesquisadores acompanhem as novas taxonomias e padrões internacionais para a sua realização.

Nenhuma RS publicada na rPOT reportou o número do registro do protocolo da revisão em algum repositório, ao passo que nas RS em POT internacionais o percentual de registro foi de 44,9%. Recomenda-se que todos os protocolos de RS sejam publicados, de modo que a comunidade científica tenha conhecimento das revisões planejadas e em andamento, evitando-se desperdícios de investimentos e a duplicação de estudos com a mesma pergunta de revisão ao mesmo tempo. A publicação de protocolos é mais frequente na área da saúde, mas a recomendação é a de que todos os protocolos sejam publicados. O Prospero (*International Prospective Register of Ongoing Systematic Reviews*) é o mais conhecido local de registro de uma RS. Ele é mantido pelo *Centre of Reviews and Dissemination* (Universidade de York) com financiamento do *National Institute for Health Research* (NIHR) do Reino Unido (https://www.crd.york.ac.uk/prospero/). Entende-se que parte das RS em POT podem ser registradas no Prospero, dado que o Prospero aceita exclusivamente RS com algum desfecho relacionado à saúde. A área de POT é ampla e inclui também temáticas não vinculadas diretamente à saúde. Para as RS em POT sem desfecho em saúde existe a possibilidade da publicação do protocolo da RS no *The Open Science Framework* (https://osf.io/registries/discover?provider=OSF&-q=systematic%20review). O *The Open Science Framework* é uma plataforma de ciência aberta para apoiar a colaboração científica.

Cem por cento das RS publicadas na rPOT explicitaram os critérios de elegibilidade para a inclusão e exclusão de estudos na RS (e 98,7% das RS em POT publicadas internacionalmente), demonstrando total aderência às recomendações (item 6 do Prisma 2009). A questão das fontes de informação também é fundamental em uma RS (item 7 do Prisma 2009). Todas as RS em POT (nacionais e internacionais) indicaram as bases de dados utilizadas na revisão, o que é excelente.

Por outro lado, nenhuma RS publicada na rPOT utilizou *literatura cinza* ou fontes suplementares às bases de dados. Ressalta-se que essas fontes são previstas no Prisma e são importantes para a localização de estudos relevantes para responder à pergunta de uma RS, sendo a RS feita com ou sem meta-análise.

Sabe-se que alguns pesquisadores não usam a *literatura cinza* em função do aumento da complexidade na localização de estudos, mas outros não a utilizam em função de uma crença de que ela inclui estudos de baixa qualidade (por não serem necessariamente revisados por pares). Importante ressaltar que uma das características de uma RS é a análise do risco de viés ou a análise da qualidade metodológica, por isso recomenda-se que todos os estudos que atenderem aos critérios de elegibilidade sejam incluídos (advindos de bases de dados científicas ou *literatura cinza*) porque eles serão avaliados pelo seu risco de viés ou qualidade metodológica. Assim, significa dizer que esses estudos não devem ser excluídos por uma suposição *a priori* de sua qualidade em função de onde ele é publicado. Sabe-se que a área de Administração no Brasil tende a utilizar como critério de elegibilidade o *qualis* ou o fator de impacto de uma revista, mas ressalta-se que esses dois elementos não são *proxies* para o risco de viés ou para a qualidade metodológica dos estudos publicados nessas revistas. Portanto, não se recomenda a exclusão da *literatura cinza* em função dessa prática ou crença. Ademais, o fator de impacto e o *qualis* são atributos associados às revistas e não a cada estudo específico publicado nelas.

Com relação ao item 8 do Prisma 2009, relacionado à apresentação da estratégia completa de busca (com operadores *booleanos*), apenas 12,5% das RS publicadas na rPOT e 41,3% das RS em POT publicadas internacionalmente cumpriram esse item. Como destacado por Steil *et al.* (2022), é necessário a apresentação da *string* completa de busca para cada base, de modo a garantir a transparência e a replicabilidade da RS. O Prisma 2009 explicita esse ponto, indicando a necessidade dessa apresentação também para que os leitores das RS possam "avaliar a abrangência e a completude da busca, e replicá-la" (Moher *et al.*, 2009, p. 6).

Nenhuma RS publicada na rPOT realizou a análise do risco de viés em cada estudo incluído (comparado a 78,03% das RS internacionais em POT). Em função de sua origem na ciência baseada em evidências e no foco na realização de sínteses confiáveis, transparentes e completas, a avaliação do risco de viés ou da qualidade metodológica de cada estudo é indispensável. Sem ela será feita uma síntese de evidências potencialmente derivadas de estudos tendenciosos. Ausente também das RS publicadas na rPOT está o sumário da evidência (item 24), o que poderá gerar recomendações de ações em POT com base em evidências de má qualidade. Destaca-se que o Prisma indica a realização de avaliação de risco de viés e não da qualidade metodológica dos estudos incluídos, porque o foco original do Prisma é nas RS de intervenções. Quando a RS não for de intervenção, alguns itens do Prisma não se aplicarão (Page *et al.*, 2020). Esse é o caso da análise do risco de viés. Quando a RS for de estudos observacionais (associação, fato de risco e prevalência, por exemplo), utilizam-se as ferramentas de avaliação da qualidade metodológica (Massignan *et al.*, 2020). De qualquer maneira, em toda RS é necessária a realização seja da análise do risco de viés, seja da análise da qualidade metodológica. Embora relacionados, é importante destacar que risco de viés e qualidade metodológica não são sinônimos (Furuya-Kanamori *et al.*, 2021).

Insiste-se, aqui, na importância da análise do risco de viés ou da qualidade metodológica dos estudos incluídos na RS. Thompson *et al.* (2012) já haviam pontuado que os leitores de RS podem não ter a habilidade para avaliar a validade interna de uma RS, levando-os a uma decisão potencialmente tendenciosa caso a RS não tenha sido conduzida com base em padrões internacionais de qualidade. Steil *et al.* (2022) também chamam a atenção para o fato de que RS estão sendo crescentemente utilizadas por mestrandos, doutorandos e pesquisadores para a identificação de hiatos científicos, de modo a guiar novas pesquisas primárias. Esses estudantes e pesquisadores, que geralmente não são especialistas em RS, podem confiar nos resultados de uma RS mesmo quando ela for tendenciosa. Uma consequência potencial dessa situação hipotética é a realização de pesquisas a partir de pseudo evidências, dificultando o avanço do impacto da pesquisa em Psicologia, particularmente em POT.

Por fim, recomenda-se que as RS indiquem se ela foi financiada ou não (item 27 do Prisma 2009). Doze vírgula cinco por cento (12,5%) das RS publicadas na rPOT e 68,9% das RS em POT publicadas internacionalmente explicitaram a existência ou não de financiamento para a revisão. Esse item é muito importante, pois há evidências de resultados mais favoráveis para a eficácia de medicamentos em alguns estudos financiados por indústrias farmacêuticas, a chamada tendenciosidade da indústria (Lundh *et al.*, 2017). Os autores sugerem que se indique sempre as fontes de apoio (financeiro ou de outra natureza) para um estudo ou RS, mesmo que seja de um "tema mais neutro". Isso porque nem sempre o pesquisador pode estar ciente de como fontes de apoio afetam a definição da pergunta de pesquisa e as demais etapas da pesquisa (método, análise e recomendações) em qualquer área do conhecimento.

A análise realizada, e aqui relatada, demonstra que as RS em POT publicadas no Brasil incluídas nessa amostra possuem características similares às demais RS em Psicologia. Tais achados apresentam que todas as RS em Psicologia podem e devem aperfeiçoar seus padrões de planejamento, execução e redação de modo a adequarem-se a padrões internacionais para RS, como o Prisma. Importante também destacar que a análise da aderência das RS em Psicologia ao Prisma foi realizada com a versão Prisma 2009, pois o Prisma 2020 foi lançado em 2021. O Prisma 2020 cobre todos os itens recomendados pelo Prisma 2009 e também possui 27 itens. A diferença entre as duas versões é a de que o Prisma 2020 apresenta maior detalhamento sobre o que deve ser reportado em cada item, tornando as recomendações mais exigentes.

Considerações finais

Neste capítulo demonstrou-se o crescimento de pesquisas e publicações brasileiras de POT ao mesmo tempo em que a quantidade de RS e MA na área não cresce em proporção similar. Em comparação ao quantitativo internacional, as RS e MA em POT no Brasil são escassas. Considerando que tais metodologias sintetizam evidências sobre uma questão específica de forma estruturada, transparente e

com replicabilidade, recomenda-se que mais pesquisas dessa natureza sejam realizadas, contribuindo para o avanço do conhecimento científico de POT no contexto brasileiro. Buscou-se demonstrar também a importância de seguir métodos estruturados e *checklists* validados internacionalmente quanto ao planejamento, execução e redação, como o Prisma 2020.

Por mais que se tenha verificado que as RS em POT publicadas no Brasil possuem características similares às RS em psicologia no âmbito internacional, observou-se a ausência de algumas informações importantes, especialmente quanto ao número do registro do protocolo da revisão, a utilização de *literatura cinza* ou fontes suplementares às bases de dados bibliográficas, a análise de risco de viés dos estudos incluídos e a avaliação da certeza da evidência acumulada sobre a questão.

Revisões sistemáticas e meta-análises, ao promoverem conhecimento válido, aumentam o impacto da pesquisa em Psicologia. Quando bem conduzidas e explicitamente documentadas são mais facilmente publicadas em revistas de alto impacto, contribuem para a tomada de decisão em contextos concretos de trabalho, com base em evidências científicas.

Sugere-se que o método de realização de RS e MA possam ser mais amplamente difundidos no cenário científico e nas associações profissionais em psicologia no Brasil. Da mesma maneira que o ensino do método de pesquisa primária é mandatório em cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, há o entendimento que o ensino do método de realização de revisões sistemáticas e meta-análises deva receber similar importância. Dessa forma, as vantagens dos métodos, identificadas neste capítulo, poderão ser mais amplamente visualizadas no cenário científico e de intervenção em POT no Brasil. Espera-se que esse capítulo seja uma contribuição nesse sentido.

Referências

Atallah, A. N., & Castro, A. A. (1998). Revisão sistemática e meta-análise. In A. N. Atallah & A. A. Castro (Eds.), *Evidências para melhores decisões clínicas*. Lemos-Editorial. Recuperado de http://www.epm.br/cochrane/bestevidence.htm

Bakker, A. B., Demerouti, E., & Sanz-Vergel, A. I. (2014). Burnout and work engagement: The JD-R approach. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 1*(1), 389–411. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-031413-091235

Barale, R. F., & Santos, B. R. (2017). Cultura organizacional: Revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 17*(2), 129–136. https://doi.org/10.17652/rpot/2017.2.12854

Bellón, J. Á., Conejo-Cerón, S., Cortés-Abela, C., Pena-Andreu, J. M., García-Rodríguez, A., & Moreno-Peral, P. (2019). Effectiveness of psychological and educational interventions for the prevention of depression in the workplace: A systematic review and meta-analysis. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health, 45*(4), 324–332. https://doi.org/10.5271/sjweh.3791

Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia, 15*(3), 281–289. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300008

Caetano, A., & Santos, S. C. (2017). The gap between research and professional practice in work and organizational psychology: Tensions, beliefs and options. In E. R. Neiva, C. V. Torres, & E. Mendonça (Eds.), *Organizational psychology and evidence-based management: What a science says about practice* (pp. 1–23). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56083-0_1

Campos, K. C. L., Duarte, C., Cezar, E. O., & Pereira, G. O. A. (2011). Psicologia organizacional e do trabalho: Retrato da produção científica da última década. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(4), 702–717. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400006

Canto, G. L., & Pauletto, P. (2020). A síntese do conhecimento. In G. L. Canto (Ed.), *Revisões sistemáticas da literatura: Guia prático* (pp. 23–28). Brazil Publishing. https://doi.org/10.31012/978-65-5016-353-2

Carvalho, D., Demo, G., & Scussel, F. (2021). The future of brand personality: Systematic review and research agenda. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 21*(3), 1585–1593. https://doi.org/10.5935/rpot/2021.3.20962

Cordeiro, A. M., Oliveira, M. G., Rentería, J. M., & Guimarães, C. A. (2007). Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 34*(6), 428–431. https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.

Ercole, F. F., Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem, 18*(1), 9–12. https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001

Furuya-Kanamori, L., Xu, C., Hasan, S. S., & Doi, S. A. (2021). Key concepts in clinical epidemiology. *Journal of Clinical Epidemiology, 129*, 172–175. https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2020.09.044

Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 24*(2), 335–342. https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017

Gondim, S. M. G., & Pereira, M. E. (2015). Métodos de pesquisa em psicologia do trabalho e das organizações. In P. F. Bendassolli & J. E. B. Borges-Andrade (Eds.), *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp. 433–444). Casa do Psicólogo.

Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2019). Desenvolvimento científico e desafios da psicologia do trabalho e das organizações no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 18*(4), 1087–1105. https://doi.org/10.12957/epp.2018.42224

Greenhalgh, T. (2008). *Como ler artigos científicos: Fundamentos da medicina baseada em evidências* (A. P. Fajardo, Trad.). Artmed.

Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. Sage.

Guzzo, R. A., Jackson, S. E., & Katzell, R. A. (1987). Meta-analysis analysis. *Research in Organizational Behavior, 9*, 407–442.

Huffcutt, A. I. (2002). Research perspectives on meta-analysis. In S. G. Rogelberg (Ed.), *Handbook of research methods in industrial and organizational psychology* (pp. 198–215). Blackwell Publishers.

Humphrey, S. H. (2011). What does a great meta-analysis look like? *Organizational Psychology Review, 1*(2), 99–103. https://doi.org/10.1177/2041386611401273

Lundh, A., Lexchin, J., Mintzes, B., Schroll, J. B., & Bero, L. (2017). Industry sponsorship and research outcome. *Cochrane Database of Systematic Reviews, 2*, MR000033. https://doi.org/10.1002/14651858.MR000033.pub3

Mandarini, M. B., Alves, A. M., & Sticca, M. G. (2016). Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(2), 143–152. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.2.661

Massignan, C., Stefani, C. M., & De Luca Canto, G. (2020). Introdução à análise do risco de viés em revisões sistemáticas. In G. L. Canto, M. Stefani, & C. Massignan (Eds.), *Risco de viés em revisões sistemáticas: Guia prático*. Brazil Publishing.

Melnik, T., Souza, W. F., & Carvalho, M. R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: Aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicología, 33*(2), 79–92.

Ministério da Educação. (2008). *Produção científica brasileira é a 15ª em todo o mundo*. http://www.mec.gov.br

Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., Shekelle, P., Stewart, L. A., & PRISMA-P Group. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews, 4*(1). https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLOS Medicine, 6*(7), e1000097. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097

Morris, S. E., Tarquini, S. J., Yusufov, M., Adolf, E., Amonoo, H. L., Bain, P. A., ... Pirl, W. F. (2020). Burnout in psychosocial oncology clinicians: A systematic review. *Palliative & Supportive Care, 18*(4), 1–12. https://doi.org/10.1017/S147895152000084X

Munn, Z., Peters, M. D. J., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology, 18*, 143. https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x

Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação – OCTI. (2020). *Panorama da ciência brasileira 2015–2020*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf

O'Sullivan, D. (2010). Meta-análise. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, J. A. Smith, & V. G. Haase (Eds.), *Métodos de pesquisa em psicologia* (pp. 454–468). Artmed.

Oliveira, L. P. de, Silva, F. H. M. da, & Sticca, M. G. (2018). Revisão sistemática da produção acadêmica em psicologia do trabalho no Brasil. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 18*(2), 354–363. https://doi.org/10.17652/rpot/2018.2.13688

Page, M. J., Moher, D., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., ... McKenzie, J. E. (2021). PRISMA 2020 explanation and elaboration: Updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ, 372*, n160. https://doi.org/10.1136/bmj.n160

Páis-Ribeiro, J. L. (2014). Revisão de investigação e evidência científica. *Psicologia, Saúde & Doenças, 15*(3), 634–647.

Peters, M. D. J., Marnie, C., Tricco, A. C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., McInerney, P., Godfrey, C. M., & Khalil, H. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBI Evidence Synthesis, 18*(10), 2119–2126. https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167

Phillips, D. C., & Burbules, N. C. (2000). *Postpositivism and educational research*. Rowman & Littlefield.

Pompeo, D. A., Rossi, L. A., & Galvão, C. M. (2009). Revisão integrativa: Etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem, 22*(4), 434–438. http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n4/a14v22n4.pdf

Porporatti, A. L., Flores-Mir, C., & De Luca Canto, G. (2020). A decisão de fazer ou não a meta-análise. In G. L. Canto (Ed.), *Revisões sistemáticas da literatura: Guia prático* (pp. 115–122). Brazil Publishing.

Rousseau, D. M., & Gunia, B. C. (2016). Evidence-based practice: The psychology of EBP implementation. *Annual Review of Psychology, 67*, 667–692. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033336

Rufino, V. M., Torres, T. L., & Zambroni-de-Souza, P. C. (2019). Gênero e trabalho na Psicologia: Revisão sistemática e meta-análise qualitativa. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 19*(2), 588–597. https://doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15124

Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. McGraw Hill Brasil.

Sherwood, L., Hegarthy, S., Vallières, F., Hyland, P., Murphy, J., Fitzgerald, G., & Reid, T. (2019). Identifying the key risk factors for adverse psychological outcomes among police officers: A systematic literature review. *Journal of Traumatic Stress, 32*(5), 688–700. https://doi.org/10.1002/jts.22431

Siddaway, A. P., Wood, A. M., & Hedges, L. V. (2019). How to do a systematic review: A best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. *Annual Review of Psychology, 70*, 747–770. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803

Silva, G. A., & Otta, E. (2014). Revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais em Psicologia. *Revista Costarricense de Psicología, 33*(2), 137–153.

Steil, A. V., Dias, N. M., Lopes, F. M., Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. S., & De Luca Canto, G. (2022). Reporting characteristics of systematic reviews in psychology: A scoping review. *Journal of Health Psychology, 27*(10), 1–8. https://doi.org/10.1177/13591053221074592

Steil, A. V. (2022). *Diferenças e similaridades entre revisão sistemática, revisão de escopo, revisão integrativa e revisão narrativa* [Material de apoio de aula online]. Programa de

Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina.

Sullivan, D. (2010). Meta-análise. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Eds.), *Métodos de pesquisa em psicologia* (pp. 454–468). Artmed.

Thompson, M., Tiwari, A., Fu, R., Moe, E., & Buckley, D. (2012). *A framework to facilitate the use of systematic reviews and meta-analyses in the design of primary research studies.* Agency for Healthcare Research and Quality (U.S.). https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK83621/pdf/Bookshelf_NBK83621.pdf

Tourinho, E. Z., & Bastos, A. V. B. (2010). Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*(1), 35–46. https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000400005

Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management, 14*(3), 207–222. https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine, 169*(7), 467–473. https://doi.org/10.7326/M18-0850

Parte 3

Estratégias de coleta e análise de dados

Capítulo 12

Pesquisa de levantamento (*Survey*)

Michelle Morelo Pereira
Heila Magali da Silva Veiga
Pedro Afonso Cortez

Frequentemente, profissionais da área da Psicologia apresentam dúvidas sobre os melhores métodos a se usar em uma pesquisa, de modo a produzir assertividade nos esclarecimentos de suas hipóteses. Tudo isso se deve principalmente ao fato de que ao longo de sua formação, poucos profissionais recebem qualificação adequada em pesquisa e metodologia. O desconhecimento de método de estudo pode levar um tema de pesquisa interessante a uma má projeção da coleta de dados, o que poderá acarretar resultados de baixa confiabilidade. É nesse contexto que este capítulo foi escrito, com a intenção de fornecer um ponto de referência sobre a pesquisa de levantamento, também denominada pesquisa *Survey*.

A pesquisa *Survey* é um conjunto sistemático de métodos usados para reunir informações de modo a gerar conhecimento e ajudar na tomada de decisões (Fonseca, 2002; Pasquali, 2003). Ela pode

ser definida, ainda, como coleta de informações de uma amostra de indivíduos mediante respostas a perguntas (Check & Schutt, 2012). Historicamente, esse método está relacionado à captação rápida de grandes dados populacionais.

Desse modo, as pesquisas de levantamento estão fundamentadas pelas filosofias positivistas e pós-positivistas por explorarem o mundo social a partir da elaboração de hipóteses que serão coletadas por meio de perguntas padronizadas e analisadas estatisticamente, a fim de confirmar ou negar as hipóteses. De acordo com Al-Ababneh (2020), o positivismo fornece a garantia de um conhecimento preciso, referindo-se, assim, a algo que é posto e baseado na experiência direta. Em contraste com o positivismo, que se refere a uma realidade baseada em evidências e que pode ser matematicamente interpretada, o paradigma pós-positivista, que evoluiu a partir do paradigma positivista, preocupa-se com a subjetividade da realidade e se afasta da postura puramente objetiva adotada pelos positivistas lógicos (Ryan, 2006). Ao tomar como base a filosofia pós-positivista, os pesquisadores incluem na análise quantitativa a perspectiva histórica e fenomenológica, contribuindo, assim, para uma compreensão multidimensional dos fenômenos psicológicos e sociais.

Dessa forma, o conhecimento que a pesquisa de levantamento fornece é algo quantificável e o inquérito da pesquisa se torna útil para fazer novas previsões para futuros fenômenos sociais, visto que ela é objetiva no sentido probabilístico (Marsch, 1979). O objetivo da pesquisa de levantamento é descobrir, portanto, probabilidades e relações lógicas entre pessoas e objetos e oportuniza informações sobre as características da população para o planejamento de políticas, avaliação de programas públicos, desenvolvimento de estratégias de *marketing* e pesquisa em saúde e ciências sociais, ou seja, apresenta inúmeros campos possíveis de aplicabilidade (Marsch, 1979). Essas informações captadas por esse tipo de pesquisa incluem dados demográficos e medições de conhecimentos, habilidades, atitudes, dentre outros.

Considerando a epistemologia desse método de pesquisa, torna-se possível o uso de três principais estratégias: a quantitativa,

como por exemplo, questionários com preenchimento por escalas do tipo Likert; a qualitativa, por meio de entrevistas; e a mista, que engloba as duas estratégias anteriores (Ponto, 2015). Alguns autores defendem o uso de métodos mistos para pesquisas de levantamento, com o intuito de reduzir o potencial de erro de medição e para adequar os métodos de estudo à amostra pretendida (Ponto, 2015). Dessa forma, uma abordagem de pesquisa de levantamento com métodos mistos pode começar com a distribuição de um questionário e seguir com entrevistas por telefone, ou videoconferências, para esclarecer respostas que ficaram pouco claras (Singleton & Straits, 2009). Ademais, métodos mistos se tornam mais inclusivos, posto que podem ser aplicados quando deficiências visuais ou auditivas impedem um indivíduo de preencher um questionário ou participar de uma entrevista (Ponto, 2015).

A pesquisa de levantamento pode ser aplicada, ainda, em estudos com objetivos exploratórios e/ou descritivos e se apresentar em duas principais estruturas: o levantamento de uma população, que recebe a denominação de censo, e o levantamento de uma amostra (Fonseca, 2002). O censo populacional consiste em uma única fonte de informação sobre a situação de vida da população de um determinado grupo, como por exemplo, em determinadas regiões geográficas (Fonseca, 2002).

Em termos gerais, os censos contribuem como fonte de informação para a tomada de decisões com o enfoque em políticas públicas governamentais, alocação de recursos nas mais diversas áreas e análise das tendências do mercado. No contexto brasileiro, o exemplo mais claro é o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se caracteriza como uma fonte de informação sociodemográfica com estatísticas públicas nacionais, apresentando, assim, abrangente temática e ampla cobertura territorial (Duarte *et al.*, 2016).

Por outro lado, a pesquisa de levantamento de uma amostra diz respeito à seleção de um pequeno subconjunto representativo de toda a população (Fowler, 2014). Ao se tratar de uma pesquisa de levantamento, a partir de um grupo amostral, é importante considerar a

abrangência da pesquisa, a probabilidade de seleção de uma pessoa e a eficiência na seleção do grupo. Temas esses que serão tratados ao longo do capítulo.

A pesquisa de levantamento, portanto, tem longeva tradição e vem sendo utilizada em diferentes campos de saber, sendo usadas rotineiramente por governos, empresas, acadêmicos, políticos, mídia de notícias, profissionais de saúde pública e outras funções que demandem a tomada de decisão (Lavrakas, 2008), proporcionando, assim, o conhecimento direto da realidade e obtenção rápida de dados estatísticos que possibilitam uma análise mais profunda (Gil, 2007).

Embora haja um vasto número de publicações na literatura usando a pesquisa de levantamento como método, são poucas, principalmente em âmbito nacional, as que fornecem informações detalhadas da aplicação para a Psicologia, e principalmente para a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Esse método se torna útil para o campo da POT pelo fato de possibilitar a modelagem de sistemas psicossociais complexos e para geração de hipóteses, bem como oferece suporte para a construção e inferência acerca de parâmetros manifestos em um dado universo de agentes organizacionais (trabalhadores, clientes, fornecedores, entre outros). O objetivo do presente capítulo, portanto, é construir um breve guia para orientações de profissionais em POTpara o uso assertivo da pesquisa de levantamento. Para tanto, o capítulo está organizado na seguinte estrutura: desenho de pesquisa, melhores práticas, contribuições e limitações do método e considerações finais.

Desenho da pesquisa de levantamento

A partir da definição do tamanho da amostra e do desenho de pesquisa utilizados, pode-se responder a uma questão importante nas pesquisas quantitativas: quão bem uma amostra representa a população do estudo? Esta seção propõe-se a descrever alguns procedimentos de amostragem, bem como as melhores alternativas de coletas de dados para a pesquisa de levantamento.

Amostragem

Por razões de viabilidade e custo, um censo completo muitas vezes não é exequível e um subconjunto da população, conhecido como amostra, é muitas vezes utilizado no lugar. As características da população são, então, inferidas com base na amostra e a validade da conclusão depende em grande parte de sua representatividade (Lu & Lemeshow, 2018). Compreende-se, portanto, como grupo amostral, a seleção de indivíduos a partir de critérios de inclusão e exclusão (Fowler, 2014).

Um dos primeiros passos para a pesquisa de levantamento, consiste, assim, na seleção da amostra. Essa seleção é feita, usualmente, de três principais formas, de acordo com Fowler (2014):

1. a partir de uma lista estimada de indivíduos da população a ser estudada (por exemplo, trabalhadores ativos);
2. a partir de um conjunto de indivíduos que frequentam um lugar ou fazem algo que permite que eles sejam selecionados (por exemplo, trabalhadores de uma empresa de tecnologia);
3. a partir de endereços ou unidades habitacionais, definidas por áreas geográficas, ou por amostragem de números de telefone, e até mesmo *emails*, que podem ser associados às unidades habitacionais (por exemplo, trabalhadores da área de mineração de Minas Gerais).

Com o objetivo de evitar erros na seleção da amostra, três importantes pontos devem ser considerados: a abrangência da pesquisa, a probabilidade de seleção de uma pessoa e a eficiência na seleção do grupo. Estatisticamente, considera-se uma amostra como sendo representativa do público quando seus componentes têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Esse ponto acaba por ser um desafio para os pesquisadores pois, ao se definir um público de pesquisa, pode-se desconsiderar pessoas que representem essa população (Fowler, 2014). Por exemplo, ao realizar uma pesquisa de levantamento com trabalhadores, comumente os trabalhadores informais e/ou autônomos poderão ficar de fora da seleção.

Outra problemática enfrentada para a seleção amostral são as configurações domiciliares, quando nem todas as residências encontram-se registradas e documentadas. O mesmo ocorre pela expansão do uso de celulares, os quais passaram a ocupar os espaços dos telefones fixos, dificultando, assim, o registro e seleção da amostra. O uso de *emails* descarta, também, grupos populacionais que não tem disponível um computador ou *smartphon*e com acesso à *internet*.

Logo, essa compreensão possibilita definir uma estimação da população que se deseja descrever e que tem chance de ser selecionada e até que ponto quais os excluídos são distintivos (Fowler, 2014). Tendo isso em vista, o pesquisador poderá se deparar com uma questão importante: deve-se selecionar a opção mais cara e mais abrangente ou a mais barata e rápida, porém com perdas na seleção do público amostral?

Sendo assim, a eficiência na seleção dependerá do quão abrangente será a seleção da amostra (Fowler, 2014). Ademais, cabe ao pesquisador relatar, em suas publicações, as limitações de sua amostra e a possibilidade de generalização dos resultados.

No que tange à forma de seleção das amostras, elas poderão ser (Gideon, 2012; Fowler, 2014; Lu & Lemeshow, 2018):

1. amostragem aleatória simples: os membros de uma população são selecionados um de cada vez, independentemente uns dos outros e sem substituição, por meio de sorteio a partir de uma lista predefinida;
2. amostras sistemáticas: o pesquisador primeiro determina o número de entradas na lista e o número de elementos da lista que devem ser selecionados. Dividindo o último pelo primeiro produzirá uma fração. Assim, se houver 1.000 pessoas em uma lista e uma amostra de 100 é necessária, 100/1.000 da lista (ou seja, 1 em cada 10 pessoas) deve ser incluída na amostra. Esse procedimento tem precisão equivalente a uma amostra aleatória simples e é mecanicamente mais fácil de criar;
3. amostras estratificadas: a população é inicialmente dividida em subgrupos ou estratos não sobrepostos e, em seguida, as

unidades são escolhidas aleatoriamente de cada estrato. Os estratos são baseados em fatores predeterminados, como, por exemplo, características demográficas. É normalmente usada quando há uma preocupação de que certas subpopulações podem estar sub-representadas se a amostragem aleatória simples for usada;

4. amostras agrupadas (*clusters*): trata-se de um método probabilístico em que a população é dividida em grupos (conglomerados ou *clusters*) com base em sua localização geográfica. Em seguida, uma amostra aleatória de cada grupo é selecionada;
5. amostragem não aleatória: são raramente apropriadas em pesquisas de levantamento e podem ser por conveniência (escolha da amostra por meio de pessoas que estão disponíveis ou podem ser convenientemente recrutadas para participar do estudo), proposital (amostragem intencional, ou seja, quando se sabe as características da população-alvo e em seguida, procura indivíduos específicos que têm essas características a incluir na amostra), de referência ou bola de neve (o pesquisador começa obtendo uma amostra probabilística e solicita contato de outras pessoas que se encaixem na população-alvo).

A partir dessa breve explanação, no campo de POT no Brasil seria possível estimar o tamanho amostral em função da força de trabalho ativa no campo formal e informal ou a partir de estimativas das configurações organizacionais, conforme disposto na figura 1 (ver página 348).

Com base nas estimativas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE (2022)) — da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínuo) (2021/3)), o Brasil contaria com 171,8 milhões de pessoas em idade de trabalhar, compreendendo nesse recorte a população de potenciais jovens aprendizes até pessoas próximas à idade de aposentadoria. Por sua vez, essa mesma pesquisa estima cerca de 65,4 milhões de pessoas fora da força de trabalho, 33,5

milhões de trabalhadores empregados no setor privado com carteira assinada, 11,6 milhões de pessoas empregadas no setor público, 37,7 milhões de pessoas ocupadas com trabalho informal e 26,2 milhões de aposentados ou pensionistas que contribuem no orçamento doméstico.

Figura 1. Equação simplificada de Taro Yamane para populações finitas em estudos correlacionais.

$$n = \frac{N}{1 + Ne^2}\ , sendo$$

$$n = Tamanho\ da\ amostra$$
$$N = Tamanho\ da\ população$$
$$e = Nível\ de\ confiança\ da\ estimativa$$

Fonte: Yamane (1973).

Conforme a Nota Metodológica para Definição dos Números Básicos na área (Sebrae, 2013), o porte das organizações na área de comércios e serviços pode ser definido com base no número de pessoas ocupadas no estabelecimento. Pequenas empresas ocupam até 50 pessoas, médias empresas ocupam até 99 pessoas e grandes empresas ocupam mais de 100 pessoas. Dessa feita, seria possível estimar o tamanho amostral necessário para obter representatividade nesses estratos ao nível de confiança de 0,05, a fim de superar as limitações amostrais quanto ao poder estatístico e tamanho do efeito em *Survey*, tal como apresentado na figura 2 (ver página 349).

Observe-se que para a maior parte das estimativas populacionais — quando o número total da população é elevado — uma amostra com n = 400 torna-se razoavelmente suficiente, desde que resguardadas as condições de randomização, controle e representatividade amostral. Note-se que o uso de amostragem para populações finitas só é possível caso não se pretenda, por meio dessas estimativas, gerar estudos de *Survey* de caráter censitário e experimental, tendo em vista que a proposta de Yamane (1973) e outras com finalidade semelhante são frágeis para essas finalidades (Stratton, 2021). Salienta-se que essa

fórmula não é definitiva, nem assegura a plena representatividade e suficiência amostral, dado que o fluxo de entrada e saída de pessoas no campo do trabalho formal e informal é contínuo e sazonal, resultando em interferências nos processos de amostragem (Kish, 1979).

Figura 2. Estimativa de tamanho amostral para *Survey* em investigações de organizações e trabalho.

Pessoas em idade de trabalhar	Pessoas fora da força de trabalho	Empregados no setor privado
$n = \frac{171.800.000}{1 + ((171.800.000) * (0{,}05)^2)}$ $n = 399{,}99$	$n = \frac{65.400.000}{1 + (65.400.000) * (0{,}05)^2}$ $n = 399{,}99$	$n = \frac{35.500.000}{1 + (35.500.000) * 0{,}05^2}$ $n = 399{,}99$
Empregados no setor público	**Pessoas ocupadas informalmente**	**Aposentados ou pensionistas**
$n = \frac{11.600.000}{1 + (11.600.000) * (0{,}05)^2}$ $n = 399{,}99$	$n = \frac{33.500.000}{1 + (33.500.000) * (0{,}05)^2}$ $n = 399{,}99$	$n = \frac{26.200.000}{1 + (26.200.000) * (0{,}05)^2}$ $n = 399{,}99$
Pequenas empresas	**Médias empresas**	**Grandes empresas**
$n = \frac{50}{1 + (50) * (0{,}05)^2}$ $n = 44{,}44$	$n = \frac{100}{1 + (100) * (0{,}05)^2}$ $n = 80{,}00$	$n = \frac{1000}{1 + (1000) * (0{,}05)^2}$ $n = 285{,}71$

Fonte: adaptado de Yamane (1973). Nota: elaborada pelos autores.

Coleta de dados

A escolha do modo de coleta de dados dependerá do grupo amostral que se possui, bem como do objetivo da pesquisa e dos recursos disponíveis pelo pesquisador. Dessa forma, decidir o formato pelo qual os dados serão coletados pode garantir maior ou menor alcance da pesquisa.

De todas as estratégias de coleta de dados, as entrevistas são as mais usuais, seguida pelos questionários de autorrelato em lápis e papel e, por fim, pelos questionários enviados pelos correios. Entre todos esses recursos, as entrevistas ganham potencial destaque devido à possibilidade de interação e cooperação do respondente, possibilitando, assim, uma maior taxa de respostas, sendo esse, por exemplo, um recurso usado pelo IBGE em suas pesquisas de levantamento. Outrossim, possibilitam a inclusão de certos nichos populacionais que não poderiam ser abordados em outros formatos de coleta de dados.

Todavia, o uso de novas tecnologias como telefones, *smartphones*, computadores e *tablets,* tem possibilitado novos recursos e estratégias de coleta de dados. As *Web Surveys* podem ser definidas como instrumentos de coleta de dados para obtenção de dados primários e geralmente são realizadas utilizando-se cadastros de endereços de *email* (por exemplo, lista de *emails* de profissionais de uma determinada empresa), ou a divulgação do *link* da pesquisa em *websites* e redes sociais (Boni, 2020).

As vantagens das pesquisas realizadas pela *internet* e assistidas por meio de computadores, *tablets*, dentre outros, podem mostrar fotos dos entrevistados, movimentos oculares e gráficos. Entretanto, possui limitações como a dificuldade para confrontação de informações e análise do tom de voz, a impossibilidade de buscar esclarecimentos sobre questões pouco claras, a ausência da observação das expressões faciais e comportamentos.

De modo geral, cada estratégia de coleta e dados possui características favoráveis ou não para o pesquisador. O quadro 1 que apresenta os pontos favoráveis e desfavoráveis de cada uma das formas de coleta de dados aqui citadas.

Buscou-se explanar, brevemente, as principais estratégias para seleção amostral e coleta de dados, bem como suas vantagens e desvantagens para a pesquisa de levantamento. Ressalta-se que a escolha do desenho de pesquisa será proposta pelo pesquisador considerando, portanto, o tempo para coleta, a equipe disponível, os recursos financeiros e o grupo amostral selecionado. A seguir, buscou-se trazer informações sobre a aplicação e prática da pesquisa de levantamento em POT.

Quadro 1. Vantagens e desvantagens das diferentes formas de coletas de dados na pesquisa de levantamento

Entrevista pessoal	
Vantagens	**Desvantagens**
• Facilidade para implantação de amostras de probabilidade por área. • Eficaz para obter cooperação. • Vantagens para a administração do entrevistador, como por exemplo, sondar respostas adequadas, e seguindo com precisão instruções ou sequências complexas. • Coleta de dados multimétodos, incluindo observações, formulários de papel ou em um computador. • A possibilidade de criação do *Rapport* e construção de confiança. • Possibilita o uso de instrumentos de pesquisa mais longos.	• É provável que seja mais caro do que outras formas de coleta de dados. • É necessária uma equipe treinada de entrevistadores que esteja geograficamente próximo da amostra. • O período total de coleta de dados provavelmente será mais longo do que outros procedimentos. • Podem haver áreas de mais difícil acesso (áreas isoladas ou de criminalidade alta).
Entrevista por telefone	
Vantagens	**Desvantagens**
• Custos unitários mais baixos do que entrevistas pessoais. • Possibilidade de ligação por amostragem de discagem de dígitos aleatórios de populações em geral. • Acesso facilitado a determinadas populações, especialmente em comparação com entrevistas pessoais. • Períodos de coleta de dados mais curtos. • Equipe menor de entrevistadores. • Não é necessário estar perto da amostra. • Facilidade na supervisão e controle da padronização da coleta.	• Dificuldades para coletar com pessoas que não possuem telefones fixos ou com alteração do número. • Ausência de resposta é maior do que em entrevistas pessoais. • Restrições de questionamento ou medição, incluindo limites de alternativas de resposta, uso de recursos visuais e observações do entrevistador. • Menos apropriado para questões pessoais ou delicadas.
Questionários de autorrelato	
Vantagens	**Desvantagens**
• Facilidade de apresentação de perguntas que requerem recursos visuais (em contraste com entrevistas por telefone). • Uso de perguntas com categorias de resposta longas ou complexas. • Utilização de baterias de perguntas semelhantes. • O fato de o entrevistado não ter que compartilhar as respostas com um entrevistador torna a coleta de dados mais fidedigna. • Pode ser aplicada junto com as entrevistas individuais, em grupos ou enviadas pelo correio ou pela *internet*.	• É necessário um desenho de questionário especialmente cuidadoso. • As perguntas abertas geralmente não são úteis. • São necessárias habilidades adequadas de leitura e escrita por parte dos entrevistados. • O entrevistador não está presente para atingir os objetivos das perguntas ou a qualidade das respostas fornecidas. • Difícil controlar quem responde às perguntas para amostras baseadas em endereços.

Questionários via correios	
Vantagens	**Desvantagens**
• Custo relativamente baixo. • Uso de uma equipe de pesquisadores menor. • Fornece acesso a amostras amplamente dispersas e amostras que não são possíveis a coleta por telefone ou pessoalmente. • Os entrevistados têm tempo para dar respostas ponderadas, consultar registros ou consultar outras pessoas.	• As taxas de resposta podem ser bastante baixas (dependendo do grupo a ser estudado e do tema). • Desvantagens múltiplas por não ter o entrevistador envolvido na coleta de dados. • Necessidade de endereços de correspondência precisos para amostra.
Web Survey	
Vantagens	**Desvantagens**
• Baixo custo unitário de coleta de dados. • Potencial de alta velocidade de retorno. • Todas as vantagens de um questionário de autorrelato. • Rapidez na coleta de dados.	• Limitado a amostras que tenham acesso à *internet*. • Necessidade de listas de endereços abrangentes. • Desafios para cooperação nas respostas. • Não ter entrevistador envolvido nos dados. • Não garante generalização dos resultados.

Fonte: adaptado de Floyd (2014) e Neuman (2012). Nota: elaborada pelos autores.

A pesquisa de levantamento em POT

Os campos transdisciplinares e emergentes nomeados genericamente neste capítulo como Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) perpassam, a saber: Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional, Clínicas do Trabalho, Psicossociologias do Trabalho, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas e *People Analytics* (Cortez *et al.*, 2019).

Com isso, faz-se preciso a produção de um conhecimento multidisciplinar e intervenções multiprofissionais que podem vir a ser otimizadas mediante a aplicação de pesquisas de levantamento (Zanelli *et al.*, 2014). Diante desse cenário, a pesquisa de levantamento tem importante contribuição porque permite investigar diversos construtos e níveis de análise, simultaneamente. Prova do impacto das pesquisas de levantamento na área são as revisões de literatura

que apontam para a produção expressiva das investigações de POT no Brasil e no exterior que enfocam pesquisas do tipo *Survey* para modelagem e mensuração de fenômenos psicológicos e organizacionais (Gondim *et al.*, 2019).

Cabe destacar que, embora sejam abundantes as investigações de levantamento em POT, existem questões teórico-conceituais relevantes que devem ser consideradas pelos pesquisadores antes da aplicação de *Survey*. Dada a natureza multinível das organizações, usualmente há um descompasso entre o nível do construto e o nível da teoria presente em diversos fenômenos investigados na área (Abbad *et al.*, 2014). Outras dificuldades teórico-conceituais também se mostram presentes no trato de questões de interface e desenvolvimento recente no campo de POT. Isso ocorre, pois, nos tópicos mais recentes da área de organizações e do trabalho, o efeito de emersão das qualidades entre níveis distintos pode ocorrer, modificando a forma de operacionalização e validação dos construtos explorados (Kozlowski *et al.*, 2013).

Assim, ainda que o uso de *Survey* possa facilitar o teste de modelos relacionais, explicativos e preditivos de forma mais objetiva, a qualidade das conclusões obtidas por meio da pesquisa de levantamento dependerá substancialmente da pertinência teórico-prática e conceitual em que se inscreve o modelo a ser explorado (Täuscher, 2018). Desse modo, antecede o delineamento da pesquisa de levantamento a correta avaliação da literatura recente, com o intuito de responder adequadamente ao problema investigado pelo pesquisador (ou consultor organizacional). Para além da correta definição do modelo teórico-conceitual, faz-se necessário também a prévia seleção do instrumento adequado, o qual deve ter evidências psicométricas que respaldem seu uso (Cicchetti, 1994).

Verifica-se, portanto, que a adequada fundamentação teórico-prática e sua respectiva instrumentação para avaliação dos fenômenos representativos da questão-problema a ser resolvida pelo consultor está no cerne das investigações em Psicologia Organizacional e do Trabalho que fazem o uso de *Survey* (Schein, 2015). Esses elementos antecedentes da pesquisa devem ser observados com muita atenção,

uma vez que são responsáveis por maximizar o impacto das produções das pesquisas de levantamento na área ou limitá-los (Zickar, 2020).

Tal como mencionado, anterior à proposição de pesquisas de levantamento, é comum que os analistas organizacionais se debrucem de forma expressiva em revisões de literatura (*rapid review assessment* – *Cf.* Cortez & Zerbini, 2020). Essas revisões são empregadas para delinear as melhores práticas baseadas em evidências. Com isso, é possível que o consultor organizacional faça o adequado planejamento dos modelos de mensuração (seleção e análise das evidências de validade dos instrumentos utilizados) e relacionais (hipóteses diagnósticas, prognósticas e inferenciais com base em fundamentação teórico-práticas da área de POT).

Em termos práticos, essas revisões rápidas de literatura permitem ao consultor fazer uma varredura da vasta produção sobre medidas e modelos relacionais para explicação dos fenômenos em POT, tendo como foco seu problema de investigação (Tricco *et al.*, 2015). Preferencialmente, realizam-se as buscas visando periódicos científicos revisados por pares. Em situações mais específicas e justificadas incluem-se evidências propostas em livros, dissertações ou teses (Abbad *et al.*, 2012; Puente-Palácios & Peixoto, 2015). Entre as produções recomendadas no formato de livros nacionais e internacionais, destacam-se algumas obras destinadas a sintetizar, avaliar e ofertar de forma estruturada algumas medidas em Comportamento Organizacional, que podem servir como um contributo às pesquisas de levantamento em POT (Cf. Macambira, Mendonça, & Paz, 2022; Siqueira, 2014).

Observe-se que, apesar de expressiva a produção de medidas e evidências teórico-práticas no campo de POT, não são todas as variáveis que podem ser facilmente operacionalizadas nas pesquisas de levantamento. Assim, nem sempre a tarefa de encontrar instrumentos disponíveis e gerar hipótese explicativas aos fenômenos no campo de POT se faz de forma direta por meio de livros estruturados da área (Mahood *et al.*, 2014). O formato mais comum para as práticas baseadas em evidências ocorre mediante a implementação de *rapid review assessment* (Cortez & Zerbini, 2020). Para ilustrar essa estratégia aos

consultores e analistas organizacionais que pretendem fazer uso de *Survey,* apresenta-se, abaixo, o passo-a-passo resultante da identificação de medidas e hipóteses explicativas para a variável "Condições para a Criatividade" (Clima Criativo) após a solicitação de um potencial problema de consultoria organizacional.

Para ilustrar essa questão, imagine-se uma situação em que um consultor (psicólogo) foi solicitado a analisar quais fatores facilitavam a promoção de um "Clima Criativo" em uma incubadora de negócios de uma instituição pública. Como esse profissional deve proceder? Quais as etapas na escolha do Survey? Primeiramente, deve buscar compreender o problema de forma mais aprofundada e qualitativa com o uso de observações, entrevistas e pesquisa documental dos casos divergentes que tornaram a questão-problema relevante (Stein, 2021). Com esse levantamento qualitativo em mãos, os consultores investigaram qual modelo teórico-prático que se adequaria para análise em questão (Sydow *et al.*, 2020).

Considerando a natureza do problema, apreendida por meio de abordagem qualitativa, constatou-se que a criatividade pode ser compreendida sob a perspectiva sociointeracionista, com ênfase nas interfaces relacionais estabelecidas entre os aspectos pessoais do trabalhador e os elementos contextuais da organização (Lopes & Santos, 2020). Nessa apreensão, a produção de ideias novas e de valor num dado contexto dependeria da íntima relação sinérgica entre o potencial criativo do trabalhador e das condições estruturantes para a expressão dessa criatividade por parte da organização (Newman *et al.*, 2020). A partir desse entendimento, fez-se uma inspeção preliminar da literatura na qual foi possível identificar que a variável "Condições para a Criatividade" (Clima Criativo) se adequaria à proposta teórico-prática elencada. De forma mais específica, essa variável versa sobre a aferição de aspectos contextuais que podem influenciar na emergência da criatividade dos trabalhadores (Ekvall, 1996).

Nessa perspectiva, como destacam Mendonça *et al.* (2017), é relevante considerar as interações entre contexto e indivíduo, bem como os diferentes níveis das instituições, ao empreender análises que integrem aspectos pessoais e organizacionais. Essa definição

foi compatível com a perspectiva sociointeracionista adotada pelos consultores, o que reforçou a escolha do modelo teórico-prático em questão. Ainda nessa direção, os consultores verificaram, conforme Neiva *et al.* (2022), que a Cultura Organizacional e, consequentemente, o Clima Organizacional ou Clima Criativo tem papel relevante na promoção da criatividade e inovação dos trabalhadores. Dessa feita, a inspeção preliminar da literatura possibilitou o estabelecimento de um enquadramento teórico-prático e o construto para mensuração, que foram investigados com maior propriedade por meio da revisão rápida de literatura (*rapid review assessment*).

Por meio do *rapid review assessment,* os consultores (Veiga & Cortez, 2022) buscaram identificar e analisar as propriedades psicométricas das medidas de "Condições para a Criatividade" publicadas em periódicos científicos revisados por pares. Os pesquisadores identificaram cinco escalas com evidências de validade que poderiam indicar o uso para o problema em questão: (a) *CCQ Creative Climate Questionarie* (Ekval, 1996), (b) *Situational Outlook Questionnaire: a measure of the climate for creativity* (Isaksen, Lauer, & Ekvall, 1999), (c) *Keys, Assessing the Climate for Creativity* (Amabile *et al.*, 1996), (d) *Creative Environment Perceptions (CEP)* (Mayfield & Mayfield, 2010) e (e) *Indicators of Conditions to Create in the Workplace (ICCW*) (Bruno-Faria *et al.*, 2018; Bruno-Faria & Veiga, 2015). A tabela 1 apresenta a descrição dos fatores de cada uma delas.

Ao analisar o aspecto teórico-prático das medidas de "Condições para a Criatividade" relacionadas na tabela 1 (ver página 357), os consultores observaram que todas elas apresentavam propriedades psicométricas satisfatórias e eram multidimensionais (Van Der Maaten, 2009). Nesse processo, coube então aos consultores escolher qual delas apresentava maior nexo ao problema de consultoria com base na literatura investigada, a fim de que o estabelecimento de modelos hipotéticos e inferenciais fossem adequados. Assim, toda a base teórica e psicométrica das medidas é que subsidiará a decisão. Nesse processo, os consultores identificaram que, embora as escalas não fossem idênticas, as dimensões aferidas apresentaram certa correspondência, o que denota certa congruência em relação à concepção do fenômeno

(Carlson & Herdman, 2012). Contudo, a definição final dependerá do nexo crítico do consultor quanto às etapas de planejamento e implementação da *Survey* para definir qual dos instrumentos utilizar, uma vez que pequenas diferenças no dimensionamento podem ser cruciais para responder à questão-problema de consultoria (Stouten *et al.*, 2018).

Tabela 1. Relação dos fatores das escalas de clima para a criatividade

Autor do modelo	Ekvall	Isaken	Amabile	Mayfield	Bruno-Faria
Fatores avaliados	Desafio	Desafio	Desafio	Bloqueio à criatividade	Desafio
	Liberdade	Liberdade	Liberdade	Suporte à criatividade	Liberdade
	Suporte a ideias	Confiança/ Abertura	Colegas	Características de trabalho	Estratégia
	Confiança/ Abertura	Tempo da ideia	Incentivo de supervisão		Colegas de trabalho
	Dinamismo/ Vivência	Brincadeira/ Humor	Incentivo organizacional		Suporte do gestor
	Brincadeira/ Humor	Conflito	Incentivo de supervisão		Ambiente físico
	Debates	Suporte a Ideias	Recursos suficientes		
	Conflitos	Debate	Incentivo organizacional		
	Assumir riscos				
	Hora da ideia				

Nota: elaborada pelos autores.

Cabe, ainda, uma nota crítica comumente negligenciada por consultores e analistas organizacionais. Ao fazer uso de *Survey*, o consultor obterá as respostas por meio de pessoas (nível micro) que informarão sobre nível superior (grupo ou setor = meso; organizacional = macro). Essa diferença entre o nível de mensuração e o nível

de inferência e teorização requer ajustes adicionais anteriores à implementação dos resultados de forma prática (Klein & Kozlowski, 2000). No exemplo apresentado, a despeito da mensuração de "Condições para Criatividade" ter sido realizada por meio da percepção em *Survey* dos trabalhadores (nível micro) que responderam ao instrumento individualmente, o nível de teorização ou inferência do construto tratava de aspectos macro ("Clima para Criatividade"). Assim, é importante que sejam empreendidas análises para observar se há percepção compartilhada sobre tais aspectos anteriores à inferência e implementação dos resultados do *Survey* em práticas baseadas em evidências (Schneider *et al.*, 2013).

Uma estratégia para verificar se existe consenso entre os respondentes é usar o r_{wg} (James *et al.* 1984; 1993). Esse índice compara a variabilidade intragrupo com a variabilidade esperada em uma distribuição randômica e permite verificar se há consenso entre as respostas dadas pelos respondentes (Klein *et al.*, 2000). Resultados de 0,51 a 0,70 refletem moderado consenso e de 0,71 a 0,90 indicam elevado grau de concordância. Aos praticantes, uma proposta de tutorial para implementação ágil desse índice com o uso de *software* computacional SPSS pode ser obtido em literatura específica (Cf. em LeBreton & Senter, 2008), sendo possível encontrar e aplicar alternativas, desde que respaldadas na compreensão de percepções compartilhadas para avaliação de níveis distintos. O fundamento crítico para aspectos relacionados às mensurações de nível macro em *Survey* está no correto alinhamento entre o nível da teoria e da medida (Wee & Taylor, 2018).

Limitações da pesquisa de levantamento

Estabelecidas as possibilidades de aplicação de *Survey* em POT, faz-se necessário apresentar suas limitações, com o intuito de que o aproveitamento da pesquisa de levantamento ocorra de forma crítica e adequada por parte dos consultores e analistas organizacionais. Para tanto, propõem-se eixos de análise que podem vir a contribuir para o aprimoramento do uso das pesquisas de levantamento aos consultores e analistas organizacionais, a seguir.

Ainda sobre aspectos qualitativos que perpassam a limitação do uso de pesquisas de levantamento, faz-se nota sobre o engajamento para participação na pesquisa de *Survey* dos grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade psicossocial. Suspeitas dos participantes a respeito de quais serão os desfechos promovidos a partir da integralização de suas percepções ao modelo previamente desenhado no questionário podem dificultar o engajamento, razão pela qual é importante sensibilizar as pessoas sobre os princípios e propósitos das pesquisas de levantamento (Codo & Tavares, 2004; Rumin *et al.*, 2021).

Em algumas situações, a ausência de reconhecimento do agente promotor da pesquisa maximiza as suspeitas do participante em vulnerabilidade psicossocial e suas respectivas intenções sobre o potencial uso das informações para diagnóstico e prognóstico que prejudique ou persiga sua condição minoritária ou de vulnerabilidade (Cortez *et al.*, 2019). Para superar essa limitação, a participação em consórcios institucionais de representatividade desses públicos e adesão ao *compliance* ético e procedural requerido pela população-chave apresentam-se como alternativas viáveis à otimização das condições de utilização das pesquisas de levantamento (Pettigrew & Martin, 2020).

Nessas condições, a maior adesão tende a ser obtida quando o participante percebe codificações abertas e representativas de si dentro do *Survey* com formato de recrutamento transparente sobre o agente responsável técnico, seus valores, suas intenções e limites de uso e compartilhamento das informações coletadas (Aho & Duffield, 2020). Em síntese, o engajamento será maior quando o participante minoritário, ou em vulnerabilidade, perceber que a participação é efetivamente capaz de empoderar suas perspectivas processuais e compreensivas sobre o fenômeno em análise, de modo a não ter a própria narrativa pessoal distorcida ou suas questões prioritárias minimizadas pelo agente propositor da *Survey* (Chatuverdi & McKeigue, 1994).

Plano amostral, representatividade e inferência

A questão da representatividade e efeito derivado do plano amostral deve ser incluído ao tratar das limitações do uso na área de POT, tendo em vista que a maior parte das pesquisas se utilizam de amostragem não probabilística por conveniência nas pesquisas de *Survey*, o que dificulta a possibilidade de se realizar inferências. (Fisher & Sandell, 2015). Nessas condições, a inferência torna-se limitada ao contexto organizacional em que a amostragem se inscreve. Nesse aspecto, compreender qualitativamente os estratos que o recorte amostral se refere pode facilitar a vida dos analistas e consultores organizacionais, dificultando que generalizações descabidas sejam realizadas (Bergman & Jean, 2016).

Ainda sobre a questão amostral, no que diz respeito ao efeito estatístico, diferentes alternativas podem ser empregadas para superar as limitações em *Survey*. Recomenda-se a estimação por meio de *software* específico, sendo o G*Power uma alternativa que não limita as possibilidades do campo quanto a especificação e simulação do tamanho do efeito e poder estatístico encontrados (Faul *et al.*, 2007). Para minimizar limitações nesse aspecto, é preferível a definição, *a priori,* do plano amostral e estratificação da representatividade dos participantes sobre o qual se pretende obter as informações. A estimação do poder do teste estatístico *a posteriori* pode vir a ser empregada, mas com a cautela de que um plano amostral inadequado não poderá ser corrigido mediante a simples maximização do tamanho da amostra, dificultando a validade ecológica da proposta (Steidl & Thomas, 2001).

Os métodos de amostragem também se atualizam de forma razoável. Diante disso, é possível realizar estudos *Survey* com propósitos adequados à área das organizações e do trabalho com amostras maiores ou menores desde que devidamente justificadas, com o intuito de superar as limitações pertinentes ao aspecto amostral da pesquisa de levantamento (Kotrlik & Higgins, 2001).

Recomendações práticas no uso da pesquisa de levantamento

Para além do aspecto do tamanho do efeito e poder estatístico, algumas questões práticas precisam ser compreendidas pelo analista organizacional na área de POT. O critério de saturação dos exemplares aos delineamentos que examinam casos múltiplos pode vir a ser derivado e justificado na aplicação de *Survey* como estratégia suplementar. Essa estratégia é particularmente útil para minimizar as limitações amostrais nesse tipo de delineamento, quando a fragilidade se alinhar à representatividade (Islam & Aldaihani, 2022). Assim, amostragens intencionais podem vir a ser justificadas quando empregadas apropriadamente e com base em uma estratificação populacional que justifique o emprego da intencionalidade na seleção dos participantes (Brosowsky & Crump, 2016).

Nos casos de medidas repetidas, deve-se considerar que o planejamento do tamanho amostral deve incluir estimativas de perda de participantes e dados faltantes ao longo do período de intervalo entre diferentes aplicações dos questionários. Estudos prévios indicam que condições aceitáveis de *follow up* em *Survey* apresentam menos que 5% de perda ao longo do tempo, mas que delineamentos com maior temporalidade podem chegar a 20% de perda da amostra (Carlson & Morrison, 2009). Nos estudos da área da saúde, cuja proximidade se relaciona com o campo do trabalho e organizacional, a maior perda de participantes pode levar a subestimar desfechos negativos, considerando-se que somente aqueles mais engajados persistem ao longo do tempo. Uma nota metodológica de recomendação favorável ao uso de *bootstraping* (reamostragem no próprio banco de dados) pode ser feita nesses casos, apesar de não solucionar todas as limitações (Berkovits *et al.*, 2000). Nessa esfera, tanto o maior tamanho amostral para assegurar o poder estatístico quanto os impactos nas inferências que resultam na modificação qualitativa da representatividade da amostra ao longo das perdas de estudos de *Survey* com *follow up* devem ser ponderados pelo analista organizacional (Wang *et al.*, 2017).

A tabela 2 relaciona o *check list* para que seja possível averiguar a adequação da prática empreendida na área de POT.

Tabela 2. Checklist para implementação de *Survey* nas rotinas práticas de POT

Planejamento		Implementação	
Etapa	**Descritor**	**SIM**	**NÃO**
0	Compreensão do problema de forma qualitativa e preliminar (exemplo: observação, entrevista e incidentes críticos)		
1	Revisão de literatura rápida de literatura para definição do modelo teórico-prático, construtos e medidas (exemplo: *rapid review assessment* – Cf. Cortez & Zerbini, 2019)		
2	Estabelecimento de modelos hipotéticos e inferenciais para explicação (exemplo: maior satisfação no trabalho apresenta efeito na redução da rotatividade)		
3	Operacionalização da *Survey* (exemplo: amostragem, recrutamento, aspectos éticos, plataforma de aplicação do instrumento, tratamento e análise de dados)		
4	Teste das evidências frente ao modelo hipotetizado (exemplo: confrontar por meio de análises quantitativas e qualitativas se os dados obtidos suportam ou refutam a ideia de que maior satisfação no trabalho apresenta efeito na redução da rotatividade)		
5	Validação do resultado da *Survey* entre especialistas (exemplo: reunião de equipe técnico-científica ou analistas organizacionais)		
6	Generalização do modelo para efeitos práticos (exemplo: utilização dos resultados encontrados para fundamentação de práticas baseada em evidências em diferentes contextos, otimização dos resultados encontrados em estudos ulteriores e acumulação de novas evidências em outro ciclo de *Survey*)		
Síntese qualitativa para aprimoramento do processo em *Surveys* ulteriores			

Nota: elaborada pelos autores.

Considerações finais

As principais contribuições para o uso de *Survey* em POT está na possibilidade de modelagem e representação de aspectos do trabalho e das organizações de forma a dimensionar com maior eficiência os fenômenos de interesse pelo analista organizacional. Para tanto, é importante manter o foco nas variáveis relevantes a serem avaliadas e inspecionar a qualidade dos instrumentos empregados. Na dúvida sobre quais variáveis incluir, busca-se as alternativas disponíveis na literatura mediante a revisão de modelos teórico-práticos e instrumentos de avaliação, tendo o exemplo apresentado como sugestão das etapas nesse processo. Sobre esse aspecto, é improvável que qualquer recomendação desse capítulo possa abranger, com propriedade, as alternativas mais atualizadas ao campo de organizações e trabalho, o que requer atualização constante por parte dos consultores e analistas organizacionais, especialmente mediante o uso de *rapid review assessment* da literatura.

Em princípio, quanto mais avançadas forem as teorias, melhores serão as explicações para as proposições investigadas por meio de *Survey*. A questão central desse processo está em fornecer conjecturas explícitas e justificativas lógicas para as construções e proposições da teoria que refletem questões de ordem prática sobre o trabalho e as organizações. O uso de análise de dados em conjunto com a *Survey* possibilita inferências com um salto qualitativo e quantitativo de generalização do resultado encontrado, devendo ser um tema aprofundado por aqueles interessados nas pesquisas de levantamento na área de POT, uma vez que foge ao escopo do presente capítulo.

Conjuntamente às condições ótimas de delineamento da pesquisa e análise de dados, a teoria deve ser o ponto inicial e central capaz de subsidiar a operacionalização de hipóteses que respondam aos problemas apresentados aos consultores organizacionais. Na prática baseada em evidências, o papel do analista organizacional envolve razoável uso da pesquisa de levantamento com teste de significância de hipótese nula que só faz sentido quando compreensível e aplicável a partir de um nexo teórico-prático. De uma forma mais intuitiva, ao

dizer que *Survey* possibilita modelagem e teste de hipóteses, pretende-se afirmar que esse método se torna um contributo à elucidação de um raciocínio sistêmico a respeito de uma questão-problema para a qual se tem indicações preliminares de prováveis práticas qualitativas a serem implementadas.

Mediante o uso de *Survey,* pode se obter melhores considerações acerca das estimativas pontuais dos fenômenos que se descreve, dos efeitos que se analisa e das relações entre variáveis em análise, sejam elas do indivíduo, da organização ou do contexto de forma mais ampla. Para que essas contribuições atinjam o ponto ótimo, deve-se recordar dos elementos apresentados ao longo do capítulo, especialmente acerca da qualidade do modelo teórico-prático selecionado, dos instrumentos empregados, da representatividade e tamanho adequado da amostra, além das questões éticas discutidas, pois são pontos cruciais na diferenciação de práticas adequadas e inadequadas das pesquisas de levantamento em POT.

Por último, o uso da pesquisa de levantamento em POT associa-se profundamente ao interesse de *soft measurement.* Ou seja, à análise das variações psicológicas e psicossociais que são medidas de forma indireta com o uso dos diferentes instrumentos existentes para tal finalidade. Na maior parte das vezes, esses instrumentos são aplicados por meio de *Survey.* Dessa feita, essas medidas se revelam como indicadores proximais do comportamento e subjetividade humana no nível individual, grupal ou organizacional, cabendo ao pesquisador compreender e atuar sobre essas variáveis nas organizações. Satisfação no trabalho, motivação, comprometimento, personalidade, inteligência, habilidades e desempenho são temas recorrentes nas organizações, mas que só podem ser mensurados de forma indireta, na maior parte das vezes.

Assim, a correta investigação por parte dos analistas e consultores organizacionais, com o uso da pesquisa de levantamento, ocorre quando se faz um uso crítico desse método, o que deve superar o simples fato de encontrar diferenças significativas ou tamanho do efeito que agradem ou justifiquem os princípios e propósitos do promotor da investigação. Um delineamento de *Survey* adequado deve contribuir

para elucidar questões fundamentais ao contexto organizacional e laboral com vistas a fornecer subsídios para um melhor desempenho, melhores condições de trabalho e saúde mental aos trabalhadores.

Referências

Abbad, G. (2012). *Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação.* Artmed.

Abbad, G., Puente-Palacios, K. E., & Guedes-Gondim, S. (2014). Abordagens metodológicas em Psicologia Organizacional e do Trabalho. *Revista Brasileira de Psicologia, 1*(2), 71–88. https://portalseer.ufba.br/index.php/revbraspsicol/issue/download/1755/403

Aho, B., & Duffield, R. (2020). Beyond surveillance capitalism: Privacy, regulation and big data in Europe and China. *Economy and Society, 49*(2), 187–212. https://doi.org/10.1080/03085147.2019.1690275

Al-Ababneh, M. (2020). Linking ontology, epistemology and research methodology. *Science & Philosophy, 8*(1), 75–91. https://ssrn.com/abstract=3708935

Amabile, T. M., Conti, R., Coon, H., Lazenby, J., & Herron, M. (1996). Assessing the work environment for creativity. *Academy of Management Journal, 39*(5), 1154–1184. https://doi.org/10.2307/256995

Bergman, M. E., & Jean, V. A. (2016). Where have all the "workers" gone? A critical analysis of the unrepresentativeness of our samples relative to the labor market in the industrial–organizational psychology literature. *Industrial and Organizational Psychology, 9*(1), 84–113. https://doi.org/10.1017/iop.2015.70

Berkovits, I., Hancock, G. R., & Nevitt, J. (2000). Bootstrap resampling approaches for repeated measure designs: Relative robustness to sphericity and normality violations. *Educational and Psychological Measurement, 60*(6), 877–892. https://doi.org/10.1177/00131640021970961

Boni, R. B. (2020). WebSurveys nos tempos de Covid-19. *Cadernos de Saúde Pública, 36*(7), e00155820. https://doi.org/10.1590/0102-311X00155820

Brosowsky, N. P., & Crump, M. J. (2016). Context-specific attentional sampling: Intentional control as a prerequisite for contextual control. *Consciousness and Cognition, 44*(1), 146–160. https://doi.org/10.1016/j.concog.2016.07.001

Bruno-Faria, M. F., & Veiga, H. M. S. (2015). Indicadores de condições para a criatividade – ICCAT. *Revista de Administração (FEA-USP), 50*(4), 492–506. https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/108275/106591

Bruno-Faria, M. F., Veiga, H. M. S., Carvalho, L. C., Torres, I., & Meireles, A. (2018). Analysis of conditions for creativity in the workplace: Validation of measures in Brazil and Portugal. *Business Creativity and the Creative Economy, 4*, 8–18. http://icscpress.com/journals/bcce/bcce-0401/bcce.2018.10.8.1.02

Carlson, K. D., & Herdman, A. O. (2012). Understanding the impact of convergent validity on research results. *Organizational Research Methods, 15*(1), 17–32. https://doi.org/10.1177/1094428110392383

Carlson, M. D., & Morrison, R. S. (2009). Study design, precision, and validity in observational studies. *Journal of Palliative Medicine, 12*(1), 77–82. https://doi.org/10.1089/jpm.2008.9690

Chaturvedi, N., & McKeigue, P. M. (1994). Methods for epidemiological surveys of ethnic minority groups. *Journal of Epidemiology & Community Health, 48*(2), 107–111. https://doi.org/10.1136/jech.48.2.107

Check, J., & Schutt, R. K. (2012). Survey research. In J. Check & R. K. Schutt (Eds.), *Research methods in education* (pp. 159–185). Sage Publications.

Cicchetti, D. V. (1994). Guidelines, criteria, and rules of thumb for evaluating normed and standardized assessment instruments in psychology. *Psychological Assessment, 6*(4), 284–290. https://doi.org/10.1037/1040-3590.6.4.284

Codo, W., & Tavares, M. (2004). Paranóia através do trabalho. In W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp. 207–238). Vozes.

Cortez, P. A., Zerbini, T., & Veiga, H. M. S. (2019). Práticas humanizadas de gestão de pessoas e organização do trabalho: Para além do positivismo e do dataísmo. *Trabalho, Educação e Saúde, 17*(3), 1–23. https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00215

Cortez, P. A., & Zerbini, T. (2020). Fundamentos, aplicações e metodologias para a gestão baseada em evidências. In A. Caetano, J. G. Neves, & J. M. C. Ferreira (Eds.), *Psicossociologia das organizações: Fundamentos e aplicações* (pp. 625–649). Editora Sílabo.

Duarte, L. T., Silva, D. B. N., & Brito, J. A. M. (2016). Análise de paradata do Censo Demográfico 2010: Uma investigação de fatores associados a erros não amostrais do levantamento de dados. *Revista Brasileira de Estudos de População, 33*(3), 679–701. https://doi.org/10.20947/S0102-30982016c0011

Ekvall, G. (1996). Organizational climate for creativity and innovation. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 5*(1), 105–123. https://doi.org/10.1080/13594329608414845

Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods, 39*(2), 175–191. https://doi.org/10.3758/BF03193146

Fisher, G. G., & Sandell, K. (2015). Sampling in industrial–organizational psychology research: Now what? *Industrial and Organizational Psychology, 8*(2), 232–237. https://doi.org/10.1017/iop.2015.31

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica.* UEC.

Fowler, F. J., Jr. (2014). *Survey research methods.* Sage Publications.

Gideon, L. (2012). *Handbook of survey methodology for the social sciences.* Springer.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.

Gondim, S. M. G., & Bendassolli, P. F. (2014). The use of the qualitative content analysis in psychology: A critical review. *Psicologia em Estudo, 19*(1), 191–199. https://doi.org/10.1590/1413-737220530002

Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2019). Desenvolvimento científico e desafios da Psicologia do Trabalho e das Organizações no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 18*(4), 1087–1105. https://doi.org/10.12957/epp.2018.42224

Grice, J., Barrett, P., Cota, L., Felix, C., Taylor, Z., Garner, S., & Vest, A. (2017). Four bad habits of modern psychologists. *Behavioral Sciences, 7*(3), 53. https://doi.org/10.3390/bs7030053

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.* https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/BB

Isaksen, S. G., Lauer, K. J., & Ekvall, G. (1999). Situational Outlook Questionnaire: A measure of the climate for creativity and change. *Psychological Reports, 85*(2), 665–674. https://doi.org/10.2466/pr0.85.2.665-674

Islam, M. A., & Aldaihani, F. M. F. (2022). Justification for adopting qualitative research method, research approaches, sampling strategy, sample size, interview method, saturation, and data analysis. *Journal of International Business and Management, 5*(1), 1–11. https://doi.org/10.37227/JIBM-2021-09-1494

James, L. R., Demaree, R. G., & Wolf, G. (1984). Estimating within-group interrater reliability with and without response bias. *Journal of Applied Psychology, 69*(1), 85–98. https://doi.org/10.1037/0021-9010.69.1.85

James, L. R., Demaree, R. G., & Wolf, G. (1993). rWG: An assessment of within-group interrater agreement. *Journal of Applied Psychology, 78*(2), 306–309. https://doi.org/10.1037/0021-9010.78.2.306

Kish, L. (1979). Samples and censuses. *International Statistical Review / Revue Internationale de Statistique, 47*(2), 99–109. https://doi.org/10.2307/1402563

Klein, K. J., & Kozlowski, S. W. J. (2000). From micro to meso: Critical steps in conceptualizing and conducting multilevel research. *Organizational Research Methods, 3*(3), 211–236. https://doi.org/10.1177/109442810033001

Kotrlik, J. W., & Higgins, C. C. (2001). Organizational research: Determining appropriate sample size in survey research. *Information Technology, Learning, and Performance Journal, 19*(1), 43–50. https://www.opalco.com/wp-content/uploads/2014/10/Reading-Sample-Size1.pdf

Kozlowski, S. W. J., Chao, G. T., Grand, J. A., Braun, M. T., & Kuljanin, G. (2013). Advancing multilevel research design: Capturing the dynamics of emergence. *Organizational Research Methods, 16*(4), 581–615. https://doi.org/10.1177/1094428113493119

Lavrakas, P. J. (2008). *Encyclopedia of survey research methods.* Sage Publications.

LeBreton, J. M., & Senter, J. L. (2008). Answers to 20 questions about interrater reliability and interrater agreement. *Organizational Research Methods, 11*(4), 815–852. https://doi.org/10.1177/1094428106296642

Lopes, S. C. R., & Santos, D. C. (2020). Sociointeracionismo: Dialogando com Bakhtin e Vygotsky sobre o sujeito fruto das interações sociais. *Revista Educação e Linguagens, 9*(16), 282–301. https://doi.org/10.33871/22386084.282-301

Lu, B., & Lemeshow, S. (2018). Survey sampling and propensity score matching. In P. Irwing, T. Booth, & D. J. Hughes (Eds.), *The Wiley handbook of psychometric testing* (pp. 1–25). Wiley. https://doi.org/10.1002/9781118489772.ch4

Macambira, M., Mendonça, H., & Paz, M. das G. T. (2022). *Assessing organizational behaviors* (pp. 173–190). Springer.

Mahood, Q., Van Eerd, D., & Irvin, E. (2014). Searching for grey literature for systematic reviews: Challenges and benefits. *Research Synthesis Methods, 5*(3), 221–234. https://doi.org/10.1002/jrsm.1106

Marsh, C. (1979). Problems with surveys: Method or epistemology? *Sociology, 13*(2), 293–305. http://www.jstor.org/stable/42861235

Mayfield, M., & Mayfield, J. (2010). Developing a scale to measure the creative environment perceptions: A questionnaire for investigating garden-variety creativity. *Creativity Research Journal, 22*(2), 162–169. https://doi.org/10.1080/10400419.2010.481511

Mendonça, H., Veiga, H. M. S., & Macambira, M. (2017). Creativity at work: Trends and perspectives. In E. R. Neiva, C. V. Torres, & H. Mendonça (Orgs.), *Organizational psychology and evidence-based management: What science says about practice* (pp. 23–43). Springer International Publishing.

Neiva, E. R., Veiga, H. M. S., Martins, L. F., Macambira, M., & Gomide, S. Jr. (2022).

Cultura organizacional para a criatividade e inovação: Revisitando os conceitos e aplicações. In M. N. Carvalho-Freitas et al. (Orgs.), *Psicologia organizacional e do trabalho: Perspectivas teórico-práticas* (pp. 211–242). Vetor.

Neuman, W. (2012). Designing face-to-face surveys. In L. Gideon (Ed.), *Handbook of survey methodology for the social sciences* (pp. 227–248). Springer.

Newman, A., Round, H., Wang, S., & Mount, M. (2020). Innovation climate: A systematic review of the literature and agenda for future research. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 93*(1), 73–109. https://doi.org/10.1111/joop.12283

Pasquali, L. (2003). *Instrumentos psicológicos: Manual prático de elaboração.* In H. Günther (Ed.), *Como elaborar um questionário* (Série Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais). UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

Ponto, J. (2015). Understanding and evaluating survey research. *Journal of the Advanced Practitioner in Oncology, 6*(2), 168–171.

Pettigrew, T. F., & Martin, J. (2020). Organizational inclusion of minority groups: A social psychological analysis. In *Ethnic minorities* (pp. 169–200). Garland Science.

Puente-Palácios, K., & Peixoto, A. L. A. (Orgs.). (2015). *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: Um olhar a partir da psicologia.* Artmed.

Rumin, C. R., Guedes, J., & Schmidt, M. L. G. (2021). Saúde mental e trabalho: A reabilitação profissional e as contribuições da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão, 41*(1), 1–13. https://doi.org/10.1590/1982-3703003222902

Ryan, A. B. (2006). Post-positivist approaches to research. In *Researching and writing your thesis: A guide for postgraduate students* (pp. 12–26). Maynooth Adult and Community Education.

Schein, E. H. (2015). Organizational psychology then and now: Some observations. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 2*(1), 1–19. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-032414-111449

Schneider, B., Ehrhart, M. G., & Macey, W. H. (2013). Organizational climate and culture. *Annual Review of Psychology, 64*(1), 361–388. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143809

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2013). *Nota metodológica para definição dos números básicos de MPE.* Editora do Sebrae.

Singleton, R. A., & Straits, B. C. (2009). *Approaches to social research.* Oxford University Press.

Siqueira, M. M. M. (Org.). (2014). *Novas medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão.* Artmed.

Steidl, R. J., & Thomas, L. (2001). Power analysis and experimental design. In S. M. Scheiner & J. Gurevitch (Eds.), *Design and power analysis of ecological experiments* (pp. 14–36). Oxford University Press.

Stein, H. F. (2021). *Listening deeply: An approach to understanding and consulting in organizational culture.* Routledge.

Stouten, J., Rousseau, D. M., & De Cremer, D. (2018). Successful organizational change: Integrating the management practice and scholarly literatures. *Academy of Management Annals, 12*(2), 752–788. https://doi.org/10.5465/annals.2016.0095

Stratton, S. J. (2021). Population research: Convenience-sampling strategies. *Prehospital and Disaster Medicine, 36*(4), 373–374. https://doi.org/10.1017/S1049023X21000649

Subedi, B. P. (2016). Using Likert type data in social science research: Confusion, issues and challenges. *International Journal of Contemporary Applied Sciences, 3*(2), 36–49. https://ijcar.net/assets/pdf/Vol3-No2-February2016/02.pdf

Sydow, J., Schreyögg, G., & Koch, J. (2020). On the theory of organizational path dependence: Clarifications, replies to objections, and extensions. *Academy of Management Review, 45*(4), 717–734. https://doi.org/10.5465/amr.2020.0163

Täuscher, K. (2018). Using qualitative comparative analysis and system dynamics for theory-driven business model research. *Strategic Organization, 16*(4), 470–481. https://doi.org/10.1177/1476127017740535

Tricco, A. C., Antony, J., Zarin, W., Strifler, L., Ghassemi, M., Ivory, J., & Straus, S. E. (2015). A scoping review of rapid review methods. *BMC Medicine, 13*(1), 1–15. https://doi.org/10.1186/s12916-015-0465-6

Van Der Maaten, L., Postma, E., & Van den Herik, J. (2009). Dimensionality reduction: A comparative review. *Journal of Machine Learning Research, 10*, 1–36. https://www.csie.ntu.edu.tw/~r97002/temp/dim_reduct.pdf

Veiga, H. M. S., & Cortez, P. A. (2022). Creativity climate: An analysis of measurement scales. In M. Macambira, H. Mendonça, & M. das G. T. Paz (Orgs.), *Assessing organizational behaviors* (pp. 173–190). Springer.

Wang, M., Beal, D. J., Chan, D., Newman, D. A., Vancouver, J. B., & Vandenberg, R. J. (2017). Longitudinal research: A panel discussion on conceptual issues, research design, and statistical techniques. *Work, Aging and Retirement, 3*(1), 1–24. https://doi.org/10.1093/workar/waw033

Wee, E. X., & Taylor, M. S. (2018). Attention to change: A multilevel theory on the

process of emergent continuous organizational change. *Journal of Applied Psychology, 103*(1), 1–13. https://doi.org/10.1037/apl0000261

Yamane, T. (1973). *Statistics: An introductory analysis.* John Weather Hill.

Zanelli, J. C., Bastos, A. V. B., & Rodrigues, A. C. A. (2014). Campo profissional do psicólogo em organizações e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 549–582). Artmed.

Zickar, M. J. (2020). Measurement development and evaluation. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 7*(1), 1–20. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012119-044957

Capítulo 13

Estudos diários

Renata Silva de Carvalho Chinelato
Helenides Mendonça
Michelle Morelo Pereira

Na Psicologia, muitas são as opções de métodos de pesquisa disponíveis. Poucos possuem, porém, a capacidade de capturar um fenômeno de interesse de forma regular, dentro do contexto e ao longo do tempo, como é possível no *estudo diário*. Apesar de contemplar essas características e alcances, raramente esse método é utilizado por pesquisadores em uma primeira escolha para um novo projeto. Isso, provavelmente, seja devido ao fato de que essa metodologia esteja presente, ainda, em número pequeno de publicações, principalmente em contexto brasileiro, dificultando sua divulgação. Além disso, uma coleta diária pode soar como maior demanda de trabalho, bem como, um processo mais demorado e profundo de análise de dados. Apesar das questões apontadas, recentemente, muitos pesquisadores no campo da Psicologia têm adotado o método de estudos diários com êxito. Este capítulo tem por objetivo descrever, analisar, exemplificar e discutir o método de estudo diário em Psicologia Organizacional e do

Trabalho (POT). Desse modo, busca-se contribuir para pesquisadores e profissionais da Psicologia que desejam se aprofundar nos estudos diários, trazendo esclarecimentos para questões que possam surgir no uso do referido método e colaborar com a ampliação de pesquisas.

Os diários podem ser definidos como registros pessoais de situações, observações, e pensamentos cotidianos (Patterson, 2005). O diário é um documento que apresenta características de ser um registro com regularidade, pessoalidade e contemporaneidade; por isso, seus primeiros relatos surgem a partir da abordagem qualitativa (Alaszewski, 2006). Os estudos diários voltam sua atenção para as atividades sociais que são vivenciadas e experienciadas em contextos do dia a dia. Desse modo, os estudos diários apareceram como recursos importantes para coleta de dados que abordem a rotina dos indivíduos e/ou grupos (Jarrahi *et al.,* 2021).

Apesar de ser um recurso com marcas muito individuais e privadas, esse método foi incorporado em diferentes áreas científicas como uma ferramenta de autorrelato para descrever situações cotidianas, principalmente nas áreas da educação, sociologia e saúde. Isso ocorre pelo fato de ser uma metodologia que oferece uma perspectiva subjetiva sobre acontecimentos de forma a complementar os documentos históricos (Hyers, 2018). Sendo assim, os estudos diários referem-se a fenômenos que ocorrem naturalmente — a "vida como ela é" (Nezlek, 2020) — e permitem examinar fenômenos difíceis de serem pesquisados em um contexto de laboratório, possibilitando, assim o estudo de variáveis latentes em sua manifestação cotidiana.

Em um estudo diário típico, os participantes fornecem dados ao longo de um dia, de vários dias e/ou ao longo de várias semanas. Essas medições frequentes permitem que os participantes do estudo relatem eventos, estados afetivos e cognições em estreita proximidade temporal com a ocorrência real dessas experiências (Binnewies & Sonnentag, 2013). Nesse sentido, esse método é conhecido por seu alto valor ecológico, permitindo a coleta de dados no contexto do ambiente natural dos participantes da pesquisa, e fornecendo *insights* sobre hábitos, comportamentos e decisões situacionais ao longo do tempo (Bolger *et al*., 2003; Czerwinski *et al.* 2004).

Em que pese os estudos diários terem se iniciado na perspectiva qualitativa, eles ganharam impulso nos últimos anos a partir de uma perspectiva majoritariamente quantitativista e de abordagens mistas. Os diários de lápis e papel foram sendo substituídos por registros eletrônicos sofisticados, com questionários diários ou por meio de várias aplicações ao dia administrados por assistentes digitais ou outras tecnologias eletrônicas. Ademais, o desenvolvimento de técnicas de modelagem multinível permitiu aos pesquisadores descobrir a variabilidade de como as pessoas geralmente são e como elas estão em um determinado momento (Bakker & Daniels, 2013).

As bases epistemológicas do método de estudo diário remontam ao paradigma pós-positivista. A partir de uma releitura do positivismo, a concepção pós-positivista afasta-se da postura realista ingênua de que é possível o acesso direto à realidade pesquisada. Isso porque os indivíduos apresentam mecanismos sensoriais e intelectuais imperfeitos que, portanto, os impedem de perceber e acessar as informações com objetividade. Uma importante contribuição do pós-positivismo são as metodologias múltiplas, conhecidas como triangulação de dados, tornando-se uma alternativa para acessar a realidade investigada (Guba, 1990).

O pós-positivismo é a base epistemológica que representa a forma tradicional de pesquisa (Creswell, 2010), aderindo aos objetivos da explicação e predição, teste de relações de hipóteses, uso de medidas formais e objetivas. Parte-se, portanto, da multideterminação dos fenômenos, orientando-se por estudos multiníveis, tal como a concepção dos estudos diários. Dessa maneira, o pós-positivismo apresenta relação com o eixo do comportamento no contexto organizacional e do trabalho proposto por Bendassolli *et al.* (2010), considerando a incorporação das dimensões cognitivas e afetivas como mediadoras entre o contexto do indivíduo e seu comportamento.

Essa concepção epistemológica possibilitou, para a Psicologia, a construção de um indivíduo visto a partir de um conjunto de traços constantes, identificados por escalas de respostas estruturadas, ditas como mais objetivas. A coleta de dados de autorrelato passa a ser possível, portanto, por meio de um conjunto de itens que descrevem

comportamentos padronizados e a serem respondidos em um formato de escalas de respostas fechadas, como, por exemplo, as escalas tipo *Likert* (Hyers, 2018). Os estudos diários, nessa nova concepção, baseiam-se, não mais nos registros pessoais, mas sim em informações previamente solicitadas e em um formato quantitativo e que possibilite análises e relatos estatísticos.

Para aprofundar sobre o método de estudo diário, nas seções seguintes são apresentadas e descritas suas principais características e seus diferentes desenhos na pesquisa em POT. Na sequência, serão analisadas as tendências das investigações dos estudos diários por meio de um levantamento bibliométrico. A próxima seção exemplifica o uso dessa metodologia de pesquisa aplicada em POT. Por fim, serão apresentadas as vantagens e limitações de sua utilização e proposição de uma agenda de pesquisa.

Os estudos diários em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Em POT, os estudos diários caracterizam-se como um método de pesquisa que permite aos pesquisadores investigar as experiências comportamentais, as emoções, as cognições e as circunstâncias vividas pelos indivíduos em seu ambiente natural, utilizando-se de medidas repetidas durante um período definido (Ohly *et al.*, 2010). Três diferentes desenhos de estudos de diário são os mais frequentemente relatados na literatura: o método de reconstrução diária, a amostragem por experiência e os estudos diários, que podem ser combinados entre si, notadamente, em abordagens quantitativas (Bakker & Daniels, 2013).

O método de reconstrução diária solicita aos participantes que cronologicamente reconstruam o dia anterior de trabalho ("ontem") em episódios, incluindo os horários de início e fim. Um episódio em particular é operacionalizado pelo tempo que uma atividade começou e terminou, pelo domínio em que tal atividade ocorreu (por exemplo, em casa ou no trabalho), e também interações sociais que podem ter ocorrido durante esses episódios. Depois de reconstruir, cuidadosamente, todos os episódios de um determinado dia, os participantes

são convidados a indicar as suas experiências momentâneas de cada episódio (Hertel & Stamov-Robnagel, 2013).

Os instrumentos utilizados por esse método são organizados em forma de questionário em que, a partir de uma lista de questões, os participantes marcam as opções que se encaixam com suas vivências. Por exemplo, em uma pesquisa que investigou o que funcionários com elevado ou baixo nível de *burnout* fazem em seu tempo fora do trabalho para se recuperar de sua rotina laboral, Oerlemans e Bakker (2014) solicitaram aos sujeitos que indicassem as atividades que realizavam fora do trabalho, sendo que eles as escolhiam a partir de uma lista predefinida com muitas atividades que são realizadas fora do horário de trabalho. Os pesquisadores também aplicaram escalas de *burnout* e recuperação. É comum que as escalas sejam incluídas nesse método para medir um construto em particular, a depender dos objetivos da pesquisa. Ademais, é importante ressaltar que, por apresentar características peculiares, quando uma pesquisa se baseia no método de reconstrução diária, a informação de que se trata desta modalidade é inserida no relato do estudo, seja no método e/ou no próprio título do artigo.

A amostragem por experiência e o estudo diário têm propriedades muito semelhantes entre si e encontram-se em sobreposição, tanto que, frequentemente, não se encontra especificados no método de uma pesquisa a qual desenho pertencem (amostragem por experiência ou estudo diário); há apenas uma informação geral de que se trata de um estudo diário. Por definição, a amostragem por experiência visa utilizar um cronograma de medição múltipla durante um determinado período para explicar as flutuações nas experiências episódicas e os antecedentes e resultados dinâmicos dessas flutuações. Os estudos diários, por sua vez, coletam várias medidas por pessoa, permitindo a análise de mudanças nas variáveis de interesse ao longo do tempo e no exame da variabilidade intrapessoal. Uma distinção pode ser vista na frequência das avaliações: os estudos de amostragem por experiência geralmente têm avaliações mais frequentes e mais semelhantes durante o dia (ou seja, o mesmo conjunto de perguntas é feito em várias ocasiões de medição durante o dia), ao passo que os estudos diários,

muitas vezes, fazem diferentes conjuntos de perguntas nas várias ocasiões de medição ao longo de um dia (e repetem esses conjuntos de perguntas ao longo de vários dias) (Binnewies & Sonnentag, 2013; Dimotakis & Ilies, 2013).

Horstmann (2021) argumenta que as pesquisas que utilizam amostragem por experiência ocorrem a cada três horas, ao passo que o estudo diário é uma investigação que ocorre uma vez ao dia, principalmente no final do dia. Apesar dessa diferença, o autor esclarece que não há um consenso quanto ao uso dessas terminologias, considerando que ambos se configuram como métodos de avaliação ecológica momentânea. De acordo com Binnewies e Sonnentag (2013), em função da sobreposição entre esses dois modelos, o estudo diário pode ser visto como um tipo específico de amostragem por experiência.

A partir de tais considerações, observa-se que esses métodos de amostragem temporal podem ter diferentes nomes, tais como métodos diários, amostragem por experiência e avaliação ecológica momentânea, o que reforça a sobreposição de características relatadas acima. Mais importante que a nomenclatura, é compreender que eles buscam aprofundar as experiências cotidianas e o comportamento contínuo no ambiente natural do trabalhador. Dessa maneira, esses métodos permitem melhor entendimento da natureza temporal da experiência laboral e a duração de seus efeitos (Totterdel *et al.*, 2013).

Os instrumentos utilizados nesses métodos são, frequentemente, escalas para medir um construto em específico. Porém, elas são aplicadas de maneiras e em momentos diferentes: a) em seu formato original, denominada medida geral, aplicada no início da coleta de dados, para medir o fenômeno em forma de traço; e b) adaptada para o estudo diário, denominada medida diária, aplicadas várias vezes ao dia, uma vez ao dia, ao longo de uma semana, ao longo de várias semanas, variando a partir do objetivo da pesquisa. Foi assim que o estudo pioneiro de Sonnentag (2003) aplicou seus instrumentos, organizando-os em medida geral (características do trabalho, traço de engajamento e traço de comportamento proativo) e medidas diárias (recuperação, engajamento no trabalho e comportamento proativo).

Os estudos diários oferecem três características popularmente

conhecidas e aplicáveis no contexto organizacional e do trabalho: (1) a situação (refere-se às experiências pessoais cotidianas e se concentra em compreender o que os indivíduos realmente fazem na prática para realizar o trabalho); (2) a especificidade do contexto (as informações sobre hábitos, práticas, atitudes e motivações são coletadas dentro dos contextos e dinâmicas institucionais em que se desenvolvem); e (3) a longitudinalidade (avalia um fenômeno de pesquisa ao longo de um período de tempo) (Jarrahi *et al.*, 2021). A última característica pode variar de um intervalo de poucos minutos — como as várias medições por dia — a algumas semanas, objetivando compreender as variações intrapessoais e suas mudanças ao longo do tempo.

Observa-se uma crescente utilização dos estudos diários no contexto organizacional e do trabalho que são aplicados a uma ampla gama de questões de pesquisa, desde o entendimento sobre experiências afetivas e suas influências no comportamento do trabalhador até os estressores diários que podem impactar o bem-estar dos indivíduos (Binnewies & Sonnentag, 2013). Assim, essa metodologia pode ser particularmente útil para capturar a dinâmica de curto prazo de experiências e comportamentos em contextos laborais, em especial, aqueles que podem influenciar a saúde no trabalho.

A pesquisa de Sonnentag (2003) destaca-se como uma investigação na área de POT que examinou os impactos da recuperação que o indivíduo apresenta no período da noite, após o trabalho diário, em uma semana de trabalho regular, relacionando-o aos períodos de engajamento no trabalho e ao comportamento proativo. O estudo foi realizado com 147 trabalhadores que preencheram um questionário diário durante um período de cinco dias consecutivos de trabalho. Os achados dessa pesquisa foram importantes para compreender as flutuações diárias dos construtos estudados, evidenciando a relação de que experiências anteriores repercutem em comportamentos e atitudes no trabalho.

Outro estudo importante foi o de Bakker e Bal (2010), com 54 professores, no qual eles testaram um modelo de engajamento semanal no trabalho, durante cinco semanas consecutivas, com coletas às sextas-feiras. Os resultados mostraram como a variabilidade nas

experiências dos indivíduos no contexto organizacional pode explicar o desempenho semanal no trabalho.

O panorama conceitual e teórico mostra que as pesquisas mais recentes são predominantemente quantitativas, com múltiplas medições durante o dia ou semanas, o que caracteriza, principalmente, os denominados modelos de amostragem por experiência e estudos diários propriamente ditos, bem como o método de reconstrução diária. A partir do objetivo de identificar o estado da arte dos estudos diários no campo da POT e conhecer as principais tendências das investigações, serão apresentados, na próxima seção, os resultados de um estudo bibliométrico realizado exclusivamente para este capítulo.

Onde, quem e quais os tópicos de tendência dos estudos diários?

A presente revisão de literatura com abordagem bibliométrica teve como objetivo compreender a evolução das publicações sobre os estudos diários em um período de cinco anos (janeiro de 2017 a junho de 2022), revelar quais são as variáveis específicas em POT que utilizam metodologia de diário, identificar os principais autores, conhecer os *lócus* das publicações, bem como apresentar as tendências e oportunidades de pesquisas.

Os artigos foram extraídos simultaneamente por dois investigadores, com acesso às diversas bases de dados do portal de periódicos Capes. As palavras-chave utilizadas foram "*daily diary study*" em qualquer campo e no campo assunto as palavras "*work and organizational psychology*". A busca incluiu artigos revisados por pares, publicados em inglês, entre 2017 e 2022, totalizando 34 artigos para leitura completa e revisão. A análise dos artigos foi conduzida por meio do programa RStudio, na versão 1.4.1106, com a utilização do pacote *bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

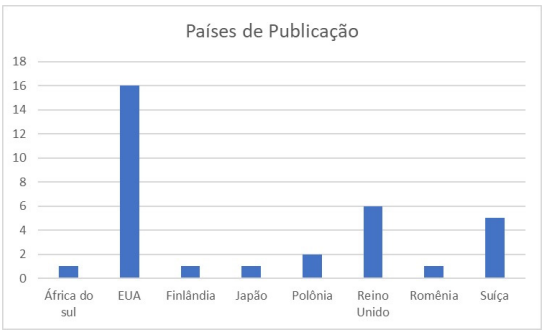
Foram realizadas as seguintes análises: (1) o método de Louvain foi utilizado para verificar o panorama mundial de colaboração nas pesquisas; (2) o método gráfico foi adotado para verificar o volume de publicações ao longo dos anos e as palavras com tendências; (3) os

índices G e H[1] foram usados para identificar os pesquisadores mais influentes da área; (4) a análise de conteúdo foi implementada para mapear os campos de conhecimento em POT onde mais se utiliza os estudos diários (Aria *et al.*, 2020; Blondel *et al.*, 2008; Egghe, 2006).

As análises realizadas utilizando o *bibliometrix* permitiram ampliar o escopo de estudo, visto que as reflexões que abordam temas ligados aos fenômenos humanos e ao contexto organizacional e do trabalho requerem investigações mais complexas. Para tal, foi utilizado o método misto (Creswell & Clark, 2018), que abrange análises quantitativas e qualitativas. Tomadas em conjunto, essas análises possibilitaram conhecer as principais temáticas relacionadas aos estudos diários, as tendências, os assuntos emergentes, as evoluções conceituais, as oportunidades de pesquisa, o volume de publicações, a estratificação de publicações por países, entre outros aspectos.

Conforme demonstra a figura 1, o país que mais publicou estudos com uso de metodologia de diário nos últimos cinco anos foram os Estados Unidos, com 16 artigos, seguido pelo Reino Unido, com seis artigos e depois a Suíça com cinco artigos. A Polônia publicou dois artigos e a África do Sul, a Finlândia, o Japão e a Romênia um artigo cada uma. Dentre os artigos analisados, dois deles não especificam o país onde o estudo foi realizado.

Figura 1. Países com mais publicações em estudos diários



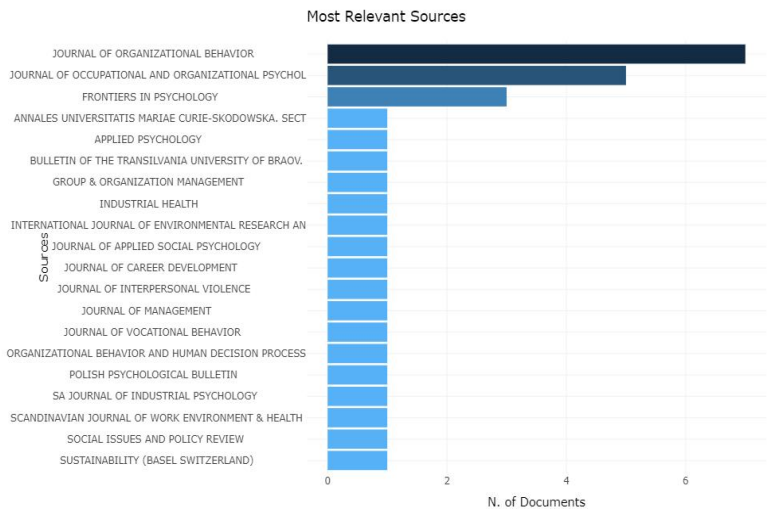
Nota: elaborada pelas autoras.

[1] Os índices G e H são utilizados atualmente para avaliar o fator de impacto das revistas científicas.

Dentre os pesquisadores com publicação em POT, contando autorias e coautorias, foram identificados 111 autores. Cabe destacar Hanner Zacher com quatro artigos, Evangelista Deverouti, Verena C. Haun e Alessandro Lo Presti, cada um com dois artigos publicados.

No que se refere às revistas que mais publicaram estudos com base metodológica de diários, no campo da POT, nota-se elevado fator de impacto, variando de 13.72 (*Journal of Management*) a 2.199 (*Industrial Health*). Para a análise do fator de impacto dessas revistas (ver figura 2) utilizou-se o *Journal Citation Reports*. Tomadas em conjunto, as revistas com artigos publicados utilizando-se a metodologia do estudo diário, possuem qualificação equivalente aos níveis A1 e A2 do Qualis Capes.

Figura 2. Revistas com publicações em estudos diários



Nota: elaborada pelas autoras.

Dentre as três primeiras revistas científicas que mais publicaram estudos de metodologia de diário, o *Journal of Organizational Behavior* tem fator de impacto 8.174, o que demonstra estar essa revista dentre os primeiros lugares no *ranking* das melhores revistas

em Psicologia do mundo. A revista que está em segundo lugar dentre as que mais publicam estudos diários é a *Journal of Occupational and Organizational Ppsychology*, que possui fator de impacto de 5.17, o que é também excelente, seguida da revista científica *Frontiers in Psychology* que possui fator de impacto 2.323, considerada uma revista de nível A2 no portal de periódicos Capes.

A figura 3 apresenta uma "nuvem de palavras" desenvolvida a partir das palavras-chave que representam o escopo dos artigos pesquisados. As variáveis expostas na nuvem de palavras expressam o grau de frequência nas investigações. Quanto mais frequente a palavra for nas pesquisas, maior é o tamanho da palavra na nuvem. Com isso, estudos demonstram que "*analysis*" (em português, "análises"), que está relacionada ao foco na metodologia do estudo diário, e "employees" (em português, "empregados") que especificam o foco no trabalhador, foram as que mais apareceram. Em seguida damos destaque a "*psychology*" e "*citizenship*", demonstrando o foco nos aspectos psicológicos e comportamentais. Como modelo teórico, aparece em destaque as demandas do trabalho. As variáveis estudadas são: redesenho no trabalho, autonomia, conservação, compensação, emoções, otimismo, moralidade no trabalho, afetos negativos, educação e questões de gênero.

Figura 3. Nuvem das palavras-chave



Nota: elaborada pelas autoras.

Os fenômenos que ocorrem no campo da POT são complexos e requerem a utilização de metodologias que alcancem a dinâmica volátil e incerta dos processos organizacionais nas suas diversas temáticas de investigação. Ao realizar uma análise de conteúdo dos *abstracts* para identificar as palavras de tendência nessas publicações, observa-se que houve uma mudança de foco nas temáticas ao longo dos anos em relação aos próprios tópicos de interesse, como pode ser visto na figura 4.

Figura 4. Tópicos de tendência com case nos Abstracts



Nota: elaborada pelas autoras.

O foco dos estudos nos primeiros anos pesquisados priorizou as relações entre os recursos e demandas e a satisfação, o comprometimento social e as estratégias de *coping*. Estudos mais complexos passaram a ser desenvolvidos utilizando modelos mediacionais e moderacionais de análise com o propósito de identificar os efeitos das características individuais e organizacionais sobre os comportamentos e o desempenho no trabalho (2019 e 2020). Nos últimos dois anos (2021 e 2022) os estudos abordaram temáticas como ameaça e sexismo, questões de gênero e envelhecimento.

Os resultados dessa revisão bibliométrica forneceram uma visão ampliada sobre as pesquisas recentes em âmbito mundial,

confirmando haver uma tendência de crescimento do uso da metodologia de estudos diários pela comunidade científica internacional, o que, infelizmente, ainda não se observa no cenário nacional. Ao realizar essa investigação, não foi encontrado nenhum estudo ou autor brasileiro que tenha conduzido uma pesquisa com método diário, dentro do recorte temporal de 2017 a 2022, disponível no portal de periódicos Capes. Por outro lado, pode ser observado, no panorama internacional, que as investigações que utilizam essa metodologia são publicadas nas melhores revistas de Psicologia do mundo, que possuem elevado fator de impacto, o que demonstra que os pesquisadores têm investido nessa metodologia, creditando relevância para as investigações das vivências e experiências momentâneas dentro e fora do trabalho, bem como utilizando modelos sofisticados de pesquisa e análise dos dados.

Para contribuir com relato de pesquisa que obteve sucesso na condução de um estudo diário, na seção a seguir é apresentado um exemplo de pesquisa na área de POT no contexto brasileiro. O estudo pode, assim, apontar possíveis caminhos na escolha e aplicação do uso desta metodologia em pesquisas nacionais.

Exemplo de uso dessa metodologia em Psicologia Organizacional e do Trabalho

A pesquisa *Work engagement: A study of daily changes* (Chinelato *et al.*, 2019) foi uma das primeiras investigações nacionais da área de POT a utilizar o método de estudo diário para estudar o engajamento no contexto brasileiro por meio de medidas repetidas, observando as variações intrapessoais.

Uma das primeiras definições do engajamento diz respeito a um estado mental positivo e realizador relacionado ao trabalho, caracterizado por vigor (elevados níveis de energia enquanto se trabalha), dedicação (senso de significado, entusiasmo, inspiração, orgulho e desafio) e absorção (concentração total do indivíduo no trabalho, que leva o tempo a passar rapidamente sem que ele perceba) (Schaufeli *et al.*, 2002). Mesmo que a palavra *estado* esteja presente na definição do

construto, a concepção teórica inicial do engajamento é que ele seja compreendido como um traço psicológico. Mais recentemente, entretanto, ele também tem sido definido como uma experiência transitória que flutua dentro dos indivíduos ao longo de um curto período de tempo, dentro de um mesmo dia ou durante semanas, fazendo com que os trabalhadores possam se sentir mais engajados em determinados momentos (Bakker, 2014; Sonnentag, 2003; Sonnentag *et al.*, 2010). Dessa maneira, o engajamento tem suscitado relevantes discussões na atualidade no que se refere à sua natureza, em especial na compreensão das suas características, o que tem elevado o número de pesquisas que utilizam o método diário para compreender se ele é um construto mais estável (ou traço psicológico) ou mais instável (estado psicológico).

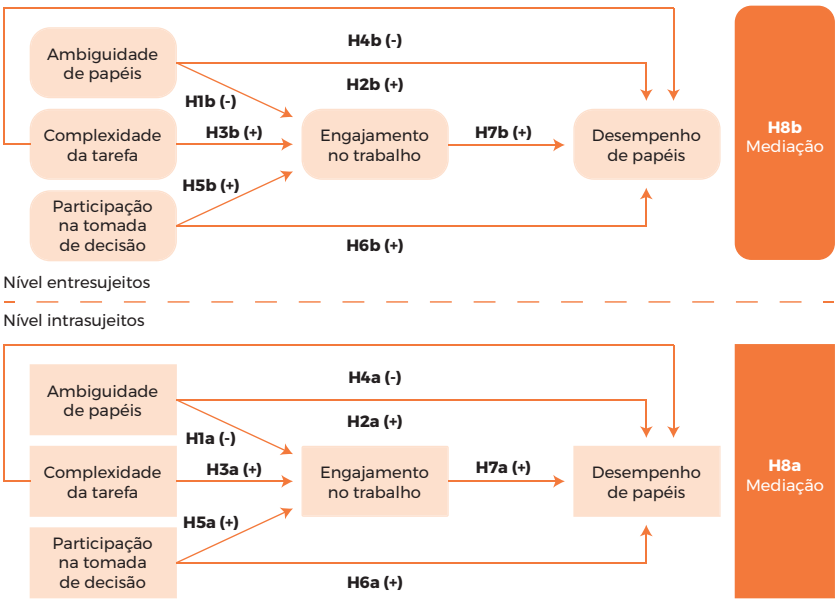
Buscando uma análise mais próxima da realidade dos trabalhadores, bem como uma melhor compreensão das relações entre o engajamento e seus antecedentes e consequentes, Sonnentag *et al.* (2010) e Schaufeli e De Witte (2017) recomendam a investigação dos níveis de engajamento em dias e momentos específicos, pois quando os trabalhadores são acompanhados durante uma ou mais semanas, é possível verificar as modificações intraindividuais ocorridas nos construtos pesquisados.

Com base em tais concepções, a pesquisa investigou as variações intraindividuais do engajamento no trabalho. A pesquisa também analisou a influência de demandas laborais (complexidade da tarefa e ambiguidade de papéis) e de recursos do trabalho (participação na tomada de decisões) sobre o engajamento diário, assim como a influência desse último sobre o desempenho de papéis. Adicionalmente, investigou o papel mediador do engajamento laboral na relação entre demandas, recursos do trabalho e o desempenho. Cumpre ressaltar que a teoria de Demandas e Recursos do Trabalho (JD-R) (Bakker *et al.*, 2014; Bakker & Demerouti, 2018; Schaufeli & Taris, 2014) embasou a formulação do modelo de pesquisa, que pode ser visualizado na figura 5.

Participaram dessa investigação 116 trabalhadores brasileiros, de ambos os gêneros (71.9% feminino) e com idade média de 36.7 anos

(DP = 11.42). Oitenta e três por cento dos respondentes residiam no estado de Minas Gerais e quase metade da amostra relatou possuir o nível de Pós-graduação (45.2%). Os participantes pertenciam a diferentes organizações de trabalho e a distintas ocupações, sendo que 19% exerciam a função de professor, seguido de 7.8% de servidores públicos, 6.9% de auxiliares administrativos e 6.9% de psicólogos.

Figura 5. Modelo de pesquisa e hipóteses do estudo



Nota: elaborada pelas autoras.

Na sexta-feira anterior à semana pesquisada, os participantes responderam a questões demográficas que permitiram caracterizar a amostra, além de um questionário geral contendo instrumentos destinados a investigar o engajamento (traço) e as características do trabalho (complexidade da tarefa, ambiguidade de papéis, participação na tomada de decisão e desempenho de papéis).

Em seguida, durante cinco dias consecutivos, iniciando na segunda e terminando na sexta-feira, os participantes recebiam a

pesquisa a ser respondida e lembretes (por *email* e *WhatsApp*) para o preenchimento ocorrer ao final do dia de trabalho. Os instrumentos eram os mesmos do questionário geral, porém com instruções e itens adaptados, de modo que o participante pudesse responder sobre seus sentimentos e comportamentos vivenciados durante seu dia de trabalho.

Os dados coletados apresentavam uma estrutura hierárquica com respostas diárias (nível intrasujeito) e por indivíduo (nível entre-sujeito) e, por isso, foi utilizada a modelagem multinível (Hox *et al.*, 2017) e a *path analysis*, por meio do *software* Mplus versão 7.11. Os parâmetros dos modelos foram estimados por meio do método *Robust Maximum Likelihood* (MLR), robusto à violação do pressuposto da distribuição normal dos dados.

Do total de 116 respondentes, dezesseis trabalhadores deixaram de responder o questionário em apenas um momento (por exemplo, seis não responderam no quarto dia). Optou-se pela manutenção desses participantes no banco de dados, pois os modelos multiníveis para estudos de medidas repetidas, utilizados nesse estudo, podem lidar com valores ausentes em diferentes momentos (Hox *et al.*, 2017). Ademais, os modelos implementados no MPlus foram testados por meio dos coeficientes de regressão randômicos (ou *slope as outcome*) na relação entre tempo e todas as variáveis do nível intraindividual. Isso significa que uma parte da variância do desempenho de papéis pode ser explicada por variações diárias no próprio indivíduo e entre indivíduos.

Assim, as hipóteses de pesquisa foram testadas em cinco passos. Primeiro, foi um modelo vazio no qual a variância da variável dependente (desempenho de papéis) foi separada por nível de análise. Verificou-se que a variância do desempenho foi significativa em ambos os níveis de análise e a correlação intraclasse foi alta (0.58), o que justifica a clusterização da variância do desempenho. No modelo 1, foi inserida a variável tempo no nível intrasujeitos, conforme procedimento dos modelos multiníveis de medidas repetidas (Hox *et al.*, 2017). Observou-se, entretanto, que o tempo não interferiu no desempenho. Ainda assim, a manutenção desse parâmetro no modelo é importante

para o controle da variância do nível intraindivíduo. Por outro lado, houve variação no engajamento no nível entre sujeitos.

No modelo 2, foram inseridas as variáveis independentes e de controle, juntamente com o tempo. Não houve nenhuma influência do tempo nas variáveis independentes. No que se refere às variáveis de controle, quando inseridas simultaneamente no modelo, apenas a escolaridade apresentou efeito sobre o desempenho no trabalho. Contudo, quando removidas as variáveis sexo e tempo de empresa, a escolaridade também passou a não apresentar relação significativa com o desempenho. Assim, as variáveis de controle foram removidas dos modelos subsequentes.

No modelo 3, testou-se os efeitos diretos das variáveis explicativas sobre o desempenho de papéis. A ambiguidade apresentou influência significativa e negativa em ambos os níveis, o que permitiu a confirmação das hipóteses 2a e 2b. A complexidade da tarefa apresentou uma associação significativa e negativa com o desempenho somente no nível intrasujeitos, o que confirma a hipótese 4a, mas não confirma a hipótese 4b. A participação na tomada decisões apresentou associação significativa e positiva com o desempenho somente no nível intrasujeitos, o que confirma a hipótese 6a, mas não confirmou a hipótese 6b.

No modelo 4, testou-se o efeito de mediação do engajamento no trabalho entre as variáveis independentes e o desempenho de papéis. Em todos os testes de mediação, o engajamento apresentou relação significativa com o desempenho em ambos os níveis de análise, confirmando as hipóteses 7a e 7b. A ambiguidade de papéis apresentou uma relação significativa e negativa com o engajamento em ambos os níveis, o que permitiu a confirmação das hipóteses 1a e 1b. Ressalta-se que o efeito direto dessas variáveis no nível entresujeitos apresentou significância limítrofe. Nesse sentido, a mediação, no nível entresujeitos, é limítrofe entre total e parcial; no nível intrasujeitos a mediação foi parcial.

Ainda no modelo 4, a complexidade da tarefa não apresentou relação significativa com o engajamento, o que não confirma a hipótese de mediação do engajamento sobre a relação entre a complexidade e o

desempenho (não confirmação das hipóteses 3a e 3b). No que se refere à participação na tomada de decisão, observou-se relação significativa e positiva com o engajamento em ambos os níveis, o que permitiu a confirmação das hipóteses 5a e 5b. Após a inserção da variável mediadora engajamento no modelo, as relações diretas entre participação na tomada de decisão e desempenho deixaram de ser significativas em ambos os níveis de análise. Assim, a relação da participação na tomada de decisão e o desempenho foi totalmente mediada pelo engajamento no nível intrasujeitos. Contudo, no nível entresujeitos, o efeito da variável independente sobre a variável dependente só existe mediante o intermédio do engajamento. Portanto, no nível entre sujeitos essa relação é de efeitos indiretos, mas não configura uma mediação, porque o efeito direto não foi significativo. Tais resultados suportaram parcialmente as hipóteses 8a e 8b.

Em síntese, foi possível identificar que a ambiguidade de papéis se constituiu em um preditor significativo e negativo do engajamento e do desempenho, ao passo que a participação na tomada de decisão caracterizou-se como uma variável preditora positiva de ambos os construtos. A complexidade da tarefa, por sua vez, revelou-se uma preditora negativa do desempenho.

Os achados mais importantes desse estudo indicaram que o tempo não interferiu na variação do engajamento no nível intrasujeitos, entretanto, observou-se variação no nível entre sujeitos (Chinelato *et al.*, 2019). Apesar dos avanços nos estudos que buscam investigar o engajamento a partir das variações intrapessoais, os achados desse estudo foram ao encontro das primeiras definições do fenômeno, entendido como um traço psicológico positivo e realizador relacionado ao trabalho (Bakker, 2014; Schaufeli *et al.*, 2002; Sonnentag *et al.*, 2010).

Nessa seção, acompanhou-se a complexidade que envolve um estudo diário, com coletas de dados entresujeitos e intrasujeitos, a necessidade de lembretes para participação na pesquisa, a perda de respondentes ao longo da aplicação dos instrumentos. Por outro lado, o uso dessa metodologia pode possibilitar o entendimento do engajamento laboral e suas variáveis antecedentes e consequentes presentes

no contexto de trabalho, contribuindo para a ampliação da rede nomológica de um construto relevante no campo da POT, uma vez que ele tem sido relacionado a um fenômeno de bem-estar laboral. Esse exemplo permitiu, assim, compreender algumas forças e fraquezas deste método de pesquisa, as quais se discutirá a seguir.

Vantagens, limitações do método e perspectivas de pesquisa

Um dos aspectos fundamentais para o uso da metodologia do estudo diário é que ela permite aos pesquisadores estudarem as experiências e o comportamento dos indivíduos dentro de seus contextos, aumentando assim a validade ecológica das conclusões que são tiradas dos dados. Salienta-se, assim, que no campo da Psicologia e, principalmente, da POT está crescendo a consciência de que o uso de avaliações repetidas de sintomas, comportamentos e atitudes torna possível adquirir *insights* valiosos sobre processos psicológicos dinâmicos que não podem ser obtidos com o uso de questionários de aplicação única (Janssens *et al.*, 2018). Em outras palavras, os estudos que utilizam diários, tornam-se cada vez mais relevantes cientificamente ao disponibilizarem informações de variabilidade de diferentes construtos na rotina laboral, que impactam a saúde e o bem-estar do trabalhador. Portanto, essa metodologia possibilita compreender os processos e fenômenos organizacionais não apenas com foco nos traços psicológicos, mas considerando os estados psicológicos e os eventos diários.

Uma vez que os dados são frequentemente preenchidos em tempo real (por exemplo, no local de trabalho) e/ou no ambiente cotidiano dos participantes (por exemplo, em sua casa), minimiza, assim, o viés de memória, já que as informações são capturadas sobre a atividade atual ou concluídas recentemente. Assim, esses estudos alcançam índices elevados de validade interna, haja vista a ordem temporal da suposta causa e do suposto efeito poderem ser rastreados em intervalos de tempo muito curtos (Bakker & Daniels, 2013; Binnewies & Sonnentag, 2013). Além disso, por serem dados coletados longitudinalmente, é provável que se obtenham informações diferentes

dos participantes que não surgiriam em outros métodos de estudo. Ademais, outra vantagem dos estudos diários tem sido proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, por meio da ampla disponibilidade de *tablets, smartphones* e *softwares* que disponibilizam alertas e avisos, armazenando com fidedignidade os horários de resposta e emitindo alertas e lembretes para o preenchimento da pesquisa (Bakker & Daniels, 2013).

Limitações também são observadas nos estudos diários, como, por exemplo, aquelas relacionadas à sua duração e à continuidade, por parte dos respondentes, de permanecerem engajados em sua participação. Apesar de haver diferentes formas de recrutamento da amostra de pesquisa (trabalhadores de organizações específicas, convites por *email* para participação voluntária, contatos pessoais, divulgação e contato por mídias sociais tais como *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*), os estudos diários iniciam as coletas com muitos sujeitos e perdem parcela significativa ao longo da investigação. No exemplo apresentado neste capítulo (Chinelato *et al.*, 2019), bem como em pesquisas anteriores (Sonnentag, 2003; Bakker & Bal, 2010), houve perdas de participantes ao longo da coleta, provavelmente, decorrente da exigência de um maior esforço e disponibilidade de tempo do que outros estudos (por exemplo, em investigações transversais). Uma maneira de fazer com que os respondentes participem da pesquisa até o final é o comprometimento, por parte dos investigadores, da divulgação e devolutiva dos principais resultados da pesquisa.

Outra limitação frequentemente reportada refere-se à necessidade de controlar o horário de preenchimento dos questionários, para se ter uma melhor fidedignidade dos períodos descritos. Por isso que os aparelhos portáteis e os assistentes digitais têm sido bem recebidos para utilização nos estudos diários (Bakker & Daniels, 2013).

Os estudos diários, ao envolverem múltiplas medições, lidam com um número elevado de dados, o que requer conhecimento aprofundado, por parte de pesquisadores e profissionais, de análises estatísticas robustas como, por exemplo, análises multiníveis. O mau emprego das estatísticas, ou a falta de traquejo em seu manuseio, pode inviabilizar seu emprego ou falsear os resultados. As análises dos resultados

podem se apresentar como uma possível limitação, requerendo estudo aprofundado. Inicialmente, o pesquisador e/ou profissional precisará realizar análises de validade e fidedignidade das medidas utilizadas, e, posteriormente, as análises multiníveis, a fim de responder quanto um determinado construto varia diariamente (Iida *et al.*, 2012).

Um dos pontos de maior destaque no uso desse método e de insegurança dos pesquisadores é o planejamento para realizar escolhas eficazes. Conforme Janssens *et al.* (2018), para um bom planejamento do estudo de diário deve-se seguir seis principais passos. O primeiro é especificar as perguntas da pesquisa; o passo seguinte é definir o desenho da amostragem, considerando a duração do estudo e a frequência pela qual será realizada a medição; o terceiro diz respeito à definição do número de itens que serão incluídos no diário; o quarto passo aborda como os participantes irão responder a pesquisa, ou seja, por questionários pré-definidos em intervalos fixos ou em pontos temporários aleatórios; o quinto refere-se à natureza dos itens, em outras palavras, se são sobre uma avaliação do momento presente ou de um período anterior (avaliação retrospectiva); e, por fim, o sexto e último passo define o tempo de tolerância/limite para as entregas, considerando esquecimentos e atrasos nas entregas por parte dos participantes, para que os dados não sejam considerados como ausentes.

Todavia, cabe ressaltar que apesar de haver indicações dos passos e etapas a serem seguidos, não está claro na literatura o desenho mais indicado para os estudos diários. Outrossim, muitos estudos publicados não se dedicam ao detalhamento do procedimento usado. Logo, destaca-se a relevância de que investigações futuras que utilizem tal método possam aprofundar a descrição metodológica com o intuito de corroborar com a construção científica.

Tais considerações são importantes porque incorporam à agenda de pesquisa em estudos diários em POT. Porém, outras perspectivas precisam ser incluídas. Uma delas diz respeito à necessidade de mais pesquisas no âmbito nacional que utilizem a metodologia de diário em suas investigações, acompanhando os avanços dos estudos internacionais. Por exemplo, o estudo de levantamento deste capítulo

apontou o enriquecimento de modelos de pesquisa que passaram a investigar também variáveis mediadoras e moderadoras.

Os construtos estudados têm atendido a algumas tendências em suas investigações, sobre temáticas que estejam alinhadas com as necessidades organizacionais e do trabalho de um determinado contexto histórico-cultural. Entretanto, é importante salientar que características positivas e negativas das situações de trabalho e suas consequências na saúde e no adoecimento do indivíduo, bem como as vivências extratrabalho e suas influências dentro e fora do contexto laboral podem ser compreendidos como fenômenos atuais à medida que dinamizam as experiências comportamentais, emocionais e cognitivas dos trabalhadores.

Ao realizar pesquisas envolvendo estudos diários, a comunidade científica aponta a necessidade de melhor compreender os fenômenos e os processos organizacionais a partir dos eventos diários, do imprevisível e das subjetividades individuais. Assim, investigar vivências em estreita proximidade temporal com a ocorrência real dessas experiências, bem como aprofundar sobre as mudanças que ocorrem no próprio indivíduo é, em si, uma importante agenda de pesquisa. Ou seja, o estudo diário deve assumir maior protagonismo entre os demais métodos científicos, passando a ser uma escolha por parte dos pesquisadores.

Espera-se que este capítulo possa contribuir para estudos futuros em âmbito nacional e instrumentalizar pesquisadores e profissionais da área de POT, considerando a relevância do método para a compreensão das flutuações dos comportamentos e dos sentimentos diários dos trabalhadores, e seus efeitos no ambiente laboral, a partir de uma análise ecológica do contexto.

Referências

Alaszewski, A. (2006). *Using diaries for social research.* SAGE Publications Ltd. https://doi.org/10.4135/9780857020215

Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics, 11*(4), 959–975. https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007

Aria, M., Misuraca, M., & Spano, M. (2020). Mapping the evolution of social research and data science on 30 years of *Social Indicators Research. Social Indicators Research, 149*(3), 803–831. https://doi.org/10.1007/s11205-020-02281-3

Bakker, A. B. (2014). Daily fluctuations in work engagement: An overview and current directions. *European Psychologist.* Advance online publication. https://doi.org/10.1027/1016-9040/a000160

Bakker, A. B., & Bal, P. M. (2010). Weekly work engagement and performance: A study among starting teachers. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 83*(1), 189–206. https://doi.org/10.1348/096317909X402596

Bakker, A. B., & Daniels, K. (2013). A day in the life of a happy worker: Introduction. In A. B. Bakker & K. Daniels (Eds.), *A day in the life of a happy worker* (pp. 1–7). Psychology Press. https://doi.org/10.4324/9780203078990

Bakker, A. B., & Demerouti, E. (2018). Multiple levels in job demands–resources theory: Implications for employee well-being and performance. In E. Diener, S. Oishi, & L. Tay (Eds.), *Handbook of well-being*. DEF Publishers.

Bakker, A. B., Demerouti, E., & Sanz-Vergel, A. I. (2014). Burnout and work engagement: The JD–R approach. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 1,* 389–411. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-031413-091235

Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia, 15*(3), 281–289. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300008

Binnewies, C., & Sonnentag, S. (2013). The application of diary methods to examine workers' daily recovery during off-job time. In A. B. Bakker & K. Daniels (Eds.), *A day in the life of a happy worker* (pp. 72–84). Psychology Press.

Blondel, V. D., Guillaume, J. L., Lambiotte, R., & Lefebvre, E. (2008). Fast unfolding of communities in large networks. *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment, 2008*(10), P10008. https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/P10008

Bolger, N., Davis, A., & Rafaeli, E. (2003). Diary methods: Capturing life as it is lived. *Annual Review of Psychology, 54,* 579–616. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145030

Chinelato, R. S. C., Ferreira, M. C., & Valentini, F. (2019). Engagement en el trabajo: Un estudio de los cambios diarios. *Ciencias Psicológicas, 13*(1), 45–56. https://doi.org/10.22235/cp.v13i1.1805

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.* Artmed.

Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2018). *Designing and conducting mixed methods research* (3rd ed.). Sage Publications.

Czerwinski, M., Horvitz, E., & Wilhite, S. (2004). A diary study of task switching and interruptions. In *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems* (pp. 175–182). Association for Computing Machinery. https://doi.org/10.1145/985692.985715

Dimotakis, N., & Ilies, R. (2013). Experience-sampling and event-sampling research. In A. B. Bakker & K. Daniels (Eds.), *A day in the life of a happy worker* (pp. 85–99). Psychology Press.

Egghe, L. (2006). Theory and practise of the g-index. *Scientometrics, 69*(1), 131–152. https://doi.org/10.1007/s11192-006-0144-7

Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog.* Sage.

Hertel, G., & Stamov-Roßnagel, C. (2013). Reconstruction methods: Using episodic memory traces to capture experiences at work efficiently. In A. B. Bakker & K. Daniels (Eds.), *A day in the life of a happy worker* (pp. 100–113). Psychology Press.

Horstmann, K. T. (2021). Experience sampling and daily diary studies: Basic concepts, designs, and challenges. In J. F. Rauthmann (Ed.), *The handbook of personality dynamics and processes* (pp. 791–814). Academic Press.

Hox, J. J., Moerbeek, M., & Schoot, R. (2017). *Multilevel analysis: Techniques and applications* (3rd ed.). Routledge.

Hyers, L. (2018). *Diary methods: Understanding qualitative research.* Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oso/9780190256692.001.0001

Iida, M., Shrout, P. E., Laurenceau, J. P., & Bolger, N. (2012). Using diary methods in psychological research. In H. Cooper (Ed.), *APA handbook of research methods in psychology* (Vol. 1, pp. 277–305). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/13619-016

Janssens, K. A. M., Bos, E. H., Rosmalen, J. G. M., Wichers, M. C., & Riese, H. (2018). A qualitative approach to guide choices for designing a diary study. *BMC Medical Research Methodology, 18*(1), 1–12. https://doi.org/10.1186/s12874-018-0579-6

Jarrahi, M. H., Goay, C., Zirker, S., & Zhang, Y. (2021). Using digital diaries as a research method for capturing practices *in situ*. In G. Symon, K. Prichard, & C. Hine (Eds.), *Research methods for digital work and organization: Investigating distributed, multi-modal, and mobile work.* Oxford University Press.

Nezlek, J. (2020). Diary studies in social and personality psychology: An introduction with some recommendations and suggestions. *Social Psychological Bulletin, 15*(2), 1–19. https://doi.org/10.32872/spb.2679

Oerlemans, W. G., & Bakker, A. B. (2014). Burnout and daily recovery: A day reconstruction study. *Journal of Occupational Health Psychology, 19*(3), 303–314. https://doi.org/10.1037/a0036904

Ohly, S., Sonnentag, S., Niessen, C., & Zapf, D. (2010). Diary studies in organizational research: An introduction and some practical recommendations. *Journal of Personnel Psychology, 9*(2), 79–93. https://doi.org/10.1027/1866-5888/a000009

Patterson, A. (2005). Processes, relationships, settings, products and consumers: The case for qualitative diary research. *Qualitative Market Research: An International Journal, 8*(2), 142–156. https://doi.org/10.1108/13522750510592427

Schaufeli, W. B., & Taris, T. W. (2014). A critical review of the job demands–resources model: Implications for improving work and health. In G. Bauer & O. Hämmig (Eds.), *Bridging occupational, organizational and public health* (pp. 43–68). Springer.

Schaufeli, W. B., Salanova, M., González-Romá, V., & Bakker, A. B. (2002). The measurement of engagement and burnout: A two sample confirmatory factor analytic approach. *Journal of Happiness Studies, 3*(1), 71–92. https://doi.org/10.1023/A:1015630930326

Schaufeli, W. B., & De Witte, H. (2017). Work engagement in contrast to burnout: Real and redundant! *Burnout Research, 5,* 58–60. https://doi.org/10.1016/j.burn.2017.06.002

Sonnentag, S. (2003). Recovery, work engagement, and proactive behaviour: A new look at the interface between nonwork and work. *Journal of Applied Psychology, 88*(3), 518–528. https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.3.518

Sonnentag, S., Dormann, C., & Demerouti, E. (2010). Not all days are created equal: The concept of state work engagement. In A. B. Bakker & M. P. Leiter (Eds.), *Work engagement: A handbook of essential theory and research* (pp. 25–38). Psychology Press.

Totterdell, P., Holman, D., & Niven, K. (2013). Research agenda. In A. B. Bakker & K. Daniels (Eds.), *A day in the life of a happy worker* (pp. 150–169). Psychology Press.

Capítulo 14

Entrevista e grupo focal

Tatiane Alves de Melo
Natasha Fogaça
Gisela Demo
Karla Veloso Coura

A vida vivida, experienciada cotidianamente, é uma realidade conversacional, pois conversar é um modo que fundamenta as relações humanas. Por meio da conversa, produz-se sentido de si, de ser sujeito (Brinkmann, 2018), de ser humanidade (Mulhall, 2007). As teias de interlocução (Taylor, 1989) facultam à entrevista um lugar central na construção de conhecimento conversacional (Brinkmann, 2018), oportunizando a interpretação da vida (Ricoeur, 1991), das pessoas, dos contextos, dos fenômenos (Brinkmann, 2018; MacIntyre, 1985) que, dialogicamente, atribuem significado, utilizam discursos e narrativas, e produzem interação humana (Brinkmann, 2018; Shotter, 1993).

Nessa perspectiva, o uso de entrevistas alcança diferentes temáticas e áreas de estudos, refletindo o contexto sócio-histórico (Brinkmann, 2018) no qual as pesquisas empíricas são realizadas. Cabe ressaltar que a entrevista é uma técnica de coleta de dados qualitativa

(Gubrium, Holstein, Marvasti, & McKinney, 2012) que, a princípio, foi utilizada nas pesquisas em Comunicação, Educação, Psicologia, Serviço Social e Sociologia (Platt, 2012) e, atualmente, é consolidada em diversos estudos das ciências da saúde, ciências humanas e sociais (Brinkmann, 2018; Kvale, 2007).

Outrossim, a entrevista não deve ser vista como trocas neutras entre entrevistador (a) e entrevistado (a), nem tão pouco uma mera descrição de perguntas e respostas, ou seja, trata-se de uma prática social que é constituída historicamente, valorizando os desafios da subjetividade humana (Alldred & Gillies, 2002; Brinkmann, 2018; Tracy, 2020).

Outra técnica de coleta de dados, legitimada dentro da tradição da pesquisa qualitativa, é o grupo focal. A técnica foi originalmente desenvolvida no campo da pesquisa de mercado, a partir da década de 1950, e em pesquisas de opinião política, mas tornou-se frequentemente aplicada nas ciências (Denzin & Ryan, 2007; Ryan, Gandha, Culbertson, & Carlson, 2014). O interesse pela técnica nas ciências sociais foi impulsionado na década de 1980, em decorrência do aumento da utilização de métodos qualitativos (Bloor, Frankland, Thomas, & Robson, 2001; Morgan, 2010; Ryan *et al.*, 2014).

Assim, os grupos focais ganharam força e popularidade nos estudos organizacionais, sendo utilizados para examinar os significados das experiências dos participantes e entender a diversidade nas organizações. A lógica por trás do uso de grupos focais é que o conhecimento é criado através das diversas experiências, formas de conhecimento e interação não neutra entre o moderador e os participantes. Destarte, os grupos focais propiciam uma maior variedade de comunicação e, portanto, diferentes conteúdos (Morgan, 2010; Ryan *et al.*, 2014). Ainda na esfera das ciências sociais aplicadas, onde se situa a psicologia e o comportamento organizacional, os grupos focais, como ferramenta de pesquisa, são utilizados no desenvolvimento de questionários, para coletar informações básicas sobre um tema, para produzir descrições ricas e apresentar perspectivas de grupos específicos (Baur, Van Eltergen, Nierse, & Abma, 2010; Carvalho & White, 2004; Ryan *et al.*, 2014).

Torna-se, então, consenso entre os estudiosos que tanto a entrevista, quanto o grupo focal são técnicas de coleta de dados que, a partir da compreensão de uma realidade particular no processo de pesquisar, provocam autorreflexão nos participantes e pressupõem compromisso com a transformação social. Inclusive, podem ser usadas conjuntamente, em uma estratégia de triangulação, para prover maior validade e confiabilidade às pesquisas qualitativas (Santos *et al.*, 2020).

Este capítulo apresenta como objetivo discutir estas duas técnicas de coleta de dados, entrevista e grupo focal, bem como suas aplicações práticas em pesquisas na área de psicologia organizacional e do trabalho. Para consecução desse objetivo, na sequência são abordados os conceitos e exemplos de pesquisas qualitativas e quantitativas que já foram aplicadas utilizando cada uma das técnicas.

Entrevista

Ao se considerar o uso da comunicação e linguagem via conversação, pode-se afirmar que a entrevista é tão ancestral quanto a humanidade (Bogardus, 1924; Brinkmann, 2018). Etimologicamente, o termo entrevista deriva dos radicais latinos "inter" e "videre", que se traduz na expressão "entre os olhares" ou "ver-se mutuamente" (Behar, Jorge, & Jorge, 2022). A entrevista considera as contribuições do construtivismo social (Behar *et al.*, 2022; Silva & Bertolucci, 2020), permitindo a construção do conhecimento a partir da interação entre sujeitos e contextos aos quais estão inseridos, valorizando o ser sujeito-social-histórico (Silva & Bertolucci, 2020).

Historicamente, cabe destacar a utilização de entrevistas por: (a) Tucídides e Sócrates na Grécia antiga (Brinkmann, 2018); (b) Horace Greely, editor do *New York Herald Tribune,* que entrevistou o representante da Igreja Mórmon, em publicação datada em 1859 (Brinkmann, 2018); (c) Charles Booth, em 1886, que, supostamente, foi pioneiro nas ciências sociais, ao estudar as condições sociais dos habitantes de Londres (Brinkmann, 2018; Fontana & Frey, 2005), seguido por W. E. B. DuBois, que, na virada para o século XIX, se dedicou aos estudos sobre pessoas negras da Filadélfia (Brinkmann, 2018); (d) Sigmund Freud,

nas ciências humanas, com o advento da psicanálise, por volta de 1900 (Brinkmann, 2018; Freud, 1963; Kvale, 2003); (e) Jean Piaget, pesquisador sobre a teoria do desenvolvimento infantil, que entrevistava crianças (incluindo suas filhas) (Brinkmann, 2018; Piaget, 1930); (f) na década de 1920, Elton Mayo (1933), inspirado por Piaget, foi responsável por uma pesquisa realizada na fábrica *Western Electric Company*, em Hawthorne, Chicago (Brinkmann, 2018; Lee, 2011), assinalando um dos maiores estudos que utilizou entrevista. Foram 21.000 trabalhadores entrevistados, com duração média de mais de uma hora para cada participante (Brinkmann, 2018; Roethlisberger & Dickson, 1939), fortalecendo, especialmente a área de Psicologia Organizacional e do Trabalho; (g) já na metade do século XX, evidenciam-se os estudos de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950), sobre personalidade autoritária; Kinsey, Pomeroy e Martin (1948) que investigaram comportamentos sexuais; e Dichter (1960), que se preocupou com a motivação e escolha do consumidor.

Na realização da pesquisa científica, a entrevista é uma forma de interação social, utilizada como fonte de coleta de dados que valoriza as relações humanas, a partir do uso da palavra, signo e símbolo, produzindo sentido à realidade vivida pelos atores sociais (Flick, 2009; Jovechlovitch & Bauer, 2002). Ao dar voz ao entrevistado e possibilitar a interação entre participante e pesquisador (a), criando uma relação subjetiva ou intersubjetiva, a entrevista oportuniza a compreensão da perspectiva do outro, do participante, do entrevistado, do sujeito (Fraser & Gondim, 2004).

Caracterizada por perguntas (Tracy, 2020), a entrevista é uma técnica de coletar dados, fundamental para a investigação social (Gil, 2019), sendo de ampla utilização (Fraser & Gondim, 2004), devendo ser escolhida a partir dos pressupostos que orientam os pesquisadores, considerando as opções teórico-metodológicas, bem como os desafios metodológicos e epistemológicos para a realização da pesquisa (Zanelli, 2002).

As entrevistas podem ser classificadas em *estruturadas*, *semiestruturadas* ou *não estruturadas* (Tracy, 2020). As *entrevistas estruturadas* usualmente adotam um roteiro que respeita a ordem e redação

das perguntas listadas, representadas por opções limitadas de resposta, por exemplo, “Sempre”, “Às vezes” “Nunca”, “Prefiro não opinar” (Tracy, 2020), nas quais o pesquisador fixa um conjunto de questões e a ordem para a realização delas (Breakwell, 2010).

Já as *entrevistas semiestruturadas* são as mais adotadas nas ciências sociais e humanas e objetivam descrever o mundo a partir das opiniões dos participantes, interpretando os significados das vivências e fenômenos experenciados (Brinkmann & Kvale, 2015). O entrevistador estabelece uma conversa impulsionada por tópicos ou questões que guiam a entrevista, estimulando a interação e adicionando perguntas, quando necessário (Tracy, 2020).

Outrossim, as entrevistas semiestruturadas contemplam uma forma de conversação que valoriza a interação linguística, bem como o efeito da presença e situações durante o processo de entrevistar, considerando a criação de significados para ações, contexto e conversa, envolvendo entrevistador e entrevistado (Oliveira, Martins, & Vasconcelos, 2012). Nesse sentido, entrevistas semiestruturadas proporcionam a abertura para o entrevistado participar do processo de pesquisa da forma que lhe parecer mais confortável ao se expressar (Zanelli, 2002), preocupando-se em compreender uma realidade particular, assumindo compromisso com a transformação social e provocando autorreflexão nos participantes (Fraser & Gondim, 2004).

Por seu turno, as entrevistas *não estruturadas* são realizadas a partir de questões não pré-fixadas, sendo que o entrevistador explora a temática com flexibilidade (Breakwell, 2010), como por exemplo, a entrevista de história de vida, que pode ser realizada apenas com uma pergunta: você poderia me contar a sua história de vida? (Brinkmann, 2018). Todavia, Brinkmann (2018) argumenta que as entrevistas podem ser *relativamente estruturadas*, *semiestruturadas* e *relativamente não estruturadas*; ratificando as contribuições de Parker (2005) sobre os enunciados que atravessam a estrutura predeterminada ou enquadram normas de interação e conversação específicas. Ademais, cada um desses modelos pode apresentar vantagens e desvantagens que estão sintetizadas na tabela 1.

Tabela 1. Vantagens e desvantagens dos tipos de entrevistas

Tipo	Vantagens	Desvantagens
ESTRUTURADA	Compara dados em um estudo que requer grande amostra (Breakwell, 2010; Tracy, 2020).	Falta de flexibilidade e profundidade (Tracy, 2020).
	Pode contar com a colaboração de assistentes de pesquisa ou empresas especializadas em coleta de dados (Brinkmann, 2018; Tracy, 2020).	Não valorizam as pistas emocionais, comunicação não verbal (hesitações, flutuações no tom vocal) (Tracy, 2020).
	Adoção de formas padronizadas de fazer perguntas, para comparar e verificar a consistência das respostas, que podem ser quantificadas (Breakwell, 2010; Brinkmann, 2018; Tracy, 2020).	Dificuldades para produzir conhecimento inerentes à conversação (Brinkmann, 2018; Tracy, 2020).
	Realização de uma análise conceitual mais estruturada (Tracy, 2020).	Em função da restrita interação (que pode proporcionar descobertas imprevistas) (Breakwell, 2010), inviabiliza-se a captação de enunciados importantes para o objeto de pesquisa (Brinkmann, 2018; Parker, 2005).
SEMIESTRUTURADA	Ter a oportunidade do contato interpessoal, conversação e flexibilidade (Brinkmann, 2018; Tracy, 2020) na condução das perguntas (inserção ou exclusão de questões) (Oliveira *et al*., 2012).	Complexidade das conversas (Brinkmann & Kvale, 2015; Tracy, 2020).
	Potencial produção de conhecimento via diálogo, interação e presencialidade (Brinkmann, 2018; Brinkmann & Kvale, 2015).	
	Entrevistador (a) pode decidir quais são as questões que mais precisam de foco, em função do andamento da conversa e objetivos da pesquisa (Brinkmann, 2018; Brinkmann & Kvale, 2015); redefinindo o roteiro (Fraser & Gondim, 2004; Oliveira *et al*., 2012).	
	Por não se limitar às questões roteirizadas, pode possibilitar compreensões emergentes provocadas pelo (a) entrevistado (a), por meio de reações emocionais ou conteúdo significativos (Tracy, 2020).	
	Ancorada na transformação social, promove a autorreflexão e ação emancipatória (Fraser & Gondim, 2004), fruto da interação entrevistado (a) – entrevistador (a).	

Tipo	Vantagens	Desvantagens
NÃO ESTRUTURADA	Entrevistador (a) é guiado por apenas tópicos mais importantes que orientam o diálogo informal (Tracy, 2020).	Em função da relevância individual, a comparação entre respondentes é sacrificada (Breakwell, 2010).
	Entrevistado (a) é livre para contar as histórias vividas (Breakwell, 2010).	Pode exigir improviso por parte do (a) entrevistado (a), resultando em dificuldades (Tracy, 2020).
	Participante pode ter momentos de reflexão e elaboração de suas perspectivas, resultante da conversação flexível (Brinkmann, 2018).	Por se tratar de conversas mais detalhadas, obtém-se um volume grande de material para análise, em função da interação mais demorada (Breakwell, 2010).

Nota: elaborada pelas autoras.

Segundo Tracy (2020), diferentes tipos de entrevistas são adotados em função do posicionamento epistemológico do (a) pesquisador (a), dos objetivos da pesquisa, da estrutura da entrevista (estruturada, semiestruturada e não estruturada) e, principalmente, dos participantes.

No que se refere aos meios de operacionalização, destacam-se as entrevistas realizadas no formato de interação *face a face*, pelo telefone ou pela *internet* (Breakwell, 2010; Gray, Wong-Wylie, Rempel, & Cook, 2020; Tracy, 2020). Nomeada pelo sociólogo Charles Horton Cooley, no início do século XX (Briggs, 2007), as entrevistas *face a face* (cara a cara) ou presenciais são as mais tradicionais (Gil, 2019); no entanto, não existe um meio de operacionalização mais correto que outro, pois, tal decisão dependerá do posicionamento metodológico da pesquisa (Brinkmann, 2018).

Importante sublinhar que a realização de entrevistas individuais se torna vantajosa ao oportunizar conhecimento em profundidade e, por meio dos significados construídos pelo participante no processo de interação diádica com o entrevistador, favorece maior proximidade por parte do pesquisador (Fraser & Gondim, 2004).

A escolha da entrevista como técnica de coleta de dados implica na condução do processo de entrevistar, valorizando, por exemplo, instrumentos (roteiro e questionário), técnicas de registro e aspectos

éticos de pesquisa. Segundo Zanelli (2002), o roteiro de entrevista é um planejamento da trajetória e, em determinados momentos, pode ser revisto, especialmente na condução de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas. As técnicas de registro mais utilizadas são: (i) anotações durante ou posteriormente a entrevista, (ii) gravação do áudio e (iii) gravação audiovisual da conversação. Cabe sublinhar que a aplicação da técnica de registro deve ser realizada mediante autorização do entrevistado por questões éticas (Breakwell, 2010).

Brinkmann (2013) recomenda que a transcrição das entrevistas gravadas seja efetuada logo após o término das conversas, que não ultrapasse muitos dias, e que de preferência o próprio entrevistador a transcreva, garantido o registro das mensagens não verbais e elementos do contexto. Ademais, cabe ao entrevistador observar e respeitar os momentos de silêncio e pausas, pois, além de ser a postura ética esperada, é também uma oportunidade de (auto) reflexão, especialmente para o entrevistado (Tracy, 2020).

No que concerne à confiabilidade e validade dos dados obtidos por meio da entrevista, não existe evidência de que tais dados sejam menos confiáveis ou válidos do que outras técnicas, ratificando a importância da aptidão e disposição do entrevistado, a partir de entrevistas que valorizem as questões propostas (Breakwell, 2010). Dessa maneira, o número de entrevistas deve estar alinhado aos objetivos de pesquisa (Fraser & Gondim, 2004), bem como ao arcabouço teórico-metodológico adotado no estudo; no entanto, é comum utilizar a saturação dos dados, ou seja, quando ocorre uma repetição de informações e nada de novo é acrescentado (Tracy, 2020).

Considerando a proposta de escrita a partir do uso de entrevista como técnica de coleta de dados, optou-se pela exemplificação de uma entrevista *não estruturada* (Breakwell, 2010) ou *relativamente não estruturada* (Brinkmann, 2018; Parker, 2005). A partir do estilo de entrevista narrativa, a história de vida ou entrevista biográfica foi realizada na elaboração de dissertação da primeira autora deste capítulo (Melo, 2016).

O objetivo geral da pesquisa foi "analisar a atuação da socioeducação como dispositivo de inclusão e exclusão na criminalidade, a partir

das histórias de vida de um ex-interno do Sistema Socioeducativo da Região Sudeste do Brasil" (Melo, 2016); e tal experiência será apresentada nesta seção. Ulteriormente, dois artigos científicos foram produzidos a partir da dissertação, apresentados em congressos e publicados em revista científica, a saber: (1) a socioeducação como dispositivo de poder disciplinar: histórias vividas (Melo & Souza, 2019); (2) as facetas do labor: histórias vividas (Melo & Souza, 2020). As próximas subseções farão referência à pesquisa da mencionada dissertação de mestrado.

O caminho da técnica qualitativa possibilita a estratégia de investigação narrativa, isto é, permite o estudo da vida das pessoas e requer a escuta das histórias de vida com entrevistas *relativamente não estruturadas*. Os métodos biográficos e, em especial as histórias de vida, têm sido utilizados em diferentes campos do conhecimento. O núcleo central da abordagem biográfica é a dimensão do contar, narrar as histórias e conduzir ao aprendizado do vivido social. Assim, observa-se o sujeito em suas práticas e a maneira que ele negocia as condições sociais que lhe são próprias, que constroem seu mundo, e simultaneamente é construído por ele.

A entrevista *face a face* (presencial) foi o meio de operacionalização adotado no estudo, sendo que esse, foi realizado no período de junho/2015 a setembro/2015. Além disso, a pesquisadora mobilizou sua rede de contatos profissionais que atuavam na área socioeducativa, elaborou uma lista de potenciais participantes, efetuou telefonemas e visitou residências dos familiares de ex-internos do Sistema Socioeducativo da Região Sudeste do Brasil.

Quanto ao enfoque de análise do estudo, caracterizou-se por um sujeito[1] do gênero masculino, ex-interno do Sistema Socioeducativo e egresso do Sistema Prisional da Região Sudeste do Brasil. A partir da rede profissional da pesquisadora, Felipe recebeu o convite para participar do estudo, demonstrando interesse e disponibilidade. O *lócus* da pesquisa dividiu-se principalmente entre as residências de

[1] Será apresentado no texto com o nome fictício "Felipe" (segundo sujeito de pesquisa).

Felipe e de seu tio, e a sala de uma Universidade Federal localizada na Região Sudeste do Brasil. Para a etapa de produção de dados, a pesquisadora adotou um roteiro como instrumento de pesquisa, orientada por apenas tópicos que iniciaria o diálogo informal, apoiando-se na flexibilidade da entrevista não estruturada e considerando a pergunta básica: "você poderia me contar a sua história de vida?" ou "me conte sua história de vida".

A utilização de nomes fictícios para os entrevistados e pessoas citadas durante as narrativas garantiram o sigilo em relação à identidade dos participantes; sobretudo, na utilização da entrevista como técnica de coleta de dados, assegurar o anonimato é uma prática adotada por pesquisadores (Oliveira *et al.*, 2012), que assumem a responsabilidade ética a partir do que ouviram, viram, compreenderam e interpretaram durante a conversação, conforme recomendações dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Conte-me sua história

Por meio de seus contatos no campo, a pesquisadora realizou seis visitas domiciliares. Entre ruas, sol quente, sorrisos tímidos, olhares curiosos e desconfiados, morros, pedidos de informações e respostas vagas, foi obtido o contato telefônico da mãe de um jovem que seria um potencial sujeito para a pesquisa (Felipe). Após conversa telefônica com esta mãe, foi possível obter informações e conversar com Felipe. Com a realização de visitas e conversas, ainda no mês de julho/2015, a pesquisadora conseguiu agendar o primeiro encontro com o jovem. Nessa época, ele estava desempregado e realizava um serviço temporário de ajudante de pintor/pedreiro na casa de um tio. Desse modo, o combinado era gravar as histórias após o horário de trabalho, ou seja, a partir das dezesseis horas.

O primeiro encontro foi gravado na casa do tio de Felipe, que se preocupou em providenciar lanche e espaço para a realização da conversa. Após a explicação do objetivo e método da pesquisa, Felipe aceitou o convite para participar, assinando o termo de consentimento

livre e esclarecido (TCLE). Na sequência, ele foi convidado a falar sobre sua vida: Conte-me sua história! Ele ficou muito tranquilo para falar e não se intimidou com o gravador. No decorrer da conversa, foi solicitado ao participante que abordasse temáticas, como por exemplo: histórias da infância, família, adolescência, escola, trabalho, socioeducação. Fizemos uma pausa para tomar café, vivenciando um momento de descontração e escuta/fala de outras histórias.

Foi possível realizar quinze encontros, sendo que em doze desses, a pesquisadora utilizou a técnica de registro gravação em áudio. Desses doze encontros gravados, oito foram realizados na casa do tio de Felipe, após o horário de trabalho, com intervalos para café e interação. A partir do segundo encontro, a pesquisadora criou a rotina de passar na padaria que ficava no início do morro e, antes de subir a escadaria, comprava pães e bolos para o momento de lanche. Assim, a cada encontro, construía-se uma dinâmica de abordar os assuntos e pontos que orientavam as discussões seguintes.

Adicionalmente, outros três encontros foram realizados na casa de Felipe, quando a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer a esposa e o enteado dele; e um encontro aconteceu na Universidade, esse último, a pedido do jovem. Importante salientar que, após passar pelo corredor do prédio e entrar na sala de estudos/grupo de pesquisa na Universidade, ele indagou: *"Ué, cês ficam aqui com esse monte de grade? Parece cadeia, né? Cês ficam preso aqui o dia todo? Esse negócio aqui, esse corredor, é igual lá da cadeia, essas portas assim ó... cê tira uma foto minha aqui?".*

Após o término dos encontros e conversas, a pesquisadora deu início às transcrições das gravações, elaborando um arquivo com 240 páginas de histórias recolhidas. Importante destacar que a pesquisadora fez questão de transcrever as gravações em áudio, segundo a segundo, valorizando os elementos contextuais (Brinkmann, 2013) com fidelidade à conversação (Zanelli, 2002). Ademais, a pesquisadora utilizou o gravador para registrar percepções e mensagens não verbais ao final de cada dia de encontro com Felipe. As histórias vividas por ele foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, criando categorias a *posteriori* (Bardin, 2016).

Em vista disso, os resultados do estudo evidenciaram que a socioeducação é um dispositivo que atua por meio de práticas discursivas em diferentes contextos da sociedade (Melo, 2016; Melo & Souza, 2019). Além disso, o dispositivo trabalho (no âmbito da socioeducação) paradoxalmente opera incluindo e excluindo o sujeito na criminalidade, ora na vida de trabalhador com boa conduta, ora trabalhador-traficante, por meio da prática de atividades ilícitas (Melo, 2016; Melo & Souza, 2020).

Por um lado, o estudo aponta que a inclusão laboral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não pode ser vista como poção mágica para uma efetiva exclusão de sujeitos considerados (ex) criminosos. Afinal, as histórias vividas por eles são atravessadas pela ineficiência do Estado e por diversos outros processos de exclusões, sejam, sociais, laborais, culturais, econômicas e outras (Melo, 2016; Melo & Souza, 2020). Por outro lado, a inclusão no mundo do trabalho (práticas lícitas ou ilícitas) desvela atividades laborais imersas na produção de sentidos que marcam a forma como Felipe alcança a sociabilidade, a realização pessoal e o reconhecimento por parte da sociedade (Melo, 2016; Melo & Souza, 2020).

Nessa perspectiva, as áreas de estudos organizacionais, psicologia organizacional do trabalho e/ou em outras ciências sociais podem vislumbrar estudos futuros que considerem a entrevista como técnica de coleta de dados e explore temáticas como: (a) espaços privativos de liberdade, a partir da atuação dos trabalhadores e das políticas de segurança pública; e (b) investigação de outros dispositivos de poder, como educação, gênero, classe social, sexualidade, raça, nacionalidade, trabalho, a partir de outras histórias de vida.

Agora, pedimos licença para contar uma história. Eventualmente, tal narrativa responda a possível indagação: como ficou a vida do jovem Felipe após a entrevista? Tudo começou durante os encontros gravados e momentos de cafezinho, quando ele relatava as dificuldades que passava para conseguir um trabalho de carteira assinada. Quando já se aproximavam do décimo encontro, conversaram sobre a possibilidade de elaborar um currículo e distribuir na região que Felipe morava.

Considerando a experiência e o interesse do jovem, a pesquisadora propôs acompanhá-lo na entrega de currículos durante três dias. Entre conversas, risadas, entregas de currículo, entrevistas inesperadas, apertos de mão, a escuta repetida de frases como "*no momento não estamos precisando*" ou "*pode deixar comigo que eu entrego*", ao final do segundo dia da busca pelo trabalho formal, a pesquisadora decidiu pedir emprego num estabelecimento próximo à residência dele.

Era noite, final de turno e o estabelecimento já estava encerrando o atendimento aos últimos clientes que aguardavam na fila. Meia porta fechada, Felipe ficou com "*vergonha de entrar*", a pesquisadora insistiu, e perguntou pelo gerente do comércio. Durante a espera, Felipe comentou *"então, já tinha pensado de trabalhar aqui, mais, eles não vão me querer não, não sou profissional, e se puxar minha ficha, já viu né?"* [essa frase foi anotada pela pesquisadora no guardanapo, enquanto o gerente não chegava].

Para a surpresa de Felipe, o dono da padaria estava sentado numa mesinha ao fundo, e a pesquisadora foi perguntar sobre "vagas em aberto". Minutos depois, conversamos com o gerente e explicamos que Felipe tinha experiência, cursos, filho pequeno e morava no morro próximo ao estabelecimento. Ao fim do dia e com mais uma promessa de telefonema quando surgisse vaga, Felipe subiu o morro e a pesquisadora voltou para casa. Quatro dias após a entrega dos currículos, o gerente do estabelecimento entrou em contato e agendou um teste para ele. No dia seguinte, o jovem começou a trabalhar, entregou os documentos pessoais, recebeu uniforme e ligou para agradecer.

As experiências que o "ir a campo" proporcionam para a pesquisa são tão valiosas quanto os anseios que o "mesmo campo" (retro) alimentam no decorrer dos estudos. Logo, não podemos deixar de citar: as crianças que brincam na rua e ajudam com informações; um bom dia, boa tarde, boa noite que sinalizam a subida e descida no morro; o cafezinho que fortalece um bate papo descontraído; os sons de tiros ao entardecer; as sirenes dos carros policiais; os avisos para não subir as escadas; os diferentes motivos dos "encontros não realizados", alguns até desmarcados pelo sujeito, outros simplesmente

não aconteceram porque ele não apareceu e não conseguiu atender as chamadas telefônicas; a espera na chuva por mais de quatro horas e a subida no morro que num certo dia foram em vão; um nó que dá na garganta, um friozinho na barriga ao pensar que o sujeito pode desistir, pode simplesmente desaparecer e a pesquisadora ter que começar tudo outra vez.

A imersão no campo de pesquisa é uma oportunidade incrível para aprender sobre si mesmo, sobre a temática escolhida, sobre o método, sobre o que ainda não foi revelado. A arte de "entrevistar" revela-se a cada interação e conversação, seja por meio das palavras ditas ou não ditas, trechos escritos, pelo silêncio, pausas, respiração profunda, sorriso, choro, olhares sinceros, aperto de mão, observações, percepções, *insights* e acolhida.

Grupo focal

Os métodos de coleta de dados em grupo, em especial os que envolvem interação, como os grupos focais, trazem em seu bojo as premissas do construtivismo social. Segundo essa perspectiva, as opiniões são fruto de um conhecimento socialmente compartilhado, oriundo da participação social (Ryan *et al.*, 2014). Isso significa dizer que os grupos focais possibilitam aos participantes se envolverem na construção de um ponto de vista coletivo, que emerge da discussão de ideias do grupo (Bradbury-Jones, Sambrook, & Irvine, 2009; Nel, Romm, & Tlale, 2015). Portanto, as ideias, opiniões, crenças, experiências e ações compartilhadas tomadas em conjunto é que dão corpo à informação gerada pelo grupo (Ryan *et al.*, 2014).

Não obstante, em se tratando do tipo de orientação para a interação do grupo focal, há ainda a perspectiva individualista da psicologia social (Belzile & Oberg, 2012; Ryan *et al.*, 2014). Sob essa ótica, as opiniões são entendidas como construtos pessoais estáveis (Eagly & Chaiken, 2007) compondo as informações coletadas em um grupo focal (Belzile & Oberg, 2012; Morgan, 2010). Isso significa dizer que a interação entre as pessoas ganha papel de destaque, sendo tarefa do moderador extrair a variedade de opiniões, crenças ou preferências

em relação ao tópico analisado. O enfoque aqui reside no estímulo dos pensamentos dos participantes a fim de se obter a interação (Morgan, 2010; Ryan *et al.*, 2014).

Na prática, os grupos focais poderão refletir as abordagens da perspectiva individualista da psicologia social e da perspectiva do construtivismo social em graus variados (Ryan *et al.*, 2014). Conforme proposto por Coelho Jr., Gondim, Borges-Andrade e Faiad (2012), comumente as evidências empíricas nos estudos em Comportamento Organizacional (CO) e Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) são originárias das percepções individuais, mas não são suficientes para a construção de uma teoria geral dos fenômenos organizacionais. Siqueira (2002) aponta, como crítica, que grande parte dos estudos em CO e POT têm sido realizados utilizando como ferramentas de análise apenas medidas de percepção dos empregados sobre as variáveis organizacionais de modo que há a necessidade de outras formas de análise das informações, para que não se permaneça apenas nas investigações individuais e situacionais que tradicionalmente vêm sendo conduzidas.

O grupo focal permite ao pesquisador explorar como os fatos são articulados, censurados, confrontados e alterados por meio da interação grupal e, ainda, como isso se relaciona à comunicação de pares e às normas grupais, bem como permite examinar as diferentes análises das pessoas em relação a um tema. Por sua natureza, o grupo focal é capaz de fornecer uma miríade de ideias e sentimentos que os indivíduos têm sobre determinados assuntos e empreende uma discussão na qual os participantes se concentram coletivamente em uma questão específica (Bradbury-Jones *et al.*, 2009; Rabiee, 2004).

De maneira objetiva, o grupo focal muitas vezes é entendido como uma entrevista ou sessão em grupo, semiestruturada, mas o que de fato distingue um grupo focal das entrevistas em grupo é a variedade de dados gerados a partir da interação entre os participantes (Bradbury-Jones *et al.*, 2009; Rabiee, 2004). No entanto, é importante destacar que, apesar da latente importância das interações dos participantes para as evidências geradas pelos grupos focais, não é comum se debruçar na discussão do caráter dessas interações (Belzile & Oberg, 2012; Ryan *et al.*, 2014).

No campo dos estudos organizacionais, o grupo focal pode ser utilizado em diversas situações de pesquisa, a saber: obter informações gerais sobre um tema de interesse; orientar e dar referencial à investigação ou à ação em novos campos; gerar hipóteses de pesquisa que podem ser submetidas a uma maior investigação e testar o uso de abordagens mais quantitativas; avaliar diferentes situações de pesquisa ou populações de estudo; desenvolver planos de entrevistas e questionários; fornecer interpretações dos resultados dos participantes a partir de estudos iniciais; gerar informações adicionais a um estudo em larga escala; estimular novas ideias e conceitos criativos; diagnosticar o potencial de problemas com um novo produto, programa, serviço e ampliar a compreensão e a avaliação a respeito de um projeto, programa ou serviço (Breen, 2006; Flick, 2009; Ryan *et al.*, 2014).

Como já visto, o grupo focal consiste em uma técnica de coleta de dados na qual o moderador busca extrair visões coletivas sobre um tópico específico (Fontana & Frey, 2005). Dessa forma, o papel da interação dos participantes, a estrutura do roteiro, o papel do moderador e a abordagem utilizada na análise de dados serão impactadas diretamente pelo objetivo da pesquisa (Ryan *et al.*, 2014). Consequentemente, os grupos focais devem ser discussões cuidadosamente planejadas com foco no tipo de evidência a ser gerada, dependendo do propósito e do contexto da avaliação, a fim de obter percepções em uma área definida de interesse (Belzile & Oberg, 2012).

Partindo da premissa de que a interação é a chave do grupo focal, depreende-se que sua singularidade, como técnica de coleta de dados, reside na sua capacidade de gerar informações a partir da sinergia do grupo. O ideal, portanto, é que os participantes selecionados sejam provenientes de uma amostra intencional de uma população específica (Bradbury-Jones *et al.*, 2009; Rabiee, 2004). Dessa feita, os grupos focais acabam por promover uma visão diferente da interação social, uma vez que seu objetivo principal consiste na compreensão e explicação dos significados, crenças e culturas que influenciam os sentimentos, atitudes e comportamentos dos indivíduos (Rabiee, 2004; Ryan *et al.*, 2014).

Nesse sentido, de acordo com Ryan *et al.* (2014), ao planejar um grupo focal, em um primeiro momento é importante pensar nas razões que justificam a realização do estudo, seus objetivos e contribuições. Em relação às informações que serão obtidas, é importante analisar que tipo de informação será produzida e quais informações são de particular importância para a pesquisa. Ainda, deve-se pensar em como essas informações serão utilizadas e quem são os interessados nelas. Nesse momento, também deve-se identificar quem serão os participantes e como localizá-los. E aspectos ligados à condução do grupo também necessitam ser avaliados, como os cuidados que devem ser tomados, se incentivos serão concedidos, qual o local escolhido para a realização da discussão, os tipos de questões que serão feitas e o perfil do moderador que fará a condução do grupo.

Um aspecto importante na preparação dos grupos focais está relacionado à quantidade e ao tamanho dos grupos. Há uma recomendação de que o grupo seja pequeno o suficiente para todos terem a oportunidade de partilhar suas percepções e grande o bastante para fornecer diversidade de percepções, assim, sugere-se que sejam constituídos por seis a dez pessoas (Breen, 2006; MacDougall & Fudge, 2001). Inclusive, alguns especialistas recomendam dividir o grupo, caso supere a quantidade de 12 pessoas. A depender do objeto estudado e do *lócus*, é recomendado convocar cerca de 20% de pessoas a mais para garantir o número mínimo. Ainda pensando no tamanho, os grupos maiores são recomendados quando o objetivo é gerar ideias, ao passo que grupos menores são indicados para aprofundar a temática de discussão. Visando à diversidade e riqueza de contribuições, sugere-se que sejam feitos de três a quatro grupos (Rabiee, 2004).

No que tange à seleção e à organização dos participantes, é imprescindível separá-los em categorias (Breen, 2006), que podem ser ligadas às características sociodemográficas ou a aspectos específicos da própria pesquisa (como comportamento de consumo ou resultado da avaliação de desempenho). Deve-se ter em mente, ainda, que a formação do grupo é intencional e pretende-se que haja, pelo menos, uma característica homogênea significativa (MacDougall & Fudge, 2001).

A fim de obter informações relevantes e que de fato contribuam para a temática, o pesquisador deve buscar os segmentos da população que estejam mais ligados ao tema (Breen, 2006; Rabiee, 2004). Alguns autores recomendam utilizar um questionário para recrutamento, visando um alinhamento dos participantes escolhidos com o tema abordado. Um aspecto que também deve ser analisado diz respeito à utilização de pessoas estranhas ou conhecidas do pesquisador. Pensando na questão do viés, recomenda-se trabalhar com pessoas estranhas, minimizando possíveis influências do pesquisador. No entanto, caso o objetivo da pesquisa seja beneficiado pela vivência anterior do pesquisador com os participantes, pode-se considerar a escolha de participantes conhecidos (Rabiee, 2004).

Um aspecto interessante do grupo focal é justamente considerar os resultados provenientes da interação dos participantes; assim, o moderador deve promover uma interação que explore os sentimentos dos participantes em alguma profundidade (Breen, 2006). O alcance de identificação dos participantes é possível quando se considera o contexto pessoal, sendo inclusive um ponto importante a ser avaliado durante a análise de suas respostas (Ryan *et al.*, 2014).

Quanto ao tempo de uma sessão, indica-se que sua duração seja entre uma e duas horas. E quanto às questões trabalhadas, existem autores sugerindo que um grupo focal típico incluirá menos do que dez perguntas, sendo que frequentemente conta com cinco ou seis questões (Breen, 2006). A fim de promover uma narrativa mais fluida, recomenda-se, ainda, que as questões sejam estruturadas, iniciando da mais geral a mais específica, procurando situar as questões de maior importância no início, e observando o momento em que a saturação teórica será atingida (Rabiee, 2004). A depender do objetivo do pesquisador, pode-se optar pela utilização de um roteiro de questões ou um guia de tópicos (Breen, 2006). Segundo o autor, outros materiais de estímulo, como imagens e vídeos, podem ser usados para a facilitação de grupos focais.

Sendo escolhido o formato presencial, um local de fácil acesso pelos participantes deve ser escolhido, bem como não deve propiciar distrações externas ou internas. A disposição dos participantes também deve ser considerada, colocando-os, se possível, na forma

de U, com o moderador na cabeceira, de frente para os participantes. Elementos de áudio e vídeo podem ser utilizados caso seja do consentimento de todos os participantes e são ferramentas que auxiliam o pesquisador na coleta das informações (Breen, 2006).

No formato *online,* é preciso se preocupar com a ferramenta que será utilizada e seus dispositivos de segurança. No que tange à segurança, é importante garantir que somente os participantes selecionados tenham acesso à discussão, sendo o uso de *logins* e senhas individuais um dos dispositivos mais utilizados (Bordini & Sperb, 2013). Destaca-se, ainda, que os grupos focais *online* podem ser síncronos ou assíncronos. Em grupos assíncronos, a interação pode ser feita em fóruns de discussão ou a partir da troca de *emails*. Por sua vez, nos grupos síncronos, os participantes são convidados para uma reunião em uma plataforma de conferência virtual, e a plataforma selecionada deve possuir recursos amigáveis para que todos os participantes tenham condições de interagir (Breen, 2006; Duarte, 2007).

A solução de videoconferência também deve ser escolhida a partir das facilidades disponíveis para o moderador e/ou pesquisador, bem como a partir de aspectos como a capacidade de armazenamento da reunião, que pode ser automaticamente gravada em arquivo produzido pelo próprio programa (Abreu, Baldanza, & Gondim, 2009; Bordini & Sperb, 2013). Deve-se observar, ainda, se todos os participantes possuem dispositivos (computadores, celulares, *tablets*) com microfones e câmeras compatíveis com o sistema e se são capazes de produzir áudio e vídeo de qualidade. Na análise dos dados, mesmo que recursos de imagem e vídeo sejam predominantes, as mensagens escritas no bate papo da plataforma (*chats*) também devem ser consideradas como parte da discussão (Bordini & Sperb, 2013; Schneider, Kerwin, Frechtling, & Vivari, 2002).

Tanto no formato presencial quanto no *online*, em alguns casos, a presença de um assistente pode auxiliar o mediador a observar e registrar todas as interações. A gestão do tempo também é importante, pois o pesquisador precisa estar atento para quando um tópico foi esgotado e quando uma discussão mais aprofundada irá produzir pouca informação nova (Ryan *et al.*, 2014).

Uma característica dos grupos focais é que o moderador do grupo tem um papel fundamental nos resultados obtidos, sendo necessário, durante o planejamento do grupo, definir qual será o grau de envolvimento desse moderador (Ryan *et al.*, 2014). O nível de envolvimento do moderador reside em sondar as percepções dos participantes, extraindo deles suas experiências e discutindo até que ponto há concordância ou discordância do grupo. Quando a ênfase consiste na pesquisa exploratória e na análise de conteúdo, recomenda-se um nível baixo de envolvimento do moderador. Em relação à condução, na abertura da sessão, deve-se apresentar o primeiro tópico, que será seguido por uma discussão não estruturada até a introdução do segundo tópico, sendo que o retorno do moderador à discussão dará a ideia de fechamento da sessão. Como pontos positivos do menor envolvimento, destaca-se a avaliação do interesse dos participantes e como aspectos negativos, tem-se a dificuldade de análise, devido ao conteúdo desorganizado (Ryan *et al.*, 2014).

Por sua vez, quando existe uma forte agenda a ser cumprida e a necessidade de comparar o pensamento de novos grupos de participantes com o obtido em sessões prévias, recomenda-se que o moderador tenha um nível de envolvimento mais alto. Nessas situações, no que tange à condução, apresenta-se o tópico inicial introdutório, e durante a discussão o moderador cria situações para a introdução de outros tópicos. Para o encerramento da sessão, cada participante faz uma declaração final (Ryan *et al.*, 2014). Esse posicionamento tem como ponto favorável a facilidade de interrupção de discussões não produtivas, bem como a garantia de que alguns tópicos desejados sejam abordados. Entretanto, como aspecto desfavorável desse alto envolvimento, há grandes chances de os resultados serem afetados pelo viés do moderador (Breen, 2006).

Feitas as devidas considerações acerca do que é grupo focal, é possível observar algumas vantagens e desvantagens em relação a técnicas de coleta de pesquisa qualitativas, o que possibilitaria inferir quando utilizá-lo (Rabiee, 2004). Nesse sentido, a tabela 2 sumariza essas informações.

Tabela 2. Vantagens e desvantagens do grupo focal em relação a outras técnicas de coleta dos dados

Vantagens	Desvantagens
Comparativamente com outros métodos qualitativos, é fácil de conduzir.	Não é baseado em ambiente natural.
Habilidade em explorar tópicos e explorar hipóteses.	Pesquisador tem menor controle sobre os dados gerados.
Oportunidade de coletar dados a partir da interação do grupo, o qual se concentra no tópico de interesse do pesquisador.	Não é possível saber se a interação em grupo reflete, ou não, o comportamento individual.
Baixo custo em relação a outros métodos.	Os dados são mais difíceis de analisar. A interação do grupo forma um ambiente social e os comentários devem ser interpretados dentro desse contexto.
Rapidez no fornecimento dos resultados.	Exige entrevistadores treinados cuidadosamente.
Permite ao pesquisador aumentar o tamanho da amostra dos estudos qualitativos.	Os grupos são difíceis de reunir.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Dessa forma, os grupos focais devem promover, além dos resultados almejados, uma experiência de aprendizado aos seus participantes (Ryan *et al.*, 2014). Tal feito é possível por meio do compartilhamento de ideias geradas com as discussões empreendidas (Rabiee, 2004). Assim, é salutar que o tópico utilizado como objeto de estudo seja relevante para os objetivos pessoais dos participantes, conferindo a riqueza de dados tão esperada pelo pesquisador (Breen, 2006).

Na sequência, serão apresentados dois exemplos de grupos focais realizados de maneira presencial com temas oriundos da Psicologia Organizacional e do Trabalho, para ilustrar como características distintivas são importantes para o *design* e a condução de grupos focais, bem como demonstrar as implicações gerenciais e práticas geradas para as organizações participantes.

Exemplo 1: "O trabalhador feliz, produtivo" na visão dos servidores públicos federais

Fogaça e Coelho Jr. (2015) empreenderam, em caráter exploratório, um grupo focal para compreender a percepção dos trabalhadores em relação à hipótese "trabalhador feliz, produtivo" e auxiliar na interpretação dos resultados de um estudo quantitativo sobre a percepção das variáveis utilizadas para operacionalizar os construtos da hipótese, quais sejam, bem-estar, satisfação, estrutura organizacional e desempenho no trabalho. Como visto anteriormente, esses propósitos estão no escopo de usos mais recorrentes da técnica de grupo focal (Breen, 2006; Flick, 2009; Ryan *et al.*, 2014).

Foi um estudo com amostra intencional realizado em uma organização do Poder Judiciário pertencente à administração pública federal. Essa organização foi escolhida devido ao seu interesse em participar da pesquisa. Devido às demandas da organização, foi possível contar com a participação da secretaria de comunicação, composta por quatro coordenações, totalizando 61 funcionários. A escolha dos participantes deu-se por sorteio feito no dia da realização do grupo focal, para evitar que os participantes preparassem respostas que julgassem adequadas e respeitando a sugestão da literatura de convocar 20% a mais de participantes para assegurar a realização do grupo focal (Rabiee, 2004).

O grupo final foi composto por sete pessoas (Breen, 2006; MacDougall & Fudge, 2001; Rabiee, 2004; Ryan *et al.*, 2014): dois gestores e cinco servidores, sendo quatro do sexo masculino e três do sexo feminino. O agrupamento de gestores e servidores foi possível graças à cultura da organização, que promove uma relação mais próxima dos gestores com as equipes, sendo definida por alguns como "familiar"; destaca-se que os servidores são incluídos em alguns processos decisórios, tendo uma participação bem atuante. A amostra, embora seja heterogênea do ponto de vista sociodemográfico, compartilha uma característica homogênea, a atuação na mesma secretaria da organização estudada, consoante com as premissas de realização do grupo focal (MacDougall & Fudge, 2001; Ryan *et al.*, 2004).

Antes de iniciar, foi pedido aos participantes que as discussões do grupo fossem gravadas, o que foi prontamente autorizado. Com base nas premissas para a realização do grupo focal, buscou-se o consenso nas respostas dos participantes, e justamente para o alcance desse objetivo, o grupo teve duração aproximada de duas horas (ver Rabiee, 2004). A coleta de dados foi feita com base em um roteiro semiestruturado, no qual foram aproveitados todos os conteúdos mencionados pelos entrevistados de maneira espontânea. O roteiro foi composto por perguntas abertas, em um total de 11 questões, elaboradas com base no referencial teórico e na hipótese "trabalhador feliz, produtivo".

Em um primeiro momento, pediu-se aos entrevistados que relatassem como definiam e compreendiam as variáveis do estudo. A partir daí, foram feitos questionamentos sobre como o grupo entende a relação entre as variáveis e de que modo eles observavam as influências — se é que elas existem — de uma variável em outra. Assim, as questões elaboradas nessa etapa foram as seguintes: 1) pensando na estrutura, que fatores colaboram para o seu desempenho no trabalho? E que fatores dificultam? 2) Que fatores da estrutura contribuem para o seu bem-estar no trabalho? E quais diminuem o seu bem-estar? 3) Na sua opinião, como tem sido seu desempenho no trabalho quando vivencia situações de bem-estar no trabalho? Melhora, diminui ou nada acontece? 4) Que fatores da estrutura contribuem para a sua satisfação no trabalho? E quais diminuem sua satisfação? 5) Na sua opinião, como tem sido seu desempenho no trabalho quando satisfeito com seu trabalho? Melhora, diminui ou nada acontece? Dessa feita, as informações obtidas com o grupo focal possibilitaram traçar um panorama sobre as relações das variáveis-objeto desse estudo considerando a perspectiva do trabalhador. Em nenhum momento, procurou-se generalizar as proposições feitas.

Segundo os participantes, a autonomia foi o aspecto da estrutura mais citado e mais defendido como promotor de bem-estar e satisfação no trabalho, e como facilitador do desempenho individual. A liberdade de criação e a rápida solução de problemas foram as razões apontadas como os benefícios decorrentes da autonomia no processo decisório.

A literatura também reforça o papel da autonomia como preditora de desempenho no trabalho (Langfred, 2005; Ozer, 2011; Stewart, 2006). Diante dessas evidências, depreende-se que a percepção dos trabalhadores se alinha com as pesquisas realizadas anteriormente.

Esse achado suscita duas questões: que razões poderiam ser atribuídas pela escolha da autonomia como fator preponderante da estrutura organizacional para ser o componente mais estudado com desempenho no trabalho? Por que outros componentes da estrutura não receberam a mesma atenção em pesquisas que analisam preditores do desempenho no trabalho? Observando os resultados desse grupo, percebe-se que outros aspectos da estrutura são, também, relevantes, como a estrutura informal.

Independentemente do conhecimento da produção existente, o fato é que o resultado obtido aponta para a relevância dos aspectos informais do desempenho do indivíduo na organização. Essa evidência abre precedentes para investigações futuras sobre o tema, e, principalmente, para o aprofundamento do estudo da relação entre a "estrutura informal" e o desempenho, contribuindo para que sejam desenvolvidas práticas para a gestão da estrutura informal de modo que contribua para o alcance dos objetivos organizacionais.

Sintetizando os achados, a evidência obtida aponta para o desenvolvimento de estudos que contribuam para o desenvolvimento de uma teoria que sustente empiricamente a relação entre satisfação no trabalho, bem-estar no trabalho, desempenho individual no trabalho e estrutura organizacional, fundamentando, dessa forma, a tão disseminada hipótese "trabalhador feliz, produtivo".

Exemplo 2: "Bem-me-quer, mal-me-quer": os antecedentes e os consequentes do bem-estar no trabalho

Dando continuidade às aplicações de grupo focal em POT, o estudo de Costa, Fogaça, Demo e Costa (2020) buscou responder às seguintes perguntas: "Quais acontecimentos precedem o bem-estar no trabalho?" e "Quais as consequências observadas quando o bem-estar

é percebido no ambiente de trabalho?". Estudar bem-estar no trabalho vai além de perceber estressores e tentar minimizá-los (Paschoal & Tamayo, 2008). Também está relacionado com a identificação de preditores e maximização de esforços para propiciar fomentadores de bem-estar no trabalho, considerando que eles promovem benefícios mútuos (para a organização e para os colaboradores). Dessa forma, Costa *et al.* (2020) tiveram como objetivo o estudo da percepção dos servidores públicos sobre os fatores antecedentes e consequentes do bem-estar no trabalho na administração pública.

Assim, o estudo contou com a participação de duas organizações do setor público. Foram realizados dois grupos, um para cada organização, ancorados em um roteiro semiestruturado, composto por três perguntas centrais elaboradas com base na literatura: "Qual a sua percepção de bem-estar e como isso se relaciona com o trabalho?", "Quais fatores relacionados ao trabalho contribuem e quais prejudicam o bem-estar?" e "Quando o bem-estar é percebido, qual o impacto disso no comportamento e no ambiente de trabalho?".

A pesquisa teve enfoque no setor público, por se tratar de um setor ligado à prestação de serviços para a sociedade. E tendo em vista a necessidade de ofertar serviços de qualidade, um ambiente que promova bem-estar para os seus trabalhadores pode contribuir substancialmente para essa prestação de serviços. Assim, foi utilizada a técnica de grupo focal com o intuito de explorar o entendimento sobre o tema, bem como avaliar as perspectivas de diferentes amostras (Breen, 2006; Flick, 2009; Ryan *et al.*, 2014).

Para tanto, os participantes das duas amostras foram escolhidos de forma intencional para assegurar que haveria servidores de distintas áreas e funções possibilitando uma heterogeneidade para garantir diversidade de percepções na interação, ao mesmo tempo que contemplou a característica homogênea necessária para a realização de um grupo focal. Outro ponto que merece ressalva é a não participação de supervisores; medida essa adotada para evitar possíveis vieses decorrentes da desejabilidade social.

O grupo focal da Organização 1 foi composto por oito participantes, sendo três pessoas do sexo feminino e cinco do sexo masculino,

todos com idade entre 18 e 34 anos. As atividades realizadas pelos componentes desse grupo estão relacionadas à análise processual de recursos quanto à violação de artigos da Constituição Federal. Por sua vez, o grupo focal da Organização 2 foi composto por seis participantes, sendo quatro pessoas do sexo feminino e duas do sexo masculino. Em relação à faixa etária, havia quatro pessoas com idade entre 18 e 34 anos e duas com idade entre 35 e 49 anos. Os integrantes desse grupo focal trabalhavam com contencioso trabalhista e prestavam atendimento preventivo ao direito do trabalho. No que diz respeito à quantidade de participantes e quantidade de grupos realizados, este estudo atende os pressupostos sugeridos pela literatura (Breen, 2006; MacDougall & Fudge, 2001; Rabiee, 2004; Ryan *et al.*, 2014).

O grupo focal da Organização 1 durou cerca de 56 minutos e o da Organização 2 teve 46 minutos de duração. A duração estava atrelada à busca do consenso das respostas dos participantes, uma condição necessária para a técnica de grupo focal, e foi decorrente de um envolvimento maior do moderador, a fim de permitir a comparação das inferências dos dois grupos (Rabiee, 2004; Ryan *et al.*, 2014). Foi solicitado ainda, em ambos os casos, que as discussões fossem gravadas, tendo o consentimento dos dois grupos.

Observou-se, durante a análise dos resultados, que os colegas de trabalho exercem um papel importante na vivência de bem-estar, o que possibilitaria interpretá-lo como um antecedente representativo de bem-estar no trabalho. Os participantes concordaram que o suporte e ajuda das pessoas com as quais eles trabalham deixam o ambiente mais agradável e leve, e declararam o receio de não encontrarem suporte (emocional e profissional), pois isso resultaria em uma carga mais pesada e tediosa. Essa inferência é possível mediante o destaque das palavras "conversar", "interagir" e "colega" para a Organização 1, e "colega", "harmonia" e "relacionar" para a Organização 2.

Foram também colocadas em questão a demanda e a chefia. Embora haja bastante demanda de trabalho, ela é bem distribuída e os colaboradores podem contar com os outros colegas de equipe para solucionar problemas eventualmente mais complexos. Apesar de, às vezes, haver picos de demanda, os participantes veem isso de forma

benéfica para o seu aprendizado. Esse aspecto foi evidente em ambas as organizações.

Todos os participantes consentiram que o bem-estar no trabalho é consequência do orgulho e prestígio que sentem por trabalharem na organização e de terem as suas capacidades exploradas pelas atividades que realizam. Em relação a metas pessoais alinhadas com o trabalho, alguns participantes, inicialmente, não notaram essa correspondência. Mas, após argumentações durante a discussão em grupo, assentiram que, ainda que suas atividades não estejam exatamente relacionadas com suas metas pessoais, fazem parte de um processo gradual para alcançar um posto de trabalho que esteja perfeitamente alinhado às suas metas. Acentuaram gostar da autonomia e da superação de desafios, concordando que esses fatores são fortes preditores de bem-estar no trabalho.

Em essência, a principal diferença observada entre as organizações é que a Organização 1 se mostrou muito mais associada à corrente filosófica eudaimônica, ao passo que a Organização 2 esteve vinculada à corrente hedônica. Isso porque, em primeiro plano, os participantes da Organização 2 sempre colocavam os companheiros como o principal preditor de bem-estar. Na Organização 1, os colegas de trabalho também aparecem como preditores de bem-estar no trabalho, contudo, no decorrer das respostas, fica clara a busca pela realização e plenitude funcional.

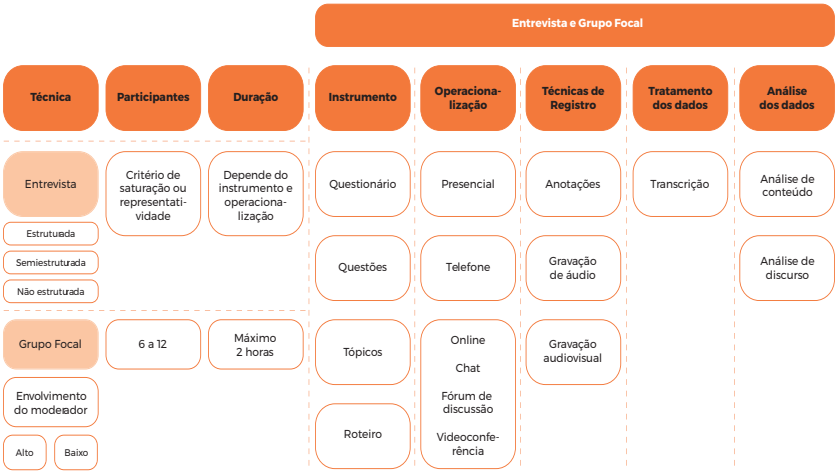
Em relação aos consequentes de bem-estar no trabalho, não houve grande diversidade de resultados. As duas organizações estão de acordo que quando o bem-estar no trabalho é percebido, a equipe de trabalho se integra melhor, despertando, também, um espírito mais colaborativo e solidário. Na mesma linha, Cameron, Bright e Caza, (2004) evidenciaram que a solidariedade de uns trabalhadores para com os outros é resultado de vivências positivas de afeto.

Síntese dos percursos metodológicos da entrevista e do grupo focal

Nas seções anteriores, foi possível observar similaridades entre as duas técnicas que são o objeto de estudo deste capítulo, bem como

as peculiaridades de cada uma. A partir daí, elaborou-se uma figura orientativa para prover aos pesquisadores um direcionamento sobre o que considerar no planejamento da coleta de dados, caso venha a aplicar uma das duas técnicas. Portanto, a figura 1 apresenta os principais pontos que devem ser considerados nesse planejamento de pesquisa, como quantos participantes, qual o tempo de duração, o tipo de instrumento a ser utilizado, como essa pesquisa será operacionalizada (por exemplo, será presencial ou *online*?), como esses dados serão registrados, tratados e analisados.

Figura 1. Percursos metodológicos da entrevista e do grupo focal



Fonte: elaborada pelas autoras.

Considerações finais

A conversação é um conjunto de fios de uma rede que entrelaça recontares, produzindo histórias, lembranças e subjetividades. Nesse sentido, a entrevista e o grupo focal desafiam pesquisadores que se propõem a sentir e ouvir o que o campo de pesquisa quer dizer. Por meio da interação humana, materializamos encontros que serão registrados, recolhidos, analisados, interpretados a partir do que somos, vimos, ouvimos e sentimos. Este capítulo debruçou-se a desvelar as

nuances, propostas e desafios de duas técnicas de coleta de dados muito utilizadas nas pesquisas em POT que têm como proposta essencial a conversação: as entrevistas e os grupos focais.

A entrevista produz interação social e valoriza as relações humanas. Ao dar voz ao entrevistado e promover a comunicação entre participante e pesquisador, a entrevista cria uma relação subjetiva ou intersubjetiva, desvelando a compreensão da perspectiva do mundo do outro, do entrevistado, do sujeito. Nesse sentido, o uso da palavra e a interação linguística concebem sentido à realidade vivida pelos atores sociais, oportunizando a apreensão das vivências, percepções, contextos e significados que são nomeados no processo dialógico de entrevistar. Outrossim, os grupos focais buscam interações sociais entre os participantes, por meio da condução de um moderador com conhecimentos teóricos e/ou técnicos, com o objetivo de guiá-los na troca de ideias, experiências, sentimentos e percepções a respeito de um determinado tema ou objeto de estudo.

A escolha da técnica de coleta de dados é um momento crítico para o desenvolvimento da pesquisa abrangendo inúmeros desafios para os pesquisadores e participantes. Primeiro, como as duas técnicas são voltadas para análise do "subjetivo", em um exercício hermenêutico constante, podem exigir dos pesquisadores uma maior experiência e reflexividade ao utilizá-las. Além disso, o cuidado com os aspectos éticos, seja na preparação, na coleta de dados, bem como nos resultados que serão apresentados da pesquisa, exige um compromisso dos pesquisadores, pois se deve respeitar os limites do que realmente foi coletado e do que será destacado nas discussões.

Na realização de *entrevistas,* o(a) pesquisador(a) deve se atentar, principalmente, para a conversação sem perder o foco, ancorando-se no objetivo de pesquisa, bem como, nos recortes epistemológico e metodológico adotados. Ademais, a elaboração do roteiro de entrevista pode contar com a avaliação de pesquisadores *experts* no tema (avaliação de juízes), contribuindo para que o roteiro não induza as respostas dos participantes, lembrando que o(a) entrevistador(a) precisa conhecer bem seu roteiro de pesquisa e, se possível, realizar pré-teste ou projeto-piloto para aperfeiçoá-lo. Além disso, o

agendamento da entrevista, a definição do local (ou uso de tecnologia de informação e comunicação) e horário também são de suma importância para a coleta, porquanto a preparação do ambiente no qual os dados serão produzidos refletirá no tratamento e na análise dos dados *per se*, por exemplo, quando ruídos de fundo provocam interferências ou a inteligibilidade das gravações de áudio e/ou vídeo dispersam a atenção das partes envolvidas na entrevista.

Na realização do *grupo focal*, o desafio chave é a interação, tendo em vista que a literatura aponta justamente a interação entre os participantes como fator distintivo dessa técnica de coleta de dados. Não obstante, é incomum observar a discussão do caráter dessas interações, o que implica na reflexão de como tratar a interação na análise dos dados de modo a se beneficiar dessa variedade de dados produzidos. Uma alternativa nesse sentido seria considerar a adoção de técnicas de registro que apreendam e respondam às particularidades dessa técnica, por exemplo: anotações da leitura entrelinhas, da comunicação não verbal e da postura dos participantes durante a realização do grupo.

Um outro desafio persistente reside no fato de a entrevista e o grupo focal serem técnicas de coleta entendidas como contra-hegemônicas, já que boa parte das publicações internacionais de impacto é sustentada em coletas de dados mais quantitativos. Nesse contexto, a estratégia de triangulação intramétodos (diferentes técnicas de coleta ou análise) e mesmo intermétodos (quali-quanti) é muito bem-vinda para prover maior validade e confiabilidade dos resultados coligidos. E na dúvida, sempre cabe a reflexão: a técnica adotada consegue efetivamente apoiar a análise de dados e está consoante com o objetivo e pressupostos epistemológicos da pesquisa?

Por fim, é consenso entre os estudiosos que tanto a entrevista quanto o grupo focal são técnicas de coleta de dados que, a partir da compreensão de uma realidade particular no processo de pesquisar, provocam autorreflexão nos participantes e pressupõem compromisso com a transformação social. Por fim, pode-se inferir que bons pesquisadores, são bons ouvintes, genuinamente interessados pelas vivências e histórias das pessoas que podem ser compartilhadas por meio das entrevistas e dos grupos focais.

Referências

Abreu, N. R., Baldanza, R. F., & Gondim, S. M. G. (2009). Os grupos focais on-line: Das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 6*(1), 23–42.

Alldred, P., & Gillies, P. (2002). Eliciting research accounts: Re/producing modern subjects. In M. Mauthner, M. Birch, J. Jessop, & T. Miller (Eds.), *Ethics in qualitative research* (pp. 146–165). Sage.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Edições 70.

Baur, V. E., Van Elteren, A. H. G., Nierse, C. J., & Abma, T. A. (2010). Dealing with distrust and power dynamics: Asymmetric relations among stakeholders in responsive evaluation. *Evaluation, 16*(3), 233–248. https://doi.org/10.1177/1356389010372452

Behar, C., Jorge, S., & Jorge, P. (2022). Epistemologia do método científico: A técnica de entrevista. *Conhecendo Online, 7*(1), 118–135.

Belzile, J. A., & Oberg, G. (2012). Where to begin? Grappling with how to use participant interaction in focus group design. *Qualitative Research, 12*(4), 459–472. https://doi.org/10.1177/1468794111433089

Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M., & Robson, K. (2001). *Focus groups in social research.* Sage.

Bogardus, E. M. (1924). Methods of interviewing. *Journal of Applied Sociology, 9,* 456–467.

Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2013). Grupos focais online e pesquisa em psicologia: Revisão de estudos empíricos entre 2001 e 2011. *Interação em Psicologia, 17*(2), 199–209. https://doi.org/10.5380/psi.v17i2.32365

Bradbury-Jones, C., Sambrook, S., & Irvine, F. (2009). The phenomenological focus group: An oxymoron? *Journal of Advanced Nursing, 65*(3), 663–671. https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2008.04922.x

Breakwell, G. M. (2010). Métodos de entrevista. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Eds.), *Métodos de pesquisa em psicologia* (3ª ed., pp. 239–260). Artmed.

Breen, R. L. (2006). A practical guide to focus-group research. *Journal of Geography in Higher Education, 30*(3), 463–475. https://doi.org/10.1080/03098260600927575

Briggs, C. L. (2007). Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary society. *Current Anthropology, 48*(4), 551–580. https://doi.org/10.1086/518300

Brinkmann, S. (2013). *Qualitative interviewing: Understanding qualitative research.* Oxford University Press.

Brinkmann, S. (2018). The interview. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (5th ed., pp. 997–1044). Sage.

Brinkmann, S., & Kvale, S. (2015). *InterViews: Learning the craft of qualitative research interviewing* (3rd ed.). Sage.

Cameron, K. S., Bright, D., & Caza, A. (2004). Exploring the relationships between organizational virtuousness and performance. *American Behavioral Scientist, 47*(6), 766–790. https://doi.org/10.1177/0002764203260209

Carvalho, S., & White, H. (2004). Theory-based evaluation: The case of social funds. *American Journal of Evaluation, 25*(2), 141–160. https://doi.org/10.1177/109821400402500202

Coelho Jr., F. A., Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Faiad, C. (2012). O comportamento organizacional como campo científico: Uma análise crítica. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD,* 36, 1–16.

Costa, L. B., Fogaça, N., Demo, G., & Costa, A. C. R. (2020). "Bem-me-quer, mal-me-quer": Os antecedentes e consequentes de bem-estar no trabalho na visão dos servidores da administração pública. *Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – EnANGRAD,* 31.

Denzin, N. K., & Ryan, K. E. (2007). Qualitative methods. In W. Outhwaite & S. P. Turner (Eds.), *The Sage handbook of social science methodology* (pp. 578–594). Sage.

Duarte, A. B. S. (2007). Grupo focal online e offline como técnica de coleta de dados. *Informação & Sociedade: Estudos, 17*(1), 81–95.

Eagly, A. H., & Chaiken, S. (2007). The advantages of an inclusive definition of attitude. *Social Cognition, 25*(5), 582–602. https://doi.org/10.1521/soco.2007.25.5.582

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Artmed.

Fogaça, N., & Coelho Junior, F. A. (2015). A hipótese "trabalhador feliz, produtivo": O que pensam os servidores públicos federais. *Cadernos EBAPE.BR, 13*(4), 759–775. https://doi.org/10.1590/1679-395115223

Fontana, A., & Frey, J. H. (2005). The interview: From neutral stance to political involvement. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 695–727). Sage.

Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado:

Discussões sobre entrevistas qualitativas. *Paidéia (Ribeirão Preto), 14*(28), 139–152. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004

Freud, S. (1963). *Therapy and technique.* Collier Books.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social.* Atlas.

Gray, L., Wong-Wylie, G., Rempel, G., & Cook, K. (2020). Expanding qualitative research interviewing strategies: Zoom video communications. *The Qualitative Report, 25*(5), 1292–1301. https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4232

Gubrium, J. F., Holstein, J. A., Marvasti, A., & McKinney, K. (2012). Introduction: The complexity of the craft. In J. F. Gubrium, J. A. Holstein, A. Marvasti, & K. McKinney (Eds.), *The SAGE handbook of interview research: The complexity of the craft* (2nd ed., pp. 1–7). Sage.

Kvale, S. (2003). The psychoanalytical interview as inspiration for qualitative research. In P. M. Camic & J. E. Rhodes (Eds.), *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 275–297). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/10595-015

Kvale, S. (2007). *Doing interviews.* Sage.

Langfred, C. W. (2005). Autonomy and performance in teams: The multilevel moderating effect of task interdependence. *Journal of Management, 31*(4), 513–529. https://doi.org/10.1177/0149206304272190

Lee, R. M. (2011). "The most important technique…": Carl Rogers, Hawthorne, and the rise and fall of nondirective interviewing in sociology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences, 47*(2), 123–146. https://doi.org/10.1002/jhbs.20400

MacDougall, C., & Fudge, E. (2001). Planning and recruiting the sample for focus groups and in-depth interviews. *Qualitative Health Research, 11*(1), 117–126. https://doi.org/10.1177/104973201129118975

MacIntyre, A. (1985). *After virtue* (2nd ed., with postscript). Duckworth.

Mayo, E. (1933). *The social problems of an industrial civilization.* Macmillan.

Melo, T. A., & Souza, E. M. (2020). As facetas do labor: Histórias vividas. In *Anais do XXIII SemeAd – Seminários em Administração* (pp. 1–12). Universidade de São Paulo.

Melo, T. A., & Souza, E. M. (2019). A socioeducação como dispositivo de poder disciplinar: Histórias vividas. *RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, 18*(3), 349–370. https://doi.org/10.21529/RECADM.2019004

Melo, T. A. (2016). *O dispositivo socioeducação na inclusão e exclusão da criminalidade:*

Histórias de vida [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório UFES.

Morgan, D. L. (2010). Reconsidering the role of interaction in analyzing and reporting focus groups. *Qualitative Health Research, 20*(5), 718–722. https://doi.org/10.1177/1049732310364627

Mulhall, S. (2007). *The conversation of humanity*. University of Virginia Press.

Nel, N. M., Romm, N. R. A., & Tlale, L. D. N. (2015). Reflections on focus group sessions regarding inclusive education: Reconsidering focus group research possibilities. *The Australian Educational Researcher, 42*(1), 35–53. https://doi.org/10.1007/s13384-014-0156-5

Oliveira, V. M., Martins, M. F., & Vasconcelos, A. C. F. (2012). Entrevistas em profundidade na pesquisa qualitativa em Administração: Pistas teóricas e metodológicas. In *Anais do XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais (SIMPOI)* (pp. 1–15). Fundação Getulio Vargas.

Ozer, M. (2011). A moderated mediation model of the relationship between organizational citizenship behaviors and job performance. *Journal of Applied Psychology, 96*(6), 1328–1336. https://doi.org/10.1037/a0023644

Parker, I. (2005). *Qualitative psychology: Introducing radical research*. Open University Press.

Paschoal, T., & Tamayo, A. (2008). Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. *Avaliação Psicológica, 7*(1), 11–22.

Piaget, J. (1930). *The child's conception of the world*. Harcourt, Brace & World.

Platt, J. (2012). The history of the interview. In J. F. Gubrium, J. A. Holstein, A. Marvasti, & K. McKinney (Eds.), *The SAGE handbook of interview research: The complexity of the craft* (2nd ed., pp. 9–26). Sage.

Rabiee, F. (2004). Focus-group interview and data analysis. *Proceedings of the Nutrition Society, 63*(4), 655–660. https://doi.org/10.1079/PNS2004399

Roethlisberger, F. J., & Dickson, W. J. (1939). *Management and the worker*. John Wiley & Sons.

Ryan, K. E., Gandha, T., Culbertson, M. J., & Carlson, C. (2014). Focus group evidence: Implications for design and analysis. *American Journal of Evaluation, 35*(3), 328–345. https://doi.org/10.1177/1098214013508300

Santos, K. S., Ribeiro, M. C., Queiroga, D. E. U., Silva, I. A. P., & Ferreira, S. M. S. (2020). O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em

um estudo qualitativo. *Ciência & Saúde Coletiva, 25*(2), 655–664. https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018

Schneider, S. J., Kerwin, J., Frechtling, J., & Vivari, B. A. (2002). Characteristics of the discussion in online and face-to-face focus groups. *Social Science Computer Review, 20*(1), 31–42. https://doi.org/10.1177/089443930202000104

Silva, J. A., & Bertolucci, C. C. (2020). Epistemologias e metodologias em entrevistas com crianças sobre conhecimentos matemáticos: Uma perspectiva construtivista. *Educação Matemática Pesquisa, 22*(3), 343–372.

Siqueira, M. M. M. (2002). Medidas do comportamento organizacional. *Estudos de Psicologia (Natal), 7*(1), 11–18. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100003

Stewart, G. L. (2006). A meta-analytic review of relationships between team design features and team performance. *Journal of Management, 32*(1), 29–55. https://doi.org/10.1177/0149206305277792

Taylor, C. (1989). *Sources of the self: The making of the modern identity.* Cambridge University Press.

Tracy, S. J. (2020). *Qualitative research methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating impact* (2nd ed.). Wiley-Blackwell.

Zanelli, J. C. (2002). Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos de Psicologia (Natal), 7*(1), 79–88. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100009

Parte 4

Perspectivas de pesquisa

Capítulo 15

Os vieses metodológicos na pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Laila Leite Carneiro
Sônia Maria Guedes Gondim
Daniela Campos Bahia Moscon

Muitos cientistas advogam a favor da neutralidade temática, metodológica e factual da ciência, assegurando a imparcialidade no processo de produção de conhecimento. A neutralidade temática baseia-se na escolha de problemas relevantes para o desenvolvimento científico de um dado campo do saber, a despeito dos interesses particulares do investigador. A neutralidade metodológica expressa-se na observância rigorosa de procedimentos a serem adotados conforme o método científico escolhido. A neutralidade factual, por sua vez, assegura-se pelo empenho do pesquisador em retratar a realidade concreta o mais fielmente possível, minimizando a interferência de seus juízos de valor sobre tais fatos (Oliveira, 2008).

A proposição da neutralidade como uma postura metodológica já havia sido defendida por Weber (1949; 2004/1917) ao considerar que a atividade científica está assentada em um valor teórico/científico, em que a busca pela verdade passa a ser uma meta a ser atingida. Em outras palavras, a neutralidade é tratada como um tipo ideal que serve para guiar o pesquisador no seu esforço de minimizar distorções, sem ignorar o quão desafiador é eliminar completamente a subjetividade do pensamento e das ações humanas na prática do fazer científico.

É preciso considerar que o processo de pesquisa empírica exige do investigador um conjunto de escolhas que se iniciam com a configuração do fenômeno, avança para a forma de abordá-lo metodologicamente, e culminam com o aporte teórico de apoio à interpretação e análise dos resultados. Sendo assim, esse processo envolve recortes, dada a incapacidade humana de abarcar o fenômeno em toda a sua extensão. Tais recortes estabelecem fronteiras artificiais para viabilizar a aproximação do fenômeno e sua apreensão, ainda que parcial. As escolhas, portanto, encontram-se alicerçadas em pressupostos que orientam o fazer científico e deixam transparecer vieses: tendências de julgamento que promovem distorções da realidade, distanciando os dados analisados de como eles realmente se apresentam.

Os vieses constituem parte inerente do processo de fazer ciência, inclusive porque o pesquisador se posiciona intencionalmente defendendo seu direcionamento na interpretação da realidade. Sendo assim, todo campo científico, e não poderia ser diferente na subárea de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), necessita adotar procedimentos para minimizar os riscos de perda de credibilidade e fidedignidade da ciência (Kepes & McDaniel, 2013). Reconhecer os vieses aumenta as chances de que sejam encontrados caminhos alternativos para dirimi-los, reduzindo seus impactos negativos e seguindo adiante com um projeto de ciência crítica.

O objetivo deste capítulo é caracterizar os principais vieses associados ao processo de produção científica na área de POT, analisando três de suas etapas: o planejamento da pesquisa (escolha do objeto e delineamento metodológico quanto ao tipo da amostra, à fonte e/ou estratégia de coleta de dados), sua operacionalização (o processo

de coleta e de análise de dados, incluindo o papel do pesquisador, do contexto e dos participantes) e, por último, a divulgação dos resultados (processo de redação, escolha da forma de divulgação, processo de editoração, avaliação e publicação de manuscritos). Para cada uma dessas três fases, serão apresentados os principais riscos que fragilizam a confiabilidade e a robustez da pesquisa, assim como serão discutidas as alternativas descritas na literatura para atenuá-los. Ao final, serão feitas considerações gerais para orientar uma prática de pesquisa mais crítica, considerando ser POT um campo científico aplicado.

Os erros e a neutralidade na produção de Ciência

Os vieses em pesquisa podem advir de diferentes fontes e em variados momentos. Algumas dessas fontes, por serem desconhecidas, contribuem para a produção de erros chamados de aleatórios. Quando, no entanto, é possível identificar e prever uma possível influência externa na qualidade do processo de produção do conhecimento, incorre-se nos erros sistemáticos. No caso dos erros sistemáticos, a ameaça à validade e confiabilidade da pesquisa é bem maior tendo em vista a baixa consciência crítica do investigador sobre essa influência na sua forma de desenvolver o estudo, apesar de haver recomendações metodológicas de como evitar tais erros (e.g. Rosenthal, 1976).

Urge ter em conta também que a noção de erro (ou algo falso), deixa subentendida a ideia de que o certo (ou verdadeiro) seria seu oposto. O erro sistemático equivaleria dizer haver um desvio do que seria verdadeiro, distanciando-se do principal objetivo da produção do conhecimento científico, que consiste em aproximar-se da verdade factual. No entanto, a definição de verdade assume também inúmeras formas de interpretação, configurando-se até hoje como um enorme desafio não satisfatoriamente vencido na história do pensamento filosófico (Glanzberg, 2021). A verdade pode se manifestar como uma propriedade das coisas, mas também como uma relação entre coisas e, ainda, como uma construção. Transparece, então, que na ciência enfrenta-se uma competição interna sobre o que de fato seria um conhecimento verdadeiro, o qual se almeja atingir.

Tratando-se da pesquisa em ciências sociais, humanas e aplicadas, como é o caso dos fenômenos estudados em Psicologia Organizacional e do Trabalho, o desafio de lidar com os vieses é ainda maior. Na perspectiva de Weber, sociólogo compreensivista que influenciou notadamente a teoria social, a neutralidade apresenta-se como um compromisso ético a ser incessantemente perseguido pelo pesquisador, sabedor de que seus valores pessoais tornam presumível a parcialidade com que planeja, conduz, analisa e interpreta os resultados de suas pesquisas.

O reconhecimento de haver uma propensão para a parcialidade obriga o pesquisador a tomar cuidados para preservar a neutralidade ética idealizada, ainda que difícil de ser atingida (tipo ideal) (Weber, 2004/1917). O tipo ideal é definido como um padrão conceitual que serve de referência para estabelecer relações mantendo uma consistência interna do sistema. Por essa razão, o tipo ideal não representa a realidade, mas oferece um parâmetro acentuado de sua manifestação para fins de comparação com a realidade (Weber, 1949). A neutralidade, como uma meta baseada em valor, seria um ideal apenas para guiar o pesquisador no seu esforço de minimizar seus vieses, sem ignorar o quão desafiador é eliminar completamente a subjetividade do pensamento e das ações humanas na prática do fazer científico.

Apoiadas nessa suposição é que serão apresentados, a seguir, alguns dos principais vieses presentes nas três fases basilares da produção do conhecimento científico. Espera-se que neste capítulo o pesquisador encontre insumos para suas reflexões sobre o seu fazer científico visando minimizar vieses sempre que possível, ou pelo menos, apontá-los como limitações, garantindo a construção cada vez mais crítica e transparente do estado da arte em POT.

Vieses na fase de planejamento da pesquisa

Embora nem todos venham a ser pesquisadores e cientistas profissionais no futuro, o desenvolvimento educativo em todos os níveis de ensino depende da socialização e da construção de um

background que torne, todos, competentes para pesquisar. Há relativo consenso de que o ponto de partida de todo processo de investigação encontra-se no problema ou questão para a qual se busca, mediante procedimentos metodológicos, uma resposta que seja mais satisfatória na explicação ou compreensão de um fenômeno, reduzindo a incerteza vigente sobre ele (e.g., Cozby, 2001; Ferrari, 1974; Sampieri, Collado, & Lucio, 2013).

A definição do problema ou pergunta orienta a elaboração do planejamento de pesquisa, aspecto chave a que se dedica esta seção. Mas, a rigor, a formulação de um problema de pesquisa encontra-se apoiada em pressupostos epistemológicos adotados pelo pesquisador, sendo influenciada também por fatores históricos/contextuais que tornam mais relevantes (figura-fundo) algumas questões sociais, teóricas, empíricas e de natureza prática. Adicionalmente, é preciso considerar o estágio de desenvolvimento técnico-metodológico e conceitual do objeto de estudo ao qual a pergunta se refere (e.g., Creswell, 2007; Denzin & Lincoln, 2006). Sendo assim, pode-se dizer que uma questão de pesquisa traz um relativo viés decorrente de uma trajetória de socialização científica que se faz notar. E esse viés assume um duplo sentido, sendo, portanto, ambíguo. Pode ser, então, tanto entendido como uma opção consciente de adesão a uma abordagem teórico-metodológica, quanto resultante da vulnerabilidade do pesquisador a seus valores pessoais e sociais que contaminam a maneira como define o problema de pesquisa, elege o método e interpreta os resultados, gerando um erro que pode ser sistemático (Hammersley & Gomm,1997). A escolha consciente de uma abordagem faz parte do processo de pesquisar, e, sendo assim, encontra-se ancorada e justificada no decurso da formação científica. No entanto, tal escolha é também fruto de uma adesão atitudinal reveladora de vieses de crença e de um sistema de valores que lhe dá suporte. O viés decorrente da opção teórico-metodológica ajuda a limitar as possíveis alternativas de investigação de um fenômeno, uma vez que não se pode colocar à prova concomitantemente todas as opções teóricas e metodológicas. Há que selecionar as mais relevantes e apropriadas ao enquadre do problema.

Desse modo, o viés de abordagem pode, ao contrário, abrir novas frentes de investigação de um fenômeno, em um esforço de fugir de outros vieses que restringem a sua compreensão. Considerando o viés como uma opção consciente do pesquisador, observa-se que os pressupostos epistemológicos repercutem na elaboração de questões e na escolha do desenho de pesquisa por meio do qual elas tentarão ser respondidas. O pêndulo poderá recair sobre a busca de nexos causais, que capturam as mudanças no objeto de estudo em ao menos dois momentos no tempo, o antes e o depois, ou sobre a compreensão, em que o objeto de estudo passa a ser analisado à luz da intenção, das razões dos agentes e do contexto que leva a este estado de coisas. Tais pressupostos também repercutem em outras fases do processo de planejamento e tomada de decisão da pesquisa (e.g. Denzin & Lincoln, 2000). A abordagem teórica, em geral, manifestada em nível mais consciente pelo pesquisador por sua adesão voluntária, serve de fundamentação para o estudo, e se presume manter coerência com o método a ser adotado (quantitativo, qualitativo ou misto) e as técnicas previstas de coleta, tratamento e análise de dados.

Nos estudos qualitativos, essa tensão trazida pelos vieses é equacionada de duas maneiras. A primeira delas debruça-se na aproximação do contexto que se quer estudar, tornando o pesquisador um observador participante. É por meio da imersão que o pesquisador deixa de ser um sujeito ingênuo e se apropria de símbolos e signos que caracterizam o contexto de seu interesse de estudo, autorizando-o a proceder a inferências e interpretações. A suposição também é a de que a aproximação da realidade sob análise torna o estudo menos vulnerável acriticamente ao viés do pesquisador. Adicionalmente, a incorporação da autoetnografia como procedimento metodológico sistemático faz com que o pesquisador se mantenha atento e crítico refletindo sobre seus próprios registros e impressões no desenrolar do trabalho de campo (Santos, 2017). A autorreflexão potencializa a demarcação dos vieses no processo de coletar e interpretar os dados capturados, ajudando no esforço de busca de alternativas para minimizá-los.

A segunda forma de lidar com a tensão dos vieses em pesquisa qualitativa manifesta-se no estímulo ao posicionamento pessoal e

ao uso da primeira pessoa (singular ou plural) na redação científica, tornando mais visível para o escrutínio do público leitor o enquadre e o contexto tomado como referência pelo pesquisador. Em síntese, o que se busca aqui é dar autonomia ao leitor para exercer seu pleno raciocínio crítico sobre as bases que orientaram o pesquisador na condução de seu estudo.

Em estudos quantitativos, a neutralidade também se assume como um valor científico. Mas a estratégia para lidar com os vieses passa pelo desestímulo de toda e qualquer manifestação pessoal nas diversas etapas do processo de pesquisa. A intenção é tornar evidente somente aquela faceta que traduz a objetividade do ciclo de produção de conhecimento e, desse modo, driblar as subjetividades que a prejudicam. Destarte, a preocupação com os vieses é marcada pela explicitação detalhada dos procedimentos metodológicos e o rigor no tratamento e análise de dados via controle de variáveis e testes estatísticos cada vez mais sofisticados e complexos (e.g. Judd, McClelland, & Ryan, 2009; Silva *et al.*, 2015).

É importante ter claro que o rigor metodológico, especialmente nos estudos quantitativos, não se confunde com o uso sofisticado e avançado de testes estatísticos. Trata-se também de reconhecer os limites dos métodos utilizados tomando providências para atenuar seus efeitos que enviesam os resultados. O viés do método comum é um deles (Jordan & Troth, 2020; Kock *et al.*, 2021). Sua ocorrência dá-se em pesquisas tipo *survey* em que todas as variáveis independentes, dependentes, moderadoras e mediadoras previstas no modelo de relações são coletadas juntas e de uma única vez, fazendo uso do mesmo método. A consequência é a inflação ou deflação artificial das relações entre as variáveis hipotetizadas (Edwards, 2008; Kock *et al.*, 2021; Podsakoff & Organ, 1986; Podsakoff, MacKenzie, & Podsakoff, 2012).

Embora haja divergências na literatura sobre a gravidade dos efeitos do viés do método comum, as estratégias para lidar com ele podem ser reduzidas a dois grupos: as da etapa de planejamento, com foco nos procedimentos adotados na coleta de dados, e aquelas direcionadas para a análise dos resultados, que acontecem já na etapa de operacionalização da pesquisa. Nesta seção, interessa destacar as

estratégias focadas no planejamento dos procedimentos. Concernente a esse âmbito, Jordan e Troth (2020) enumeram seis pontos a serem observados quando da elaboração de um estudo tipo *survey*: 1) assegurar clareza nas instruções gerais; 2) retirar do questionário as ambiguidades de itens que tornam impreciso sobre o que a pessoa está respondendo; 3) contemplar escalas diversificadas, evitando a habituação que automatiza respostas; 4) equilibrar itens positivos e negativos para evitar tendências de resposta (ainda que seja desafiador criar itens negativos que podem confundir a lógica de raciocínio do respondente prejudicando a qualidade de sua resposta); 5) contemplar fontes diferenciadas (documentos e outras bases de dados, questionários, observação); e 6) separar os dados coletados relativos às variáveis preditoras e preditas: temporal (por intervalo de tempo); proximal (por mesclagem de atividades sem relação com o estudo no *survey* aplicado de uma única vez); e psicológica (instrução inicial que torna difícil para o respondente prever o que está sendo medido, evitando a desejabilidade social e a aquiescência).

Considerando a inevitabilidade de vieses do método comum, Jordan e Troth (2020) fazem, ainda, algumas recomendações para os pesquisadores, das quais se destacam quatro. A primeira é a de escolher uma variável dependente que seja externa à incluída no *survey*. A segunda é a de desenhar modelos que permitam a combinação de dados provenientes de mais de uma fonte (por exemplo, trabalhadores e líderes). A terceira é a de combinar escalas de respostas distintas para evitar a habituação e a aquiescência. A quarta e última refere-se a introduzir, no modelo, uma variável que possa atuar como uma variável independente estranha, para servir de marcadora na análise fatorial confirmatória do teste do viés do método.

Em síntese, se o reconhecimento dos vieses pessoais é um passo importante em direção a um fazer científico responsável, crítico e compromissado com a aproximação da verdade[1], apoiada na sua articu-

[1] Há diversas concepções sobre verdade. A concepção clássica (Aristóteles) é a da verdade material que se refere à relação por correspondência entre o que se concebe e o que se mostra a observação (mente e o que está fora dela). Duas outras se inserem

lação com o pensamento, a linguagem e a realidade, os procedimentos metodológicos planejados para o desenvolvimento da pesquisa podem ajudar a minimizar os efeitos desses vieses. A tomada de consciência do pesquisador ao iniciar o planejamento de sua pesquisa de que se encontra imbuído de pressuposições que são marcas de sua trajetória de formação e influência valorativa é um passo essencial para torná-lo apto criticamente a dedicar-se de modo realístico à redação técnica de seu projeto.

Sendo assim, espera-se que o problema (pergunta ou questão) de pesquisa apresente-se fortemente justificado, à luz dos estudos anteriores sobre o problema ou a ausência deles (revisão de literatura), e também da relevância científica e social (teórica, empírica e prática) de se tentar responder a esse problema fazendo uso de método e referencial teórico específicos (e.g. Creswell, 2007). A adoção de procedimentos metodológicos claramente especificados e coerentes com a abordagem teórica e epistemológica do pesquisador deve assegurar o alcance teórico, empírico e prático de seus resultados. O triplo alcance repousa no princípio de que o conhecimento válido é aquele que pode obter algum nível de generalização: teórica, ao afirmar que os enunciados e a explicação incluem todos os casos possíveis; empírica, ao prever que os resultados são replicáveis em outras amostras e contextos semelhantes; e, por último, prática, ao antever consequências similares para o processo de tomada de decisão de políticas e intervenções sociais.

Além dos aspectos anteriormente citados, ressalta-se uma iniciativa que pode ser uma forte aliada no controle ou diminuição dos vieses no processo de planejamento da pesquisa, a *Open Science*, ou, em tradução livre, a ciência aberta. A *Open Science* é uma forma de produzir conhecimento de forma transparente e acessível,

---

dentro das não clássicas: coerentistas e pragmáticas. A verdade formal é lógica, segue as regras da inferência e situa-se entre as correntes coerentistas. A verdade pragmática adota uma visão mais instrumental, utilitarista e relativista, ou seja, afirma que a verdade se encontra apoiada na força de sua utilidade e de seu compartilhamento intersubjetivo (Almeida, 2005).

compartilhando amplamente o processo e os seus resultados mediante o desenvolvimento de redes colaborativas (Vicente-Saez & Martinez-Fuentes, 2018). Ela tem ganhado muitos adeptos recentemente, a partir da construção de ferramentas voltadas para a promoção desse compartilhamento, as quais permitem a qualquer pessoa conhecer e acompanhar o desenvolvimento de um estudo científico (Foster & Deardorff, 2017). Nesse sentido, a divulgação aberta de protocolos do desenho de pesquisa exige do pesquisador o planejamento cuidadoso antes de iniciar a sua execução, explicitando todas as justificativas necessárias para embasar a sua proposta. Esse tipo de ação também agrega benefícios para a minimização de vieses nas fases de operacionalização e de publicização da pesquisa, conforme será mais bem explanado nas seções subsequentes.

Vieses na fase de operacionalização da pesquisa

Uma vez concluído o planejamento da pesquisa, inicia-se a fase de sua operacionalização, na qual os dados serão coletados e analisados para posterior publicidade. O processo de coleta e análise de dados está sujeito a vieses relacionados aos instrumentos utilizados, aos procedimentos analíticos adotados, à influência do contexto, incluindo a presença do pesquisador, assim como vieses oriundos dos participantes que interferem na sua forma de prover as informações necessárias à pesquisa. Alguns pontos chave referentes a esses vieses serão explanados a seguir.

De um ponto de vista mais global, durante a execução de um estudo, os pesquisadores costumam ter à sua disposição o exercício da flexibilidade metodológica, podendo, por exemplo, interromper a coleta de dados, modificar o desenho da pesquisa (inclusive suas hipóteses e seus instrumentos), descartar dados e/ou participantes com o intuito de ajustar as informações obtidas aos seus pressupostos e objetivos de pesquisa (Kepes & McDaniel, 2013). O modelo de ciência aberta, ao exigir a publicidade do protocolo de planejamento da pesquisa, pode evitar que tais decisões sejam tomadas de forma injustificada, tornando o processo mais transparente e demandando

que cada encaminhamento seja motivado não apenas pelo desejo do pesquisador, mas com base em argumentos teórico-metodológicos pertinentes. Tal iniciativa pode, assim, ajudar a minimizar resultados "fabricados", além de permitir acesso público a dados eventualmente suprimidos das publicações.

No que se refere à coleta de dados, chama a atenção que a estratégia de seleção da amostra por conveniência predomina largamente no campo da POT (Edwards, 2008). O processo de captação de trabalhadores para participarem de pesquisas nesse âmbito tem sido cada vez mais desafiador. Os pesquisadores tendem a lançar mão da sua rede de contatos pessoais (tanto no nível organizacional quanto individual) para tentar sensibilizar potenciais participantes sobre a importância de doarem parte do seu tempo e assim contribuírem para o processo de construção do conhecimento científico. Todavia, esse movimento está na contramão do que recomendam os manuais de estatística ao defenderem que a probabilidade de uma pessoa vir a compor a amostra deve ser a mesma para toda a população (critério da aleatoriedade). Portanto, lidamos sempre com limites na generalização dos resultados no que tange à composição amostral. O mesmo acontece com a distribuição de participantes para grupo de controle ou de intervenção/experimental em desenhos experimentais ou quase-experimentais. O princípio da aleatoriedade deveria ser respeitado, o que nem sempre ocorre. Há estudos de intervenção na área de POT que sequer incluem grupo de controle, sendo ainda menor o número de estudos que preveem grupo controle ativo.

Dessa maneira, embora o público-alvo central da POT seja muito diverso, os trabalhadores que geralmente compõem as amostras das pesquisas não refletem essa variedade. De um lado, há uma super-representação de trabalhadores assalariados, profissionais essenciais, executivos, com alto nível educacional. De outro, uma sub-representação de trabalhadores operacionais, rurais, com baixos salários, *freelancers*, autônomos e outros trabalhadores fora dos cargos gerenciais, profissionais e executivos. Até estudantes universitários predominam mais nos estudos do campo do que esse último grupo, de modo que há uma flagrante discrepância: o que é

mais comum na literatura é o menos comum na sociedade de fato (Bergman & Jean, 2016; Edwards, 2008).

Nesse sentido, é possível questionar o quanto o conhecimento acumulado na POT efetivamente reflete acuradamente a realidade do mundo do trabalho e o quanto é capaz de gerar fundamentos para subsidiar realisticamente a atuação profissional na prática. Por conta desse cenário, Bergman e Jean (2016) alertam para as inúmeras variáveis moderadoras ou mediadoras que podem estar sendo deixadas de fora dos estudos da POT, limitando o alcance de suas contribuições para os problemas e questões que se mostram cada vez mais relevantes para este campo de conhecimento.

A ausência de representatividade de grupos de trabalhadores nos estudos da POT pode advir não apenas das estratégias de captação utilizadas pelos pesquisadores, mas também da própria tendência de as pessoas se disponibilizarem a responderem ou não às pesquisas para as quais são convidadas. Quando a seleção da amostra é por conveniência e por adesão voluntária, prevalente em estudos organizacionais, o estudo se vê mais susceptível ao viés de auto-seleção, gerando distorções nas análises com efeitos prejudiciais para a generalização dos resultados (Edwards, 2008; Rogelberg & Stanton, 2007). Por exemplo, mulheres costumam se engajar mais em participar de pesquisas do que homens (Lyness & Kropf, 2007). No caso de pesquisas tipo *survey*, Rogelberg e Stanton (2007) afirmam que o crescimento acelerado dessa modalidade de coleta de dados prejudicou ainda mais o cenário, fazendo com que as taxas de retorno/resposta sejam cada vez mais baixas (patamar médio situa-se em torno de 30%). Por isso, sinalizam a importância de lidar com essa situação mediante dois grupos de iniciativas: a detecção e estimação da extensão do viés de não resposta e o uso de métodos estatísticos para compensação de não respostas.

O uso de painéis *online* (também conhecidos como plataformas de *crowdsourcing*) tem sido uma estratégia crescentemente utilizada para driblar as dificuldades de acessar amostras robustas e mais diversificadas de trabalhadores para os mais variados desenhos de pesquisa. Os desenhos experimentais ou quase-experimentais têm recorrido com frequência a essas plataformas. Representadas pela pioneira *Amazon*

Mechanical Turk (ou simplesmente MTurk), tais plataformas permitem aos pesquisadores designar a tarefa em questão ao público-alvo, especificando pré-requisitos como características sociodemográficas ou até a vivência de experiências específicas no trabalho (por exemplo, trabalhadores que foram vítimas de assédio) (Cheung *et al.*, 2017). As pessoas (que podem atuar em segmentos variados, mas que também atuam como *internet freelancers*) cujas características se ajustem ao solicitado recebem o convite para responder ao estudo em questão em troca de um pagamento previamente estabelecido.

O pagamento a participantes de pesquisa não é permitido pelos comitês de ética no Brasil, de modo que a utilização da Mturk ou similares está fora do alcance dos estudos nacionais atualmente. Entretanto, trata-se de uma estratégia usual em estudos internacionais. Por isso, o uso de tal recurso de captação precisa ser ponderado. Se, de um lado, há vantagens como o baixo custo, a alta velocidade e a possibilidade de acesso a uma grande e variada quantidade de trabalhadores, também há desvantagens como os limites da representatividade (já que este tende a ser um público mais jovem, liberal, menos religioso) e o viés da auto-seleção, já que os participantes são necessariamente usuários de *internet* que escolhem responder as pesquisas pela remuneração a ser recebida, o que pode não permitir explorar possíveis diferenças entre usuários e não usuários de *internet* (Cheung *et al.*, 2017).

Uma alternativa que tem sido implementada nas pesquisas da Psicologia em geral e que pode ser melhor incorporada nas pesquisas da POT para lidar com essa dificuldade de adesão de participantes é a de oferecer *feedback* no formato de um resumo dos resultados individuais. No caso das pesquisas quantitativas desenvolvidas mediante *surveys online*, muitas vezes esse resultado pode ser automatizado e emitido imediatamente após a conclusão das respostas. No caso das pesquisas qualitativas, em geral, tal *feedback* pode ser viabilizado ao final de todo o processo de análise de dados. Esse acaba sendo um fator de desvantagem dos estudos qualitativos quando comparados aos desenhos tipo *survey*, visto que o espaço de tempo entre a coleta e o *feedback* (devolutiva) acaba sendo demasiadamente longo, perdendo o efeito positivo que poderia vir a ter. Em ambos os casos, porém, é

necessário o investimento de recursos financeiros e/ou humanos (e.g. tempo do pesquisador).

Quanto aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, o viés do método comum, já mencionado na seção anterior, é uma preocupação largamente conhecida, que aflige bastante as pesquisas no campo da POT que são compostas, predominantemente, por desenhos quantitativos de corte transversal (Donaldson & Grant-Vallone, 2002; Jordan & Troth, 2020). Embora o ideal seja tentar minimizar esse viés na etapa de planejamento do estudo, quando isso não é possível, o recomendado é utilizar estratégias estatísticas para controlá-lo. De acordo com Jordan e Troth (2020), há quatro alternativas para lidar com o viés do método comum no teste de modelos de relações. A primeira refere-se ao teste de um fator de Harman, cujo objetivo é identificar a amplitude da variância compartilhada de todos os itens dos construtos medidos. A segunda é o teste do fator latente não mensurado, em que se adiciona um fator de primeira ordem com os indicadores das variáveis de interesse. A terceira é a técnica do marcador da análise fatorial confirmatória, que prevê incluir no modelo uma variável não relacionada teoricamente com a variável de interesse, mas supostamente sob sua influência. Por último, os autores citam a quarta técnica, que identifica a endogenia pela correlação dos erros da equação incluindo as variáveis preditoras e preditas, para então concluir que a variável independente não seria exógena.

Por fim, considerando que a maioria das pesquisas em POT se vale da obtenção de dados a partir de estratégias de autorrelato (seja via *surveys*, entrevistas ou grupos focais) (Mourão *et al.*, 2016), os estilos de resposta dos participantes (e.g. respostas extremas, aquiescência, desejabilidade social) são vieses que merecem atenção, pois revelam uma forma padrão consistente e estável que o indivíduo tem de responder, e que se sobrepõe à influência da situação ou do formato do instrumento (Vieira *et al.*, 2021). Medidas de autorrelato são priorizadas por dois motivos principais: são fáceis de serem obtidas e, não raro, são as únicas estratégias possíveis para acessar os fenômenos no campo, devido à sua natureza (atitudinal, subjetiva) (Donaldson & Grant-Vallone, 2002; Edwards, 2008; Kepes & McDaniel, 2013; Mourão

et al., 2016). Sendo assim, é importante compreender como mitigar suas limitações e garantir o rigor da pesquisa ao utilizá-las.

O viés de aquiescência é um estilo de resposta que se destaca principalmente em escalas do tipo Likert, referindo-se à inclinação do respondente em concordar com as assertivas, sem avaliar cuidadosamente o seu conteúdo. Como consequência, ele pode endossar respostas similares para itens opostos, prejudicando a validade e a confiabilidade do instrumento (Kam & Meyer, 2015; Kock *et al.*, 2021; Vieira *et al.*, 2021). O uso de estilo de resposta central (tendência a marcar os pontos médios) ou de respostas extremas (tendência de marcar os pontos mais altos ou mais baixos) também deve receber atenção de pesquisadores que utilizam *surveys* (Kam & Meyer, 2015; Vieira *et al.*, 2021).

Para minimizar os efeitos desses vieses, é possível utilizar dois recursos principais que pressupõem que os itens da escala possuam pares opostos (e.g. positivos ou negativos; calmo e tenso etc.): a ipsatização (padronização intrassujeitos via recodificação dos escores brutos com base na comparação das respostas deferidas aos itens reversos)[2] e a modelagem de interceptos randômicos (análise de modelagem de um fator geral não correlacionado aos fatores de conteúdo descritivo, o qual reflete em que medida os indivíduos estão propensos a concordar com o item)[3] (para mais detalhes, ver Valentini, 2017; Vieira *et al.*, 2021).

Outra estratégia, ainda pouco utiliza na POT, consiste na adoção de vinhetas âncora: uma técnica que identifica o padrão diferencial

[2] A ipsatização é um procedimento de padronização de respostas intrassujeitos (ou seja, as respostas de um dado participante à mesma escala) via recodificação dos escores brutos com base na comparação das respostas dadas a itens reversos. A padronização é feita somente pela média (centralização) ou pela média e o desvio padrão dos escores brutos dos itens positivos e negativos.

[3] O procedimento de interceptos randômicos consiste em um tipo de análise de modelagem de um fator geral não correlacionado aos fatores de conteúdo descritivo, o qual reflete em que medida os indivíduos estão propensos a concordar com o item. Por exemplo, uma medida que tivesse dois fatores opostos (emoções positivas e emoções negativas), o fator intercepto seria composto pelos itens com cargas fatoriais dos itens fixadas em 1, sendo o escore geral deste fator indicativo do nível de aquiescência de cada sujeito participante da pesquisa.

de compreensão e uso de escalas ordinais por parte dos participantes via a apresentação de uma ou mais perguntas (vinhetas âncora) que lhes solicitam que avaliem pessoas hipotéticas as quais refletem diferenças sistemáticas quanto aos fenômenos investigados na pesquisa. Posteriormente, as classificações obtidas para os personagens fictícios são comparadas com as respostas utilizadas no autorrelato dos participantes, permitindo, assim, detectar e corrigir possíveis vieses (King & Wand, 2007; Primi *et al.*, 2018).

A desejabilidade social, por sua vez, pode estar presente em pesquisas que usam uma gama variada de estratégias metodológicas. Ela consiste em um padrão de respostas no qual o respondente tende a modificar as suas respostas para parecer melhor aos olhos dos outros ou para se sentir melhor a respeito de si próprio (Bergen & Labonté, 2020; Donaldson & Grant-Vallone, 2002; Larson, 2019). Durante a execução de pesquisas quantitativas, a desejabilidade social pode ser manejada com o reforço da garantia do anonimato (Bergen & Labonté, 2020; Larson, 2019), com a inserção de instruções diretivas (e.g. "seja sincero") ou de medidas específicas de avaliação da desejabilidade social e sua posterior testagem em relação às variáveis avaliadas (Larson, 2019). No que tange às qualitativas, o uso de triangulação de dados (teorias, métodos, pesquisadores e dados) (Flick, 2018) e o treinamento dos entrevistadores para examinar e esclarecer possíveis respostas enviesadas são estratégias recomendadas (ver, por exemplo, Bergen & Labonté, 2020).

Como forma de minimizar ou reconhecer esses e outros problemas envolvidos na operacionalização da pesquisa, os periódicos podem, e alguns já aderiram a esse procedimento, exigir a inserção do banco de dados e de outras documentações relevantes como a sintaxe das análises, na condição de arquivos complementares, pois a relutância em compartilhar esse tipo de informação tende a estar associada a fragilidades no processo de coleta ou de análise dos dados (Kepes & McDaniel, 2013). Tal iniciativa pode, ainda, ajudar a minimizar resultados imprecisos, além de permitir acesso público a dados eventualmente suprimidos das publicações.

Em suma, o processo de operacionalização da pesquisa requer

que os pesquisadores se mantenham diligentes quanto a fontes diversas de influência que podem alterar a qualidade final dos seus achados. Uma vez (re)conhecidas tais influências e, quando possível, controladas, será mais fácil garantir que o estudo atenda aos padrões necessários para ser publicado e, assim, contribuir para a evolução do estado da arte no campo.

Vieses na fase de publicação

O principal meio de publicidade de pesquisas científicas são os periódicos científicos. Para que a divulgação seja concretizada nesses veículos, o processo se inicia com a escrita e submissão do manuscrito por parte dos autores e se segue com a avaliação feita pelas revistas. As revistas científicas enfrentam, nos seus processos de publicação, paradoxos e desafios. Precisam dar celeridade aos processos avaliativos e retorno aos autores, mantendo a qualidade das avaliações (Campos & Candido, 2022). Esse processo consiste basicamente em duas fases: *desk review* e avaliação por pares.

Antes mesmo do artigo ser recebido pelo periódico, os autores também podem de algum modo contribuir para acirrar vieses, evitando enviar para submissão estudos cujas hipóteses não tenham sido corroboradas, apoiados na suposição de que não atrairiam o interesse de editores (Kepes & McDaniel, 2013). Há que se considerar também a pressão para publicação em periódicos científicos de alto impacto, fazendo com que estudos promissores, mas com algumas limitações metodológicas (por exemplo: amostras menores e tamanhos de efeito pequenos), não se tornem visíveis para escrutínio público, vindo a contribuir para o processo de aprendizagem, vital para a comunidade científica (Edwards, 2008; Kepes & McDaniel, 2013). Caso se trate de um consultor-pesquisador que atua com intervenções em campo, sua decisão de publicar apenas pesquisas cujas hipóteses são suportadas pode ser influenciada por interesses comerciais ou de *status* quanto à sua prática profissional (Kepes & McDaniel, 2013).

Publicar somente o que tem potencial de aceitação pelos periódicos finda por ter um efeito danoso para o campo, visto que omite

as inúmeras tentativas malsucedidas ou, supostamente, "de menor relevância" que, se tornadas públicas, ajudariam os pesquisadores leitores a evitarem caminhos que se revelaram infrutíferos ou pouco promissores. Ou seja, esse posicionamento desconsidera que a ciência avança por aproximação e se pode aprender muito com a demarcação do conhecimento, ou seja, casos em que não se aplica a teoria ou as relações buscadas, ajudando a aprimorar o desenho de estudos futuros (Popper, 1982).

Além disso, embora os estudos de meta-análises possam ser utilizados para avaliar a qualidade das análises reportadas, o que fica de fora não passa por qualquer tipo de escrutínio. Boa parte do que não foi publicado se torna inobservável. A comunicação seletiva de descobertas científicas é muitas vezes referida como "gaveta de arquivos". Isso, obviamente, enviesa o tamanho de efeito para cima daquilo que foi efetivamente publicado (Edwards, 2008; Franco *et al.*, 2014; Kepes *et al.*, 2012; Kepes & McDaniel, 2013).

Outras razões subjacentes podem levar os pesquisadores a não submeterem seus estudos a periódicos científicos (Franco *et al.*, 2014). Uma delas se refere a direitos de propriedade. Muitas vezes o estudo é realizado em um contexto organizacional que impõe limites para a publicação de resultados, receando a identificação direta ou indireta da origem dos dados. O autor também tem o poder de priorizar os dados a serem publicados quer por falta de espaço, serem considerados de pouco interessante, ou ainda contrariarem seus pressupostos iniciais ou sua teoria de base (Banks *et al.*, 2012).

Uma vez que o manuscrito é, de fato, submetido para apreciação, revelam-se os vieses concernentes aos processos e atores envolvidos nos periódicos científicos. Começando no *desk review,* a equipe editorial tem a prerrogativa de rejeitar preliminarmente os artigos, sem dar sequência ao fluxo editorial e encaminhar para avaliação cega dos pares (Cruz *et al.*, 2022). Tal rejeição de entrada pode ocorrer por diversos motivos: não enquadre no perfil editorial do periódico; dados incompletos ou ausência de documentos; não conformidade às normas e exigências do periódico; inexistência de estrutura lógica na organização das seções requeridas por um estudo empírico (problema,

referencial teórico, método, resultados, discussão e conclusão); baixa qualidade da escrita do ponto de vista gramatical/ortográfico e científico; e também por ausência de contribuições claras para o campo de conhecimento, foco do periódico (Cruz *et al.*, 2022). Especialmente em relação ao último ponto, Kepes e McDaniel (2013) alertam que os periódicos científicos tendem a preferir artigos que descrevem pesquisas quantitativas que tenham resultados estatisticamente significativos e com grandes magnitudes de efeitos, por serem os artigos mais lidos e mais citados, contribuindo para o *status* do periódico. Do mesmo modo, tendem a desencorajar pesquisas de replicação por "falta de originalidade".

Uma vez aprovado nessa etapa inicial, o trabalho segue para a avaliação cega pelos pares. Chama-se de avaliação cega porque nessa fase os avaliadores não têm (e nem podem ter) qualquer tipo de informação acerca da autoria do manuscrito. Ela apoia-se no princípio de que as avaliações seriam mais justas e menos enviesadas já que deixaria o avaliador mais à vontade para rejeitar artigos, mesmo de pesquisadores renomados no campo de pesquisa, uma vez que as únicas fontes de informação alvo do seu julgamento seriam o conteúdo explicitado.

Mais recentemente, entretanto, observam-se alguns poucos periódicos internacionais que passaram a adotar procedimentos de avaliação com identificação dos autores e avaliadores. Esse procedimento representa um movimento de dar visibilidade à responsabilidade ética dos avaliadores no trato com o trabalho alheio (Gondim, 2004). Identificar os atores envolvidos no processo de avaliação força a apresentação de justificativas qualificadas para a crítica e a tomada de decisão, minimizando vieses que poderiam gerar aceitação ou rejeição apressadas, sem de fato estarem fortemente fundamentadas.

A opção por avaliação cega ou com identificação segue sendo controversa. De acordo com Campos e Cândido (2022), apesar de a avaliação cega estar em vigor há mais de três séculos, não existem evidências empíricas conclusivas de que seria a forma de avaliação mais segura para evitar vieses. Como mencionamos anteriormente, o julgamento de manuscritos, sobretudo nas ciências humanas e sociais, também é baseado em adesões paradigmáticas e teórico-metodológica

dos avaliadores. Desse modo, trabalhos que seriam considerados de boa qualidade podem ser rejeitados por um avaliador de outra orientação teórica, por exemplo.

Ademais, não é incomum que, no processo de avaliação, editores e revisores encorajem práticas questionáveis como a introdução de *HARKing* (*hypothesizing after the results are known*), que consiste na elaboração de hipóteses a posteriori, visando dar mais coerência e consistência ao estudo (Kepes & McDaniel, 2013). Influenciados pelo viés de confirmação predominante nesse campo de conhecimento que prioriza a teoria em relação ao método, achados que não coadunam com os pressupostos iniciais da investigação tendem a ser julgados como menos relevantes. Para contornar esse tipo de situação, Kepes e McDaniel (2013) recomendam que os jornais implementem um processo de submissão e revisão em duas etapas: na primeira, a submissão do manuscrito incluiria apenas as seções de introdução e método e na segunda o manuscrito completo, com os resultados e a discussão dos dados. Desse modo os avaliadores poderiam julgar a relevância da proposta e o rigor metodológico planejado antes de serem influenciados por possíveis resultados menos encorajadores em termos de achados empíricos.

É importante reconhecer que, exceto em estudos experimentais que demandam hipóteses prévias claramente especificadas para orientar o desenho metodológico, boa parte das pesquisas tipo *survey* e qualitativas podem prescindir ou flexibilizar as hipóteses, considerando o percurso da pesquisa e a análise preliminar dos dados. Sendo assim, há uma margem para a composição de um mosaico que dê sentido e coerência ao processo de pesquisa. A reformulação de hipóteses poderia então ser justificada, desde que os autores assumam alguns desvios de rota metodológica e descrevam isso criticamente em seus artigos, no intuito de zelar pela honestidade intelectual. Mas, muitas vezes, revelar fragilidades é desestimulado por avaliadores e editores, fazendo com que os autores omitam informações que poderiam alertar ou ajudar outros pesquisadores interessados no tema.

Um outro viés refere-se à caducidade do estudo empírico (Banks *et al.*, 2012; Kepes & McDaniel, 2013). O processo de pesquisa

envolvendo planejamento, coleta de dados, análise, elaboração de manuscritos, submissão em periódico e publicação termina por ser muito demorado. Tratando-se de estudos empíricos, sensíveis ao momento e ao contexto, teme-se pela capacidade de os dados retratarem o fenômeno na realidade. Desse modo, alguns estudos correm o risco de serem rejeitados sem uma avaliação criteriosa de sua atualização, simplesmente guiados pela data de coleta de dados. No entanto, alguns fenômenos mantêm relativa estabilidade ao longo do tempo. A data de coleta é uma referência relevante, mas não é decisiva para deliberar se um estudo está caducado. Atualmente, estratégias como pré-publicações (*preprints*) buscam minimizar tal impacto de caducidade.

Além dos aspectos já mencionados, o próprio perfil dos investigadores pode ser considerado um viés de publicação, já que se observa pouca diversidade em aspectos relacionados a gênero, origem, etnia etc. No que se refere a gênero, por exemplo, se já havia tais discrepâncias, a pandemia apenas acirrou a situação. Algumas das possíveis causas são uma menor abertura das revistas a temáticas e metodologias nas quais as mulheres se destacam — como os próprios estudos de gênero, os impedimentos específicos relacionados à carreira em função da sobrecarga com os trabalhos de cuidado, ou até mesmo um maior grau de autoexigência sobre seus próprios feitos (Campos & Cândido, 2022).

Em última instância, os vieses relacionados à divulgação das pesquisas científicas podem resultar em uma sub-representação da produção de conhecimento efetivamente desenvolvida na área da POT (Kepes & McDaniel, 2013). Nesse sentido, podem levar, de um lado, à inflação de efeitos de relações entre variáveis e de corroborações de teorias, pois o que está publicado é que atinge a comunidade científica. De outro lado, retardam o avanço da ciência, pois a restrição de acesso ao conhecimento produzido por motivos de vieses no processo de publicização dificulta que novas hipóteses e teorias sejam formuladas com base em achados mais variados. Adicionalmente, não impedem que esforços sejam gastos em pesquisas legítimas e metodologicamente corretas, mas cujas testagens são infrutíferas, pois já

foram realizadas anteriormente com resultados que podem não ter sido compartilhados porque os editores, revisores ou autores julgaram que hipóteses não corroboradas desmerecem a qualidade de um estudo. Assim, o encorajamento à produção e à publicação de estudos de replicação e de estudos cujos resultados demonstram efeitos nulos ou pequenos aparece, portanto, como uma recomendação para diminuição dos vieses da área (Edwards, 2008; Kepes & McDaniel, 2013).

Considerações finais

Conforme descrito neste capítulo, os vieses são inerentes à cognição humana e encontram-se presentes em todas as possíveis interpretações da realidade social e material. Mapear quais seriam esses vieses no fazer científico, ainda que não esgotando todas as suas possibilidades, certamente terá impactos positivos no processo de formação de novos pesquisadores.

É preciso reconhecer que o erro, o desvio e os vieses, ainda que sejam considerados termos com matizes diferenciadas, são partes intrínsecas do processo de produção de conhecimento. Como seres humanos que atuam de modo ativo no mundo, os cientistas estão sujeitos aos vieses da crença, que orientam uma resposta ou uma conclusão sobre um problema, servindo de ancoragem para seus julgamentos iniciais[4] (Pennycook, 2020). Como já referido, antes mesmo do planejamento da pesquisa, o investigador traz consigo um repertório que o qualifica e define seu modo de pensar sobre o problema e a maneira de abordá-lo cientificamente. Desse modo, o viés (que está associado a um erro) pode ser de origem ou resultante de equívocos procedimentais intencionais ou não.

No primeiro caso, de origem, uma possível saída é exercitar a tomada de consciência e autocrítica do pesquisador. No segundo caso,

[4] Neste artigo, Pennycook coloca em discussão a ubiquidade presente no viés de crença, mostrando que por estarem baseadas em julgamentos intuitivos, a solução para minimizar os vieses em parte pode estar na heterodoxia, ou seja, no fazer conviver diversos contrapontos.

a adesão a pressupostos epistemológicos guiará os passos metodológicos para lidar com os riscos dos desvios e vieses que prejudicam a validade, o alcance dos resultados e as conclusões a serem extraídas. A intencionalidade ou não é outro fator a se considerar, visto que erros sistemáticos podem ser derivados de vícios na adoção acrítica de procedimentos metodológicos que acirram os vieses[5], ao passo que aqueles não intencionais se apresentam como efeitos indesejáveis de variáveis (às vezes, inevitáveis) que interferem no estudo, apesar de todo o cuidado em tentar controlá-las.

No que tange aos erros sistemáticos como vícios, o escrutínio crítico de pares e a atualização profissional em metodologia podem colaborar para a interrupção desse ciclo. Quanto ao erro esporádico, espera-se que o aprendizado decorrente das fragilidades que se tornaram visíveis sirva de base para o aperfeiçoamento de projetos de pesquisa futuros sobre o mesmo tema.

Na perspectiva de Demo (1998), a pesquisa deve ser considerada um eixo central do processo de formação educacional desde o ensino básico. Para o autor, a competência humana plena é um alvo idealizável e alcançável mediante o questionamento reconstrutivo como um hábito, que tecnicamente instrumentalizado, teoricamente fundamentado e politicamente situado permite a cada sujeito/aprendiz assumir uma condição de protagonista na produção do conhecimento.

Em poucas palavras, Demo (1998) afirma que o ato educativo se apoia no questionamento reconstrutivo assegurado em sua qualidade formal, teórica e política por aquele (o educador) que auxilia o aprendiz em seu processo de desenvolvimento e aquisição de competências técnico-profissionais e de repertório para lidar com as diversas esferas interativas da vida humana em sociedade. Destarte, acredita-se que a aprendizagem da pesquisa como um eixo transversal contribuirá na construção de um repertório qualificado para antever, evitar e gerenciar os vieses ao longo de toda a carreira científica.

[5] Para Hammersley e Gomm (1997), os vieses estariam relacionados apenas aos erros sistemáticos intencionais.

Referências

Almeida, N. E. (2005). *O princípio de verdade: Ensaio de reconstrução filosófica da Teoria aristotélica da verdade* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Banks, G. C., Kepes, S., & McDaniel, M. A. (2012). Publication bias: A call for improved meta-analytic practice in the organizational sciences. *International Journal of Selection and Assessment, 20*(2), 182–196. https://doi.org/10.1111/j.1468-2389.2012.00591.x

Bergen, N., & Labonté, R. (2020). "Everything is perfect, and we have no problems": Detecting and limiting social desirability bias in qualitative research. *Qualitative Health Research, 30*(5), 783–792. https://doi.org/10.1177/1049732319889354

Bergman, M. E., & Jean, V. A. (2016). Where have all the "workers" gone? A critical analysis of the unrepresentativeness of our samples relative to the labor market in the industrial-organizational psychology literature. *Industrial and Organizational Psychology, 9*(1), 84–113. https://doi.org/10.1017/iop.2015.70

Campos, L. A., & Candido, M. R. (2021). Transparência em DADOS: Submissões, pareceristas e diversidade no fluxo editorial dos últimos anos. *Dados. Revista de Ciências Sociais, 65*(1). https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.1.000

Cheung, J. H., Burns, D. K., Sinclair, R. R., & Sliter, M. (2017). Amazon Mechanical Turk in organizational psychology: An evaluation and practical recommendations. *Journal of Business and Psychology, 32*(4), 347–361. https://doi.org/10.1007/s10869-016-9458-5

Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Crotty, M. (1998). *The foundations of social research: Meaning and perspectives in the research process*. London: Sage.

Cruz, R. M., et al. (2022). Editorial management and peer review in scientific journals: The challenges of rPOT. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 22*(1), I–III. https://doi.org/10.5935/rpot/2022.1.editorial

Demo, P. (1998). *Educar pela pesquisa* (3. ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Donaldson, S. I., & Grant-Vallone, E. J. (2002). Understanding self-report bias in

organizational behavior research. *Journal of Business and Psychology, 17*(2), 245–260. https://doi.org/10.1023/A:1019637632584

Edwards, J. R. (2008). To prosper, organizational psychology should… overcome methodological barriers to progress. *Journal of Organizational Behavior, 29*, 469–491. https://doi.org/10.1002/job

Ferrari, A. T. (1974). *Metodologia da ciência* (2. ed.). Rio de Janeiro: Kennedy.

Flick, U. (2018). Doing triangulation and mixed methods. *The Sage Qualitative Research Kit*. https://dx.doi.org/10.4135/9781529716634

Foster, E. D., & Deardorff, A. (2017). Open Science Framework (OSF). *Journal of the Medical Library Association, 105*(2), 38. https://doi.org/10.5195/jmla.2017.88

Franco, A., Malhotra, N., & Simonovits, G. (2014). Publication bias in the social sciences: Unlocking the file drawer. *Science, 345*(6203), 1502–1505. https://doi.org/10.1126/science.1255484

Glanzberg, M. (2021). Truth. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Summer 2021 Edition). https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/truth/

Gondim, S. M. G. (2004). A face oculta do parecerista: Discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito dos trabalhos científicos. *Organização & Sociedade, 11*(31), 195–199. https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10716

Gondim, S. M. G., Bendassolli, P. F., Coelho Jr., F., & Pereira, M. E. (2016). Explanatory models to work and organizational phenomena: Epistemological, theoretical and methodological issues. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(4), 316–323. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12641

Hammersley, M., & Gomm, R. (1997). Bias in social research. *Sociological Research Online, 2*(1). http://www.socresonline.org.uk/2/1/2.html

Jordan, P. J., & Troth, A. C. (2020). Common method bias in applied settings: The dilemma of researching in organizations. *Australian Journal of Management, 45*(1), 3–14. https://doi.org/10.1177/0312896219871976

Judd, C. M., McClelland, G. H., & Ryan, C. S. (2009). *Data analysis: A model comparison approach* (2. ed.). New York, NY: Routledge.

Kam, C. C. S., & Meyer, J. P. (2015). How careless responding and acquiescence response bias can influence construct dimensionality: The case of job satisfaction. *Organizational Research Methods, 18*(3), 512–541. https://doi.org/10.1177/1094428115571894

Kepes, S., Banks, G. C., McDaniel, M., & Whetzel, D. L. (2012). Publication bias in the

organizational sciences. *Organizational Research Methods, 15*(4), 624–662. https://doi.org/10.1177/1094428112452760

Kepes, S., & McDaniel, M. A. (2013). How trustworthy is the scientific literature in industrial and organizational psychology? *Industrial and Organizational Psychology, 6*(3), 252–268. https://doi.org/10.1111/iops.12045

King, G., & Wand, J. (2007). Comparing incomparable survey responses: Evaluating and selecting anchoring vignettes. *Political Analysis, 15*(1), 46–66. https://doi.org/10.1093/pan/mpl011

Kock, F., Berbekova, A., & Assaf, A. G. (2021). Understanding and managing the threat of common method bias: Detection, prevention and control. *Tourism Management, 86*, 104330. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2021.104330

Larson, R. B. (2019). Controlling social desirability bias. *International Journal of Market Research, 61*(5), 534–547. https://doi.org/10.1177/1470785318805305

Laville, C., & Dionne, J. (1997). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte/Porto Alegre: UFMG/Artmed.

Lincoln, Y. S., & Guba, E. C. (2000). Paradigm, controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (2. ed., pp. 163–188). Thousand Oaks, CA: Sage.

Lyness, K. S., & Brumit Kropf, M. (2007). Cultural values and potential nonresponse bias. *Organizational Research Methods, 10*(2), 210–224. https://doi.org/10.1177/1094428106291060

Mourão, L. B., Bittencourt, A. V. B., & Oliveira, R. P. (2016). The saying and the doing in research on WOP. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 16*(4), 333–339. https://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12575

Oliveira, M. B. (2008). Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. *Scientiae Studia (USP), 6*, 97–116. https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100005

Pennycook, G. (2020). Belief bias and its significance for modern social science. *Psychological Inquiry, 31*(1), 57–60. https://doi.org/10.1080/1047840x.2020.1722577

Podsakoff, P. M., & Organ, D. W. (1986). Self-reports in organizational research: Problems and prospects. *Journal of Management, 12*(4), 531–544. https://doi.org/10.1177/014920638601200408

Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., & Podsakoff, N. P. (2012). Sources of method bias in social science research and recommendations on how to control it. *Annual Review of Psychology, 63*(1), 539–569. https://doi.org/10.1146/annurev-psych-120710-100452

Popper, K. R. (1982). *Conjecturas e refutações*. Brasília: Universidade de Brasília.

Primi, R., Santos, D., John, O. P., De Fruyt, F., & Hauck-Filho, N. (2018). Dealing with person differential item functioning in social-emotional skill assessment using anchoring vignettes. In M. Wiberg, S. Culpepper, R. Janssen, J. González, & D. Molenaar (Eds.), *Quantitative psychology: IMPS 2017* (Springer Proceedings in Mathematics and Statistics, Vol. 233). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-77249-3_23

Rogelberg, S. G., & Stanton, J. M. (2007). Introduction: Understanding and dealing with organizational survey nonresponse. *Organizational Research Methods, 10*(2), 195–209. https://doi.org/10.1177/1094428106294693

Rosenthal, R. (1976). *Expectation effects in behavioral research*. New York, NY: Wiley.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.

Santos, S. M. A. (2017). O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: Atores, perspectivas e desafios. *Plural, 24*(1), 214–241. https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.113972

Silva, M. C. R., Bartholomeu, D., Vendramini, C. M. M., & Montiel, J. M. (2015). *Aplicações de métodos estatísticos avançados à avaliação psicológica e educacional*. São Paulo: Vetor.

Valentini, F. (2017). Influência e controle da aquiescência na análise fatorial. *Avaliação Psicológica, 16*(2). https://doi.org/10.15689/ap.2017.1602.ed

Vicente-Saez, R., & Martinez-Fuentes, C. (2018). Open science now: A systematic literature review for an integrated definition. *Journal of Business Research, 88*, 428–436. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043

Vieira, G. P., Kamazaki, D. F., Weiss, C., Zanon, C., & Bandeira, D. R. (2021). Aquiescência em autorrelatos: Introdução ao conceito, correlatos e possíveis soluções. *Interação em Psicologia

Considerações finais

Ciência, empreendimento humano que é, carrega, em seu âmago, bagagens físicas, biológicas, psicológicas e sociais, abrindo margem a defini-la a partir de quaisquer desses atributos, o que levou filósofos e cientistas a abordá-la de formas distintas.

Ciência, então, pôde ser entendida através de vários recortes: como um complexo modelo mental que guia a construção de verdades (as bases epistemológicas que guiam a construção do conhecimento), como um processo (pelos procedimentos metodológicos) ou pelas características do seu produto (conhecimentos gerados).

De modo sucinto, ciência pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos formal e sistematicamente adquirido cujas características são a objetividade, a racionalidade e a transcendência e cujos objetivos centrais são a descrição, a interpretação, a explicação e a predição da realidade; conjunto esse adquirido através do método científico que se constitui como um conjunto de técnicas para a investigação de fenômenos e para a construção de novos conhecimentos.

A Psicologia, como ciência que é, se dedica a investigar o humano em todas as suas possibilidades e expressões visíveis (comportamento) e invisíveis (afetos e crenças), singulares e genéricas. Portanto, o campo do saber da Psicologia é multifacetado, repleto de discursos conflitantes, com conteúdos de conformações variadas que procuram responder a demandas sociais em suas várias direções.

Subjacente a essas características e objetivos, o método de investigação se impõe como ponto central na aquisição do conhecimento científico. A literatura pontua haver uma grande diversidade de métodos e técnicas de pesquisa em Psicologia ligados à abordagem ideográfica (aprofundamento do particular) ou à abordagem nomotética (generalização empírica e controle de variáveis) que orientam os pesquisadores a lançar mão de métodos qualitativos ou quantitativos, com repercussões no corte temporal e no status atribuído a cada um deles.

Como não poderia ser diferente, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), como área da Psicologia, incorpora essas características, sendo também, multifacetada, multi, trans e interdisciplinar, além de uma área aplicada com reflexos na escolha dos métodos de investigação, na definição de constructos e também em aspectos comunicacionais. Isso torna a pesquisa em POT um desafio contínuo como um campo preocupado com o estudo do comportamento humano e como um campo aplicado relacionado aos contextos de trabalho. Combinados, ambos os aspectos da POT tornam a pesquisa extremamente desafiadora, envolvendo questões relativas ao planejamento, à metodologia e à ética que devem ser apropriados para a construção de boas teorias que obedeçam aos critérios de consistência interna e coerência externa, propiciando a generalização teórica e empírica do conhecimento produzido.

A construção do conhecimento em POT é necessária em função do fato de que novas abordagens têm surgido para fazer frente a problemas que emergiram do desenvolvimento organizacional e das demandas e anseios da sociedade, impulsionando um movimento de constante renovação de seus pressupostos teóricos e metodológicos, em busca de responder a desafios muitas vezes quase intransponíveis, dada sua complexidade.

É sobre a metodologia de construção do conhecimento em POT que tratou esse livro. A ausência, em território nacional, de uma obra que abarcasse os perfis e técnicas metodológicas na área norteou seus objetivos que foram, essencialmente, contribuir para a aquisição de competências necessárias a um trabalho acadêmico de qualidade e também auxiliar e orientar decisões de consultores e gestores.

A superação, ou a minimização, dos diversos dilemas e desafios nas investigações em POT — expostos no decorrer dos capítulos — serão alcançados à medida em que mais pesquisadores se sintam preparados cognitiva e instrumentalmente para o reconhecimento da natureza multi e interdisciplinar do conhecimento gerado, o que demanda esforços adicionais e intensos na formação de novos pesquisadores que considerarão a sensibilidade da POT às demandas sociais e propiciarão interlocuções, imprescindíveis, com outros campos do conhecimento. É nessa direção que se anseia que essa obra tenha contribuído.

Os organizadores

Autores

Ana Cláudia Souza Vazquez

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora, pesquisadora e atual Pró-Reitora de Gestão com Pessoas da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Ana Luísa Junça-Silva

PhD em Gestão de Recursos Humanos do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL). Professora do Departamento de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional (Iscte-IUL).

Andrea Valéria Steil

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ariane Agnes Corradi

Doutora em Estudos do Desenvolvimento pelo International Institute of Social Studies (Erasmus University Rotterdam). Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Daniela Bahia Campos Moscon

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora dos cursos de especialização em Gestão Pública do Insper (SP).

Elaine Rabelo Neiva

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do departamento de Psicologia Social e do Trabalho (UnB).

Elisa Maria Barbosa de Amorim-Ribeiro

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

Fernanda Bueno Cardoso Scussel

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em escrita acadêmica da empresa Pesquisa na Prática.

Gisela Demo

Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Administração da UnB.

Heila Magali da Silva Veiga

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Helenides Mendonça

Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Karla Veloso Coura

Doutora em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Kátia Elizabeth Puente-Palacios

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do departamento de Psicologia Social e do Trabalho da UnB.

Laila Leite Carneiro

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do curso de Psicologia da UFBA. Editora-chefe da Revista Psicologia Organizações e Trabalho.

Leonardo de Oliveira Barros

Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Magno Oliveira Macambira

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Maribel Carvalho Suarez

Doutora em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Martin de La Martiniere Petroll

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPA). Professor do Departamento de Ciências da Administração do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Michelle Morelo Pereira

Doutora em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Professora do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Natasha Fogaça

Doutora em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professora, pesquisadora e consultora.

Pedro Afonso Cortez

Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Renata Silva de Carvalho Chinelato

Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo/Universidade Niterói). Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Silvia Miranda Amorim

Doutora em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Sinésio Gomide Júnior

Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade de Uberaba (Uniube). Professor aposentado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Sônia Maria Guedes Gondim

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Tatiane Alves de Melo

Doutora em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Tiago dos Santos Almeida

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Tipologia: Linux Libertine / Gontserrat
Data de publicação: Abril de 2026

Elaborado por um grupo de influente de pesquisadores, *O Manual de Métodos de Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho* supre a necessidade de obra de referência para a investigação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) no Brasil. Com tratamento contextualizado e crítico, este manual apresenta abordagens, técnicas e estratégias de investigação para a POT.

Organizado por Magno Oliveira Macambira, Elaine Rabelo Neiva, Sinésio Gomide Júnior, o livro está dividido em quatro partes. A primeira parte apresenta os fundamentos da pesquisa e normativas éticas. A segunda, centrada nos métodos de investigação, detalha o uso de métodos longitudinais, etnografia/netnografia, estudo de caso, pesquisa-ação, delineamentos experimentais, modelos hierárquicos lineares (multinível), métodos mistos e pesquisa transcultural. A terceira parte cobre as estratégias de coleta e análise de dados, incluindo o uso de survey, estudos diários, entrevista e grupo focal, e meta-análise. Por fim, a última parte discute os vieses metodológicos que permeiam o campo.

A obra auxilia na aquisição de competências para a pesquisa acadêmica e orienta a tomada de decisões de consultores e gestores em organizações e no mundo do trabalho. É um manual para consulta contínua no estudo e aprimoramento da POT para pesquisadores e profissionais na construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, produtivos e justos.

EDUFU

ISBN: 978-85-64554-92-4